

2017



O Artigo 76.º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

A Problemática da Aplicação Técnica de Conceitos Jurídicos pela
(in)Controversa Comissão de Limites da Plataforma Continental

PAULO NEVES COELHO
DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO APRESENTADA
À FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM 31 DE OUTUBRO DE 2017
Ciências Jurídico Políticas

AGRADECIMENTOS

Percorrido este já longo caminho, é altura de apresentar uns brevíssimos, mas sentidos, agradecimentos. Primeiro, à Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em particular à Comissão Científica do Terceiro de Estudos, pelo empenho e apoio prestado ao longo destes anos. À Professora Doutora Marta Chantal Ribeiro, pelo incondicional apoio e constante incentivo, sem os quais este projeto não teria, seguramente, chegado a bom porto. Por último, mas não menos importante, à minha família, pelo tempo lhes roubei.

RESUMO

A presente dissertação versa sobre duas matérias relativas à definição do limite exterior da plataforma continental que, sendo de natureza distinta, estão interrelacionadas. A primeira tem a ver com a natureza dos conceitos contidos no artigo 76.º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982 (CNUDM). A segunda está relacionada com a Comissão de Limites da Plataforma Continental, em especial com aspetos relativos à legitimidade.

Tem sido comumente referido na literatura geocientífica e jurídica que o artigo 76.º da CNUDM contém conceitos que são comuns tanto ao Direito, como às geociências. Esta realidade tem-se manifestado inclusivamente nos títulos de obras e artigos publicados. Na generalidade, estes textos sublinham a natureza dualista dos conceitos contidos no artigo 76.º e que esta característica requer um especial cuidado, tanto no modo como os conceitos se articulam, bem como na respetiva aplicação. Contudo, a literatura jurídica e científica atualmente existente não refere que tipo de conceitos, jurídico ou científico, do artigo 76.º contribui diretamente para a definição do limite exterior da plataforma continental e, sendo dos dois tipos, como é que estes se articulam.

Por outro lado, a definição do limite exterior da plataforma continental compreende um processo que envolve dois atores principais: o Estado costeiro que prepara e apresenta uma proposta que contém dados e informação relativa à definição dos limites exteriores da sua plataforma continental para lá das 200 milhas marítimas e a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), que a considera. A relação entre a CLPC e os Estados costeiros que apresentaram propostas de extensão é uma relação desigual em desfavor dos Estados costeiros. Embora seja reconhecido que a definição dos limites exteriores da plataforma continental é um ato unilateral do Estado costeiro, o reconhecimento internacional desses limites depende da obtenção de recomendações favoráveis por parte da CLPC. Os Estados costeiros necessitam, assim, de obter recomendações favoráveis relativamente aos limites apresentados na proposta de extensão tendo em vista conseguir, com a maior amplitude possível, o reconhecimento internacional relativamente a esses limites. Caso o Estado costeiro não concorde com as recomendações da CLPC tem duas vias possíveis, apresentar uma proposta nova ou uma proposta revista, estando-lhe vedado o acesso aos procedimentos de solução de controvérsias estabelecido na Parte XV da CNUDM. Perante opiniões diferentes entre o Estado costeiro e a

CLPC, não existe “direito a recurso”, sendo a via a seguir por parte do Estado costeiro apenas uma das anteriormente mencionadas. Face à natureza das funções da CLPC e aos efeitos que as suas recomendações têm para os Estados costeiros, é natural que estes esperem da CLPC um elevado padrão de desempenho, que se traduza em decisões corretas face à CNUDM e aos princípios do Direito Internacional Público.

Cada uma das matérias anteriormente descritas suscita um conjunto de questões que serão respondidas ao longo das Partes I e II da dissertação. Relativamente à primeira, são analisados os conceitos contidos no artigo 76.º que contribuem diretamente para a definição do limite exterior da plataforma continental, sendo determinada a sua natureza, jurídica ou geocientífica, e aferido o modo como cada um dos tipos de conceitos se relaciona tendo por base o resultado final, isto é, o traçado do limite exterior da plataforma continental. No que respeita à segunda matéria, são abordados aspetos relativos ao modo como a CLPC é constituída e funciona, e selecionados fatores legitimadores, sendo posteriormente avaliada através destes, a legitimidade da CLPC.

A dissertação termina com uma breve apresentação do projeto de extensão da plataforma continental de Portugal.

Palavras-chave: definição do limite exterior da plataforma continental; Comissão de Limites da Plataforma Continental; artigo 76.º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 1982; projeto de extensão da plataforma continental de Portugal.

ABSTRACT

The present study deals with two issues related to the definition of the outer limits of the continental shelf which, although of a distinct nature, are interrelated. The first one concerns the nature of the concepts contained in Article 76 of the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS). The second one refers to the Commission on the Limits of the Continental Shelf, regarding its legitimacy.

It has been commonly mentioned in the geoscientific and legal literature that article 76 of UNCLOS contains concepts that are common to both law and geosciences. This reality has also been noticed in the titles of published works and articles. Generally, these texts emphasize the dualistic nature of the concepts contained in Article 76, and that this characteristic requires special attention, both in the way the concepts should be interpreted and regarding their application. However, the existing legal and scientific literature does not mention what type of concepts, legal or scientific, of Article 76 directly contributes to the definition of the outer limit of the continental shelf and, if both, how they articulate among each other.

On the other hand, the definition of the outer limits of the continental shelf comprises a process involving two main actors: the coastal State which prepares a submission containing data and information on the definition of the outer limits of its continental shelf beyond 200 miles, and the Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS), which considers it. The relationship between the CLCS and the submitting State is unequal in detriment of coastal States. While it is recognized that the definition of the outer limits of the continental shelf is a unilateral act of the coastal State, international recognition of these limits depends on the attainment of favorable recommendations by CLCS. Coastal States therefore need to obtain favorable recommendations on the limits set out in its submission in order to achieve international recognition of such limits, as broadly as possible. If the coastal State does not agree with the recommendations of the CLCS, it has two possible options, either to submit a new proposal or a revised one, being denied access to the dispute settlement procedures established in Part XV of UNCLOS. In case of differing views between the coastal State and the CLCS, there is no "right to appeal", and the coastal State will have to follow just one of the options previously indicated.

Given the nature of CLCS' functions and the effects that its recommendations will have on coastal States, a high standard of performance is expected from CLCS, resulting in correct recommendations in accordance with UNCLOS and the principles of international law.

Each of the subjects described above corresponds to a question that will be answered throughout Parts I and II of the text. Regarding the first subject, the concepts contained in article 76 that directly contribute to the definition of the outer limit of the continental shelf are analyzed, its juridical or geoscientific nature is determined, and the way in which each type of concept is related based on the result, *i.e.*, the establishment of the outer limit of the continental shelf. On the second subject, legitimacy factors concerning the CLCS are defined to assess the way this body is constituted and performs its functions. Finally, the legitimacy of the CLCS will be appraised based on the evaluation of each legitimacy factor.

Keywords: Keywords: Establishment of the outer limits of the continental shelf; Commission on the Limits of the Continental Shelf; article 76 of the United Nations Convention on the Law of the Sea; Portuguese submission to the CLCS.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	1
RESUMO.....	3
ABSTRACT.....	5
ÍNDICE.....	7
LISTA DE FIGURAS.....	13
LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	15
APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	19
APONTAMENTOS METODOLÓGICOS E TERMINOLÓGICOS	27
PARTE I ANATOMIA DO ARTIGO 76.º: A PROBLEMÁTICA DA	
 APLICAÇÃO TÉCNICA DE CONCEITOS JURÍDICOS	33
CAPÍTULO 1 BREVE REFERÊNCIA À EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO LIMITE	
 EXTERIOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL	35
1. Leito e subsolo como parte do alto mar	35
2. Conferência de Haia e o Tratado sobre as Áreas Submarinas do Golfo de	
Paria, de 1942	41
3. A Proclamação de Truman, de 1945, sobre os recursos naturais do subsolo	
e solo da plataforma continental e as reações dos países da América Latina	43
3.1. Contexto geopolítico da Proclamação	43
3.2. Reações às Proclamações e a subsequente necessidade de uma nova	
ordem para o mar	46
4. A Convenção de Genebra de 1958 sobre a Plataforma Continental	51
4.1. Os trabalhos da Comissão de Direito Internacional e os trabalhos	
preparatórios da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o	
Direito do Mar.....	51
4.2. Conferência de Genebra de 1958.....	57
4.3. O limite exterior da plataforma continental na Convenção de Genebra	
sobre a Plataforma Continental	62
5. A Declaração de Pardo e as Resoluções da Assembleia Geral das Nações	
Unidas subsequentes.....	67
6. Os limites da plataforma continental no decurso da Terceira Conferência	
das Nações Unidas sobre o Direito do Mar	72
6.1. Processo decisório na Conferência	72
6.2. A negociação da definição e limites da plataforma continental	74
7. Texto final do artigo 76.º: um salto para o desconhecido?.....	96
7.1. Conhecimento científico e técnico à época da Terceira Conferência.....	96

7.2.	Estudo Preliminar Ilustrativo das Várias Fórmulas para a Definição da Plataforma Continental.....	97
7.3.	Estudo das Implicações na Preparação de Mapas de Grande Escala para a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar	101
CAPÍTULO 2 PRINCIPAIS CONCEITOS E PRINCÍPIOS CONTIDOS NO ARTIGO 76.º.....		105
1.	Plataforma continental.....	105
1.1.	Plataforma continental na perspectiva geocientífica	105
1.2.	Definição de plataforma no artigo 76.º	108
2.	Margem continental.....	110
2.1.	Margem continental na perspectiva geofísica	110
2.2.	Definição de margem continental na CNUDM	114
2.3.	Relação entre a margem continental e a plataforma continental	126
3.	Prolongamento natural do território emerso.....	129
3.1.	Origem do conceito	130
3.2.	Decisões dos tribunais internacionais.....	133
3.3.	Entendimento da doutrina.....	137
3.4.	Prolongamento natural nas propostas de extensão da RPC e da República da Coreia, no Mar Leste da China.....	140
3.5.	Diretrizes Científicas e Técnicas e recomendações.....	145
3.6.	Possíveis interpretações para o conceito de prolongamento natural no artigo 76.º	147
4.	Base do talude continental.....	156
4.1.	Elementos normativos	156
4.2.	Prática da CLPC no que respeita à identificação da base do talude continental	158
4.3.	Doutrina internacional	159
4.4.	Apreciação crítica às Diretrizes Científicas e Técnicas e a prática da CLPC quanto à identificação da base do talude continental	163
5.	Pé do talude continental	165
5.1.	Métodos para a determinação do ponto de pé do talude continental.....	165
5.2.	Doutrina internacional	168
5.3.	Prática da CLPC na determinação dos pontos de pé do talude continental	168
5.4.	Apreciação crítica	169
6.	Grandes fundos marinhos	171
6.1.	Elementos normativos	171
6.2.	Elementos doutrinários	171
6.3.	Prática da CLPC	173
6.4.	Apreciação crítica	174
7.	Relevo submarino.....	175
7.1.	Elementos normativos	175

7.2.	Evolução doutrinária dos conceitos de “cristas submarinas” e “elevações submarinas”	177
7.3.	Prática da CLPC na qualificação do relevo submarino	183
7.4.	Apreciação crítica às Diretrizes Científicas e Técnicas e a prática da CLPC quando à qualificação do relevo submarino	193
8.	Isóbata dos 2.500 metros	197
8.1.	Elementos normativos	197
8.2.	Prática da CLPC na qualificação e aceitação das isóbatas dos 2.500 metros	199
8.3.	Apreciação crítica à prática da CLPC quanto à qualificação das isóbatas dos 2.500 metros	202
9.	Traçado do limite exterior da plataforma continental na proximidade da linha das 200 milhas	211
9.1.	Elementos normativos	211
9.2.	Prática da CLPC relativamente à aplicação do n.º 7 do artigo 76.º	212
9.3.	Elementos doutrinários e avaliação crítica	214
10.	Princípio da neutralidade crustal	220
10.1.	Elementos normativos e doutrinários	220
10.2.	Prática da CLPC	223
10.3.	Apreciação crítica	224
11.	Princípio da não influência da aplicação do artigo 76.º e das recomendações da CLPC na delimitação futura.....	225
11.1.	Elementos normativos	225
11.2.	Doutrina internacional	228
11.3.	Prática dos Estados	231
11.4.	Apreciação crítica	235
12.	Teste de pertença	239
12.1.	Origem do conceito	239
12.2.	Decisões dos tribunais internacionais.....	239
12.3.	Diretrizes Científicas e Técnicas	241
12.4.	Manual Técnico	243
12.5.	Sumários das recomendações e recomendações da CLPC.....	245
12.6.	Doutrina	245
12.7.	Apreciação crítica	247
CAPÍTULO 3 FECHO DO PERCURSO REFLEXIVO: NATUREZA DOS CONCEITOS DO ARTIGO 76.º E RESPECTIVA APLICAÇÃO.....		252
1.	Breve referência terminológica	253
2.	Plataforma continental.....	257
3.	Prolongamento natural	261
4.	Margem continental e bordo exterior da margem continental	264
5.	Talude continental, base do talude e pé do talude continental	270
6.	Elevação continental.....	275

7.	Grandes fundos marinhos	277
8.	Cristas oceânicas, cristas submarinas e elevações submarinas	279
9.	Aplicação do artigo 76.º	280
 PARTE II COMISSÃO DE LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL:		
	QUESTÕES DE LEGITIMIDADE	285
 CAPÍTULO 1 FUNÇÕES E COMPETÊNCIAS DA CLPC		
1.	Justificação para a criação de uma comissão técnica	287
2.	Funções da CLPC: Reflexão sobre a necessidade de juristas como membros da CLPC	288
3.	Competência de autorregulação	292
 CAPÍTULO 2 RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS RELATIVAS À DEFINIÇÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL PARA LÁ DAS 200 MILHAS		
1.	Controvérsias que envolvam entidades que não sejam Estados.....	299
1.1.	Entidades privadas	299
1.2.	Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos	300
1.3.	Comissão de Limites da Plataforma Continental	301
2.	Controvérsias entre Estados	305
2.1.	Limites definidos com base em recomendações.....	306
2.2.	Limites definidos sem ter em conta as recomendações da CLPC	313
 CAPÍTULO 3 LEGITIMIDADE DA CLPC E FATORES LEGITIMADORES		
1.	Questões de legitimidade relativas à CLPC	317
2.	Fatores legitimadores	320
2.1.	Nomeação dos membros da CLPC	320
2.2.	Competência científica e técnica dos membros da CLPC	326
2.3.	Deveres de independência, imparcialidade e integridade.....	331
2.4.	Adequabilidade das Diretrizes Científicas e Técnicas face às funções da CLPC.....	353
2.5.	Transparência do processo decisório da CLPC	356
2.6.	Fiscalização e responsabilização da CLPC	361
3.	Um gigante com pés de barro	364
 PARTE III O PROJETO DE EXTENSÃO DE PORTUGAL		
 CAPÍTULO 1 FASES DO PROCESSO DE EXTENSÃO DE PORTUGAL		
1.	Da ratificação da CNUDM à criação da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental	371
2.	A data limite de 13 de maio de 2009.....	373

3.	Consideração da proposta de Portugal pela CLPC.....	376
CAPÍTULO 2 DETERMINAÇÃO DO LIMITE EXTERIOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL DE PORTUGAL		380
1.	Linhas de ação estratégica	380
1.1.	Linhas de ação estratégica internacional	381
1.2.	Linhas de ação estratégica interna	384
2.	Referências seguidas na preparação da proposta de extensão portuguesa	385
3.	Avaliação global das características geológicas e geomorfológicas e do prolongamento natural.....	387
4.	Determinação da base do talude continental e dos pontos de pé do talude continental	390
5.	Traçado do bordo exterior da margem continental e do limite exterior da plataforma continental.....	392
CAPÍTULO 3 ÁREAS DE POTENCIAL SOBREPOSIÇÃO COM ESTADOS VIZINHOS		395
1.	Espanha	395
1.1.	Breve referência à delimitação marítima entre Portugal e Espanha.....	395
1.2.	Região do Banco da Galiza	400
1.3.	Zona oeste do arquipélago da Madeira.....	404
2.	Marrocos.....	409
CONCLUSÕES		411
BIBLIOGRAFIA		437
ANEXO – FIGURAS		481

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação das linhas de equidistância no Atlântico Norte. Fonte: Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, petição inicial da República Federal Alemã, Vol. I, 1968, pp. 66-67.....	483
Figura 2 - Estruturas geológicas básicas que compõem a margem continental. Fonte: Adaptado de Manuel P. Abreu et al. – Extensão da Plataforma Continental – Um Projeto de Portugal – Seis Anos de Missão, p. 42).	484
Figura 3 - Pressupostos geológicos para a aplicação da Declaração de Entendimento.	485
Figura 4 - Limite exterior da plataforma continental do Sri Lanka, assumido no Sumário Executivo deste Estado como sendo igual ao bordo exterior da margem continental, nos termos do Anexo II do Memorando de Entendimento.....	486
Figura 5 - Representação esquemática da relação entre a plataforma continental e a margem continental numa situação de margem continental curta.....	487
Figura 6 - Relação entre a plataforma continental e a margem continental numa situação de margem continental normal.....	488
Figura 7 - Relação entre a plataforma continental e a margem continental numa situação de margem continental longa.	489
Figura 8 – Exemplo abstrato a representar a combinação das várias fórmulas positivas e restritivas. (Adaptada a partir do TALOS, 2014, Figuras 5.9 a 5.11)	490
Figura 9 - Caso Bangladesh/Myanmar. Representação gráfica da zona de subdução Sunda e de um perfil batimétrico da região.	491
Figura 10 - Representação da zona de subdução de Sunda e das placas tectónicas indiana e birmanesa. Fonte: Imagem adaptada a partir do Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, Figura R4.2C da tréplica de Bangladesh, p. 127.	492
Figura 11 - Proposta de extensão da plataforma continental da China, na região do Mar Leste da China.....	493
Figura 12 - Proposta de extensão da plataforma continental da República da Coreia, na região do Mar Leste da China.	494
Figura 13 - Representação tridimensional da continuidade morfológica.....	495
Figura 14 - Representação do relevo submarino da figura anterior, em função da paleta de cores aplicada ao modelo do fundo marinho.....	496
Figura 15 – Diagrama para a classificação do relevo submarino.....	497
Figura 16 - Efeito da escolha da isóbata dos 2.500 m no limite exterior da plataforma continental.	498
Figura 17 - Esquema ilustrativo das possíveis ligações do limite exterior da plataforma continental à linha das 200 milhas	499
Figura 18 - Representação simplificada da ligação do limite exterior da plataforma continental à linha das 200 milhas na proposta australiana, na região do <i>Naturalist Plateau</i>	500

Figura 19 - Limite exterior da plataforma continental da Nova Zelândia, na zona norte entre <i>Three Kings Ridge</i> e <i>Colville Ridge</i> , com indicação da área “não aceite” pela CLPC.	501
Figura 20 - Representação esquemática da diferença quanto à aplicação dos conceitos jurídico e científico de margem continental, numa situação em que não existe elevação continental.	502
Figura 21 - Representação gráfica de alguns dos conceitos do artigo 76.º numa situação de margem continental curta, revelando as diferenças entre os conceitos jurídicos e geocientíficos.....	503
Figura 22 - Representação gráfica de alguns dos conceitos do artigo 76.º numa situação de margem continental normal, revelando as diferenças entre os conceitos jurídicos e geocientíficos.....	504
Figura 23 - Representação gráfica de alguns dos conceitos do artigo 76.º numa situação de margem continental longa, revelando as diferenças entre os conceitos jurídicos e geocientíficos.....	505
Figura 24 - Limites exteriores das plataformas continentais de Angola, República Democrática do Congo, República do Congo e Gabão, com a indicação da área comum às 4 propostas de extensão.....	506
Figura 25 - Indicação da posição relativa entre o limite exterior da plataforma continental da República Democrática do Congo e a linha equidistante com Angola.	507
Figura 26 – Reprodução parcial do fluxograma para a definição do limite exterior da plataforma continental, tal como consta no documento CLCS/11/Add.1/Corr.1.	508
Figura 27 - Representação abreviada do procedimento perante a CLPC após a entrega da proposta de extensão.	509
Figura 28 - Diagrama genérico com as diversas fases relativas à determinação do limite exterior da plataforma continental de Portugal.	510
Figura 29 - Prolongamento natural de Portugal	511
Figura 30 - Esquema genérico para a localização da base do talude continental.....	512
Figura 31 - Limite exterior da plataforma continental com indicação do n.º do artigo 76.º que o justifica	513
Figura 32 - Acordos da Guarda de 1976 - Linhas de delimitação entre Portugal e Espanha.	514
Figura 33 - Limite exterior da plataforma continental na área de interesse comum na região do Banco da Galiza.....	515
Figura 34 - Limite exterior da plataforma continental a oeste do arquipélago da Madeira. ..	516
Figura 35 - Arquipélago da Madeira e o Arquipélago das Canárias: Representação dos locais em cada uma das ilhas que contribui para a linha equidistante, tal como representada no DL 119/78.	517

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

Abreviatura/Acrónimo	Significado
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AMPs	Áreas marinhas protegidas
B.E.	<i>Bachelor of Engineering</i>
B.Sc.	<i>Bachelor of Science</i>
BDPC	Base de Dados da Plataforma Continental
CCFM	Câmara de Controvérsias
CDI	Comissão de Direito Internacional
CDMI	Comissão de Direito Marítimo Internacional
Cfr.	Confira
CGAM	Convenção de Genebra sobre o Alto Mar, de 1958
CGMTZC	Convenção de Genebra sobre o Mar Territorial e Zona Contígua, de 1958
CGPC	Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental, de 1958
CIDPC	Comissão Interministerial para a Delimitação da Plataforma Continental
Cit.	Citado
CLCS/40/Rev.1	<i>Rules of Procedure of the Commission on the Limits of the Continental Shelf</i>
CLIOCS	<i>Committee on the Legal Issues of the Outer Continental Shelf</i>
CLPC ou CLCS	Comissão de Limites da Plataforma Continental ou <i>Commission on the Limits of the Continental Shelf</i>
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982, incluindo a Declaração de Entendimento Respeitante a um Método Específico para ser Usado no Estabelecimento do Bordo Exterior da Margem Continental, contido no Anexo II ao Ato Final
COI	Comissão Oceanográfica Intergovernamental
CPDMI	Comissão Permanente de Direito Internacional Marítimo
CRP	Constituição da República Portuguesa
CVDT	Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969
DL	Decreto-Lei
DOALOS	<i>Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea</i> , sucessor do <i>Office of Ocean Affairs and the Law of the Sea</i>
EEP	Encontro(s) dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982
e. g.	<i>Exempli gratia</i>
EMEPC	Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental
EST	Esquema de Separação de Tráfego
Estudo Preliminar	Estudo Preliminar Ilustrativo das Várias Fórmulas para a Definição da Plataforma Continental
Estudo das Implicações na Preparação dos Mapas	Estudo das Implicações na Preparação de Mapas de Grande Escala para a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>

Abreviatura/Acrónimo	Significado
GN	Grupo de negociação
GTBDPC	Grupo de Trabalho da Base de Dados da Plataforma Continental
i.e.	<i>Id est</i>
ILA	<i>International Law Association</i>
LBA	Linha de base arquipelágica
LBR	Linha(s) de base reta(s)
LFBR	Linha(s) de fecho e de base reta(s)
m	Metro(s)
M	<i>Nautical mile(s)</i>
M.En.	<i>Master of Environmental Science</i>
Manual de Treino	Manual de Treino para a Delineação dos Limites Exteriores da Plataforma Continental e para a Preparação das Propostas de Extensão para a Comissão de Limites da Plataforma Continental
Milha(s)	Milha(s) marítima(s)
N.R.P.	Navio da República Portuguesa
OHI	Organização Hidrográfica Internacional
OMI	Organização Marítima Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
op. cit.	<i>Opus citatum</i>
OR	<i>Official Reports</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
p.	Página
PdT	Pé do talude continental
PhD	<i>Philosophiæ Doctor</i>
pp.	Páginas
RPC	República Popular da China
RPEEP	Regras de Procedimento dos Encontros dos Estados Partes
SGNU	Secretário-Geral das Nações Unidas
SIG	Sistema(s) de informação geográfica
ss.	Seguintes
TALOS	<i>A Manual on the Technical Aspects of the United Nations Convention on the Law of the Sea</i>
Terceira Conferência	Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
TIDM	Tribunal Internacional do Direito do Mar
TIJ	Tribunal Internacional de Justiça
TNCI	Texto de Negociação Composto Informal
TUNI	Texto Único de Negociação Informal
TUNR	Texto Único de Negocial Revisto
UN	<i>United Nations</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
URSS	União Soviética (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas)

Abreviatura/Acrónimo	Significado
USD	Dólar dos Estados Unidos da América
v. g.	<i>Verbi gratia</i>
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i> ou <i>World Wildlife Foundation</i>
YBILC	<i>Yearbook of the International Law Commission</i>
ZEE	Zona Económica Exclusiva

APRESENTAÇÃO DO TEMA

Com a entrada em vigor da Convenção da Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982¹ (CNUDM), os assuntos relativos à definição do limite exterior da plataforma continental além das 200 milhas marítimas passaram a estar na ordem do dia. Trata-se da última oportunidade, no atual contexto jurídico-internacional, de os Estados costeiros alargarem, de modo pacífico, a respetiva área de soberania e jurisdição sobre os recursos vivos e não vivos do leito e subsolo marinho, mediante a verificação de determinadas circunstâncias de natureza geomorfológica e geológica. Desde 2001 e até à presente data foram apresentadas à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) 77 propostas de extensão² e 47 informações preliminares³, o que é demonstrativo da dinâmica que se tem vindo a verificar relativamente a esta matéria. Estes factos constituem mais um elemento importante que demonstra o elevado dinamismo das matérias associadas ao Direito do Mar⁴.

¹ Ao longo do presente texto, por CNUDM entende-se o texto da Convenção, incluindo os seus anexos, e também a Declaração de Entendimento Respeitante a um Método Específico para ser Usado no Estabelecimento do Bordo Exterior da Margem Continental, contido no Anexo II ao Ato Final da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

A CNUDM entrou em vigor em 16 de novembro de 1994, após o depósito do 60.º instrumento de ratificação. Portugal passou a ser Estado Parte da CNUDM a partir 2 de dezembro de 1997, 30 dias após o depósito do instrumento de ratificação, *vide* DIÁRIO DA REPÚBLICA. Aviso 81/98, de 21 de abril - **Depósito do instrumento de ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de Dezembro de 1982, e do Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da Convenção, adotado em 28 de Julho de 1994.** [Em linha]. [Consultado em 21 jun. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://dre.pt/application/file/175646>.

A versão oficial da CNUDM em língua portuguesa foi publicada em MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar - Versão em Língua Portuguesa com Anexos e Acta Final da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.** 1985

² Podem ser consultadas em no sítio da internet da DIVISION FOR OCEAN AFFAIR AND THE LAW OF THE SEA - **SUBMISSIONS TO THE CLCS.** [Em linha] [Consultado em 26 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_submissions.htm>.

³ Podem ser consultadas no sítio da internet da DIVISION FOR OCEAN AFFAIR AND THE LAW OF THE SEA - **Preliminary information indicative of the outer limits of the continental shelf beyond 200 nautical miles.** [Em linha] [Consultado em 26 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_preliminary.htm>

⁴ Nesse sentido, entre outros, ZACKLIN, R. - México and the Law of the Sea. 1974, p. 99; LONG, R. - Irish

A comunidade científica internacional tem acompanhado este entusiasmo, tanto pelos trabalhos que têm sido produzidos na aquisição de dados e informação para os projetos de extensão, como também pela produção de literatura científica. A doutrina jurídica internacional tem contribuído de modo significativo para o desenvolvimento do Direito Internacional Público (adiante designado, abreviadamente, apne as por Direito Internacional) e do Direito do Mar nesta matéria muito específica respeitante à definição dos limites exteriores da plataforma continental, sendo inúmeras as obras e artigos já publicados, bem como trabalhos académicos para teses de mestrado e dissertações de doutoramento⁵.

A definição dos limites exteriores da plataforma continental compreende um processo que tem dois atores principais: o Estado costeiro que elabora e apresenta a proposta de extensão, e a CLPC, que a considera. Tanto o Estado que apresenta a proposta de extensão, como a CLPC, estão sujeitos às regras e princípios do Direito Internacional incluindo, naturalmente, a CNUDM, em especial, aos artigos 76.º, Anexo II e à Declaração de Entendimento Respeitante a um Método Específico para ser Usado no Estabelecimento do Bordo Exterior da Margem Continental (Declaração de Entendimento). A presente dissertação foca-se em dois aspetos muito específicos do artigo 76.º, do Anexo II e da CLPC, que a seguir se descrevem.

No que respeita ao artigo 76.º, a doutrina, tanto jurídica como geocientífica, tem referido que este artigo contém conceitos que são comuns tanto ao Direito, como às geociências. Esta realidade tem-se manifestado inclusivamente nos títulos de obras e artigos publicados⁶. Na

State Practice on the Law of the Sea. 2015, p. 161; TANAKA, Y. - **The International Law of the Sea**. 2015, p. 453 ; BROWN, E. D. - **The international law of the sea**. 1994, p. 1.

⁵ Entre as dissertações de doutoramento que foram recentemente publicadas, podem apontar-se as de SUAREZ, S. V. - **The Outer Limits of the Continental Shelf - Legal Aspects of Their Establishment**. 2008; TASSIN, V. J. - **Les défis de l'extensions du plateau continental - La consécration d'un nouveau rapport de l'Etat à son territoire**. 2011; JENSEN, Ø. - **The Commission on the Limits of the Continental Shelf**. 2014; MAGNÚSSON, B. M. - **The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles - Delineation, Delimitation and Dispute Settlement**. 2015. Outra obra, elaborada em investigação pós-doutoramento é da autoria de BUSCH, S. V. - **Establishing Continental Shelf Limits Beyond 200 Nautical Miles by the Coastal State: A Right of Involvement for Other States?**. 2016.

⁶ Como é o caso, entre outros, das obras COOK, P. J., CARLETON, C. M. - **Continental Shelf Limits: The Scientific and Legal Interface**. 2000; NORDQUIST, M. H., MOORE, J. N., HEIDAR, T. H. - **Legal and Scientific Aspects of Continental Shelf Limits**. 2004; EMEPC - **Aspectos Jurídicos e Científicos da Extensão da Plataforma Continental**. 2006 e GAO, Z., ZHANG, H., LI, J. - **Technical and Legal**

generalidade, estes textos sublinham o facto de o artigo 76.º conter conceitos que são comuns tanto ao Direito, como às geociências, e que esta característica requer um especial cuidado quer no modo como os conceitos se articulam quer na respetiva aplicação. Contudo, a literatura jurídica e científica atualmente existente não refere que tipo de conceitos, jurídico ou científico, do artigo 76.º contribui diretamente para a definição do limite exterior da plataforma continental e, sendo dos dois tipos, como é que estes se articulam.

Como exemplo muito simples, considere-se o artigo 76.º, n.º 1, onde é referido que a plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental. Sob a perspetiva geocientífica esta definição é uma aberração sem sentido, porque plataforma continental e margem continental são conceitos distintos, sendo que o espaço físico correspondente ao primeiro faz parte do espaço físico correspondente ao segundo, compreendendo o último e também outros elementos, por regra, o talude e a elevação continentais. Sob a perspetiva jurídica tratam-se de dois conceitos distintos, cujo sentido e alcance será o que resultar da aplicação dos princípios da interpretação jurídica ao texto do artigo 76.º, às restantes disposições da CNUDM e ainda à Declaração de Entendimento.

Este exemplo, e outros contidos no artigo 76.º descritos ao longo do presente texto, suscita-nos a dúvida de saber se os conceitos contidos neste artigo, resultantes da interpretação jurídica, podem ou não afastar-se consideravelmente dos correspondentes conceitos geocientíficos, tal como eles são entendidos nas geociências. Seguindo o exemplo apontado, plataforma continental e margem continental têm um significado diferente consoante os conceitos sejam considerados no âmbito geocientífico ou no âmbito jurídico.

Um facto que se tem verificado consiste na relutância que a comunidade geocientífica tem demonstrado em interiorizar os conceitos que ela tão bem conhece, mas agora com um significado diferente, resultante da aplicação das regras de interpretação jurídica. Esta constatação, justificada ao longo do texto, em especial na Parte II, serve-nos de porta de entrada

Aspects of the Regimes of the Continental Shelf and the Area. 2013, e dos artigos em revistas NELSON, L. D. M. - The Continental Shelf: Interplay of Law and Science. 2002; ANTUNES, Nuno; PIMENTEL, Fernando - Reflecting on the Legal-Technical Interface of Article 76 of the LOSC: Tentative Thoughts on Practical Implementation. 2003.

para a apresentação da outra matéria analisada na presente dissertação, relativa à CLPC, mais concretamente, as questões de legitimidade relativamente ao exercício das suas funções.

A existência da plataforma continental tal como consta na CNUDM, cuja existência chegou a estar ameaçada na fase inicial da Terceira Conferências das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Terceira Conferência), resultou de um processo de composição de interesses (*package deal*), relativamente aos benefícios decorrentes da exploração da Área, entre os Estados com margens continentais longas e os restantes Estados, em especial os Estados em vias de desenvolvimento e geograficamente desfavorecidos. A CLPC foi criada na Terceira Conferência com a função de examinar, com base no texto da CNUDM e das *Scientific and Technical Guidelines of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*⁷ (Diretrizes Científicas e Técnicas), os dados e informação contidos nas propostas de extensão apresentadas pelos Estados costeiros, tendo em vista garantir a aplicação correta das normas convencionais, salvaguardando uma delimitação correta da Área relativamente às plataformas continentais.

A relação entre a CLPC e os Estados costeiros que apresentaram propostas de extensão é uma relação desigual em desfavor dos Estados costeiros. Embora seja reconhecido que a definição dos limites exteriores da plataforma continental é um ato unilateral do Estado costeiro⁸, o reconhecimento internacional desses limites depende da obtenção de recomendações favoráveis por parte da CLPC⁹. Os Estados costeiros necessitam, assim, de obter recomendações favoráveis relativamente aos limites apresentados na proposta de extensão tendo em vista conseguir, com a maior amplitude possível, o reconhecimento internacional relativamente a esses limites. Caso o Estado costeiro não concorde com as recomendações da CLPC tem duas vias possíveis, apresentar uma proposta nova ou uma proposta revista, estando-lhe vedado o acesso aos procedimentos de solução de controvérsias estabelecido na Parte XV da CNUDM. Perante opiniões diferentes entre o Estado costeiro e a CLPC, não existe “direito a recurso”, sendo a via a seguir por parte do Estado costeiro apenas uma das

⁷ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Scientific and Technical Guidelines of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. [CLCS/11/Corr.2/Add.1/Corr.1] 1999.

⁸ INTERNATIONAL TRIBUNAL FOR THE LAW OF THE SEA - *Dispute Concerning Delimitation of the Maritime Boundary Between Bangladesh and Myanmar in the Bay of Bengal*, 14 março 2012. Caso n.º 16. (Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar). Parágrafo 407, p. 119.

⁹ *Ibidem*.

anteriormente mencionadas.

Os projetos para a definição dos limites exteriores da plataforma continental, comumente designados por projetos de extensão da plataforma continental, são projetos de grande importância para os Estados costeiros, visto tratar-se da definição de novas áreas onde vão ser exercidos direitos de soberania e jurisdição. Face à natureza das funções da CLPC, e aos efeitos que as suas recomendações têm para os Estados costeiros, é natural que estes esperem da CLPC um elevado padrão de desempenho, que se traduza em decisões corretas face à CNUDM e aos princípios do Direito Internacional. O poder que a CLPC tem relativamente aos Estados costeiros, o modo como o exerce e os resultados que apresenta suscitam o interesse e a atenção por parte da comunidade internacional¹⁰, no sentido de saber se o resultado do

¹⁰ Não existe consenso no que respeita ao termo “comunidade internacional”. Arjun APPADURAI refere que a dita comunidade internacional não é comunidade, nem internacional. Não é internacional porque, como ideia moral que é, não existe sob a forma organizacional. Não é comunidade porque tem pouco a ver com relações sociais, espaço de intimidade ou amizade de longo termo, *vide* APPADURAI, A. - Broken Promises. 2002, p. 42. Reconhecendo a ambiguidade do termo, David ELLIS defende que as Nações Unidas podem, de modo convincente, representar a comunidade internacional porque compreende as bases morais e legais da sociedade internacional aceites pelos Estados, tendo autonomia para atuar em seu nome, *vide* ELLIS, D. C. - On the possibility of «international community». 2009. Antonio CASSESE associa diretamente o conceito e a emergência da comunidade internacional, tal como se encontra presentemente estruturada, ao Tratado de Paz de Westphalia, de 1648, resumindo de um modo genérico o conceito à comunidade de Estados, *vide* CASSESE, A. - **International Law**. 2005, pp.3-45. Os tribunais internacionais têm feito frequentes referências ao termo comunidade internacional. Sendo este um tema de grande interesse, mas fora do objeto do presente estudo, adotamos um entendimento próximo de CASSESE e ELLIS, pelo que ao longo o texto as referências ao termo comunidade internacional pretendem significar, por uma questão de simplificação, a comunidade de Estados soberanos que fazem parte das Nações Unidas. Estamos cientes que se trata de uma opção, em termos genéricos, redutora, por não incluir outros sujeitos de direito internacional, nomeadamente, organizações internacionais. Ainda assim, consideramos que a restrição nos termos em que foi referida é suficiente no âmbito da presente dissertação. São os Estados, ou antes, alguns Estados, que podem definir o limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas marítimas, sendo a grande maioria das questões daí decorrentes, resolvidas entre cada Estado e a CLPC, ou então entre Estados, em situações de resolução de controvérsias sobre delimitação da plataforma continental. A organização internacional que maior interesse poderá ter nesta matéria é a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (AIFM). Neste caso, o facto de, nos termos do artigo 156.º, n.º 2, da CNUDM, todos os Estados Partes da CNUDM serem *ipso facto* membros da AIFM, mitiga a deficiência apontada quando à fraqueza da opção seguida.

exercício das suas funções é adequado e justo, o que conduzirá ao seu apoio e aceitação.

Apresentada a matéria que é objeto da presente dissertação, propomo-nos, relativamente a ela, responder a duas questões: a primeira relacionada com a natureza dos conceitos do artigo 76.º, a outra com a CLPC, em matéria respeitante ao exercício das suas funções. As questões são as seguintes:

Questão 1 Os conceitos do artigo 76.º que contribuem diretamente para a definição do limite exterior da plataforma continental são jurídicos ou geocientíficos? Sendo simultaneamente jurídicos e geocientíficos, qual a relação entre eles e qual deles é aplicado na definição do limite exterior da plataforma continental?

Questão 2 Qual a legitimidade da CLPC, tendo por base o modo como tem vindo a ser constituída e como tem exercido as suas funções?

Estas questões estão profundamente interligadas, uma vez que as Diretrizes Científicas e Técnicas constituem uma interpretação da CNUDM que, não sendo obrigatória para os Estados Partes, o é para a CLPC. Uma interpretação incorreta dos conceitos do artigo 76.º dará origem a uma aplicação inconsistente e, por vezes, incorreta daquele artigo, o que poderá pôr em causa a imagem da CLPC, bem como a sua credibilidade.

Na presente dissertação, a cada uma destas questões corresponderá uma parte. Assim, na Parte I é efetuada uma breve descrição da evolução histórica do conceito de plataforma continental e dos seus limites. Tratando-se de um estudo sobre os conceitos do artigo 76.º, a pesquisa incidiu sobre a evolução do modo como o limite exterior da plataforma continental evoluiu desde o tempo em que este conceito apareceu, até à solução contida no artigo 76.º da CNUDM. Depois, é efetuada uma análise comparativa conceitos do artigo 76.º, tanto quanto ao entendimento que deles é seguido no âmbito das geociências, como ao que resulta da interpretação jurídica do artigo. Finalmente, com esteio no trabalho comparativo realizado, são aferidas as diferenças interpretativas, avaliada a respetiva natureza dos conceitos e aclarado o contributo de cada um deles na aplicação do artigo 76.º.

Uma nota complementar ao anteriormente referido, agora no sentido de delimitar o âmbito da presente dissertação. Ao longo da Parte I procuraremos centrar-nos apenas, e tão só,

na natureza dos conceitos do artigo 76.º que contribuem diretamente para a definição do limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas marítimas, entrando numa área temática que se crê como inovadora no âmbito do estudo da plataforma continental. Assim, qualquer abordagem temática sobre matérias desenvolvidas nas obras anteriormente citadas¹¹, ou outras de natureza idêntica, tem em vista exclusivamente a construção dogmática do que se pretende demonstrar, evitando o rebater de entendimentos já expostos, salvo em casos particulares que possam resultar da divergência de opiniões relativamente a matérias específicas que fazem parte do objeto em análise. Ficam, assim, de fora da presente dissertação matérias importantes relativas à plataforma continental, como as respeitantes aos restantes artigos da Parte VI da CNUDM, bem como outras áreas com maior relevo geopolítico e geoestratégico, mas igualmente relevantes no âmbito do Direito Internacional, também de grande interesse e atualidade, como é o caso da problemática da plataforma continental no Ártico e na Antártida.

A segunda questão é respondida na Parte II. Aqui começamos por analisar as funções da CLPC e o modo como podem ser resolvidas as controvérsias resultantes das suas decisões. Posteriormente, tendo em vista apreciar a legitimidade da CLPC sob as perspetivas clássicas de legitimidade de título e legitimidade de exercício, são definidos e apreciados fatores legitimadores. A legitimidade de título é avaliada, essencialmente, sob a perspetiva da liberdade de escolha que os Estados Partes têm para, livremente, escolher os candidatos que entendam melhor poder desempenhar funções na CLPC. Esta liberdade de escolha está inevitavelmente condicionada pelo comprometimento de votos, facto que é comum nas eleições no âmbito de organizações internacionais, pelo princípio da representação regional e pela circunstância de, frequentemente, o número de candidatos corresponder ao número de vagas.

A legitimidade de exercício é avaliada por dois tipos de fatores. O primeiro, tem a ver com o exercício de funções por parte dos membros da CLPC, em particular, com o modo como estão definidos e são cumpridos os deveres de independência, imparcialidade e integridade. O segundo fator incide, essencialmente, sobre condicionantes associadas à CLPC enquanto órgão. Algumas destas resultam do texto da CNUDM sendo, por isso, de solução aparentemente mais complexa. Os outros fatores têm origem no modo como a CLPC se auto regula e funciona.

Embora colateral relativamente às Partes anteriores, mas por se tratar da definição dos

¹¹ *Vide* nota 5.

limites exteriores da plataforma continental, na Parte III é efetuada uma brevíssima apreciação do projeto de extensão de Portugal, tendo por referência a proposta apresentada em 2009¹². O texto baseia-se na nossa experiência adquirida nos cerca de oito anos em que prestámos serviço na Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC), nas funções de assessor jurídico e coordenador jurídico, cargo desempenhado à data da entrega da proposta de extensão junto da CLPC e, de 2011 a 2012, em substituição do responsável da EMEPC. Tratando-se de matéria que não é do conhecimento público, o texto baseia-se numa descrição dos factos e de uma interpretação pessoal dos mesmos, assente em dados e informação públicos.

¹² PORTUGAL - *Continental Shelf Submission of Portugal Pursuant to Article 76 Paragraph 8 of the United Nations Convention on the Law of the Sea - Executive Summary*, 12 maio 2009.

Em agosto de 2017 foi apresentada uma revisão à proposta apresentada em 2009, *vide* PORTUGAL - *Continental Shelf Submission of Portugal Pursuant to Article 76 Paragraph 8 of the United Nations Convention on the Law of the Sea - Executive Summary - 2017 Update*, 1 agosto 2017.

APONTAMENTOS METODOLÓGICOS E TERMINOLÓGICOS

Apresentado o tema, vimos agora descrever alguns dos critérios adotados ao longo da elaboração da presente dissertação. A primeira explicação vai para o modo como são apresentadas as matérias dos Capítulos 2 e 3 da Parte I. Referindo-se em larga extensão aos mesmos conceitos, seria pertinente questionar a razão da não integração de cada um destes num único número, num só capítulo. Uma vez que o Capítulo 3 da Parte I corresponde a análise da natureza, jurídica ou geocientífica, de cada um dos conceitos apresentados, considerámos que essa apreciação seria melhor conseguida conhecendo previamente todos os conceitos em causa, uma vez que existe uma interligação importante entre a maioria deles. Assim, primeiro são apresentados todos os conceitos, seguidamente é analisado cada um deles quanto à respetiva natureza.

Uma das características inerente ao Direito do Mar, diferente dos outros ramos de Direito, consiste no facto de este incidir sobre realidades que são representáveis. Conceitos como linha de costa, área marinha protegida, limite exterior da plataforma continental, entre tantos outros, são passíveis de representação gráfica. Consideramos que o texto da presente dissertação seria virtualmente impercetível sem o recurso a figuras. Foi este o motivo para a opção seguida de incluir as figuras que constam em anexo ao presente texto, que se consideraram necessárias, tendo por preocupação adicional simplificá-las tanto quanto possível sem perder o rigor que é exigido a um trabalho desta natureza. Salvo menção expressa em contrário, as figuras da presente dissertação são da nossa autoria. Todas as figuras que representam mapas ou outras ilustrações produzidas a partir de sistemas de informação geográfica (SIG) basearam-se em dados existentes nas bases de dados públicas internacionais¹³.

Em cumprimento das normas internas da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, as referências bibliográficas da presente dissertação foram elaboradas com base na Norma

¹³ A linha de costa mundial foi obtida a partir de OPEN STREET MAP - **OpenStreetMapData**. [Em linha] [Consultado em 25 ago. 2017]. Disponível em WWW:URL:<http://openstreetmapdata.com/info/contact>; a batimetria foi obtida a partir de NOAA - **ETOPO 1 Global Relief Model**. [Em linha] [Consultado em 8 fev. 2017]. Disponível em WWW:URL:<https://www.ngdc.noaa.gov/mgg/global/global.html>; a espessura de sedimentos em NOAA - **Total Sediment Thickness of the World's Oceans and Marginal Seas, Version 1**. [Em linha] [Consultado em 8 fev. 2017]. Disponível em WWW:URL:<https://www.ngdc.noaa.gov/mgg/global/global.html>.

Portuguesa 405¹⁴ (NP 405), na versão e com as alterações presentemente em vigor, utilizando a opção “citação em nota”¹⁵. Tendo em vista facilitar a leitura citações repetidas ao longo do texto, em vez da tradicional menção *op. cit.*, ou *cit.*, remetida à nota que se pretende citar, tomámos a liberdade de repetir a referência tal como consta na primeira citação, *i.e.*, autor/título/ano. Relativamente às citações de organismos internacionais, que frequentemente são extensas, citámos a primeira referência por extenso, conforme determina a NP 405, sendo as subsequentes apenas identificadas pelos números de referência do documento, evitando assim ocupação desnecessária de texto sem informação adicional relevante.

Em conclusão aos aspetos formais, sublinha-se ainda o facto de todos os artigos citados na dissertação serem relativos à CNUDM, salvo menção expressa em sentido contrário (*i.e.*, referência a diploma ou convenção). No sentido de facilitar a leitura, são traduzidas para a língua portuguesa algumas partes consideradas relevantes de documentos oficiais relativamente aos quais não existe tradução oficial em Português. Nestes casos, salvo menção expressa em contrário, constitui tradução livre do autor, sendo apresentada a versão original em língua inglesa de modo a que o leitor possa, facilmente, comparar as versões.

Passando agora a aspetos metodológicos mais diretamente ligados à substância do texto, deixamos as notas que a seguir se descrevem. Relativamente aos vários elementos terminológicos ligados à delimitação do limite exterior da plataforma continental, começamos por esclarecer que por “extensão da plataforma continental” deve entender-se a definição do limite exterior da plataforma continental além das 200 milhas marítimas. Embora, em rigor, se trate de uma expressão incorreta e imprecisa, consolidou-se na linguagem corrente por constituir uma composição verbal mais simples. Por “projeto de extensão da plataforma continental”, adiante designado de modo abreviado apenas por “projeto de extensão”, deve entender-se todas as ações (incluindo campanhas no mar, estudos, planeamento e trabalhos

¹⁴ INSTITUTO PORTUGUÊS DE QUALIDADE - **Norma Portuguesa NP 405-1 - Informação e documentação**. 1995; INSTITUTO PORTUGUÊS DE QUALIDADE - **Norma Portuguesa NP 405-2 - Informação e documentação. Referências bibliográficas - Parte 2: Materiais não livro**. 1998; INSTITUTO PORTUGUÊS DE QUALIDADE - **Norma Portuguesa NP 405-3 - Informação e documentação. Referências bibliográficas - Parte 3: Documentos não publicados**. 2002; INSTITUTO PORTUGUÊS DE QUALIDADE - **Norma Portuguesa NP 405-4 - Informação e documentação. Referências bibliográficas - Parte 4: Documentos electrónicos**. 2003.

¹⁵ NP 405, pp. 40-41.

realizados) necessárias à elaboração dos documentos apresentados, ou ainda a apresentar, à CLPC, tendo em vista a definição do limite exterior da plataforma continental, e à publicação desses limites na legislação interna e junto dos órgãos competentes das Nações Unidas. A “proposta de extensão”¹⁶ engloba os documentos apresentados, ou ainda a apresentar, à CLPC, que definem o limite exterior da plataforma continental além das 200 milhas marítimas, incluindo os dados, metadados e doutrina relevante utilizada. A expressão “processo de extensão” refere-se às várias fases processuais que a proposta de extensão atravessa, desde o início da preparação da proposta de extensão, passando pela respetiva entrega na CLPC, até ao depósito das cartas que contêm os limites exteriores junto do Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU), nos termos do artigo 84.º da CNUDM.

Ao longo do texto da presente dissertação seguimos a terminologia usada pelo Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM), quanto ao uso dos termos “delineação” vs. “delimitação”, da plataforma continental e das restantes zonas marítimas. Refere o TIDM que existe uma distinção clara entre delimitação da plataforma continental nos termos do artigo 83.º da CNUDM, e delineação dos seus limites exteriores, em conformidade com o artigo 76.º. Na última situação, refere o TIDM, está atribuída à CLPC a função de fazer recomendações aos Estados costeiros sobre os assuntos relativos à delineação dos limites exteriores da plataforma continental, mas fá-lo sem prejuízo da delimitação de fronteiras marítimas¹⁷. Para além destes termos, usados em circunstâncias idênticas às referidas pelo TIDM, é também utilizado o termo “definição” do limite exterior da plataforma continental, na linha da expressão anglo-saxónica “*establishment*” of the outer limits of the continental shelf, por regra, em situações abstratas.

O termo “milha”, usado de ora em diante na presente dissertação, significa “milha marítima”. É frequente nos textos em língua portuguesa, incluindo legislação, a unidade de

¹⁶ Termo que resulta da tradução na versão oficial em língua portuguesa do termo em língua inglesa *submission*. Vide MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar - Versão em Língua Portuguesa com Anexos e Acta Final da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**. 1985.

¹⁷ Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar). Parágrafo 376, p. 111. Para um maior desenvolvimento sobre esta distinção, *vide*, entre outros, FERRÃO, M. C. - **A delimitação da Plataforma Continental além das 200 Milhas Náuticas**. 2009, p. 76-77; MAGNÚSSON, Bjarni Már - **The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles - Delineation, Delimitation and Dispute Settlement**. 2015, pp. 2-3.

distância no mar vir referida em milhas náuticas. A Lei n.º 34/2006, de 28 de julho¹⁸ (Lei 34/2006) define “milha náutica” como a distância correspondente a 1.852 metros (m)¹⁹. Ao longo do tempo a lei portuguesa não tem sido coerente no que respeita ao termo usado para esta unidade de comprimento, embora sempre tenha estado subjacente que se trata de uma dimensão equivalente ao valor definido na Lei 34/2006, tal como foi aprovado na Conferência Hidrográfica Internacional, em 1929. A designação em língua inglesa desta unidade é *international nautical mile*, também referida abreviadamente por *nautical mile*²⁰. A falta de coerência terminológica esteve também presente a nível internacional por ocasião dos trabalhos preparatórios das Convenções de Genebra, levados a cabo pela Comissão de Direito Internacional (CDI). O relatório que a CDI enviou à Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU) referia que os termos *mile*, *mille* e *milla* - respetivamente nas versões em língua inglesa, francesa e espanhola do projeto da Convenção de Genebra sobre o Mar Territorial e Zona Contígua, de 1958 (CGMTZC) - significavam, pela mesma ordem, *nautical mile*²¹, *mille marin*²² e *milla marina*²³, todas com o valor de 1.852 metros. Na versão portuguesa das Convenções de Genebra, de 1958, publicada no Decreto-Lei n.º 44.490, de 3 de agosto de

¹⁸ DIÁRIO DA REPÚBLICA. Lei n.º 34/2006, de 28 de julho - **Determina a extensão das zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional e os poderes que o Estado Português nelas exerce, bem como os poderes exercidos no alto mar.** [Em linha] [Consultado em 25 jan. 2016] Disponível em WWW:<URL:dre.pt/application/file/a/539336>

¹⁹ *Ibidem*, artigo 4.º, al. e).

²⁰ Vide, entre outros, a unidade de distância nas várias definições das zonas marítimas, INTERNATIONAL HYDROGRAPHIC ORGANIZATION - **Hydrographic Dictionary**. [Em linha]. 5ª ed. Monaco: International Hydrographic Organization, 1994, [Consultado em 25 ago. 2017]. Disponível em WWW:URL:https://www.iho.int/iho_pubs/standard/S-32/S-32-eng.pdf, p.

²¹ INTERNATIONAL LAW COMMISSION - *Yearbook of the International Law Commission*, 1956. 2 vol. [Em linha]. New York: United Nations, 1956, Disponível em WWW:URL:http://legal.un.org/docs/?path=../ilc/publications/yearbooks/english/ilc_1956_v2.pdf&lang=E, p. 256.

²² COMMISSION DU DROIT INTERNATIONAL - *Annuaire de la Commission du Droit International Vol II*, 1956, [Em linha]. New York: United Nations, 1956, [Consultado em 8 dez. 2017]. Disponível em WWW:URL:http://legal.un.org/ilc/publications/yearbooks/french/ilc_1956_v2.pdf, p. 256.

²³ COMISIÓN DE DERECHO INTERNACIONAL - *Anuario de la Comisión de Derecho Internacional*, 1956, [Em linha]. New York: United Nations, 1956, [Consultado em 8 dez. 2017]. Disponível em WWW:URL:http://legal.un.org/ilc/publications/yearbooks/spanish/ilc_1956_v2.pdf, p. 252.

1962²⁴, a designação usada para aquela unidade de distância foi “milha marítima”. Não obstante, a Lei n.º 2.130, de 22 de agosto de 1966²⁵, afastando-se da designação adotada na legislação portuguesa poucos anos antes, refere-se às distâncias no mar apenas por “milha”.

A entrada em vigor da CNUDM não veio trazer uniformidade a esta nomenclatura. As designações para a unidade de comprimento no mar nas línguas inglesa, francesa e espanhola vieram, nesta Convenção, a ser *nautical mile*, *mille marin* e *milla marina*. Os sete países de língua oficial portuguesa elaboraram uma versão única para o texto da CNUDM, que foi publicada em 1985 pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros²⁶. A designação “milha marítima” contida neste documento não corresponde a uma tradução direta de qualquer outra designação nas línguas oficiais do texto convencional. Não pode, igualmente, dizer-se que consiste numa tradução do termo “*sea mile*”, visto que “*sea*” na língua inglesa não corresponde a “marítimo(a)” em língua portuguesa. Tratou-se, por isso, de uma adoção, não de uma tradução, que manteve a opção já tomada relativamente aos textos das quatro Convenções de Genebra de 1958. O texto da CNUDM publicado no Diário da República²⁷ manteve a designação “milha marítima” adotada pelos países de língua oficial portuguesa, terminologia que voltou a ser modificada, como referido anteriormente, para “milha náutica” na Lei 34/2006.

Por último, as distâncias relativamente ao território emerso, ou referidas à linha de base,

²⁴ DIÁRIO DA REPÚBLICA. Decreto-Lei n.º 44490/63, de 3 de agosto - **Aprova, para ratificação, a Convenção sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua, a Convenção sobre o Alto Mar, a Convenção sobre a Pesca e a Conservação dos Recursos Biológicos do Alto Mar, a Convenção sobre a Plataforma Continental e o Protocolo de Assinatura Facultativa relativo à Regularização Obrigatória das Divergências**. [Em linha], atual. de agosto. 1963. [Consultado em 8 dez. 2017].

Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/163963>>

²⁵ DIÁRIO DA REPÚBLICA. Lei n.º 2130/66, de 22 de agosto - **Promulga as bases sobre jurisdição do mar territorial e a zona contígua**. [Em linha], atual. de agosto. 1966. [Consultado em 8 dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/469501>>

²⁶ MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar - Versão em Língua Portuguesa com Anexos e Acta Final da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**. Lisboa: Biblioteca Diplomática - Série C, 1985.

²⁷ DIÁRIO DA REPÚBLICA. Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 - **Aprova, para ratificação, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da mesma Convenção**. [Em linha], atual. de outubro de. 1997. [Consultado em 8 dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/a/152861>>

subentendem-se, salvo menção expressa noutro sentido, como sendo efetuadas às linhas de base a partir da qual se mede a largura do mar territorial²⁸

²⁸ CNUDM, artigos 3.º, 33.º, n.º 2, e 57.º, respetivamente, para o mar territorial, zona contígua e ZEE.

**PARTE I ANATOMIA DO ARTIGO 76.º: A
PROBLEMÁTICA DA APLICAÇÃO TÉCNICA
DE CONCEITOS JURÍDICOS**

CAPÍTULO 1

BREVE REFERÊNCIA À EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO LIMITE EXTERIOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL

1. LEITO E SUBSOLO COMO PARTE DO ALTO MAR

Até à segunda metade do século XIX não existia diferenciação jurídico-conceitual entre o leito do mar, o respetivo subsolo, e a sua camada líquida sobrejacente quando situada fora da jurisdição dos Estados costeiros. Superfície, espessura das águas e correspondentes fundos marinhos, incluindo, naturalmente, o respetivo leito e subsolo, eram integrados na designação genérica de “alto mar”. Assim, qualificar juridicamente o leito e o fundo do mar passava, necessariamente, por qualificar o alto mar, uma vez que este conceito era genérico e englobava os anteriores²⁹.

Em torno do alto mar, confrontaram-se historicamente duas concepções quanto à respetiva natureza. O alto mar poderia ser visto como *res nullius*, entendido como um espaço que não pertencia, nem poderia pertencer a nenhum Estado. Por outro lado, uma corrente diferente sustentava que o alto mar seria, antes, uma *res communis*³⁰. Sob este ponto de vista o alto mar

²⁹ GIDEL, G. - **Le Droit International Public de La Mer - La Haute Mer**. 1932, pp. 498-501 ; HIGGINS, A. P. - **Higgins and Colombos on the International Law of the Sea**. 1951, pp. 53-54. A este respeito Constantine COLOMBOS refere «*A clear distinction must be drawn between the bed of the sea and the subsoil. As regards of the former, the better opinion appears to be that it is incapable of occupation by any state and its legal status is the same as that of the waters of the open sea*», vide COLOMBOS, C. J. - **The Law of the Sea**. 1967, p. 67. No decurso e após a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, vários autores americanos usaram como argumento base para a rejeição do regime da área o facto de, tradicionalmente, os fundos marinhos para lá das jurisdições nacionais fazerem parte do alto mar, compreendendo a liberdade de prospeção e exploração mineira. Vide, entre outros, VAN DYKE, J., YUEN, C. - *Common Heritage v. Freedom of the High Seas: Which Governs the Seabed*. 1981, pp. 501-508;

³⁰ Relativamente às diversas visões sobre a natureza do alto mar e fundos marinhos para lá das jurisdições nacionais vide O'CONNELL, D. - **The International Law of the Sea**. 1983, Vol. 1, pp. 449-450, 453-458; DUPUY, R.-J. editor - **A Handbook on the New Law of the Sea**. 1991, Vol. 1, p. 399; GOTLIEB, A. E. - *Recent Developments Concerning the Exploration and Exploitation of the Ocean Floor Legislation*. 1969,

seria pertença simultânea e conjunta de toda a comunidade internacional. Gilbert GIDEL rejeitava a classificação como *res nullius* nos termos em que era tradicionalmente apresentada. Dizia este autor que classificar o alto mar como *res nullius* significaria que o alto mar não seria suscetível de direitos privativos por parte de nenhum Estado uma vez que não é suscetível de ocupação que pudesse conduzir ao exercício dos tais direitos privativos. Nesta perspetiva, o alto mar seria, antes, *res extra patrimonium*³¹. Adiantava ainda GIDEL que uma qualificação como *res nullius* implicaria, originalmente, a ideia de apropriação virtual. Poderia ser classificada deste modo a coisa que, não sendo de ninguém, passaria a pertencer a quem primeiro a ocupasse ou a submetesse à sua posse, *res nullius cedit primo occupanti*. De acordo com este entendimento seriam *res nullius* não o alto mar em si, mas os objetos materiais que lá se encontram e que fossem suscetíveis de ser apropriados, tais como os peixes, as areias, os corais, etc. Do mesmo modo, GIDEL também não considerava adequada a classificação do alto mar como *res communis*, entendendo-a, tal como a precedente, inexata. Sendo *res communis*, o alto mar não poderia ser objeto de nenhum direito de soberania³², facto que não corresponde à realidade, uma vez que todos os Estados podem fruir do alto mar como se de um condomínio se tratasse³³. No entendimento de GIDEL a natureza jurídica do alto mar não se enquadraria, assim, em nenhum daqueles conceitos.

A linha de pensamento anteriormente referida encaixava no raciocínio defendido publicamente, menos de uma década antes, por Paul FAUCHILLE. Considerava este autor que não era correto associar a natureza jurídica do alto mar a qualquer dos conceitos anteriormente mencionados³⁴, de um modo geral, com uma argumentação idêntica à de GIDEL. Na opinião de FAUCHILLE o alto mar é uma “coisa” que não pertence, nem pode pertencer, a ninguém, à comunidade dos Estados ou a um Estado, mas cuja utilização é eternamente aberta e comum a

p. 262; WALKER, C. W. - Jurisdictional Problems Created by Artificial Islands Law Note. 1972, pp. 650-651; KISS, A. - The Common Heritage of Mankind: Utopia or Reality? 2001, p. 323; SLOUKA, Z. - **International Custom and the Continental Shelf - A Study in the Dynamics of Customary Rules of International Law**. 1968, pp. 162-165.

³¹ GIDEL, G. - **Le Droit International Public de La Mer - La Haute Mer**. 1932, p. 211 e ss.

³² *La mer, si elle était res communis, ne pourrait donc (...) être objet d'aucun droit de souveraineté.*

³³ *Ibidem*, pp. 215-216.

³⁴ FAUCHILLE, P. - **Traité de Droit International Public**. 1925, p. 15.

todas as nações³⁵. É, por isso, *maris communem usum omnibus hominibus*³⁶.

Na doutrina nacional, a primeira concepção encontrou acolhimento nas posições defendidas pelo Comandante Carlos TESTA, que sintetizava em três os argumentos contrários à apropriação do alto mar³⁷. O primeiro argumento era sustentado no facto de qualquer direito de propriedade implicar, necessariamente, a faculdade do seu titular exercer uma ação imediata, permanente e exclusiva sobre o objeto possuído. Referia aquele autor que *«no alto mar, diversamente do que sucede no território continental, não pode ter lugar essa posse, permanente e exclusiva (...) Impotente para n'ele edificar ou solidamente construir, nenhum povo pode ali fixar seu pavilhão, como símbolo permanente do seu domínio»*³⁸. Depois, sendo o mar um elemento indispensável ao contacto e aproximação dos povos, qualquer impedimento ao seu uso, não se traduziria numa vantagem especial para o seu titular, mas numa verdadeira desvantagem genérica para toda a comunidade internacional. Deste modo, *«impedir os outros de gozar, sem que daí resulte vantagem própria, é contrária à lei natural»*³⁹. Por último, admitir que um Estado exercesse soberania ou jurisdição sobre o alto mar, significaria que esse Estado era superior a todos os restantes. Uma situação que iria *«contra o que estatuem os direitos de independência e de igualdade, pois todas as nações, embora variem em forças e recursos, são iguais em direitos recíprocos»*⁴⁰.

Outra concepção foi seguida em Portugal por Silvestre PINHEIRO FERREIRA. Este autor defendia que o mar situado além da linha de fronteira marítima, seria uma área que *«apenas poderia pertencer em comum a todas as nações do universo»*⁴¹. Qualquer supremacia do Estado sobre o “grande oceano” só podia ter como fundamento a força, e por isso mesmo, seria absurda, *«porque no fim de contas, por muito forte que qualquer um seja, não será mais forte que todo*

³⁵ *Ibidem*, p. 15 : «c'est que la haute mer est une chose qui n'appartient et ne peut appartenir à personne, pas plus à la communauté des Etats qu'à un Etat déterminé, mais dont l'usage reste éternellement ouvert et commun à toutes les nations».

³⁶ *Ibidem*, p. 15.

³⁷ TESTA, C. - **Princípios Gerais e Regras Práticas de Direito Internacional Marítimo**. 1882, pp. 63.

³⁸ *Ibidem*, p. 63.

³⁹ *Ibidem*, p. 64.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ FERREIRA, S. P. - **Cours de droit public interne et externe: Du droit public externe, ou droit des gens**. 1830, p. 404.

o mundo»⁴².

Quaisquer dos entendimentos anteriormente indicados assentavam numa regra fundamental, o princípio da liberdade dos mares. Esta liberdade genérica compreendia, por sua vez, um conjunto de liberdades parcelares, cujo regime foi pela primeira vez estudado por FAUCHILLE⁴³ e consistiam nas liberdades de navegação, pesca, colocação de cabos submarinos e realização de trabalhos e construções no leito e subsolo do mar⁴⁴.

Cecil HURST, no início dos anos vinte, defendeu como um direito do Estado costeiro a exploração de espécies sedentárias do fundo do mar uma vez que se conformariam com as liberdades de pesca no alto mar, desde que não colidisse com as liberdades de navegação⁴⁵. No entanto, a partir dessa época e num contexto algo diferente, a classificação apresentada bem como a respetiva teorização jurídica, começaram a configurar-se como insuficientes face às necessidades que à época iam surgindo e se vislumbravam como prováveis num futuro próximo, tais como a exploração mineira⁴⁶ e, em especial, a construção dos túneis submarinos sob o canal da Mancha e estreito de Gibraltar. Obras desta natureza implicariam a ocupação de largas parcelas do subsolo marinho que se situariam muito para além do que na altura era considerado como subsolo pertencente e incluído no espaço correspondente aos mares territoriais.

Face a estas novas necessidades perguntava-se então, num primeiro momento, até que ponto é que os trabalhos no subsolo e, consequentemente, a ocupação definitiva da parcela correspondente do subsolo marinho se coadunavam com as liberdades de alto mar. Depois, a questão poderia ir mais além, ficando por saber, tendo em conta a dimensão do empreendimento que a construção de um túnel daquela natureza representa, se seria lícita a utilização do leito do mar, entendido como a parte do subsolo que está em contacto com a água, nas atividades de

⁴² *Ibidem*, p. 405. Versão original : «*parce qu'au bout du compte, quelque fort qu'on soit, on n'est jamais plus fort que tout le monde*».

⁴³ *Ibidem*, pp. 21-22.

⁴⁴ GIDEL, G. - **Le Droit International Public de La Mer - La Haute Mer**. 1932, p. 30.

⁴⁵ “*the recognition of special property rights in particular areas of the bed of the sea outside the marginal belt for the purpose of sedentary fisheries does not conflict in any way with the common enjoyment by all mankind of the right of navigation of the waters lying over those beds or banks*» HURST, C. - *Whose is the Bed of the Sea?* 1923, pp. 42-43.

⁴⁶ V. g. as minas da Cornualha e Cumberland, no Reino Unido

apoio à construção do túnel.

FAUCHILLE defendia a licitude do empreendimento justificando que a construção do túnel implicaria apenas a ocupação do leito e subsolo marinhos. Afirmava ainda que o leito e o fundo do mar, contrariamente às águas que lhes estão suprajacentes, podem ser objeto de uma ocupação permanente, constituindo deste modo um direito exclusivo de soberania⁴⁷. A razão deste entendimento consistia no facto de, como este autor afirma, os trabalhos necessários para a construção do túnel não estorvarem a navegação e a livre comunicação dos povos, que consistem na principal razão de ser do princípio da liberdade do alto mar. Indo a favor deste princípio, a construção do túnel vai de encontro à finalidade proposta pelo princípio da liberdade do alto mar, promovendo a desejada aproximação entre os povos. Contrário ao princípio anteriormente enunciado seria, por exemplo, a elevação de pilares assentes no fundo do mar, uma vez que se tornariam num obstáculo e num entrave à livre circulação marítima⁴⁸.

Face ao acima mencionado, apesar de não ser referido expressamente pelo autor, poderá dizer-se que FAUCHILLE não distinguia, quanto à natureza, o alto mar do leito e subsolo marinhos, constituindo todos eles a mesma realidade: o alto mar. A distinção mais significativa residia quanto ao modo de utilização e à suscetibilidade de apropriação: o leito e subsolo marinhos poderiam ser apropriados desde que a utilização dada não constituísse obstáculo às liberdades de navegação, enquanto o alto mar teria que permanecer livre de qualquer ocupação.

Contrariamente a FAUCHILLE, GIDEL⁴⁹ defendeu a necessidade de distinguir, quanto ao regime, o leito do respetivo subsolo, atribuindo a esta matéria, como ele refere, a maior importância. A razão apontada reside no facto de, contrariamente ao subsolo, todos os trabalhos efetuados no leito do alto mar comportarem necessariamente uma repercussão, mais ou menos intensa, mas inevitável, na utilização do alto mar. Daqui poderiam resultar situações que, potencialmente, poderiam restringir, mesmo de modo muito ténue, as outras possibilidades de utilização do alto mar. Por outro lado, prossegue GIDEL, não existe qualquer conflito entre a ocupação do subsolo por parte de um Estado e as liberdades de navegação do alto mar,

⁴⁷ FAUCHILLE, P. - **Traité de Droit International Public**. 1925, p. 61.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 61.

⁴⁹ Alguns anos mais tarde GIDEL vem reconhecer importância acrescida ao tema relativo à diferenciação do regime do subsolo (*tréfond de la mer*), autonomizando o estudo desta matéria num capítulo da obra referenciada. *Vide* GIDEL, pp. 507 e ss.

bastando-lhe, para que seja lícita, que não tenha qualquer repercussão atual, futura ou provável, no território terrestre ou marítimo de outros Estados, ou nas atividades por estes legitimamente encetadas no subsolo marítimo. Pressupunha ainda, no que respeita a este tipo de trabalhos, que não tenham qualquer repercussão no leito do alto mar e que o ponto de partida dos trabalhos sejam o território do Estado empreendedor ou o seu mar territorial⁵⁰.

O entendimento defendido por GIDEL apresentou uma evolução relativamente às teses de FAUCHILLE, distinguindo claramente o subsolo marinho dos restantes elementos a ele ligados: o fundo do mar e a massa de água suprajacente, que constitui o alto mar. Quanto à natureza jurídica, o subsolo parece subsumir-se no conceito de *res nullius* tal como era defendido por este autor e FAUCHILLE, consistindo num bem de ninguém, mas suscetível de ser apropriado. Nesta fase de evolução do Direito do Mar os limites da soberania e jurisdição dos Estados costeiros sobre o leito e subsolo marinho coincidiam com os limites do mar territorial⁵¹. A ideia de associar os fundos marinhos imediatamente adjacentes à parte emersa do Estado costeiro já tinha sido pensada em 1803 por Gérard RAYNEVAL⁵² e posteriormente apresentada, em 1864, por um outro clássico, ORTOLAN⁵³. Em 1870 René VALIN defende que a soberania de um Estado sobre as águas que banham as suas costas deve chegar até à porção de terra que lhes fica submersa⁵⁴.

Contudo, a primeira referência ao termo plataforma continental (*continental shelf*) foi feita por Hugh Robert MILL. Numa obra publicada em 1892, MILL referia, sob o tema “*origin of the continental shelf*”, que as ações das correntes e marés deixavam de ser perceptíveis à

⁵⁰ *Ibidem*, pp. 508-509.

⁵¹ Sobre a evolução da distância correspondente ao limite exterior do mar territorial até à CGMTZC *vide*, entre outros, O’CONNELL, D. - **The International Law of the Sea**. 1983, pp. 124-161; BASTOS, F. L. - *A Soberania no Mar - Os Poderes do Estado Português no Mar*. 2010, p. 35; TANAKA, Y. - **The International Law of the Sea**. 2015, pp. 20-21, BUCK, S. J. - **The Global Commons: An Introduction**. 2012, pp. 79-83; CHURCHILL, R., LOWE, V. - **The Law of the Sea**. 1999, pp. 77-81; DUPUY, R.-J. editor - **A Handbook on the New Law of the Sea**. 1991, pp. 262-263.

⁵² REBAGLIATI, O. R. - **La Plataforma Continental y su Limite Exterior**. 1985, pp. 23-24.

⁵³ ESPIL, J. A. - **El derecho del mar: las nuevas cuestiones del derecho internacional marítimo**. 1977, pp. 63-64.

⁵⁴ *Ibidem*, pp. 64.

profundidade de 100 braças^{55,56}. Numa edição posterior da obra de MILL é referido que o «*bordo exterior da plataforma continental, onde a mudança de declive tem lugar, é, em casos raros, 200 ou mesmo 300 braças, mas normalmente situa-se próximo da linha das 100 braças*»⁵⁷. Estas referências à plataforma continental situavam-se no âmbito geocientífico, nos primórdios da oceanografia como ciência⁵⁸, cujo conceito se afastava substancialmente do que hoje é entendido como plataforma continental no sentido jurídico. Contudo, a menção às 100 braças como a profundidade em que, por regra, se situava o limite exterior da plataforma continental deu origem à referência que veio a ser adotada até meados do século XX, tendo sido substituída, na Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental, de 1958 (CGPC), pelo equivalente métrico aproximado, os 200 m.

2. CONFERÊNCIA DE HAIA E O TRATADO SOBRE AS ÁREAS SUBMARINAS DO GOLFO DE PARIA, DE 1942

Apesar da crescente atenção suscitada pelo estudo relativo à natureza jurídica do leito e subsolos marinhos, este assunto ainda não estava suficientemente amadurecido por altura dos trabalhos preparatórios da Conferência de Haia, de 1930. Este facto levou a que a matéria relativa aos fundos marinhos para lá do mar territorial não tivesse logrado, nesta Conferência, particular atenção. Entre os assuntos tratados na Conferência destacam-se o princípio da liberdade de navegação, a natureza jurídica do mar territorial, os direitos dos Estados costeiros, a definição das linhas de base, a regulação do direito de passagem inofensiva e o reconhecimento da zona contígua. Não obstante a Conferência de Haia ter contado com a presença de 47 Estados, foi-lhe mais tarde apontada como fator de menor sucesso a insuficiente

⁵⁵ MILL, H. R. - **The Realm of Nature: An Outline of Physiography ...** 1892, p. 201.

⁵⁶ 1 braça (*fathom*) = 1,8288 metros.

⁵⁷ MILL, H. R. - **The Realm of Nature: An Outline of Physiography ...** 1916, pp. 216-220. Segundo Otto KRUMMEL, esta designação resultou da necessidade em atribuir uma designação específica à parte dos continentes submersa, situada imediatamente a seguir à linha de costa. *Vide* KRUMMEL, O. - **Handbuch der Ozeanographie**. 1907, pp. 103-104.

⁵⁸ HANS-THOMAS, R. - *Oceanography*. 1979, pp. 40-41.

presença de Estados latino-americanos^{59,60}.

O primeiro tratado celebrado com a finalidade de delimitar a prospeção e exploração dos recursos do subsolo marinho foi celebrado em 1942 pelo Reino Unido, potência administrante de Trindade e Tobago, e a Venezuela^{61,62}. Com base neste tratado as águas territoriais dos dois Estados foram divididas em dois sectores, comprometendo-se cada uma das partes a reconhecer e respeitar os direitos da outra no respetivo sector. Relativamente aos direitos relativos às águas correspondentes às áreas sobre as quais incidia o objeto do tratado, estava estipulado que os trabalhos de pesquisa e extração não deveriam perturbar os direitos de passagem para lá dos limites correspondentes às águas territoriais de cada uma das partes⁶³.

O Tratado de Paria constitui um instrumento jurídico-internacional original na época, no sentido que, pela primeira vez, foi celebrado um instrumento internacional cujo objeto versava sobre o leito e subsolo marinhos, designados no Tratado por “áreas submarinas” (*submarine areas*), que constituem o espaço físico que veio a corresponder posteriormente ao conceito de plataforma continental. Embora o facto de o Tratado de Paria ser reconhecido como um ponto importante na evolução histórica do regime jurídico da plataforma continental, PULVENIS rejeita que este Tratado constitua a origem do conceito jurídico correspondente à plataforma continental, apresentando, para esse efeito, dois argumentos de base⁶⁴. O primeiro, de natureza essencialmente formal, assenta no facto de o Tratado se referir apenas a “áreas submarinas” e não à plataforma continental em si, não fazendo, igualmente, referência ao estatuto jurídico das costas dos dois Estados. O segundo argumento tem a ver com o facto de a área geográfica

⁵⁹ CAMINOS, H., MAROTTA-RANGEL, V. - Sources of the Law of the Sea. 1991, p. 68.

⁶⁰ Apenas estiveram presentes com regularidade o Brasil, o Chile, a Colômbia, Cuba, o México e o Uruguai

⁶¹ LEAGUE OF NATIONS TREATY SERIES - **Treaty relating to the Submarine Areas of the Gulf of Paria. Signed at Caracas, February 26th, 1942.** [Em linha] [Consultado em 3 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/LON/Volume%20205/v205.pdf>>

⁶² MOUTON, M. W. - **The Continental Shelf**. 1952, p. 1. A este propósito refere MOUTON: «*Although the continental shelf has had some attention of international lawyers at an earlier date, it came into the limelight of interest only recently. The first instrument concerning this recent development was the Treaty between the United Kingdom and Venezuela relating to the submarine areas of the Gulf of Paria, of February 26, 1942*»; Vide também NWEIHED, K. G. - Venezuela's Contribution to the Contemporary Law of the Sea. 1973, p. 604.

⁶³ Artigo 6.º, do Tratado.

⁶⁴ PULVENIS, J.-F. - The Continental Shelf Definition and Rules Applicable to Resources. 1991, p. 324.

abrangida pelo Tratado ser relativamente pequena, não cobrindo sequer o Golfo de Pária na sua totalidade. Finalmente, o Tratado tinha uma natureza meramente pragmática, com objeto e finalidade limitados, não referindo direitos que pudessem ser oponíveis a outros Estados, limitando-se e definir regras mutuamente restritivas no que respeita à utilização das áreas por cada uma das partes⁶⁵. Não obstante o anteriormente referido, PULVENIS reconhece que o Tratado de Pária constituiu um marco importante porque, pela primeira vez, foi efetuada menção explícita a exploração de recursos minerais a partir da superfície do mar, por ter sido definida apropriação nacional numa área, embora limitada, para lá da jurisdição nacional e, por último, por ter sido efetuada, igualmente, menção expressa ao facto de o regime jurídico das águas suprajacentes não ser afetado pelas atividades de exploração⁶⁶.

3. A PROCLAMAÇÃO DE TRUMAN, DE 1945, SOBRE OS RECURSOS NATURAIS DO SUBSOLO E SOLO DA PLATAFORMA CONTINENTAL E AS REAÇÕES DOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

3.1. Contexto geopolítico da Proclamação

Devido à escassez de matérias primas originada pela guerra, em 5 de junho de 1943 o Secretário de Estado do Interior, Harold Ickes, recomendou ao Presidente Roosevelt que tivesse em consideração a possibilidade de reclamar o acesso aos recursos da plataforma continental e das águas suprajacentes⁶⁷. A recomendação foi tida em consideração e, em 28 de setembro de 1945, o Presidente Truman assinou duas proclamações, uma sobre a política dos EUA com

⁶⁵ *Ibidem*, p. 324.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 325.

⁶⁷ WATT, D. C. - First steps in the enclosure of the oceans: The origins of Truman's proclamation on the resources of the continental shelf, 28 September 1945. 1979, p. 212-213; SANGER, C. - **Ordering the oceans: the making of the law of the sea**. 1987, p. 15.

respeito à pesca costeira em certas áreas do alto mar⁶⁸, e outra sobre os recursos naturais do subsolo e solo da plataforma continental⁶⁹.

Sob a perspectiva geopolítica é importante realçar uns breves aspetos relativamente à conjuntura político-internacional à época desta importante proclamação. A Europa encontrava-se devastada após a rendição da Alemanha, em 7 de maio de 1945. Havia pouco mais de um mês tinham sido deflagradas as bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki. A Conferência de Potsdam tinha-se realizado no verão desse ano, de 17 de julho a 2 de agosto, onde os três líderes vitoriosos da 2.ª grande guerra, Truman, Churchill e Estaline, discutiram e

⁶⁸ THE AMERICAN PRESIDENCY PROJECT - **Proclamation 2668—Policy of the United States with Respect to Coastal Fisheries in Certain Areas of the High Seas**. [Em linha] [Consultado em 25 jan. 2014]. Disponível em WWW:<URL:Proclamation 2668—Policy of the United States with Respect to Coastal Fisheries in Certain Areas of the High Seas>

⁶⁹ THE AMERICAN PRESIDENCY PROJECT - **Proclamation 2667—Policy of the United States With Respect to the Natural Resources of the Subsoil and Sea Bed of the Continental Shelf**. [Em linha] [Consultado em 25 jan. 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=12332>>
Texto da Proclamação:

«Proclamation 2667—Policy of the United States With Respect to the Natural Resources of the Subsoil and Sea Bed of the Continental Shelf. September 28, 1945

Whereas the Government of the United States of America, aware of the long range world-wide need for new sources of petroleum and other minerals, holds the view that efforts to discover and make available new supplies of these resources should be encouraged; and

Whereas its competent experts are of the opinion that such resources underlie many parts of the continental shelf off the coasts of the United States of America, and that with modern technological progress their utilization is already practicable or will become so at an early date; and

Whereas recognized jurisdiction over these resources is required in the interest of their conservation and prudent utilization when and as development is undertaken; and

Whereas it is the view of the Government of the United States that the exercise of jurisdiction over the natural resources of the subsoil and sea bed of the continental shelf by the contiguous nation is reasonable and just, since the effectiveness of measures to utilize or conserve these resources would be contingent upon cooperation and protection from the shore, since the continental shelf may be regarded as an extension of the land-mass of the coastal nation and thus naturally appurtenant to it, since these resources frequently form a seaward extension of a pool or deposit lying with the territory, and since self-protection compels the coastal nation to keep close watch over activities off its shores which are of the nature necessary for utilization of these resources;

Now, Therefore, I, Harry S. Truman, President of the United States of America, do hereby proclaim the following policy of the United States of America with respect to the natural resources of the subsoil and sea bed of the continental shelf.

Having concern for the urgency of conserving and prudently utilizing its natural resources, the Government of the United States regards the natural resources of the subsoil and sea bed of the continental shelf beneath the high seas but contiguous to the coasts of the United States as appertaining to the United States, subject to its jurisdiction and control. In cases where the continental shelf extends to the shores of another State, or is shared with an adjacent State, the boundary shall be determined by the United States and the State concerned in accordance with equitable principles. The character as high seas of the waters above the continental shelf and the right to their free and unimpeded navigation are in no way thus affected».

fixaram as esferas de influência de cada uma das potências vencedoras. A expansão da esfera de influência soviética era uma preocupação crescente para os líderes ocidentais, que viam na miséria e dificuldades dos países europeus campo privilegiado para a expansão do comunismo. As medidas tomadas pelos EUA para fazer face a esta nova prioridade da política externa americana resultaram na promoção de um plano de ajuda financeira, o Plano Marshall, que veio a materializar-se em 1947. No entanto, conforme refere LAFEBER, as raízes do plano Marshall remontam a 1944/45 quando nos EUA se receou uma nova e devastadora depressão pós-guerra. Havia, pois, que assegurar aos depauperados europeus a possibilidade de escoarem as exportações americanas. Esta medida só foi possível com um empréstimo de 13 biliões de dólares por parte dos EUA, cedidos no âmbito do anteriormente referido Plano Marshall⁷⁰.

As necessidades energéticas resultantes do pós-guerra, associadas à consciência de uma necessidade iminente de ajudar a Europa na reconstrução, foram fatores chave no olhar para o potencial de recursos da plataforma continental. Este contexto influenciou fortemente o interesse em procurar novos depósitos de petróleo, gás natural e minerais existentes no subsolo marinho tendo em vista prevenir falhas de abastecimento resultantes do baixo nível das reservas mundiais provocadas pela guerra e evitar importação daqueles bens estratégicos⁷¹. O facto de, à época, a largura do mar territorial dos Estados Unidos ser 3 milhas⁷², significava que os recursos situados para lá desta distância estariam sujeitos ao regime do alto mar, cuja prospeção

⁷⁰ LAFEBER, W. - **The American Age - United States Foreign Policy at Home and Abroad**. 1994, p. 479 e ss.

⁷¹ Fernando LOUREIRO BASTOS aponta o final da Segunda Guerra Mundial e as Proclamações de Truman de 1945 como o início do movimento que consistiu na expansão dos Estados no meio marinho. *Vide*. BASTOS, F. L. - **A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos**. 2005, pp. 265-270. Donald WATT refere, na mesma linha de pensamento, que as Proclamações de Truman constituíram os primeiros passos para o fecho dos oceanos, *vide* WATT, D. C. - First steps in the enclosure of the oceans: The origins of Truman's proclamation on the resources of the continental shelf, 28 September 1945. 1979, p. 211.

⁷² As 3 milhas foram estalecidas por Thomas Jefferson em 1793, tendo este informado os embaixadores britânico e francês da “medida provisória” e, como aprovado pelo Congresso em 1784, sujeita a aplicação pelos tribunais. *Vide*. MANGONE, G. - **United States Admiralty Law**. 1997, p. 69. Presentemente a largura do mar territorial dos Estados Unidos é 12 milhas, conforme Proclamação 5928, de 27 de dezembro de 1988.

Pode ser consultada em

<https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/STATUTE-103/pdf/STATUTE-103-Pg2981.pdf>

e exploração não constituíam direitos exclusivos do Estado costeiro.

Do ponto de vista jurídico, é comumente aceite que a Proclamação de Truman sobre os recursos naturais do subsolo e solo da plataforma continental constitui o ponto de início para a doutrina da plataforma continental⁷³. No que respeita ao limite, ou distância, até à qual os direitos soberanos são exercidos, a nota de imprensa publicada pela Casa Branca⁷⁴ definia, possivelmente inspirada na doutrina geocientífica clássica, a isóbata das 100 braças (cerca de 180 metros) como referência genérica, então aceite pela comunidade científica, como sendo a profundidade a que se situa a zona que constitui o limite exterior da plataforma continental, no sentido geocientífico. Esta profundidade refletia, de modo ambicioso, o estado da arte então existente no que respeita à exploração mineira do subsolo marinho⁷⁵. A Proclamação de Truman constituiu um passo para o desconhecido no que respeita ao exercício de poderes em áreas geográficas até então consideradas, na sua plenitude, como espaços de liberdade de toda a Humanidade. Este avanço foi, contudo, mitigado pelo facto de a soberania proclamada pelo presidente dos EUA se limitar “apenas” a direitos sobre os recursos e não sobre estes e o espaço físico onde estes recursos se encontram.

3.2. Reações às Proclamações e a subsequente necessidade de uma nova ordem para o mar

*«Quando um grande Estado se arroga o direito de tomar uma atitude, o que os outros Estados copiam não é essa atitude, mas o direito a tomar atitudes»*⁷⁶. Esta frase do Comandante LIMPO SERRA reflete fielmente a reação genérica dos Estados costeiros relativamente ao período imediatamente a seguir à Proclamação de Truman. Efetivamente, no período pós

⁷³ Vide, entre outros, BASTOS, F. L. - **A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos**. 2005, pp. 288-289; FRANKLIN, C. - **International Law Studies 1950-1960**. 1961, p. 8; INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *North Sea Continental Shelf, Judgment, I.C.J. Reports 1969, p. 3*. 1969 (Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte), parágrafo 47, p. 33-34; INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Continental Shelf (Tunisia/Libyan Arab Jamahiriya), Judgment, I.C.J. Reports 1982, p. 18*. 1982 (Caso da Plataforma Continental Tunísia/Líbia), parágrafo 132, p. 92; Caso da Plataforma Continental Líbia/Malta), parágrafo 51, p. 42.

⁷⁴ Vide nota 69 *supra*.

⁷⁵ JOUVENEL, B. D. - **Economics and the Good Life: Essays on Political Economy**. 1999, p. 264.

⁷⁶ SERRA, M. L. - **A Crise do Direito Internacional Marítimo**. 1974, p. 8.

Proclamação assistiu-se, não só a uma profusão generalizada de declarações unilaterais de alcance e sentido próximo da Proclamação do presidente dos EUA mas, igualmente, a outras tantas de conteúdo claramente mais extensivo que aquela⁷⁷. A Proclamação de Truman foi, assim, seguida de uma série de iniciativas unilaterais por parte de vários Estados destacando-se, entre estes, os latino-americanos, entre as quais se podem destacar as seguintes^{78,79}:

- O Decreto n.º 14.708, de 11 de outubro de 1946, da Argentina, que declarou a soberania sobre o mar epicontinental e a plataforma continental, não ficando as águas epicontinentais sujeitas ao regime previsto na declaração, para os efeitos das liberdades de navegação⁸⁰;
- A Declaração presidencial do México, de 29 de outubro de 1945, publicada em 5 de dezembro de 1946, que reivindicou a propriedade do México sobre a plataforma continental e leito submarino, bem como o direito a tomar unilateralmente medidas de conservação sobre os recursos vivos nas zonas de alto mar, medidas essas aplicáveis tanto a nacionais como a estrangeiros⁸¹;
- A Declaração do Presidente do Chile, de 23 de junho de 1947, que proclamou a soberania territorial sobre a plataforma continental contígua às costas continentais e insulares, independentemente da profundidade a que se situe, reivindicando as riquezas naturais que lá se encontrassem. Declarou também a soberania sobre todas as águas contíguas às suas

⁷⁷ Garcia AMADOR refere que, em contraste com as reivindicações dos EUA, a maioria das reivindicações latino americanas introduziram verdadeiras inovações ao direito internacional do mar em vigor no fim da Segunda Grande Guerra. *Vide* GARCÍA AMADOR, F. V. - **América Latina y el derecho del mar**. 1976, p. 14.

⁷⁸ MOUTON, M. W. - **The Continental Shelf**. 1952, pp. 252 e ss.; VALLÉE, C. - **Le Plateau Continental dans le Droit Positif Actuel**. 1971, pp. 53 e ss.

⁷⁹ Além das declarações referidas supra, foram ainda promovidos atos ou declarações unilaterais pelos seguintes Estados: Nicarágua (1 de novembro de 1950), Panamá (1 de março de 1946), Austrália (10 de setembro de 1953), Paquistão (9 de março de 1950), Arábia Saudita (28 de maio de 1949) e Koweit (12 de Junho de 1949), entre outros.

⁸⁰ Decreto n.º 14.708/46, de 11 de outubro - **Soberanía de la Nación sobre el Mar Epicontinental y el Zócalo Continental**. [Em linha] [Consultado em 25 fev. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://editguardacostaspna.org.ar/archivos/espacios-maritimos/DECRETO_138644_1470846.pdf>

⁸¹ MANSILLA, H. L. - **La creación del nuevo derecho del mar: el aporte de Chile : contiene un análisis de la Convención de las Naciones Unidas sobre el derecho del mar de 1982**. 1991, p. 72.

costas com a largura necessária para proteger, conservar e explorar todos os recursos naturais até uma extensão de 200 milhas a contar das costas chilenas. A declaração referia ainda que os direitos invocados não afetariam as liberdades de navegação e que o Chile reconheceria aos outros Estados direitos análogos, numa base de reciprocidade⁸²;

- O Decreto Supremo n.º 781, de 1 de agosto de 1947, do Presidente do Perú, que declarou que a soberania nacional se estende à plataforma submarina e aos mares adjacentes às costas continentais e insulares do território peruano, qualquer que seja a profundidade e a extensão necessária para preservar, proteger, conservar e aproveitar as riquezas naturais nelas existentes, reservando-se o Estado o direito de proteção e controlo até uma distância de 200 milhas da costa⁸³.
- A proclamação, de 27 de julho de 1948, da Costa Rica, que declara que a soberania nacional sobre a plataforma submarina e estabelece uma zona de 200 milhas para proteção das riquezas naturais e pesca marítima⁸⁴.
- A incorporação por El Salvador na sua constituição política de 1950, como território da república, do mar adjacente até uma distância de 200 milhas, abrangendo o espaço aéreo e o subsolo⁸⁵.
- O Decreto n.º 28.840, de 8 de novembro de 1950, do Brasil, através do qual era reivindicada jurisdição e poder exclusivo sobre a plataforma continental adjacente ao território continental e insular, ficando incorporada no território do Estado⁸⁶;

⁸² MANSILLA, H. L. - **La creación del nuevo derecho del mar: el aporte de Chile: contiene un análisis de la Convención de las Naciones Unidas sobre el derecho del mar de 1982**. 1991, p. 72.

⁸³ CONGRESO DE REPÚBLICA - **Soberanía y jurisdicción sobre el mar y el zócalo continental adyacente a sus costas hasta una extensión de 200 millas marítimas**. [Em linha] [Consultado em 4 dez. 2016] Disponível em WWW:<URL:<http://www.duna.cl/media/2014/01/hola.pdf>>

⁸⁴ ASAMBLEA LEGISLATIVA. Decreto-Ley N.º 116 de 27 de julio de 1948 - **Reforma Soberanía en Zócalo Continental y Mar Epicontinental**. [Em linha] [Consultado em 25 fev. 2015]. Disponível em WWW:<URL:Decreto-Ley N.º 116 de 27 de julio de 1948>

⁸⁵ Decreto N.º 14, Constituição Política de El Salvador, artigo 7.º. Pode ser acedida em http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/constitucion-politica-de-la-republica-de-el-salvador-de-1950/html/ab81ebda-474e-4953-83a4-4e721ee6ab78_2.html

⁸⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto n.º 28.840, de 8 de Novembro de 1950 - **Declara integrada ao**

- Declaração de Santiago de 18 de agosto de 1952⁸⁷, assinada a 18 de agosto de 1952 pelo Chile, Perú e Equador, e complementada em dezembro de 1954 pela Declaração de Lima⁸⁸, através das quais é reclamada por aqueles Estados a soberania e a jurisdição exclusiva de cada um deles sobre as águas adjacentes às respetivas costas, até a uma distância de 200 milhas⁸⁹.

As declarações acima mencionadas efetuadas pelos países da América latina⁹⁰

território nacional a plataforma submarina, na parte correspondente a esse território e dá outras providências. [Em linha] Disponível em WWW:<URL: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-28840-8-novembro-1950-329258-publicacaooriginal-1-pe.html>>

⁸⁷ UNITED NATIONS TREATY SERIES - **Joint Declaration concerning fishing problems in the South Pacific. Signed at Santiago on 18 August 1952.** [Em linha] [Consultado em 3 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%201006/volume-1006-I-14757-English.pdf>>

⁸⁸ Vide JANIS, M. W. - The Roles of Regional Law of the Sea. 1974, pp. 555-556.

⁸⁹ Independentemente de a «*Declaración sobre Zona Marítima*», epígrafe da declaração de Santiago, apontar razões sócio-económicas como motivo da sua génese, a escolha do valor correspondente a 200 milhas, resulta, de acordo com VALLÉE que «*on le comprend puisque l'objet de ces proclamations est de revendiquer une souveraineté sur la totalité des zone marines adjacentes à leurs côtes jusqu'à une distance correspondant à l'aire "moyene" du plateau continental au sens géologique du terme*». Vide VALLÉE, C. - **Le Plateau Continental dans le Droit Positif Actuel.** 1971, p. 61.

A Comissão Permanente do Pacífico Sul justifica, presentemente, as 200 milhas com base num critério geográfico de proporcionalidade ao afirmar que «*El océano Pacífico es el más extenso de nuestro planeta, con una superficie de 175 millones de km2 que constituye casi el 46% de la extensión de los mares (362 millones de km2). Se extiende sobre un poco más de un tercio del área total de la Tierra (510 millones de km2). Por lo tanto, la anchura de las 200 millas representa alrededor del 3% de la extensión de Este a Oeste del océano Pacífico*».

Vide COMISIÓN PERMANENTE DEL PACÍFICO SUR - **¿Por qué 200 Millas?.** [Em linha] [Consultado em 12 out. 2016]. Disponível em WWW:<URL:www.cpps.int.org/espa/porque200millas.html>

⁹⁰ Para além das declarações e proclamações dos Estados da América latina, existiram, igualmente, Estados de outras regiões que também fizeram declarações e proclamações de conteúdo idêntico. Entre este podem ser indicados o caso da Arábia Saudita, através da Declaração Real de 28 de maio de 1949, do Kuwait pela Proclamação de 12 de junho de 1949 e de Israel através da Lei sobre as Áreas Submarinas, de 10 de fevereiro de 1953. Vide SUAREZ, S. V. - **The Outer Limits of the Continental Shelf - Legal Aspects of Their Establishment.** 2008, pp. 28-29. Pela Lei nº 2080, de 21 de março de 1956, publicada no Diário da República I Série-N.º 60, da mesma data, Portugal declarou o leito do mar e o subsolo correspondente nas plataformas submarinas contíguas como fazendo parte do domínio público do Estado (Base I), não podendo

distinguiram-se claramente da Proclamação de Truman, genericamente, quanto aos respetivos objeto, natureza dos poderes e extensão geográfica:

- Quanto ao objeto, porque alguns dos atos unilaterais não se cingiram apenas aos recursos existentes no leito e subsolo marinhos, abrangendo também o próprio leito e subsolo, bem como as águas que lhes estão sobrejacentes;
- Quanto à natureza dos poderes, devido ao facto de os poderes a exercer sobre as zonas em questão, não se ficarem pela fórmula avançada pelos EUA (jurisdição e controlo), tendo, nalguns Estados, sido afirmada a existência de poderes soberanos sobre as próprias zonas em si;
- Quanto à extensão geográfica, porque muitas das reivindicações sul americanas não se ficaram pela isóbata das 100 braças, ou profundidade equivalente, que na costa ocidental da América do Sul se situa muito próximo da costa, mas antes a uma distância de 200 milhas, substancialmente superior à largura até então normalmente reivindicada para o mar territorial.

Estas novas reivindicações efetuadas por estes países estiveram na origem, à época, de um novo conceito de zona marítima, a zona económica exclusiva⁹¹, cujo reconhecimento como fazendo parte do costume internacional se verificou em 1985 no Caso da Plataforma Continental Líbia/Malta⁹², e cuja positivação em documento jurídico-internacional em vigor apenas se verificou em 16 de novembro de 1994, com o depósito da ratificação do sexagésimo instrumento de ratificação da CNUDM.

Os dez anos que se seguiram à Proclamação de Truman romperam em definitivo com a ordem até então estabelecida por Hugo Grotius, com base numa ampla liberdade dos mares, dando-se início ao processo de apropriação da plataforma continental⁹³ e, seguidamente, dos recursos da

ser efetuadas concessões para lá da área limitada pela isóbata dos 200 m (Base II).

⁹¹ O'CONNELL, D. - **The International Law of the Sea**. 1983, Vol. I, p. 553; CHURCHILL, R., LOWE, V. - **The Law of the Sea**. 1999, p. 160.

⁹² INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Continental Shelf (Libyan Arab Jamahiriya/Malta)*, *Judgment*, I.C.J. Reports 1985, p. 13. 1985 (Caso da Plataforma Continental Líbia/Malta), parágrafo 34, p. 33.

⁹³ BASTOS, F. L. - **A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos**. 2005, p. 288.

coluna de água que lhe está suprajacente. Os limites até aos quais os Estados reclamaram o exercício de poderes soberanos passou de valores que, na maioria dos casos, se situavam entre as 3 e as 6 milhas⁹⁴, para as 200 milhas. Apreciados a um nível global, existia nos meados da década de 50 do século passado uma enorme disparidade entre os regimes em vigor para a generalidade dos Estados costeiros.

4. A CONVENÇÃO DE GENEBRA DE 1958 SOBRE A PLATAFORMA CONTINENTAL

4.1. Os trabalhos da Comissão de Direito Internacional e os trabalhos preparatórios da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

Foi num contexto de indefinição e incerteza relativamente ao regime jurídico do mar que, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 13.º da Carta das Nações Unidas⁹⁵, a AGNU, criou⁹⁶ a CDI, com a finalidade de promover o desenvolvimento progressivo do Direito Internacional e respetiva codificação⁹⁷. Muitas das convenções internacionais mais importantes presentemente em vigor resultaram do trabalho da CDI⁹⁸. A importância do trabalho da CDI

⁹⁴ O'CONNELL, D. - **The International Law of the Sea**. 1983. 1 Vol. pp. 139-161.

⁹⁵ A Carta das Nações Unidas foi publicada no Diário da República – I Série-A, N.º 117, de 22 de maio de 1991. Pode ser acedida em <https://dre.pt/application/file/a/643860>
Consultada em 03/03/2017.

⁹⁶ Resolução da Assembleia Geral nº 174 (II), de 17 de novembro de 1947 [A/RES/174(II)]. Pode ser acedida em [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/174\(II\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/174(II))
Consultada em 09/03/2017

⁹⁷ *Ibidem*, artigo 1.º.

⁹⁸ Apenas a título de exemplo podem ser indicadas as quatro Convenções de Genebra, de 1958, relativas ao Direito do Mar, a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, de 1961, a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961, a Convenção de Viena sobre Relações Consulares, de 1963, a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969.

A lista completa do trabalho da CDI pode ser consultada no sítio da internet, o qual pode ser acedido em http://legal.un.org/ilc/guide/1_1.shtml

está diretamente relacionada com duas importantes fontes do Direito Internacional, que são os tratados e o costume internacional. Ao elevado número de tratados cujos projetos foram por ela elaborados, acresce também a avaliação da prática dos Estados comumente aceites que, muitas das vezes, deram origem a novas regras de direito consuetudinário⁹⁹.

No âmbito do Direito positivo do mar, a referência aos trabalhos preparatórios da CDI merece destaque especial pelo facto de o texto das quatro convenções de Genebra de 1958 seguir de muito perto a versão final do projeto elaborado por esta comissão para a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Primeira Conferência). Na parte respeitante à plataforma continental muitos dos aspetos discutidos nas reuniões da CDI, alguns dos quais vieram a constar nos textos tanto da CGPC, como na parte VI da CNUDM, mantêm pertinência atual. Pela primeira vez houve a necessidade de verter no direito positivo um conceito relativamente recente, cuja existência não se enquadrava no direito consuetudinário da época, que via aquela zona como tradicionalmente sujeita às liberdades de alto mar.

Inspirado pelo texto da Proclamação de Truman, de 1945, sobre os recursos naturais do subsolo e solo da plataforma continental, o primeiro critério que veio a constar expressamente na definição do limite exterior da plataforma continental foi um critério funcional, baseado na explorabilidade. Desta definição decorria, logicamente, que as áreas situadas para lá do mar territorial onde não fosse tecnicamente possível a exploração, não poderiam ser consideradas como fazendo parte da plataforma continental do Estado costeiro. Desde os primeiros trabalhos levados a cabo pela CDI para a construção do conceito de plataforma continental, a definição geográfica das áreas que poderiam fazer parte desta nova zona marítima constituiu um dos principais desafios. No entanto, este marco não foi alcançado sem que se tivesse verificado uma série de avanços e recuos entre a opção pelo critério da explorabilidade e o da batimétrica dos 200 metros. Efetivamente, a CDI já tinha considerado anteriormente a possibilidade de estabelecer o limite exterior baseado numa profundidade fixa de 200 metros¹⁰⁰. Esta profundidade, à época, parecia preencher as necessidades práticas de exploração, tendo ainda a vantagem de corresponder à profundidade geralmente aceite pela comunidade científica como o limite exterior da plataforma continental geológica, *i.e.*, no início do talude continental.

Consultado em 01/03/2017.

⁹⁹ SHAW, M. N. - **International Law**. 1997. p. 94.

¹⁰⁰ WATTS, A. - **The International Law Commission 1949-1998 Volume II: The Treaties**. 2000, p. 98.

Porém, apresentava uma grande desvantagem que consistia no facto de, naquele tempo, ainda não se prever, num futuro breve, a possibilidade de exploração a profundidades superiores. Mais ainda, a plataforma continental poderia também incluir áreas dos fundos marinhos situados a uma profundidade superior a 200 metros, mas suscetíveis de exploração através de instalações erigidas em áreas circundantes, de profundidade inferior àquele limite. Estes factos levaram a que o limite dos 200 metros de profundidade não tivesse sido inicialmente considerado¹⁰¹.

No âmbito dos trabalhos levados a cabo pela CDI a definição do regime jurídico e dos limites da plataforma continental evoluíram até 1956. Assim, na reunião de 1950, conjuntamente com as matérias respeitantes ao mar territorial e ao alto mar, foi incluído pela primeira vez na agenda um item que incidia sobre os trabalhos relativos à plataforma continental. Com base no relatório da reunião de 1950 foram suscitadas algumas questões relativamente à plataforma continental¹⁰², cuja pertinência pode facilmente ser aferida nos diversos textos jurídico-internacionais sobre esta matéria. Entre elas destacavam-se o reconhecimento de direitos especiais relativos à exploração do subsolo marinho, a proteção dos recursos marinhos e a natureza dos direitos dos Estados costeiros sobre a plataforma continental (soberania, jurisdição, controlo). Contudo, as matérias mais importantes estavam relacionadas com a definição do respetivo limite exterior.

O relatório da CDI de 1950 respondia, de um modo global, às questões suscitadas, concluindo que o leito e subsolo do mar das regiões adjacentes ao mar territorial não são *res nullius* nem *res communis*, estando antes sujeitas ao exercício pelo Estado costeiro dos poderes de jurisdição e controlo para efeitos de investigação científica e de exploração¹⁰³. Adiantava ainda aquele relatório que o exercício dos poderes anteriormente referidos era independente do conceito de ocupação¹⁰⁴. As águas que se encontram sobre o leito e subsolo continuariam submetidas ao regime do alto mar e as liberdades de navegação só poderiam ser impedidas na

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 98.

¹⁰² VALLÉE, C. - **Le Plateau Continental dans le Droit Positif Actuel**. 1971, pp. 91-92.

¹⁰³ INTERNATIONAL LAW COMMISSION, *Report of the International Law Commission on its Second Session, 5 June to 29 July 1950, Official Records of the General Assembly, Fifth session, Supplement N.º12 (A/1316)*. [A/CN.4/34] 1950, parágrafo 200, pp. 384-385.

¹⁰⁴ *Ibidem*, parágrafo 200, p. 385

medida do estritamente necessário à exploração do leito e subsolo¹⁰⁵. Poderiam também ser criadas zonas especiais de proteção, mas estas não poderiam ser classificadas ou estar sujeitas ao regime do mar territorial. Por outro lado, a proteção dos recursos do alto mar deveria ser independente da noção de plataforma continental¹⁰⁶. Caso dois ou mais Estados vizinhos estivessem interessados no aproveitamento dos regimes relativos à plataforma continental fora dos respetivos mares territoriais, haveria então que delimitar aquelas zonas¹⁰⁷.

Posteriormente, em 1951, na terceira sessão da CDI, a Comissão avançou com uma definição de plataforma continental, referindo que este termo designava «*o leito do mar e o subsolo das regiões marinhas contíguas às costas, mas situadas para lá do mar territorial onde a profundidade das águas do mar permitem a exploração dos recursos naturais do leito do mar e respetivo subsolo*»¹⁰⁸. É de notar que, pela primeira vez, a CDI alia o critério da contiguidade ao da explorabilidade, referindo que as zonas onde a exploração é tecnicamente impossível em virtude da profundidade das suas águas, são excluídas da plataforma continental. Por outro lado, como sublinha VALLÉE, a CDI afasta-se da noção geomorfológica de plataforma continental em virtude de, face à opinião expressa por vários geólogos, o conceito de plataforma continental não ser suficientemente preciso¹⁰⁹. Em 1953, durante a quinta sessão, a CDI aprovou os projetos correspondentes aos artigos relativos à plataforma continental, às pescas e à zona contígua. Este novo projeto abandonou o critério da explorabilidade anteriormente estabelecido, em favor de um critério baseado na profundidade, referindo que «*o termo “plataforma continental” designa o leito do mar e o subsolo das regiões submarinas contíguas às costas, mas situadas fora do mar territorial, até uma profundidade de 200 metros*»¹¹⁰.

¹⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁶ *Ibidem*.

¹⁰⁷ *Ibidem*, parágrafo 199, p. 384

¹⁰⁸ INTERNATIONAL LAW COMMISSION, *Report of the International Law Commission on its Third Session, 16 May to 27 July Official Records of the General Assembly, Sixth Session, Supplement N.º 9 (A/1858)*. [A/CN.4/48 and Corr. 1 & 2] 1951, Anexo, p. 141. Versão original: «*sea-bed and subsoil of the submarine areas contiguous to the coast, but outside the area of territorial waters, where the depth of the superjacent waters admits of the exploitation of the natural resources of the sea-bed and subsoil*».

¹⁰⁹ VALLÉE, C. - **Le Plateau Continental dans le Droit Positif Actuel**. 1971, p. 93.

¹¹⁰ INTERNATIONAL LAW COMMISSION, *Report of the International Law Commission Covering the Work of its Fifth Session, 1 June - 14 August 1953, Official Records of the General Assembly, Eighth Session, Supplement No. 9 (A/2456)*. [A/CN.4/2456] 1953, p. 212. Versão original: «*the term “continental*

Outro aspeto que esteve aberto a discussão foi o termo “plataforma continental”. Sendo a primeira vez que o conceito e regime desta zona marítima foram debatidos tendo em vista a sua incorporação no Direito positivo internacional, aquela oportunidade configurava-se como a mais adequada para fazer corresponder àquela realidade jurídica uma designação adequada. Conforme anteriormente referido¹¹¹, a origem do termo provém das geociências. Sobre este assunto a CDI refere «a Comissão considerou se não deveria usar o termo “plataforma continental” ou se não seria preferível antes, de acordo com a opinião expressa nalguns artigos científicos, mencionar essas áreas simplesmente como “áreas submarinas”. Foi decidido manter o termo “plataforma continental” porque o fará no seu uso corrente e porque o termo “áreas submarinas” usadas só não dão indicação sobre a natureza das áreas submarinas em questão»¹¹².

No entanto, segundo WATTS, a CDI não aderiu por inteiro ao conceito geológico, essencialmente, por duas razões¹¹³. A primeira, consistia no facto de poderem existir outras áreas dos fundos marinhos onde fosse possível a exploração dos recursos naturais da mesma forma que nas áreas situadas nas plataformas continentais em sentido geológico. A aplicação do critério de explorabilidade poderia resultar em situações ambíguas uma vez que tanto poderia abranger áreas da plataforma continental geológica propriamente dita, como áreas dos fundos marinhos, ficando por justificar a adoção de um regime equivalente relativamente a realidades físicas diferentes. Outra razão foi, segundo este autor, o uso amplo deste termo por parte dos cientistas, o que consistia só por si um obstáculo à utilização do conceito geológico¹¹⁴. Esta última razão invocada por WATTS não se nos afigura como procedente. O conceito geológico

shelf” refers to the sea-bed and subsoil of the submarine areas contiguous to the coast, but outside the area of the territorial sea, to a depth of two hundred meters».

¹¹¹ Vide nota 55 *supra*.

¹¹² INTERNATIONAL LAW COMMISSION, *Yearbook of the International Law Commission*. 1951. 2 vol., p. 141. Versão original: «the Commission considered whether it ought to use the term “continental shelf” or whether it would not be preferable, in accordance with an opinion expressed in some scientific works, to refer to such areas merely as “submarine areas”. It was decided to retain the term “continental shelf” because it is in current use and because the term “submarine areas” used alone would give no indication of the nature of the submarine areas in question».

¹¹³ WATTS, A. - **The International Law Commission 1949-1998 Volume II: The Treaties**. 2000, p. 99.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 99.

de plataforma continental desde que surgiu¹¹⁵ manteve sempre uma linha coerente entre as características da realidade física descrita e a designação propriamente dita. Ainda hoje, a definição de plataforma continental geológica é muito próxima daquele conceito, tal como foi apresentado por Hugh ROBERT MILL. O que efetivamente se verificava por ocasião da discussão dos trabalhos preparatórios da CDI seria antes uma insuficiência (ou menor abrangência) do conceito geológico de plataforma continental face ao que se pretendia como conceito jurídico correspondente. Exemplo disso é a não aceitação, no âmbito das geociências, de plataforma continental relativamente a formações insulares. Enquanto conceito jurídico positivo, desde a sua génese que o conceito de plataforma continental sempre compreendeu também a aplicabilidade do conceito relativamente às ilhas. Note-se a este respeito a referência à plataforma continental das ilhas nos *Yearbook of the International Law Commission*¹¹⁶. Nos comentários ao Projeto de Artigos sobre a Plataforma Continental e Assuntos Relacionados, é referido que «a palavra “continental” no termo “plataforma continental” como aqui consta não se refere exclusivamente a continentes. Pode também ser aplicado a ilhas»¹¹⁷.

Na oitava sessão, em 1956, a CDI reconsiderou novamente o recurso ao critério da explorabilidade, que voltou a renascer para passar a constar na versão final do projeto respeitante ao artigo 67.º, que fez parte do projeto inicial de trabalho a ser considerado no âmbito da Primeira Conferência. Na nova versão deste artigo, o termo plataforma continental foi definido como «o leito e subsolo das áreas submarinas adjacentes à costa mas fora da área do mar territorial, até uma profundidade de 200 metros (aproximadamente 100 braças), ou, depois desse limite até uma profundidade das águas suprajacentes que permita a exploração dos recursos naturais das referidas áreas»¹¹⁸. Esta versão teve por base a Resolução adotada

¹¹⁵ Vide nota 55, *supra*.

¹¹⁶ INTERNATIONAL LAW COMMISSION, *Yearbook of the International Law Commission*, 1951. 1 vol., p. 272. No decurso da Terceira Conferência HEDBERG defendeu a aplicação às formações insulares das mesmas regras que seriam aplicáveis aos continentes no que respeita à determinação do limite exterior da plataforma continental. Vide HEDBERG, H. D. - Ocean Boundaries for the Law of the Sea. 1976, p. 10; HEDBERG, H. D. - Geomorphic Basis for National-International Boundaries on the Ocean Floor. 1981, p. 441.

¹¹⁷ INTERNATIONAL LAW COMMISSION, *Yearbook of the International Law Commission*, 1951. 1 vol., p. 141. Versão original: «the word “continental” in the term “continental shelf” as here is used does not refer exclusively to continents. It may also apply to islands».

¹¹⁸ INTERNATIONAL LAW COMMISSION, *Report of the International Law Commission on the Work of*

na Conferência Inter-Americana Especializada na Conservação dos Recursos Naturais, que teve lugar na *Ciudad Trujillo*, em março de 1956¹¹⁹. Por sua vez, o texto da Resolução teve origem numa proposta apresentada pela República Dominicana que, sem definir diretamente plataforma continental, conferia poderes de controlo sobre o seu solo e subsolo até «*um limite no qual estas operações (exploração e desenvolvimento) possam ser eficiente e efetivamente estendidas*»¹²⁰.

Foi, igualmente, na oitava sessão, que ficou concluída a versão final dos “artigos respeitantes ao Direito do Mar”¹²¹, tendo sido recomendado pela CDI «*que a Assembleia Geral deve convocar uma conferência internacional de plenipotenciários para examinar o Direito do Mar, tendo em conta os aspetos jurídicos, mas também os aspetos técnicos, biológicos, económicos e políticos do problema e verter os resultados do seu trabalho em uma ou mais convenções internacionais ou outros instrumentos conforme conveniente*»¹²².

4.2. Conferência de Genebra de 1958

No cumprimento da Resolução 1105 (XI), de 21 de fevereiro de 1957, da AGNU¹²³, a Conferência de Genebra de 1958 teve lugar em Genebra, de 24 de fevereiro a 27 de abril de

its Eighth Session, 23 4 July 1956, Official Records of the General Assembly, Eleventh Session, Supplement N.º 9 (A/3159). [A/CN.4/104] 1956, p. 296. Versão original: «the seabed and the subsoil of the submarine areas adjacent to the coast but outside the areas of the territorial sea, to a depth of 200 meters (approximately 100 fathoms) or, beyond that limit, to where the depth of the superjacent waters admits of the exploitation of the natural resources of the said areas». Pode também ser acedido em http://legal.un.org/docs/?path=../ilc/texts/instruments/english/draft_articles/8_1_8_2_1956.pdf&lang=EF Consultado em 09/03/2017.

¹¹⁹ GUTTERIDGE, J. A. C. - The 1958 Convention on the Continental Shelf. 1960, p. 107.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 107, nota 4.

¹²¹ *Ibidem*, p. 256.

¹²² A/CN.4/104, p. 256. Versão original: «*General Assembly should summon an international conference of plenipotentiaries to examine the law of the sea, taking account not only of the legal but also of the technical, biological, economic and political aspects of the problem, and to embody the results of its work in one or more international conventions or such other instruments as it may deem appropriate*».

¹²³ A Resolução 1105 (XI). Pode ser acedida em [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1105\(XI\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1105(XI)) Consultada em 14/03/2017.

1958, com a presença de 86 Estados¹²⁴. Passados cerca de 13 anos sobre a data das Proclamações de Truman, o contexto geopolítico mundial sofrera algumas modificações de relevo. Entre estas destacam-se o acentuar da bipolarização entre as duas superpotências mundiais, EUA e União Soviética, cujos interesses divergiam substancialmente no que respeita a algumas áreas do Direito do Mar, como era o caso da largura do mar territorial¹²⁵. Outro pólo de tensão verificava-se entre as potências marítimas ocidentais, algumas delas, à época, ainda potências coloniais, e o terceiro mundo. Neste, estava ainda presente um sentimento de libertação e de vontade em não se deixar vergar à vontade dos antigos colonizadores pelo mar, cuja presença se fez sentir ao longo dos debates¹²⁶.

No que respeita à definição de plataforma continental, durante a Conferência de Genebra de 1958 aconteceu largo debate sobre a relação existente entre os critérios de profundidade e

¹²⁴ TREVES, T. - 1958 Geneva Convention on the Law of the Sea. 2008, p. 1. Esta informação consta, igualmente, no sítio da internet das Nações Unidas, que pode ser acedido em <http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1958/lawofthesea-1958.html> Consultado em 14/03/2017.

¹²⁵ Arthur DEAN, chefe da delegação dos EUA na I CNUDM, referiu que uma das maiores preocupações dos EUA relativamente à tendência que se verificava para aumentar a largura do mar territorial para lá das 3 milhas, distância esta defendida por algumas das potências marítimas da época, como os EUA, Reino Unido, Japão, Holanda, Bélgica, Grécia, França e República Federal Alemã, tinha por base razões de natureza estratégica e militar. O aumento da largura do mar territorial de Estados neutros para as 12 milhas, como pretendia a União Soviética, aumentaria dramaticamente a capacidade ofensiva dos submarinos soviéticos, com reflexo significativo na liberdade de se movimentarem e ocultarem nessas águas, uma vez que os navios de superfície e aviões da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) não poderiam nelas operar sob pena de violação de águas neutras. *Vide* DEAN, A. H. - The Geneva Convention on the Law of the Sea: What was Accomplished. 1958, pp. 610-611. Adianta ainda DEAN que outro motivo, também de natureza militar, que resultaria do aumento da largura do mar territorial, tem a ver com redução de área de livre navegação em determinadas zonas do globo, como é o caso do Mar Egeu no qual passariam a existir uma série de lagos incomunicáveis por via da existência de numerosas ilhas. *Ibidem*, p. 611.

¹²⁶ *Vide* DEAN, A. H. - The Geneva Convention on the Law of the Sea: What was Accomplished. 1958, p. 609. Como exemplo desta situação Philip JESSUP aponta a tensão entre os EUA e os Estados que defendiam as 3 milhas para largura do mar territorial, por um lado, com alguns dos Estados recém independentes, como foi o caso do Gana. Referiam estes últimos que a questão da anunciada ameaça submarina mais não seria que um “complexo de grande potência” por parte dos EUA, sendo mais efetivo um debate franco sobre os interesses económicos. *Vide* JESSUP, P. C. - The United Nations Conference on the Law of the Sea. 1959, p. 239, nota 52.

de explorabilidade. Tratava-se de saber se estes dois critérios estariam entre si numa relação de complementaridade ou de incompatibilidade. A tese da incompatibilidade foi defendida pelos representantes da República Popular da China (RPC) e da França. Referiam os primeiros que a conjugação de um critério espacial, cuja razão de ser era evitar incertezas e litígios, com outro funcional, resultaria numa impossibilidade jurídica uma vez que o segundo contradiria o primeiro¹²⁷. Seguindo a mesma linha de pensamento a delegação francesa opôs-se ao texto proposto pela CDI referindo que, quando confrontados os dois critérios de delimitação, apenas o da explorabilidade teria aplicação prática¹²⁸.

A tese da complementaridade foi sustentada com maior pertinência pela delegação chilena. Em defesa deste entendimento referia que a plataforma continental até aos 200 metros era uma manifestação dos direitos soberanos do Estado, mas para lá desse limite seria necessário determinar se seria possível explorar a região submarina em causa¹²⁹. Por outras palavras, esta argumentação sublinharia a tese de que todos os Estados costeiros, independentemente dos meios técnicos que dispusessem, seriam automaticamente titulares de direitos soberanos até à profundidade de 200 metros. Para lá deste limite só poderiam exercer esses direitos através de uma exploração efetiva da plataforma continental.

Embora no que respeite à definição do limite exterior da plataforma continental não tenha existido alteração significativa entre o texto final proposto no artigo 67.º do projeto apresentado pela CDI e a alínea a) do artigo 1.º da CGPC, fica, no presente texto, uma breve referência ao debate que, ainda assim, teve lugar. Tendo em vista complementar o referido em 4.1 *supra*, no texto respeitante à CDI apresenta-se uma breve passagem sobre algumas das propostas apresentadas na Conferência de Genebra de 1958, na parte referente à plataforma continental, mas que não lograram sucesso.

A delegação Jugoslava não concordava, por princípio, com o limite fixado pela isóбата dos 200 metros, argumentando que aquele critério não representaria com rigor as profundidades a que, tipicamente, se situam os extremos das plataformas continentais (em sentido

¹²⁷ OFFICIAL RECORDS OF THE FIRST UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA, *Official records Volume VI: Fourth Committee (Continental Shelf)*. [A/CONF.13/42] 1958, p. 4, parágrafo 16, relativamente à China, pp. 31-32, parágrafo 4, no que respeita à França.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 32, parágrafo 4.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 31, parágrafo 3.

geomorfológico). As conhecenças geomorfológicas não eram suficientemente claras para definir juridicamente, com o rigor necessário, a plataforma continental. Na opinião dos representantes desta delegação seria um desperdício de tempo discutir qual dos dois critérios (profundidade, explorabilidade) seria o mais preciso. O importante seria, sem privar os direitos adquiridos por declaração unilateral, escolher um critério de profundidade que permitisse fixar um limite preciso, evitando assim o perigo de ver divididas largas zonas marítimas entre os Estados¹³⁰. No entanto, a delegação Jugoslava propunha-se aceitar este critério na condição de serem tidas em consideração as características geomorfológicas dos Estados com plataformas continentais estreitas. Nestes casos, o limite exterior das plataformas continentais deveria ser determinado por uma linha que se situasse até 50 milhas para lá do limite exterior do mar territorial¹³¹. De notar, no caso da posição Jugoslava, a preocupação com os direitos adquiridos pelas declarações unilaterais, defendendo que se tratavam de regras de Direito consuetudinário já consolidadas pela prática entre os Estados, uma vez que existiriam já mais de trinta países que, de modo unilateral, haviam declarado a intenção de exercer direitos relativamente aos fundos marinhos contíguos aos respetivos mares territoriais¹³². Igualmente relevante foi o avançar de uma proposta que incluía um critério de distância justificado pela necessidade de compensar os Estados com plataformas continentais estreitas, como foi o caso da proposta avançada pela Jugoslávia.

O representante do Canadá no Comité IV, no decurso das discussões na generalidade, referiu que podem existir cinco métodos para definir a plataforma continental, com base¹³³:

1. Numa distância fixa, que constitui uma solução simples com a vantagem óbvia de conferir igualdade de tratamento a cada um dos Estados, mas sem correspondência real com os factos geográficos ou geológicos ou as realidades relativas à exploração;
2. Nas características geológicas do fundo marinho ou pelo tipo de fauna lá existente, método rejeitado pelos autores do *memorandum* submetido ao Secretariado da UNESCO¹³⁴ com base no facto de as margens continentais não terem a mesma origem e, consequentemente,

¹³⁰ *Ibidem*, p. 11, parágrafo 1.

¹³¹ *Ibidem*, p. 32, parágrafo 7.

¹³² *Ibidem*, p. 1, parágrafo 1.

¹³³ A/CONF.13/42, pp. 29-30, parágrafo 32.

¹³⁴ A/CONF.13/2.

diferirem substancialmente na sua estrutura e tipo de organismos vivos que suportam;

3. Na profundidade, sendo a mais sugerida a isóbata dos 200 metros (100 braças), com a desvantagem de não ter em conta a existência de certas características geográficas que podem ocorrer para lá dessa profundidade;
4. Num critério de possível exploração, com a desvantagem de não ser suficientemente preciso e sujeito a constante reavaliação devido ao progresso científico e tecnológico, que para este efeito seria causador de grande incerteza;
5. No bordo exterior da plataforma continental no seu sentido geográfico, embora por vezes este não seja fácil de determinar.

Outro entendimento relevante pelas ideias propostas foi o apresentado pela delegação da Argentina¹³⁵. Propunha esta delegação que, antes de ser analisado o conteúdo dos artigos em concreto, se refletisse primeiro sobre o respetivo objeto a fim de «*saber exatamente a que assunto se referem esses artigos antes de discutir o respetivo conteúdo*»¹³⁶. Com base neste

¹³⁵ Embora de algum modo colateral relativamente à matéria respeitante ao limite exterior da plataforma continental, importa referir que a delegação da Argentina foi das que mais lutou para que os poderes do Estado costeiro sobre a plataforma continental fossem de soberania, tal como existe sobre o território emerso. Para esta delegação o assunto que deveria ser inicialmente estabelecido na ordem de trabalho de Conferência era o da soberania dos Estados sobre a plataforma continental, ficando para um segundo momento a definição dos limites geográficos dessa soberania. *Vide* A/Conf. 13/42, p. 3, parágrafo 7. Relativamente aos argumentos da Argentina a favor da soberania em vez de direitos soberanos *vide* A/Conf. 13/42, pp. 2-3, parágrafos 1 a 7.

As declarações iniciais sobre os artigos 67.º e 68.º demonstram a variedade de opiniões sobre a natureza dos poderes que os Estados costeiros deveriam ter sobre as respetivas plataformas continentais, verificando-se uma tendência da parte dos Estados sul-americanos para defenderem uma natureza soberana para esses poderes, não apenas sobre os recursos, mas para a plataforma continental enquanto espaço físico. Sobre esta visão, o representante do Uruguai mencionou que apenas pelo exercício de soberania sobre a plataforma continental será possível a exploração dos respetivos recursos, *vide* A/Conf. 13/42, p. 5, parágrafo 22.

Uma última referência a este tema para recordar o entendimento realista do representante da Grécia, ao referir que as palavras “direitos soberanos” são ambíguas, uma vez que são seguidas por limitações a esses direitos, sendo difícil ver como se poderá operar essa limitação se, com efeito, o monopólio sobre a plataforma continental está consignado ao Estado costeiro. *vide* A/Conf. 13/42, p. 6, parágrafo 6.

¹³⁶ A/Conf. 13/42. p. 35, parágrafo 1. Versão original: «*know exactly to what subject those articles would refer*

entendimento propunha-se apoiar uma linha de posição que viesse a englobar no conceito de plataforma continental as “zonas marítimas adjacentes”, tendo em vista proteger os interesses dos Estados com plataformas continentais estreitas.

No decurso das reuniões foram apresentadas e discutidas outras propostas¹³⁷ que tentaram modificar ou arranjar outras combinações entre os critérios apresentados pela versão avançada da CDI para a definição de um limite exterior para a plataforma continental, mas sem sucesso¹³⁸. A única proposta que mereceu acolhimento favorável em sede de votação final foi apresentada pelas Filipinas, numa matéria que lhe diz diretamente respeito. Limitava-se a adicionar um segundo parágrafo ao texto do projeto do artigo 67.º apresentado pela CDI, tendo a proposta avançada sido aprovada e constado na versão final incluída na alínea b) do artigo 1.º. A versão proposta foi a seguinte¹³⁹: «*Todas as referências nestes artigos a “plataforma continental” devem ser entendidas também para aplicação às áreas submarinas adjacentes e circundantes às costas das ilhas*».

4.3. O limite exterior da plataforma continental na Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental

A alínea a) do artigo 1.º da CGPC acabou por ser aprovada na Conferência de Genebra de 1958, não por conter uma fórmula para definir o limite exterior da plataforma continental que satisfizesse uma maioria de dois terços dos Estados presentes¹⁴⁰, mas antes porque não

before it discussed their content».

¹³⁷ Entre elas as do Panamá (A/Conf. 13/C.4/L.4), França (A/Conf. 13/C.4/L.7), Líbano (A/Conf. 13/C.4/L.8), Reino Unido (A/Conf. 13/C.4/L.24/Rev.1), Índia (A/Conf. 13/C.4/L.29/Ver./I), Canadá (A/Conf. 13/C.4/30).

¹³⁸ Importa sublinhar o facto de, apesar de existir no decurso da Conferência uma perceção generalizada que a fórmula aprovada para a definição de plataforma continental não era satisfatória, este não constitui motivo suficiente para Assembleia Geral justificar a convocação da Conferência de 1960. O objeto anunciado para esta Conferência foi apenas a largura do mar territorial ou limites de pesca. *Vide UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, Convening of a Second United Nations Conference on the Law of the Sea. [A/RES/1307(XIII)] 1958, pp. 54-55.*

¹³⁹ *Vide A/Conf. 13/C.4/L.26. Versão original: «2. All references in these articles to “continental shelf” shall be understood to apply also to similar submarine areas adjacent to and surrounding the coasts of islands*».

¹⁴⁰ Sobre as maiorias necessárias para aprovação das propostas submetidas a votação *vide* OFFICIAL

chegou a existir consenso para obter uma maioria que permitisse uma solução alternativa¹⁴¹. O facto de o projeto apresentado pela CDI definir a plataforma continental com base expressa num duplo critério (profundidade até 200 metros e explorabilidade) suscitou dúvidas pelas consequências que poderiam resultar da aplicação prática. A Proclamação de Truman, que esteve na base do conceito de plataforma continental, referia que esta constituía a extensão geomorfológica natural da massa terrestre do território e, por isso, seria justo e razoável que fosse o Estado costeiro a explorar os recursos naturais lá existentes. Esta alusão à extensão geomorfológica da plataforma continental com a parte emersa do Estado costeiro justificou a inclusão implícita dum outro critério aos anteriores, a contiguidade¹⁴².

Identificados os três critérios¹⁴³ — 200 metros, explorabilidade e contiguidade — a construção daquele que veio a ser o artigo 1.º da Convenção em vez de prover a necessária segurança jurídica, tão importante nas relações internacionais, trouxe antes mais dúvidas que certezas, sendo o critério mais controverso o da explorabilidade¹⁴⁴.

Arthur DEAN refere que do texto do artigo 1.º da CGPC se pode retirar que existe uma

RECORDS OF THE FIRST UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA, *United Nations Conference on the Law of the Sea - Official Records - Volume I: Preparatory Documents*. [A/CONF.13/37] 1958, *Provisional Rules of Procedure of the Conference*, p. 175, parágrafo 28.

¹⁴¹ Vide GUTTERIDGE, J. A. C. - The 1958 Convention on the Continental Shelf. 1960, p. 108.

¹⁴² VALLÉE, C. - **Le Plateau Continental dans le Droit Positif Actuel**. 1971, p. 131.

¹⁴³ Armando MARQUES GUEDES apresenta três variáveis para definir a largura da plataforma continental, sendo elas a distância a que ao longo da costa corre a batimétrica dos 200 metros, a profundidade até onde for possível, para além dessa curva de nível, a exploração dos recursos, e a existência, ou não, de costas alheias ou opostas. Vide MARQUES GUEDES, A. - **Direito do Mar**. 1998, p. 183. Relativamente à terceira variável apresentada por MARQUES GUEDES, somos de opinião que não constitui só por si, contrariamente ao que sucede com as outras duas, um elemento caracterizador da largura da plataforma continental, mas antes uma contingência de natureza geográfica igualmente válida para as outras zonas marítimas. Importa sublinhar o facto de MARQUES GUEDES apresentar a terceira variável de modo condicional ao referir «a existência ou não de costas alheias ou opostas». Levadas ao limite, tal como demonstra a Figura 1, a existência de costas “alheias ou opostas” pode ser entendido como um fator de delimitação. Contudo, a apresentação deste fator como uma variável, parece afastar esta previsão por parte daquele autor.

¹⁴⁴ Relativamente ao critério da explorabilidade Philip JESSUP refere que «an attempt to define exploitability in meter is like in the pre-World War I to attempt to measure sovereignty of the air by the height of the Eiffel Tower». Vide JESSUP, P. C. - The United Nations Conference on the Law of the Sea. 1959, p. 251.

presunção de explorabilidade até uma profundidade de 200 metros, até à qual não será necessário demonstrar essa capacidade¹⁴⁵. Considerado à partida como acessório o critério da explorabilidade, pelo potencial que era inerente, teria todas as possibilidades de passar a breve trecho a critério principal, suplantando cada vez mais o critério dos 200 metros. Desde que foi consagrado como critério de delimitação, a explorabilidade tem sido objeto de estudos cuidados tendo em vista apurar qual o seu sentido e alcance. Como primeira das interpretações importava saber se a explorabilidade deveria ser real ou bastaria que fosse implícita. Tratava-se de saber se, para beneficiar desta cláusula de extensão, o Estado costeiro teria efetivamente de explorar os fundos marinhos ou, pelo contrário, bastaria que o existisse apenas uma mera possibilidade de exploração.

Existiam, para a interpretação deste critério, duas vias¹⁴⁶. Claude-Albert COLLIARD *et al* referem que o sentido do texto é impreciso, permitindo várias interpretações. Uma ampla, mais favorável ao Estado costeiro, que se satisfaz com uma mera possibilidade de exploração, não exigindo que esta fosse efetiva para que possam ser exercidos os direitos soberanos relativamente à plataforma continental. A favor desta linha de pensamento milita o vocábulo “permita” (*permet*, na versão em língua francesa) contida no artigo 1.º, conjugado com a frase «*os direitos do Estado ribeirinho sobre a plataforma continental são independentes de ocupação efetiva ou fictícia*» contida no terceiro parágrafo do artigo 2.º. Outra interpretação, mais restritiva, consiste em dar à palavra “permita” um sentido económico. “Exploração” será o termo empregado no sentido económico, por contraposição a exploração em sentido científico que seria caracterizada por uma ocupação de natureza experimental. Confrontadas as duas interpretações, a ligação ao sentido económico é, naturalmente, mais desfavorável ao Estado costeiro¹⁴⁷.

Na opinião de Richard YOUNG a interpretação do artigo 1.º da Convenção permite concluir que qualquer Estado com plataforma continental poderia arrogar direitos de exploração até maiores profundidades mesmo que, à época, não tivesse as competências técnicas para exercer de facto essa capacidade exploratória¹⁴⁸. VALLÉE recusa o entendimento de YOUNG,

¹⁴⁵ Arthur H DEAN - The Geneva Convention on the Law of the Sea: What was Accomplished, p. 620.

¹⁴⁶ COLLIARD, C.-A. et al. - **Le Fond des Mers - Aspects Juridiques, Biologiques et Géologiques**. 1971, pp. 75-76.

¹⁴⁷ *Ibidem*.

¹⁴⁸ YOUNG, R. - The Geneva Convention on the Continental Shelf: A First Impression. 1958, p. 735.

referindo que este critério constitui uma válvula de escape para os maiores excessos reivindicativos¹⁴⁹.

Relativamente à relação entre os critérios da explorabilidade e da adjacência, importa saber até que ponto este último constituiu uma limitação ao anterior. O texto do artigo 1.º, alínea a) ao referir que «*o leito do mar e o subsolo das regiões submarinas adjacentes às costas*» poderia ser considerado como uma restrição jurídica suscetível de constituir um limite ao critério da explorabilidade? A noção de contiguidade não é desenvolvida na Convenção. Conforme refere Zdenek SLOUKA, o critério da contiguidade não foi, de todo, tido em consideração na Convenção, pelo que o significado da expressão do artigo 1.º acima referida não constituiu efetivamente uma restrição ao critério da explorabilidade¹⁵⁰.

Um aspeto relevante no que respeita à determinação dos limites da plataforma continental foi apontado por Garcia AMADOR ao referir que a expressão “adjacente às costas” coloca uma limitação clara quanto às áreas submarinas que poderão ficar abrangidas por este artigo. Adiantava ainda que as áreas adjacentes terminariam no início do talude, o que ocorreria a não mais de 25 milhas da costa¹⁵¹.

Como referência final sobre o modo como são definidos os limites na CGPC, pode dizer-se que esta veio estabelecer um regime para este espaço marítimo que não coincide com a Proclamação de Truman, nem com as noções geomorfológica e geofísica da plataforma continental. Esta definição foi rapidamente considerada como não satisfatória face ao rápido desenvolvimento económico e político, em particular com o surgimento de um largo número de novos Estados saídos de vários processos de descolonização. A ambiguidade grave na definição dos limites exteriores da plataforma continental, tal como constam no artigo 1.º da CGPC, promovia a tendência de os países ribeirinhos com capacidade tecnológica avançada de se apropriarem da totalidade dos fundos marinhos, colocando-os numa posição claramente vantajosa em relação aos Estados geograficamente desfavorecidos. Tratando-se de um

¹⁴⁹ VALLÉE, C. - **Le Plateau Continental dans le Droit Positif Actuel**. 1971, p. 136.

¹⁵⁰ SLOUKA, Z. - **International Custom and the Continental Shelf - A Study in the Dynamics of Customary Rules of International Law**. 1968, pp. 105-106.

¹⁵¹ Makhdoom Ali KHAN, "*The Juridical Concept of the Continental Shelf*", in "*Law of the Sea*", Caminos, Ed. Ashgate, Dartmouth, (2001). pp. 19, p. 201, citando *Yearbook International Law Commission*, 1956, vol. 1, p. 135.

instrumento internacional que teria por finalidade definir o regime jurídico de uma realidade em concreto, a plataforma continental, pela incerteza da solução encontrada tenderia cada vez mais a ultrapassar o referido objeto, no sentido de se tornar implicitamente, como sugere MESTRAL, num instrumento também regulador do regime dos grandes fundos marinhos¹⁵².

O rápido desenvolvimento tecnológico cedo demonstrou que a exploração dos recursos minerais passaria a poder efetuar-se para lá da isóbata dos 200 metros. No início dos anos 60 tornou-se claramente previsível, num futuro próximo, a exploração de recursos minerais a profundidades de vários milhares de metros. Não seria necessário um grande exercício de previsão futurista, mesmo com os meios da época, para se poder entender que a aplicação deste critério à plataforma continental tenderia, no futuro, a alargar-se cada vez mais em direção aos grandes fundos marinhos. Com base na capacidade tecnológica, os Estados que a possuísem, poderiam estender as respetivas plataformas continentais até encontrar outro Estado com costas opostas relativamente ao qual houvesse necessidade de a delimitar. A faculdade de poder estender a plataforma continental com base no critério da explorabilidade até encontrar oposição só poderia ser limitada juridicamente pelo recurso ao critério implícito da contiguidade. Contudo, como já referido, este critério não foi definido no texto convencional com um mínimo de precisão que lhe permita dar efeito útil prático. A Figura 1 ilustra, de modo claro, o que poderia ser a delimitação da plataforma continental no Atlântico Norte segundo um critério de explorabilidade, realçando as potenciais desigualdades que poderiam resultar em benefício de Estados geograficamente favorecidos, como é o caso de Portugal na época em que o mapa foi elaborado.

Por último, relativamente à natureza dos poderes que o Estado costeiro exerce sobre a respetiva plataforma continental, a CGPC classifica-os como soberanos e exclusivos, tendo em vista a exploração e a extração dos recursos naturais¹⁵³. Este regime é claramente distinto do alto mar, uma vez que não afeta o regime das águas sobrejacentes nem o espaço aéreo situado sobre essas águas¹⁵⁴.

¹⁵² MESTRAL, A. L. C. - *Le Régime Juridique du Fond des Mers: Inventaire et Solutions Possibles*. 1970, p. 7.

¹⁵³ CGPC, artigoº 2.º, n.ºs 1 e 2.

¹⁵⁴ *Ibidem.*, artigo 3.º

5. A DECLARAÇÃO DE PARDO E AS RESOLUÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS SUBSEQUENTES

O regime insatisfatório estabelecido na CGPC, em especial na parte que respeita à definição da plataforma continental e a percepção generalizada que a exploração dos fundos marinhos seria uma realidade a breve prazo¹⁵⁵, foi terreno fértil para o desenvolvimento de receios quanto à consequência a médio e longo prazo resultante da respetiva aplicação prática por parte dos Estados tecnologicamente mais avançados e geograficamente mais favorecidos. No decurso dos anos 60 as preocupações resultantes da incerteza proporcionada pelos regimes jurídicos relativos ao mar, em especial os correspondentes à definição da plataforma continental e, por consequência, o do alto mar pela natureza complementar entre eles, deram origem a diversos pedidos e tomadas de posição nos *fora* internacionais. Entre estes podem apontar-se a solicitação ao SGNU efetuada pela AGNU¹⁵⁶, por recomendação do Conselho Económico e Social¹⁵⁷, para que fossem efetuadas diligências efetivas no sentido de elaborar de um programa extensivo de cooperação internacional para a melhor compreensão do meio marinho através da ciência e na exploração e desenvolvimento dos recursos marinhos, com a devida atenção à conservação das reservas de pescado, bem como o início e fortalecimento de educação marítima e programas de treino¹⁵⁸. Também a Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) manifestou preocupação relativamente às incertezas e insuficiências graves do Direito Internacional então em vigor, na medida em que afeta a investigação científica dos oceanos, tendo sido apresentado pelo representante da União Soviética proposta no sentido de ser criado, no âmbito da COI, um grupo especializado com a finalidade de preparar projetos de¹⁵⁹:

¹⁵⁵ DANZIG, A. L. - *A Funny Thing Happened to the Common Heritage on the Way to the Sea*. 1974, p. 663; HEDBERG, H. D. - *Ocean Boundaries and Petroleum Resources*. 1976. p. 1015; ELFERINK, A. G. O. - *Article 76 of the LOSC on the Definition of the Continental Shelf: Questions concerning its Interpretation from a Legal Perspective*. 2006. p. 271; MOSSOP, J. - **The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles: Rights and Responsibilities**. 2016, p. 124. INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY - **Technical Study 4: Issues Associated with the Implementation of Article 82 of the UNCLOS**. 2009.

¹⁵⁶ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, *Resources of the Sea*. [A/RES/2172(XXI)] 1966.

¹⁵⁷ Em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em particular com a COI, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em especial com o Comité para as Pescas

¹⁵⁸ *Ibidem*, parágrafo 3.

¹⁵⁹ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, *Examination of the question of the reservation exclusively*

- Uma convenção sobre os princípios básicos para a condução da investigação científica no alto mar;
- Uma convenção sobre normas para a prospeção e exploração de recursos minerais no alto mar.

Para além da problemática da apropriação por parte dos Estados costeiros dos recursos então existentes no alto mar, que passariam a ser da plataforma continental, face ao avanço tecnológico, PARDO mostrou igual preocupação relativamente à militarização dos fundos marinhos¹⁶⁰, em especial com a colocação de ogivas nucleares, e à poluição do alto mar resultante do alijamento de desperdícios nucleares¹⁶¹.

for peaceful purposes of the sea-bed and the ocean floor, and the subsoil there-of, underlying the high seas beyond the limits of present national jurisdiction, and the use of their resources in the interests of mankind
General debate. [A/C.1/PV.1515] 1967, p. 13, parágrafo 102.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 10, parágrafos 71-72. Relativamente à militarização dos fundos marinhos *vide* HIRDMAN, S. - Weapons in the Deep Sea. 1971, em especial pp. 34-36; FISCHER, G. - **The non-proliferation of nuclear weapons**. 1972, pp. 195-196.

Na declaração proferida em 1 de novembro de 1967, Arvid PARDO alertou para os perigos que resultariam da militarização dos fundos marinhos do alto mar, através da colocação de armas ou outros dispositivos militares, não apenas sob a perspetiva militar e do perigo que isso poderia representar para a humanidade, mas também sobre as consequências que potencialmente poderiam advir para o regime jurídico do alto mar e, ou, da plataforma continental. Esta última preocupação ia no sentido de poder vir a ser desenvolvida e consolidada argumentação jurídica com base no princípio de direito internacional segundo o qual a soberania de um Estado se exerce, igualmente, à atmosfera suprajacente até um limite ainda indefinido do espaço. Sendo o mar a “atmosfera” do fundo oceânico, podendo um Estado exercer soberania sobre esse fundo, poderia igualmente exercer soberania sobre a coluna de água sobrejacente, mesmo tendo em conta o texto do artigo 3.º da CGAM. *Vide* documento mencionado na nota 159 *infra*, p. 10, parágrafo 72. A este propósito, no decurso da sua declaração PARDO citou um especialista, que preferiu não indicar o nome, referindo que nos próximos 10 anos serão apropriados (pelos EUA) grandes porções dos oceanos, afastadas das massas terrestres sendo, por motivos de segurança nacional, negado o acesso a quaisquer outras nações. *Ibidem*, p. 10, parágrafo 72. Mais tarde, em 11 de fevereiro de 1971 foi assinado o Tratado Proibindo a Instalação das Armas Nucleares e de Outras Armas de Destruição Maciça no Fundo dos Mares e dos Oceanos assim como no Seu Subsolo, do qual Portugal é parte, aprovado para adesão pelo Decreto n.º 773/74, de 31 de dezembro, publicado no Diário da República I Série-N.º 303, de 31 de dezembro de 1974.

¹⁶¹ *Ibidem*, pp. 10-12, parágrafos 73-87.

Na sua declaração, PARDO propôs à Assembleia Geral dois tipos de medidas. Como medida de curto prazo, a adoção duma resolução que promovesse as seguintes ações¹⁶²:

- O leito do mar e respetivo subsolo são património comum da humanidade e devem ser explorados e utilizados em benefício da humanidade como um todo, com preferência para os países mais carenciados;
- Parar quaisquer reivindicações sobre o leito do mar e respetivo subsolo para lá das jurisdições nacionais em vigor, até à definição clara do conceito de plataforma continental;
- Criação de um órgão, largamente representativo, mas não muito numeroso, com a tarefa de estudar a criação de um regime internacional económico e de segurança, redigir um projeto de tratado que salvguarde a natureza internacional do leito do mar e respetivo subsolo, promovendo a criação de uma agência internacional para a respetiva gestão.

A longo prazo a proposta ia no sentido da criação dum tratado que definisse os limites exteriores da plataforma continental sujeita às jurisdições nacionais, bem como a definição de princípios reguladores do uso do fundo do mar e respetivo subsolo, cujo governo ficaria a cargo duma agência internacional. Este tratado deveria incorporar os seguintes princípios¹⁶³:

- O leito do mar e respetivo subsolo, situados para lá dos limites de jurisdição nacional tal como definidos no tratado, não podem ser sujeitos a qualquer tipo de apropriação nacional;
- O leito do mar e respetivo subsolo situados para lá dos limites de jurisdição nacional devem ser utilizados exclusivamente para fins pacíficos;
- A investigação científica respeitante ao leito do mar e respetivo subsolo, em matérias

¹⁶² UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, *Examination of the question of the reservation exclusively for peaceful purposes of the sea-bed and the ocean floor, and the subsoil there-of, underlying the high seas beyond the limits of present national jurisdiction, and the use of their resources in the interests of mankind* General debate. [A/C.1/PV.1516] 1967, parágrafos 13 a 15.

¹⁶³ *Ibidem*, parágrafo 10.

que não estejam relacionadas com defesa, deve ser livre e os resultados disponibilizados a todos;

- Os recursos do leito do mar e respetivo subsolo situados para lá dos limites da jurisdição nacional devem ser explorados em primazia com os interesses da humanidade, com particular atenção às necessidades dos países pobres;
- A exploração e aproveitamento do leito do mar e respetivo subsolo para lá das jurisdições nacionais devem ser conduzidas em conformidade com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e de modo a não causar obstruções desnecessárias no alto mar nem prejuízo ao ambiente marinho.

Materializando as sugestões apresentadas por Pardo, a AGNU¹⁶⁴ criou um novo órgão, o Comité *Ad Hoc* para o Estudo do Uso Pacífico do Leito do Mar e Respetivo Subsolo para lá dos Limites de Jurisdição Nacional (*Ad Hoc Committee to Study the Peaceful Uses of the Sea-Bed and Ocean Floor beyond the Limits of National Jurisdiction*). Este Comité *Ad Hoc* teve como finalidade estudar a prática das Nações Unidas, agências especializadas (como a Agência Internacional de Energia Atómica) e órgãos internacionais em matérias respeitantes ao leito do mar e respetivo subsolo, designadamente quanto à existência de acordos internacionais existentes a este respeito e avaliar os respetivos âmbitos científico, técnico, económico e jurídico. Deveria também promover a cooperação internacional relativamente à exploração, conservação e uso do leito do mar e respetivo subsolo. No seguimento do relatório provisório apresentado pelo Comité *Ad Hoc* resultou, no ano seguinte, a substituição do Comité *Ad Hoc* por um comité permanente com o mesmo nome, ao qual caberia a tarefa de prosseguir e aprofundar o estudo das mesmas questões e fazer recomendações¹⁶⁵. Este Comité evoluiu posteriormente, tornando-se no órgão preparatório da Terceira Conferência.

¹⁶⁴ Vide UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, *Examination of the question of the reservation exclusively for peaceful purposes of the sea-bed and the ocean floor, and the subsoil thereof, underlying the high seas beyond the limits of present national jurisdiction, and the use of their resources in the interests of mankind*. [A/RES/2340(XXII)] 1967

¹⁶⁵ Vide UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, *Examination of the question of the reservation exclusively for peaceful purposes of the sea-bed and the ocean floor, and the subsoil thereof, underlying the high seas beyond the limits of present national jurisdiction, and the use of their resources in the interests of mankind General debate*. [A/RES/2467(XXIII)] 1968.

Em 17 de dezembro de 1970, a AGNU aprovou, por aclamação¹⁶⁶, os princípios que iriam conduzir à internacionalização dos oceanos, dos quais se destacam os dois primeiros¹⁶⁷:

- O leito e subsolo do oceano para lá dos limites das jurisdições nacionais (adiante designados por Área), bem como os respetivos recursos, qualificados como património comum da humanidade;
- A Área não poderá ser objeto de apropriação por qualquer meio, por Estados ou pessoas, singulares ou coletivas, e nenhum Estado poderá reclamar ou exercer soberania ou direitos soberanos sobre qualquer parte.

No seguimento da Resolução 2749 (XXV) da AGNU, a Resolução 2750 (XXV), veio convocar, para 1973, a realização de uma conferência internacional sobre o Direito do Mar tendo em vista a definição de um regime equitativo para a Área, incluindo os recursos do leito e subsolo marinho para lá dos limites das jurisdições nacionais, uma definição precisa da Área, e um conjunto alargado de assuntos, incluindo os regimes do alto mar, da plataforma continental, do mar territorial e zona contígua, pescas e conservação dos recursos vivos no alto mar, preservação do meio marinho e investigação científica¹⁶⁸.

A declaração de Pardo constituiu um marco fundamental no processo evolutivo do regime da plataforma continental ao pretender afastar os fundos marinhos das jurisdições nacionais, em particular dos Estados costeiros com maior capacidade tecnológica, atribuindo àquele espaço o conceito de património comum da humanidade¹⁶⁹. As ideias expressas na declaração e o racional que originou a inclusão do uso dos oceanos para fins pacíficos como tema a debater em agenda basearam-se em dois factos. Por um lado, a evolução tecnológica que tornaria

¹⁶⁶ FRIEDMANN, W. - Selden Redivivus - Towards a Partititon of the Seas? [s.d.], p. 757.

¹⁶⁷ Vide UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, *Declaration of Principles Governing the Sea-Bed and the Ocean Floor, and the Subsoil Thereof, beyond the Limits of National Jurisdiction*. [A/RES/2749 (XXV)] 1970, parágrafos 1 e 2.

¹⁶⁸ Vide UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, *Reservation exclusively for peaceful purposes of the sea-bed and the ocean floor, and the subsoil thereof, underlying the high seas beyond the limits of present national jurisdiction and use of their ressources in the interest of mankind, and convening of a conference on the law of the sea*. [A/RES/2750(XXV)] 1970, Parte C, parágrafo 2.

¹⁶⁹ Sobre o desenvolvimento do conceito e do princípio do património comum da humanidade, vide WOLFRUM, R. - The principle of the common heritage of mankind. 1983.

possível a exploração dos imensos recursos do fundo marinho, por outro lado, a inexistência de regras claras no Direito vigente, o que constituía um fator encorajador para os Estados se apropriarem das áreas marinhas adjacentes às respetivas costas tendo por base a legitimidade que lhe seria conferida pelo artigo 1.º da CGPC.

6. OS LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL NO DECURSO DA TERCEIRA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR

6.1. Processo decisório na Conferência

A declaração de Pardo refletiu, pelas razões anteriormente indicadas, a insatisfação da comunidade internacional relativamente ao regime jurídico em vigor relativamente ao mar¹⁷⁰. Até essa ocasião, as Nações Unidas já tinham organizado duas conferências sobre o Direito do Mar, nas quais não foram conseguidos resultados satisfatórios¹⁷¹. A necessidade de conseguir uma definição para a obtenção de limites precisos para a Área, tal como estabelecido na Resolução 2750 (XXV), requeria, implicitamente, uma definição precisa para o limite exterior da plataforma continental.

A Convenção foi negociada tanto por uma via consensual¹⁷², como através de um

¹⁷⁰ SUAREZ, S. V. - **The Outer Limits of the Continental Shelf - Legal Aspects of Their Establishment**. 2008, p. 40.

¹⁷¹ A II Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar decorreu em Genebra, de 24 de fevereiro a 27 de abril de 1960. O magro resultado da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1960, vem expresso nas duas resoluções que constam em anexo ao documento A/CONF.19/L.15, que pode ser acedido nos registos oficiais. *Vide* OFFICIAL RECORDS OF THE SECOND UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA, *Summary Records of Plenary Meetings and of Meetings of the Committee of the Whole*. [A/CONF.19/8] 1960.
<http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1960/vol/english/vol1-SummaryRecordsofPlenaryandCommitteeoftheWhole.pdf>

¹⁷² O consenso é um processo pelo qual os atos institucionais são adotados não por via de votação, mas por

mecanismo comumente referido como *package deal*¹⁷³. Estas duas abordagens foram complementares entre si na medida em que, em conjunto, contribuíram para a conclusão do texto final da CNUDM. A negociação por consenso decorreu indiretamente do *Gentlemen's Agreement*, acertado entre os Estados participantes na Conferência, no qual ficou assente que, relativamente a matérias substantivas, deveriam ser efetuados todos os esforços no sentido de ser obtido um acordo quanto ao texto final por via do consenso. Deste modo, não deveriam existir votações sem que todos os esforços para o consenso tivessem sido esgotados¹⁷⁴.

Por outro lado, a negociação por *package deal* teve um efeito significativo no decurso da Conferência. KOERS aponta os três níveis a que se verificou este feito¹⁷⁵. O primeiro, revelou-se ao nível substantivo a que as matérias foram negociadas, valorizando o acordo a um nível mais elevado em detrimento de matérias avulsas, mais isoladas. O segundo efeito verificou-se ao nível das delegações, uma vez que promoveu uma participação especializada em função das matérias a abordar, sem prejuízo de as decisões de nível superior que envolvessem interesses cruzados constituírem prerrogativas dos chefes de delegação. Por último, e possivelmente o mais importante, o método do *package deal* permitiu um efeito integrativo nas negociações, atuando como um efeito compensador nas diversas tendências que se foram formando nas negociações informais necessárias ao consenso¹⁷⁶. Neste contexto, no decurso das negociações as delegações utilizavam, por regra, a reserva de posição sobre qualquer matéria até que tivesse sido obtida satisfação noutros assuntos que consideravam de

consulta entre as partes envolvidas, sendo a decisão o resultado de um de acordo. A tomada de decisões por consenso normalmente envolve negociações demoradas para a obtenção de resultados convergentes. *Vide* SCHERMERS, H. G., BLOKKER, N. M. - **International Institutional Law**. 2011, pp. 533-535.

¹⁷³ Conforme referem LOUREIRO BASTOS e CHURCHILL, o facto de as negociações na Terceira Conferência terem seguido o método *package deal* permitiu que as diversas matérias reguladas na CNUDM pudessem ficar contidas numa única convenção, contrariamente ao sucedido nas Convenções de Genebra de 1958. *Vide* BASTOS, F. L. - **A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos**. 2005, p. 196; CHURCHILL, R. - *The 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea*. 2015, p. 26.

¹⁷⁴ *Vide* TANAKA, Y. - **The International Law of the Sea**. 2015, p. 27; NORDQUIST, M. H. editor - **United Nations Convention on the Law of the Sea 1982: A Commentary, vol. 1**. 1985, p. lxiv.

¹⁷⁵ KOERS, A. W. - *The Third United Nations Conference on the Law of the Sea - Some Remarks on its Contribution Towards the Making of International Law*. 1989, pp. 34-35.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 35. Como refere Albert KOERS a este respeito, o mais importante na negociação não era finalizar a peça do puzzle, mas antes todo o puzzle.

vital importância para isto¹⁷⁷.

Na Terceira Conferência houve apenas um projeto de convenção oficial que foi precedido por vários textos de negociação. As disposições incluídas nos textos de negociação foram admitidas não com base numa votação, mas sim na perceção por parte das diversas delegações presentes de que um determinado texto tinha obtido apoio suficiente ou alargado. No Texto Único de Negociação Informal¹⁷⁸ (TUNI) caso uma disposição estabelecesse que as propostas incluídas eram de carácter informal, estas não iriam prejudicar as posições de qualquer delegação e nem seriam consideradas como os resultados de um acordo de compromisso¹⁷⁹. Outro grupo de projetos, denominado Texto de Negociação Composto Informal¹⁸⁰ (TNCI) incluía uma cláusula que assegurava às delegações que o texto permanecia como texto de negociação, no sentido que permanecia aberto a futuras considerações e propostas até que se chegasse a um consenso final¹⁸¹.

6.2. A negociação da definição e limites da plataforma continental

Num período de quase dez anos, foram necessárias onze sessões para concluir o texto final da CNUDM, tendo as reuniões sido realizadas, por razões de ordem prática, em Nova Iorque e em Genebra¹⁸². Esta circunstância facilitou a presença regular e a participação das muitas delegações das missões permanentes das Nações Unidas.

¹⁷⁷ SUAREZ, S. V. - **The Outer Limits of the Continental Shelf - Legal Aspects of Their Establishment**. 2008, p. 42.

¹⁷⁸ Designação em língua inglesa: *Informal Single Negotiating Text*.

¹⁷⁹ UNITED NATIONS DIPLOMATIC CONFERENCES. Third United Nations Conference on the Law of the Sea. A/CONF.62/WP.8/Part II [Em linha]. [Consult. 2 abril 2016] Disponível em http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_IV/a_conf-62_wp-8_part-2.pdf
Introdução pelo presidente do 2.º Comité.

¹⁸⁰ Designação em língua inglesa: *Informal Composite Negotiating Text*.

¹⁸¹ UNITED NATIONS DIPLOMATIC CONFERENCES. Third United Nations Conference on the Law of the Sea. A/CONF.62/WP.10/Rev.1, 28 abril 1979. [Em linha]. [Consult. 2 abril 2016] Disponível em http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_VIII/a_conf-62_wp-10_rev-1.pdf
pp. 17-20.

¹⁸² Sobre as particularidades do processo negocial da CNUDM, *vide*. BASTOS, F. L. - **A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos**. 2005, pp. 194-204.

6.2.1. Primeira Sessão

A primeira sessão teve lugar de 3 a 15 de dezembro de 1973, em Nova Iorque.¹⁸³ Na primeira sessão, as delegações presentes na Terceira Conferência debateram questões de natureza essencialmente processual e organizacional. As declarações efetuadas nas várias reuniões plenárias foram de natureza genérica, ficando o início da discussão dos assuntos substantivos contidos no projeto apresentado pelo *Seabed Committee* para a segunda sessão.

6.2.2. Segunda Sessão

A segunda sessão teve lugar em Caracas, de 20 de junho a 29 de agosto de 1974¹⁸⁴. Nesta sessão foram aprovados dois documentos importantes do ponto de vista organizacional e do funcionamento da Terceira Conferência: as Regras de Procedimento¹⁸⁵ e a definição dos comités que iriam tratar dos vários assuntos da Conferência¹⁸⁶.

¹⁸³ Vide sítio da internet *United Nations Diplomatic Conferences, Third United Nations Conference on the Law of the Sea*, Volume I, disponível em <http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/Vol1.html>

¹⁸⁴ *Ibidem*, Volume II, disponível em <http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/Vol2.html>

¹⁸⁵ THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - United Nations: Rules of Procedure for the Third U.N. Conference on the Law of the Sea. 1974.

¹⁸⁶ OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA, *Organization of the second session of the Conference and allocation of items: decisions taken by the Conference at its 15th meeting on 21 June 1974*. [A/CONF.62/29] 1974. Neste documento foram definidos três comités, correspondendo a cada um deles as seguintes matérias:

Primeiro Comité:

- Regime internacional para o leito e subsolo marinho para lá das jurisdições nacionais;
- Tesouros arqueológicos e históricos nos fundos marinhos para lá das jurisdições nacionais.

Segundo Comité:

- Mar territorial;
- Zona contígua;
- Estreitos usados para navegação internacional;
- Plataforma continental;
- Zona económica exclusiva para lá do mar territorial;
- Direitos preferenciais do Estado costeiro e outra jurisdição não exclusiva sobre recursos situados para lá do mar territorial;
- Alto mar;
- Estados sem litoral;
- Direitos e interesses dos Estados sem plataforma continental e Estados com plataformas continentais estreitas ou com linhas de costa curtas;
- Direitos e interesses dos Estados com plataformas continentais largas;
- Arquipélagos;
- Mares fechados ou semifechados;

No que respeita à matéria respeitante à plataforma continental, um dos primeiros debates na segunda sessão sobre este assunto partiu do grupo de Estados sem litoral, que propôs a existência uma plataforma continental jurídica, não associada a cada Estado costeiro, como entendida até então, mas antes pertencente em conjunto a todos os Estados de cada continente¹⁸⁷. Este entendimento teve a oposição da Austrália, ao referir que o conceito de plataforma continental nunca foi entendido historicamente naqueles termos¹⁸⁸. A própria existência da plataforma continental enquanto conceito autónomo esteve ameaçado. Existiram delegações que propuseram abandonar completamente o conceito de plataforma continental para, em vez disso, concentrar a atenção no conceito emergente de ZEE, até 200 milhas. As principais razões que foram aduzidas em defesa de tal mudança foram:

- O conceito de plataforma continental era injusto e beneficiava apenas alguns¹⁸⁹;
- Sendo uma área definida como fundo do mar internacional, teria que se afirmar como economicamente viável¹⁹⁰.
- A noção de ZEE seria mais precisa e equitativa¹⁹¹.

Para além dos argumentos anteriormente apresentados, vários Estados defenderam que

-
- Ilhas e instalações artificiais;
 - Regime das ilhas;
 - Transmissões a partir do alto mar.

Terceiro Comité:

- Preservação do ambiente marinho;
- Investigação científica;
- Desenvolvimento e transferência de tecnologia.

¹⁸⁷ OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA, *Summary records of meetings of the Second Committee 16th meeting*. [A/CONF.62/C.2/SR.16] 1974; OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA, *Summary records of meetings of the Second Committee 17th meeting*. [A/CONF.62/C.2/SR.17] 1974; OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA, *Summary records of meetings of the Second Committee 18th meeting*. [A/CONF.62/C.2/SR.18] 1974; OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA, *Summary records of meetings of the Second Committee 19th meeting*. [A/CONF.62/C.2/SR.19] 1974; OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA, *Summary records of meetings of the Second Committee 20th meeting*. [A/CONF.62/C.2/SR.20] 1974, pp. 143 a 169.

¹⁸⁸ A/CONF.62/C.2/SR.17, p. 147.

¹⁸⁹ Áustria, Líbano, Singapura. Vide A/CONF.62/C.2/SR.16; A/CONF.62/C.2/SR.17, pp. 143 to 148.

¹⁹⁰ A/CONF.62/C.2/SR.18, Singapura, p. 151.

¹⁹¹ *Ibidem*, Egito, p. 154.

um limite de 200 milhas seria um critério claro, cuja existência ajudaria a promover a paz e a prevenir futuras controvérsias internacionais. Acrescentaram ainda que, para ser operacional e eficaz, a evolução progressiva do Direito Internacional deveria basear-se em princípios equitativos¹⁹². Para outras delegações, a definição de um limite de 200 milhas tinha como objetivo assegurar uma parte importante do fundo do mar tendo em vista a salvaguarda do princípio do património comum da humanidade¹⁹³. Ainda em defesa das 200 milhas, o Japão e o Iraque, argumentaram que os limites baseados na distância seriam mais justos e mais fáceis de aplicar do que critérios como geologia e topografia que, potencialmente, poderiam criar sérias dificuldades na sua aplicação¹⁹⁴.

Outras delegações preferiram manter a distinção entre os conceitos de plataforma continental e de ZEE. Defendendo esta linha de entendimento, a Austrália sistematizou a sua posição com a apresentação dos seguintes argumentos¹⁹⁵:

- Necessidade de respeitar os direitos soberanos dos Estados costeiros sobre os recursos naturais existentes no prolongamento natural dos respetivos territórios emersos;
- O prolongamento submerso de vários Estados ultrapassa as 200 milhas, não existindo razão para que determinado Estado costeiro possa ser privado de uma área relativamente à qual já possuiu direitos, enquanto as áreas sobre jurisdição de outros Estados se mantêm ou são aumentadas;
- A Convenção deveria definir não só a área da plataforma continental, mas também os direitos e deveres que lhe correspondem.

Na mesma linha de entendimento, Israel destacou que os dois conceitos, plataforma continental e zona económica exclusiva, deveriam ser tratados separadamente, uma vez que o conceito de plataforma continental já estava bem estabelecido e consolidado, mas o de ZEE encontrava-se ainda numa fase de desenvolvimento¹⁹⁶. Também defendendo a distinção entre

¹⁹² *Ibidem*, p. 167.

¹⁹³ A/CONF.62/C.2/SR.16, p. 143; A/CONF.62/C.2/SR.19, pp. 156 e 160; A/CONF.62/C.2/SR.20, pp. 167-168.

¹⁹⁴ A/CONF.62/C.2/SR.17, p. 147; A/CONF.62/C.2/SR.19, p. 159.

¹⁹⁵ A/CONF.62/C.2/SR.17, p. 147.

¹⁹⁶ A/CONF.62/C.2/SR.16, p. 144.

as duas zonas marítimas, a Tailândia argumentou que os conceitos de plataforma continental e de ZEE deveriam coexistir, realçando o facto de o conceito de plataforma continental não poder desaparecer, uma vez que muitos dos direitos e deveres decorrentes da CGPC já estavam, efetivamente, a ser exercidos e respeitados¹⁹⁷.

No que respeita ao limite exterior da plataforma continental, a questão esteve, igualmente e de início, longe de recolher entendimentos convergentes. Muitas delegações manifestaram expressamente a preferência por dois tipos de limites, um baseado num critério de distância, até às 200 milhas, outro tendo como limite o bordo exterior da margem continental. A favor da existência de limites alternativos estiveram a Austrália, a República da Coreia, a Espanha, El Salvador, a Argentina, o Equador, o Vietname, a Noruega, Cuba e a República Federal da Alemanha¹⁹⁸.

Também no que respeita à definição da plataforma continental, as delegações estiveram longe de conseguir entendimentos convergentes. De acordo com o Bangladesh, a definição jurídica de plataforma continental era imprecisa, não coincidindo com a definição geológica. No entendimento desta delegação a definição do limite exterior deveria ser expressa não apenas em termos de profundidade, mas também com relação ao talude e elevação continentais¹⁹⁹. Porém, a definição jurídica de plataforma continental foi justificada por razões como a continuidade geológica e o prolongamento do território emerso²⁰⁰. A Argentina²⁰¹ e o Uruguai²⁰² enfatizaram a importância de uma base geológica para o entendimento jurídico da plataforma continental. A União Soviética entendia, também, a plataforma continental como um prolongamento submerso do território do Estado costeiro²⁰³. Este Estado propôs que os limites fossem fixados a uma distância máxima de 200 milhas ou dentro da isóbata de 500 m, conforme o que fosse escolhido. Fundamentou que estes dois critérios protegeriam os interesses

¹⁹⁷ A/CONF.62/C.2/SR.18, p. 159.

¹⁹⁸ A/CONF.62/C.2/SR.17; A/CONF.62/C.2/SR.18; A/CONF.62/C.2/SR.19; A/CONF.62/C.2/SR.20, pp. 147 a 165.

¹⁹⁹ A/CONF.62/C.2/SR.16, p. 144.

²⁰⁰ *Ibidem*, pp. 145-146.

²⁰¹ A/CONF.62/C.2/SR.18, p. 150.

²⁰² *Ibidem*, p. 153.

²⁰³ A/CONF.62/C.2/SR.20, p. 161.

daqueles com águas pouco profundo e plataformas extensas²⁰⁴. O México declarou que a unidade geológica era um facto geográfico, pelo que a adoção do limite exterior da elevação continental respeitaria essa unidade geológica²⁰⁵.

A Indonésia recordou o facto de os limites entre a isóbata de 200 metros e a profundidade até onde é possível a exploração já se encontravam protegidos pela Convenção de 1958, sendo impossível privar os Estados dos direitos soberanos que entendiam já ser titulares, nos termos do Direito Internacional²⁰⁶. Defendia ainda a delegação deste Estado que deveria ser estabelecida uma relação entre a zona económica e plataforma continental, seguindo as seguintes hipóteses²⁰⁷:

- O regime da plataforma continental deveria continuar a ser aplicado ao leito do mar que se situasse nos limites da plataforma (*shelf*), quer esta fosse mais estreita ou mais larga que a zona económica, em condições a definir posteriormente;
- O Estado costeiro poderia aplicar o regime da plataforma continental a toda a zona económica, se assim o desejasse, *i.e.*, até às 200 milhas;
- Poderia também aplicar o regime da zona económica ao leito do mar.

Com base nas declarações apresentadas na sessão plenária, o 2.º Comité produziu o Documento de Trabalho Informal N.º 3. No que respeita à definição de plataforma continental e respetivos limites exteriores, foram compilados neste documento 6 elementos que deveriam ser seguidos nas futuras formulações:

- 1.^a A plataforma continental devia ser entendida como o leito marinho e subsolo das áreas submarinas com limites externos definidos como os da elevação continental, na fronteira com o oceano ou piso abissal²⁰⁸;
- 2.^a A plataforma continental deveria ser entendida como o prolongamento natural do

²⁰⁴ *Ibidem*, p. 161.

²⁰⁵ *Ibidem*, p. 166.

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 169.

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 169.

²⁰⁸ PLATZÖDER, R.editor - Second Committee, Informal Working Paper N.º 3 - 5 August 1974. 1982, p. 290.

território terrestre para lá das 200 milhas²⁰⁹;

- 3.^a O limite exterior da plataforma continental até bordo inferior da margem continental que se situa junto à planície abissal, mas apenas quando esse bordo inferior se situe para lá das 200 milhas. Quando o bordo inferior da margem continental se situar aquém das 200 milhas, o limite exterior da plataforma continental poderia ser fixado nas 200 milhas²¹⁰;
- 4.^a O limite exterior da plataforma continental poderia ser determinado com base em profundidade e distância, sem estarem ainda definidos valores específicos para estes parâmetros²¹¹;
- 5.^a O limite exterior seria baseado no conceito de prolongamento natural, tendo em conta critérios geográficos relativos ao Estado costeiro, podendo os outros Estados ser consultados sobre esta matéria²¹²;
- 6.^a Esta última fórmula englobava 3 opções, sendo: a primeira a isóbata dos 500 m; a segunda a isóbata dos 500 m, mas localizada a menos de 100 milhas das linhas de base; e a terceira a distância de 100 milhas que seria aplicável caso não existisse plataforma continental (no sentido geocientífico)²¹³.

A posição portuguesa sobre a localização do limite exterior da plataforma continental foi no sentido de defender que este se deveria situar no bordo exterior da margem continental, cujo valor deveria ser fixado como sendo os 4.000 metros²¹⁴. A delegação portuguesa não encorajou a utilização de critérios geológicos e geomorfológicos, afirmando como conveniente o recurso a critérios numéricos para a definição do limite exterior da plataforma continental²¹⁵.

²⁰⁹ *Ibidem*, pp. 289-290.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 290.

²¹¹ *Ibidem*, p. 292.

²¹² *Ibidem*, p. 292.

²¹³ *Ibidem*, p. 292.

²¹⁴ OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA, *Summary records of meetings of the First Committee 7th meeting*. [A/CONF.62/C.1/SR.7] 1974, p. 30.

²¹⁵ A/CONF.62/C.2/SR.16, pp. 145-146.

De um modo genérico, pode referir-se que na segunda sessão da Conferência os debates sobre a plataforma continental centraram-se na respetiva definição, agora num contexto de convenção unificada, contrariamente ao que se verificara nas Convenções de 1958. Tornou-se claro que a nova definição de plataforma continental teria, necessariamente, de ter em conta um equilíbrio de interesses entre os Estados com plataformas continentais estreitas, ou sem plataforma continental, e os Estados com plataformas continentais extensas, que reclamavam direitos adquiridos por força da CGPC²¹⁶. Alguns Estados favoreceram um limite exterior da plataforma continental baseado numa distância fixa, enquanto outros defenderam um limite exterior baseado no conceito de prolongamento natural do território emerso. Paralelamente, um outro conjunto de Estados tentou resistir à extensão da jurisdição nacional dos Estados costeiros, uma vez que essa extensão resultaria, necessariamente, numa redução do património comum da humanidade²¹⁷. As negociações relativas à plataforma continental tiveram, ainda, como dificuldade acrescida, o facto de estar também em discussão os limites e o regime da zona económica exclusiva. Neste âmbito, recorda-se o facto de ter sido proposto por algumas delegações o desaparecimento da plataforma continental, enquanto zona marítima autónoma, ficando absorvida pela então designada zona económica.

6.2.3. Terceira Sessão

A terceira sessão realizou-se em Genebra, de 17 de março a 9 de maio de 1975²¹⁸. Esta sessão iniciou-se com a convicção de poder vir a ser possível alcançar um acordo nalgumas matérias importantes, em especial no que respeitava às matérias tratadas pelo 2.º Comité. Entre estas, e no que respeita à plataforma continental e seus limites, constou a definição de direitos soberanos para efeitos de prospeção e exploração dos recursos do leito e subsolo da margem continental, nos casos em que esta se estenda para lá das 200 milhas, articulado com um dever

²¹⁶ NORDQUIST, M. H. editor - **United Nations Convention on the Law of the Sea, 1982: A Commentary**, vol. 2. 1993, p. 831.

²¹⁷ *Ibidem*.

²¹⁸ Vide sítio da internet *United Nations Diplomatic Conferences, Third United Nations Conference on the Law of the Sea*, Volume I, disponível em <http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/Vol4.html> Para uma descrição detalhada da sessão vide STEVENSON, J. R., OXMAN, B. H. - *The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The 1975 Geneva Session*. 1975, p. 763.

de efetuar contribuições internacionais relativamente à exploração mineira naquele espaço²¹⁹. A elaboração dos textos de negociação teve o acompanhamento do Grupo Informal de Peritos Jurídicos (*Informal Group of Juridical Experts*), liderado pelo ministro norueguês Jen Evensen, que ficou conhecido como o Grupo Evensen^{220,221}.

No que respeita a propostas concretas apresentadas nesta sessão, pode apontar-se a apresentada pelo Japão no sentido de a plataforma continental incluir o leito marinho e o subsolo das áreas submarinas até uma distância de 200 milhas. De acordo com esta proposta, quando a margem continental se estendesse para lá desta distância, ficaria sujeita ao esquema de partilha de receitas proposto²²². Os EUA apresentaram duas propostas, contendo a primeira o limite exterior da plataforma continental até às 200 milhas ou até ao bordo exterior da margem continental, a definição geológica de margem continental, a metodologia para a delinação do bordo exterior da margem continental através de pontos que não distem mais de 60 milhas do ponto de pé do talude continental (PdT) e a necessidade de apresentar a informação sobre os limites da plataforma continental a uma Comissão de Fronteira da Plataforma Continental (*Continental Shelf Boundary Commission*)²²³. Esta proposta dos EUA previa também que a definição dos limites da plataforma continental não prejudicasse a questão da delimitação entre Estados com costas opostas ou adjacentes²²⁴. A segunda proposta dos EUA preconizava duas modalidades para a definição do limite exterior da plataforma continental, uma tendo por base uma distância de 200 milhas, a outra, acompanhando o prolongamento natural da margem

²¹⁹ *Ibidem*, p. 764.

²²⁰ *Ibidem*, p. 764.

²²¹ Sobre as composição, funções e atividade do grupo Everson *vide* MILES, E. L. - **Global Ocean Politics: Decision Process at the Third United Nations Conference on the Law of the Sea, 1973-1982**. 1997, pp. 27, 69 e 69-73; DUPUY, R.-J. editor - **A Handbook on the New Law of the Sea**. 1991, pp. 9, 169, 174 e ss.

²²² PLATZÖDER, R. editor - **Third United Nations Conference on the Law of the Sea: Documents**. 1982, Vol. XI, p. 497. Tendo em vista ilustrar como um sistema de compensações poderia funcionar e acomodar, em certa medida, os entendimentos dos defensores da partilha de lucros, os EUA apresentaram informalmente uma ideia específica para a partilha de benefícios obtidos pelos Estados para lá das 200 milhas, baseado num aumento de percentagem sobre os proveitos de exploração. *Vide* John R STEVENSON, Bernard H OXMAN, cit. nota 218.

²²³ Renate PLATZÖDER, cit. nota 222, p. 498.

²²⁴ *Ibidem*, p. 498.

continental, seria aplicável nos casos em que esta ultrapassasse aquela distância²²⁵. Nesta proposta constava também a definição geológica de margem continental, como sendo a plataforma, o talude continental e a elevação continental²²⁶, cuja fórmula acabou por ficar no texto final do n.º 3 do artigo 76.º da CNUDM.

O grupo Evensen preparou, posteriormente, um *draft* em alternativa à proposta dos EUA na qual, numa nota a um dos parágrafos do texto proposto, referia que «*é assumido que a Comissão da Fronteira é um órgão independente, e que a sua composição assegurará a perícia técnica e científica necessária. O âmbito dos poderes da Comissão, as questões procedimentais de possível recurso, a participação de perícia jurídica na Comissão e a relação com o procedimento de resolução de conflitos na nova Convenção, ficam por discutir*»²²⁷.

Embora na terceira sessão não tivesse sido ainda alcançado um acordo sobre a plataforma continental para lá das 200 milhas, tanto o último projeto do texto Evensen, na altura ainda em consideração, como o texto de negociação, representavam o entendimento da maioria dos Estados costeiros moderados relativamente à definição do limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas. A visão contida nos referidos textos esteve em articulação com mecanismos de compensação e partilha relativos à exploração dos recursos na plataforma continental para lá das 200 milhas, tendo em vista alcançar uma base ampla de entendimento relativamente a estas matérias²²⁸.

6.2.4. Quarta Sessão

A quarta sessão da Terceira Conferência teve lugar em Nova Iorque, de 15 de março a 10 maio de 1976²²⁹. Nesta sessão continuaram a ser apresentadas contribuições informais para as

²²⁵ *Ibidem*, p. 500.

²²⁶ *Ibidem*, p. 500.

²²⁷ NORDQUIST, Myron H. (ED.) - **United Nations Convention on the Law of the Sea, 1982: A Commentary**. 1993. 2 Vol. p. 850. Versão original: «*It is assumed that the Continental Shelf Boundary Commission is an independent organ, and its composition would ensure that it dispose of the necessary technical and scientific expertise. The scope of the powers of the Commission, and the questions of possible appeal procedures, of the participation of legal expertise in the Commission, and of the relationship with the proposed dispute settlement procedures under the new Convention, remain to be discussed*».

²²⁸ John R STEVENSON, Bernard H OXMAN, cit., 218, p. 771.

²²⁹ Vide sítio da internet *United Nations Diplomatic Conferences, Third United Nations Conference on the Law*

matérias relacionadas com o limite exterior da plataforma continental, tendo em vista concluir o TUNR. Entre as propostas apresentadas destacam-se as do Japão²³⁰, que reiterou a sua posição de 1975, na qual defendia dois limites exteriores alternativos, um baseado numa distância até 200 milhas, o outro até ao bordo exterior da margem continental, onde este se estende para lá das 200 milhas. O Japão apoiou, igualmente, a proposta dos Estados Unidos apresentada também em 1975, no que diz respeito à metodologia para a delinação do bordo exterior da margem continental através de pontos fixos situados a não mais de 60 milhas do PdT. No que diz respeito aos efeitos dos atos da Comissão de Fronteira da Plataforma Continental, o Japão propôs que, quando aceites pela Comissão, os limites estabelecidos seriam definitivos e obrigatórios (*final and binding*).

A União Soviética²³¹ e a Áustria²³² propuseram a isóbata dos 500 m para a fixação do limite exterior da plataforma continental, ou a distância de 200 milhas a contar das linhas de base a partir das quais é medida a largura do mar territorial, consoante o que estiver mais longe da costa. Nesta sessão, o Canadá avançou, igualmente, com uma proposta de relevo para a criação e funcionamento da Comissão de Limites da Plataforma Continental²³³.

of the Sea, Volume I, disponível em http://legal.un.org/diplomatic_corps/lawofthesea-1982/Vol5.html

Para uma descrição detalhada da sessão *vide* OXMAN, B. H. - *The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The 1976 New York Sessions*. 1977.

²³⁰ A proposta japonesa detalhou matérias sobre a definição, composição e limites exteriores da plataforma continental, metodologia de delinação, a apresentação dos limites da plataforma continental a uma Comissão de Limites da Plataforma Continental para a certificação; Publicidade dos limites exteriores, e delimitação entre e entre Estados costeiros adjacentes e opostos. *Vide* Renate PLATZODER Editor, Vol. XI, pp. 468-469.

²³¹ PLATZÖDER, R.editor - **Third United Nations Conference on the Law of the Sea: Documents**. 1982, Vol. IV, p. 322.

²³² *Ibidem*, p. 20.

²³³ Na proposta canadiana constava especificamente no número de membros da Comissão, as suas áreas de especialização (geologia, geofísica ou hidrografia), as duas principais funções da Comissão (certificação da delimitação dos limites exteriores da plataforma continental para além de 200 milhas e prestação de assistência técnica a um Estado costeiro mediante pedido deste), os efeitos da decisão da Comissão (os limites são definitivos e obrigatórios), as consequências de o Estado discordar das recomendações da Comissão, o prazo de 10 anos para apresentar uma proposta de extensão e os efeitos das recomendações da Comissão na delimitação entre Estados com costas adjacentes ou opostas. *Vide* Renate PLATZODER, cit. 231, pp. 321-322.

O Texto Único de Negociação Revisto (TUNR), publicado em 6 de maio de 1975, não refletiu nenhuma das sugestões informais apresentadas ao Segundo Comité. Na nota introdutória o Presidente afirmou que, apesar de simpatizar com as propostas apresentadas, considera que o limite exterior da plataforma continental deveria estar precisamente definido, sobretudo porque a definição contida no texto único de negociação tem um apoio significativo das delegações presentes. No entanto, uma vez que as propostas relativas a um limite tão preciso eram de natureza muito técnica e que foram apresentadas ao Comité em pormenor pela primeira vez, não considerava oportuno incluir essa definição nesta fase²³⁴.

6.2.5. Quinta Sessão

A quinta sessão teve lugar em Nova Iorque, de 2 de agosto a 7 de setembro de 1976²³⁵. O Grupo de Negociação nº 3 foi criado sob a presidência do Segundo Comité com a função de abordar, entre outras matérias, a respeitante ao limite exterior e da plataforma continental²³⁶. No que diz respeito ao trabalho deste Grupo de Negociação, a discussão centrou-se no modo como a definição de plataforma continental, contida no artigo 64.º do TUNR, poderia ser complementada com fórmulas ou regras para estabelecer seus limites²³⁷. Embora já tivesse sido alcançado algum consenso relativamente às fórmulas, distância de 200 milhas e bordo exterior da margem continental, muitos dos Estados que participaram nas reuniões reiteraram ainda o entendimento que a plataforma continental não deveria ultrapassar as 200 milhas. No entanto, os Estados com plataformas continentais amplas declararam que se tratava de uma das bases mais importantes do *package deal* e que uma solução de compromisso poderia estar num mecanismo de partilha de proveitos, cujos detalhes deveriam ser objeto de negociação²³⁸.

²³⁴ Vide OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA, *Revised single negotiating text (part II)*. [A/CONF.62/WP.8/Rev.1/Part II][s.d.], p. 153; Bernard H OXMAN, cit. 229.

²³⁵ Vide sítio da internet *United Nations Diplomatic Conferences, Third United Nations Conference on the Law of the Sea*, Volume I, disponível em <http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/Vol6.html> Para uma descrição detalhada da sessão vide OXMAN, B. H. - *The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The 1976 New York Sessions*. 1977, p. 248.

²³⁶ Vide OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA, *Report by Mr. Andres Aguilar M., Chairman of the Second Committee, on the work of the Committee*. [A/CONF.62/L.17] 1976

²³⁷ *Ibidem*, p. 137.

²³⁸ *Ibidem*, p. 138.

Embora o Presidente tenha considerado que o grupo de negociação não conseguiu nada de concreto, afirmou-se convicto de que muitos governos tinham uma consciência clara do caminho a seguir²³⁹.

6.2.6. Sexta Sessão

A sexta sessão realizou-se em Nova Iorque, de 23 de maio a 15 de julho de 1977²⁴⁰. O Segundo Comité realizou duas reuniões sobre questões pertinentes relativamente à plataforma continental. Nesta sessão foi apresentada uma proposta pelo representante da delegação colombiana no sentido de solicitar ao Secretariado um estudo que demonstrasse as implicações resultantes da utilização da fórmula das 200 milhas, da fórmula de profundidade pela aplicação da isóbata dos 500 m e das fórmulas propostas pela Irlanda. A justificação para este pedido residiu no facto que tal estudo constituiria um grande auxílio para as várias delegações presentes na conferência, incluindo a sua, que não dispunham dos dados científicos e técnicos necessários para tomar uma decisão sobre a questão em apreço²⁴¹. Embora não tivesse existido acordo total para elaboração do referido estudo²⁴², este acabou por ser aprovado, tendo sido elaborado o documento com os respetivos termos de referência, que incluía mapas com o objetivo de ilustrar as várias hipóteses resultantes da aplicação das fórmulas em apreciação. Destas fórmulas resultariam as futuras áreas de plataforma continental que ficariam sob jurisdição nacional. Para esse efeito, os mapas deveriam ilustrar a linha das 200 milhas traçadas a partir de todas as elevações permanentemente acima da superfície do mar, a linha correspondente à isóbata de 500 m, a linha que representasse o bordo exterior da margem continental e as linhas resultantes da aplicação da proposta irlandesa. A linha de 200 milhas representada nos mapas deveria ser traçada utilizando as linhas de base conhecidas ou, nos locais em que estas não existissem ou

²³⁹ *Ibidem*, p. 139.

²⁴⁰ Vide sítio da internet *United Nations Diplomatic Conferences, Third United Nations Conference on the Law of the Sea*, Volume VII, disponível em <http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/Vol7.html>

Para uma descrição detalhada da sessão vide OXMAN, B. H. - *The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The 1977 New York Session*. 1978, p. 57

²⁴¹ OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA, *50 th meeting of the Second Committee*. [A/CONF.62/C.2/SR.50] 1977, p. 35.

²⁴² *Ibidem*, pp.37-38. A oposição à realização do referido estudo, foi manifestada, em especial, pelo Canadá, Reino Unido, e Austrália, essencialmente, no sentido da sua impraticabilidade.

fossem desconhecidas, seria baseada na configuração da costa.

Em consequência da realização deste estudo, a matéria referente aos limites exteriores da plataforma continental permaneceu inalterada nesta sessão, uma vez que o Segundo Comité decidiu aguardar pelos resultados do estudo sobre as implicações das fórmulas propostas para posteriormente continuar o trabalho²⁴³.

6.2.7. Sétima Sessão

A sétima sessão realizou-se em Genebra, de 28 de março a 19 de maio de 1978, e em Nova Iorque de 21 de agosto a 15 de setembro de 1978²⁴⁴. No decurso da sétima sessão foram constituídos sete grupos de negociação compostos por um núcleo de Estados com interesses específicos nas várias matérias, mas abertos à participação de outros Estados que, numa fase posterior decidissem juntar-se a cada um dos grupos²⁴⁵. A matéria respeitante à definição do limite exterior da plataforma continental e a questão dos pagamentos e contribuições relativas à exploração da plataforma continental para lá das 200 milhas ficou a cargo do Grupo de Negociação 6 (GN/6)²⁴⁶.

²⁴³ Vide sítio da internet *United Nations Diplomatic Conferences, Third United Nations Conference on the Law of the Sea*, Volume VII, disponível em <http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/Vol8.html>

²⁴⁴ Vide sítio da internet *United Nations Diplomatic Conferences, Third United Nations Conference on the Law of the Sea*, Volume IX, disponível em <http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/Vol9.html>

Para uma descrição detalhada da sessão vide OXMAN, B. H. - *The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The Seventh Session (1978)*. 1979

²⁴⁵ *Official Records Of The Third United Nations Conference On The Law Of The Sea, Organization of work; Decisions taken by the Conference at its 90th meeting on the report of the General Committee.* [A/CONF.62/62] 1978, p. 6.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 7; vide também MILES, E. L. - **Global Ocean Politics: Decision Process at the Third United Nations Conference on the Law of the Sea, 1973-1982**. 1997, p 300. Os grupos de negociação então constituídos foram os seguintes:

Grupo de negociação 1: Sistema de prospeção e exploração e política de recursos, tendo em conta o trabalho do grupo informal de peritos técnicos convidados a considerar os problemas técnicos associados com qualquer fórmula que pudesse ser usada para limitar a produção de mineral a partir do mar;

Grupo de negociação 2: Questões financeiras;

Grupo de negociação 3: Órgãos da Autoridade, a sua composição, poderes e funções;

Nas reuniões do GN/6 foram apresentadas várias propostas por parte das delegações destacando-se, entre estas, as apresentadas pela União Soviética e pela Irlanda. A União Soviética avançou com uma proposta no sentido de o limite exterior da plataforma continental não poder situar-se além das 100 milhas para lá das 200 milhas contadas a partir das linhas de base. A justificação para a proposta apresentada baseava-se no facto de um limite desta natureza ir de encontro à necessidade e importância de encontrar um critério preciso para separar claramente as áreas da plataforma continental de um Estado costeiro, das áreas que farão parte do património comum da humanidade²⁴⁷. Por outro lado, a Irlanda veio a apresentar uma proposta no sentido de o Estado costeiro poder estabelecer o limite exterior da margem continental, sempre que este se prolongue para lá de 200 milhas contadas a partir das linhas de base, com base em dois critérios. O primeiro teria por referência uma linha delineada pelos pontos fixos mais afastados, nos quais a espessura das rochas sedimentares seja pelo menos 1 por cento da distância mais curta desde esse ponto até ao PdT. O outro, por uma linha delimitada por referência a pontos fixos cuja distância não seja superior a 60 milhas, contadas a partir do ponto de PdT. Estas fórmulas então propostas pela Irlanda foram as que vieram a constar na versão final da alínea a) do n.º 4 do artigo 76.º da CNUDM.

Nas sessões plenárias que tiveram lugar no final da sétima sessão, o presidente do Segundo Comité sublinhou o facto de, relativamente aos limites da plataforma continental, as discussões se terem concentrado, essencialmente, nas propostas da Irlanda e da União Soviética²⁴⁸, mas sem que se tenha chegado a qualquer decisão sobre as várias fórmulas em

Grupo de negociação 4: Direito de acesso dos Estados sem litoral e certos Estados costeiros em vias de desenvolvimento numa sub-região, ou região, aos recursos vivos da zona económica exclusiva. Direito de acesso dos Estados sem litoral e geograficamente desfavorecidos aos recursos vivos da zona económica exclusiva;

Grupo de negociação 5: Questão da resolução de controvérsias relativas ao exercício de direitos soberanos dos Estados costeiros na zona económica exclusiva;

Grupo de negociação 6: Definição dos limites exteriores da plataforma continental e a questão da partilha dos pagamentos e contribuições com respeito à exploração da plataforma continental para lá das 200 milhas.

Grupo de negociação 7: Delimitação das fronteiras marítimas entre Estados com costa adjacente ou situadas frente a frente, e respetiva resolução de controvérsias.

²⁴⁷ PLATZÖDER, R.editor - **Third United Nations Conference on the Law of the Sea: Documents**. 1982, Vol. IX, pp. 20-21.

²⁴⁸ Official Records Of The Third United Nations Conference On The Law Of The Sea, *106 th Plenary meeting*. [A/CONF.62/SR.106] 1978, pp. 86-87.

discussão. Foi proposto nas reuniões do Segundo Comité que se confiasse ao Secretariado a tarefa de estudar as implicações das várias fórmulas. Foi, igualmente, reconhecido pelas diversas delegações que, sem informações técnicas suficientes, seria inútil prosseguir o debate sobre a definição do bordo exterior da margem continental. Durante a primeira metade da sétima sessão, o Secretariado disponibilizou o estudo preliminar ilustrativo das várias fórmulas para a definição da plataforma continental²⁴⁹, informando que este estudo seria meramente indicativo no que respeita à dimensão das áreas, existindo uma probabilidade substancial de erro²⁵⁰.

6.2.8. Oitava Sessão

A oitava sessão decorreu em Genebra, de 19 de março a 27 de abril de 1979²⁵¹. No cumprimento do anteriormente solicitado, a Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), em cooperação com a Organização Hidrográfica Internacional (OHI), apresentou o estudo anteriormente solicitado sobre as implicações da preparação de mapas de grande escala para a Terceira Conferência²⁵².

As negociações informais prosseguiram ao nível do GN/6, tendo a Dinamarca sugerido algumas alterações à proposta irlandesa relativas à definição da plataforma continental e à composição da margem continental. A proposta dinamarquesa procurou clarificar a composição da margem continental, tendo em vista evitar um equívoco no sentido de confundir este conceito com o de plataforma continental. De acordo com o entendimento defendido por este Estado, a possibilidade de reivindicar a margem continental depende da continuidade geológica, característica que considera como a essência do conceito de “prolongamento natural” para a definição do conceito de plataforma continental jurídica. A Dinamarca defendeu ainda a ideia

²⁴⁹ Official Records Of The Third United Nations Conference On The Law Of The Sea, *Preliminary study illustrating various formulae for the definition of the continental shelf*. [A/CONF.62/C.2/L.98 and Add.1-3] 1978.

²⁵⁰ *Ibidem*, p. 189.

²⁵¹ Vide sítio da internet *United Nations Diplomatic Conferences, Third United Nations Conference on the Law of the Sea*, Volume XI, disponível em <http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/Vol11.html>

²⁵² Vide Official Records Of The Third United Nations Conference On The Law Of The Sea, *Study of the implications of preparing large-scale maps for the Third United Nations Conference on the Law of the Sea*. [A/CONF.62/C.2/L.99] 1979.

de, em determinadas circunstâncias, poderem existir características físicas dos fundos marinhos, como é o caso de uma falha geológica pronunciada, cuja amplitude pode interromper a continuidade geológica, tornando-se, assim, no bordo exterior da plataforma continental e não o bordo exterior da margem continental²⁵³.

Tendo em conta as circunstâncias próprias que lhe são específicas, nomeadamente o limite inferior do talude continental muito perto da costa, bem como a existência de uma camada sedimentar densa que se prolonga até grande distância da costa, o Sri Lanka propôs uma exceção à regra sobre a espessura da camada sedimentar.

A União Soviética propôs, igualmente, a inclusão de um novo parágrafo na definição das fórmulas que tinham por finalidade limitar a plataforma continental. As fórmulas agora propostas determinavam que o limite exterior da plataforma continental não poderia exceder uma distância de 100 milhas para lá da linha correspondente ao limite exterior da zona económica de 200 milhas. Alternativamente, não poderia ultrapassar as 60 milhas contadas a partir da isóbata dos 2.500 m²⁵⁴. Na segunda parte da sessão, a União Soviética apresentou uma nova proposta no sentido de limitar as cristas submarinas às 350 milhas. Outras delegações defenderam a revisão do modo como deveriam ser estabelecidos os limites exteriores relativamente às “cristas oceânicas submarinas”, definidas como elevações submarinas longas e estreitas formadas por crusta oceânica²⁵⁵.

A União Soviética também sugeriu o termo “recomendação” como a designação para os atos da comissão sobre os limites exteriores da plataforma continental dos Estados costeiros. Complementarmente a esta designação proposta, foi também sugerido que os limites da plataforma continental estabelecidos por um Estado costeiro, tendo em conta estas recomendações, seriam “definitivos e inalteráveis”²⁵⁶. Ainda no âmbito da designação e efeitos dos atos da Comissão, Singapura sugeriu uma alteração à proposta apresentada pela União Soviética, substituindo a frase “tendo em conta estas recomendações serão definitivas e vinculativas”, com “devendo estar em conformidade com estas recomendações”²⁵⁷. A proposta

²⁵³ Renate PLATZODER, cit. 231, pp. 372-373.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 377.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 380.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 378.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 384.

de Singapura sugeria ainda a possibilidade de virem a existir consultas entre o Estado costeiro e a Comissão no sentido de o Estado costeiro poder desviar-se destas recomendações em consulta com a Comissão e em conformidade com qualquer decisão tomada de mútuo acordo²⁵⁸.

O Sri Lanka fez nova proposta relativamente à apresentada na primeira parte da sessão, apresentando agora como variáveis para a determinação do limite exterior da plataforma continental:

- A média aritmética da espessura da camada sedimentar no bordo exterior da margem continental, determinada esta com recurso às fórmulas estabelecidas no projeto de parágrafo 6 (fórmula irlandesa da espessura de sedimentos e 60 milhas para lá do PdT) não inferior a 3,5 Km;
- Mais de metade da margem se encontre para lá do bordo exterior da margem continental, delimitada pelas fórmulas contidas no projeto de parágrafo 6.

Verificadas estas condições, o limite exterior da margem continental seria definido por pontos cuja espessura de sedimentos não seria inferior a 0,8 Km²⁵⁹. Esta proposta evoluiu para o texto que veio a constar no Anexo II ao Ato Final.

Na 8.ª sessão o GN/6²⁶⁰ discutiu as propostas para a criação da comissão de limites, tendo as discussões se centrado na natureza dos poderes dessa comissão. As várias opções oscilaram entre a atribuição de poderes de decisão ou apenas de emitir recomendações, esta última variante defendida pela União Soviética. À exceção do Japão e da Alemanha, a propostas apresentadas para a criação de uma comissão científica e técnica tiveram origem nos

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 384.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 379.

²⁶⁰ O Grupo de Negociação (*Negotiating Group*) 6 teve a seu cargo os assuntos relacionados com a definição do limite exterior da plataforma continental e a questão dos pagamentos e contribuições respeitante à exploração da plataforma continental para lá das 200 milhas. As tarefas respeitantes a este e aos outros grupos de negociação podem ser consultadas em A/CONF.62/62.

*margineers*²⁶¹, nos quais se incluem os anteriormente mencionados EUA e Canadá²⁶².

6.2.9. Nona Sessão

A nona sessão desenvolveu-se em duas partes, a primeira parte de 3 de março a 4 de abril de 1980, em Nova Iorque²⁶³, a segunda em Genebra, de 28 de julho a 29 de agosto de 1980²⁶⁴. Na primeira parte da sessão os delegados do GN/6 centraram-se nas questões relativas ao relevo oceânico, nomeadamente no que respeita às cristas submarinas, elevações submarinas e cristas oceânicas. Os *margineers* apresentaram uma proposta relativamente ao que viria a constituir o n.º 3 do artigo 76.º, com uma redação igual à que viria a ser a versão final daquele preceito²⁶⁵.

²⁶¹ *Margineers* ou *broad margin States* foram as designações dadas a um grupo de Estados que se considerava, por ocasião da 3.ª Conferência, que poderiam vir a fixar o limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas. A referência ao número de Estados que fizeram parte dos *margineers* não tem sido consistente, existindo indicações quanto a 9 Estados: Argentina, Austrália, Canadá, Índia, Irlanda, Nova Zelândia, Noruega, Reino Unido e EUA. *Vide* também AUSTRALIAN GOVERNMENT - **Third United Nations Conference on the Law of the Sea, Resumed Seventh Session, New York, 21 August-15 September 1978: Report of the Australian Delegation**. 1979, p. 71, e 13 Estados, que juntam o Brasil, a Islândia, Madagáscar, Sri Lanka e a Venezuela, retirando os EUA, *vide* NORDQUIST, M. H. editor - **United Nations Convention on the Law of the Sea, 1982: A Commentary**, vol. 2. 1993, Vol 2, p. 842, e SILVA, A. P. DA - **O Brasil e o Direito Internacional do Mar Contemporâneo - novas oportunidades e desafios**. 2015, nota 274; MILES, E. L. - **Global Ocean Politics: Decision Process at the Third United Nations Conference on the Law of the Sea, 1973-1982**. 1997, p. 29; SHARMA, S. P. - The Single Maritime Boundary Regime and the Relationship between the Continental Shelf and the Exclusive Economic Zone. 1987, p. 208. EVENSEN, J. - Three Procedural Cornerstones of the Law of the Sea Conference: The Consensus Principle, The Package Deal and the Gentleman's Agreement. 1989, p. 82; EVENSEN, J. - Working Methods and Procedures in the Third United Nations Conference on the Law of the Sea. 1987, p. 489.

²⁶² SUAREZ, S. V. - **The Outer Limits of the Continental Shelf - Legal Aspects of Their Establishment**. 2008, p. 79.

²⁶³ *Vide* sítio da internet *United Nations Diplomatic Conferences, Third United Nations Conference on the Law of the Sea*, Volume XIII, disponível em <http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/Vol13.html>

²⁶⁴ *Vide* sítio da internet *United Nations Diplomatic Conferences, Third United Nations Conference on the Law of the Sea*, Volume XIV, disponível em *Vide* sítio da internet *United Nations Diplomatic Conferences, Third United Nations Conference on the Law of the Sea*, Volume XIV, disponível em <http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/Vol14.html>

²⁶⁵ Renate PLATZODER, cit. 231, pp. 468-469.

Por outro lado, a Austrália veio distinguir as elevações submarinas das cristas submarinas ao propor o que veio a constituir o n.º 6 do artigo 76.º a incluir de alguns dos tipos geomorfológicos que constituem componentes naturais das margens continentais, como é o caso dos elementos propostos para o texto “planaltos, elevações continentais, topos bancos e esporões”²⁶⁶.

A União Soviética apresentou uma proposta de emenda aos parágrafos 3 e 5 do artigo 76.º do ICNT / Rev.1.²⁶⁷ Para o parágrafo 3, a proposta foi no sentido de a plataforma continental não incluir o fundo do oceano profundo, com seus cumes oceânicos e montes submarinos. Foi ainda apresentada uma proposta anónima no sentido de a definição de margem continental não incluir as cristas oceânicas, nem o seu subsolo²⁶⁸. A proposta anónima sugeriu igualmente a modificação do texto do projeto de parágrafo 5, anteriormente apresentado pela União Soviética, com um texto que prevaleceu na versão final como o n.º 6 do artigo 76.º

No final da primeira metade da nona sessão foi publicada a 2.ª revisão do ICNT²⁶⁹, qualificado pelo presidente do 2.º Comité como um texto ainda não negociado. Nesta fase, o artigo 76.º continha 10 números, com uma versão que foi a final. O texto revisto incluía, igualmente, o Anexo II, que institui a CLPC, cujo texto também acabou por ficar idêntico à versão final aprovada.

Contudo, o texto constante no ICNT / Rev.2 não era, nesta fase, do agrado de muitas delegações. Na segunda parte da sessão plenária muitos delegados manifestaram reservas quanto ao artigo 76.º, tal como consta no texto revisto. As críticas mais comuns foram as seguintes:

— A definição de plataforma continental é pouco clara/ambígua/insatisfatória²⁷⁰;

²⁶⁶ *Ibidem*, p. 388.

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 389.

²⁶⁸ *Ibidem*, p. 525.

²⁶⁹ Official Records Of The Third United Nations Conference On The Law Of The Sea, *Informal Composite Negotiating Text, revision 2*. [A/CONF.62/WP.10/Rev.2] 1980

²⁷⁰ Singapura, *vide* Official Records Of The Third United Nations Conference On The Law Of The Sea, 135 *th* Plenary meeting. [A/CONF.62/SR.135] 1980, p. 28; Suécia, *vide* Official Records Of The Third United Nations Conference On The Law Of The Sea, 136 *th* Plenary meeting. [A/CONF.62/SR.136] 1980, p. 35; Argélia, *vide* A/CONF.62/SR.137, p. 48; Suazilândia, *vide* Official Records Of The Third United Nations Conference On The Law Of The Sea, 138 *th* Plenary meeting. [A/CONF.62/SR.138] 1980, p. 60.

- O n.º 6 do artigo 76.º era ambíguo, o que poderia levar a que alguns Estados costeiros estendam a respetiva plataforma continental, nalguns casos, para lá das 600 milhas²⁷¹;
- O facto de a eleição para a CLPC ter por base uma representação geográfica poderá possibilitar que esta fique dominada por Estados com margens continentais extensas²⁷², em prejuízo dos Estados geograficamente desfavorecidos²⁷³;
- O facto de o Estado ter que suportar as despesas do membro da CLPC que apoia constitui um desincentivo para Estados que não tenham interesse direto na extensão da plataforma continental²⁷⁴;
- As fórmulas do artigo 76.º reduziriam significativamente a Área²⁷⁵;
- O texto do n.º 8 do artigo 76.º não é satisfatório²⁷⁶.

Outros Estados voltaram a defender o entendimento que o limite exterior da plataforma continental deveria coincidir com as 200 milhas, definidas para a ZEE²⁷⁷.

6.2.10. Décima Sessão

A décima sessão desenvolveu-se em duas partes, a primeira parte de 9 de março a 16 de abril de 1981, em Nova Iorque, a segunda em Genebra, de 3 a 28 de agosto de 1981²⁷⁸. Na

²⁷¹ Butão, *vide* A/CONF.62/SR.136, p. 32.

²⁷² Singapura, *vide* A/CONF.62/SR.135, p. 28

²⁷³ Mali, *vide* Official Records Of The Third United Nations Conference On The Law Of The Sea, 139th Plenary meeting. [A/CONF.62/SR.139] 1980, p. 69.

²⁷⁴ Singapura, *vide* A/CONF.62/SR.135, p. 28. Seguindo a mesma ideia, o Butão referiu que as despesas dos membros da CLPC deveriam ser suportadas pela comunidade internacional, com maiores contribuições pelos Estados costeiros, *vide* A/CONF.62/SR.136, p. 32.

²⁷⁵ Suíça, *vide* A/CONF.62/SR.136, p. 37.

²⁷⁶ Austrália, *vide* A/CONF.62/SR.137, p. 42; Canadá, *vide* A/CONF.62/SR.137, p. 43; Reino Unido, *vide* A/CONF.62/SR.137, p. 49.

²⁷⁷ Iraque, A/CONF.62/SR.135, p. 25; Nepal, *vide* A/CONF.62/SR.136, p. 31; Bangladesh, Zaire, Kwait e Bahrain *vide* A/CONF.62/SR.138, respetivamente pp. 55, 57, 60 e 62; Emiratos Árabes Unidos, Tunísia, Síria *vide* A/CONF.62/SR.139, p. 66, 67, 72.

²⁷⁸ *Vide* sítio da internet *United Nations Diplomatic Conferences, Third United Nations Conference on the Law of the Sea*, Volume XV, disponível em <http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea->

reunião plenária da décima sessão, o Presidente do Segundo Comité informou que tinham sido realizadas quatro reuniões informais sem agenda. O objetivo era encorajar os delegados a expressar suas opiniões, mas a não reabrir a discussão sobre os elementos básicos dos acordos já alcançados. O Presidente apresentou um ponto de situação, referindo que²⁷⁹:

- Houve um consenso virtual sobre o facto de não ser desejável nem prático reabrir discussões sobre questões básicas da Segundo Comité, as quais, embora não representassem consenso em todos os casos, foram as fórmulas que mais se aproximaram de um acordo geral, alcançado após longas negociações;
- Poderão ser introduzidas pequenas alterações destinadas a completar, clarificar ou melhorar o projeto de convenção, desde que tenham o apoio necessário e contribuam para facilitar a aceitação do texto pelo maior número possível de delegações;
- Enquanto alguns projetos de artigos apresentam dificuldades para algumas delegações, o projeto no seu conjunto é aceitável para a grande maioria. Na opinião de um número significativo de delegações, havia realmente muito poucas perguntas que precisassem de mais negociações;
- Considerou oportuno recordar que, juntamente com o Presidente da Conferência e o Presidente do Comité de Redação, participou nas três reuniões plenárias informais da Conferência dedicadas à análise e adoção das recomendações do Comité de Redação Comité das Partes II a X do projeto de convenção sobre o Direito do Mar.

O sentido genérico dos comentários ao relatório do presidente foi de concordância com a avaliação das reuniões e com a generalidade dos trabalhos do Segundo Comité²⁸⁰. Neste contexto, com exceção de algumas questões, o projeto de Convenção (Texto Informal) como um todo, incluindo o artigo 76.º, ficou fechado, uma vez que as delegações já não podiam apresentar novas propostas. Na décima sessão, o artigo 76.º e o Anexo II já ficaram formalmente na forma definitiva.

1982/Vol15.html

²⁷⁹ Official Records Of The Third United Nations Conference On The Law Of The Sea, *148 th Plenary meeting*. [A/CONF.62/SR.148] 1981, p. 18.

²⁸⁰ *Ibidem*, pp. 18-24.

6.2.11. Décima Primeira Sessão

A décima primeira sessão desenvolveu-se em três partes. A primeira e segunda partes, em Nova Iorque, de 8 de março a 30 de abril²⁸¹, e de 22 a 24 de setembro de 1982, a terceira parte em Montego Bay, de 6 a 10 de dezembro de 1982²⁸². Na décima primeira e última sessão de votação da Terceira Conferência, existiam três questões pendentes que não estavam relacionadas com a plataforma continental²⁸³. Estas questões tinham a ver com os investimentos preparatórios, com a resolução que constituirá a Comissão Preparatória e a questão da participação na Convenção. Resolvidas estas questões, o texto perderia a natureza informal, passando a constituir o projeto oficial da Convenção.

7. TEXTO FINAL DO ARTIGO 76.º: UM SALTO PARA O DESCONHECIDO?

7.1. Conhecimento científico e técnico à época da Terceira Conferência

Um tema que não tem sido especialmente desenvolvido pela doutrina tem a ver com a relação entre a solução que veio a constar no artigo 76.º da CNUDM para a definição do limite exterior da plataforma continental e o conhecimento científico existente por ocasião da Terceira Conferência. Colocando a questão sob uma perspetiva mais direta: será que na Terceira Conferência a maioria dos Estados, ao aceitar a solução proposta pelas fórmulas do artigo 76.º, teria uma noção clara sobre o que estaria efetivamente em jogo e qual seria o resultado final numa perspetiva global? Tudo parece levar a crer que a resposta possa ser considerada pela

²⁸¹ Vide sítio da internet *United Nations Diplomatic Conferences, Third United Nations Conference on the Law of the Sea*, Volume XVI, disponível em <http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/Vol16.html>

²⁸² Vide sítio da internet *United Nations Diplomatic Conferences, Third United Nations Conference on the Law of the Sea*, Volume XVII, disponível em <http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/Vol17.html>

²⁸³ Vide Official Records Of The Third United Nations Conference On The Law Of The Sea, *156 th Plenary meeting*. [A/CONF.62/SR.156] 1982, p. 3, parágrafo 3.

negativa, mesmo para alguns, senão a maioria dos *marginers*²⁸⁴. Conforme anteriormente referido, a contrapartida para a aceitação das fórmulas foi a criação do mecanismo de partilha de benefícios e este facto constituiu para a maioria dos Estados um elemento de segurança negocial para quem poderia não beneficiar diretamente da exploração dos recursos minerais para lá das 200 milhas. Outro fator de segurança adicional consistia no facto de o artigo 76.º prever, igualmente, duas fórmulas que impõem limites finitos ao resultado da aplicação da fórmula irlandesa, impedindo, na prática, um resultado idêntico à fórmula da explorabilidade constante na CGPC.

7.2. Estudo Preliminar Ilustrativo das Várias Fórmulas para a Definição da Plataforma Continental

Tanto o Estudo Preliminar Ilustrativo das Várias Fórmulas para a Definição da Plataforma Continental²⁸⁵ (Estudo Preliminar), como o Estudo das Implicações na Preparação de Mapas de

²⁸⁴ Na 50.ª reunião do Segundo Comité, a Austrália declarou ter efetuado levantamentos generalizados na base dos quais preparou mapas que mostram a extensão da margem continental para lá das 200 milhas, testando os procedimentos contidos na proposta irlandesa, que considerou satisfatória. *Vide* A/CONF.62/C.2/SR.50, p. 37.

²⁸⁵ *Vide* nota 249 *supra*, adiante designado por A/CONF.62/C.2/L.98. O texto que serviu de base ao estudo constou num texto apresentado pela Irlanda num encontro informal do Segundo Comité, durante a quarta sessão da Conferência (*vide* A/CONF.62/C.2/L.98, p. 189). O texto original da proposta irlandesa era o seguinte:

«2. *The continental margin comprises the submerged prolongation of the land mass of the coastal State, and consists of the sea-bed and subsoil of the shelf, the slope and the rise. It does not include the deep ocean floor nor the subsoil thereof.*

3. *For the purpose of this Convention, the coastal State shall establish the outer edge of the continental margin wherever the margin extends beyond 200 nautical M from the baselines from which the breadth of the territorial sea is measured, by either:*

(a) *A line delineated in accordance with paragraph 4 by reference to the outermost fixed points at each of which the thickness of sedimentary rocks is at least 1 per cent of the shortest distance from such point to the foot of the continental slope; or*

(b) *A line delineated in accordance with paragraph 4 by reference to fixed points not more than 60 nautical M from the foot of the continental slope. In the absence of evidence to the contrary, the foot of the continental slope shall be determined as the point of maximum change in the gradient at its base.*

4. *The coastal State shall delineate the seaward boundary of its continental shelf where that shelf extends*

Grande Escala para a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar²⁸⁶ (Estudo das Implicações na Preparação de Mapas), são ilustrativos das dificuldades sentidas na avaliação sobre o que estaria em causa relativamente à aplicação das fórmulas irlandesas. O Estudo Preliminar tinha como objetivo ilustrar, com mapas e números, a diferença de área entre as várias fórmulas para a definição da plataforma continental. Mais concretamente e sistematizando o já referido em 6.2.6 *supra*, no estudo solicitado pelo Secretariado, os mapas deveriam mostrar²⁸⁷:

- As linhas de 200 milhas à volta das elevações permanentemente acima da superfície do mar;
- As linhas correspondentes à isóbata dos 500 m;
- As linhas que representam o bordo exterior da margem continental; e
- As linhas ilustrativas das fórmulas irlandesas.

Complementarmente ao anteriormente solicitado, o Secretariado pediu, igualmente, que na elaboração do estudo fosse tido em consideração o critério da explorabilidade²⁸⁸.

As dificuldades indicadas no Estudo Preliminar situaram-se tanto nos âmbitos técnico e científico, como jurídico. O Secretariado procurou desde logo que as linhas solicitadas não implicassem matérias controversas, como é o caso das questões de delimitação ou soberania

beyond 200 nautical M from the baselines from which the breadth of the territorial sea is measured by straight lines not exceeding 60 nautical M in length, connecting fixed points, such points to be defined by coordinates of latitude and longitude».

De notar que o texto que serviu de base ao estudo corresponde à versão final aprovada do artigo 76.º, salvaguardada a diferença numérica dos parágrafos do texto e do artigo.

²⁸⁶ Vide nota 252 *supra*.

²⁸⁷ Vide A/CONF.62/C.2/L.98, p. 189. O estudo foi encomendado à empresa *Lamont-Doherty Geological Observatory* da Universidade de Columbia (EUA), por ser considerada como detentora da melhor coleção de dados disponíveis e possuir a necessária competência técnica e capacidade cartográfica. Contribuíram também para o Estudo Preliminar a Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) e a Organização Hidrográfica Internacional (OHI).

²⁸⁸ *Ibidem*.

territorial em áreas nas quais essas matérias não estivessem ainda resolvidas²⁸⁹. Outra questão de base, igualmente de relevo, foi a consideração de linhas de base retas (LBR) como referência para o traçado da linha das 200 milhas. O Estudo Preliminar considerou impraticável a utilização das LBR uma vez que era desconhecido à época o traçado adotado pelos vários Estados costeiros²⁹⁰. Este facto levou a que a linha das 200 milhas tivesse sido traçada a partir de todas as elevações permanentemente a descoberto relativamente ao nível da preia-mar²⁹¹. Uma consequência desta situação consiste no facto de, em muitos locais, as áreas representadas no estudo como correspondendo às 200 milhas poder ser significativamente inferior à realidade, tendo em conta o que poderia resultar do texto de negociação. Consequentemente, as áreas correspondentes à aplicação das fórmulas irlandesas seriam maiores²⁹², uma vez que estas são independentes das LBR.

Outro aspeto igualmente de relevo, mencionado no Estudo Preliminar, tem a ver com o facto de os dados utilizados na construção das linhas serem, manifestamente, irregulares, tanto em termos de quantidade, como de qualidade²⁹³. Apesar desta circunstância, é referido que a opinião dos peritos foi no sentido de considerar que a base de dados usada é suficientemente grande para garantir que as representações apresentadas constituem uma aproximação razoável à realidade, tendo em conta a escala dos mapas²⁹⁴. O Estudo Preliminar referiu ainda que os mapas tinham efeitos meramente ilustrativos, não podendo deles ser tiradas quaisquer consequências jurídicas²⁹⁵. Relativamente ao critério da explorabilidade, o Secretariado referiu que a maior dificuldade consistiu em saber qual o verdadeiro sentido a atribuir a este termo. Embora tenha sido demonstrado que a perfuração de fundo do mar seja possível a qualquer

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 190. Num momento significativamente posterior à Terceira Conferência, Gerard BLAKE indicava a existência de 270 fronteiras marítimas ainda não delimitadas. Cfr BLAKE, G. - Boundary Permeability in Perspective. 2005, p. 22.

²⁹⁰ *Vide* A/CONF.62/C.2/L.98, p. 190.

²⁹¹ *Ibidem*. Relativamente aos vários níveis de marés *vide* COELHO, P. N. - **O Traçado das Linhas de Base - O Caso Particular das Linhas de Fecho e de Base Reta Portuguesas**. 2012, Figura 1, p. 223.

²⁹² *Vide* A/CONF.62/C.2/L.98, p. 190.

²⁹³ *Ibidem*. Como prova complementar às dificuldades referidas no Estudo Preliminar, a Adenda 3 contém várias correções aos resultados anteriormente apresentados. Entre as correções apresentadas constam algumas que indicam erros significativos, com valores entre 30 e 60 milhas relativamente ao traçado das linhas de 200 milhas. *Vide* A/CONF.62/C.2/L.98 ADD.1-3, p. 191.

²⁹⁴ *Vide* A/CONF.62/C.2/L.98, p. 190.

²⁹⁵ *Ibidem*.

profundidade, o Secretariado referiu também que não estaria em condições de avaliar se a exploração seria economicamente viável²⁹⁶.

Os números que resultaram do Estudo Preliminar decorrentes do cálculo das áreas para lá das 200 milhas foram os seguintes²⁹⁷:

- Área da fórmula irlandesa 1a²⁹⁸ além das
200 milhas (não incluindo o Oceano Ártico): 2.584.000 milhas quadradas
- Área da fórmula irlandesa 1b²⁹⁹ além das
200 milhas (incluindo o Oceano Ártico): 2.618.000 milhas quadradas
- Área de isóbata de 500 m para lá das
200 milhas: 57.500 milhas quadradas
- Área entre a base da margem e as 200 milhas,
onde a margem se estende para lá das
200 milhas: 8.204.000 milhas quadradas

Pela semelhança que existe entre o texto objeto do estudo e a versão final aprovada do artigo 76.^{o300}, é possível fazer algumas comparações e tecer comentários sobre a realidade do conhecimento científico e jurídico à época e a realidade atual. As comparações entre as várias áreas têm por base apenas os conceitos científicos, embora as fórmulas irlandesas correspondessem já a uma definição de margem continental cuja expressão física era substancialmente diferente do conceito correspondente em termos geocientíficos. Neste ponto é notório o facto de, à época, haver a perceção que a margem continental geocientífica era substancialmente superior que a resultante da aplicação das fórmulas irlandesas. Hoje, na grande maioria das situações, verifica-se o contrário.

No que respeita às áreas em jogo, a perceção é, igualmente, diferente. O Estudo Preliminar previa 5.202.000 milhas quadradas (17.842.360 km²) como o resultado das duas

²⁹⁶ *Ibidem.*

²⁹⁷ A/CONF.62/C.2/L.98 ADD.1, p. 109.

²⁹⁸ Correspondente à alínea 3 (a) da proposta irlandesa, *vide* nota 249 *supra*.

²⁹⁹ Correspondente à alínea 3 (b) da proposta irlandesa, *vide* nota 249 *supra*.

³⁰⁰ *Vide* nota 285 *supra*.

fórmulas irlandesas que definem o bordo exterior da margem continental. Atualmente, a área total das 80 propostas de extensão já apresentadas³⁰¹, a área total é de 9.328.540 milhas quadradas (31.996.000 km²)³⁰². Relativamente a este número, importa ter em conta três aspetos:

- O número atual refere-se à área abrangida pelo limite exterior da plataforma continental que, nalgumas situações, é inferior à área abrangida pelo bordo exterior da margem continental, em virtude da aplicação das fórmulas restritivas³⁰³;
- Corresponde às áreas das propostas de extensão tal como submetidas à CLPC, *i.e.*, não têm em conta as recomendações da Comissão;
- Não corresponde à totalidade das propostas de extensão, uma vez que ainda existem quase meia centena de informações preliminares que ainda não se converteram em projetos de extensão submetidos à CLPC. Este facto seguramente originará um maior afastamento entre os números previstos no Estudo Preliminar e a realidade à data da conclusão da totalidade das propostas de extensão;
- A área abrangida pela isóbata dos 500 m é, ainda hoje, difícil de quantificar, uma vez que depende da isóbata a considerar para efeitos da aplicação do artigo 76.º. Trata-se de um elemento que certamente encontraria dificuldades equivalentes às atualmente sentidas para a determinação da isóbata dos 2.500 m³⁰⁴.

7.3. Estudo das Implicações na Preparação de Mapas de Grande Escala para a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

O Estudo das Implicações na Preparação de Mapas teve origem na 106.^a sessão plenária da Conferência, ocorrida em 19 de maio de 1978. Numa solicitação efetuada à COI e outras instituições internacionais competentes foi pedido um estudo sobre as implicações financeiras

³⁰¹ 77 propostas de extensão, às quais acrescem 3 propostas revistas.

Vide http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_submissions.htm consultado em 06/05/2017.

³⁰² Vide sítio da internet da GRID ARENDAL

<http://continentalshelf.org/onestopdatashop/6350.aspx>

³⁰³ Vide Parte I, Capítulo 2, 2.3.4 *infra*.

³⁰⁴ Vide Parte I, Capítulo 2, 8 *infra*.

e outras, incluído o tempo necessário, para a preparação de mapas de grande escala dos oceanos Atlântico, Índico, Pacífico e Ártico que representem os efeitos das diferentes fórmulas que definem o limite exterior da plataforma continental³⁰⁵.

Para efeitos do presente texto, o Estudo agora em apreço é dividido em duas partes. A primeira, embora ilustrativa das dificuldades existentes à época da Terceira Conferência, demonstra que a obtenção de cartas que possam avaliar na maior amplitude possível o que está efetivamente em causa com a aplicação das fórmulas irlandesas constituía uma tarefa impossível para a esmagadora maioria dos Estados costeiros, pelo tempo e recursos humanos, materiais e financeiros necessários. Para lá das dificuldades já referidas anteriormente na parte respeitante ao Estudo Preliminar, no que se refere às linhas de base, foi considerado como possível o traçado das linhas das 200 milhas por computador e à mão. Por computador o trabalho poderia demorar entre 12 e 14 meses, dependendo das projeções cartográficas a utilizar, com um custo de 50.000 dólares americanos (USD)³⁰⁶. À mão o trabalho demoraria de 6 a 8 meses, com custos idênticos^{307,308}. A representação numa carta de 1:10.000.000 da linha das 200 milhas, das duas fórmulas irlandesas e da linha das 300 milhas, conforme proposta russa, demoraria cerca de 3 anos, com um custo aproximado de 2.000.000 USD³⁰⁹.

Nos dias que correm, com o aparecimento dos sistemas de informação geográfica (SIG)³¹⁰

³⁰⁵ Cit. nota 252, p. 121.

³⁰⁶ Vide A/CONF.62/C.2/L.99, parágrafo 17. al. a).

³⁰⁷ *Ibidem*, parágrafo 17. al. b). 50.000 USD em 1978 correspondem, em poder de compra, a cerca de 189.000 USD em 2017, conforme se pode verificar em linha nos sítios da internet de *United States Department of Labour – Bureau of Labor Statistics*:
https://www.bls.gov/data/inflation_calculator.htm

³⁰⁸ De sublinhar a indicação contida na nota 306, na qual consta que o trabalho efetuado à mão seria significativamente mais rápido que efetuado por computador.

³⁰⁹ Vide A/CONF.62/C.2/L.99, p. 123. 2.000.000 USD em 1978 corresponde, em poder de compra, a cerca de 7.582.000 USD em 2017, seguindo o procedimento utilizado na alínea anterior.

³¹⁰ Adotando a definição de Kang-Tsung CHANG, um sistema de informação geográfica é um sistema de computador para capturar, armazenar, consultar, analisar e exibir dados geoespaciais. Os dados geoespaciais descrevem a localização e os atributos de características espaciais. A título de exemplo, no que respeita a uma estrada podem constar a sua localização e os respetivos atributos, nomeadamente, o comprimento, o nome, o limite de velocidade e os sentidos de circulação. Vide CHANG, K.-T. - *Geographic Information System*. 2017, p. 1.

a questão da dificuldade na representação dos limites exteriores da plataforma continental deixou literalmente de existir. Com recurso a bases de dados mundiais para os diversos tipos de dados (linha de costa, batimetria, espessura de sedimentos, magnetismo, gravimetria, entre outros) é possível com facilidade obter as representações desejadas com um grau de aproximação muito superior, comparativamente à melhor das técnicas da época. Presentemente, na grande maioria das situações, a avaliação do limite exterior da plataforma continental é feita em computador através de SIG e outro software adequado a esse efeito, contrariamente ao que sucedia por ocasião da Terceira Conferência, que era efetuada em cartas de papel.

A segunda parte, de maior importância para o presente texto, está relacionada com as dificuldades que já na altura se sentiam para interpretar alguns dos conceitos da proposta irlandesa. O Estudo aponta dificuldades de interpretação relativamente à determinação do PdT. A parte final do n.º 3 da proposta irlandesa, atual texto da alínea b) do n.º 4 do artigo 76.º, é entendido como permitindo uma flexibilidade considerável no posicionamento da linha, baseada na natureza da “prova”, que poderia ser morfológica ou geológica³¹¹. “Salvo prova em contrário” foi entendido no Estudo das Implicações na Preparação de Mapas como uma definição puramente morfológica, baseada em conceitos geométricos associados ao perfil da margem continental³¹².

Para lá das dificuldades técnicas anteriormente referidas, os resultados e custos apresentados neste Estudo foram significativamente condicionados pela interpretação assumida para alguns dos conceitos contidos na proposta irlandesa, o que parece revelar que na segunda parte do período em que decorreu a Terceira Conferência, o traçado do limite exterior da plataforma continental era um processo demorado, financeiramente dispendioso, tecnologicamente exigente, com um resultado incerto. A incerteza poderia resultar da má qualidade e escassez dos dados a utilizar e, especialmente, da interpretação que poderia vir a ser conferida aos vários conceitos contidos no texto que veio a constituir o artigo 76.º da CNUDM.

Apesar das dificuldades e incertezas anteriormente apontadas relativamente à definição do limite exterior da plataforma continental, não parece afastada a ideia de que a grande maioria das delegações presentes na Terceira Conferência aceitou o texto do artigo 76.º sem uma ideia

³¹¹ Vide A/CONF.62/C.2/L.99, p. 122.

³¹² *Ibidem*.

clara sobre o que estaria efetivamente em causa, nomeadamente quanto:

- Ao número de Estados que viria a apresentar propostas de extensão;
- Às áreas finais situadas para lá das 200 milhas, que ficariam sob jurisdição dos Estados costeiros;
- Aos recursos necessários para preparação da proposta de extensão;
- Ao tempo necessário para preparar as propostas de extensão;
- Ao tempo necessário para a CLPC poder considerar todas as propostas de extensão.

Tendo em conta as incertezas que ainda hoje se verificam não só ao nível do anteriormente referido no presente número, mas também da interpretação dos conceitos do artigo 76.º, a dúvida ainda persistirá relativamente ao que será o resultado final da aplicação ao nível global do artigo 76.º da CNUDM. Mesmo estudos e projeções mais recentes parecem continuar a ficar muito aquém da realidade atual³¹³, o que tende a reforçar a ideia que a adoção do texto do artigo 76.º na Terceira Conferência foi efetivamente um salto para o desconhecido, evitável em larga medida pela adoção de critérios objetivos (profundidade e/ou distância) à semelhança do que sucede com as restantes zonas marítimas.

³¹³ Como é caso do o mapa elaborado em 1997 pela Universidade de Durham, *vide* COOK, P. J., CARLETON, C. M. - **Continental Shelf Limits: The Scientific and Legal Interface**. 2000, Figura 1.1.

CAPÍTULO 2

PRINCIPAIS CONCEITOS E PRINCÍPIOS CONTIDOS NO ARTIGO 76.º

1. PLATAFORMA CONTINENTAL

1.1. Plataforma continental na perspectiva geocientífica

Conforme anteriormente referido³¹⁴, do modo de vista geomorfológico o conceito de plataforma continental surgiu da necessidade, sentida por Hugh Robert MILL, em atribuir uma designação própria ao arco ou margem imersa dos continentes, imediatamente adjacente à linha de costa, tendo, para esse efeito, usado o termo “plataforma continental”.

Sob a perspectiva geocientífica a plataforma continental faz parte integrante da margem continental, constituindo o elemento geomorfológico marinho mais próximo do território emerso do Estado costeiro. Na primeira das monografias publicadas sobre a plataforma continental, a *Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea* (DOALOS) define-a como o termo normalmente usado pelos geólogos para designar a parte da margem continental que se situa entre a linha de costa e o bordo da plataforma (*shelf break*) ou, nos casos em que não exista talude perceptível, entre a linha de costa e o ponto onde a profundidade das águas suprajacentes seja aproximadamente entre os 100 e os 200 metros³¹⁵. Apesar de esta definição constar num documento publicado em 1993, *i.e.*, cerca de onze anos após a aprovação da CNUDM, e do facto de esta pretender situar-se no âmbito geocientífico, a definição então apresentada segue expressamente o conceito de plataforma continental tal como definido no

³¹⁴ Vide 1 *supra*.

³¹⁵ DIVISION FOR OCEAN AFFAIRS AND THE LAW OF THE SEA - **The Law of the Sea-Definition of the Continental Shelf : An Examination of the Relevant Provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea.** 1993, p. 10.

artigo 1.º da CGPC³¹⁶. Posteriormente, no Manual de Treino para a Delineação dos Limites Exteriores da Plataforma Continental e para a Preparação das Propostas de Extensão para a Comissão de Limites da Plataforma Continental³¹⁷ (Manual de Treino) a DOALOS define plataforma continental geológica como «*a parte submersa do continente relativamente lisa e pouco profunda (o bordo da plataforma situa-se normalmente entre os 1.200 e 3.500 m de profundidade). Está normalmente coberta por uma camada espessa de sedimentos que podem conter recursos de hidrocarbonetos. A plataforma continental estende-se desde a linha de costa*

³¹⁶ *Ibidem*, p. 10.

³¹⁷ DIVISION FOR OCEAN AFFAIRS AND THE LAW OF THE SEA - **Training Manual for Delineation of the Outer Limits of the Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles and for Preparation of Submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf**. 2006. A elaboração de um manual técnico teve origem num pedido ao Secretariado por parte da Comissão tendo em vista facilitar a preparação das propostas de extensão por parte dos Estados, em particular dos Estados em vias de desenvolvimento. Na 29.ª sessão da CLPC foi ainda decidido que a preparação da estrutura do documento deveria estar pronta e submetida ao Secretariado três meses antes da sessão de abertura da Assembleia Geral. A preparação do Manual de Treino teve a participação dos membros da Comissão Harald Brekke e Galo Carrera como coordenadores (*vide* COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *11th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the Progress of Work in the Commission*. [CLCS/34] 2002, p. 5, DIVISION FOR OCEAN AFFAIRS AND THE LAW OF THE SEA - *Training Manual...*, p. xviii). A estrutura do Manual de Treino beneficiou de um envolvimento direto da Comissão, que adotou o “Esboço do Manual de Treino para a Preparação de uma Proposta à Comissão” (*vide* DIVISION FOR OCEAN AFFAIRS AND THE LAW OF THE SEA - *Training Manual...*, p. xvii).

Embora constitua uma mera referência destinada a auxiliar os Estados na preparação das respetivas propostas de extensão, que não é obrigatória para os Estados nem para a Comissão, o Manual de Treino constitui uma ferramenta importante, dado o envolvimento genérico da CLPC na sua elaboração, e de alguns dos seus membros em particular. Vindo a público seis anos após a publicação das Diretrizes Científicas e Técnicas, o Manual de Treino poderá ser entendido como uma atualização do entendimento e visão da Comissão relativamente aos conceitos e metodologia contidos nas Diretrizes Científicas e Técnicas.

até ao cimo do talude continental»^{318,319}.

De um modo genérico, a plataforma continental apresenta um declive suave a partir da linha de costa, por regra inferior a 1:1000, até uma zona, a *shelf break*³²⁰, a partir do qual esse declive aumenta. Numa margem continental atlântica a largura da plataforma continental poderá variar entre as poucas dezenas às muitas centenas de quilómetros³²¹. Esta definição é relativamente unânime na doutrina geocientífica, tanto no que respeita às características geomorfológicas da plataforma continental no seu sentido geocientífico, como relativamente ao facto de os diversos conceitos incorporados no artigo 76.º se basearem num modelo de margem continental típica do oceano Atlântico³²², também designada por margem continental passiva (*Atlantic-type continental margins* ou *passive continental margins*)³²³.

³¹⁸ DIVISION FOR OCEAN AFFAIRS AND THE LAW OF THE SEA - *Training Manual*..., p. I-11. Versão original: «*The continental shelf is the relatively flat and shallow (the edge of the shelf is usually between 1,200 and 3,500 metres of depth) submerged part of the continent. A thick layer of sediments that may contain hydrocarbon resources usually covers it. The continental shelf extends from the shore to the top of the continental slope*».

³¹⁹ Sobre esta matéria *vide* BASTOS, F. L. - **A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos**. 2005, p. 286; FERRÃO, M. C. - **A delimitação da Plataforma Continental além das 200 Milhas Náuticas**. 2009, pp. 31-32.

³²⁰ SYMONDS, P. A. et al. - *Characteristics of Continental Margins*. 2000, p. 29.

³²¹ Bruce HEEZEN aponta como valores de referência mínimo e máximo para a largura da plataforma continental 30 e 300 Km, HEEZEN, B. C. - *Atlantic-Type Continental Margins*. 1974, p. 13. *Vide* também GARRISON, T. S. - **Oceanography: An Invitation to Marine Science**. 2009, p. 110.

Michael KENNISH refere que a plataforma continental apresenta uma inclinação aproximada de 0,5%, adiantando uma largura média de 75 Km, embora possa apresentar larguras de poucos quilómetros nas margens continentais do pacífico (*Pacific-type continental margins*) e mais de 1000 Km no oceano Ártico, KENNISH, M. J. - **Practical Handbook of Marine Science**. 2000, p. 285.

³²² SYMONDS, P. A. et al. - *Characteristics of Continental Margins*. 2000, p. 29.

³²³ GARRISON, T. - **Enhanced Essentials of Oceanography**. 2006, p. 70. Conforme refere Sharveen PERSAND, por ocasião da Terceira Conferência foram considerados os dois tipos de margem continental. O primeiro tipo, margem Atlântica, compreendia uma plataforma continental (em sentido geocientífico) larga, um talude continental acentuado e uma elevação continental suave até aos grandes fundos marinhos. Os sedimentos da elevação continental derivavam do continente que lhe está adjacente. O segundo tipo de margem continental não contém um padrão tão simples como a primeira. Neste segundo, normalmente encontradas no pacífico, a atividade sísmica e a fragmentação dos blocos da crosta continental é comum e poderá existir uma matriz de pequenas bacias sedimentares e uma plataforma continental (em sentido

Outro aspeto fundamental da definição geocientífica de plataforma continental tem a ver com a sua natureza, isto é, com o tipo de crosta que a constitui. Muito resumidamente, a Terra é constituída por três tipos básicos de camadas: núcleo, manto e crosta³²⁴. O núcleo que constitui a parte mais quente e densa, está situada na parte interior da Terra. O manto é muito denso e espesso, sendo a camada suprajacente relativamente ao núcleo. Por cima do manto existe a litosfera, ou crosta, constituindo uma camada mais fina. Não sendo homogénea, a litosfera é constituída por material de dois tipos, a crosta oceânica e a crosta continental. A crosta oceânica consiste numa camada densa e muito fina, comparativamente ao raio da Terra, apresentando uma espessura média de 6,4 Km. A crosta continental, que compõe todos os continentes, é constituída por uma camada menos densa, mas mais espessa que a crosta oceânica, com uma espessura média que se situa entre 40 e 48 Km³²⁵. Sendo a plataforma continental constituída por crosta continental de natureza granítica³²⁶, GARRISON refere que, quanto à sua natureza, a plataforma continental está muito mais próxima dos continentes que dos grandes fundos marinhos, pelo que, mesmo submersa, pode apresentar montanhas, depressões, rochas sedimentares, petróleo e outros minerais semelhantes aos existentes ao território emerso circundante³²⁷. Adianta ainda o mesmo autor que a crosta continental é mais fina que a crosta oceânica, na mesma medida em que a litosfera continental é menos densa que a litosfera oceânica, do que resulta o facto de a primeira, por ser menos densa, flutuar em equilíbrio isostático sobre a segunda³²⁸.

1.2. Definição de plataforma no artigo 76.º

O artigo 76.º, n.º 1 da CNUDM define plataforma continental como «*o leito e subsolo das áreas submarinas que se estendem além do mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre até ao bordo exterior da margem continental ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a*

geocientífico) curta, bordejada por taludes acentuados até às fossas profundas. Vide PERSAND, S. - A Practical Overview of Article 76 of the United Nations Convention on the Law of the Sea. 2005, p. 3.

³²⁴ WALKER, P., WOOD, E. - **The Continental Shelf**. 2009, p. 2.

³²⁵ *Ibidem*, p. 2.

³²⁶ Tom GARRISSON, *Enhanced Essential*..., p. 70.

³²⁷ Tom GARRISSON, *Enhanced Essential*..., p. 70.

³²⁸ Tom GARRISON, *Oceanography: An Invitation*..., p. 109.

largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância».

Da definição de plataforma continental contida no preceito anteriormente mencionado podem retirar-se duas conclusões. A primeira, respeitante ao limite exterior, consiste no facto de, como regra geral, o limite exterior da plataforma continental ser definido pelo limite exterior da margem continental. A segunda, define o limite exterior da plataforma continental como duzentas milhas a contar das linhas de base, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinge aquela distância. Contudo, a primeira conclusão, que consubstancia um princípio genérico, deve ser interpretada em contexto com os restantes números do artigo 76.º. Isto é, apesar de, por regra, o limite exterior da plataforma continental ser definido pelo bordo exterior da margem continental, não significa necessariamente que o limite exterior da plataforma continental possa situar-se a qualquer distância das linhas de base ou de quaisquer outros parâmetros geofísicos. Um dos aspetos fundamentais do artigo 76.º, inovador relativamente à CGPC, consiste no facto de existirem limites, que o limite exterior da plataforma continental não pode ultrapassar, sendo esses definidos nos n.ºs 5 e 6 do artigo 76.º.

O n.º 5 do artigo 76.º dispõe que *«os pontos fixos que constituem os limites exteriores da plataforma continental (...) devem estar situados a uma distância que não exceda 350 milhas marítimas da linha de base (...) ou a uma distância que não exceda 100 milhas marítimas da isóbata dos 2.500 m»*. Sendo a margem continental definida pela mais favorável das fórmulas mencionadas na alínea a) do n.º 4 do artigo 76.³²⁹, a plataforma continental está limitada à melhor das fórmulas restritivas enunciadas. Cada uma destas fórmulas restritivas tem sido designada pela CLPC nas recomendações publicadas por, respetivamente, critério da distância e critério da profundidade³³⁰, tendo por base o critério aplicável em cada um dos casos ao relevo submarino. O caso particular do n.º 6 do artigo 76.º, respeitante à aplicação das fórmulas restritivas ao relevo submarino é melhor desenvolvido em parte própria do presente texto³³¹.

Um outro elemento de relevo na definição de plataforma continental tem a ver com o conceito de “prolongamento natural”, na medida em que as áreas submarinas que fazem parte da plataforma continental constituem, segundo o texto do n.º 1 do artigo 76.º, o prolongamento

³²⁹ Vide 2.2 *infra*.

³³⁰ Vide 7.3 *infra* e quadro em Anexo.

³³¹ Vide 7 *infra*.

natural do território terrestre do Estado costeiro. Este pressuposto é melhor analisado posteriormente³³².

2. MARGEM CONTINENTAL

2.1. Margem continental na perspectiva geofísica

Para que se possa compreender melhor o artigo 76.º da CNUDM é necessário ter presente o significado que margem continental e os seus componentes têm no âmbito das geociências. Só deste modo se conseguirá fazer a correlação entre cada um desses elementos e o correspondente conceito jurídico que resulta do texto convencional, aplicadas as regras de interpretação jurídica. O texto que se segue pretende descrever, embora de um modo muito genérico, o conceito geocientífico de margem continental.

À escala global, as margens continentais apresentam uma diversidade extrema, no que respeita à respetiva fisiografia, composição química, e estrutura geológica, entre outras. Tal diversidade reflete a multiplicidade de processos geodinâmicos a que estiveram submetidas no passado geológico, alguns dos quais ainda permanecem ativos na atualidade³³³. Nesta medida, a aplicação do artigo 76.º da CNUDM constitui um desafio, já que descreve um quadro de tipificação normativa e simplificação das margens continentais do ponto de vista científico, que não é, como adiante se descreve³³⁴, diretamente aplicável aos diferentes contextos geológicos. Assim sendo, numa primeira fase importa abordar uma série de conceitos geológicos básicos que permitirão enquadrar melhor as problemáticas associadas à aplicação do artigo 76.º da CNUDM, no contexto das margens continentais globais, e a correspondente influência na definição do limite exterior da plataforma continental no contexto jurídico.

³³² Vide número 3 *infra*.

³³³ ABREU, M. P. et al. - **Extensão da Plataforma Continental - Um Projeto de Portugal - Seis Anos de Missão (2004-2010)**. 2012, p. 41.

³³⁴ Vide Parte I, Capítulo 2, 2.2

2.1.1. Tectónica das placas

Foi a partir dos anos sessenta que passou a ser genericamente aceite o fenómeno da deriva continental, explicado a partir da teoria da tectónica das placas³³⁵. Segundo este modelo, a superfície da Terra encontra-se dividida num conjunto de blocos rígidos, designados por placas tectónicas, que se movimentam umas em relação às outras. Em função do movimento relativo entre duas placas distinguem-se três tipos de fronteira: divergentes, quando pares de placas vizinhas se afastam; convergentes, quando colidem; ou transformantes, quando o movimento entre elas é paralelo à fronteira que partilham³³⁶. Estes tipos de fronteiras correspondem a estruturas morfológicas típicas na superfície do globo. Às fronteiras divergentes de placas correspondem as grandes cadeias de montanhas submarinas designadas por cristas médio-oceânicas, conforme se pode verificar na Figura 2. Por sua vez, as margens continentais são classificadas como margens ativas quando correspondem a uma fronteira de placas e passivas no caso contrário³³⁷.

As margens ativas são geralmente estreitas, geológica e topograficamente complexas, podendo estar ladeadas por grandes fossas oceânicas e apresentam invariavelmente atividade sísmica e vulcânica³³⁸. A margem oeste do continente Sul-Americano é um exemplo clássico de uma margem ativa convergente. O Mar Vermelho, por outro lado, exemplifica uma margem ativa divergente³³⁹. As margens passivas são caracterizadas por estabilidade tectónica, apresentam uma morfologia mais simples, sendo geralmente mais extensas que as margens ativas. São compostas por espessas sequências de sedimentos marinhos que se inclinam suavemente em direção aos fundos oceânicos. Do ponto de vista da composição são definidas genericamente como as porções submersas das massas de natureza continental e incluem

³³⁵ FRISCH, W., MESCHEDE, M., BLAKEY, R. C. - **Plate Tectonics: Continental Drift and Mountain Building**. 2010, p. 4.

³³⁶ SYMONDS, P. A. et al. - Characteristics of Continental Margins. 2000, p. 7; Relativamente aos vários tipos de rift, *vide* GUPTA, H. K., JAMES, D. E. editores - **Encyclopedia of solid earth geophysics**. 2011, Figura 8, p. 50.

³³⁷ *Ibidem*, p. 7.

³³⁸ WEFER, G. et al. - **Ocean Margin Systems**. 2013, p. 184.

³³⁹ Estes e outros tipos de margens encontram-se representados, à escala global, em FRISCH, W., MESCHEDE, M., BLAKEY, R. C. - **Plate Tectonics: Continental Drift and Mountain Building**. 2010. Figura 1.5, p. 7.

geralmente três domínios fisiográficos: a plataforma continental, o talude continental e a rampa ou elevação continental. São exemplos de margens passivas, o bordo noroeste do continente europeu, correspondente ao Mar do Norte e a margem continental da Austrália³⁴⁰.

A história de uma margem continental ao longo dos tempos geológicos está intrinsecamente ligada à evolução geodinâmica da bacia oceânica que lhe é adjacente. É o caso, por exemplo, da Península Ibérica. No passado geológico, a Península Ibérica, com os seus limites geográficos, não existia. Num determinado momento da história da Terra, tinha por vizinhos próximos a Terra Nova e o Norte de África, sendo que o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo não existiam ainda. Esse momento, há cerca de 300 milhões de anos correspondeu à aglutinação de todas as massas emersas da Terra num supercontinente, a Pangea. Foi a fraturação deste supercontinente que marcou o início da abertura do Atlântico e do Mediterrâneo com consequente formação das margens continentais Sul e Oeste da Península Ibérica³⁴¹.

Os primeiros estádios da formação de um oceano, designados *rifting* intracontinental, definem genericamente o desenvolvimento de margens ativas divergentes, com a ocorrência de episódios mais ou menos significativos de vulcanismo³⁴². Todos os processos de alastramento dos fundos oceânicos se concentram no centro da bacia nas Cristas Médio-Oceânicas, pelo que ambas as margens deixam de corresponder a uma fronteira de placas. Neste estágio as margens tornam-se passivas, na medida em que apenas são moldadas pela deposição de sedimentos provenientes da erosão do continente que lhe está adjacente. Durante a evolução do Atlântico, as margens oeste da Europa e leste dos Estados Unidos e Gronelândia terão evoluído deste modo. Um tempo virá em que, tal como abriu, o Oceano Atlântico voltará a fechar.

Existem atualmente no Pacífico evidências de fecho de um oceano. As margens ativas que o bordejam materializam o conhecido Anel de Fogo do Pacífico, que é constituído por zonas fortemente ativas com numerosos vulcões e sismos, associadas a fossas oceânicas, nas quais é progressivamente consumido o fundo do mar do Pacífico. Toda a sequência de eventos decorrentes da abertura ao fecho de um oceano, define o Ciclo de Wilson, que permite a leitura

³⁴⁰ ABREU, M. P. et al. - **Extensão da Plataforma Continental - Um Projeto de Portugal - Seis Anos de Missão (2004-2010)**. 2012, p. 42-43.

³⁴¹ *Ibidem*.

³⁴² SINGH, G. - **Earth Science Today**. 2009, p. 169.

e interpretação das margens continentais no contexto da teoria da Tectónica de Placas³⁴³.

2.1.2. Natureza geológica dos oceanos e dos continentes

De uma forma geral as rochas que compõem os fundos oceânicos são bastante diferentes das rochas que existem nos continentes, distinguindo-se dois tipos de litosfera: a litosfera oceânica e a litosfera continental. As principais diferenças de densidade, composição e espessura estão estreitamente ligadas aos respetivos processos de formação.

À medida que as massas continentais se vão afastando durante os estádios iniciais de formação de uma bacia oceânica começa a estruturar-se, na zona onde ocorre divergência, um sistema de Dorsal Médio-Oceânica, como os que existem atualmente, por exemplo, no Atlântico desde a Islândia até ao extremo do Atlântico Sul. No seu todo, o sistema de dorsais do globo corresponde a uma cadeia de montanhas submarinas com cerca de 60.000 km de comprimento, formando o relevo mais significativo existente na Terra³⁴⁴. É o material destas estruturas que forma os grandes fundos abissais, compondo a litosfera oceânica. Esta é gerada em bandas uniformes e paralelas ao eixo das dorsais Médio-Oceânica que são progressivamente mais antigas em direção a cada uma das margens continentais. A litosfera oceânica apresenta uma camada superficial com uma espessura média de 6 a 8 km designada por crusta oceânica, composta por rochas de origem vulcânica denominadas basaltos, resultantes do arrefecimento de magma gerado pela fusão de rochas, em profundidade, no manto terrestre³⁴⁵. A litosfera continental, por seu lado, apresenta uma crusta continental mais espessa, com cerca de 30 km nas zonas continentais mais interiores, mas sendo progressivamente mais delgadas, menos de 10 km, nos bordos³⁴⁶.

A fronteira entre a litosfera continental e a litosfera oceânica, não se encontra em geral, bem definida, correspondendo à zona de transição designada por transição oceano-contidente (TOC). É um domínio gerado nas fases iniciais de *rifting* intracontinental, forma-se no lapso de

³⁴³ Sobre o Ciclo de Wilson *vide* GOUDIE, A. - **Encyclopedia of Geomorphology**. 2004, p. 1117; ALLABY, M. - **A Dictionary of Geology and Earth Sciences**. 2013, pp. 633-634.

³⁴⁴ FRISCH, W., MESCHEDÉ, M., BLAKEY, R. C. - **Plate Tectonics: Continental Drift and Mountain Building**. 2010, p. 5; NICHOLS, C. R., WILLIAMS, R. G. - **Encyclopedia of marine science**. 2009, pp. 338-339.

³⁴⁵ TURCOTTE, D., SCHUBERT, G. - **Geodynamics**. 2014, p. 11.

³⁴⁶ FOWLER, C. M. R. - **The Solid Earth: An Introduction to Global Geophysics**. 2005, p. 511.

tempo entre o início da fraturação do continente e o começo de produção de crosta oceânica, apresenta do ponto de vista da composição, rochas de natureza continental e oceânica, frequentemente classificadas como crosta transicional.

O processo de *rifting* pode ou não ser acompanhado de grande produção de magma. No primeiro caso, formam-se margens continentais vulcânicas, e no segundo resultam margens continentais não vulcânicas ou amagmáticas. A zona de TOC resultante é, conseqüentemente, muito distinta nestes dois casos extremos. No primeiro caso, apresenta uma crosta mais espessa e refletores observáveis em secções sísmicas inclinados para maiores profundidades na direção do mar. No segundo caso, as zonas de TOC são amplas e fortemente tectonizadas, com espessuras crustais muito reduzidas ou mesmo sem qualquer presença de crosta, apresentando antes extensos afloramentos de manto de origem subcontinental. A evolução para um dos tipos de margem é função do regime térmico existente ao tempo do *rifting*: quanto maior a anomalia de temperatura, maior a produção magmática. É também função da taxa de alastramento na zona de rift: quanto mais lenta a velocidade de separação das placas, menor a produção magmática.

2.2. Definição de margem continental na CNUDM

2.2.1. Artigo 76.º

O n.º 1 do artigo 76.º refere que a plataforma continental compreende o leito e subsolo até ao bordo exterior da margem continental, cujo bordo exterior é definido pelas fórmulas constantes na alínea a) do n.º 4 do artigo 76.º. Por sua vez, o n.º 3 do artigo 76.º dispõe que a margem continental compreende o prolongamento submerso da massa terrestre do Estado costeiro, sendo constituída pelo leito e subsolo da plataforma continental, pelo talude e pela elevação continental. A parte final do mesmo preceito afasta da definição de margem continental o leito e subsolo dos grandes fundos marinhos e as suas cristas oceânicas.

As fórmulas que definem o bordo exterior da margem continental para lá das 200 milhas são aplicadas relativamente a uma nova referência, o pé do talude continental (PdT)³⁴⁷, cuja definição consta no artigo 76.º, n.º 4, alínea b). Refere aquele preceito que, «*salvo prova em*

³⁴⁷ Vide Parte ICapítulo 25 *infra*.

contrário, o pé do talude continental deve ser determinado como o ponto de máxima variação do gradiente na sua base», isto é, na base do talude continental. Enquanto a largura das restantes zonas marítimas é determinada por referência às linhas de base³⁴⁸, quando o bordo exterior da margem continental se situa além das 200 milhas, é sempre determinado relativamente ao PdT, aplicando as regras definidas no artigo 76.º, alínea a). A primeira das regras, constante na subalínea i), também conhecida por fórmula de Gardiner³⁴⁹, refere que o bordo exterior da margem continental pode ser traçado «com referência aos pontos fixos mais exteriores, em cada um dos quais a espessura das rochas sedimentares seja pelo menos 1% da distância mais curta entre esse ponto e o ponto de pé do talude continental». A segunda regra, constante na subalínea ii), também conhecida por fórmula de Hedberg³⁵⁰, dispõe que o bordo exterior da margem continental pode ser traçado «com referência aos pontos fixos situados a não mais de 60 milhas do pé do talude continental». O bordo exterior da margem continental será definido por uma linha traçada a partir dos pontos mais favoráveis, determinados com base em qualquer uma das fórmulas, que não distem mais de 60 milhas entre si³⁵¹.

Nos capítulos seguintes é descrita a relação entre margem continental e plataforma continental³⁵², bem como a natureza do conceito de margem continental³⁵³.

2.2.2. Declaração de Entendimento Respeitante a um Método Específico para ser Usado no Estabelecimento do Bordo Exterior da Margem Continental

Conforme anteriormente referido³⁵⁴, o Anexo II ao Ato Final surgiu em consequência de uma iniciativa da delegação do Sri Lanka e contém a Declaração de Entendimento Respeitante a um Método Específico para ser Usado no Estabelecimento do Bordo Exterior da Margem

³⁴⁸ CNUDM, artigos 5.º a 14.º. Sobre esta matéria COELHO, P. N. - **O Traçado das Linhas de Base - O Caso Particular das Linhas de Fecho e de Base Reta Portuguesas**. 2012, pp. 9-39.

³⁴⁹ Sobre esta matéria *vide* JAGOTA, S. P. - **Maritime Boundary**. 1985, p.35; DIVISION FOR OCEAN AFFAIRS AND THE LAW OF THE SEA - **Training Manual for Delineation of the Outer Limits of the Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles and for Preparation of Submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf**. 2006, pp. I-29 – I-30.

³⁵⁰ FIETTA, S., CLEVERLY, R. - **Practitioner's Guide to Maritime Boundary Delimitation**. 2015, p. 19.

³⁵¹ CNUDM, artigo 76.º, n.º 7, por remissão das subalíneas i) e ii) do n.º 4, alínea a) do mesmo artigo.

³⁵² *Vide* 2.3 *infra*.

³⁵³ *Vide* Parte I, Capítulo 3, 4 *infra*.

³⁵⁴ *Vide* 6.2.8 *supra*.

Continental (*Statement of Understanding Concerning a Specific Method to be Used in Establishing the Outer Edge of the Continental Margin*)³⁵⁵, adiante designada apenas por Declaração de Entendimento. A referida iniciativa teve por finalidade estabelecer uma regra específica que tivesse em conta as particularidades geológicas e geomorfológicas da parte sul da Baía de Bengala, em especial a excecional espessura da camada sedimentar existente, de modo a que estas contribuíssem para a definição do bordo exterior da margem continental, desde que estivessem observados determinados pressupostos. O racional que esteve na origem desta situação de exceção baseou-se no argumento defendido pelo Sri Lanka no sentido que a aplicação da fórmula de Gardiner não conduziria a resultados equitativos, uma vez que foi concebida para situações em que a espessura sedimentar da margem se reduzia rapidamente para fora, situação que não se verificava no seu caso³⁵⁶.

Até à presente data três Estados apresentaram propostas de extensão cuja margem continental foi definida, no todo ou em parte, com base nas regras estabelecidas na Declaração de Entendimento³⁵⁷. Apesar de esta variante à definição do bordo exterior da margem continental não ter merecido a mesma atenção por parte da CLPC, e da doutrina³⁵⁸, que as regras estabelecidas no artigo 76.º, o que poderá ser compreensível por, em princípio, se confinar a uma área geográfica específica, não deixam de suscitar questões jurídicas de relevo, descritas

³⁵⁵ Para um maior desenvolvimento relativamente à génese e desenvolvimento da Declaração de Entendimento durante a Terceira Conferência, *vide* NORDQUIST, M. H. editor - **United Nations Convention on the Law of the Sea, 1982: A Commentary**, vol. 2. 1993, pp. 1019-1022; PINTO, M. C. W. - Article 76 of the UN Convention on the Law of the Sea and the Bay of Bengal Exception. 2013, p. 216.

³⁵⁶ Doc. A/CONF.62/SR.104, citado por M. C. W. - Article 76 of the UN Convention on the Law of the Sea and the Bay of Bengal Exception. 2013, p. 216.

³⁵⁷ Por ordem cronológica, Myanmar (MYANMAR, *Continental Shelf Submission of Union of Myanmar - Executive Summary*. 2008, Tabela 1, p. 5), Quênia (KENYA, *Submission on the Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles to the Commission on the Limits of the Continental Shelf - Part 1 Executive Summary*. 2009, Tabela 1, p. 20) e Sri Lanka (SRI LANKA, *Continental Shelf Submission of Sri Lanka - Part 1 Executive Summary*. 2009, Tabela 1, pp. 11-14).

³⁵⁸ Para além dos autores anteriormente citados, também abordam esta matéria com algum desenvolvimento TAFT, G., HAQ, B. - Deep Sea Fan Issues. 2000, pp. 308-311; MRIDHA, A. H., MACNAB, R., VARMA, H. - The Juridical Continental Shelf in the Bay of Bengal, According to the Statement of Understanding. 2006, pp. 37-44; Manual Técnico, pp. I-33-I-35 e VI-3; BUSCH, S. V. - **Establishing Continental Shelf Limits Beyond 200 Nautical Miles by the Coastal State: A Right of Involvement for Other States?**. 2016, pp. 195-198.

nos pontos seguintes.

2.2.2.1. Elementos normativos

Da leitura da Declaração de Entendimento³⁵⁹ pode retirar-se como pressupostos para a aplicação do regime nele estabelecido para a determinação do bordo exterior da margem continental, os seguintes:

- a) A distância média a que ocorre a isóbata dos 200 metros não ser superior a 20 milhas;
- b) A maior porção das rochas sedimentares da margem continental encontrar-se sob a elevação continental;
- c) A média matemática da espessura das rochas sedimentares ao longo da linha definida pela máxima distância permitida de acordo com as disposições contidas nas subalíneas i) e ii) da alínea a) do n.º 4 do artigo 76.º, não ser inferior a 3,5 km³⁶⁰; e

359

**«ANNEX II - STATEMENT OF UNDERSTANDING CONCERNING A SPECIFIC METHOD TO BE USED IN
ESTABLISHING THE OUTER EDGE OF THE CONTINENTAL MARGIN**

*The Third United Nations Conference on the Law of the Sea,
Considering the special characteristics of a State's continental margin where: (1) the average distance at which the 200 metre isobath occurs is not more than 20 nautical miles; (2) the greater proportion of the sedimentary rock of the continental margin lies beneath the rise; and*

Taking into account the inequity that would result to that State from the application to its continental margin of article 76 of the Convention, in that, the mathematical average of the thickness of sedimentary rock along a line established at the maximum distance permissible in accordance with the provisions of paragraph 4(a)(i) and (ii) of that article as representing the entire outer edge of the continental margin would not be less than 3.5 kilometres; and that more than half of the margin would be excluded thereby;

Recognizes that such State may, notwithstanding the provisions of article 76, establish the outer edge of its continental margin by straight lines not exceeding 60 nautical miles in length connecting fixed points, defined by latitude and longitude, at each of which the thickness of sedimentary rock is not less than 1 kilometre,

Where a State establishes the outer edge of its continental margin by applying the method set forth in the preceding paragraph of this statement, this method may also be utilized by a neighbouring State for delineating the outer edge of its continental margin on a common geological feature, where its outer edge would lie on such feature on a line established at the maximum distance permissible in accordance with article 76, paragraph 4(a)(i) and (ii), along which the mathematical average of the thickness of sedimentary rock is not less than 3.5 kilometres,

The Conference requests the Commission on the Limits of the Continental Shelf set up pursuant to Annex II of the Convention, to be governed by the terms of this Statement when making its recommendations on matters related to the establishment of the outer edge of the continental margins of these States in the southern part of the Bay of Bengal».
Sublinhado adicionado.

³⁶⁰ Uma vez que a aplicação da Declaração de Entendimento pressupõe grandes espessuras sedimentares, a fórmula em causa será a de Gardiner que será, seguramente, mais vantajosa para o Estado costeiro que a fórmula de Hedberg.

- d) Mais de metade da margem ficar excluída pela aplicação das disposições contidas nas subalíneas i) e ii) da alínea a) do n.º 4 do artigo 76.º.

Importa referir que os pressupostos indicados no texto da declaração de entendimento são cumulativos, tendo que se verificar todos eles para que seja possível a aplicação da regra. Verificados estes pressupostos, representados esquematicamente na Figura 3, o Estado costeiro pode definir o bordo exterior da margem continental por linhas retas que não excedam 60 milhas de comprimento, que liguem os pontos fixos nos quais a espessura das rochas sedimentares não seja inferior a 1 km. A Declaração de Entendimento finaliza com o pedido à CLPC para seguir os termos nela estabelecidos para a elaboração das recomendações relativas à definição do bordo exterior da margem continental dos Estados na parte sul da Baía de Bengala. Este último parágrafo da Declaração de Entendimento poderá, igualmente, ser entendido como um pressuposto adicional de natureza geográfica para a aplicação da fórmula nele contida.

O parágrafo 8.1.12 das Diretrizes Científicas e Técnicas constitui a única referência deste documento à aplicação do Declaração de Entendimento. A parte final deste parágrafo refere que *«um Estado habilitado a implementar esta disposição [Declaração de Entendimento], e opte por o fazer, a Comissão espera que apresente dados para os pontos fixos distanciados a não mais de 60 milhas ao longo da linha limite da plataforma continental para justificar que a espessura das rochas sedimentares não é inferior a 1 quilómetro em cada um desses pontos»*³⁶¹.

Embora aparentemente possa não parecer tão complexo como o artigo 76.º, tanto o texto da Declaração de Entendimento, como o parágrafo das Diretrizes Científicas e Técnicas anteriormente citado, suscitam algumas questões relevantes relacionadas, essencialmente, com os conceitos vagos neles contidos³⁶². O facto de as Diretrizes Científicas e Técnicas não terem densificado os conceitos indeterminados da Declaração de Entendimento deixa em aberto uma

³⁶¹ Sublinhado adicionado. Versão oficial: «A State that is entitled to implement this provision, and opts to do so, is expected by the Commission to submit data at fixed points not more than 60 M apart along the submitted boundary line of the continental shelf to document that the thickness of sedimentary rock is not less than 1 kilometre at each of these fixed points».

³⁶² Algumas destas questões são formuladas, embora de forma e conteúdo diferente, por MRIDHA, A. H., MACNAB, R., VARMA, H. - The Juridical Continental Shelf in the Bay of Bengal, According to the Statement of Understanding. 2006, pp. 40-41.

margem de incerteza relativamente aos resultados a obter. Outra dúvida que o texto das Diretrizes Científicas e Técnicas igualmente suscita tem a ver com o facto de no texto do parágrafo 8.1.12 a referência a 1 km de espessura ser relativamente à plataforma continental e não à margem continental, como consta na Declaração de Entendimento.

2.2.2.2. Doutrina internacional

Embora do ponto de vista geocientífico a natureza sedimentar da Baía de Bengala pareça constituir matéria de consenso entre a doutrina científica, do ponto de vista legal a situação é diferente. George TAFT e Bilaq HAQ, referem que a regra definida pela Declaração de Entendimento destina-se a substituir as fórmulas de Gardiner e Hedberg, contidas na alínea a) do n.º 4 do artigo 76.º não eliminando o pressuposto respeitante ao prolongamento natural³⁶³. Tendo em conta o facto de a camada sedimentar ser, em grande medida, proveniente do delta dos rios Ganges-Brahmaputra e de não existirem no Sri Lanka rios de caudal significativo que possam contribuir de modo importante para a espessura de sedimentos, estes autores duvidam que a Declaração de Entendimento possa ser aplicável ao Sri Lanka. No entanto, no que respeita à aplicabilidade desta regra referem que, embora a Declaração de Entendimento nada mencione, defendem que a respetiva aplicação se restringe ao Sri Lanka e ao seu vizinho, a Índia³⁶⁴.

Utilizando dados de geologia e geomorfologia existentes em bases de dados públicas, Abul Hasan MRIDHA, Ron MACNAB e Herman VARMA ensaiaram a regra definida pela Declaração de Entendimento à Baía de Bengala tendo em vista aferir a respetiva aplicabilidade prática. Sublinhando algumas das questões indicadas no subcapítulo 2.2.2.1 *supra*, e ainda o facto de a natureza menos precisa dos dados públicos utilizados na simulação requererem alguma reserva quanto ao resultado, afirmam que a espessura média dos sedimentos calculados sobre a linha de Gardiner é 3,3 km, 0,2 km abaixo do exigido para a aplicação da regra definida na Declaração de Entendimento³⁶⁵. Concluem referindo que se todos os pressupostos necessários forem confirmados, a aplicação da Declaração de Entendimento na parte sul da Baía de Bengala origina uma área de plataforma continental estendida superior àquela que seria

³⁶³ TAFT, G., HAQ, B. - Deep Sea Fan Issues. 2000, 310.

³⁶⁴ *Ibidem*, p. 310.

³⁶⁵ MRIDHA, A. H., MACNAB, R., VARMA, H. - The Juridical Continental Shelf in the Bay of Bengal, According to the Statement of Understanding. 2006, p. 41.

obtida pela aplicação das fórmulas de Gardiner e Hedberg³⁶⁶.

O *Training Manual for the delineation of the outer limits of the continental shelf beyond 200 nautical miles and for preparation of submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf* (Manual Técnico) refere que a regra da Declaração de Entendimento constitui uma exceção relativamente às fórmulas de Gardiner e Hedberg³⁶⁷. No que respeita à relação entre a regra contida na Declaração de Entendimento e o artigo 76.º, o Manual Técnico sublinha que o primeiro apenas se destina a substituir o n.º 4 do artigo 76.º, constituindo um método alternativo para a definição do bordo exterior da margem continental, sendo também neste caso aplicáveis as restantes disposições daquele artigo³⁶⁸, nomeadamente, o n.º 5.

Moragodage C. Walter PINTO realça o facto de, embora a Declaração de Entendimento não referir expressamente os Estados destinatários da regra nela contida, esses Estados são o Sri Lanka e o seu “vizinho”, a Índia³⁶⁹. Este autor defende outros aspetos respeitantes à aplicação da Declaração de Entendimento cuja justificação não encontra eco na restante doutrina. Assim, entende que o Sri Lanka se encontra livre da aplicação das fórmulas restritivas definidas no n.º 5 do artigo 76.º. Justifica esta posição com base na frase “*não obstante as disposições do artigo 76.º*” uma vez que, refere, o equivalente em latim *non obstante*, aplicado na escrita jurídica europeia do século XV, implicava a remoção de obstáculos legais existentes, no caso concreto as fórmulas restritivas do artigo 76.º. Conclui este raciocínio referindo que o sentido ordinário da frase não poderá ser entendido de outro modo que não seja a exclusão de todas e quaisquer restrições do artigo 76.º que sejam inconsistentes com o termo, bem como com o objeto e finalidade da exceção³⁷⁰. Esta argumentação serviu também para sustentar uma crítica ao parágrafo 8.1.12 das Diretrizes Científicas e Técnicas, que também merece uma referência negativa deste autor por, na parte inicial do parágrafo, mencionar que a regra da

³⁶⁶ *Ibidem*, p. 42.

³⁶⁷ DIVISION FOR OCEAN AFFAIRS AND THE LAW OF THE SEA - **Training Manual for Delineation of the Outer Limits of the Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles and for Preparation of Submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf**. 2006, p. I-33.

³⁶⁸ *Ibidem*, p. VI-3.

³⁶⁹ M. C. W. - Article 76 of the UN Convention on the Law of the Sea and the Bay of Bengal Exception. 2013, pp. 221-222.

³⁷⁰ *Ibidem*, p. 223.

Declaração de Entendimento constitui uma exceção ao n.º 4 do artigo 76.^{o371}.

2.2.2.3. Apreciação crítica

No que respeita aos aspetos práticos da Declaração de Entendimento, a primeira questão tem a ver com o primeiro pressuposto para a sua aplicação, estando relacionada com a regra da distância a que se deve situar a isóbata dos 200 m e a natureza indeterminada da referência a partir da qual são medidas as 20 milhas. Na CNUDM as distâncias a terra para a definição da extensão das zonas marítimas são expressamente referenciadas às linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial³⁷². Assim, não estando explicitamente indicada no texto da Declaração de Entendimento a referência a partir da qual se medem as 20 milhas, suscita-se a questão de se saber se poderá ser escolhida outra referência que não a linha de base a partir da qual se mede a largura do mar territorial. Ou seja, num local em que existam linhas de base reta³⁷³ poderá ser entendido que a referência para as 20 milhas seja a linha de costa. Ainda no que respeita à distância, não está definido o que se deve entender por “distância média” e como esta deve ser calculada.

Relativamente a esta questão, somos de opinião que as 20 milhas devem ser contadas a partir da linha de costa. Embora a CNUDM determine que a largura das zonas marítimas seja medida por referência às linhas de base, que compreendem também as linhas de fecho, as linhas de base reta e as linhas de base arquipelágica, a aplicação da regra da Declaração de Entendimento situa-se num âmbito diferente. Neste pressuposto não está em causa a fixação do limite exterior de uma zona marítima, a plataforma continental, mas antes a determinação do bordo exterior da margem continental num contexto geológico que é definido como excecional³⁷⁴. O sentido da Declaração de Entendimento é determinar o bordo exterior da

³⁷¹ *Ibidem*, p. 223. Em p. 227 existem outras argumentações apresentadas por PINTO na defesa da não aplicabilidade das fórmulas contidas no n.º 5 do artigo 76.º.

³⁷² *Vide* artigos 3.º, 33.º, n.º 2 e 57.º, respetivamente para o mar territorial, zona contígua e ZEE.

³⁷³ Myanmar, que se situa na zona sul da Baía de Bengala, tem linhas de base reta consideradas por alguns autores como excessivas. *Vide* ROACH, J. A., SMITH, R. W. - **Excessive Maritime Claims: Third Edition**. 2012, p. 72; UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE - **Straight Baselines - Burma**. 1970, pp. 5-6.

³⁷⁴ NORDQUIST, Myron H. (ED.) - **United Nations Convention on the Law of the Sea, 1982: A Commentary**. 1993. 2 vol. p. 869.

margem continental, por referência à isóbata dos 200 m, numa aproximação ao modelo de plataforma continental em sentido geofísico, tal como definido na Convenção de Genebra da Plataforma Continental³⁷⁵ e na nota justificativa da Proclamação de Truman³⁷⁶. Tanto a margem continental, nos sentidos geocientífico e jurídico, como a plataforma continental no sentido geocientífico, têm o seu limite interior na linha costa, razão pela qual deve ser esta a referência a usar para a determinação da distância média das 20 milhas.

A segunda questão está relacionada com o pressuposto c)³⁷⁷ e tem a ver com a espessura da camada sedimentar ao longo da linha de Gardiner, traçada segundo as regras do artigo 76.º. A regra contida na Declaração de Entendimento impõe que a média matemática da espessura sedimentar superior a 3,5 km seja calculada relativamente à linha de Gardiner, determinada em conformidade com o artigo 76.º. Acontece que, tanto o limite exterior da margem continental determinada em conformidade com a Declaração de Entendimento, como através do artigo 76.º é efetuada através de pontos que, por sua vez, são unidos por linhas cujo comprimento não pode exceder 60 milhas³⁷⁸. A informação sobre a espessura existente em cada um desses pontos corresponde, nas linhas de dados sísmicos, ao local onde a espessura de sedimentos se verifica, não sobre as linhas que os unem. Ou seja, é conhecida a média da espessura dos sedimentos relativamente aos pontos, mas não é conhecida a espessura relativamente às linhas, pela simples razão que os Estados poderão não ter essa informação ao longo de todo o seu comprimento, a não ser que seja efetuada interpolação. Ainda relacionada com esta questão, de acordo com o texto da Declaração de Entendimento e das Diretrizes Científicas e Técnicas fica por saber que

³⁷⁵ CGPC, artigo 1.º.

³⁷⁶ THE AMERICAN PRESIDENCY PROJECT - **Proclamation 2667—Policy of the United States With Respect to the Natural Resources of the Subsoil and Sea Bed of the Continental Shelf**. [Em linha] [Consultado em 25 jan. 2014]. Disponível em WWW:URL:<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=12332>

Texto original do 1.º parágrafo da nota: «The policy proclaimed by the President in regard to the jurisdiction over the continental shelf does not touch upon the question of Federal versus State control. It is concerned solely with establishing the jurisdiction of the United States from an international standpoint. It will, however, make possible the orderly development of an underwater area 750,000 square miles in extent. Generally, submerged land which is contiguous to the continent and which is covered by no more than 100 fathoms (600 feet) of water is considered as the continental shelf». Recordar-se que ao valor de 100 braças (*fathom*) correspondem cerca de 182 m.

³⁷⁷ Vide 2.2.2.1 *supra*.

³⁷⁸ Vide 2.º parágrafo da Declaração de Entendimento e artigo 76.º, n.º 7, aplicável *ex vi* n.º 4, al. a), subal. ii).

regra é aplicável nos locais em que a espessura de sedimentos não chega aos 3,5 km. Esta questão tem uma natureza essencialmente geocientífica que não requer especial recurso a princípios interpretativos para a sua densificação, mas antes critérios técnicos para a sua aplicação. Neste caso estará em falta a indicação nas Diretrizes Científicas e Técnicas sobre o modo como deve ser determinada a média matemática da espessura de sedimentos sobre a linha calculada em conformidade com a alínea a) do n.º 4 do artigo 76.º.

A terceira questão tem a ver com o penúltimo parágrafo, respeitante à aplicabilidade das regras da Declaração de Entendimento a Estados vizinhos de outros que as seguiram em momento anterior. Este parágrafo sugere que, para estes Estados, basta a verificação do pressuposto c) *supra* e que se trate da mesma característica geológica, não parecendo ser necessária a verificação dos pressupostos a) e b). Sendo válida esta interpretação, um Estado “vizinho” estaria numa situação mais vantajosa que o primeiro Estado a avançar com a aplicação desta regra. Como questão derivada poderá ainda suscitar-se a validade da aplicação ao Estado “vizinho” se o primeiro Estado não obtiver recomendações favoráveis com base na aplicação da regra da Declaração de Entendimento.

Relativamente a esta questão, os pressupostos para a aplicação da regra da Declaração de Entendimento parece, efetivamente, um “fato à medida” para o Sri Lanka e para a Índia, em especial para o primeiro destes Estados³⁷⁹. É curioso notar que o sumário executivo da Índia não tem qualquer referência expressa à aplicação da regra da Declaração de Entendimento como fundamento para a definição dos pontos da plataforma continental. O estudo efetuado por MRIDHA, Ron MACNAB, Herman VARMA sugere que também a Índia terá grande vantagem na utilização da regra da Declaração de Entendimento³⁸⁰. Tudo leva a crer que o Sri Lanka venha a obter recomendações favoráveis primeiro que a Índia, que será neste caso o Estado “vizinho”. Contudo, caso a CLPC venha a considerar que a regra da Declaração de Entendimento não é aplicável ao Sri Lanka³⁸¹, a Índia deveria perder o estatuto de Estado “vizinho” e cumprir com a verificação de todos os pressupostos para a aplicação daquela regra.

³⁷⁹ O Sri Lanka foi o 43.º Estado a apresentar a proposta de extensão à CLPC e a Índia o 48.º.

³⁸⁰ MRIDHA, A. H., MACNAB, R., VARMA, H. - The Juridical Continental Shelf in the Bay of Bengal, According to the Statement of Understanding. 2006, Figura 8.

³⁸¹ No campo teórico esta hipótese foi já levantada por MRIDHA, Ron MACNAB, Herman VARMA (nota 365 *supra*), embora com dados existentes nas bases de dados públicas.

A quarta questão está relacionada com a parte final do último parágrafo, isto é, com o âmbito geográfico de aplicação da Declaração de Entendimento. A dúvida que se levanta será saber se a regra é aplicável a todo e qualquer Estado que cumpra os pressupostos, como é o caso do Quênia³⁸², ou apenas aos Estados que se encontram na parte sul da Baía de Bengala. Apesar de a Declaração de Entendimento não referir expressamente uma proibição relativamente à aplicação da regra a outros Estados que não os situados na parte sul da Baía de Bengala, o mandato nela contido dirigido à CLPC parece ir no sentido de considerar apenas estes Estados. Embora sem apresentar argumentação que justifique um sentido contrário ao anteriormente referido, Victor PRESCOTT refere não existirem razões para que a regra da Declaração de Entendimento não possa ser aplicada também a outras regiões, como o Canadá e os Estados Unidos, respetivamente às *Queen Charlotte Islands* e ao *Alaskan Panhandle*³⁸³. Temos dificuldade em acompanhar este entendimento de PRESCOTT uma vez que o mandato dirigido à CLPC pela Declaração de Entendimento é claro e aponta apenas no sentido dos Estados que se situam na parte sul da Baía de Bengala.

Relativamente ao parágrafo 8.1.12 das Diretrizes Científicas e Técnicas a questão suscitada tem a ver com o facto de, neste parágrafo, ser feita referência à plataforma continental, quando a Declaração de Entendimento contém uma regra explicitamente aplicável à margem continental. Parece, neste caso, que as Diretrizes Científicas e Técnicas confundem margem continental com plataforma continental, sendo o resultado substancialmente diferente caso se utilize um conceito ou o outro. Conforme referido *supra*³⁸⁴ plataforma continental e margem continental são duas realidades diferentes, tanto nos âmbitos geocientífico, como jurídico. Os conceitos jurídicos de margem continental e plataforma continental só coincidem quando o bordo exterior da margem continental se situa entre as 200 milhas e a melhor das fórmulas restritivas definidas no n.º 5 do artigo 76.º. Se a margem continental, calculada em conformidade com a Declaração de Entendimento, ultrapassar a melhor das fórmulas restritivas a plataforma continental muito provavelmente terá uma espessura de sedimentos superior a 1 km, como se poderá verificar, de modo exemplificativo, na Figura 3. Assim, o texto do parágrafo 8.1.12 das Diretrizes Científicas e Técnicas só fará sentido se à Declaração de Entendimento não for aplicável o n.º 5 do artigo 76.º, situação que não tem sustentação no texto

³⁸² Vide nota 357 *supra*.

³⁸³ PRESCOTT, V. - Resources of the Continental Margin and International Law. 2000, p. 70.

³⁸⁴ Vide Parte I, Capítulo 2, 1 e 2 *Supra*.

da própria Declaração de Entendimento, bem como do artigo 76.º e Anexo II da CNUDM.

A Figura 4 correspondente ao limite exterior da plataforma continental do Sri Lanka tal como consta no respetivo Sumário Executivo³⁸⁵ constitui um bom exemplo para aferir a questão da aplicabilidade do n.º 5 do artigo 76.º quando o bordo exterior da margem continental seja determinado em conformidade com a regra da Declaração de Entendimento. Não seguimos os argumentos apresentados por M. Walter PINTO na defesa do traçado apresentado pelo Sri Lanka. O primeiro motivo assenta no elemento literal da Declaração de Entendimento. Se a intenção tivesse sido a aplicabilidade do método diretamente ao limite exterior da plataforma continental, todas as referências que na regra são feitas à margem continental teriam sido feitas à plataforma continental, em especial aquele que define o modo como é determinado o limite exterior da margem continental, *i.e.*, pontos fixos onde a espessura da camada sedimentar não seja inferior a 1 km³⁸⁶. A lógica sistemática do artigo 76.º assenta na definição de margem continental que, em determinadas circunstâncias, é limitada por fórmulas cuja aplicação dá origem ao limite exterior da plataforma continental. Se a intenção da Declaração de Entendimento tivesse sido a definição direta da plataforma continental, então nesse o caso, o n.º 5 do artigo 76.º estaria automaticamente afastado. Não é esse o caso. A segunda razão, de natureza histórica e teleológica, tem a ver com o objeto e finalidade do artigo 76.º não só ao definir as regras que levam à definição do limite exterior da plataforma continental, mas também em definir limites relativamente à margem continental e, consequentemente, ao limite exterior da plataforma continental. Não existe, no decurso da Terceira Conferência, no percurso histórico da criação das regras relativas à plataforma continental qualquer indicação no sentido de excecionar um Estado dos limites máximos que viessem a ser definidos para a extensão da plataforma continental³⁸⁷. Por último, o motivo que levou à adoção da Declaração de Entendimento foi, conforme é referido no próprio texto da Declaração, a obtenção de resultados que não seriam equitativos pela aplicação aos fundos marinhos adjacentes ao Sri Lanka das fórmulas contidas na alínea a) do n.º 4 do artigo 76.º. A não aplicação das fórmulas restritivas

³⁸⁵ SRI LANKA, *Continental Shelf Submission of Sri Lanka - Part 1 Executive Summary*. 2009, Tabela 1, pp. 11-14, e Figura 3, p. 12.

³⁸⁶ Esta foi a via seguida pelas Diretrizes Científicas e Técnicas conforme refletido no parágrafo 8.1.12, de modo incorreto, em nosso entender.

³⁸⁷ NORDQUIST, Myron H. (ED.) - **United Nations Convention on the Law of the Sea, 1982: A Commentary**. 1993. 2 Vol. pp. 842-863.

ao Sri Lanka resultam igualmente numa solução que não seria equitativa, mas desta vez a favor deste Estado. Se assim fosse, o limite exterior da plataforma continental abrangeria uma área de grande dimensão, situando-se para lá da melhor das fórmulas restritivas, prerrogativa esta que não seja aplicável aos restantes Estados que não se situam na parte sul da Baía de Bengala.

Voltando à Figura 4 à guisa de conclusão, a linha representada como limite exterior da plataforma continental é, na nossa opinião, a linha limite do bordo exterior da margem continental. O limite exterior da plataforma continental será definido pela linha das 350 milhas, visto que é mais favorável que a linha das 100 milhas contadas a partir da isóbata dos 2.500 m.

2.3. Relação entre a margem continental e a plataforma continental

Conforme referido anteriormente, o bordo exterior da margem continental é definido pelas fórmulas mencionadas na alínea a) do n.º 4 do artigo 76.º, sendo, por regra, o limite exterior da plataforma continental definido pelo bordo exterior da margem continental³⁸⁸, tal como resulta da primeira parte do artigo 76.º, n.º 1. Esta situação, nem sempre se verifica, uma vez que, por vezes, o bordo exterior da margem continental nem chega às 200 milhas, situando-se, neste caso, o limite exterior da plataforma continental a esta distância das linhas de base. Noutras situações o bordo exterior da margem continental ultrapassa a melhor das fórmulas restritivas definidas pelo artigo 76.º, n.º 5, sendo, neste caso, o limite exterior da plataforma continental definido por linhas traçadas em conformidade com o artigo 76.º, n.º 7.

No texto que se segue são apresentados três modelos abstratos de margem continental, que têm por finalidade abranger as situações possíveis resultantes da relação margem continental/plataforma continental, contidos no artigo 76.º. Depois, é descrito o modo como se relacionam entre si as fórmulas positivas e as fórmulas restritivas tendo em conta a definição do limite exterior da plataforma continental numa situação, igualmente abstrata, em que esteja em causa a aplicação das duas fórmulas positivas e as duas fórmulas restritivas.

Ao longo do presente texto os três modelos³⁸⁹ de margem continental citados têm

³⁸⁸ Vide Parte I, Capítulo 2, 2.2.1 *supra*.

³⁸⁹ Nas imagens correspondentes a cada um dos modelos é usado o perfil simplificado conforme utilizado por HEDBERG, correspondente ao perfil de uma margem continental passiva. Vide *inter alia* HEDBERG, H.

dimensões diferentes, correspondendo-lhes, por uma questão de simplificação, a seguinte designação:

- “Margem continental curta”, cujo bordo exterior se situa aquém das 200 milhas;
- “Margem continental normal”, cujo bordo exterior ultrapassa as 200 milhas, mas fica aquém da melhor das fórmulas restritivas contidas no artigo 76.º, n.ºs 5 e 6, da CNUDM, isto é, 350 milhas ou 100 milhas para lá da isóbata dos 2.500 m;
- “Margem continental longa”, cujo bordo exterior se situa para lá das duas fórmulas restritivas anteriormente referidas.

2.3.1. Margem continental curta

Nesta situação, representada na Figura 5, os pontos de PdT situam-se aquém das 140 milhas. O limite exterior da plataforma continental situa-se, neste caso, à distância de 200 milhas das linhas de base por via do disposto na segunda parte do n.º 1 do artigo 76.º, da CNUDM.

2.3.2. Margem continental normal

Numa margem continental normal os pontos de PdT situam-se a mais de 140 milhas das linhas de base ou, situando-se aquém desta distância, a aplicação da fórmula de Gardiner à espessura da camada sedimentar resulta na localização do bordo exterior da margem continental para lá das 200 milhas. Esta última situação é a representada na Figura 6, na qual o bordo exterior da margem continental é determinado através da aplicação de uma das fórmulas positivas definidas no artigo 76.º, n.º 4, al. a), subal. i), situando-se além das 200 milhas, mas aquém da melhor das fórmulas restritivas definidas no artigo 76.º, n.º 5. Neste caso, o limite exterior da plataforma continental é definido pelo bordo exterior da margem continental por via

D. - Ocean Floor Boundaries. 1979, Figura 1, p. 136; HEDBERG, H. D. - Ocean Boundaries for the Law of the Sea. 1976, Figura da p. 9. Contudo, Geoffroy LAMARCHE refere que é hoje aceite que o perfil típico da margem continental passiva que possa ser identificada apenas por batimetria é raramente observada na natureza. *Vide* LAMARCHE, G. et al. editores - **Submarine Mass Movements and their Consequences**. 2015, p. 17.

do disposto na primeira parte do n.º 1 do artigo 76.º, da CNUDM.

2.3.3. Margem continental longa

Na margem continental longa os pontos de PdT situam-se a mais de 290 milhas das linhas de base ou, situando-se aquém desta distância, a aplicação da fórmula de Gardiner à espessura da camada sedimentar resulta na localização do bordo exterior da margem continental para lá das 350 milhas ou das 100 milhas para lá da isóbata dos 2.500 m. Nesta situação o limite exterior da plataforma continental será definido pela fórmula restritiva, definida pelo n.º 5 do artigo 76.º, que for mais favorável para o Estado costeiro. Como se pode verificar na Figura 7, nesta região a parte exterior da margem continental que se situa para lá da fórmula restritiva mais favorável faz parte da Área que, tal como na situação anterior, também não coincide com os grandes fundos marinhos.

2.3.4. Combinação das diferentes fórmulas do artigo 76.º para a definição do limite exterior da plataforma continental

A Figura 8 representa, em abstrato, uma região em os fundos marinhos apresentam uma espessura de sedimentos significativa que se estende até uma grande distância do território emerso. Em conformidade com as classificações apresentadas no número anterior, trata-se de uma margem continental longa na qual são aplicáveis, para melhor ilustração, as duas fórmulas positivas, bem como as duas fórmulas restritivas. O limite exterior da plataforma continental resulta da aplicação da melhor das fórmulas positivas, definidas no artigo 76.º, n.º 4, al. a), sujeita à melhor das fórmulas restritivas, enunciadas no artigo 76.º, n.º 5.

Até ao ponto 1 da Figura 8 a margem continental situa-se aquém das 200 milhas, sendo, nos termos do artigo 76.º, n.º 1, a plataforma continental definida pela linha das 200 milhas. A partir do ponto 1 a margem continental ultrapassa as 200 milhas por aplicação da fórmula de Hedberg, nos termos do artigo 76.º, n.º 4, al. a), subal. ii). A partir do ponto 2, o bordo exterior da margem continental passa a ser definido pela aplicação da fórmula de Gardiner, nos termos do artigo 76.º, n.º 4, al. a), subal. i), uma vez que é, nesta área, mais favorável que a fórmula de Hedberg. Do ponto 1 ao ponto 3 o limite exterior da plataforma continental é definido pelo bordo exterior da margem continental, uma vez que este não ultrapassa a melhor das fórmulas restritivas.

A partir do ponto 3 o bordo exterior da margem continental ultrapassa a melhor das fórmulas restritivas, neste caso e até ao ponto 4, a linha das 350 milhas. O limite exterior da plataforma continental deixa de ser definido diretamente pela linha resultante da aplicação da fórmula de Gardiner e passa ser definido, inicialmente e até ao ponto 4, pela linha das 350 milhas, depois até ao ponto 5, pela linha das 100 milhas para lá da isóbata dos 2.500 m. A partir do ponto 5, o limite exterior da plataforma continental volta a ser definido pela linha das 350 milhas, por esta voltar a ser a fórmula restritiva mais favorável. Os círculos vermelhos representam os pontos traçados em conformidade com o artigo 76.º, n.º 7, de modo a otimizar a área de plataforma continental, mas sujeitos à restrição de as retas que os unem não poderem exceder as 60 milhas.

3. PROLONGAMENTO NATURAL DO TERRITÓRIO EMERSO

Referido pela primeira vez na jurisprudência internacional, em 1969, na decisão do Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte³⁹⁰, o conceito de prolongamento natural continua sendo um dos temas que maior debate tem originado na doutrina e jurisprudência internacionais respeitantes ao Direito do Mar, na parte correspondente à definição do limite exterior da plataforma continental³⁹¹. Considerado o elemento constitutivo dos direitos soberanos do Estado costeiro relativamente às áreas marinhas que fazem parte da plataforma continental, a sua importância dogmática conheceu o auge até à decisão de 1985 do TIJ no Caso da Plataforma Continental Líbia/Malta, enquanto conceito autónomo. Neste Caso, a declaração pelo TIJ que a ZEE fazia parte do costume internacional trouxe novas regras para a delimitação de áreas do fundo mar em que se verifique sobreposição de títulos jurídicos correspondentes à plataforma continental de Estados com costas adjacentes, ou situadas frente a frente.

A decisão do TIDM no Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, em particular no que respeita à delimitação de áreas da plataforma continental situadas para lá das 200 milhas, parece ter reduzido ainda mais a importância do conceito de prolongamento natural,

³⁹⁰ *Vide nota 73 supra.*

³⁹¹ *Vide nota 437 infra.*

não tanto no que respeita à sua natureza constitutiva, mas quanto ao seu carácter operativo, subsumindo-o no conceito de margem continental, tal como definida no artigo 76.º, n.º 4, da CNUDM. Apesar de aparentemente ferido de morte na sua autonomia e importância, parte da doutrina persiste em defender que o conceito de prolongamento natural continua a constituir o conceito base para a interpretação das disposições convencionais, tanto da CGPC, como da CNUDM, respeitantes à plataforma continental. A este facto não é alheia a circunstância de as características geológicas e geomorfológicas dos fundos marinhos que constituem a plataforma continental de determinados Estados os beneficiarem relativamente à delimitação com outros Estados se a determinados conceitos, como é o caso do prolongamento natural, lhes for dada relevância geocientífica acrescida em detrimento da aplicação das regras de interpretação normativa que tem seguido a jurisprudência internacional mais recente, bem como de parte da doutrina.

No texto que se segue será efetuada uma passagem pelas diferentes fases que o conceito de prolongamento natural sofreu, desde o seu aparecimento como elemento constitutivo autónomo, até aos nossos dias. O presente trabalho não tem por objeto a delimitação das zonas marítimas entre Estados. Contudo, são efetuadas umas brevíssimas referências relativamente à importância do conceito de prolongamento natural e à sua influência na delimitação da plataforma continental. São ainda indicadas algumas dificuldades que poderão surgir na determinação do limite exterior da plataforma continental face a um conceito agora aparentemente esvaziado no seu conteúdo e ainda mais na sua operatividade.

3.1. Origem do conceito

A relação entre a Proclamação de Truman e o conceito de prolongamento natural tem sido apontada em diversas decisões dos tribunais internacionais³⁹² e na doutrina³⁹³. Na CGPC o título

³⁹² Vide Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, p. 92, bem como um conjunto de outros casos que sobre esta matéria lhe fazem referência, nomeadamente, o Caso da Delimitação da Fronteira Marítima no Golfo de Maine (INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Case Concerning Delimitation of the Maritime Boundary in the Gulf of Maine Area*. 1984, p. 293), Caso da Plataforma Continental Líbia/Malta, p. 42 e Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, p. 36.

³⁹³ Vide ANDERSON, D. H. - *Some Recent Developments in the Law Relating to the Continental Shelf*. 1988, pp. 95-97; ANTUNES, N. M. - **Towards the Conceptualisation of Maritime Delimitation - Legal and**

jurídico que legitima o Direito do Estado costeiro à plataforma continental tem por base o conceito de adjacência^{394,395}. No Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte o TIJ introduziu o conceito de prolongamento natural³⁹⁶ como fundamento para o exercício dos direitos soberanos do Estado costeiro nas áreas da plataforma continental que constituem o prolongamento natural do território emerso³⁹⁷. A este respeito o TIJ referiu que *«o que confere o título ipso jure que o Direito Internacional atribui ao Estado costeiro no que respeita à sua plataforma continental, é o facto de as áreas submarinas em causa poderem ser consideradas na realidade como parte do território sobre o qual o Estado costeiro já possui domínio, —no sentido que, embora cobertas por água, elas são o prolongamento ou continuação desse território, uma extensão sua sob o mar. Daqui resulta que sempre que uma dada área submarina não constitua (...) uma extensão natural do Estado costeiro (...) não pode ser considerada como pertencente a esse Estado»*³⁹⁸.

Durante a Terceira Conferência, em particular no decurso dos debates que tiveram por agenda o regime e o limite exterior da plataforma continental, estes elementos mereceram

Technical Aspects of a Political Process. 2003, p. 59; ZAHRAA, M. - Natural Prolongation and Delimitation of Maritime Boundaries. 1997, p. 378. Este autor refere que o conceito de prolongamento natural foi apresentado pela primeira vez e ganhou relevo no Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, e que teve origem na Proclamação de Truman através da frase, referindo-se à plataforma continental *«pode entendido como uma extensão da massa terrestre da nação costeiro a assim naturalmente pertencendo-lhe»* (*«may be regarded as na extension of the land-mass of the coastal nation and thus naturally appurtenant to it»*). Cr. também KIM, H. J. - Natural Prolongation: A Living Myth in the Regime of the Continental Shelf? 2014, p. 375; ROY, D. - The Legal Continental Shelf: The Surprising Canadian Practice Regarding Oil and Gas Development in the Atlantic Coast Continental Shelf. 2012, p. 73.

³⁹⁴ MCDORMAN, T. L. - The International Legal Framework and the State Activities Regarding the Continental Shelf Beyond 200-N. Miles in and Adjacent to the East and South China Seas. 2013, p. 168.

³⁹⁵ CGPC, artigo 1.º, alínea a).

³⁹⁶ Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, parágrafo 19, pp. 43-44.

³⁹⁷ Ted L MCDORMAN - The International Legal Framework..., p. 168.

³⁹⁸ Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, §43. Versão original: *«What confers the ipso jure title which international law attributes to the coastal State in respect of its continental shelf, is the fact that the submarine areas concerned may be deemed to be actually part of the territory over which the coastal State already has dominion, — in the sense that, although covered with water, they are a prolongation or continuation of that territory, an extension of it under the sea. From this it would follow that whenever a given submarine area does not constitute a natural (...) extension of the land territory of a coastal State (...) it cannot be regarded as appertaining to that State»*.

especial relevo por implicar, em contrapartida, a definição dos limites da Área. Na discussão sobre os fatores que poderiam contribuir para a definição de plataforma continental, o conceito de prolongamento natural esteve frequentemente presente como o fundamento para o título jurídico que asseguraria aos Estados costeiros os direitos soberanos sobre a plataforma continental³⁹⁹. A adesão quase imediata a este conceito resultou da decisão do TIJ no Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte. No decurso das negociações tornou-se notório que a nova definição de plataforma continental deveria ter por base o conceito de prolongamento natural.

Uma das primeiras propostas foi apresentada na segunda sessão da Terceira Conferência pelo Canadá, Chile, Islândia, Índia, Indonésia, Ilhas Maurícias, México, Nova Zelândia e Noruega, e definia a plataforma continental com referência às 200 milhas e como o “*prolongamento natural do território emerso onde esse prolongamento natural se estenda para lá das 200 milhas*”⁴⁰⁰. Nesse contexto, o representante do Canadá confirmou que o proposto «*artigo 19 tinha por finalidade constituir uma base de discussão para substituir o critério elástico, sem limite, da explorabilidade*», sendo a proposta «*escrita na linguagem da decisão do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) no Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte*»⁴⁰¹. Importa sublinhar que a referência isolada a “prolongamento natural” foi considerada

³⁹⁹ Muitas delegações incluíram o termo *natural prolongation* nas inúmeras propostas relacionadas com a plataforma continental, das quais se citam apenas as seguintes OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA, *Summary Records of 34th Plenary Meeting*. [A/CONF.62/SR.34] 1974, parágrafo 67; *ibidem*, parágrafo 25; OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA, *Summary Records of 39nd Plenary Meeting*. [A/CONF.62/SR.39] 1974, parágrafo 36-37; Official Records Of The Third United Nations Conference On The Law Of The Sea, *Summary Records of 46nd Plenary Meeting*. [A/CONF.62/SR.46] 1974, parágrafo 63; OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA, *Report of the Committee and Negotiating Groups on Negotiations*. [A/CONF.62/RCNG/1] 1978, parágrafo 7. Para além destes documentos todas as propostas de texto e respetivas versões incluíam já a designação “prolongamento natural” na definição de plataforma continental.

⁴⁰⁰ OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA, *Canada, Chile, Iceland, India, Indonesia, Mauritius, Mexico, New Zeland and Norway: Working Paper*. [A/CONF.62/L.4] 1974, p. 83.

⁴⁰¹ A/CONF.62/SR.46, parágrafo. Versão original: «*article 19 was intended as a basis of discussion to replace the elastic and open-ended exploitability criterion*»; «*drawn on the language of the 1969 decision of the*

como insuficiente para determinar o limite exterior da plataforma continental, como se pode verificar pela nota adicionada na parte final do artigo 19.º constante no documento A/CONF.62/L.4 onde é sublinhado que «*serão necessários outras disposições sobre a matéria do artigo 19 incluindo disposições que abranjam a demarcação precisa dos limites da margem continental para lá das 200 milhas*»^{402,403}.

3.2. Decisões dos tribunais internacionais

3.2.1. Do Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte ao aparecimento da ZEE no costume internacional

No Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte nenhum dos documentos que estiveram na origem do pedido ao tribunal fizeram qualquer referência ao termo prolongamento natural⁴⁰⁴. Este facto foi confirmado no próprio documento da sentença ao afastar a noção de proximidade, substituindo-a pelo conceito de prolongamento natural⁴⁰⁵. Na construção teórica que elabora para este entendimento, o TIJ refere que «*as áreas submarinas não pertencem realmente ao Estado costeiro porque —ou não só porque —estão perto dele. Claro que estão perto; mas isto não é suficiente para conferir o título (...) de acordo com um princípio bem consolidado do Direito Internacional reconhecido por ambas as partes no presente caso, a mera proximidade ao território terrestre o confere per se*»⁴⁰⁶. A rejeição do conceito de

International Court of Justice (ICJ) in the North Sea Continental Shelf Case».

⁴⁰² A/CONF.62/L.4, p. 83.

⁴⁰³ O conceito que acabou por ficar associado ao prolongamento natural foi o de margem continental, vide INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Maritime Delimitation in the Area between Greenland and Jan Mayen, Judgment, I.C.J. Reports 1993, p. 38. 1993, separate opinion of judge Oda*, parágrafo 35, p. 99; OXMAN, B. H. - *Law of the sea*. 1995, p. 694.

⁴⁰⁴ Vide Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, em especial nos seguintes documentos: pedidos iniciais apresentados pela República Federal Alemã relativamente à Dinamarca e aos Países Baixos, réplicas e tréplicas apresentadas por estes Estados.

⁴⁰⁵ Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, parágrafo 43, p. 32.

⁴⁰⁶ *Ibidem*, parágrafo 43, p. 32. Versão original: «*Submarine areas do not really appertain to the coastal State because-or not only because-they are near it. They are near it of course; but this would not suffice to confer title (...) according to a well-established principle of law recognized by both sides in the present case, mere proximity confers per se title to land territory*».

proximidade tem por fundamento o facto de, considerado de forma absoluta, ser por natureza vago e diferente da terminologia variada utilizada pelos Estados nas proclamações que se seguiram à Proclamação de Truman, bem como nas convenções internacionais, que, embora apresentem uma ideia genérica razoável, tem uma natureza fluida⁴⁰⁷. Neste contexto, o título jurídico que confere aos Estados costeiros direitos sobre as áreas submarinas que fazem parte da respetiva plataforma continental baseia-se na noção de prolongamento natural tal como definido *supra*⁴⁰⁸.

Embora o conceito de prolongamento natural tenha sido citado em numerosas sentenças de tribunais internacionais, as sentenças que mais terão contribuído para o desenvolvimento do conceito num período anterior à entrada em vigor da CNUDM foram as referentes à Decisão Arbitral resultante do Caso Respeitante à Delimitação da Plataforma Continental entre o Reino Unido e a República Francesa⁴⁰⁹ e as sentenças do TIJ nos Casos da Plataforma Continental Tunísia/Líbia e da Plataforma Continental Líbia/Malta⁴¹⁰. De um modo genérico todas estas decisões sublinham e reforçam a doutrina do prolongamento natural avançada pelo Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, como um pressuposto para o exercício de poderes soberanos por parte dos Estados costeiros relativamente às áreas submarinas que fazem parte da plataforma continental. Contudo, dos vários textos releva também o facto de o conceito de prolongamento natural por si só, apesar de conferir os direitos soberanos aos Estados costeiros, não constituir critério autónomo para a delimitação da plataforma continental, em particular nos casos em que exista sobreposição das áreas submarinas que constituem o prolongamento natural dos Estados costeiros. Nesta situação a delimitação das plataformas continentais terá que ser efetuada em conformidade com as regras previstas para esse efeito no Direito Internacional.

Outro aspeto de relevo nos Casos da Plataforma Continental Tunísia/Líbia e da Plataforma Continental Líbia/Malta, em particular neste último, tem a ver com o que o TIJ

⁴⁰⁷ *Ibidem*, parágrafo 41, p. 31. Refere o texto da sentença que os termos usados nas proclamações e convenções internacionais são *near, close to its shores, off its coast, opposite, in front of the coast, in vicinity of, neighbouring the coast, adjacent to, contiguous, etc.*

⁴⁰⁸ Vide Parte ICapítulo 23.1 *supra* e nota 398.

⁴⁰⁹ ARBITRAL AWARD - *Case Concerning the Delimitation of Continental Shelf Between the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, and the French Republic*. 1977 (Caso Respeitante à Delimitação da Plataforma Continental entre o Reino Unido e a República Francesa), p. 92.

⁴¹⁰ Caso da Plataforma Continental Tunísia/Líbia.

designou à época como as “novas tendências aceites”⁴¹¹ (*new accepted trends*) do Direito Internacional, resultantes da finalização dos trabalhos da Terceira Conferência e da aprovação da CNUDM em 1982. Ainda antes da entrada em vigor da CNUDM, tendo por base a prática dos Estados o TIJ considerou a ZEE como fazendo parte do costume internacional⁴¹². Este facto trouxe consequências importantes no que respeita à desvalorização do conceito de prolongamento natural do leito e subsolo das áreas submarinas que se situam até às 200 milhas das linhas de base dos Estados costeiros. Neste contexto, as regras constantes no artigo 74.º da CNUDM passaram a desempenhar papel de maior relevo na delimitação das áreas de sobreposição de plataforma continental dos Estados costeiros com costas adjacentes ou opostas. A este respeito o TIJ referiu que *«onde a plataforma continental não se estenda para lá das 200 milhas da costa, o prolongamento natural, apesar da sua origem física tem-se tornado através da sua história cada vez mais um conceito jurídico, e complexo (...) os conceitos de prolongamento natural e distância não são, por conseguinte, opostos mas complementares»*⁴¹³.

3.2.2. Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar

A decisão do TIDM no Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar veio trazer alguma luz relativamente à aplicação do artigo 76.º da CNUDM. Uma análise cuidada deste Caso afigura-se como fundamental, uma vez que densifica o sentido e alcance a dar relativamente a alguns desses conceitos, como é o caso de prolongamento natural. A Figura 9 tem por finalidade dar uma ideia mais concreta sobre o que está em causa relativamente à questão do prolongamento natural, em particular no que respeita ao direito de Myanmar a estabelecer o limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas.

A contestação deste direito por parte do Bangladesh assenta no facto de este Estado

⁴¹¹ *Continental Shelf (Tunísia/Libyan Arab Jamahiriya)*, parágrafo 72, p. 46.

⁴¹² Caso da Plataforma Continental Líbia/Malta, parágrafo 34, onde se lê: *«It is in the Court's view incontestable that, apart from those provisions, the institution of the exclusive economic zone, with its rule on entitlement by reason of distance, is shown by the practice of States to have become a part of customary law»*.

⁴¹³ Caso da Plataforma Continental Líbia/Malta, parágrafo 34, p. 24. Versão original: *«where the continental margin does not extend as far as 200 M from the shore, natural prolongation, which in spite of its physical origins has throughout its history become more and more a complex and juridical concept (...) The concepts of natural prolongation and distance are therefore not opposed but complementary»*.

considerar que a plataforma continental na Baía de Bengala constituir o prolongamento natural geológico do Bangladesh e, numa extensão menor, da Índia, mas não de Myanmar⁴¹⁴. Adianta ainda o Memorial do Bangladesh que a geomorfologia da Baía de Bengala confirma que o Bangladesh tem uma plataforma extensa e pouco profunda. Pelo contrário, Myanmar tem uma plataforma física muito estreita devido a uma descontinuidade geológica causada pela separação das placas indiana e birmanesa, estendendo-se até uma distância relativamente curta da costa continental de Myanmar⁴¹⁵. Citando o parágrafo 43⁴¹⁶ do Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, aquele documento refere ainda que o prolongamento natural de Myanmar só se estende até à zona de subducção Sunda, que separa as placas indiana e birmanesa, a cerca de 50 milhas da costa⁴¹⁷. Nas Figuras 9 e 10 pode verificar-se a representação da zona de subducção de Sunda, bem como, no gráfico com o perfil batimétrico, a variação brusca da profundidade que lhe está associada. Importa referir que, embora não esteja representado com rigor na Figura 10, na Baía de Bengala existe uma camada sedimentar muito espessa o que, aplicando a fórmula de Gardiner bem como a regra definida no Anexo II ao Ato Final da CNUDM, faz com que o bordo exterior da margem continental se situe muito longe da costa de Myanmar, situando-se fora da representação da Figura 9.

A questão jurídica que dividiu o entendimento das partes era saber qual a interpretação a dar ao conceito de “prolongamento natural” constante no artigo 76.º, n.º 1, da CNUDM⁴¹⁸. O tribunal referiu que, embora o termo prolongamento natural esteja mencionado no artigo 76.º, n.º 1, é claro na linguagem deste preceito que o conceito de “bordo exterior da margem continental” constitui um elemento essencial na determinação da extensão da plataforma continental⁴¹⁹. O tribunal recordou ainda que a referência ao conceito de prolongamento natural foi introduzida pela primeira vez no Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, nunca tendo este sido definido⁴²⁰. Sobre esta matéria o tribunal concluiu referindo que os conceitos de

⁴¹⁴ Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, Memorial do Bangladesh, parágrafo 7.31, p. 106.

⁴¹⁵ *Ibidem*, parágrafo 7.32, p. 106.

⁴¹⁶ «[A área submarina] *does not constitute a natural - or the most natural – extension of the land territory of [that] coastal State*”.

⁴¹⁷ Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, Memorial do Bangladesh, parágrafo 7.31, p. 106.

⁴¹⁸ Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, parágrafo 425, p.124.

⁴¹⁹ *Ibidem*, parágrafo 429, p. 126.

⁴²⁰ *Ibidem*, parágrafo 432, p. 127.

prolongamento natural e de margem continental, tal como definidos nos artigos 76.º, n.ºs 1 e 4, referem-se à mesma área⁴²¹, sendo de difícil aceitação que constitua um critério independente e separado que o Estado costeiro terá que satisfazer de modo a poder reclamar os direitos sobre a plataforma continental para lá das 200 milhas⁴²².

Zhiguo GAO, na sua Opinião Separada, discorda claramente da interpretação do conceito de prolongamento natural avançada pelo tribunal, uma vez que, no seu entendimento, a esta é imprecisa. Na opinião deste juiz, o preceito de referência é o artigo 76, n.º 1, que define a plataforma continental e contém os dois elementos que constituem a base do título jurídico: prolongamento natural e distância⁴²³. GAO observou ainda que, na realidade, os aspetos fundamentais da definição da plataforma continental são os dispostos nos n.ºs 1 e 3 e não n.ºs 1 e 4 do artigo 76.º. A fechar a parte da Opinião que se refere ao prolongamento natural, Gao conclui: «*É minha opinião firme que prolongamento natural mantém sua primazia sobre todos os outros fatores; e que o título jurídico para a plataforma continental é baseado na geologia e geomorfologia, pelo menos no que respeita à plataforma continental para lá das 200 milhas*»⁴²⁴.

3.3. Entendimento da doutrina

A questão da natureza e importância do conceito de prolongamento natural tem sido amplamente debatido na doutrina internacional, não existindo, contudo, uniformidade quanto a aspetos essenciais que lhe são inerentes. Para lá do facto de ser relativamente pacífico na doutrina que os direitos soberanos dos Estados costeiros resultem *ipso facto* da existência de um prolongamento natural entre as áreas submarinas adjacentes ao Estado costeiro e o seu território emerso, noutros aspetos a divergência é total.

Alguma da doutrina mais recente, em especial dos Estados que têm interesses na delimitação no Mar Leste da China (*East China Sea*), tem defendido uma interpretação do artigo 76.º tendo por base, e como ponto fulcral, a natureza geológica do conceito de

⁴²¹ *Ibidem*, parágrafo 434, p. 127.

⁴²² *Ibidem*, parágrafo 435, p. 127.

⁴²³ Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, Opinião Separada do juiz GAO, parágrafo 88.

⁴²⁴ *Ibidem*, parágrafo 91.

prolongamento natural, sugerindo que a interpretação dos restantes conceitos daquele preceito deve conformar-se com aquela premissa base.

Referindo-se à realidade física, GARDINER sublinha o facto de o prolongamento natural constituir, na sua essência, uma zona de fronteira entre dois tipos de material que fazem parte da crosta terrestre, que são a crosta continental, menos densa e mais fina de granito, e a crosta oceânica, mais densa, de material basáltico⁴²⁵. Philip SYMONDS *et al.* entendem o conceito de prolongamento natural sob as perspetivas jurídica, geomorfológica ou geológica, considerando que nenhuma delas é independente das outras, em especial no contexto do artigo 76.^o⁴²⁶. Adiantam ainda estes autores que, embora os termos técnicos e ideias possam estar incorporadas no entendimento a ter sobre o prolongamento natural, em última análise a interpretação terá que ser consistente com a finalidade legal da Convenção⁴²⁷. No que respeita à interpretação dos vários conceitos, a maneira de os conciliar será regressar ao conceito legal, que aparentemente foi desenhado com base num conceito geológico de margem continental⁴²⁸. Numa linha semelhante, mas com maior pendor geomorfológico, GUDLAUGSSON conclui que prolongamento natural é o mesmo que prolongamento geomorfológico⁴²⁹. Este autor defende o seu entendimento sublinhando que nenhuma propriedade geológica pode ser utilizada para estender o bordo exterior da margem continental para lá do limite máximo definido pelo envelope resultante da aplicação das fórmulas obtidas a partir de um pé do talude indiscutível, uma vez que constitui o corolário direto do artigo 76.º e demonstra a primazia do prolongamento geomorfológico sobre qualquer outra forma de prolongamento que possa ser aplicável⁴³⁰.

Relativamente ao significado de prolongamento natural, o *Committee on the Legal Issues of the Outer Continental Shelf* (CLIOCS), da Associação de Direito Internacional, sustenta que, para se saber quais as áreas que fazem parte do prolongamento natural, o ponto de partida é o

⁴²⁵ GARDINER, P. R. R. - *Reasons and Methods for Fixing the Outer Limit of the Legal Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles*. 1978, p. 146.

⁴²⁶ SYMONDS, P. A. et al. - *Characteristics of Continental Margins*. 2000, p. 27.

⁴²⁷ *Ibidem*.

⁴²⁸ *Ibidem*, p. 29.

⁴²⁹ GUDLAUGSSON, S. T. - *Natural Prolongation and the Concept of the Continental Margin for the Purposes of Article 76*. 2004, pp. 69-70.

⁴³⁰ *Ibidem*, p. 77.

território terrestre. A ligação entre o território emerso e o prolongamento natural pode ser de natureza geomorfológica, geológica, ou ambas. Uma das consequências da definição de plataforma continental por referência ao prolongamento natural é que a plataforma continental jurídica pode consistir em áreas que são de origem continental ou oceânica. Se o território terrestre é de origem oceânica, o prolongamento natural deste território terrestre, em princípio, deverá ser também de origem oceânica. Conclui afirmando que o anteriormente mencionado é confirmado pela definição da margem continental no artigo 76.º, n.º 3, da CNUDM, que refere a afinidade do prolongamento natural com a massa terrestre emersa do Estado costeiro⁴³¹.

Referindo-se à natureza do prolongamento natural, que considera como jurídica, e do teste de pertença, BAKER sublinha que são mais dois conceitos jurídicos contidos na CNUDM, ou dela resultantes, que os cientistas tipicamente não aplicaram às plataformas continentais e fundos marinhos dos oceanos⁴³². CURIEL aponta o facto de a origem do conceito de plataforma continental, e subsequente evolução e consolidação como conceito jurídico, ter estado ligada ao conceito de prolongamento natural do território terrestre. Considera, por isso, que as características geológicas e geomorfológicas do leito e subsolo são essenciais para esse efeito⁴³³.

Para Jianjun GAO do texto do artigo 76.º, n.º 1 retira-se com clareza que o bordo exterior da margem continental do Estado costeiro constitui o limite do prolongamento natural do seu território emerso⁴³⁴. O conceito de prolongamento natural constitui-se como um elemento relevante para determinar o significado dos termos “componentes naturais das margens continentais” que distingue as elevações submarinas de cristas submarinas⁴³⁵. O conceito de prolongamento natural deve ser entendido no seu sentido geomorfológico⁴³⁶. De acordo com COTTIER, a doutrina do prolongamento natural pode bem ser considerada como constituindo

⁴³¹ CLIOCS, p. 3.

⁴³² BAKER, B. - Law, Science, and the Continental Shelf: The Russian Federation and the Promise of Arctic Cooperation. 2010, p. 266

⁴³³ CURIEL, R. - **Overlapping Claims for an Extended Continental Shelf in the Northeastern Part of South America Facing the Atlantic Ocean**. 2010, p. 2.

⁴³⁴ GAO, J. - The Seafloor High Issue in Article 76 of the LOS Convention: Some Views from the Perspective of Legal Interpretation. 2012, p. 120.

⁴³⁵ *Ibidem*, p. 123.

⁴³⁶ *Ibidem*, p. 129.

o exemplo mais proeminente da escola da jurisprudência no âmbito do Direito Internacional na segunda metade do século passado, sendo os direitos dos Estados sobre a plataforma continental considerados como preexistentes e inalienáveis⁴³⁷. Refere ainda este autor que a doutrina do prolongamento natural tornou-se praticamente irrelevante na delimitação da plataforma continental entre Estados, mesmo antes de a ZEE ter emergido⁴³⁸. No que respeita à natureza operativa do conceito, COTTIER adianta que, embora o conceito de prolongamento natural esteja firmemente consolidado na lei internacional, os aspetos operativos da definição do limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas são difíceis de avaliar face aos requisitos complexos geológicos e geofísicos do artigo 76.º da CNUDM⁴³⁹.

3.4. Prolongamento natural nas propostas de extensão da RPC e da República da Coreia, no Mar Leste da China

Nos dias 14 de dezembro de 2012 e 26 de dezembro de 2013 a RPC⁴⁴⁰ e a República da Coreia⁴⁴¹ apresentaram, respetivamente, uma proposta de extensão à CLPC⁴⁴². Estas propostas de extensão têm em comum o facto de submeterem à CLPC, para consideração, material científico e técnico que fundamenta os limites exteriores das plataformas continentais daqueles Estados, limites exteriores esses que se situam para lá das 200 milhas das respetivas linhas de base, mas aquém das 200 milhas de um terceiro Estado, o Japão⁴⁴³.

⁴³⁷ COTTIER, T. - **Equitable Principles of Maritime Boundary Delimitation: The Quest for Distributive Justice in International Law**. 2015, pp. 80-81.

⁴³⁸ *Ibidem*, p. 85.

⁴³⁹ *Ibidem*, p. 86.

⁴⁴⁰ Pode ser consultada em
http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/chn63_12/executive%20summary_EN.pdf

⁴⁴¹ Pode ser consultada em
http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/kor65_12/executive_summary.pdf

⁴⁴² Sobre esta matéria ver também DAVENPORT, T. - **The China-Japan Dispute over Entitlement in the East China Sea: Legal Issues and Prospects for Resolution**. 2014.

⁴⁴³ Entre o Japão e cada um dos outros Estados houve troca de notais verbais, que tinham por assunto a informação à CLPC por parte do Japão da existência de uma controvérsia e que, nos termos do parágrafo 5 (a) das Diretrizes Científicas e Técnicas, não dava o consentimento para a respetiva apreciação.

As trocas de notas verbais podem ser consultadas em, para a China

http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_chn_63_2012.htm e, para a República da

A doutrina que defende a solução jurídica nas propostas de extensão da RPC e da República da Coreia é caracterizada por dois factos, que se afiguram como relevantes. Primeiro, essa doutrina afasta-se da jurisprudência que tem sido seguida pelos tribunais internacionais desde 1985 após a decisão do Caso da Plataforma Continental Líbia/Malta pelo TIJ e, em especial, da decisão do TIDM no Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar. Em segundo lugar, pela importância na cena geopolítica internacional de, pelo menos, dois dos autores em causa: a RPC, membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas⁴⁴⁴, e o Japão, segundo contribuinte líquido do orçamento das Nações Unidas⁴⁴⁵. Embora estes dois últimos factos por si só não sejam especialmente relevantes sob a perspetiva da análise jurídica, pela troca de notas verbais tudo leva a crer que poderá não ser possível o acordo por via negocial, antevendo-se a eventual necessidade de recurso a terceira parte para resolução do litígio⁴⁴⁶, ou a eternização da controvérsia face à previsível recusa da RPC em aceitar a resolução de controvérsias por terceiros⁴⁴⁷.

Para que se possa ter uma ideia mais clara do que está em causa no que respeita à teorização jurídica do conceito de plataforma continental aplicada a este caso concreto, importa fazer uma breve análise das características geológicas e geomorfológicas do Mar Leste da China, na zona da Falha de Okinawa. As referências que se seguem baseiam-se na proposta de extensão apresentada pela RPC para aquela área geográfica, sendo as situações juridicamente relevantes correspondentes à proposta da República da Coreia idênticas, na generalidade, às suscitadas pela proposta de extensão chinesa.

A Figura 11, elaborada com base na Figura 2 da proposta de extensão chinesa⁴⁴⁸, representa a realidade geográfica dos territórios emersos, bem como a geomorfologia dos fundos marinhos na proximidade da Falha de Okinawa. Os fundos marinhos junto à costa

Coreia,

http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_kor_65_2012.htm

⁴⁴⁴ Carta das Nações Unidas, artigo 23.º, n.º 1.

⁴⁴⁵ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, *Scale of Assessments for the Apportionment of the Expenses of the United Nations*. [A/RES/70/245] 2016.

⁴⁴⁶ GAO, J. - The Okinawa Trough Issue in the Continental Shelf Delimitation Disputes within the East China Sea. 2010, p. 176.

⁴⁴⁷ Como é o exemplo recente do ARBITRAL AWARD - *The South China Sea Arbitration*. 2016, entre as Filipinas e a China.

⁴⁴⁸ Vide nota 440 *supra*.

chinesa são relativamente baixos, inferiores a 200 metros, até cerca de 300 milhas da costa continental da RPC, altura em que, na Falha de Okinawa, descem até uma profundidade média da ordem dos 1100 metros. No perfil representado na parte inferior da Figura pode verificar-se a localização dos pontos do limite exterior da plataforma continental na zona mais profunda da Falha de Okinawa⁴⁴⁹, aquém do que, numa situação “normal”, seria admissível por aplicação das regras do artigo 76.º, n.º 4, através de uma linha construída por aplicação de arcos de 60 milhas a partir dos pontos do PdT. Um pormenor de relevo que não consta na Figura 2 do sumário executivo da proposta de extensão da RPC é o facto de o limite exterior da plataforma continental chinesa se situar a poucas dezenas de milhas das ilhas japonesas, claramente dentro da ZEE do Japão. A este propósito, verifique-se que naquela zona do Mar Leste da China existe sobreposição das ZEE da RPC, do Japão e da República da Coreia, conforme se pode verificar nas Figuras 11 e 12.

A doutrina que defende uma solução como a apresentada na proposta de extensão da RPC tem em comum o facto de atribuir especial relevância ao peso que a geologia e geomorfologia deve ter na natureza do conceito de prolongamento natural, bem como na definição do limite exterior da plataforma continental por via de sua valorização interpretativa no n.º 1 do artigo 76.º. Discordando da sobrevalorização do critério da distância no artigo 76.º da CNUDM verificada na jurisprudência, Jianjun GAO refere que a interpretação que chegue a esta conclusão pode não estar correta, tendo em conta o texto do artigo 76.º, n.º 1. Adianta que este preceito encerra duas situações substancialmente distintas, uma relativa aos Estados de margem estreita, outra respeitante aos Estados de margem longa⁴⁵⁰. Para os Estados de margem estreita, o único fundamento jurídico que permite ao Estado reclamar direitos sobre a plataforma continental baseia-se num critério de distância, não lhes sendo aplicável o conceito de prolongamento natural. No caso dos Estados com margens continentais longas os direitos têm que ser divididos em duas partes, uma, baseada no critério de distância até às 200 milhas, a outra com base no princípio do prolongamento natural⁴⁵¹. O raciocínio apresentado de seguida por Jianjun GAO tem por fundamento concluir que os dois direitos não são complementares,

⁴⁴⁹ Esta situação é expressamente referida no sumário executivo da proposta de extensão chinesa. *Vide link* da nota 440 *supra*, parágrafo 6, p. 8.

⁴⁵⁰ GAO, J. - The Okinawa Trough Issue in the Continental Shelf Delimitation Disputes within the East China Sea. 2010, p. 165.

⁴⁵¹ *Ibidem*.

como fundamentou o TIJ⁴⁵², mas antes “radicalmente alternativos”⁴⁵³. Para concluir que, numa situação em que os Estados não partilhem a mesma plataforma continental⁴⁵⁴, Jianjun GAO refere que uma solução de delimitação baseada apenas na distância não é uma solução equitativa pelas seguintes razões⁴⁵⁵. Primeiro, o método da equidistância provavelmente não poderá dividir igualmente áreas com sobreposição de títulos, no sentido de sobreposição de áreas que cada Estado poderia ter reclamado se não existisse a presença do outro Estado. Segundo, aplicar o método da equidistância no caso da RPC⁴⁵⁶ corresponde a dar tratamento igual a situações naturais desiguais, o que, sem dúvida corresponde a uma situação de “remodelação da natureza” (*refashioning nature*), citada no Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte⁴⁵⁷. Terceiro e último argumento, a aplicação do critério da equidistância ao caso da RPC⁴⁵⁸ equivaleria a negar aos Estados de margem longa o direito a reclamar plataforma continental para lá das 200 milhas com base no princípio do prolongamento natural⁴⁵⁹.

Questionando-se sobre o desaparecimento da margem continental nos casos em que esta é interrompida abruptamente por uma falha (*through*), Bing JIA aponta duas hipóteses. A primeira tem a ver com o precedente da Falha da Noruega (*Norwegian Through*), a respeito do qual o TIJ referiu que separa a costa da Noruega das áreas de plataforma⁴⁶⁰, embora o Reino

⁴⁵² Vide nota 413 *supra*.

⁴⁵³ Jianjun GAO – The Okinawa..., pp. 166-167.

⁴⁵⁴ Presume-se que Jianjun GAO se refira à plataforma continental em sentido geocientífico.

⁴⁵⁵ Jianjun GAO – The Okinawa..., pp. 169-176.

⁴⁵⁶ No texto Jianjun GAO não se refere expressamente à China, mas antes a um caso C que, materialmente, corresponde ao caso chinês.

⁴⁵⁷ Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, parágrafo 91: «*Equity does not necessarily imply equality. There can never be any question of completely refashioning nature, and equity does not require that a State without access to the sea should be allotted an area of continental shelf, any more than there could be a question of rendering the situation of a State with an extensive coastline similar to that of a State with a restricted coastline (...), and it is not such natural inequalities as these that equity could remedy. (...) It is therefore not a question of totally refashioning geography whatever the facts of the situation but, given a geographical situation of quasi-equality as between a number of States, of abating the effects of an incidental special feature from which an unjustifiable difference of treatment could result*».

⁴⁵⁸ Vide nota 456 *supra*.

⁴⁵⁹ Robert FRIEDHEIM refere que no decurso da Terceira Conferência os Estados com margens continentais curtas insistiram muito na inserção de um critério de distância. Vide FRIEDHEIM, R. L. - **Negotiating the New Ocean Regime**. 1993, p. 116.

⁴⁶⁰ Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, parágrafo 45, citado por JIA, B. B. - The Notion of

Unido e a Noruega a tenham ignorado no acordo de delimitação entre estes Estados. A segunda tem a ver com o facto de a qualificação das falhas ter sido fortemente desencorajada na respetiva avaliação, não existindo, por isso, uma resposta padrão que permita saber o que constitui uma “verdadeira falha” ou uma “rutura ou descontinuidade marcada no fundo marinho que constitua uma indisputável indicação dos limites que separam as duas plataformas continentais, ou dois prolongamentos naturais”⁴⁶¹. JIA completa o seu raciocínio referindo que, presumivelmente, o recurso à geologia virá de novo em ajuda da lei nestas circunstâncias. Nesta conformidade, refere, a continuidade do território emerso e do fundo e leito do mar da plataforma continental jurídica é, de facto, melhor descrita em termos de prolongamento natural, sendo que nenhum outro termo a poderá substituir⁴⁶².

Xinjun ZHANG critica a decisão do TIDM no Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar ao referir que, sendo verdade que o conceito de prolongamento natural não está definido no artigo 76.º, n.º 1, da CNUDM, nem nos parágrafos subsequentes, considera surpreendente o facto de o tribunal ter deixado aquele conceito por definir, sem ter considerado a jurisprudência anterior e o desenvolvimento das regras de costume internacional relativas ao conceito de prolongamento natural⁴⁶³. A este propósito, ZHANG apoia-se em Mark VILLIGER que refere que costume internacional não idêntico sobre determinada matéria não é irrelevante na medida em que confere alcance e sentido a “nova” regra convencional⁴⁶⁴.

Tudo leva a crer que a doutrina anteriormente indicada, ao realçar a natureza geológica do prolongamento natural com recurso à jurisprudência anterior a 1985, tem por finalidade defender a ideia que na delimitação da ZEE e da plataforma continental até às 200 milhas, a

Natural Prolongation in the Current Regime of the Continental Shelf: An Afterlife? 2013, p. 100.

⁴⁶¹ Bing Bing JIA - The Notion of Natural... p.100; Em sentido contrário, Shah ALAM e Abdullah FARUQUE ao referir, com base na decisão do TIJ no Caso da Plataforma Continental Líbia/Malta (parágrafo 39, p. 26), que dentro das 200 milhas o prolongamento natural não tem qualquer função na delimitação de fronteiras. Vide ALAM, M. S., FARUQUE, A. A. - The Problem of Delimitation of Bangladesh's Maritime Boundaries with India and Myanmar: Prospects for a Solution. 2010, p. 413.

⁴⁶² *Ibidem*, p. 101.

⁴⁶³ ZHANG, X. - The ITLOS Judgment in the Bay of Bengal Case between Bangladesh and Myanmar. 2013, p. 273.

⁴⁶⁴ VILLIGER, M. E. - **Customary International Law and Treaties: A Study of Their Interactions and Interrelations, with Special Consideration of the 1969 Vienna Convention on the Law of Treaties.** 1985, citado por ZHANG, p. 275.

natureza dos fundos marinhos constitui uma circunstância especial que deverá ser tida em consideração na aplicação ao caso concreto dos artigos 74.º e 83.º da CNUDM, pois só assim será possível alcançar uma solução equitativa. JIA sublinha este aspeto ao referir que, da análise da prática até ao presente, envolvendo a noção de prolongamento natural, e reconhecendo a importância desta noção para a delimitação como uma das circunstâncias relevantes, o prolongamento natural continua a ser um requisito necessário para qualquer reivindicação de direitos sobre a plataforma continental⁴⁶⁵.

3.5. Diretrizes Científicas e Técnicas e recomendações

As Diretrizes Científicas e Técnicas referem-se ao conceito de prolongamento natural, essencialmente, em contexto com o conceito de margem continental e na definição do teste de pertença, não lhe adiantando significado especial, doutrinário ou operativo⁴⁶⁶. No que respeita ao tipo de dados e informação que podem contribuir para o prolongamento natural, as Diretrizes Científicas e Técnicas referem que estes podem ser de natureza geomorfológica⁴⁶⁷ e geológica⁴⁶⁸.

Para lá do sumário das recomendações da CLPC relativamente à proposta de extensão do Reino Unido respeitante às Ilhas Ascensão, os restantes documentos respeitantes às recomendações já publicadas não fazem especial menção e desenvolvimento ao conceito de prolongamento natural. Até à presente data, cerca de metade dos sumários das recomendações e das recomendações não têm sequer qualquer referência ao conceito “prolongamento natural”⁴⁶⁹. Na troca de documentos entre a CLPC e a delegação do Reino Unido referentes à

⁴⁶⁵ JIA, B. B. - The Notion of Natural Prolongation in the Current Regime of the Continental Shelf: An Afterlife? 2013, p. 100.

⁴⁶⁶ Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, na tréplica apresentada por Bangladesh é referido «*It is thus not surprising that the CLCS has paid little attention to Article 76 (1). In the majority of submissions, the question of natural prolongation does not arise or is moot by the time the CLCS is ready to make recommendations on delineation of the outer limits*». Vide Parágrafo 4.64, p. 139.

⁴⁶⁷ Vide Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 4.3.5.

⁴⁶⁸ Vide Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafos 5.1.9 e 6.3.11. Para a continuidade da camada sedimentar vide Diretrizes Científicas e Técnicas parágrafos 8.2.21, 8.5.3.

⁴⁶⁹ É feita referência expressa a “prolongamento natural” nos sumários/recomendações do Brasil, Austrália, Nova Zelândia, Noruega (Atlântico Nordeste e Ártico), França (Guiana Francesa e Nova Caledónia);

consideração da proposta da relativa à Ilha da Ascensão, a delegação do Reino Unido defendeu que não entende que o prolongamento natural, como uma propriedade inerente a qualquer massa terrestre, possa ser definido pela aplicação do artigo 76.º, n.º 4⁴⁷⁰. Sempre que exista um prolongamento natural da componente submersa do território terrestre, só pode ser definido por uma avaliação de todos os dados geocientíficos disponíveis⁴⁷¹. Considerou, ainda, que o prolongamento natural do território terrestre é a primeira consideração fundamental, independentemente da composição ou morfologia da massa terrestre ou da natureza do fundo marinho circundante, sendo o artigo 76.º, n.º 4, aplicado a esse prolongamento natural para delinear o bordo exterior da margem continental⁴⁷². A esta última ideia a CLPC contrapôs o seu entendimento no sentido que o prolongamento natural do território emerso se baseia na extensão física da margem continental até ao seu limite exterior (artigo 76.º, n.º 1), *i.e.* o prolongamento submerso da massa terrestre (artigo 76.º, n.º 3)⁴⁷³.

Embora sem mencionar que se trata de uma avaliação do prolongamento natural, a CLPC refere expressamente que analisou a continuidade geomorfológica e/ou geológica em diversas ocasiões. Na proposta de extensão da Austrália, nas regiões de *Macquarie Ridge Complex* e *South Tasman Rise*, a CLPC considerou, que duas “selas”⁴⁷⁴ (*saddles*) com 2.000 metros e 700 metros acima do nível médio dos grandes fundos marinhos, na primeira região⁴⁷⁵, e uma “sela” com 3.000 metros, na segunda região⁴⁷⁶ não interrompiam o direito a estabelecer a plataforma continental para lá das 200 milhas. Na proposta de extensão do Japão a CLPC considerou uma “sela” no *Uyeda Ridge* como quebrando a continuidade morfológica com o *Izu-Ogasawara Arc*, uma vez que esta se situava 2.000 metros acima dos grandes fundos

Barbados; Reino Unido (Ilhas da Ascensão), Argentina e Islândia.

⁴⁷⁰ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland in Respect of Ascension Island on 9 May 2008*. 2010, parágrafo 20, p. 5.

⁴⁷¹ *Ibidem*, parágrafo 21(i), p. 5.

⁴⁷² *Ibidem*, parágrafo 21(iii), p. 5.

⁴⁷³ *Ibidem*, parágrafo 22(i), p. 6.

⁴⁷⁴ Em linguagem simples “sela” significa a zona em que os cumes de uma “cordilheira submarina” são significativamente mais baixos que as restantes.

⁴⁷⁵ Recomendações da Austrália, parágrafo 115, p. 34.

⁴⁷⁶ *Ibidem*, parágrafo 152, p. 45.

marinhos, cuja profundidade é de 5.200-6.000 metros⁴⁷⁷. Noutras situações, verificou a existência de prolongamento natural pela análise da continuidade morfológica, bem como geológica no que respeita à espessura de sedimentos. É o caso das propostas de extensão do Brasil⁴⁷⁸, Austrália⁴⁷⁹, Irlanda na Região de *Porcupine*⁴⁸⁰, México⁴⁸¹, Japão⁴⁸², Argentina⁴⁸³ e Dinamarca em conjunto com o Governo das Ilhas Faroés⁴⁸⁴.

3.6. Possíveis interpretações para o conceito de prolongamento natural no artigo 76.º

Tendo em conta o anteriormente exposto parece claro que o entendimento sobre o conceito de prolongamento natural, e a sua importância, está longe de ser unânime. Uma das manifestações desses diferentes entendimentos esteve na base da decisão do TIDM no Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar. A mesma situação se verifica na controvérsia entre a RPC e o Japão e a República da Coreia, também com o Japão, relativamente à extensão da plataforma continental no Mar Leste da China. A decisão do TIDM está longe de corresponder a um entendimento pacífico entre os juízes que compõem o Tribunal e na doutrina posteriormente publicada sobre esta matéria. Nos subpontos que se seguem é apresentada uma interpretação sobre três dos entendimentos possíveis relativamente ao conceito de prolongamento natural. O primeiro, que defende este conceito como o elemento chave para a aplicação do artigo 76.º, relativamente ao qual a interpretação dos restantes conceitos se deve conformar, o segundo, que entende o conceito de prolongamento natural como um pressuposto constitutivo do conceito de margem continental (jurídica), e o terceiro correspondente à interpretação conferida pelo TIDM ao conceito de prolongamento natural no Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, sublinhando a sua potencial dificuldade de aplicação em situações futuras.

⁴⁷⁷ Sumário das recomendações do Japão, parágrafo 92, pp. 14-15.

⁴⁷⁸ Sumário das recomendações do Brasil, parágrafos 47 (viii), 50, 121 e 163.

⁴⁷⁹ Entre outros, notas 475 e 476.

⁴⁸⁰ Sumário das recomendações da Irlanda, parágrafo 43.

⁴⁸¹ Sumário das recomendações do México, parágrafo 37 e Figuras 5 e 10.

⁴⁸² Entre outros, nota 477 *supra*.

⁴⁸³ Sumário das recomendações da Argentina, parágrafo 73 e Figura 15.

⁴⁸⁴ Recomendações da Dinamarca em conjunto com o Governo das Ilhas Faroés, parágrafos 31, 35 e 44.

3.6.1. Prolongamento natural como um pressuposto constitutivo, de natureza geológica e morfológica, da margem continental

Os defensores do conceito de prolongamento natural como elemento primordial na interpretação do artigo 76.º baseiam, por regra, os seus argumentos na jurisprudência anterior ao Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar e numa interpretação do artigo 76.º tendo por base um entendimento geocientífico de alguns dos seus conceitos. Segundo esta linha de entendimento a plataforma continental, tal como definida no artigo 76.º, n.º 1, deve ser entendida por referência ao bordo exterior da margem continental enquanto esta constituir o prolongamento natural geológico e geomorfológico do Estado costeiro. O conceito de margem continental deve, assim, ser entendido num sentido geológico e geomorfológico, tal como descrito no n.º 3 do artigo 76.º.

O entendimento anteriormente apresentado pode ser confirmado nos documentos apresentados por Bangladesh, no Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, e no sumário executivo da proposta de extensão da RPC⁴⁸⁵ e da República da Coreia⁴⁸⁶. Referindo-se ao facto de o parágrafo 6.3.6 das Diretrizes Científicas e Técnicas mencionarem que o bordo exterior da margem continental é definido pelo bordo exterior do prisma em forma de cunha resultante da acreção de material sedimentar, Bangladesh sublinhou que esse facto da natureza acontece, no caso concreto de Myanmar, a não mais de 50 milhas da sua linha de costa na Baía de Bengala⁴⁸⁷. Como consequência do entendimento apresentado, na Figura 10 Bangladesh indica que o prolongamento natural do território emerso de Myanmar se estende apenas até à zona do leito marinho onde se situa a fronteira das placas indiana e birmanesa, local onde termina a margem continental e, por consequência, a plataforma continental de

⁴⁸⁵ CHINA, *Submission by the People's Republic of China Concerning the Outer Limits of the Continental Shelf beyond 200 Nautical Miles in Part of the East China Sea - Executive Summary*. 2012, capítulo 5, pp. 3-5.

⁴⁸⁶ O sumário executivo da proposta de extensão da República da Coreia não tem, como acontece no caso do sumário executivo da proposta chinesa, uma breve descrita da natureza geológica e geomorfológica da Mar Leste da China. O entendimento da República da Coreia poderá ser deduzido pelo resultado, apresentado na Figura 1 do sumário executivo. *Vide* REPUBLIC OF KOREA, *Partial Submission to the Commission on the Limits of the Continental Shelf Pursuant to Article 76 Paragraph 8 of the United Nations Convention on the Law of the Sea - Executive Summary*. 2013, Figura 1.

⁴⁸⁷ Caso Bangladesh/Myanmar, tréplica (*reply*) de Bangladesh, parágrafo 4.35, p. 127-128.

Myanmar.

Bangladesh reforça ainda esta posição sustentando que o «artigo 76.º constitui um conjunto cuidadosamente estruturado que parte logicamente da definição de “plataforma continental” no artigo 76.º, n.º 1, que expressamente inclui o prolongamento natural, para as regras e procedimentos para definir o limite exterior da “margem continental” do artigo 76.º, n.º 4. O significado pleno do termo, os trabalhos preparatórios da Convenção de 1982, e a jurisprudência tornam claro que a definição de “prolongamento natural” do artigo 76.º, n.º 1, requer prova de natureza geológica que ligue o leito e subsolo diretamente à massa terrestre. A geologia e a geomorfologia são ambos relevantes e necessários para satisfazer o teste de prolongamento natural»⁴⁸⁸.

Conforme se pode verificar nas Figuras 9 e 10, os pontos de PdT de Myanmar situam-se para fora da zona de subducção das placas tectónicas indiana e birmanesa, além da zona que Bangladesh considera como constituindo o prolongamento natural e, consequentemente na linha deste entendimento, da margem continental e plataforma continental de Myanmar.

Assentando o conceito de margem continental nesta noção de prolongamento natural, o limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas estará sujeita a um pressuposto e dois limites alternativamente exclusivos entre si. O pressuposto resultante do facto de a margem continental constituir o prolongamento natural geológico e geomorfológico do território emerso do Estado costeiro. Os limites são as 350 milhas e as 100 milhas para lá das batimétricas dos 2.500 m, que pela lógica deste entendimento só serão aplicados se o prolongamento natural ultrapassar o PdT e a melhor das fórmulas do artigo 76.º, n.º 4, alínea a). Se o prolongamento natural terminar antes, a bordo exterior da margem continental coincidirá com o limite exterior do prolongamento natural. Este entendimento encontra-se representado na Figura 10.

⁴⁸⁸ *Ibidem*, parágrafo 4.47, pp. 131-132. Versão original: «Article 76 as whole is a carefully structured package that proceeds logically from the definition of the “continental shelf” in Article 76(1), which expressly includes natural prolongation, to the rules and procedures for establishing the outer edge of the “continental margin” in Article 76(4). The plain meaning of the term, the travaux to the 1982 Convention, and the jurisprudence all make clear that the establishment of an Article 76(1) “natural prolongation” requires evidence of a geological character connecting the seabed directly to the landmass.⁶⁶ Both geology and geomorphology are relevant and necessary to satisfy the test of natural prolongation»

Existe um aspeto importante que os defensores desta linha de entendimento, por regra, não mencionam, mas que, em nosso entender, contribui para desvalorizar esta via de pensamento face à posição descrita no número seguinte. O artigo 76.º, n.º 2, dispõe que «*a plataforma continental de um Estado costeiro não deve estender-se além dos limites previstos nos n.ºs 4 a 6*». Como refere Myron NORDQUIST, este parágrafo indica que existem limites para o limite exterior da plataforma continental, constituindo estes uma garantia adicional relativamente aos n.ºs 4 e 6 do artigo 76.⁴⁸⁹. Se o prolongamento natural fosse o conceito chave, determinante para condicionar a extensão da margem continental segundo critérios geológicos, este artigo possivelmente teria uma redação diferente, referindo que a plataforma continental não deverá estender-se além do prolongamento natural.

3.6.2. Prolongamento natural como um pressuposto constitutivo, de natureza morfológica, da margem continental

A interpretação feita pelas Diretrizes Científicas e Técnicas do artigo 76.º da CNUDM estabelecem um entendimento essencialmente geomorfológico do conceito de margem continental, sem prejuízo de estabelecerem regras para situações especiais em que os critérios a seguir devam ser também geológicos ou geofísicos. Nas situações em que, conjuntamente com a continuidade morfológica, exista uma continuidade geológica que poderá estender-se para lá da própria continuidade morfológica, os pontos de PdT poderão ser determinados com base no método da prova em contrário, desde que verificados os respetivos pressupostos.

Embora não refiram na prática como deve ser verificado se existe ou não prolongamento natural, as Diretrizes Científicas e Técnicas dão particular ênfase à determinação dos pontos de PdT, privilegiando a geomorfologia⁴⁹⁰, e à aplicação das fórmulas de Gardiner e Hedberg para a determinação do bordo exterior da margem continental. Este caminho pressupõe que o conceito de prolongamento natural, tal como consta no artigo 76.º, n.º 1, seja entendido numa vertente essencialmente geomorfológica, associado ao conceito de margem continental. Assim, o prolongamento natural termina no bordo exterior da margem continental, determinada através

⁴⁸⁹ NORDQUIST, Myron H. (ED.) - **United Nations Convention on the Law of the Sea, 1982: A Commentary**. 1993. 2 Vol. p. 874, citado também, no mesmo sentido, por KIRCHNER, A. - *The Outer Continental Shelf: Background and Current Developments*. 2007, p. 598.

⁴⁹⁰ Diretrizes Científicas e Técnicas, em especial, parágrafos 5.4.6, 6.1.10.

das fórmulas de Gardiner e Hedberg.

Esta linha de entendimento baseia-se numa interpretação conjugada dos n.ºs 1 a 4, do artigo 76.º, sem primazia do n.º 1 relativamente aos restantes números do artigo 76.⁴⁹¹. Neste contexto, existirá prolongamento natural quando existir uma continuidade morfológica a partir do território emerso até ao bordo exterior da margem continental, tendo por referência o nível dos grandes fundos marinhos onde se situa essa margem continental. Este quadro de entendimento do conceito de prolongamento natural, seguido por Myanmar no Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, tem consequências práticas de relevo quanto ao respetivo resultado. Regressando às Figuras 9 e 10 é possível verificar que os pontos de PdT de Myanmar estão situados para fora da zona que o Bangladesh considera como o prolongamento natural (geológico e geomorfológico) do território emerso de Myanmar, e que geram a margem continental que se estende para lá das 200 milhas por aplicação da fórmula de Gardiner. A diferença resultante da interpretação do conceito de prolongamento natural origina, neste caso concreto, uma diferença prática no leito e subsolo sob jurisdição de Myanmar superior a 150 milhas, uma vez que a zona de subducção se situa apenas a 50 milhas da costa de Myanmar.

3.6.3. Prolongamento natural conforme definido no Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar.

Conforme referido *supra*⁴⁹², o Tribunal decidiu sobre o direito de Myanmar a definir o limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas realçando a natureza operativa do conceito de margem continental, tal como definida no artigo 76.º, n.º 4, em detrimento do conceito de prolongamento natural. Os argumentos da decisão foram, essencialmente, três:

1. O conceito de prolongamento natural nunca foi definido⁴⁹³;
2. Não constitui um critério independente e separado que o Estado costeiro tenha que

⁴⁹¹ Sobre esta matéria *vide* Nuno ANTUNES e Fernando PIMENTEL, ANTUNES, N. M., PIMENTEL, F. M. - Reflecting on the legal-technical interface of article 76 of the LOSC: tentative thoughts on practical implementation. 2003, p. 4.

⁴⁹² *Vide* Parte I, Capítulo 2, 3.6.1 *supra*.

⁴⁹³ Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, parágrafo 432.

satisfazer⁴⁹⁴, e

3. Refere-se à mesma área que a margem continental⁴⁹⁵.

O Tribunal desvalorizou, assim, de um modo claro, a geologia face à morfologia, num caso evidente que não deixa dúvidas em situações semelhantes no futuro: a alteração da natureza geológica do subsolo não interrompe o prolongamento natural (nem a margem continental) ao longo da continuidade morfológica, nos termos definidos no artigo 76.º, n.º 4.

Importa agora aferir se uma desvalorização absoluta do conceito de prolongamento natural poderá ter consequências na determinação da própria extensão da margem continental num contexto unicamente morfológico. Para saber onde podem ser traçados os pontos de PdT nas áreas submarinas adjacentes ao Estado costeiro tem que se conhecer o modelo batimétrico dessa área. A partir desse modelo batimétrico são avaliadas as áreas dos fundos marinhos que têm continuidade morfológica a partir do território emerso. Quando essa continuidade acaba e o relevo do subsolo se funde com a planície abissal estaremos numa zona próxima da base do talude continental, que é a zona onde devem ser determinados os pontos de PdT.

É nesta situação que o conceito de prolongamento natural, entendido no sentido geomorfológico, tem especial relevo. A Figura 13 representa o território emerso, o leito e o subsolo de uma margem continental geomorfológica mais complexa que a margem continental de Myanmar, representada nas Figuras 9 e 10. Para se saber se a base do talude continental e os pontos de PdT poderão ser determinados na parte exterior do Relevo 1 e do Relevo 2 é necessário saber se estes relevos constituem o prolongamento natural do território emerso, nos termos definidos no artigo 76.º, n.º 1. Não é possível, sem considerações adicionais quanto à continuidade geológica ou geomorfológica, entender que aqueles relevos fazem, ou não, parte da margem continental e determinar os pontos de PdT no lado exterior, ou interior, porque, aparentemente, parece haver uma interrupção na continuidade morfológica desses relevos relativamente ao território emerso. Isto significa que existe um pressuposto prévio, a verificação de prolongamento natural, que deve ser conhecido antes da aplicação das fórmulas do artigo 76.º, n.º 4. O resultado dessa avaliação irá determinar se a base do talude continental e os pontos de PdT ficarão situados numa região próxima das pontas das setas lilás ou, antes, no

⁴⁹⁴ *Ibidem*, parágrafo 435.

⁴⁹⁵ *Ibidem*, parágrafo 434.

lado exterior dos Relevos 1 e 2. A avaliação da existência de prolongamento natural na região indicada pelas setas lilás, que constitui uma “sela”, terá consequências importantes sobre a localização do bordo exterior da margem continental e do limite exterior da plataforma continental.

Com respeito à continuidade morfológica, Harald BREKKE e Philip SYMONS referem que existem situações em que as margens continentais, e o relevo submarino que delas faz parte, podem ser complexas e completamente diferentes da configuração da plataforma, talude e elevação continentais, descrita no artigo 76.º, n.º 3⁴⁹⁶. Nesses casos, adiantam estes autores, a CLPC tem que decidir quão acima do nível médio dos grandes fundos marinhos as “selas” deve estar para que possa ser considerado que não existe uma quebra da continuidade morfológica⁴⁹⁷. Como refere Sharveen PERSAND, do termo prolongamento natural retira-se que a margem continental deve ser contínua e sem quebras desde a linha de costa até ao bordo exterior da margem continental⁴⁹⁸. Thomas HEIDAR adianta ainda que um Estado costeiro não pode aproveitar-se do mínimo de 200 milhas para então aplicar o prolongamento natural só a partir desse limite para fora e não desde a linha de costa⁴⁹⁹.

Fica assim demonstrado que a existência de prolongamento natural, mencionado nas recomendações anteriormente referidas como continuidade morfológica com o território terrestre, constitui um pressuposto prévio a ser verificado antes da delineação do bordo exterior da margem continental. Fundir o conceito de prolongamento natural no conceito de margem continental pode originar na prática uma impossibilidade em determinar onde se poderá situar o bordo exterior da margem continental porque, para tal, é necessário saber quanto antes se este mantém uma continuidade geológica ou geomorfológica com o território emerso.

Nos termos do n.º 2 do artigo 33.^{o500}, do Estatuto do TIDM, a sentença não terá força

⁴⁹⁶ BREKKE, H., SYMONDS, P. - Submarine Ridges and Elevations of Article 76 in Light of Published Summaries of Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf. 2011, p. 292.

⁴⁹⁷ *Ibidem*, p. 292.

⁴⁹⁸ PERSAND, S. - A Practical Overview of Article 76 of the United Nations Convention on the Law of the Sea. 2005, p. 5.

⁴⁹⁹ HEIDAR, T. H. - Legal Aspects of Continental Shelf Limits. 2001, p. 24.

⁵⁰⁰ Este preceito tem texto idêntico ao artigo 59.º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça: «*The decision of the Court has no binding force except between the parties and in respect of that particular case*». Pode ser consultado em

obrigatória senão para as partes⁵⁰¹ e no que se refere a uma controvérsia determinada. Contudo, tem sido referido que esta disposição é ilusória devido à força persuasiva do precedente⁵⁰². A consistência com as decisões anteriores, tendo em vista garantir a previsibilidade, constitui um fator essencial, uma vez que a consistência constitui a essência da argumentação jurídica, em especial em processos proximamente relacionados⁵⁰³. Constituindo a primeira decisão de um tribunal internacional que analisa aspetos que até agora têm estado reservados à CLPC⁵⁰⁴, tudo levará a crer que, no futuro, é muito provável que seja mantido o mesmo racional na comparação entre os conceitos de prolongamento natural e margem continental.

Em declaração separada, o juiz WOLFRUM defende que os tribunais internacionais exercem funções *jus dare* (*law-making functions*) relativamente à delimitação marítima. Neste âmbito, adianta, importa mencionar que o artigo 287.º da CNUDM confia a três instituições a tarefa de interpretação da CNUDM e, nesse contexto, desenvolvê-la progressivamente. Isto requer que os tribunais harmonizem a sua jurisprudência tendo em vista evitar qualquer fragmentação, em particular, no que respeita à delimitação marítima⁵⁰⁵. WOLFRUM refere ainda que outros objetivos a serem tomados em consideração pelos tribunais internacionais são providenciar a transparência e previsibilidade em todo o processo⁵⁰⁶.

Tendo por base o entendimento apresentado por WOLFRUM, somos de opinião que na

<http://www.icj-cij.org/documents/index.php?p1=4&p2=2&p3=0>

⁵⁰¹ Como o próprio Tribunal refere no Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, parágrafo 367, p. 109.

⁵⁰² BLOKKER, N. M. - The Netherlands and the International Tribunal for the Law of the Sea. How a State May Find Itself Before the Tribunal «Against its Will». 2006, p. 69.

⁵⁰³ Na Declaração Conjunta do Vice-Presidente Ranjeva, e dos juízes Guillaume, Higgins, Kooijmans, Al-Khasawneh, Buergenthal and Elaraby é referido que o Tribunal «*must ensure consistency with its own past case law in order to provide predictability. Consistency is the essence of judicial reasoning. This is especially true in different phases of the same case or with regard to closely related cases*» vide INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Legality of Use of Force - Joint Declaration of Vice-President Ranjeva, Judges Guillaume, Higgins, Kooijmans, Al-Khasawneh, Buergenthal and Elaraby*. 2004, parágrafo 3, p. 52.

⁵⁰⁴ Apesar de a CLPC, por regra, não se pronunciar sobre a existência ou não de “prolongamento natural”, tem-se referido com frequência à continuidade morfológica que constitui um pilar fundamental do conceito de “prolongamento natural”.

⁵⁰⁵ Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, Declaração do juiz Rudiger Wolfrum, p. 137.

⁵⁰⁶ *Ibidem*.

decisão do TIDM a redução do conceito de prolongamento natural ao conceito de margem continental pode ter resolvido da forma mais fácil a questão de base no que respeita aos direitos de Myanmar sobre o leito e subsolo marinho para lá da zona de subducção de Sunda. Fica por saber que efeitos terá relativamente à transparência e previsibilidade em situações futuras mais complexas que a já decidida pelo TIDM. Na análise sobre o direito que os Estados têm relativamente à plataforma continental para lá das 200 milhas, o Tribunal começou por distinguir a titularidade destes direitos da determinação do limite exterior da plataforma continental⁵⁰⁷, sendo que a avaliação da titularidade desses direitos constitui matéria de natureza jurídica que o Tribunal deve decidir⁵⁰⁸.

Neste âmbito, a questão de base suscitada por Bangladesh consistia na verificação de dois requisitos para que possa existir prolongamento natural e, consequentemente, direitos de Myanmar sobre a plataforma continental para lá das 200 milhas. Esses requisitos eram a existência de continuidade tanto geológica, como geomorfológica, a partir do território emerso. A verificação apenas de continuidade morfológica não seria suficiente para dar como verificada a existência de prolongamento natural⁵⁰⁹. Na análise do pedido efetuado pelo Bangladesh, o TIDM limitou-se a negar que a falta de continuidade geológica não é relevante para a determinação do bordo exterior da margem continental⁵¹⁰. Na análise do pedido efetuado por Bangladesh relativamente ao direito de Myanmar a estender a plataforma continental para lá da falha de Sunda, o TIDM decidiu que a falta de continuidade geológica não é relevante para a determinação do bordo exterior da margem continental. Na nossa opinião a fundamentação teria sido mais construtiva se tivesse antes referido que existem dois tipos continuidade – geológica e geomorfológica – e que para o fim em causa basta a verificação de uma delas. A questão da temática relativa ao prolongamento natural, bem como a decisão do TIDM este Caso, voltará a ser analisada adiante⁵¹¹, associada ao teste de pertença.

⁵⁰⁷ *Ibidem*, parágrafo 406, p. 119.

⁵⁰⁸ *Ibidem*, parágrafo 413, p. 121.

⁵⁰⁹ *Ibidem*, parágrafo 426, pp. 124-125.

⁵¹⁰ *Ibidem*, parágrafo 438, p. 128.

⁵¹¹ *Vide* Parte I, Capítulo 2, 12 *infra*.

4. BASE DO TALUDE CONTINENTAL

4.1. Elementos normativos

«Salvo prova em contrário, o pé do talude continental deve ser determinado como o ponto de máxima variação do gradiente na sua base»⁵¹². Embora aparentemente simples, esta disposição convencional tem suscitado dúvidas relativamente à sua aplicação tanto nos âmbitos técnico e científico, como jurídico. A aplicação prática desta regra tem por base dados e informação de duas naturezas distintas. O primeiro grupo compreende os dados e informação geomorfológica, *i.e.*, que respeitam à forma do fundo submarino⁵¹³. O segundo grupo respeita a dados e informação de natureza geológica e/ou geofísica, que têm a ver, respetivamente, com a natureza e composição do fundo marinho ou com a sua origem tectónica⁵¹⁴. A determinação do PdT como o ponto de máxima variação do gradiente na base do talude implica que este seja definido por referência às características geomorfológicas dos fundos marinhos. A localização da base do talude continental constitui, assim, um dos elementos fundamentais no processo de extensão da plataforma continental. Contudo, a nível doutrinário, tanto jurídico como geocientífico, não tem merecido a atenção que lhe é devida em detrimento de outro elemento igualmente relevante, o PdT, com o qual se encontra associado.

A alínea b) do n.º 4 do artigo 76.º contém três elementos a ter em conta. Pela ordem como se encontram descritos na frase da referida norma convencional, o primeiro, “salvo prova em contrário”, que constitui uma condição, a “máxima variação do gradiente”, que refere o modo como deve ser calculado, e “na sua base”, que indica o domínio espacial relativamente ao qual o cálculo deve ser feito. O primeiro e segundo elementos são objeto de tratamento noutra parte do presente texto⁵¹⁵.

O parágrafo 5.1.3 das Diretrizes Científicas e Técnicas refere que, para a aplicação do artigo 76.º, n.º 4, alínea b), «os requisitos fundamentais são: *‘A identificação da região definida como a base do talude continental; e ‘a determinação da localização do ponto de máxima*

⁵¹² *Ibidem*, artigo 76.º, n.º 4, alínea b).

⁵¹³ Manual de Treino, p. I-55.

⁵¹⁴ *Ibidem*, p. I-55.

⁵¹⁵ Vide Parte I, Capítulo 2, 5 *infra*.

variação do gradiente na base do talude continental»⁵¹⁶. Para a identificação da base do talude continental as Diretrizes Científicas e Técnicas definem “talude continental” e “elevação continental”. Talude continental é «a parte exterior da margem [continental] que se estende do bordo da plataforma até à parte superior da elevação ou até aos grandes fundos marinhos onde a elevação não se desenvolveu»^{517,518}. Por outro lado, a elevação continental consiste «no corpo sedimentar em forma de cunha com um gradiente inferior ao talude continental»⁵¹⁹. Partindo destes dois elementos, a CLPC define a base do talude continental como sendo «a região onde a parte inferior do talude se funde com a parte superior da elevação continental, ou com os grandes fundos marinhos nos locais em que a elevação continental não existe»⁵²⁰. A metodologia utilizada para determinar a base do talude continental dever ser conduzida «através de uma abordagem a dois passos. Primeiro, a procura do bordo do lado do mar deve começar pela elevação ou pelos grandes fundos marinhos (...) em direção ao talude continental. Segundo, a procura do bordo do lado de terra deve começar pela parte inferior do talude em direção à elevação continental, ou aos grandes fundos marinhos (...)»⁵²¹.

Como regra geral para a determinação da base do talude continental, as Diretrizes Científicas e Técnicas dispõem que «sempre que a base do talude continental possa ser claramente determinada com base em prova morfológica e batimétrica, a Comissão recomenda a aplicação dessa prova (...)»⁵²². Não são, contudo, aceites pela CLPC «(...) métodos baseados

⁵¹⁶ Versão original: «(...) The fundamental requirements posed by this provision are: • The identification of the region defined as the base of the continental slope; and • The determination of the location of the point of maximum change in gradient at the base of the continental slope».

⁵¹⁷ Neste caso a palavra “plataforma” (*shelf*) refere-se à plataforma continental em sentido geocientífico.

⁵¹⁸ *Ibidem*, parágrafo 5.4.4. Versão original: «(...) the outer portion of the continental margin that extends from the shelf edge to the upper part of the rise or to the deep ocean floor where a rise is not developed».

⁵¹⁹ *Ibidem*, parágrafo 5.4.4. Versão original: «(...) is the wedge-shaped sedimentary body having a smaller gradient than the continental slope».

⁵²⁰ *Ibidem*, parágrafo 5.4.5. Versão original: «(...) the region where the lower part of the slope merges into the top of the continental rise, or into the deep ocean floor where a continental rise does not exist (...)».

⁵²¹ *Ibidem*, parágrafo 5.4.5. Versão original: «(...) by the means of a two-step approach. First, the search for its seaward edge should start from the rise, or from the deep ocean floor (...) in a direction towards the continental slope. Secondly, the search for its landward edge should start from the lower part of the slope in the direction of the continental rise, or the deep ocean floor (...)».

⁵²² Parágrafo 5.4.6. «[As a general rule, whenever the base of the continental slope can be clearly determined on the basis of morphological and bathymetric evidence, the Commission recommends the application of

em simples percepção visual da batimetria não serão aceites pela Comissão»⁵²³.

4.2. Prática da CLPC no que respeita à identificação da base do talude continental

A proposta de extensão da plataforma continental da Austrália abrange uma área significativa que, pela sua dimensão e variedade geológica, constitui um caso de estudo que moldou de maneira relevante o modo de atuar da CLPC. Na descrição da metodologia utilizada na proposta de extensão, a Austrália refere que «*a base do talude continental foi determinada tanto pela morfologia apenas ou pela morfologia apoiada por geologia*⁵²⁴». Adianta ainda a este respeito que «*(...) esta metodologia está consistente com as disposições dos parágrafos 5.1.3, 5.1.4. e 5.2.1 das Diretrizes*»⁵²⁵.

Nas recomendações que publicou respeitantes à proposta de extensão australiana, a CLPC refere que a identificação da base do talude nas regiões *Kerguelen Plateau*⁵²⁶, *Lord Howe Rise*⁵²⁷, *Macquarie Ridge Region*⁵²⁸, *Naturaliste Plateau*⁵²⁹, *South Tasman Rise*⁵³⁰, *Three Kings Ridge*⁵³¹ e *Wallaby and Exmouth Plateaus*⁵³² é facilmente efetuada com base em morfologia. Na região *Argo*, apesar da irregularidade orográfica, foi identificada com base em

that evidence (...)».

⁵²³ *Ibidem*, parágrafo 5.4.7. versão original: «*(...) Methods based on a purely visual perception of bathymetric data will not be accepted by the Commission*».

⁵²⁴ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) in Regard to the Submission made by Australia on 15 November 2004*. 2008, parágrafo 24, p. 4. Texto original: «*(...) The base of the continental slope has been determined either by morphology alone or by morphology supported by geology (...)*».

⁵²⁵ *Ibidem*, parágrafo 25, p. 4. Texto original: «*This methodology is consistent with the provisions of paragraphs 5.1.3, 5.1.4 and 5.2.1 of the Guidelines*».

⁵²⁶ *Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) in Regard to the Submission made by Australia on 15 November 2004*, 9 Abr. 2008, parágrafo 66, p. 19.

⁵²⁷ *Ibidem*, parágrafo 95, p. 28.

⁵²⁸ *Ibidem*, parágrafo 116, p. 35.

⁵²⁹ *Ibidem*, parágrafo 113, p. 40.

⁵³⁰ *Ibidem*, parágrafos 158 e 159, p. 48.

⁵³¹ *Ibidem*, parágrafo 159, p. 48.

⁵³² *Ibidem*, parágrafos 200 e 201, p. 61.

morfologia⁵³³. Na *Great Australian Region* foi aplicado o método da morfologia apoiada por geologia (*morphology supported by geology*). Esta metodologia não só obteve a concordância da CLPC⁵³⁴ na proposta de extensão australiana, como começou a ser aplicada na apreciação de outras propostas de extensão, como é o caso da proposta conjunta da França, Irlanda, Reino Unido e Espanha⁵³⁵, das propostas da Noruega⁵³⁶ e do Japão⁵³⁷.

Outras recomendações que merecem referência são as correspondentes às da proposta parcial da Irlanda, relativamente à área *Porcupine*, e da Indonésia. As recomendações da Irlanda contêm uma descrição detalhada do método usado para determinar a base do talude continental em cada um dos perfis relevantes para a construção da linha que define o bordo exterior da margem continental. Cada um dos gráficos contidos no sumário das recomendações indica os valores das inclinações do talude e da elevação continentais aceites pela CLPC⁵³⁸.

4.3. Doutrina internacional

A problemática associada à localização da base do talude continental não tem merecido

⁵³³ *Ibidem*, parágrafo 27, p. 5.

⁵³⁴ *Ibidem*, parágrafo 48, p. 13.

⁵³⁵ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Joint Submission Made by France, Ireland, Spain and the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland in Respect to the Area of the Celtic Sea and the Bay of Biscay on 19 May 2006*. 2009, parágrafos 15 a 18, p. 9.

⁵³⁶ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by Norway in Respect of Areas in the Arctic Ocean, the Barents Sea and the Norwegian Sea on 27 November 2006*. 2009, parágrafo 50, p. 20.

⁵³⁷ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission Made by Japan on 12 November 2008*. 2012, parágrafo 180, p. 28.

⁵³⁸ A título de exemplo apresentam-se alguns dos valores considerados para o talude continental inferior (*lower slope*) e elevação continental superior (*upper rise*): FOS 46 – 2° ↔ 0,2; FOS 50 – 1,8° ↔ 0,8; FOS 57 – 1,8° ↔ 0,2°; FOS 60 – 2° ↔ <0,5°. COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Partial Submission Made by Ireland on 25 May 2005*. 2007, figuras 9-24.

referência na doutrina jurídica internacional, uma vez que se trata de uma matéria que se situa fundamentalmente no âmbito das geociências. Contudo, esta matéria merece atenção na medida que se trata de um ponto fundamental do processo de extensão da plataforma continental relativamente ao qual as Diretrizes Científicas e Técnicas nada referem no que respeita aos valores a seguir como referência para a localização da base do talude continental.

Sendo a base do talude continental uma zona de transição entre o talude e a elevação continental, para a correta localização desta característica dos fundos marinhos é importante saber quais os gradientes típicos para cada um deles. Ray WOOD *et al.* refere que os gradientes regionais inferiores a 1º são geralmente considerados representativos da elevação continental e dos grandes fundos marinhos, sendo os gradientes regionais superiores a 2º geralmente considerados como representativos do talude continental⁵³⁹. Mark ALCOCK *et al.* define, como regra genérica, que a base do talude continental deve situar-se na parte inferior da margem continental morfológica e poderá normalmente ocorrer onde o gradiente se torne inferior a 1º e superior a 0,5º, este último geralmente referido como a parte superior da elevação continental⁵⁴⁰. KENNETT⁵⁴¹, aponta os valores 0,1º a 1º para o gradiente da elevação continental⁵⁴². Paulo PINET indica 4º para o talude continental e menos de 1º para a elevação continental⁵⁴³. HEEZEN *et al.* referem que a parte exterior da base do talude continental no Atlântico Norte pode situar-se entre inclinações correspondentes a 0,57º e 0,08º, estendendo-se entre algumas a centenas de milhas. Na parte superior da elevação continental a inclinação poderá ser superior a 1,15º⁵⁴⁴. Outros autores poderiam ser indicados, defendendo valores indicativos dentro da mesma ordem de grandeza, mas igualmente diversos. Apesar de se tratarem de valores angulares muito pequenos correspondentes ao leito marinho, a qualquer variação igualmente pequena poderá corresponder a um deslocamento horizontal de várias milhas, daí a importância da existência de valores de referência.

⁵³⁹ WOOD, R. et al. - Legal Continental Shelf. 2011, p. 673.

⁵⁴⁰ ALCOCK, M. B., COLWELL, J. B., STAGG, H. M. J. - *A Systematic Approach to the Identification of the Foot of the Continental Slope - Article 76, UNCLOS*. 2003, p. 5.

⁵⁴¹ KENNETT, J. P. - **Marine Geology**. 1982.

⁵⁴² SYMONDS, P. A. et al. - Characteristics of Continental Margins. 2000, p. 31.

⁵⁴³ PINET, P. R. - **Invitation to Oceanography, Seventh Edition with Navigate Advantage Access**. 2014, p. 36.

⁵⁴⁴ HEEZEN, B. C., THARP, M., EWING, M. - **The Floors of the Oceans**. 1959, pp. 19-20.

Não existe, assim, consenso na comunidade científica relativamente aos valores que a inclinação to talude continental e elevação continental podem ter. O artigo 3.º, n.º 2, do Anexo II da CNUDM refere que «a Comissão pode cooperar na medida em que se considere útil e necessário, com a Comissão Oceanográfica Intergovernamental, da UNESCO, a Organização Hidrográfica Internacional (OHI) e outras organizações internacionais competentes a fim de trocar informações científicas e técnicas que possam ajudar a Comissão no desempenho das suas funções». O Manual sobre os Aspectos Técnicos da Convenção das Nações Unidas-1982 (TALOS)⁵⁴⁵ é uma publicação relacionada com os aspetos técnicos da CNUDM de especial interesse não só para hidrógrafos, mas também para as várias áreas do conhecimento no âmbito das geociências. O TALOS define talude continental como a parte da margem continental que se situa entre a plataforma e a elevação, cujos gradientes podem ser uniformes ou abruptos, tomando por vezes a forma de terraços, apresentando valores normalmente superiores a 1,5º⁵⁴⁶. O mesmo documento define a elevação continental como uma característica submarina que faz parte da margem continental situada entre o talude continental e os grandes fundos marinhos, apresentando um gradiente de 0,5º ou menos⁵⁴⁷. Importa referir que as Diretrizes Científicas e Técnicas fazem diversas referências a definições técnicas contidas em publicações da OHI⁵⁴⁸, mas não fazem qualquer referência ao TALOS, o mesmo sucedendo nas recomendações até agora publicadas.

Finn MØRK aponta três situações potencialmente idênticas no que respeita à identificação da base do talude continental, respeitantes às propostas da Irlanda, da Noruega e do Brasil, que mereceram apreciações diferentes por parte da CLPC⁵⁴⁹. No caso irlandês referente à *Porcupine Area* a base do talude foi identificada com fundamento na história sedimentar resultante da evolução deposicional dos sedimentos e na forma geomorfológica da

⁵⁴⁵ *Manual on Technical Aspects of the United Nations on the Law of the Sea – 1982.*

⁵⁴⁶ INTERNACIONAL OCEANOGRAPHIC COMMISSION, INTERNATIONAL ASSOCIATION OF GEODESY - **A Manual on the Technical Aspects of the United Nations Convention on the Law of the Sea-1982 (TALOS), Special Publication N.º 51.** 2014, Apêndice 1-10.

⁵⁴⁷ *Ibidem*, Apêndice 1-10.

⁵⁴⁸ V.g., abreviatura de milha náutica (parágrafo 3.2.3), utilização do sistema WGS84 como padrão internacional de posicionamento hidrográfico (parágrafo 3.2.12), referência geodésica (parágrafo 3.2.13) e cálculo do erro de profundidade para as bases de dados usados na determinação da batimétrica dos 2.500 m (parágrafo 4.2.8).

⁵⁴⁹ MØRK, F. - Identification of the base of the continental slope on sedimentary fans. 2016, p. 132.

margem continental⁵⁵⁰. Na proposta da Noruega, na *Bjørnøya Fan*, a diferença de gradiente de 0,3°, correspondente à parte inferior do talude, relativamente aos 0° da zona dos fundos marinhos para lá do ponto de PdT foram considerados pela CLPC como uma alteração regional significativa no gradiente⁵⁵¹. No caso do Brasil, na área do *Amazon Fan*, a parte correspondente à base do talude foi classificada na proposta brasileira em três áreas distintas, a *upper fan*, a *middle fan* e a *lower fan*, correspondentes aos vários níveis de acumulação de sedimentos ao largo da foz do rio Amazonas. A CLPC considerou que as diferenças de gradiente da *upper and* para a *middle fan* é muito superior à verificada entre da *middle fan* para *lower fan*, sendo os processos deposicionais diferentes na *upper fan* e *middle fan*, justificando doutrinariamente a decisão de não aceitar a localização da base do talude apresentada pelo Brasil entre a *middle* e a *lower fan*^{552,553}. Realçando a diferença de critérios seguidos pela CLPC, MØRK termina referindo que as recomendações emitidas pela CLPC deveriam ser uniformes e previsíveis para situações idênticas⁵⁵⁴.

As Diretrizes Científicas e Técnicas no que respeita à localização da base do talude seguem a tendência genérica de não apresentar regras e valores quantitativos para a avaliação dos vários elementos necessários para a aplicação do artigo 76.º da CNUDM. Salvos raras exceções, as recomendações até agora trazidas a público seguem a mesma linha. A ausência quase absoluta de regras quantitativas tanto na definição prévia das regras a aplicar, como na justificação das decisões tomadas obscurecem o processo decisório, enfraquecendo a certeza e segurança jurídicas relativamente aos processos ainda em curso.

⁵⁵⁰ *Ibidem*, p. 132.

⁵⁵¹ *Ibidem*, p. 133.

⁵⁵² *Ibidem*, p. 134.

⁵⁵³ Tendo por base dados de batimetria públicos, FLOOD e DAMUTH apontam como valores para os gradientes correspondentes aos *upper*, *middle* e *lower fan*, respetivamente, 1,4°, 0,29° e 0,13°, *vide* FLOOD, R. D., DAMUTH, J. E. - Quantitative Characteristics of Sinuous Distributary Channels on the Amazon Deep-Sea Fan. 1987, p. 735.

⁵⁵⁴ MØRK, F. - Identification of the base of the continental slope on sedimentary fans. 2016, p. 138.

**4.4. Apreciação crítica às Diretrizes Científicas e Técnicas e a prática da CLPC
quanto à identificação da base do talude continental**

A apreciação crítica às Diretrizes e à prática de CLPC relativamente à base do talude continental situam-se em dois níveis diferentes. O primeiro tem a ver com o entendimento assumido pela Austrália relativamente ao método da morfologia apoiada por geologia, aplicado igualmente na apreciação das propostas de extensão de outros Estados, mas cujo enquadramento nas Diretrizes Científicas e Técnicas não é claro. O segundo tem a ver com a pouca informação que as recomendações, ou sumários das recomendações, têm relativamente à metodologia utilizada pela CLPC para a localização da base do talude continental. À exceção de dois casos adiante identificados, os critérios que levam em cada caso à determinação da base do talude constituem segredo guardado entre a CLPC e, eventualmente, as delegações dos Estados que participam da “defesa” das respetivas propostas de extensão. Fica em causa saber se com este procedimento estará em causa a violação de um possível dever de transparência por parte da CLPC.

Na grande maioria dos casos não indicados no parágrafo anterior a determinação da base do talude continental é efetuada com base em prova morfológica ou batimétrica, por vezes apoiada por prova geológica ou geofísica. À exceção dos sumários das recomendações da Irlanda e da Indonésia nunca foi apresentada informação objetiva relativamente aos parâmetros quantitativos que possam definir a base do talude. No sumário e recomendações da proposta de extensão da Irlanda e no sumário das recomendações da proposta da Indonésia todos os perfis relativamente aos quais é determinado o ponto de PdT contêm uma análise detalhada dos valores que a CLPC considerou importantes para determinar a base do talude. O mesmo sucede, embora sem tanto detalhe, no sumário das recomendações do Japão, das Filipinas na região de *Benham Rise* e do México, na região do Golfo do México.

A perceção visual do relevo submarino representado em imagens 2D ou 3D pode facilmente criar ilusões no que respeita à localização dos elementos relevantes para a determinação do bordo exterior da margem continental, como é o caso da base do talude continental como domínio espacial onde se localizam os pontos de PdT. A Figura 14, que apresenta sob uma perspetiva diferente o modelo dos fundos marinhos representado na Figura 13 pretende mostrar que aplicando apenas a variação de uma paleta de cores, exagerada para melhor ilustração, poderá ser induzida uma ilusão sobre a continuidade do relevo submarino

relativamente ao território emerso. Esta ilusão, que resulta da utilização apenas de métodos visuais, tem consequência não só para a verificação sobre o relevo submarino 1 e 2 que fazem parte do prolongamento natural do território emerso, como também sobre a localização dos pontos de PdT. Embora não permitido pela CLPC, para avaliar e calcular os elementos anteriormente indicados nas propostas de extensão constitui, por regra e na prática, a primeira análise e perceção não quantitativa que é efetuada relativamente ao relevo submarino de determinada área.

O facto de a CLPC não aceitar que os Estados justifiquem a determinação do PdT com base na mera perceção visual, ela própria, por maioria de razão, deverá abster-se de recorrer a esse método para avaliar as propostas de extensão que lhe são apresentadas para consideração. Embora esta proibição se refira à determinação do ponto de PdT pelos Estados que apresentam as propostas de extensão das respetivas plataformas continentais, a perceção visual abrange necessariamente não apenas o ponto em si, mas também a respetiva vizinhança, isto é, a base do talude.

Do acima exposto pode concluir-se que as regras contidas nas Diretrizes Científicas e Técnicas privilegiam a morfologia para a determinação da base do talude dos pontos de PdT. Em circunstâncias em que a curvatura da base do talude é constante ou a morfologia irregular, pode ser apresentada prova geológica e geofísica como alternativa para a identificação daquelas características.

Existe, no entanto, um aspeto que se considera muito importante que as Diretrizes Científicas e Técnicas não referem. A localização da base do talude continental, bem como a determinação dos pontos de PdT implicam, em primeira mão, a utilização de dados de morfologia e batimetria que, por regra, são utilizados em aplicações informáticas. Estamos, por isso, no âmbito das ciências positivas em que a quantificação numérica é fundamental para os resultados que se pretendem obter. Apesar disto, as Diretrizes Científicas e Técnicas não fazem qualquer referência objetiva aos valores a utilizar para determinar a base do talude continental. Numa situação normal, sendo o PdT definido pela máxima variação do gradiente, uma vez localizado o domínio espacial onde essa função deve ser aplicada nada mais será necessário que não seja calcular o valor da máxima variação do gradiente no perfil em causa. É, por isso, um cálculo autónomo que não precisa de elementos adicionais para além da indicação do domínio onde esse valor tem que ser calculado. No que respeita à localização da base do talude

continental, a situação é diferente. É preciso saber entre que valores de inclinação do fundo do mar aquele elemento deve ser procurado porque, como referido anteriormente⁵⁵⁵, não existem valores universalmente aceites como valores típicos para as inclinações do talude continental e da elevação continental.

5. PÉ DO TALUDE CONTINENTAL

5.1. Métodos para a determinação do ponto de pé do talude continental

Mais importante que centrar as atenções nos métodos matemáticos que permitem a determinação da máxima variação do gradiente, cujo âmbito não cabe em detalhe no presente texto, importa identificar as vias possíveis para a determinação dos pontos de PdT, identificando as eventuais precedências entre eles, bem como avaliar a opção aceite pela CLPC para este fim face ao texto convencional.

Tendo por base o disposto no artigo 76.º, n.º 4, alínea b), as Diretrizes Científicas e Técnicas interpretam a regra para a determinação do PdT no sentido de conferir ao método da máxima variação do gradiente⁵⁵⁶ a natureza de regra geral relativamente a outros métodos, que deverão ser demonstrados no âmbito de uma “prova em contrário”. Neste sentido, dispõem que *«a Comissão interpreta a determinação do ponto de pé do talude continental por meio do ponto da máxima variação do gradiente na sua base, como uma disposição de natureza geral. Os requisitos fundamentais estabelecidos nesta disposição são:*

⁵⁵⁵ Vide Parte I, Capítulo 2, 4.3.

⁵⁵⁶ As Diretrizes Científicas e Técnicas não prescrevem uma metodologia única para a determinação da localização dos pontos de PdT, referindo que a apreciará numa base casuística. Vide Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 5.4.3., p. 40. Nos casos em que o PdT é calculado pelo método da máxima variação do gradiente pode ser utilizada a seguinte fórmula, por referência a um plano bidimensional $V = \tan \alpha = \Delta y / \Delta x$ Vide ABREU, M. P. DE et al. - **Extensão da Plataforma Continental - Um Projeto de Portugal - Seis Anos de Missão (2004-2010)**. 2012, pp. 48-49.

- *A identificação da região definida como a base do talude continental; e*
- *A determinação da localização do ponto de máxima variação do gradiente na base do talude continental»⁵⁵⁷.*

Na parte sistemática correspondente ao método da prova em contrário, as Diretrizes Científicas e Técnicas voltam a referir que «*a determinação do ponto de pé do talude quando é invocada prova em contrário à regra geral, como uma disposição com a natureza de exceção à regra. Esta disposição não só não se opõe, mas de facto complementa, a regra geral estabelecida pela determinação do ponto de pé do talude como o ponto de máxima variação do gradiente na sua base (...)»⁵⁵⁸.*

Porém, nem todas as situações na natureza permitem que os pontos do PdT, e como pressuposto a base do talude, possam ser claramente determinados numa base geomorfológica. Este facto é expressamente reconhecido pelas Diretrizes Científicas e Técnicas ao afirmar que «*a inaptidão da regra geral para determinar o pé do talude por meio da máxima variação do gradiente na sua base pode ser encontrada em numerosos cenários (...)»⁵⁵⁹, como são os casos em que «*a curvatura do fundo do mar ao longo da base do talude continental é constante»⁵⁶⁰ ou a «*topografia irregular do fundo do mar revela um número de vários máximos locais na***

⁵⁵⁷ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 5.1.3. Versão original: «*The Commission interprets the determination of the foot of the continental slope by means of the point of maximum change in gradient at its base, as a provision with the character of a general rule. The fundamental requirements posed by this provision are:*

- *The identification of the region defined as the base of the continental slope; and*
- *The determination of the location of the point of maximum change in the gradient at the base of the continental slope».*

⁵⁵⁸ *Ibidem*, parágrafo 6.1.2. Versão original: «*the determination of the foot of the continental slope when evidence to the contrary to the general rule is invoked, as a provision with the character of an exception to the rule. This provision not only does not oppose, but in fact complements, the general rule established by the determination of the foot of the continental slope as the point of maximum change in the gradient at its base».*

⁵⁵⁹ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 6.3.2. Versão original: «*The ability of the general rule to locate the foot of the slope by means of maximum change in the gradient at its base can be found in a number of scenarios. (...)».*

⁵⁶⁰ *Ibidem*, parágrafo 6.3.2. Sublinhado adicionado. Versão original: «*(...) the curvature of the seabed along the base of the slope is constant (...)».*

variação do gradiente na base do talude continental»⁵⁶¹. «Nestes casos excepcionais⁵⁶² pode ser apresentada prova geológica e geofísica como alternativa para a determinação da localização do pé do talude continental na sua base»⁵⁶³.

A referência à “prova em contrário” mencionada no artigo 76.º, n.º 4, alínea b) pressupõe duas situações distintas. Na primeira, a máxima variação do gradiente pode não ser sempre definida com precisão através das características geomorfológicas do fundo marinho, uma vez que estas podem não ser conclusivas a este respeito⁵⁶⁴. Outra possível situação verifica-se quando, por razões geológicas ou geofísicas, o PdT se pode situar noutro local que não seja o ponto da máxima variação do gradiente⁵⁶⁵.

As Diretrizes Científicas e Técnicas dedicam o capítulo 6 à determinação do ponto de PdT pelo método da prova em contrário, o qual contém uma enumeração tímida das situações concretas nas quais o método pode ser aplicado⁵⁶⁶. O Manual de Treino é mais claro e conciso ao enunciar três das possíveis situações para o uso do método da prova em contrário contidas nas Diretrizes Científicas e Técnicas. Estas situações correspondem a cenários de curvatura constante do fundo do mar, irregularidade do fundo do mar com vários máximos locais e nas margens continentais vulcânicas⁵⁶⁷.

⁵⁶¹ *Ibidem*, parágrafo 6.3.3. Sublinhado adicionado. Versão original: «(...) where irregular seabed topography reveals a number of local maxima in the change of gradient at the base of the continental slope (...)».

⁵⁶² MOSHER refere que as complexidades geológicas das margens continentais raramente permitem a identificação de um único ponto de máxima variação do gradiente e, neste caso, estes pontos raramente coincidem com a área que um geólogo identificaria como a base do talude. MOSHER, D. C., LABERG, J. S., MURPHY, A. - *The Role of Submarine Landslides in the Law of the Sea*. 2015, p. 16.

⁵⁶³ Diretivas Científicas e Técnicas, parágrafo 6.3.4. Sublinhado adicionado. Versão original: «In these exceptional cases, geological and geophysical evidence may be introduced as an alternative for determining the location of the foot of the continental shelf at its base».

⁵⁶⁴ COMMITTEE ON THE LEGAL ISSUES OF THE OUTER CONTINENTAL SHELF OF THE INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION, *Legal Issues of the Outer Continental Shelf*. [CLIOCS 2006] 2006. [CLIOCS], p. 7.

⁵⁶⁵ Myron NORDQUIST refere que podem existir circunstâncias especiais que impliquem métodos alternativos para a determinação do PdT, *vide* NORDQUIST, Myron H. (ED.) - **United Nations Convention on the Law of the Sea, 1982: A Commentary**. 1993. 2 Vol. p. 876.

⁵⁶⁶ *Ibidem*, parágrafos 6.3.2., 6.3.3. e 6.3.8.

⁵⁶⁷ Manual de Treino, pp. V-23 e V-24.

5.2. Doutrina internacional

A aplicação prática do método da prova em contrário ao caso concreto de cada Estado é, seguramente, uma operação que cai no âmbito das geociências. Contudo, a interpretação da norma convencional em conformidade com as regras da interpretação jurídica, no sentido de determinar a escolha do método a seguir, prova em contrário ou máxima variação do gradiente, ou a definição sobre a prevalência de um relativamente ao outro face ao texto convencional constitui uma tarefa que se situa no âmbito jurídico. Desta escolha pode resultar um resultado substancialmente diferente na definição do bordo exterior da margem continental⁵⁶⁸ e, consequentemente, na área sobre a qual o Estado costeiro exercerá direitos soberanos.

Referindo-se aos dois métodos possíveis para determinar o PdT, e ao facto de o artigo 76.º, n.º 4, alínea b) não estabelecer qualquer precedência de um relativamente ao outro, o CLIOCS sustenta que o Estado costeiro é livre na sua escolha. Defende ainda que o Estado costeiro poderá escolher qualquer uma das aproximações, geomorfológica ou geológica/geofísica, para determinar os pontos de PdT⁵⁶⁹.

5.3. Prática da CLPC na determinação dos pontos de pé do talude continental

Na consideração das propostas de extensão até agora apresentadas à CLPC, cujos sumários das recomendações são conhecidos, seis propostas de extensão⁵⁷⁰ continham pontos

⁵⁶⁸ Este facto é reconhecido expressamente no Manual de Treino, *vide* p. V-20.

⁵⁶⁹ CLIOCS, p. 7.

⁵⁷⁰ Proposta conjunta da França, Irlanda, Reino Unido e Espanha, COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Joint Submission Made by France, Ireland, Spain and the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland in Respect to the Area of the Celtic Sea and the Bay of Biscay on 19 May 2006*. 2009, as propostas de Barbados, COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by Barbados on 8 May 2008*. 2010, Suriname, COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by Suriname on 5 December 2008*. 2011, e Argentina, COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF.

de PdT seguindo o método da prova em contrário. Entre estes Estados, apenas a Argentina obteve recomendações favoráveis para cinco dos onze pontos de PdT determinados em conformidade com o método da prova em contrário. Relativamente às recomendações referidas importa realçar o facto de, até à consideração da proposta de extensão da Argentina, em 2016, a CLPC nunca ter considerado adequada a fundamentação que justificava os pontos de PdT dos outros Estados, tendo, na proposta de extensão da Argentina aceite a fundamentação relativamente a cinco pontos situados na foz do *Río de La Plata*⁵⁷¹.

5.4. Avaliação crítica

Para lá do entendimento apresentado pelo CLIOCS não se encontram outras referências jurídico doutrinárias sobre este aspeto importante para a aplicação do artigo 76.º da CNUDM. Acompanhamos o entendimento do CLIOCS ao referir que a alínea b) do n.º 4 do artigo 76.º não estabelece nenhuma precedência de um método relativamente ao outro. No entanto, compete à CLPC a definição das condições a verificar para que o método da máxima variação do gradiente possa ser usado. Não se poderá, assim, referir que o método da máxima variação do gradiente tenha uma natureza supletiva pura, uma vez que a escolha do método a seguir não fica ao livre arbítrio do Estado costeiro. Se optar pelo método da prova em contrário fica sujeito ao cumprimento do ónus de demonstrar que se encontram verificadas as condições impostas pela CLPC para esse efeito, mesmo que estas condições não sejam completamente claras e objetivas no que respeita ao seu âmbito de aplicação. Segundo este entendimento, que defendemos, sendo possível a determinação do ponto de PdT por qualquer dos métodos, o Estado deveria ter a opção de escolher o que lhe for mais conveniente, devendo demonstrar junto da CLPC, caso opte pelo método da prova em contrário, que preenche os requisitos

SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by Argentina on 21 April 2009*. 2016, e a proposta parcial do Reino Unido relativamente à Ilha da Ascensão, COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland in Respect of Ascension Island on 9 May 2008*. 2010.

⁵⁷¹ Pontos FOS-03 a FOS-07, vide *Summary of the Recommendations of the CLCS in Regard to the Submission made by Argentina on 21 April 2009*, p. 35.

estabelecidos.

Contudo, ao definir que os métodos de máxima variação do gradiente/prova em contrário devem ser entendidos numa relação regra/exceção, as Diretrizes Científicas e Técnicas parecem situar-se para lá do que o próprio próximo texto convencional estipula. Seguindo o entendimento da CLPC, contrariamente à situação anteriormente descrita, perante um cenário em que seja possível a aplicação dos dois métodos, a via a seguir será a da aplicação do método da máxima variação do gradiente. Só numa situação em que não seja possível a aplicação deste método contemplado nas Diretrizes Científicas e Técnicas, poderá ser utilizado o método da prova em contrário.

Uma última palavra relativa a esta matéria para o sumário das recomendações. Sendo as Diretrizes Científicas e Técnicas muito vagas e defensivas no que respeita à via a seguir e critérios a adotar relativamente a várias matérias, o capítulo 6 referente ao método da prova em contrário é disso um bom exemplo. As recomendações deveriam constituir o elemento que melhor reflete o entendimento da CLPC sobre cada matéria. Também aqui se torna difícil tirar conclusões consistentes, pese embora o facto de muita da informação relativamente à qual a CLPC se baseia para fundamentar as recomendações não seja do conhecimento público. Neste âmbito é de referir que existem recomendações que não parecem revelar-se consistentes. Como exemplo disto pode ser apontado o facto, difícil de avaliar objetivamente por falta de informação pública que a possa sustentar, de, até a publicação das recomendações da Argentina, a CLPC nunca ter considerado como verificados os requisitos para a utilização do método da prova em contrário⁵⁷², por vezes em situações potencialmente idênticas⁵⁷³. Depois, relacionado com o anteriormente referido, a maioria dos sumários de recomendações e recomendações não contém imagens com os perfis que justifiquem a posição de cada um dos pontos de PdT. Sendo a localização da base do talude continental e o cálculo dos pontos do PdT efetuados preferencialmente através de dados batimétricos, a ilustração dos gráficos com os perfis

⁵⁷² *Ibidem*. Dos 11 pontos de PdT que sustentam o bordo exterior da margem continental argentina, 8 foram determinados seguindo o método da prova em contrário.

⁵⁷³ É o caso dos pontos de PdT FOS 4 e FOS 5 da proposta conjunta da França, Irlanda, Reino Unido e Espanha. Neste caso a CLPC recomendou a realocização da base do talude continental e a aplicação do método da máxima variação do gradiente.

constitui um elemento fundamental para compreender as recomendações da CLPC⁵⁷⁴.

6. GRANDES FUNDOS MARINHOS

6.1. Elementos normativos

O artigo 76.º da CNUDM não apresenta uma definição para o termo grandes fundos marinhos, referindo apenas a parte final do n.º 3 que não fazem parte da margem continental do Estado costeiro. A maioria das referências a grandes fundos marinhos nas Diretrizes Científicas e Técnicas estão associadas à qualificação do relevo submarino⁵⁷⁵, em particular, das cristas oceânicas, sem, contudo, apresentar uma definição.

6.2. Elementos doutrinários

Sublinhando o facto que os grandes fundos marinhos constituem um elemento importante na definição do limite exterior da plataforma continental, intimamente associado à margem continental e às cristas oceânicas, que dele fazem parte, o Manual Técnico acrescenta um elemento importante que contribui para a clarificação deste conceito. No que respeita à identificação das áreas que fazem parte dos grandes fundos marinhos, o Manual Técnico refere que *«deve-se notar que o termo “grandes fundos marinhos” deve ser entendido no sentido do parágrafo 3 do artigo 76.º - i.e. os grandes fundos marinhos começam onde a margem continental (no sentido nos parágrafos 3 e 4) acaba»*⁵⁷⁶. Segundo esta definição, uma vez

⁵⁷⁴ Estes gráficos não constam nos sumários das recomendações relativas às propostas da Argentina e à proposta conjunta da França, Irlanda, Reino Unido e Espanha. A existência dos referidos gráficos poderia esclarecer a divergência no que respeita ao sentido das recomendações em casos aparentemente idênticos.

⁵⁷⁵ Diretrizes Científicas e Técnicas, capítulo 7, pp. 52 e ss.

⁵⁷⁶ Manual Técnico, p. V-22. Versão original: *«it must be noted that the term “deep ocean floor” should be understood in the sense of paragraph 3 of article 76— i.e. the deep ocean floor starts where the continental margin (in the sense of paragraphs 3 and 4) ends. This transition is a creation of UNCLOS and seems to*

identificado o bordo exterior da margem continental, as áreas submarinas que se situem para lá deste limite fazem parte dos grandes fundos marinhos.

A definição do TALOS para grandes fundos marinhos nada adianta de substantivo relativamente à parte final do artigo 76.º, n.º 3, referindo apenas que se trata da superfície do oceano profundo com as suas cristas oceânicas, para lá da margem continental⁵⁷⁷. De um modo genérico, a restante doutrina não desenvolve o conceito de grandes fundos marinhos nos termos que possam ter a ver com a aplicação do artigo 76.º, limitando-se na maioria das vezes a descrever, de modo genérico, as profundidades a que se situa e as inclinações dos fundos marinhos a elas correspondentes⁵⁷⁸.

Tendo em vista identificar as estruturas submarinas que devem ser classificadas como cristas oceânicas, o CLIOCS refere que, para se saber que partes do leito e subsolo marinho fazem parte dos grandes fundos marinhos com as suas cristas oceânicas, tem que se saber primeiro que áreas desse leito e subsolo marinho fazem parte do prolongamento natural, tal como definido no artigo 76.º, n.º 1⁵⁷⁹. O CLIOCS complementa este entendimento mencionando que a referência aos grandes fundos marinhos com as suas cristas oceânicas não pode conduzir à exclusão de áreas que fazem parte do prolongamento natural do território terrestre e que cumprem os critérios definidos no artigo 76.º que definem a plataforma continental⁵⁸⁰. O entendimento do CLIOCS aqui apresentado no contexto da identificação e

be more important than the crustal transition defined by geology».

⁵⁷⁷ TALOS, appendix 1-11.

⁵⁷⁸ Por vezes, ainda, algumas referências parecem confundir grandes fundos marinhos com a área, como é o caso do mencionado por Erik FRANCKX ao referir que *«todos os direitos sobre os recursos minerais dos grandes fundos marinhos estão conferidos à humanidade como um todo, em representação da qual a [AIFM] deve atuar»*, vide FRANCKX, E. - The International Seabed Authority and the Common Heritage of Mankind: The Need for States to Establish the Outer Limits of their Continental Shelf. 2010, p. 548. Conforme refere o artigo 136.º da CNUDM, a área e os seus recursos são património comum da humanidade. O artigo 1.º, n.º 1, alínea 1) refere que a área significa o leito do mar, os fundos marinhos e o subsolo além dos limites de jurisdição nacional. Como se pode verificar nas Figuras 5 a 7, só no caso das margens normais, em que o limite exterior da plataforma continental coincide com o bordo exterior da margem continental existe sobreposição entre a área e os grandes fundos marinhos. Nos restantes casos a diferença pode mesmo ser muito significativa.

⁵⁷⁹ CLIOCS, p. 5.

⁵⁸⁰ *Ibidem*, p. 5.

classificação do relevo submarino como cristas oceânicas é inteiramente válido fora deste contexto.

Na linha do estabelecido no Manual Técnico, Harald BREKKE⁵⁸¹ e Philip SYMONDS referem que os grandes fundos marinhos ocorrem do lado do mar a partir do bordo exterior da margem continental e incluem as características oceânicas do fundo marinho, tais como bacias oceânicas, planícies abissais, montes abissais, cristas médio-oceânicas, zonas de fratura, montes submarinos, etc.⁵⁸².

6.3. Prática da CLPC

Os sumários das recomendações e as recomendações já publicados, bem como as decisões dos tribunais internacionais proferidas até à presente data, não adiantam uma definição de grandes fundos marinhos, sendo este termo frequentemente referido, embora de forma implícita, como a parte dos fundos submarinos que se situa para lá das margens continentais. O sumário das recomendações da proposta de extensão do Reino Unido respeitante à Ilha da Ascensão refere que «*os grandes fundos marinhos no sentido do artigo 76 é a área do lado do mar a partir do bordo exterior da margem continental. Contudo, o inverso também se aplica, i.e., que a margem continental é a área do lado de terra a partir dos grandes fundos marinhos. Este conceito está refletido no parágrafo 5.4.5. das Diretivas*»⁵⁸³.

Esta foi, porventura, a ocasião em que a CLPC mais aprofundadamente se expressou relativamente a este conceito do artigo 76.º.

⁵⁸¹ Importa referir que Harald Brekke foi um dos dois membros da CLPC que contribuiu para a elaboração do Manual Técnico. Vide Manual Técnico, p. xviii.

⁵⁸² BREKKE, H., SYMONDS, P. - Submarine Ridges and Elevations of Article 76 in Light of Published Summaries of Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf. 2011, p. 291.

⁵⁸³ Versão original: «*The deep ocean floor in the sense of article 76 is the area seaward of the outer edge of the continental margin. However, the opposite also applies i.e. that the continental margin is the area landward of the deep ocean floor. This concept is reflected in paragraph 5.4.5 of the Guidelines*».

6.4. Avaliação crítica

Subscrevemos, nesta matéria, a definição operativa de grandes fundos marinhos apresentada pelo Manual Técnico. De acordo com esta definição, que resulta de uma interpretação integrada dos n.ºs 1 a 4 do artigo 76.º, ao atribuir aos grandes fundos marinhos uma natureza residual relativamente à margem continental, divide todo o leito e subsolo marinho em duas grandes categorias: margens continentais ou grandes fundos marinhos. Contudo, importa realçar que não é possível fazer uma correspondência direta entre os limites ou extensão da margem continental e grandes fundos marinhos com os limites ou extensão das zonas marítimas⁵⁸⁴. Relativamente ao mar territorial, zona contígua e ZEE, não existe qualquer relação, sendo esta qualificação irrelevante. Contudo, no que respeita à plataforma continental, a referida relação dependerá da configuração específica dos fundos marinhos na região e dos parâmetros que definem o limite exterior da plataforma continental.

Não acompanhamos, contudo, o entendimento apresentado pela CLPC nas recomendações à proposta de extensão do Reino Unido relativamente à Ilha da Ascensão, na parte final do parágrafo supracitado⁵⁸⁵. As áreas dos fundos marinhos que estão sob jurisdição do Estado constituem uma matéria a definir juridicamente, por referência ao território terrestre do Estado. Se determinada característica submarina for entendida como uma crista oceânica (no sentido geocientífico), a qualificação dessa característica como fazendo parte do prolongamento natural do Estado é uma questão jurídica, cuja análise deve partir do território emerso, não o inverso, como consta na parte final do referido parágrafo⁵⁸⁶. Para que se possa determinar a extensão dos grandes fundos marinhos é, assim, necessário conhecer primeiro o bordo exterior da margem continental. Afirmar que a margem continental é a área para o lado de terra a partir dos grandes fundos marinhos pode não estar correto⁵⁸⁷. As próprias Diretrizes Científicas e Técnicas sustentam o entendimento agora apresentado ao definirem o modo como deve ser encontrada a base do talude continental.

⁵⁸⁴ Nomeadamente, do bordo exterior da margem continental com o limite exterior da plataforma continental e dos limites da área relativamente aos grandes fundos marinhos.

⁵⁸⁵ Nota 583.

⁵⁸⁶ Antunes e Pimentel, p. 16.

⁵⁸⁷ Nesse sentido, GAO, J. - The Seafloor High Issue in Article 76 of the LOS Convention: Some Views from the Perspective of Legal Interpretation. 2012, p. 128.

7. RELEVO SUBMARINO

7.1. Elementos normativos

O artigo 76.º da CNUDM refere três tipos de relevo submarino: as cristas oceânicas, as cristas submarinas e as elevações submarinas. Relembrando as partes do artigo 76.º onde cada uma destas características vem contemplada, o n.º 3 dispõe que «a *margem continental compreende o prolongamento submerso da massa terrestre do Estado costeiro (...) não compreende os grandes fundos marinhos, com as suas cristas oceânicas, nem o seu subsolo*». Deste preceito retira-se que as cristas oceânicas fazem parte dos grandes fundos marinhos. Uma vez que os grandes fundos marinhos não fazem parte da margem continental, por consequência, as cristas oceânicas não fazem parte da margem continental. Os outros dois tipos de características submarinas fazem parte da margem continental, pelo que estão incluídos no prolongamento submerso da massa terrestre do Estado costeiro. A parte final do n.º 6 ao mencionar que a restrição das 350 milhas imposta às cristas submarinas «*não se aplica a elevações submarinas que sejam componentes naturais da margem continental, tais como planaltos, elevações continentais, topes, bancos e esporões*», contém o elemento que permite distinguir entre cristas submarinas e elevações submarinas. Ambas fazem parte do prolongamento submerso da massa terrestre do Estado, mas apenas as elevações submarinas são componentes naturais da margem continental, ou seja, desse mesmo prolongamento submerso da massa terrestre do Estado costeiro.

A caracterização destes conceitos e a qualificação do relevo submarino é fundamental tendo em conta a influência direta que daí resulta nas fórmulas restritivas que lhes são aplicáveis⁵⁸⁸. Estando excluídas da margem continental, as cristas oceânicas não geram plataforma continental para lá as 200 milhas.

A consequência direta da aplicação destas regras faz com que seja vantajoso para o Estado costeiro que o relevo submarino que faça parte da margem continental e que se estenda para lá das 350 milhas seja qualificado pela CLPC como elevação submarina, o que permitirá a aplicação da fórmula restritiva da profundidade, *i.e.*, 100 milhas para lá da isóbata dos 2.500 m.

⁵⁸⁸ Vide Parte I, Capítulo 2, 7.3.9 *infra*, no caso da Islândia.

No outro extremo, a consequência mais negativa que poderá advir para o Estado costeiro, é a resultante de determinado relevo submarino que se estenda para lá das 200 milhas vir a ficar excluído da margem continental e, consequentemente, ser qualificado como crista oceânica.

De acordo com as Diretrizes Científicas e Técnicas «*a distinção entre ‘elevações submarinas’ e ‘cristas submarinas’ ou ‘cristas oceânicas’ não deve basear-se na sua designação geográfica e nomes usados na preparação de mapas, cartas e outra literatura relevante publicados até agora. Tal distinção para efeitos do artigo 76.º deve ser feita com base em prova científica tendo em conta as disposições pertinentes destas Diretrizes*»⁵⁸⁹. Este primeiro aspeto é fundamental devido à tendência existente no seio da comunidade científica, de onde provêm os membros da CLPC, em considerar os conceitos segundo a sua natureza geocientífica, em prejuízo do significado jurídico que lhes possa estar associado⁵⁹⁰. No que respeita à prova científica necessária para distinguir os vários tipos de relevo submarino, as Diretrizes referem que «*a Comissão considera que, no caso das cristas, a sua posição deve basear-se em considerações científicas e legais como prolongamento natural do território emerso, morfologia das cristas e a sua relação com a margem continental tal como definido no parágrafo 4, e na continuidade das cristas*»⁵⁹¹.

Importa realçar que a caracterização apresentada pelas Diretrizes Científicas e Técnicas relativamente às cristas submarinas e cristas oceânicas por um lado, e às elevações submarinas por outro, são de natureza essencialmente teórica e científica, revelando implicitamente alguma dificuldade em articular essas definições científicas no contexto legal em que os conceitos se inserem. Nesse sentido, e no que respeita às cristas oceânicas e cristas submarinas, é dado especial relevo, embora sem os desenvolver em profundidade, aos vários processos geológicos

⁵⁸⁹ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 7.1.8. Versão original: «*The distinction between the ‘submarine elevations’ and ‘submarine ridges’ or ‘oceanic ridges’ shall not be based on their geographical denominations and names used so far in the preparation of the published maps and charts and other relevant literature. Such a distinction for the purpose of article 76 shall be made on the basis of scientific evidence taking into account the appropriate provisions of these Guidelines*».

⁵⁹⁰ Vide nota 723 *supra*.

⁵⁹¹ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 7.2.10. Versão original: «*(...) Commission feels that in cases of ridges its view shall be based on such scientific and legal considerations as natural prolongation of land territory and land mass, morphology of ridges and their relation to the continental margin as defined in paragraph 4, and continuity of ridges*».

que contribuíram para a formação das cristas em geral⁵⁹² e das elevações submarinas⁵⁹³. De notar que o capítulo 7 das Diretrizes não tem quaisquer referências relativamente ao modo de operacionalizar e aplicar as diversas caracterizações nele contidas⁵⁹⁴. Neste âmbito apenas é referido que «*como é difícil definir os pormenores relativos às várias condições, a Comissão considera adequado que a matéria das cristas seja examinada caso a caso*»⁵⁹⁵.

7.2. Evolução doutrinária dos conceitos de “cristas submarinas” e “elevações submarinas”

Os trabalhos preparatórios da Terceira Conferência constituem uma fonte importante para avaliar a evolução que os conceitos referentes à plataforma continental sofreram ao longo dos 9 anos da Conferência. Apesar da importância do tema, foi a partir da oitava sessão que as discussões sobre as características submarinas ganharam importância acrescida⁵⁹⁶. Passados mais de 35 anos sobre a aprovação do texto convencional, os conceitos referentes ao relevo submarino e respetivo modo de aplicação ainda não se encontram completamente esclarecidos⁵⁹⁷.

⁵⁹² Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 7.2.

⁵⁹³ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 7.3.

⁵⁹⁴ EVANS, A., CARLETON, C. M., PARSON, L. - Article 76: The Ridge Issue. 2001 p. 14.

Estes autores referem que a CLPC, à data (2001) não tinha ainda conseguido dar orientação relativamente à extensão lateral das propostas de extensão situadas nas cristas. Adiantam ainda que na maioria dos casos a aplicação do artigo 76.º, n.º 4, nas cristas seria impossível ou muito dispendiosa.

⁵⁹⁵ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 7.2.11. Versão original: «*(...) As it is difficult to define the details concerning various conditions, the Commission feels it appropriate that the issue of ridges be examined on a case-by-case basis*».

⁵⁹⁶ Vide SYMONDS, P. A., BREKKE, H. - A Scientific Overview of Ridges Related to Article 76. 2001, p. 145; OXMAN, B. H. - The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The Eighth Session (1979). 1980, pp. 19-27.

⁵⁹⁷ Sobre os aspetos históricos da evolução dos conceitos relativos ao relevo submarino no âmbito da Terceira Conferência, vide Philip A SYMONDS, Harald BREKKE - A Scientific Overview of Ridges Related to Article 76..., pp. 145-149; NORDQUIST, Myron H. (ED.) - **United Nations Convention on the Law of the Sea, 1982: A Commentary**. 1993. 2 Vol. pp. 825-920; SUAREZ, S. V. - **The Outer Limits of the Continental Shelf - Legal Aspects of Their Establishment**. 2008, pp. 58-69; BREKKE, H., SYMONDS, P. A. - The Ridge Provisions of Article 76 of the UN Convention on the Law of the Sea. 2004, pp. 172-180.

Tendo em vista clarificar alguns dos aspetos técnicos contidos nas disposições relevantes da Convenção, bem como servir de guia aos Estados costeiros na definição do limite exterior da plataforma continental, a DOALOS abordou a temática do relevo submarino ainda antes da entrada em vigor da CNUDM⁵⁹⁸. Os elementos contidos nesta referência são muito breves, não passando de uma caracterização genérica sobre o modo de formação geológico das cristas submarinas⁵⁹⁹. A aprovação das Diretrizes Científicas e Técnicas no 11.º Encontro dos Estados Partes da CNUDM (EEP)⁶⁰⁰, que decorreu entre 14 e 18 de maio de 1999, promoveu o desenvolvimento doutrinário relativamente a diversas matérias respeitantes ao artigo 76.º e Anexo II da CNUDM, nomeadamente, à caracterização e qualificação do relevo submarino⁶⁰¹.

Fora do âmbito da doutrina institucional, à qual regressaremos adiante neste capítulo, numa altura ainda de pouco desenvolvimento doutrinário sobre o modo de aplicação das normas da CNUDM e do capítulo 7 das Diretrizes Científicas e Técnicas EVANS, CARLETON e PARSON, avançaram com uma proposta para determinação do PdT relativamente à Ilha da Ascensão, situada no Atlântico Sul, próximo da Crista Médio-Atlântica. Embora a Ilha da Ascensão não se encontre na estrutura central da Crista Médio-Atlântica, estes autores propunham a localização do PdT pela aplicação da regra prevista no artigo 76.º, n.º 4, al. b), não como o ponto de máxima variação do gradiente na base do talude continental, mas antes pelo método da “prova em contrário”. De um modo genérico, de acordo com estes autores o PdT seria colocado no ponto mais elevado da Crista Médio-Atlântica, ou na linha de afastamento das placas (*spreading center*), sendo posteriormente aplicada a distância de

⁵⁹⁸ DIVISION FOR OCEAN AFFAIRS AND THE LAW OF THE SEA - **The Law of the Sea-Definition of the Continental Shelf : An Examination of the Relevant Provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea**. 1993, p. vi.

⁵⁹⁹ *Ibidem*, p. 21.

⁶⁰⁰ Vide MEETING OF THE STATES PARTIES, *Decision regarding the date of commencement of the ten-year period for making submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf set out in article 4 of Annex II to the United Nations Convention on the Law of the Sea*. [SPLOS/72] 2001.

⁶⁰¹ As definições de crista oceânica, crista submarina e elevação submarina no TALOS são muito genéricas, nada adiantando relativamente ao texto da CNUDM. Vide respetivamente INTERNATIONAL OCEANOGRAPHIC COMMISSION; INTERNATIONAL HYDROGRAPHIC ORGANIZATION; INTERNATIONAL ASSOCIATION OF GEODESY, *A Manual on Technical Aspects of the United Nations Convention on the Law of the Sea-1982*. [TALOS] 2006, appendix 1-22 para as cristas oceânicas; appendix 1-27 para as cristas submarinas; e appendix 1-6 e 1-27, nas definições de, respetivamente, “Banco” (*Bank*) e “Esporão” (*Spur*).

60 milhas para a determinação do bordo exterior da margem continental⁶⁰². Como vantagens da aplicação deste método referiram que se trata de um método, simples, aplicável a todo o tipo de cristas, que não conduz a um resultado excessivo, limitado a 350 milhas e que define a extensão lateral da crista de modo consistente e justo⁶⁰³.

Não obstante os eventuais méritos que se lhe possam reconhecer, esta proposta pode ser objeto de crítica, uma vez que se afasta das situações previstas, embora de forma vaga, nos parágrafos 6.3.2 e 6.3.3 das Diretrizes Científicas e Técnicas, e mesmo do artigo 76.º, n.º 4. A aplicação deste método é potencialmente desvantajosa para os Estados costeiros que tenham território emerso sobre a Crista Médio-Atlântica, ou outras cristas, uma vez que limitaria a largura da margem continental a uma faixa de 120 milhas, centrada na linha de afastamento das placas tectónicas⁶⁰⁴. Mesmo que a CLPC viesse a considerar nas Diretrizes Científicas e Técnicas o método proposto por EVANS, CARLETON e PARSON, como uma das situações em que se pode utilizar a regra da “prova em contrário”, seria sempre possível invocar que, mesmo nas cristas, é possível calcular os pontos de PdT sem recurso àquela regra, pela determinação do PdT pelo método da máxima variação do gradiente, com vantagens evidentes para o Estado costeiro, nalgumas situações.

Com um entendimento diferente, TAFT defende claramente que as ilhas situadas nas cristas médio atlânticas não podem gerar plataforma continental para lá das 200 milhas. Na defesa dos seus argumentos este autor refere que o conceito de plataforma continental sempre teve um significado claro tanto nos âmbitos científico, como jurídico, e que a sua origem é de natureza continental e não oceânica. Logo, adianta, os sistemas constituídos pelas cristas médio oceânicas são essencialmente oceânicos, fazendo parte dos grandes fundos marinhos, pelo que

⁶⁰² Alan EVANS, Chris M CARLETON, Lindsay PARSON - Article 76: The Ridge Issue..., p. 12. A ilustração gráfica da aplicação do método à Ilha da Ascensão consta na Figura 7.

⁶⁰³ *Ibidem*, p. 12.

⁶⁰⁴ Nenhum Estado apresentou este método na determinação dos pontos de PdT sobre cristas, incluindo a Crista Médio Atlântica. Do mesmo modo, o Reino Unido não aplicou este método na proposta de extensão referente à Ilha das Ascensão. *Vide UNITED KINGDOM, Submission to the Commission on the Limits of the Continental Shelf pursuant to Article 76, paragraph 8 of the United Nations Convention on the Law of the Sea 1982 in respect of Ascension Island. Part 1: Executive Summary*. 2008. Como exemplo da situação referida pode apontar-se o limite exterior da plataforma da plataforma continental da Islândia tal como consta no sumário das recomendações, cujo limite exterior chega a afastar-se cerca de 170 milhas da linha de afastamento das placas.

a plataforma continental das ilhas oceânicas não se pode estender além das 200 milhas⁶⁰⁵. O entendimento defendido por TAFT não tem em conta a natureza residual dos grandes fundos marinhos relativamente à margem continental⁶⁰⁶, nem o texto do artigo 121.º, n.º 2, da CNUDM ao referir que as zonas marítimas das ilhas são determinadas em conformidade com as disposições da Convenção aplicáveis a outras formações terrestres.

Baseando a distinção apresentada numa interpretação conjunta dos n.ºs 1, 3 e 6 do artigo 76.º, e tendo em vista atribuir um sentido útil às diferentes categorias de relevo submarino constantes naquele artigo, Nuno ANTUNES e Fernando PIMENTEL referem que as elevações submarinas são características tipicamente compostas por crusta continental e que fazem parte da margem continental geomorfológica. Para que seja possível esta qualificação será necessária a verificação de um duplo requisito que são a continuidade geológica com a margem continental geológica e a continuidade geomorfológica. As cristas submarinas distinguem-se das cristas oceânicas ao serem constituídas, em princípio, por crusta oceânica, existindo apenas um requisito relevante, a continuidade geomorfológica. As cristas oceânicas são elevações dos fundos marinhos que não podem ser consideradas como prolongamento submerso de um território⁶⁰⁷.

Harald BREKKE e Philip SYMONDS, são os autores que até à presente data mais têm desenvolvido o tema relativo à concetualização dos diferentes tipos de relevo submarino contido no artigo 76.º da CNUDM e a respetiva aplicação⁶⁰⁸. De acordo com estes autores, uma crista submarina pode, nos termos do artigo 76.º, n.º 6, da CNUDM, ser definido como uma crista que, em todo o seu comprimento, está situada aquém do bordo exterior da margem

⁶⁰⁵ TAFT, G. - Solving the Ridge Enigma of Article 76 of the United Nations Convention on the Law of the Sea. 2001 5.ª e 6.ª páginas (páginas não numeradas).

⁶⁰⁶ Vide TAFT, George - Solving the Ridge Enigma of Article 76 of the United Nations Convention on the Law of the Sea. [Em linha]. Monaco: [s.n.] [Consultado em 23 fev. 2016]. Disponível em WWW:URL:https://www.ihl.int/mtg_docs/com_wg/ABLOS/ABLOS_Conf2/TAFT.PDF p 2.

⁶⁰⁷ ANTUNES, N. M., PIMENTEL, F. M. - Reflecting on the legal-technical interface of article 76 of the LOSC: tentative thoughts on practical implementation. 2003, pp. 24-25.

⁶⁰⁸ Sobre este tema *vide*, entre outros, MACNAB, R. - Submarine Elevations and Ridges: Wild Cards in the Poker Game of UNCLOS Article 76. 2008; GAO, J. - The Seafloor High Issue in Article 76 of the LOS Convention: Some Views from the Perspective of Legal Interpretation. 2012 e GRANTZ, A. - Treatment of Ridges and Borderlands Under Article 76 of the United Nations Convention on the Law of the Sea. 2001.

continental, estando dentro do envelope dos pontos de PdT, e que em toda a sua extensão apresenta uma natureza geológica significativamente diferente das características do território emerso do Estado costeiro. De acordo com esta definição, uma crista submarina pode ser de dois tipos no que respeita à sua natureza⁶⁰⁹. No primeiro tipo representa uma zona de transição entre as características da massa terrestre e os grandes fundos marinhos. No segundo, a crista que, no extremo mais afastado da costa possui as características geológicas e origem nos grandes fundos marinhos, enquanto o extremo mais próximo de terra constitui parte integrante da margem continental. Estes autores adiantam ainda que as elevações submarinas que são componentes naturais da margem continental, nos termos do artigo 76.º, n.º 6, podem ser definidas como a característica submarina que se situa no interior do bordo exterior da margem continental nos termos definidos na Convenção, partilhando a origem e características geológicas do território emerso do Estado costeiro⁶¹⁰. Baseando-se nas decisões tomadas pela CLPC relativamente a recomendações já aprovadas, BREKKE e SYMONDS vieram, posteriormente, confirmar na generalidade o entendimento anteriormente defendido, sublinhando que a qualificação do relevo submarino depende da natureza geológica deste relativamente ao território emerso. Esta ligação tem que ser demonstrada exclusivamente por prova geológica ou geofísica⁶¹¹.

Fazendo parte da doutrina institucional mais recente, o Manual Técnico contém uma descrição detalhada sobre o contexto geológico em que as características submarinas aparecem, bem como uma breve referência histórica ao aparecimento e desenvolvimento dos conceitos no âmbito do artigo 76.º da CNUDM. Para além destes aspetos, partindo duma interpretação integrada dos n.ºs 3, 4 e 6 do artigo 76.º, o Manual Técnico propõe definições para cristas submarinas, elevações submarinas e cristas oceânicas. Assim, segundo as definições contantes no Manual Técnico, cristas submarinas são características «*que:*

⁶⁰⁹ BREKKE, H., SYMONDS, P. A. - The Ridge Provisions of Article 76 of the UN Convention on the Law of the Sea. 2004.

⁶¹⁰ *Ibidem*, pp. 194-195.

⁶¹¹ BREKKE, H., SYMONDS, P. - Submarine Ridges and Elevations of Article 76 in Light of Published Summaries of Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf. 2011, p. 304. Para além da prova geológica ou geofísica, parece igualmente admissível prova geoquímica para demonstrar a ligação entre o relevo submarino e a parte emersa do território do Estado costeiro, *ibidem*, pp. 295-296.

- *tem continuidade morfológica horizontal e vertical com a margem continental tal como determinado pelo envelope de pé do talude;*
- *Desse modo estão fora dos grandes fundos marinhos no sentido da CNUDM e estão geologicamente ancoradas à margem continental, mas ao longo do seu comprimento, total ou parcial podem ter características geológicas diferentes e/ou origem relativamente à massa terrestre do Estado costeiro»⁶¹².*

Elevação submarina que é uma componente natural da margem continental é definida como «uma elevação submarina que ao longo de todo o comprimento se situa no interior do bordo exterior da margem continental partilhando o pé do talude continental comum, e partilha as características geológicas e origem do Estado costeiro»⁶¹³.

Uma crista oceânica é «uma crista ou uma parte de uma crista que:

- *Por falta de continuidade horizontal ou vertical, está situada totalmente fora do envelope contínuo de pés do talude da margem continental e por isso não pode contribuir para o bordo exterior da margem continental; e*
- *Partilha as características e origem dos grandes fundos marinhos; grandes fundos marinhos entendidos no sentido da Convenção»⁶¹⁴.*

Jianjun GAO apresenta um entendimento muito próximo de BREKKE e SYMONDS, ao defender que uma crista oceânica dos grandes fundos marinhos não faz parte do prolongamento natural do território terrestre do Estado costeiro, sendo indiferente se o referido relevo submarino partilha as características geológicas e origem dos grandes fundos marinhos. Para este autor as elevações submarinas não fazem parte do prolongamento natural do território terrestre do Estado costeiro, apresentando continuidade geomorfológica e geológica com a massa terrestre do Estado costeiro, ficando a decisão sobre este aspeto dependente da ligação entre o relevo submarino e a massa terrestre em questão. As cristas submarinas são parte do prolongamento natural do território terrestre do Estado costeiro, mas não são componentes naturais da margem continental embora apresentem continuidade morfológica com a massa

⁶¹² Manual Técnico, pp. VII-31 e VII-32.

⁶¹³ *Ibidem*, p. VII-32.

⁶¹⁴ *Ibidem*, p. VII-33.

terrestre do Estado costeiro⁶¹⁵.

7.3. Prática da CLPC na qualificação do relevo submarino

Até à presente data a CLPC já considerou mais de vinte características submarinas em oito propostas de extensão. Importa realçar que o relevo considerado apenas se refere a características submarinas que se situam para lá das 350 milhas e que façam parte da margem continental do Estado costeiro. Ficam, assim, excluídas as características submarinas que não fazem parte da margem continental, *i.e.*, as cristas oceânicas, e as que, fazendo parte da margem continental, não ultrapassam as 350 milhas, sendo-lhes aplicável.

7.3.1. Federação Russa

A proposta de extensão da Federação Russa, apresentada à CLPC em 20 de dezembro de 2001^{616,617}, abrangia as áreas dos Mares de *Barents*, *Bering*, *Okhotsk* e o Oceano Ártico central, sendo a primeira relativamente à qual a CLPC se pronunciou, embora de modo muito vago, sobre a qualificação do relevo submarino. Os *Lomonosov Ridge* e *Mendeleev-Alpha Rise* são as formações geológicas de maior significado, qualificadas nessa proposta de extensão como elevações submarinas. A CLPC não aceitou a qualificação⁶¹⁸ apresentada pela Rússia sendo um

⁶¹⁵ GAO, J. - The Seafloor High Issue in Article 76 of the LOS Convention: Some Views from the Perspective of Legal Interpretation. 2012, p. 137.

⁶¹⁶ Informação adicional sobre a proposta de extensão russa de 20 de dezembro de 2001 pode ser consultada em http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_rus.htm

⁶¹⁷ Sobre esta matéria MACNAB, R., PARSON, L. - Continental Shelf Submissions: The Record to Date. 2006, pp. 310-313; FERRÃO, M. C. - **A delimitação da Plataforma Continental além das 200 Milhas Náuticas**. 2009, pp. 180-188 e COLSON, D. A. - The Delimitation of the Outer Continental Shelf Between Neighboring States. 2003, pp. 97-99; SPIELMAN - An Evaluation of Russia's Impending Claim for Continental Shelf Expansion: Why Rule 5 Will Shelve Russia's Submission. 2009; GORSKI, T. - A Note on Submarine Ridge and Elevations with Special Reference to the Russian Federation and the Arctic Ridges. 2009. Este autor sublinha a dificuldade na interpretação das normas da CNUDM relativamente à distinção entre cristas submarinas e elevações submarinas e a respetiva aplicação ao caso das cristas *Lomonosov* e *Mendeleev*, cujos resultados, afirma, terá consequências ao nível global; BAKER, B. - Law, Science, and the Continental Shelf: The Russian Federation and the Promise of Arctic Cooperation. 2010, pp. 267-271;

⁶¹⁸ Não foi publicado o sumário das recomendações relativas à proposta de extensão da Rússia, pelo que a

dos argumentos invocados o “estado do conhecimento científico” (*state of scientific knowledge*)⁶¹⁹.

Em 2013 e 2015, usando da faculdade prevista no Anexo II, artigo 8.º, da CNUDM a Rússia apresentou à CLPC novas propostas parciais revistas, respetivamente, para o Mar de Okhotsk⁶²⁰ e para o Oceano Ártico⁶²¹. A primeira destas propostas parciais revistas, que não tem elementos importantes relativos a relevo submarino, obteve recomendações favoráveis aprovadas em 11 de março de 2013⁶²².

7.3.2. Austrália

O primeiro documento público que contém o entendimento expresso da CLPC sobre o modo como o relevo submarino foi qualificado numa proposta de extensão é o sumário das recomendações da proposta de extensão australiana. A dimensão e diversidade geológica da margem continental australiana compreende relevo submarino que, embora apresentado pela Austrália na sua totalidade como elevações submarinas, não mereceu inteira concordância por parte da CLPC. Em consequência disto, algumas das características submarinas ficaram classificadas como cristas submarinas. Na proposta de extensão australiana foi classificado pela CLPC o relevo submarino nas regiões *Kerguelen Plateau*, *Lord Howe Rise*, *Naturaliste Plateau*, *South Tasman Rise*, *Wallaby* e *Exmouth Plateau*.

A apreciação do *Kerguelen Plateau* foi efetuada compreendendo quatro características submarinas: *Central Kerguelen Plateau* (CKP), *South Kerguelen Plateau* (SKP), *Ellen Bank*

fundamentação das recomendações da CLPC não é conhecida em detalhe. Contudo, foi publicado um resumo em UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, *General Assembly Resolution 57/57, Ocean and Law of the Sea-Report of the Secretary-General*. [A/57/57/Add. 1] 2002, parágrafos 38-41.

⁶¹⁹ RUSSIAN FEDERATION, *Partial Revised Submission of the Russian Federation to the Commission on the Limits of the Continental Shelf of the Russian Federation in the Arctic Ocean-Executive Summary*. 2015, p. 12.

⁶²⁰ RUSSIAN FEDERATION, *Revision of the Partial Submission of the Russian Federation to the Commission on the Limits of the Continental Shelf of the Russian Federation in the Sea of Okhotsk-Part I. Executive Summary*. 2013..

⁶²¹ RUSSIAN FEDERATION, *Executive Summary - Arctic Ocean...*

⁶²² Vide COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Partial Revised Submission Made by the Russian Federation in Respect of the Sea of Okhotsk on 28 February 2013*. 2013

(EB) e *Williams Ridge*. A CLPC considerou a prova apresentada relativamente às três primeiras, assente nos processos geológicos que estiveram na respetiva formação, como adequada e suficiente para a respetiva classificação como elevações submarinas. No *Central Kerguelen Plateau* foi aceite que a «a crusta (...) é constituída por rochas magmáticas do Cretáceo Inferior (...) estas rochas magmáticas apresentam prova química de contaminação pela crustal continental. A prova sísmica mostra que a crusta magmática no CKP continua para oeste por baixo da bacia de Kerguelen-Heard e da própria ilha de Heard»⁶²³. A prova aceite relativamente ao SKP é idêntica ao CKP uma vez que «as componentes principais do SKP são constituídas por rochas magmáticas do Cretáceo Inferior (...) semelhantes à crusta do CKP. As rochas magmáticas no SKP mostram uma contaminação geral pela crusta continental»⁶²⁴. No que respeita a *Ellen Bank*, a CLPC aceitou a prova apresentada no sentido de considerar a assinatura crustal idêntica às verificadas no CKP e SKP⁶²⁵.

Relativamente a *Williams Ridge*, a prova apresentada não foi considerada suficiente para que esta característica submarina fosse qualificada como elevação submarina. A este respeito refere a CLPC que «os dados de WR [*Williams Ridge*] apresentados apenas fornecem prova indireta da sua natureza e origem e a Comissão é de opinião que a origem geológica de WR continua por resolver (...) não considera justificado que WR seja considerado uma elevação submarina que é uma componente natural da margem continental (...)»⁶²⁶. A consequência direta desta classificação consiste na exclusão da fórmula restritiva da profundidade, sendo o limite exterior da plataforma continental delimitado pela fórmula restritiva da distância. Excluir

⁶²³ Australia §81, p. 22. Versão original: «*crust, which has a thickness of up to 25 km, is made up of Late Cretaceous magmatic rocks, ca 100 Ma old. In the southern parts of the CKP these magmatic rocks show chemical evidence of contamination by the continental crust. Seismic evidence shows that the magmatic crust in the eastern part of CKP continues westwards beneath the Kerguelen-Heard Basin and the Heard Island itself*».

⁶²⁴ *Ibidem*, §82, p. 22. Versão original: «*The major parts of the SKP is also made up of Late Cretaceous magmatic rocks, ca 100 Ma old (90 – 118 Ma), similar to the crust of the CKP. In the SKP the magmatic rocks show a general contamination by continental crust*».

⁶²⁵ *Ibidem*, parágrafo 82, p. 22.

⁶²⁶ *Ibidem*, parágrafo 83, pp. 22-23. Versão original: «*The data submitted for the WR seems to give only indirect evidence of its nature and origin and the Commission is of the opinion that the geological origin of the WR still remains unresolved (...) does not consider it justified that the WR is regarded as a submarine elevation that is a natural component of the continental margin in the sense of article 76, paragraph 6, qualifying for the application of the depth criterion constraint*».

a possibilidade de usar a fórmula restritiva de profundidade significa, por outras palavras e tendo em conta o disposto no n.º 6 do artigo 76.º, que a referida característica é classificada como crista submarina à qual é aplicável a fórmula restritiva da distância.

A extensão da plataforma continental australiana na região de *Lord Howe Rise* é gerada a partir de das ilhas *Lord Howe* e *Norfolk*. Relativamente a esta característica submarina a CLPC considerou que é «*de origem complexa compreendendo elementos continentais, insulares e oceânicos. A Comissão concorda que Lord Howe Rise é de origem continental bem demonstrado por dados de perfuração a grande profundidade, amostras de fundo, estudos de sísmica de reflexão e refração e modelos gravimétricos (...). Com base nesta prova, a Comissão considera que Lord Howe Rise seja classificado como elevação submarina*»⁶²⁷.

Idêntica justificação foi apresentada pela CLPC relativamente a *Naturaliste Plateau* e a *South Tasman Rise*, ao mencionar, no primeiro, que «*os dados geológicos disponíveis mostram que a crosta da falha é de origem continental (...). Com base nesta prova bem como nas amostras de rochas com afinidade continental obtidas por dragagem e perfurações de grande profundidade a Comissão considera que o Naturaliste Plateau seja classificado como elevação submarina*»⁶²⁸. Referindo-se aos processos geológicos que estiveram na origem do *South Tasman Rise*, a CLPC concluiu que também esta característica submarina é de origem continental, pelo que deve ser qualificada como elevação submarina⁶²⁹.

Relativamente ao relevo *Wallaby Composite High*, a Comissão concordou com a fundamentação apresentada pela Austrália baseada em provas morfológicas e geológicas, qualificando esse relevo como um componente natural da margem continental, embora reconhecesse como incerta a sua origem geológica. Refere a CLPC que «*com base nos dados e*

⁶²⁷ *Ibidem*, parágrafo 107, pp. 31. Versão original: «*is of a complex origin comprising continental, island arc and oceanic elements. The Commission agrees that the Lord Howe Rise is of continental origin that is well evidenced by deep sea drilling data, bottom sampling data, seismic reflection/refraction studies, and gravity modelling (...). Based on this evidence, the Commission considers the Lord Howe Rise to be classified as a submarine elevation*».

⁶²⁸ *Ibidem*, parágrafo 147. Versão original: «*The available geological data show that the rifted crust is of continental origin (...) Based on this evidence as well as the rock samples of continental affinity acquired by dredging and deep sea drilling the Commission considers the Naturaliste Plateau to be classified as a submarine elevation*».

⁶²⁹ *Ibidem*, parágrafo 169, p. 51.

informações apresentadas a informação geológica do todo o Wallaby Composite High ainda permanece por resolver. Contudo, conjugando a informação morfológica e geológica apresentada, a Comissão concorda que o Wallaby Composite High deva ser considerado como uma elevação submarina que é uma componente natural da margem continental, no sentido do artigo 76, parágrafo 6, estando apto para a aplicação do critério restritivo de profundidade»⁶³⁰.

Na área de *Exomouth Plateau*, dos três relevos submarinos dois, *Wombat Plateau* e *Platypus Spur*, foram aceites pela CLPC como elevações submarinas, tendo o terceiro, *Joey Rise*, sido recusado. Relativamente a este último a CLPC sustentou que «os dados apresentados sobre a origem de *Joey Rise* são demasiado escassos para serem conclusivos»⁶³¹. Comparando a estrutura geológica com base em duas linhas de sísmica, a CLPC conclui que a «*crusta de Platypus Spur compreende refletores internos claros indicativos de crusta continental. A falta de refletores e estruturas nos perfis sísmicos através de Joey Rise, contudo, indicam a origem magmática da crusta*»⁶³². Finaliza acrescentando que «com base nos dados geológicos e geofísicos fornecidos, a Comissão é de opinião que o *Exomouth Plateau*, incluindo o *Wombat Plateau* e o *Platypus Spur*, é de origem continental (...) [sendo] classificado como elevação continental»⁶³³.

⁶³⁰ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) in Regard to the Submission made by Australia on 15 November 2004*. 2008, parágrafo 218, p. 64. Versão original: «(...) on the basis of the data and information presented the geological origin of the whole Wallaby Composite High still remains unresolved. Nevertheless, on the balance of morphological and geological evidence presented, the Commission agrees that the Wallaby Composite High is to be regarded as a submarine elevation that is a natural component of the continental margin in the sense of article 76, paragraph 6, qualifying for the application of the depth criterion constraint».

⁶³¹ *Ibidem*, parágrafo 220, p. 65. Versão original: «the data presented on the origin of the Joey Rise is too sparse to be conclusive».

⁶³² *Ibidem*, parágrafo 220, p. 65. Versão original: «the lack of reflectors and structures in the seismic profile across the Joey Rise, however, indicates a magmatic origin of that crust».

⁶³³ *Ibidem*, parágrafos 220-222, p. 65. Versão original: «based on the geological and geophysical data provided, the Commission is of the opinion that the Exmouth Plateau, including the Wombat Plateau and the Platypus Spur, is continental in origin (...) is classified as a submarine elevation».

7.3.3. Nova Zelândia

Na proposta de extensão da Nova Zelândia existem oito características submarinas apresentadas como elevações submarinas: *Kermadec Ridge*, *Colville Ridge*, *Three Kings Ridge*, *Fantail Terrace*, *Wishbone Ridge*, *Challenger Plateau*, *Lord Howe Rise* e *Gilbert Seamount*. Contrariamente às recomendações da proposta de extensão australiana, no sumário das recomendações da proposta de extensão da Nova Zelândia, a CLPC foi muito contida na justificação das recomendações apresentadas. O texto da decisão foi o mesmo para todas as características submarinas, referindo que «*com base na doutrina e na prova contida na proposta, a Comissão concorda que [nome das características submarina] são componentes naturais da margem continental (...) e podem qualificadas como elevações submarinas (...)*»⁶³⁴.

7.3.4. Noruega, nas regiões do Oceano Ártico, Mar de Barents e Mar da Noruega

Na proposta de extensão da Noruega existem três características submarinas apresentadas como elevações submarinas: *Vøring Plateau*, *Vøring Spur* e *Jan Mayen*. *Vøring Plateau* foi classificado pela CLPC como elevação submarina por constituir uma característica submarina «*que tem subjacente crusta continental que se funde na parte exterior com crusta tipo magmática anormalmente espessa*»⁶³⁵. No que respeita a *Vøring Spur*, a CLPC refere que «*embora permaneça pouco compreendido, a informação contida na Proposta e o material adicional fornecido pela Noruega (...) indica que Vøring Spur tem subjacente crusta magmática espessa e tem uma evolução e natureza geológica diferente do Vøring Plateau que*

⁶³⁴ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) in Regard to the Submission made by New Zealand on 19 April 2006*. 2008, parágrafos 145, 164 e 192, respetivamente, pp. 43, 50 e 58. . Versão oficial: «*Based on the literature and the evidence in the Submission, the Commission agrees that [nome da característica submarina] are natural components of the continental margin of (...)and may be classified as submarine elevations (...)*»

⁶³⁵ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by Norway in Respect of Areas in the Arctic Ocean, the Barents Sea and the Norwegian Sea on 27 November 2006*. 2009, parágrafo 75, p. 27. Versão oficial: «*margin that is underlain by extended continental crust that merges with anomalously thick, breakup related magmatic crust beneath its outer part*».

*lhe está adjacente. No entendimento da Comissão, Vøring Spur não pode ser visto como uma elevação submarina que é uma componente natural da margem continental do território continental da Noruega no sentido do artigo 76, parágrafo 6. É, contudo, parte da margem continental da Noruega para os fins da Convenção. Por este motivo, as isóbatas dos 2.500 m associadas a Vøring Spur que se situam dentro do seu pé do talude continental podem contribuir para a construção da linha restritiva de profundidade usadas para delinear os limites exteriores da plataforma continental (...)*⁶³⁶.

Vøring Spur constitui um exemplo de uma formação geológica compreendida no mesmo envelope de pontos de PdT que Vøring Plateau, mas com origens geológicas diferentes, que CLPC não classificou como elevação submarina, mas permitiu que a linha restritiva de profundidade contribuísse para delinear o limite exterior da plataforma continental.

Por último, relativamente *Jan Mayen Micro-Continent/Iceland Plateau* a CLPC refere que «com base na prova morfológica e geológica da proposta, o material adicional fornecido pela Noruega (...) a doutrina, a Comissão concorda que em conjugação o relevo composto JMMC/IP é uma elevação submarina que é uma componente natural da margem continental de Jan Mayen, no sentido do artigo 76, parágrafo 6. Assim, para traçar o limite exterior da plataforma continental, o limite válido de profundidade pode ser aplicado aos pontos fixos utilizados para estabelecer o bordo exterior da margem continental com origem no relevo composto JMMC/IP; em particular, em Jan Mayen South-East FOS 8»⁶³⁷.

⁶³⁶ *Ibidem*, parágrafo 76, p. 27. Versão original: «Although it remains poorly understood, information in the Submission and additional material provided by Norway (...) indicates that the Vøring Spur is underlain by thick magmatic crust and has a different evolution and geological character to the adjacent Vøring Plateau. In the view of the Commission, the Vøring Spur cannot be regarded as a submarine elevation that is a natural component of the continental margin of Mainland Norway in the sense of article 76, paragraph 6. It is, however, part of the continental margin of Norway for the purposes of the Convention. Hence, 2.500 m isobaths associated with the Vøring Spur that lie inside its foot of continental slope envelope can contribute to the construction of the depth constraint line used to delineate the outer limits of the continental shelf».

⁶³⁷ *Ibidem*, parágrafo 77, p. 29. Versão original: «based on the morphological and geological evidence in the Submission, the additional material provided by Norway (...), and the literature, the Commission agrees that on balance the JMMC/IP composite high is a submarine elevation that is a natural component of the continental margin of Jan Mayen in the sense of article 76, paragraph 6. Hence, to delineate the outer limits of the continental shelf, a valid depth constraint could be applied to fixed points used to establish the

7.3.5. França, na região da Nova Caledónia

Na região da Nova Caledónia, a França partilha com a Austrália a única característica submarina suscetível de ser qualificada como elevação submarina. Na apreciação da proposta francesa a CLPC, na linha do entendimento já evidenciado na proposta australiana, cujo texto muito se aproxima, aceitou a qualificação como elevação submarina.

7.3.6. Japão

A proposta de extensão da plataforma continental do Japão considerou como elevação submarina parte do *Ogasawara composite high*. Na apreciação da proposta de extensão a CLPC refere que o «*Japão demonstrou que a oeste, partes do Ogasawara composite high está acrescido ao Izu-Ogasawara Arc, e sugere que essa acessão se encontra ainda num estado inicial e que futura acessão terá lugar no futuro*»⁶³⁸. Esta parte do *Ogasawara composite high* foi considerada como uma elevação submarina, ao passo que a parte leste deste relevo submarino foi considerado como uma crista submarina uma vez que «*(...) os montes submarinos Yabe, Hanzawa e Katayama não se encontram compreendidos no processo de acessão tectónica e, como tal representa uma característica subsidiária do planalto que não se encontra por si só acrescida ao Izu-Ogasawara Arc*»⁶³⁹.

O *Ogasawara composite high* constitui um exemplo de uma formação geológica compreendida no mesmo envelope de pontos de PdT que possui origens geológicas diferentes sendo, por isso, classificada pela CLPC uma parte como elevação submarina, a outra como crista submarina.

outer edge of the continental margin that are derived from the JMMC/IP composite high; in particular, Jan Mayen South-East FOS 8».

⁶³⁸ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission Made by Japan on 12 November 2008*. 2012, parágrafo 117, p. 18. Versão original: «*Japan provides evidence that in the west, parts of the Ogasawara composite high are accreted to the Izu-Ogasawara Arc, and suggest that accretion is still at an early stage and that further accretion will take place in the future*».

⁶³⁹ *Ibidem*, parágrafo 120 (iv), p. 18. Versão original: «*(...) Yabe, Hanzawa and Katayama seamounts, are not involved in the tectonic accretion process and, as such represent a subsidiary feature of the plateau that is not in itself accreted to the Izu-Ogasawara Arc*».

7.3.7. Proposta conjunta das Ilhas Maurícias e das Seicheles na região do Mascarene Plateau

A proposta conjunta das Ilhas Maurícias e das Seicheles é dominada quase exclusivamente pelo *Mascarene Plateau*. Relativamente a esta característica submarina os sumários das recomendações referem que existe «*prova de crusta continental modificada subjacente ao Mascarene Plateau do Seychelles Bank a Nazareth Bank obtida a partir de dados de sísmica de refração, bem como de afloramentos nalgumas ilhas e dados de perfuração da parte norte de Mascarene Plateau (...) A Comissão reconhece que o Mascarene Plateau teve origem como um micro continente entre os continentes de Madagascar e Indiano*»⁶⁴⁰. A CLPC conclui esta parte da apreciação da proposta referindo que «*com base na sua morfologia e geologia (...) a Comissão concorda que Mascarene Plateau é uma elevação submarina que é uma componente natural da margem continental dos dois Estados costeiros no sentido do artigo 76, parágrafo 6, da Convenção*»⁶⁴¹.

7.3.8. França, na região das Ilhas Kerguelen

Na proposta de extensão para esta região, a França defendeu a classificação de *Gallieni Ridge* como elevação submarina, cuja argumentação não mereceu acolhimento favorável por parte da CLPC. As razões para a recusa da classificação apresentada pela França têm a ver com o processo geológico que conduziu à formação daquela característica submarina, cujo detalhe é apresentado no sumário das recomendações⁶⁴². Com base na argumentação por ela defendida,

⁶⁴⁰ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Joint Submission made by Mauritius and Seychelles Concerning the Mascarene Plateau on 1 December 2008*. 2011, parágrafo 55, p. 19. Versão original: «*Evidence of modified continental crust beneath the Mascarene Plateau from Seychelles Bank to the Nazareth Bank can be derived from seismic refraction data, as well as from outcrops on some islands and drilling data from the northern part of the Mascarene Plateau (...) The Commission recognises that the Mascarene Plateau originated as a microcontinent between the Madagascar and Indian continents*».

⁶⁴¹ *Ibidem*, parágrafo 56, p. 19. Versão original: «*On the basis of its morphology and geology (...) the Commission agrees that the Mascarene Plateau is a submarine elevation that is a natural component of the continental margin of the two coastal States in the sense of article 76, paragraph 6, of the Convention*».

⁶⁴² COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Partial Submission Made the*

a CLPC concluiu que *«ainda existem incertezas consideráveis e falta de dados tendo em vista compreender Gallieni Ridge, a sua natureza geoquímica, o seu mecanismo posicional tectono-magmático, a idade precisa e a dimensão temporal do posicionamento. Assim, a Comissão considera não provada, com base nos dados apresentados, que Gallieni Ridge possa ser considerado como uma elevação submarina (...)»*⁶⁴³.

7.3.9. Islândia, na região da *Ægir Basin* e nas partes oeste e sul de *Reykjanes Ridge*

A proposta de extensão da Islândia foi a primeira das propostas de extensão situada na Crista Médio-Atlântica com relevo submarino classificado como elevação submarina, a ser considerada pela CLPC. Nesta proposta de extensão a CLPC escusou-se a considerar a construção da linha restritiva de profundidade, uma vez que *«considerou que os dados e informação contidos na proposta eram inconclusivos para suportar as partes oeste e sul de Reykjanes Ridge como uma componente da margem continental da Islândia»*⁶⁴⁴.

Importa relevar, no caso desta proposta de extensão, o facto de a diferença entre o limite exterior da plataforma continental, tal como consta no sumário executivo, e o limite exterior recomendado pela CLPC, limitado às 350 milhas a contar das linhas de base, ser superior a 500 milhas.

Republic of France in Respect of the Areas of the French Antilles and the Kerguelen Islands on February 2009. 2012, parágrafo 86, p. 13.

⁶⁴³ *Ibidem*, parágrafo 87, p. 13. Versão original: *«there are still considerable uncertainties and a lack of data with regard to understanding the Gallieni Ridge, its geochemical character, its tectono-magmatic emplacement mechanism, and the exact age and time span of that emplacement. Therefore, the Commission does not consider it proven, based on the data provided, that the Gallieni Ridge should be regarded as a submarine elevation (...)»*.

⁶⁴⁴ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary Of Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission Made by Iceland in the Ægir Basin Area and in the Western and Southern Parts of Reykjanes Ridge on 29 April 2009*. 2016, parágrafo 78, p. 22.

**7.4. Avaliação crítica às Diretrizes Científicas e Técnicas e a prática da CLPC
quando à qualificação do relevo submarino**

A parte da apreciação caso a caso sistematicamente inserida no capítulo 7.2 das Diretrizes Científicas e Técnicas sugere que a distinção mais complexa de efetuar é entre cristas oceânicas e cristas submarinas. Uma vez que as cristas oceânicas têm natureza residual relativamente à margem continental, determinada em conformidade com o artigo 76.º, n.º 4, o relevo submarino que se situar fora é juridicamente qualificado como crista oceânica que fazem parte dos grandes fundos marinhos. No parágrafo 7.2, ao caracterizar de modo mais detalhado os diversos modos de formação das cristas, sugerindo que são tão diversos que a CLPC se investe no poder de os apreciar caso a caso, as Diretrizes Científicas e Técnicas estão a subentender estes dois tipos de cristas, submarinas/oceânicas, no seu sentido geológico e não jurídico.

Este entendimento é reforçado pelo texto do parágrafo 7.1.8, transcrito *supra*⁶⁴⁵. Decompondo este parágrafo verifica-se que a dúvida na distinção apontada neste parágrafo das Diretrizes parece ser entre elevações submarinas e cristas submarinas ou, noutras circunstâncias, entre elevações submarinas e cristas oceânicas. Até à presente data esta última distinção nunca esteve em causa porque, de acordo com a doutrina relevante e com a prática da CLPC, constituem dois tipos legais mutuamente exclusivos, uma vez que as elevações submarinas têm que fazer parte da margem continental, as cristas oceânicas nunca fazem parte da margem continental.

O que há de facto a procurar, como se viu anteriormente em vários exemplos, é saber se determinado relevo que faz parte da margem continental é elevação submarina ou crista submarina. Uma definição jurídica de cristas oceânicas e cristas submarinas seria muito mais simples, bastando sublinhar o que a própria convenção dispõe no n.º 3 do artigo 76.º.

Conforme anteriormente referido⁶⁴⁶, as regras contidas no artigo 76.º da CNUDM pouco referem quanto ao modo como deve ser qualificado o relevo submarino. O capítulo 7 das Diretrizes Científicas e Técnicas para além de descrever o que caracteriza cientificamente cada um dos tipos de relevo submarino, pouco adiantam relativamente às regras que, perante cada

⁶⁴⁵ Nota 589.

⁶⁴⁶ Vide Parte I, Capítulo 2, 7.1 *supra*.

caso, devam ser aplicadas⁶⁴⁷. Considerando as múltiplas hipóteses possíveis face à grande diversidade de situações existentes na natureza, bem como à dificuldade em estabelecer regras concretas de aplicação genérica, a CLPC entendeu como conveniente que cada um dos casos que lhe fosse submetido para consideração teria apreciação casuística⁶⁴⁸. Neste contexto de escassez normativa para aplicação de matéria tão importante, a prática da CLPC através das recomendações emitidas ao longo da apreciação dos diversos processos de extensão assume relevância especial.

A Comissão parece revelar um certo grau de incerteza no que diz respeito a algum do relevo submarino da Austrália e da Noruega, acabando por recomendar de modo favorável na maioria dos casos na Austrália e em todos na Noruega. Contudo, no resumo das recomendações a Comissão não revelou em detalhe o modo como a prova morfológica poderia suprir a lacuna revelada na prova geológica. A Comissão também não explica o “equilíbrio” que refere e como foi alcançado nestes casos. Não explica também a razão porque essa abordagem não foi utilizada igualmente noutros casos que correspondem a problemas semelhantes. A partir dos sumários das recomendações, é impossível determinar o fundamento das decisões que tomou.

Noutras situações a CLPC considerou como não provada a qualificação de determinadas características submarinas como elevações submarinas, tal como proposto pelos Estados nas respetivas recomendações. É o caso de *Joey Rise* na proposta da Austrália⁶⁴⁹ e de *Gallieni Ridge* na proposta parcial da França para as Ilhas *Kerguelen*⁶⁵⁰.

Os exemplos acima mencionados parecem, no entanto, ser exceções que se aplicam apenas em situações em que é impraticável ou praticamente impossível para os Estados costeiros produzir provas suficientes no que respeita ao fundo do mar alto em questão. Nos casos em que os dados e materiais apresentados não permitem à Comissão decidir sobre a classificação do relevo submarino, a Comissão tem recomendado o critério de distância, ou

⁶⁴⁷ EVANS, A., CARLETON, C. M., PARSON, L. - Article 76: The Ridge Issue. 2001 p. 14.

⁶⁴⁸ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 7.2.11.

⁶⁴⁹ *Recommendations of Australia*, parágrafo 223, pp. 65-66.

⁶⁵⁰ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Partial Submission Made the Republic of France in Respect of the Areas of the French Antilles and the Kerguelen Islands on February 2009*. 2012, parágrafos 87-88, p. 13.

seja, uma aplicação provisória da fórmula menos favorável a todo o relevo submarino da margem continental que se estenda além de 350 milhas marítimas das linhas de base, independentemente de se tratar de cristas ou não. Por exemplo, no sumário das recomendações da Austrália, as recomendações relacionadas com *Joey Rise*, a Comissão sublinhou esta regra, citando as Diretrizes Científicas e Técnicas de acordo com as quais o Estado costeiro deve demonstrar como a parte relevante do fundo do mar se formou. A Austrália não forneceu provas suficientes nesta matéria pelo que a Comissão recomendou o critério de distância de 350 milhas.

A Austrália classifica *Joey Rise* como uma elevação submarina que é uma componente natural da margem continental, no sentido do n.º 6.º do artigo 76.º. Com base na morfologia unicamente, a Austrália é de opinião que *Joey Rise* não é uma crista submarina, reforçando a ideia que aquela elevação é formada sob o *rifting* e separação do continente em conformidade com o parágrafo 7.3.1.b das Diretrizes⁶⁵¹. A opinião da CLPC, no entanto, é que os dados apresentados na origem de *Joey Rise* são demasiado escassos para serem conclusivos. «Portanto, a Comissão não considera provado que *Joey Rise* deva ser considerado como uma elevação submarina que é um componente natural da margem continental, no sentido do artigo 76, parágrafo 6, qualificando-se para a aplicação do critério restritivo de profundidade»⁶⁵².

No modo como tem qualificado o relevo submarino que se situa para lá das 350 milhas⁶⁵³ a CLPC tem atuado como se existisse uma presunção que esse relevo submarino constitui uma crista submarina, sendo-lhe aplicável, por isso, a primeira parte do n.º 6 do artigo 76.º. Essa presunção é ilidível caso o Estado costeiro venha a demonstrar que existe uma ligação, baseada em critérios geocientíficos aceites pela CLPC, entre esse relevo e o território emerso. A parte

⁶⁵¹ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) in Regard to the Submission made by Australia on 15 November 2004*. 2008, parágrafo 219, p. 65.

⁶⁵² *Ibidem*, parágrafo 222, p. 65. Versão original: «Therefore, the Commission does not consider it proven that the *Joey Rise* should be regarded as a submarine elevation that is a natural component of the continental margin in the sense of article 76, paragraph 6, qualifying for the application of the depth criterion constraint».

⁶⁵³ Até às 350 milhas esta questão não se coloca porque, desde que faça parte da margem continental, o Estado costeiro tem sempre a opção de usar a fórmula restritiva das 350 milhas sem justificações adicionais.

menos clara deste processo, que confere à CLPC uma enorme margem de discricionariedade⁶⁵⁴, resulta da falta de critérios objetivos, qualitativos e quantitativos, que permitam com um mínimo de certeza prever o sentido da decisão, ou aferir se as decisões tomadas se conformam com as regras estabelecidas. Entre os exemplos apresentados, alguns são prova deste facto, como é o caso *Vøring Spur*, na proposta de extensão da Noruega nas regiões do Oceano Ártico, Mar de Barents e Mar da Noruega.

A questão do relevo submarino é das matérias cujo desenvolvimento é menos conseguido nas Diretrizes Científicas e Técnicas. Para que se possa qualificar o relevo submarino tal como se encontra definido no artigo 76.º são necessários dois tipos de tarefas. A primeira consiste em interpretar o artigo 76.º, e restantes disposições da CNUDM, de modo a obter, segundo os princípios da interpretação jurídica, uma qualificação para cada um dos tipos de relevo que vá de encontro ao objeto e finalidade do artigo 76.º, *i.e.*, definir o limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas⁶⁵⁵. Nesta matéria, acompanhamos o entendimento defendido por Harald BREKKE e Philip SYMONDS⁶⁵⁶. Caracterizados juridicamente os tipos de relevo, é necessário aplicar cientificamente essa caracterização, estabelecendo que condições têm que se verificar para que determinada característica submarina possa ser considerada como constituindo o prolongamento natural do território emerso ou, para além disto, possa também ser considerada como uma componente natural da margem continental.

Face ao anteriormente referido no presente capítulo, e confrontando com o texto do capítulo 7 das Diretrizes Científicas e Técnicas, verifica-se que estas ficaram claramente abaixo das expectativas. Neste contexto, resta aos Estados costeiros acompanhar as recomendações da CLPC e daí tentar extrair as regras que lhes possam ser aplicáveis de modo a tentar obter um mínimo de previsibilidade e certeza relativamente à consideração das respetivas propostas de extensão. Como se verificou anteriormente⁶⁵⁷, também nesta matéria a CLPC tem ficado abaixo do esperado, essencialmente, pela falta de informação que fundamenta cada uma das decisões tomadas e, no caso de *Vøring Spur*, pelo facto de a decisão além de ir contra a prática corrente,

⁶⁵⁴ Vide nota 595 *supra*.

⁶⁵⁵ FITZMAURICE, G. - The Law and Procedure of the International Court of Justice 1951-4: Treaty Interpretation and Other Treaty Points. 1958

⁶⁵⁶ Vide nota 611 *supra*.

⁶⁵⁷ Vide Parte ICapítulo 27.3 *supra*.

contrariando expressamente o n.º 6 do artigo 76.º.

Tendo em conta a doutrina já publicada sobre a qualificação do relevo submarino, a distinção entre cristas submarinas e elevações submarinas parece agora muito mais simples do que o texto correspondente nas Diretrizes Científicas e Técnicas, que nesta matéria está desatualizado, ambíguo e confuso. A Figura 15 demonstra de um modo claro o caminho lógico que pode ser seguido para a qualificação do relevo submarino. Nele, existem dois elementos que devem ser determinados: que característica deve ter o relevo submarino para fazer parte da margem continental e que características adicionais são necessárias para que o relevo, para além de fazer parte da margem continental, possa também ser qualificado como uma componente natural da margem continental. No primeiro passo são afastadas as cristas oceânicas, porque não fazem parte da margem continental. No segundo passo é identificado que relevo pode ser qualificado como elevação submarina, deixando de fora as cristas submarinas. Os possíveis critérios a aplicar em cada um dos passos são geocientíficos e foram apresentados de modo claro por Harald BREKE e Philip SYMONDS⁶⁵⁸, entre outros.

8. ISÓBATA DOS 2.500 METROS

8.1. Elementos normativos

A identificação da isóbata dos 2.500 m constitui um elemento importante a ter em conta no processo de extensão da plataforma continental, uma vez que pode constituir a base para a construção de uma das fórmulas restritivas, definida no n.º 5 do artigo 76.º da CNUDM⁶⁵⁹. No que respeita à descrição do que deve ser entendido como a isóbata dos 2.500 m, este preceito convencional apenas refere se trata de uma linha que une as profundidades de 2.500 m. A obtenção das isóbatas de 2.500 m a partir de um modelo digital de terreno constitui uma tarefa simples e automática, realizada a partir de *software* de SIG. Contudo, quando a morfologia dos

⁶⁵⁸ Vide nota 596 *supra*.

⁶⁵⁹ A importância da isóbata dos 2.500 m na aplicação do artigo 76.º vem expressamente mencionada nas Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 4.1.1.

fundos marinhos apresenta uma configuração muito irregular, ou quando os dados disponíveis não sejam de boa qualidade, a escolha da isóbata dos 2.500 m para efeitos da aplicação do n.º 5 do artigo 76.º pode tornar-se complexa, por regra, em virtude das múltiplas possibilidades de escolha disponíveis. Partindo do texto do artigo 76.º, e dos parágrafos pertinentes das Diretrizes Científicas e Técnicas, o presente capítulo tem por finalidade abordar as questões jurídicas inerentes à escolha da isóbata dos 2.500 m para efeitos da aplicação do n.º 5 do artigo 76.º, analisando as recomendações já publicadas onde esta matéria foi objeto de consideração pela CLPC.

Conforme anteriormente referido⁶⁶⁰, a linha que se situa a 100 milhas contadas a partir da isóbata dos 2.500 m constitui uma das fórmulas restritivas que poderá definir o limite exterior da plataforma continental. Tendo em vista densificar a interpretação sobre o modo de aplicar o n.º 5 do artigo 76.º, o parágrafo 4.4.2. das Diretrizes Científicas e Técnicas refere que *«a escolha dos pontos mais salientes ao longo da isóbata dos 2.500 m tendo em vista traçar o limite das 100 milhas pode ser simples quando as isóbatas são simples. Contudo, quando as isóbatas são complexas ou repetidas em múltiplos, a escolha dos pontos ao longo da isóbata dos 2.500 m torna-se difícil. Estas situações surgem como resultado de processos geológicos e tectónicos que enformaram as margens continentais atuais. Podem criar repetições da isóbata dos 2.500 m, por exemplo, através de falhas, dobras e compressões ao longo das margens continentais. Salvo prova em contrário, a Comissão poderá recomendar o uso das primeiras isóbatas de 2.500 m a contar das linhas de base a partir das quais é medido o mar territorial que se conformam com a configuração geral da margem continental»*⁶⁶¹.

As Diretrizes nada referem relativamente ao que se deve entender como isóbatas “simples” ou “complexas”. Sobre esta distinção, do texto apenas parece poder retirar-se que as

⁶⁶⁰ Vide Capítulos 1.2 *supra*.

⁶⁶¹ Versão original: *«The selection of the most salient points along the 2,500 m isobath for the purpose of delineating the 100 M limit may be straightforward when isobaths are simple. However, when isobaths are complex or repeated in multiples, the selection of points along the 2,500 m isobath becomes difficult. Such situations arise as a result of geological and tectonic processes shaping the present continental margins. They can create multiple repetitions of the 2,500 m isobath, for example, by faulting, folding and thrusting along continental margins. Unless there is evidence to the contrary, the Commission may recommend the use of the first 2,500 m isobath from the baselines from which the breadth of the territorial sea is measured that conforms to the general configuration of the continental margin»*. Sublinhado adicionado.

isóbatas repetidas em múltiplos não são simples. Contudo, parece relativamente fácil de aceitar que uma isóbata de 2.500 m simples terá um padrão relativamente uniforme, sem repetições e que, em contexto, seja de fácil aplicação. De acordo com as regras definidas pela CLPC no parágrafo 4.4.2 das Diretrizes, a determinação da isóbata deve seguir uma de duas vias, aplicável consoante a isóbata seja simples ou complexa. Se as isóbatas forem simples a escolha da isóbata dos 2.500 m para efeitos da construção da fórmula restritiva não suscita problemas, estando a decisão isenta de dificuldades. Se as isóbatas forem complexas ou repetidas em múltiplos, a CLPC recomenda o uso das primeiras isóbatas de 2.500 m que sigam a configuração geral da margem continental, a contar das linhas de base. Assim, de acordo com o parágrafo 4.4.2. das Diretrizes, quando as isóbatas são simples a escolha da isóbata dos 2.500 m está apenas sujeita a um critério de localização geográfica. Do mesmo modo, a escolha das isóbatas complexas ou repetidas em múltiplos deve também estar sujeita à configuração geral da margem continental, a não ser que exista prova em contrário⁶⁶².

Para a escolha da isóbata dos 2.500 m que irá contribuir para a fórmula restritiva da profundidade fica ainda por saber, em rigor, o que deve entender-se por conformar-se com a “configuração geral da margem continental” e que critérios e circunstâncias devem ser usados para que seja possível demonstrar que existe uma situação suscetível de constituir prova em contrário que afaste a regra da conformação com a configuração geral da costa.

8.2. Prática da CLPC na qualificação e aceitação das isóbatas dos 2.500 metros

A primeira vez que a CLPC manifestou o sentido da sua interpretação relativamente ao artigo 76.º, n.º 5, da CNUDM e ao parágrafo 4.4.2 das Diretrizes Científicas e Técnicas, no que respeita à qualificação das isóbatas dos 2.500 m, foi no âmbito das recomendações à proposta de extensão da Austrália⁶⁶³. Na proposta de extensão que apresentou à CLPC, a Austrália *«adotou um princípio que todos os pontos com a cota de profundidade de 2.500 m que se situam para terra a partir do pé do talude continental são válidos como pontos base para a construção das linhas restritivas de 100 milhas a partir da isóbata dos 2.500 m de acordo com o*

⁶⁶² Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 4.4.2, *in fine*.

⁶⁶³ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) in Regard to the Submission made by Australia on 15 November 2004*. 2008

*artigo 76.º, parágrafo 5»⁶⁶⁴. A CLPC «concordou com este princípio, que considera conforme com o artigo 76.º e os parágrafos 4.4.1 e 4.4.2 das Diretrizes»⁶⁶⁵. Em conformidade com o entendimento manifestado, na análise que efetuou à proposta de extensão da Austrália a CLPC considerou a aplicação da linha restritiva das 100 milhas para lá da isóbata dos 2.500 m em conformidade com o artigo 76.º da CNUDM e com os parágrafos 4.4.1 e 4.4.2 das Diretrizes Científicas e Técnicas relativamente às formações geológicas *Lord Howe Rise*⁶⁶⁶, *Naturalist Plateau*⁶⁶⁷, *South Tasman Rise*⁶⁶⁸, *Wallaby Composite High*, *Platypus Spur* e *Joey Rise*⁶⁶⁹. Como fundamento utilizado para manifestar a sua concordância e recomendar que a fórmula restritiva da profundidade seja utilizada pela Austrália como proposto, a CLPC utilizou formulação equivalente ao contido na proposta australiana, referindo que «*uma vez que a isóbata [dos 2.500 m] inteira se situa para terra a partir dos pontos de pé do talude, ajusta-se à configuração geral da margem continental para os efeitos previstos na Convenção. Assim, a aplicação desta isóbata como base do critério restritivo da profundidade está em conformidade com a Convenção e com os parágrafos 4.4.1 e 4.4.2. das Diretrizes*»⁶⁷⁰.*

A interpretação relativamente ao n.º 5 do artigo 76.º, da CNUDM, e aos parágrafos 4.4.1 e 4.4.2 das Diretrizes Científicas e Técnicas, adotada pela CLPC na consideração da proposta de extensão da Austrália tem vindo a ser aplicada sucessivamente na consideração das propostas

⁶⁶⁴ *Ibidem*, parágrafo 25, p. 4. Versão original «(...) Australia has adopted a principle that all 2.500 m depth points that lie landward of the foot of the continental slope are valid as base points for the construction of constraint lines at 100 M from the 2.500 m isobath in accordance with article 76, paragraph 5».

⁶⁶⁵ *Ibidem*, parágrafo 25 *in fine*, p. 4. Versão original: «The Commission agrees with this principle, which it finds is in accordance with Article 76 and paragraphs 4.4.1 and 4.4.2 of the Guidelines».

⁶⁶⁶ *Ibidem*, parágrafo 106, p. 30.

⁶⁶⁷ *Ibidem*, parágrafos 145-146, pp. 42-43.

⁶⁶⁸ *Ibidem*, parágrafos 170-171, p. 51.

⁶⁶⁹ *Ibidem*, parágrafos 215-216, p. 64.

⁶⁷⁰ *Ibidem*, parágrafo 145-146, pp. 42-43. Versão original: «(...) since the entire isobath is landward of the foot of the continental slope points, it conforms to the general outline of the continental margin as defined for the purposes of the Convention. Therefore, the application of this isobath as basis for the depth constraint is in accordance with the Convention and with paragraphs 4.4.1 and 4.4.2 of the Guidelines». A CLPC utilizou formulação idêntica relativamente às outras formações geológicas anteriormente indicadas, relativamente às quais considerou o critério da profundidade aplicável como fórmula restritiva.

de extensão subsequentes. É o caso das propostas de extensão da Nova Zelândia⁶⁷¹, Noruega⁶⁷², França⁶⁷³ e na proposta conjunta das Ilhas Maurícias e Ilhas Seicheles⁶⁷⁴. Além das formações geológicas referidas, o antigo membro da CLPC, Harald BREKKE, refere ainda outras formações qualificadas pela Comissão como elevações submarinas, suscetíveis de lhes ser aplicada a fórmula restritiva das 100 milhas para lá dos 2.500 m, mas cuja qualificação não decorre de maneira clara do texto das recomendações da Austrália e dos sumários das recomendações da Nova Zelândia, França e Noruega⁶⁷⁵.

Existe, no entanto, uma situação em que a CLPC se desviou da linha de entendimento anteriormente seguida no que respeita à interpretação das disposições pertinentes da CNUDM e das Diretrizes, anteriormente mencionadas. Na análise da proposta de extensão da Noruega a CLPC considerou a formação geológica *Jan Mayen Micro-Continent/Iceland Plateau* como uma componente natural da margem continental ao referir que aquela formação «(...) é uma

⁶⁷¹ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) in Regard to the Submission made by New Zealand on 19 April 2006*. 2008, relativamente aos *Three Kings Ridge*, parágrafo 144, p. 43, *Wishbone Ridge* e *Chatham Bank*, parágrafo 163, p. 50 e *Challenger Plateau* e *Plor Howe Rise*, parágrafo 191, p. 58.

⁶⁷² COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by Norway in Respect of Areas in the Arctic Ocean, the Barents Sea and the Norwegian Sea on 27 November 2006*. 2009, relativamente a *Norway Mainland*, parágrafos 73-74, pp. 26-27, *Vøring Spur*, parágrafo 76, p. 27.

⁶⁷³ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by France in Respect to French Guyana and New Caledonia Regions on 22 May 2007*. 2009, relativamente à *Western Area of New Caledonia*, parágrafo 66, p. 19, e COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Partial Submission Made the Republic of France in Respect of the Areas of the French Antilles and the Kerguelen Islands on February 2009*. 2012, relativamente ao *Gallieni Ridge*, parágrafos 79-80, p. 12.

⁶⁷⁴ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Joint Submission made by Mauritius and Seychelles Concerning the Mascarene Plateau on 1 December 2008*. 2011, relativamente a *Saya de Malha and Nazareth Bank*, parágrafos 52-53, p. 19.

⁶⁷⁵ BREKKE, H., SYMONDS, P. - Submarine Ridges and Elevations of Article 76 in Light of Published Summaries of Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf. 2011, p. 299.

elevação submarina que é uma componente natural da margem continental de Jan Mayen no sentido previsto no artigo 76.º, parágrafo 6. Assim, pode ser aplicada validamente a restrição de profundidade para delinear os limites exteriores da plataforma continental»⁶⁷⁶. Não obstante esta conclusão, a CLPC veio a decidir que «não conseguiu verificar que as isóbatas situadas a sul do ponto PdT Jan Mayen South-East FOS 8 se situam no sentido de terra a partir do ponto de pé do talude continental (...) e consequentemente se ajustam à configuração geral da margem continental. Deste modo, a Comissão recomendou que estas isóbatas não fossem utilizadas como base para delinear os limites exteriores da plataforma continental na área mais a sul de Jan Mayen»⁶⁷⁷.

8.3. Avaliação crítica à prática da CLPC quanto à qualificação das isóbatas dos 2.500 metros

Existem três questões que merecem análise mais aprofundada por se tratarem de aspetos jurídicos relacionados com o entendimento adotado pela CLPC na interpretação dos preceitos convencionais e na definição das correspondentes regras de aplicação que servem de orientação aos Estados e às quais está vinculada⁶⁷⁸. A primeira tem a ver com a escolha da isóbata dos 2.500 m que deve contribuir para a construção da fórmula restritiva da profundidade, a segunda

⁶⁷⁶ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF/COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by Norway in Respect of Areas in the Arctic Ocean, the Barents Sea and the Norwegian Sea on 27 November 2006*. 2009, parágrafo 77, p. 29. Versão original: «[JMMC/IP composite high is a submarine elevation that is a natural component of Jan Mayen in the sense of article 76, paragraph 6. Hence, to delineate the outer limits of the continental shelf, a valid depth constraint could be applied (...)».

⁶⁷⁷ *Ibidem*, parágrafo 74, pp. 26-27. Versão original: «(...) [the Commission] cannot verify that the isobaths lying south of FOS point Jan Mayen South-East FOS 8 are landward of the foot of the continental slope (...) and therefore conform to the general configuration of the continental margin. Thus, the Commission recommends that these isobaths not be used as a basis to delineate the outer limits of the continental shelf for Jan Mayen in the southernmost area».

⁶⁷⁸ Regras de Procedimento da Comissão de Limites da Plataforma Continental, *vide* COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Rules of Procedure of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. [CLCS/40/Rev. 1] 2008, Regra 44/bis, n.º 4, Regra 51, n.º 4, Regra 53, n.º 2. No Anexo III, parágrafo 7, parágrafo 10, n.º 2 e parágrafo 14.

está relacionada com a não aceitação pela CLPC das isóbatas dos 2.500 m quando estas se situam para lá do envelope dos PdT, finalmente, a terceira corresponde à natureza do relevo submarino que gera as isóbatas dos 2.500 m a utilizar nas fórmulas restritivas de profundidade, adiante apresentado como o princípio da neutralidade quanto à origem da isóbata dos 2.500m.

Tratando-se de temas relativamente recentes, cujo normativo jurídico-internacional só começou a ser aplicado há poucos anos e ainda em poucas situações, não têm merecido especial atenção por parte da doutrina⁶⁷⁹. Mesmo as instituições mais ligadas ao Direito do Mar e aos processos de extensão da plataforma continental não têm sido pródigas na análise do tema. No âmbito das Nações Unidas, fazem referência a esta problemática, para além das Diretrizes Científicas e Técnicas elaboradas pela CLPC, a DOALOS, através do *Training Manual for Delineation of the Outer Limits of the Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles and for Preparation of Submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf* que, de forma muito breve apenas faz uma referência muito genérica à fórmula restritiva de profundidade, nada adiantando ao que vem descrito nas Diretrizes Científicas e Técnicas⁶⁸⁰.

8.3.1. Escolha da isóbata dos 2.500 metros

Recordando o disposto no parágrafo 4.4.2 das Diretrizes Científicas e Técnicas relativamente à escolha da isóbata dos 2.500 m, a CLPC recomenda que, salvo prova em contrário, seja utilizada a primeira isóbata a contar das linhas de base. A CLPC aceitou o entendimento contido na proposta de extensão da Austrália segundo o qual todos os pontos com a profundidade de 2.500 m que se situam para terra a partir do PdT são válidos como pontos base para a construção das linhas restritivas de 100 milhas a partir da isóbata dos 2.500 m de

⁶⁷⁹ À presente data KUNOY é o autor do texto mais desenvolvido e aprofundado sobre a avaliação e aplicação da isóbata dos 2.500 m em KUNOY, B. - Appraisal of Applicable Depth Constraint for the Purpose of Establishing the Outer Limits of the Continental Shelf. 2010. Embora com menos profundidade, também desenvolvem este tema JENSEN, Ø. - **The Commission on the Limits of the Continental Shelf**. 2014, pp. 81-84; COMMITTEE ON THE LEGAL ISSUES OF THE OUTER CONTINENTAL SHELF OF THE INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION, *Legal Issues of the Outer Continental Shelf*. [CLIOCS 2006] 2006, pp. 15-16; SUAREZ, S. V. - **The Outer Limits of the Continental Shelf - Legal Aspects of Their Establishment**. 2008, pp. 161-162.

⁶⁸⁰ DIVISION FOR OCEAN AFFAIRS AND THE LAW OF THE SEA - **Training Manual for Delineation of the Outer Limits of the Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles and for Preparation of Submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf**. 2006.

acordo com o artigo 76.º, parágrafo 5⁶⁸¹. Importa sublinhar que, relativamente ao traçado do limite exterior da plataforma continental, pode existir uma diferença substancial na utilização da primeira isóbata a contar das linhas de base, conforme o previsto no parágrafo 4.4.2 (salvo prova em contrário), e a escolha dessa isóbata entre os pontos com 2.500 m que se situem dentro do envelope de pontos de PdT. Naturalmente que a Austrália e os restantes Estados que aplicaram esta fórmula restritiva escolheram os pontos mais favoráveis, desde que se situem dentro do envelope dos pontos de PdT porque o resultado final é, em regra, mais favorável. Em muitas situações esses pontos não correspondem à primeira isóbata dos 2.500 m a contar das linhas de base.

A Figura 16 pretende ilustrar a diferença resultante da utilização da primeira isóbata a contar das linhas de base, relativamente a outra isóbata, mais favorável, situada dentro do envelope de pontos de PdT. As isóbatas dos 2.500 m representados na referida figura são geradas a partir de uma elevação submarina que constitui uma componente natural da margem continental e dividem-se em dois grupos. Um, mais próximo das linhas de base, representado pela linha azul. O outro, destacado do primeiro, que se situa a maior distância das linhas de base, mas dentro do envelope constituído pelos pontos de PdT, representado pela linha a vermelho. Aplicando as regras contidas no parágrafo 4.4.2 das Diretrizes Científicas e Técnicas, não existindo uma situação que se possa considerar como prova em contrário, a isóbata dos 2.500 m que contribui para a definição da fórmula restritiva de profundidade é a que se encontra mais perto das linhas de base. O limite exterior da plataforma continental gerado nestas circunstâncias é o representado pela linha mais grossa cor de rosa. Se forem aceites quaisquer pontos com 2.500 m de profundidade desde que se encontrem dentro do envelope dos pontos de PdT, *i.e.*, dentro da margem continental⁶⁸², o limite exterior da plataforma continental passa a ser o representado pela linha mais grossa a verde que, conforme se pode verificar pela dimensão e distância a terra das linhas das 200 e 350 milhas, abrange uma área significativamente maior.

Ao aceitar o entendimento proposto pela Austrália relativamente à localização das isóbatas dos 2.500 m e aplicá-lo na consideração das outras propostas de extensão, a CLPC está

⁶⁸¹ Vide nota 664.

⁶⁸² BREKKE, H., SYMONDS, P. - Submarine Ridges and Elevations of Article 76 in Light of Published Summaries of Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf. 2011, p. 304.

a desviar-se do estabelecido nas regras que estabeleceu e às quais se declara vinculada⁶⁸³. A fundamentação sempre aplicada pela CLPC, baseia-se na dedução “se as isóbatas estão para terra a partir do PdT, logo ajustam-se à configuração geral da margem continental”, e estão em conformidade com os parágrafos 4.4.1 e 4.4.2 das Diretrizes Científicas e Técnicas⁶⁸⁴. É fácil de verificar no exemplo da Figura 16 que aquela dedução poderá nem sempre funcionar, uma vez que não parece óbvio que a linha dos 2.500 m a vermelho se conforme com a direção geral da costa.

Consistindo esta fundamentação numa situação potencialmente diferente do texto do parágrafo 4.4.2 das Diretrizes ainda se poderia considerar como uma situação de exceção, permitida pela expressão “salvo prova em contrário” contida naquele preceito. Mas esta hipótese parece ficar necessariamente excluída por três motivos. Primeiro, a CLPC apenas definiu a regra, nada adiantando nas Diretrizes e nas sucessivas fundamentações às diversas propostas de extensão, quais as circunstâncias ou factos que podem justificar uma situação de “prova em contrário”. Depois, nas diversas fundamentações contidas nos sumários das recomendações nunca fez alusão ao facto de as isóbatas escolhidas serem as mais juntas a terra que se ajustam à configuração da margem continental. Ou, ainda, que não foram escolhidas as mais junto a terra que se ajustam à configuração da margem continental, mas sim outras que se situam dentro do envelope dos pontos de PdT, por qualquer outro motivo que constitua uma situação de “prova em contrário”. Finalmente, relativamente a todas as isóbatas que a CLPC considerou elegíveis para gerar a fórmula restritiva da profundidade, a justificação foi sempre idêntica. Esta consistência na fundamentação com base em factos semelhantes sugere que o que é indicado como regra nas recomendações, afinal pode ser entendida como a exceção descrita nas Diretrizes Científicas e Técnicas.

Relativamente à definição inicial, apresentada nas Diretrizes Científicas e Técnicas, a partir do critério que preside à escolha da isóbata dos 2.500 m que contribui para a construção da fórmula restritiva, três hipóteses estariam, a partida, em aberto: a mais próxima de terra, que é a solução adotada nas Diretrizes; as situadas dentro da margem continental geomorfológica,

⁶⁸³ Vide nota 678 *supra*.

⁶⁸⁴ Vide *inter alia* COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) in Regard to the Submission made by New Zealand on 19 April 2006*. 2008, parágrafo 144. p. 43.

solução adotada na prática pela CLPC; e as situadas dentro da margem continental jurídica⁶⁸⁵.

Esta última solução parece enquadrar-se com o entendimento manifestado pelo CLIOCS ao referir que o único requisito que a isóbata dos 2.500 m deve cumprir consiste na localização, que se deve situar no prolongamento natural do território emerso do Estado costeiro, em formações que constituam componentes naturais da margem continental⁶⁸⁶. “Margem continental” deve ser entendida margem continental jurídica, *i.e.*, cujo bordo exterior é determinado em conformidade com as regras estabelecidas n.º 4 do artigo 76.º, da CNUDM.

8.3.2. Não aceitação pela CLPC das isóbatas dos 2.500 metros que se situem para lá do envelope dos pontos de pé do talude continental

Foi referido anteriormente⁶⁸⁷ que a CLPC nunca chegou a desenvolver os conceitos definidos no parágrafo 4.4.2 das Diretrizes Científicas e Técnicas, em especial sobre o entendimento aceite relativamente ao que são isóbatas complexas ou repetidas em múltiplos, nem quais as circunstâncias que poderão ser entendidas como “prova em contrário”, que tornaria válida a escolha de uma isóbata que não seja a primeira a contar das linhas de base. À exceção da situação que se descreve *infra*, a prática da CLPC tem ido no sentido de considerar satisfeitos os requisitos vertidos nos parágrafos 4.4.1 e 4.4.2 das Diretrizes e tornar elegíveis para contribuir para a fórmula restritiva das 100 milhas para lá da isóbata dos 2.500 m todos os pontos com esta cota que se situem dentro do envelope de pontos de PdT.

No sumário das recomendações da CLPC referente à proposta de extensão da Noruega, relativamente à formação geológica JMMC/IP é referido que se trata de «*uma elevação submarina que é uma componente natural da margem continental de Jan Mayen no sentido do artigo 76.º, n.º 6. Assim, para delinear o limite exterior da plataforma continental a fórmula da profundidade pode ser validamente aplicada aos pontos usados para definir o bordo exterior da margem continental resultantes do relevo composto JMMC/IP; em particular, Jan Mayen*

⁶⁸⁵ Uma quarta hipótese poderia, em teoria, ser suscitada com a localização da isóbata dos 2.500 m situada para lá da margem continental jurídica. Contudo, esta hipótese poderia ficar afastada à partida porque, em regra, os grandes fundos marinhos se situam em profundidades superiores a 2.500 m.

⁶⁸⁶ COMMITTEE ON THE LEGAL ISSUES OF THE OUTER CONTINENTAL SHELF OF THE INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION, *Legal Issues of the Outer Continental Shelf*. [CLIOCS 2006] 2006, p. 15.

⁶⁸⁷ Vide Parte I, Capítulo 2, 8.3 *supra*.

South-East FOS 8»⁶⁸⁸. Observando a isóbata dos 2.500 m no canto inferior da Figura 11 do Sumário das Recomendações da Noruega⁶⁸⁹ verifica-se que a isóbata dos 2.500 m definida por estes pontos, não parece apresentar uma configuração especialmente complexa. Esta isóbata é a que se encontra mais perto do ponto de PdT anteriormente referido. Apesar de ter qualificado a formação JMMC/IP como uma elevação submarina, a CLPC veio a recomendar a não utilização das referidas isóbatas por não se encontrarem dentro do envelope dos pontos de PdT⁶⁹⁰.

A CLPC não qualificou o facto de as isóbatas acima mencionadas serem simples ou complexas, ou ainda repetidas em múltiplos⁶⁹¹, nem que ficou por provar qualquer outra circunstância que pudesse ser qualificada como não cumprindo os requisitos da “prova em contrário”, referida no parágrafo 4.4.2 das Diretrizes. Para a CLPC foi também irrelevante o facto de aquele conjunto de isóbatas ser o primeiro a contar das linhas de base da massa terrestre a partir da qual a margem continental constitui o prolongamento submerso. Fica por saber o entendimento da CLPC caso as isóbatas com a mesma configuração se situassem dentro do envelope dos pontos de PdT, mas tudo leva a crer que, nesse caso, seriam consideradas válidas. KUNOY refere⁶⁹² que este entendimento, com base no texto do parágrafo 2.1.11⁶⁹³ das Diretrizes Científicas e Técnicas CLPC, não se enquadra nos n.ºs 5 e 6 do artigo 76.º da CNUDM. Este preceito das Diretrizes reforça o afastamento das regras previstas no n.º 6 do

⁶⁸⁸ *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by Norway in Respect of Areas in the Arctic Ocean, the Barents Sea and the Norwegian Sea on 27 November 2006*, 27 Mar. 2009, parágrafo 77, p. 29. Versão original: «(...) is a submarine elevation that is a natural component of the continental margin of Jan Mayen in the sense of article 76, paragraph 6. Hence, to delineate the outer limits of the continental shelf, a valid depth constraint could be applied to establish the outer edge of the continental margin that are derived from JMMC/IP composite high; in particular, Jan Mayen South-East FOS 8».

⁶⁸⁹ *Ibidem*, p. 28.

⁶⁹⁰ Cfr nota 677 *supra*.

⁶⁹¹ KUNOY, B. - Appraisal of Applicable Depth Constraint for the Purpose of Establishing the Outer Limits of the Continental Shelf. 2010, p. 367.

⁶⁹² *Ibidem*.

⁶⁹³ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 2.1.11: «As elevações submarinas estão excluídas dos preceitos aplicáveis às cristas submarinas. Em vez disso estão sujeitas aos limites estabelecidos no parágrafo 5». Versão original: «Submarine elevations are exempted from the provisions applied to submarine ridges. They are subject instead to the constraints provided in paragraph 5».

artigo 76.º da CNUDM às elevações submarinas, remetendo-as para o n.º 5 do mesmo artigo⁶⁹⁴.

À parte do estabelecido no parágrafo 2.1.11 das Diretrizes Científicas e Técnicas, que consubstancia a interpretação dos n.ºs 5 e 6 do artigo 76.º da CNUDM pela CLPC, e que está conforme com o que neles consta, o n.º 6 do artigo 76.º é muito claro em dois aspetos: o limite exterior da plataforma continental não pode exceder as 100 milhas a contar a partir da isóbata dos 2.500 m e que esta regra não é aplicável a cristas submarinas. Na apreciação da natureza da formação geológica JMMC/IP e dos limites que dela decorrem, a CLPC conclui uma coisa e aplica outra. Ou seja, concluiu que aquela formação constitui uma elevação submarina, mas negou-lhe a aplicação da correspondente fórmula restritiva da profundidade, sujeitando-a ao limite das 350 milhas. Importa sublinhar, igualmente, que existem pontos com a profundidade de 2.500 m na região em apreço se situam dentro da margem continental jurídica, *i.e.*, dentro da área constituída pelos pontos de PdT+60 milhas e que, por isso, se situam dentro do prolongamento natural do território emerso a partir *Jan Mayen*. Conforme anteriormente referido, o CLIOCS considera este como o único requisito a observar para que possam ser escolhidas as referidas isóbatas⁶⁹⁵.

8.3.3. Princípio da neutralidade quanto à origem da isóbata dos 2.500 metros

Duas questões podem surgir no que respeita à génese e aplicação da isóbata dos 2.500 m. A primeira tem a ver com o tipo de relevo submarino que pode gerar uma isóbata de 2.500 m que pode ser utilizada como fórmula restritiva de profundidade, a outra relaciona-se com a relevância que pode ter a natureza dessa isóbata no que respeita à sua génese, relativamente à sua aplicabilidade. Descrito de outra forma, a primeira situação pretende responder à questão: para que possam ser aplicadas as isóbatas têm que ser geradas a partir de elevações submarinas, ou poderão igualmente ser geradas também a partir de cristas submarinas? A segunda questão está de algum modo ligada à primeira e poderá ser colocada nos seguintes termos: mesmo que seja possível uma crista submarina gerar uma isóbata de 2.500 m para efeitos da aplicação da fórmula restritiva, é possível aplicar essa isóbata relativamente a uma elevação submarina?

Baseando-se na letra do n.º 6 do artigo 76.º da CNUDM e nos princípios de interpretação

⁶⁹⁴ KUNOY, B. - Appraisal of Applicable Depth Constraint for the Purpose of Establishing the Outer Limits of the Continental Shelf. 2010, p.367.

⁶⁹⁵ Vide nota 686 *supra*.

dos tratados, KUNOY defende que a intenção daquela norma consiste em confinar a extensão máxima das cristas submarinas às 350 milhas. Assim, o relevo submarino que não seja componente natural da margem continental, *i.e.* elevação submarina, não poderá gerar isóbatas dos 2.500 m para efeitos da construção da fórmula restritiva da profundidade⁶⁹⁶. Adianta ainda o mesmo autor que dada a dicotomia no n.º 6 do artigo 76.º, entre a inter-relação e exclusividade na aplicação na fórmula restritiva da profundidade, poderá ser defendido que a aplicação das fórmulas restritivas no artigo 76.º está sujeita a uma qualificação prévia do relevo submarino em causa. Conclui o entendimento referindo que o relevo submarino que não seja componente natural da margem continental não poderá gerar isóbatas de 2.500 m válidas para efeitos da construção da fórmula restritiva da profundidade⁶⁹⁷.

Uma das decisões mais controversas da CLPC no que respeita à aplicação da fórmula restritiva da profundidade consta no sumário das recomendações da proposta de extensão da Noruega referente ao Ártico, ao Mar de Barents e ao Mar da Noruega. Neste documento, a CLPC refere que *«Vøring Spur não pode ser entendido como uma elevação submarina que constitui uma componente natural da margem continental do território continental da Noruega no sentido do artigo 76.º parágrafo 6. (...) consequentemente, as isóbatas dos 2.500 m associados ao Vøring Spur que se situem dentro do envelope dos pontos de PdT podem contribuir para a construção da linha limite de profundidade usada para delinear o limite exterior da plataforma continental do território continental da Noruega»*⁶⁹⁸. No contexto do n.º 6 do artigo 76.º, se o *Vøring Spur* não pode ser entendido como uma elevação submarina, será uma crista submarina, à qual não pode ser aplicada a fórmula restritiva da profundidade.

Parece clara a contradição entre a qualificação do *Vøring Spur* pela CLPC como crista submarina e o regime que lhe aplicou, *i.e.*, elevação submarina. BREKKE refere que nos

⁶⁹⁶ KUNOY, B. - Appraisal of Applicable Depth Constraint for the Purpose of Establishing the Outer Limits of the Continental Shelf. 2010, pp. 361-362.

⁶⁹⁷ *Ibidem*, p. 362.

⁶⁹⁸ *Summary of the Recommendations of Norway in Respect of Areas in the Arctic Ocean, the Barents Sea and the Norwegian Sea on 27 November 2006*, 27 Mar. 2009, p. 27. Versão original: *«(...) Vøring Spur cannot be regarded as a submarine elevation that is a natural component of the continental margin of Mainland Norway in the sense of article 76, paragraph 6 (...) Hence, 2.500 m isobaths associated with the Vøring Spur that lie inside its foot of continental slope can contribute to the construction of the depth constraint used to delineate the outer limits of the continental shelf of Mainland Norway»*.

sumários das recomendações publicados a CLPC nunca reconheceu de modo claro um caso de uma crista submarina no sentido do artigo 76.⁶⁹⁹. A própria fundamentação das recomendações ao referir que o *Vøring Spur*, embora constitua o prolongamento submerso da massa terrestre, atribui-lhe uma natureza geofísica diferente que lhe afasta a qualificação de elevação submarina. Com base nesta decisão da CLPC, BREKKE refere que a abordagem seguida pela CLPC relativamente ao *Vøring Spur* revela que a aplicação da fórmula restritiva da profundidade é neutra relativamente às características geológicas da parte da margem continental relativamente à qual provém⁷⁰⁰. Conclui afirmando que é a origem dos pontos fixos que definem o bordo exterior da margem continental que determina a fórmula restritiva a aplicar, ou seja, pontos fixos resultantes de cristas submarinas estão sujeitos à fórmula restritiva da distância, pontos fixos resultantes de elevações submarinas podem estar sujeitos à fórmula restritiva da profundidade, independentemente de onde provêm os pontos que contribuem para aquela fórmula⁷⁰¹.

Relativamente a esta matéria, discordando da aplicação da fórmula restritiva da profundidade a *Vøring Spur* pela CLPC face à qualificação que lhe serve de fundamento, e da lógica causa/efeito apresentada por BREKKE relativamente a esta matéria como justificação da prática seguida pela CLPC, somos de opinião que a validade da aplicação da fórmula restritiva da profundidade é independente da natureza geológica dos pontos que lhe dá origem. A origem dos pontos que contribuem para a isóbata dos 2.500 m pode provir de três circunstâncias diferentes: de elevações submarinas, de cristas submarinas, ou de nenhuma destas características. Esta última situação é o que se passa nas margens continentais passivas em que o talude continental desce até à elevação continental e aos grandes fundos marinhos sem que nenhum relevo submarino dele sobressaia. Nada no texto dos diversos números do artigo 76.º da CNUDM leva a crer que houvesse intenção em restringir a origem dos pontos que contribuem para a isóbata dos 2.500 m às elevações submarinas. Não acompanhamos, assim, a lógica interpretativa de KUNOY ao referir que uma vez que a aplicação da fórmula restritiva da profundidade requer a qualificação prévia do relevo submarino ao qual essa fórmula é aplicada, então os pontos de profundidade que para ela contribuem devem provir dessa

⁶⁹⁹ BREKKE, H., SYMONDS, P. - Submarine Ridges and Elevations of Article 76 in Light of Published Summaries of Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf. 2011, p. 303.

⁷⁰⁰ *Ibidem*, p. 303.

⁷⁰¹ *Ibidem*, p. 103.

característica submarina.

9. TRAÇADO DO LIMITE EXTERIOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL NA PROXIMIDADE DA LINHA DAS 200 MILHAS

9.1. Elementos normativos

A configuração do traçado do limite exterior da plataforma continental junto à linha das 200 milhas tem suscitado questões de interpretação dos n.ºs 1, 4 e 7 do artigo 76.º, da CNUDM, cuja aplicação prática não está contemplada nas Diretrizes Científicas e Técnicas, nem no Manual Técnico. O n.º 7 do artigo 76.º refere que «*o Estado costeiro deve traçar o limite exterior da sua plataforma continental, quando esta se estender além das 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, unindo, mediante linhas retas que não excedam 60 milhas marítimas, pontos fixos definidos por coordenadas de latitude e longitude*». A consequência prática resultante de diferentes interpretações do n.ºs 1, 4 e 7, do artigo 76.º, está representada na Figura 17 através de uma situação exemplificativa abstrata na qual constam os traçados do bordo exterior da margem continental e o limite exterior da plataforma continental de um Estado.

A questão relevante que se coloca relativamente à interpretação dos preceitos anteriormente mencionados, cuja análise terá lugar no presente capítulo, consiste em saber se, face ao texto convencional, são admissíveis os segmentos 1 (Seg. 1) e 7 (Seg. 7) da Figura 17 relativamente ao bordo exterior da margem continental e ao limite exterior da plataforma continental. Alternativamente, não sendo admissíveis aqueles segmentos, os pontos de início e fim do bordo exterior da margem continental e o limite exterior da plataforma continental são respetivamente os pontos P1 e Pn, ou poderão ser traçadas outras linhas menos “expansivas” (linha 1 na Figura 17) para a linha das 200 milhas? Ou ainda, no que respeita ao traçado final, o limite exterior da plataforma continental terá que coincidir, ao longo de toda a sua extensão⁷⁰²,

⁷⁰² Desde que não ultrapasse as fórmulas restritivas aplicáveis.

com a linha que define o bordo exterior da margem continental?

Como se pode verificar na Figura 17, a inclusão destes segmentos nos traçados corresponde a um acréscimo de área de soberania e jurisdição para o Estado costeiro, representada pelas áreas representadas a sombreado, cobertas pelos Seg. 1 e 7. Esta questão foi levantada nalgumas propostas de extensão apresentadas à CLPC, cujas decisões não parecem ser rigorosamente consistentes, sendo objeto de crítica tanto por parte dos Estados, como por parte da doutrina.

9.2. Prática da CLPC relativamente à aplicação do n.º 7 do artigo 76.º

A questão agora em apreço foi suscitada pela primeira vez no decurso da apreciação da proposta de extensão australiana. No que respeita ao modo como é traçado o primeiro/último segmento do limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas, a Austrália «*é de opinião que é possível usar linhas não superiores a 60 milhas de comprimento para ligar pontos da linha para lá das 200 milhas a qualquer ponto sobre a linha das 200 milhas*»⁷⁰³. O entendimento então adotado pela CLPC foi no sentido que «*a determinação do último segmento do limite exterior da plataforma continental deve ser estabelecido alternativamente pela interseção da fórmula positiva, em conformidade com o artigo 76.º, parágrafos 4 e 7, e o limite das 200 milhas contados das linhas de base a partir das quais é medida a largura do mar territorial, ou deve ser determinada pela linha de menor distância entre o último ponto da linha de fórmula positiva e o limite das 200 milhas*»⁷⁰⁴.

No caso concreto do *Naturaliste Plateau*, apresentado como exemplo⁷⁰⁵ e representado

⁷⁰³ CLCS - *Recommendations of Australia...*, parágrafo 26. Texto original: «*[Australia] is of the view that it is possible to use lines not more than 60 M in length to join fixed points on the formula line beyond 200 M to any fixed point on the 200 M line (...)*».

⁷⁰⁴ *Ibidem*. Parágrafo 26. Texto original: «*(...) the determination of the last segment of the outer limits of the continental shelf shall be established either by the intersection of the formula line, in accordance with article 76, paragraphs 4 and 7, and the 200 M limit from the baselines from which the breadth of the territorial sea is measured, or it shall be determined by the line of shortest distance between the last fixed formula point and 200 M limit (...)*».

⁷⁰⁵ A CLPC apresentou a mesma argumentação para outras sete regiões da proposta de extensão australiana. Vide CLCS – *Recommendations of Australia...*, nas seguintes regiões: *Argo*, parágrafo 42, p. 9; *Great*

simplificadamente na Figura 18, verifica-se que, aplicando este entendimento da CLPC, o limite exterior da plataforma continental a norte deveria ser definido tendo em conta o ponto P1, que constitui a interseção da linha que une os dois pontos da margem continental mais próximos da linha das 200 milhas e a própria linha das 200 milhas. A sul, seria definido pelo ponto P2 da fórmula positiva que se situe sobre a linha das 200 milhas. Tendo a Austrália mantido a sua posição nesta matéria, a CLPC referiu que *«não concorda com o método proposto pela Austrália para a ligação dos pontos do limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas à linha das 200 milhas nos pontos NAT-ECS-1 e NAT-ECS-R1-138, uma vez que este método cria uma área de plataforma continental que se situa para lá da margem continental tal como definida no artigo 76, parágrafos 4 e 7 (...)»*⁷⁰⁶.

Outra situação que tem, igualmente, suscitado debate jurídico idêntico relaciona-se com o traçado a norte do limite exterior da plataforma continental da Nova Zelândia. Conforme se pode verificar na Figura 19, na região norte do bordo exterior da margem continental gerado pelas elevações submarinas *Three Kings Ridge* e *Colville Ridge*, a distância entre os pontos N177 e N178 é inferior a 60 milhas, situação interpretada pela Nova Zelândia como passível de ser unida nos pontos convenientes por uma linha que não exceda as 60 milhas. Relativamente a este traçado, a CLPC refere que *«concorda com a determinação dos pontos fixos listados na Tabela 1.A, Anexo III, que delineiam o bordo exterior da margem continental da Nova Zelândia. Contudo, a Comissão não concorda com a inclusão de toda a parte da South Fiji Basin localizada a sul dos pontos N177 e N178 na Tabela 2, Anexo III, como parte da plataforma continental da Nova Zelândia»*⁷⁰⁷.

Australian Bight, parágrafo 60, p. 18; *Kerguelen Plateau*, parágrafo 87, p. 23; *Lord Howe Rise*, parágrafo 110, p. 31; *Macquarie Ridge*, parágrafo 126, p. 37; *South Tasman Rise*, parágrafo 175, p. 52; e *Exmouth Plateau*, parágrafo 226, p. 67.

⁷⁰⁶ *Ibidem*, parágrafo 150, p. 43. Texto original *«(...) does not agree with the method submitted by Australia for the connection of outer limit of the continental shelf points beyond 200 M to the 200 M limit line at points NAT-ECS-1 and NAT-ECS-R1-138, since this method creates area of the continental shelf that falls outsider of the continental margin as defined in article 76, paragraphs 4 and 7 (...)»*.

⁷⁰⁷ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) in Regard to the Submission made by New Zealand on 19 April 2006*. 2008, parágrafo 148, p. 44. Versão original: *«[The Commission] agrees with the determination of the fixed points listed in Table 1.A, Annex III, delineating the outer edge of the continental margin of New Zealand. However, the Commission does not agree to include the whole of that part of the*

9.3. Elementos doutrinários e avaliação crítica

9.3.1. Situações idênticas à proposta australiana

No que respeita às situações idênticas à anteriormente descrita na proposta de extensão australiana, o CLIOCS aponta duas possíveis interpretações das disposições relativas à aplicação do artigo 76.º nesta matéria. A primeira defende que os requisitos exigíveis aos pontos calculados com base nas disposições contidas no n.º 4 do artigo 76.º, só são aplicáveis a pontos que se situem para lá das 200 milhas a contar das linhas de base. Assim, um ponto que se situe a 200 milhas não tem que cumprir os requisitos, uma vez que fará sempre parte da plataforma continental do Estado costeiro⁷⁰⁸. A outra interpretação dos n.ºs 4 e 7 do artigo 76.º, baseia-se no texto da alínea. a) do n.º 4 do mesmo artigo, uma vez que qualquer daqueles números implica que o Estado costeiro defina o bordo exterior da margem continental, sempre que esta se estenda para lá das 200 milhas, através de uma linha traçada em conformidade com o n.º 7, unindo pontos que cumpram os requisitos da alínea a) do n.º 4. Isto significa, adianta ainda o CLIOCS, que todos os pontos usados para determinar o limite exterior da plataforma continental em conformidade com o n.º 7 do artigo 76.º, têm que cumprir aqueles requisitos. Assim, o Estado costeiro terá que selecionar pontos que simultaneamente cumpram os requisitos da al. a) do n.º 4, e se situem sobre a linha das 200 milhas, ou dentro das 200 milhas⁷⁰⁹. De notar que o CLIOCS aponta estas duas interpretações como possíveis, sem indicar preferência ou opção relativamente a qualquer uma delas.

Concordando com o entendimento da CLPC na parte em que refere que o limite exterior da plataforma continental traçado à “australiana” abrange partes dos grandes fundos marinhos, SERDI relembra que a intenção do n.º 7 do artigo 76.º tem por finalidade simplificar o limite exterior da plataforma continental conferindo aos Estados costeiros uma margem limitada de direitos soberanos sobre áreas dos grandes fundos marinhos⁷¹⁰. Este autor adianta ainda que a

South Fiji Basin that is located to south of points N177 and N178 in Table 2, Annex III as part of the continental shelf of New Zealand (...)».

⁷⁰⁸ COMMITTEE ON THE LEGAL ISSUES OF THE OUTER CONTINENTAL SHELF OF THE INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION, *Legal Issues of the Outer Continental Shelf*. [CLIOCS 2006] 2006, p. 6.

⁷⁰⁹ *Ibidem*, p. 9.

⁷¹⁰ SERDY, A. - The Commission on the Limits of the Continental Shelf and its disturbing propensity to

inclusão de partes pertencentes aos grandes fundos marinhos na plataforma continental dos Estados costeiros constitui um resultado inevitável do modo como o n.º 7 está redigido, devendo ser lembrado que o artigo 76.º não é mais que uma aproximação à fronteira entre as crustas continental e oceânica⁷¹¹.

Discordamos do entendimento de SERDY em dois aspetos genéricos. O primeiro tem a ver com o facto, referido por este autor, de o traçado em conformidade com o n.º 7 do artigo 76.º implicar sempre a inclusão de áreas que fazem parte dos grandes fundos marinhos, o que não é verdade. Se o traçado do limite exterior da plataforma continental acompanhar sempre o traçado do bordo exterior da margem continental, nunca são abrangidas áreas que façam parte dos grandes fundos marinhos uma vez que, como já referido, os grandes fundos marinhos são as áreas do leito e subsolo marinho que se situam para lá do bordo exterior da margem continental. Naturalmente que esta situação não é a mais conveniente para os Estados costeiros, daí a Austrália e outros Estados terem optado por uma solução que incorpora, de facto, áreas que fazem parte dos grandes fundos marinhos. Assim, a questão poderá colocar-se a um nível diferente, *i.e.*, será admissível que o traçado do limite exterior da plataforma continental em conformidade com o n.º 7 do artigo 76.º incorpore áreas de leito e subsolo marinho que façam parte dos grandes fundos marinhos?

O segundo aspeto tem a ver com o que SERDY menciona como a finalidade apontada ao artigo 76.º, isto é, como um mecanismo legal para, de um modo aproximado, estabelecer as fronteiras entre as crustas continental e oceânica. Está hoje assente na prática da CLPC, e na doutrina, que a definição do limite exterior da plataforma continental não depende exclusivamente da separação das crustas continental e oceânica. Acontece que, nalgumas circunstâncias, esse aspeto nem é relevante, como foi o caso da margem continental de Myanmar, no Caso da Fronteira Marítima entre o Bangladesh e Myanmar⁷¹². Isto não significa que, em determinadas circunstâncias, a zona de separação entre aquelas crustas não possa ser relevante para a determinação de alguns dos parâmetros que são importantes para a definição do limite exterior da plataforma continental.

Manifestando concordância de princípio com a justificação apresentada pela CLPC na

legislate. 2011, p. 374.

⁷¹¹ *Ibidem*. p. 374.

⁷¹² *Vide* Parte I, Capítulo 2, 3.2.2 *supra*.

apreciação da proposta australiana, JENSEN refere que a via seguida pela Comissão promove o objeto e finalidade do artigo 76.º, embora à custa do Estado costeiro⁷¹³. Este autor observa, no entanto, que não entende a preocupação da CLPC relativamente ao primeiro/último segmentos para lá das 200 milhas, uma vez as linhas retas traçadas em conformidade com o n.º 7 do artigo 76.º também englobam partes dos grandes fundos marinhos⁷¹⁴, sendo que a diferença entre as duas situações é apenas uma questão de escala⁷¹⁵.

Não acompanhamos, igualmente, esta última preocupação de JENSEN que parece fundar-se numa interpretação incorreta das subalíneas. i) e ii) da alínea a) do n.º 4 do artigo 76.º. JENSEN qualifica como sendo de igual natureza – grandes fundos marinhos - as áreas a sombreado abrangidas por todos os segmentos representados na Figura 17. De facto, independentemente da legitimidade do Estado costeiro para traçar os segmentos 1 e 7 (Seg. 1 e 7), as áreas encerradas por estes segmentos fazem parte dos grandes fundos marinhos, ao passo que as áreas encerradas pelos outros segmentos fazem parte da margem continental do Estado costeiro. O Estado costeiro deve estabelecer o bordo exterior da margem continental, segundo a alínea a) do n.º 4 do artigo 76.º, através de uma linha traçada em conformidade com o n.º 7, aplicada a cada uma das fórmulas contidas nas subalíneas i) e ii), da al. a). Parece não restar dúvidas que as áreas encerradas pela linha correspondente ao bordo exterior da margem continental traçado com base nos critérios das subalíneas i) e ii), cujos pontos exteriores são traçados em conformidade com o n.º 7, como mandam as referidas subalíneas, fazem parte da margem continental. Assim sendo, as áreas encerradas pelos Seg. 1 e 7 da Figura 17 são diferentes das áreas encerradas pelos Seg. 2 a 6, fazendo, as primeiras, parte dos grandes fundos marinhos, porque se situam para lá da margem continental, integrando, as segundas, a margem continental dos Estado costeiro.

No que respeita a admissibilidade de o Estado costeiro poder unir os pontos fixos do bordo exterior da margem continental às linhas das 200 milhas, através de uma linha que não exceda as 60 milhas, somos de opinião que existem três interpretações possíveis, sendo duas

⁷¹³ JENSEN, Ø. - **The Commission on the Limits of the Continental Shelf**. 2014, p. 77.

⁷¹⁴ *Ibidem*, pp. 77-78 e Figura 3.1. Relativamente à situação descrita, JENSEN considera existir um conflito de normas entre a faculdade permitida pela aplicação do n.º 7 do artigo 76.º e a própria finalidade do artigo 76.

⁷¹⁵ *Ibidem*, pp. 78-81. Relativamente à situação descrita, JENSEN considera existir um conflito de normas entre a faculdade permitida pela aplicação do n.º 7 do artigo 76.º e a própria finalidade do artigo 76

delas próximas do entendimento apresentado *supra* pelo CLIOCS sobre esta matéria, embora com uma argumentação ligeiramente diferente. Assim, a primeira interpretação tem por base a definição das funções da CLPC, tal como definidas na al. a) do n.º 1 do artigo 3.º do Anexo II da CNUDM, ao referir que estas se destinam a «*examinar os dados e outros elementos de informação (...) sobre os limites exteriores da plataforma continental nas zonas em que tais limites se estendem além das 200 milhas marítimas e formular recomendações (...)*». Interpretando *a contrario*, não são funções da CLPC examinar e outros elementos de informação que originem um limite exterior da plataforma continental até às 200 milhas, inclusive. Colocando a questão numa situação limite e meramente teórica, será possível a CLPC examinar um ponto de PdT a uma distância tal que origine um limite exterior da plataforma continental sobre a linha das 200 milhas, mesmo que tenha sido determinado em desconformidade com as regras do artigo 76.º? Tendo por base o preceito anteriormente transcrito, parece que a resposta a esta pergunta deverá ser negativa. Parece então que os requisitos exigíveis aos pontos calculados com base nas disposições contidas no n.º 4 do artigo 76.º só são aplicáveis a pontos do limite exterior da plataforma continental que se situem para lá das 200 milhas a contar das linhas de base.

A segunda interpretação possível funda-se numa interpretação conjugada dos n.ºs 1, 4 e 7 do artigo 76.º, com especial incidência no primeiro. Recordando o texto do n.º 1, «*a plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e subsolo (...) até ao bordo exterior da margem continental (...)*», que ilustra, como anteriormente referido, o princípio que, salvo as exceções previstas no artigo 76.º, o limite exterior da plataforma continental é o bordo exterior da margem continental. Isto pode significar que, à exceção das situações em que o bordo exterior da margem continental é inferior a 200 milhas ou que se situe para lá da melhor das fórmulas positivas, o limite exterior da plataforma continental deverá coincidir sempre com o limite exterior da margem continental. Dito de outra forma, salvo as situações de exceção indicadas, todos os pontos da plataforma continental para lá das 200 milhas deverão cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 4 do artigo 76.º. Esta interpretação implicará a não existência de áreas de leito e subsolo que façam parte dos grandes fundos marinho dentro do limite exterior da plataforma continental.

A terceira via interpretativa centra-se, essencialmente, no texto do n.º 7 do artigo 76.º, uma vez que é neste número que está descrita a possibilidade de serem utilizadas linhas retas que não excedam 60 milhas para definir o bordo exterior da plataforma continental. Importa

sublinhar que a regra é definida para a definição do limite exterior da plataforma continental, para a qual é feita uma remissão pelo preceito que define o bordo exterior da margem continental. Este facto poderá sustentar, neste aspeto, uma autonomia no que respeita ao traçado do limite exterior da plataforma continental relativamente ao bordo exterior da margem continental. Esta situação poderia ser menos evidente se a remissão fosse em sentido contrário. Autonomizada esta faculdade, será admissível ao Estado costeiro traçar o limite exterior da plataforma continental através de linhas retas que não excedam 60 milhas entre pontos da margem continental e da linha das 200 milhas. Esta foi a via, e parece ser a justificação, inerente ao traçado contido nalgumas partes da proposta da Austrália e de outros Estados.

Reconhecendo a consistência da segunda via argumentativa, optamos pela terceira com base nas seguintes razões. Não existe no artigo 76.º uma proibição absoluta que o limite exterior da plataforma continental englobe áreas pertencentes aos grandes fundos marinhos. Desde logo nos casos em que o bordo exterior da margem continental se situa aquém das 200 milhas, a porção de leito e subsolo marinhos para lá da margem continental até às 200 milhas, embora façam parte da plataforma continental do Estado costeiro, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º, são também parte dos grandes fundos marinhos. Depois, o facto de a regra estar estabelecida na definição do limite exterior da plataforma continental, e não o inverso, parece conferir autonomia ao traçado do limite exterior da plataforma continental relativamente ao traçado do bordo exterior da margem continental. Por último, e afastando possíveis alusões a abuso de direito e violação do princípio da boa-fé⁷¹⁶, ao estabelecer como 60 milhas o limite que as linhas retas não devem exceder, a CNUDM parece aceitar aquela distância como a tolerância admissível para os traçados⁷¹⁷. Importa recordar que os elementos que contribuem para a determinação do bordo exterior da margem continental e, conseqüentemente, do limite exterior da plataforma continental, baseiam-se por vezes em dados cuja interpretação pode originar uma oscilação significativa na localização daqueles elementos.

⁷¹⁶ CNUDM, artigo 300.º.

⁷¹⁷ Independentemente da opinião de cada um dos vários autores sobre esta matéria, é comumente aceite que a utilização de linhas retas de comprimento não superior a 60 milhas constitui um mecanismo que permite facilitar o traçado do bordo exterior da margem continental e do limite exterior da plataforma continental. *Vide* SERDY, A. - *The Commission on the Limits of the Continental Shelf and its disturbing propensity to legislate*. 2011, p 376; JENSEN, Ø. - *The Commission on the Limits of the Continental Shelf*. 2014, p. 81.

9.3.2. Nova Zelândia: a ligação entre *Three Kings Ridge* e *Colville Ridge*

A definição do limite exterior da plataforma continental a norte de *Three Kings Ridge* e a oeste de *Colville Ridge*, representada na Figura 19, constitui um caso particular que se afasta da situação anteriormente apontada relativamente ao *Naturalist Plateau*. Enquanto neste último o limite exterior da plataforma continental abrange áreas do leito e subsolo marinho junto à linha das 200 milhas que fazem parte dos grandes fundos marinhos, no primeiro o traçado do limite exterior da plataforma continental coincide integralmente, naquela zona, com o bordo exterior da margem continental. A este propósito SERDY rejeita a justificação da CLPC, referindo que as suas funções consistem em examinar se o limite exterior da plataforma continental foi traçado em conformidade com os parágrafos 4 e 7 do artigo 76.º, rejeitando o facto de a Comissão não aceitar o resultado com base na natureza do fundo marinho da área abrangida pelo limite exterior da plataforma continental⁷¹⁸. Com entendimento diferente, JENSEN refere que a conclusão da CLPC é substancialmente correta⁷¹⁹. Este autor defende que a Comissão deveria tê-la justificado de modo diferente referindo que as regras “principais” dos n.ºs 1 e 3 do artigo 76.º estabelecem que a plataforma continental jurídica se estende apenas até ao bordo exterior da margem continental e não deve incluir os grandes fundos marinhos. Acrescenta ainda que a CLPC deveria ter atribuído maior ênfase à finalidade do n.º 7 do artigo 76.º que não é maximizar os direitos soberanos do Estado costeiro mas antes permitir uma delinação mais prática e fácil⁷²⁰.

Seguimos neste caso o entendimento de SERDY. Ao rejeitar a inclusão das áreas que qualifica como tendo a natureza dos grandes fundos marinhos, a CLPC nunca refere que o traçado não está conforme com as regras convencionais. Rejeita apenas o resultado, como se de uma “lei injusta” se tratasse, *i.e.*, a aplicação está correta, mas o resultado não é aceitável. Tendo presente que a CLPC tem por funções avaliar os dados e informação que fundamenta o limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas, parece discutível que esta competência compreenda também a avaliação das áreas abrangidas por aquele limite, em especial numa situação em que expressamente reconhece que foram cumpridas regras definidas.

⁷¹⁸ SERDY, A. - *The Commission on the Limits of the Continental Shelf and its disturbing propensity to legislate*. 2011, p. 376-377.

⁷¹⁹ JENSEN, Ø. - *The Commission on the Limits of the Continental Shelf*. 2014, p. 81.

⁷²⁰ *Ibidem*.

Uma vez mais discordamos em absoluto do entendimento de JENSEN quanto à conclusão e no que respeita ao racional que a sustenta, assente na ideia que o bordo exterior da margem continental é definido pelos círculos de 60 milhas traçados a partir dos pontos de PdT, excluindo as áreas abrangidas pelas linhas traçadas em conformidade com o n.º 7 do artigo 76.º, por remissão expressa das duas alíneas do n.º 4 do mesmo artigo.

10. PRINCÍPIO DA NEUTRALIDADE CRUSTAL

10.1. Elementos normativos e doutrinários

Contrariamente aos conceitos contidos no artigo 76.º da CNUDM, o princípio da neutralidade crustal não consta expressamente nesta disposição convencional. Resulta, antes, da conjugação dos artigos 76.º, 121.º e Anexo II, todos da CNUDM, tendo a sua origem logo nas primeiras reuniões da Terceira Conferência, em que começaram as discussões sobre o regime da plataforma continental⁷²¹.

O facto de o artigo 76.º de CNUDM conter um conjunto de conceitos cuja designação faz parte da terminologia geocientífica tem constituído uma preocupação latente relativamente aos Estados que possuem ilhas situadas sobre cristas, nomeadamente sobre as cristas de afastamento (*spreading ridges*), como é o caso da Crista Médio-Atlântica. Este receio funda-se no facto de a CLPC ser composta exclusivamente por geocientistas⁷²², uma vez que é conhecida a tendência

⁷²¹ Existiram várias intervenções no sentido de salvaguardar o regime da plataforma continental das ilhas, *vide*, entre outros, OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *Summary records of meetings of the Second Committee 20th meeting* [A/CONF.62/C.2/SR.20], 12 julho 1974, parágrafos 24, p. 162, e 43, p. 163; OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *Summary records of meetings of the Second Committee 40th meeting* [A/CONF.62/C.2/SR.40], 14 agosto 1974, [Em linha] [Consultado em 9 set. 2017]. Disponível em WWW:URL:http://legal.un.org/docs/?path=../diplomaticconferences/1973_los/docs/english/vol_2/a_conf62_c2_sr40.pdf&lang=E, parágrafo 50, p. 289.

⁷²² CNUDM, Anexo II, artigo 2.º, n.º 1.

natural para que os conceitos contidos no artigo 76.º sejam por estes entendidos numa perspetiva geocientífica em detrimento de um entendimento jurídico⁷²³. Uma vez que as ilhas oceânicas não têm plataforma continental no sentido geocientífico por se situarem sobre crosta oceânica⁷²⁴, uma interpretação descontextualizada, e sob uma perspetiva científica, do artigo 76.º poderá levar a crer que as ilhas oceânicas não podem ter plataforma continental nos termos em que se encontra definida neste artigo.

Um elemento importante na definição legal de plataforma continental é, deste modo, o conceito de neutralidade crustal⁷²⁵. A caracterização da crosta como continental ou oceânica deve ser, sob o ponto de vista jurídico, irrelevante relativamente à constituição de direitos do Estado costeiro respeitantes aos fundos marinhos que fazem parte do prolongamento natural da sua massa terrestre e, conseqüentemente, da sua margem continental. Durante a Terceira Conferência, foram efetuadas algumas propostas no sentido de estabelecer a divisão entre áreas que deveriam situar-se dentro e fora da jurisdição nacional em função da natureza da crosta. O Japão foi um dos Estados a ter este entendimento ao sugerir que as cristas formadas por crosta oceânica deviam ser excluídas da definição de margem continental, tal como os grandes fundos marinhos e respetivo subsolo⁷²⁶. Esta abordagem orientada para a natureza crustal como elemento diferenciador e constitutivo dos direitos do Estado costeiro relativamente à plataforma continental não veio a constar no texto final da CNUDM. Uma possível explicação para não ter sido seguido este modo de distinção reside no facto de a fronteira de separação entre a crosta oceânica e a crosta continental poder não estar claramente definida em muitas, senão mesmo

⁷²³ GUDLAUGSSON, S. T. - Natural Prolongation and the Concept of the Continental Margin for the Purposes of Article 76. 2004, p. 80.

⁷²⁴ Sobre a distinção entre crostas continental e oceânica, bem como a natureza geológica das ilhas oceânicas *vide* SYMONDS, P. A. et al. - Ridges Issues. 2000, pp. 288 e ss.; OWEN, C., PIRIE, D., DRAPER, G. - **Earth Lab: Exploring the Earth Sciences**. 2010, pp. 2-3; EMERY, K. O., UCHUPI, E. - **The Geology of the Atlantic Ocean**. 2012, p. 148; FLOYD, P. A. - **Oceanic Basalts**. 2012p 2-5.

⁷²⁵ Sobre esta matéria *vide* ANTUNES, N. M., PIMENTEL, F. M. - Reflecting on the legal-technical interface of article 76 of the LOSC: tentative thoughts on practical implementation. 2003, pp. 11-13; GAO, J. - The Seafloor High Issue in Article 76 of the LOS Convention: Some Views from the Perspective of Legal Interpretation. 2012, p. 125

⁷²⁶ OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA, *Reports of the Plenary Conference*. [A/CONF.62/91] 1982, pp. 106-107. Ironicamente, o Japão obteve recomendações favoráveis relativamente a áreas da sua proposta de extensão que são constituídas por crosta oceânica.

na maioria, das regiões do globo, tornando esta regra virtualmente inaplicável, ou de aplicação muito difícil.

No artigo 76.º nada indica que o prolongamento natural da massa terrestre de origem continental deva ser tratado distintamente do prolongamento natural de uma outra massa terrestre de origem oceânica. Existe, assim, uma presunção de igualdade de tratamento que é reforçada pelo n.º 2 do artigo 121.º, ao dispor que, para além das exceções previstas no n.º 3, as zonas marítimas das ilhas devem ser determinadas em conformidade com as disposições da CNUDM aplicáveis a outras formações terrestres. Além da falta de elementos para apoiar uma diferença, existem de facto elementos textuais na CNUDM que estabelecem a igualdade de tratamento entre ilhas, independentemente da sua natureza continental ou oceânica, e outras formações terrestres, nomeadamente, as continentais. A neutralidade crustal constitui, assim, um pressuposto de base, fundamental para a interpretação do artigo 76.º.

Em conformidade com esta linha de entendimento, a CLPC reconhece nas Diretrizes Científicas e Técnicas que termos como “massa de terra” e “território terrestre” são neutros no que diz respeito aos tipos de crosta no sentido geológico⁷²⁷. Importa ainda sublinhar a conclusão alcançada por Hedberg no decurso da Terceira Conferência ao referir que plataformas e taludes insulares não são parte do fundo do oceano, entendido este último elemento num sentido jurídico⁷²⁸.

O princípio da neutralidade crustal parece, igualmente, ter sido incorporado no Manual Técnico ao referir que «o termo “grandes fundos marinhos” deve ser entendido no sentido do parágrafo 3 do artigo 76 – i.e. os grandes fundos marinhos começam onde a margem continental (no sentido do parágrafo 3 e 4) acaba (...). Isto implica, por exemplo, que qualquer Estado ilha situado em crosta oceânica terá oportunidade a ser tratado de modo igual relativamente a qualquer outro Estado situado em crosta continental. Nestes casos, um critério prático poderá ser o uso da zona de mudança da espessura crustal da crosta mais espessa sob a massa terrestre da ilha para a espessura normal da crosta oceânica (i.e. 15 km as quoted in

⁷²⁷ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 7.2.9, p. 54.

⁷²⁸ HEDBERG, H. D. - Geomorphic Basis for National-International Boundaries on the Ocean Floor. 1981. Este autor defendeu, em 1978, que «Boundaries of oceanic islands would be drawn in the same manner as for the continental slope», vide HEDBERG, H. D. - Geomorphic Basis for National-International Boundaries on the Ocean Floor. 1981, p. 441.

the Guidelines, 6.3.11)⁷²⁹».

10.2. Prática da CLPC

No sumário das recomendações já publicadas, a CLPC referiu-se à neutralidade crustal na consideração da proposta de extensão do Reino Unido, na Ilha da Ascensão. Neste documento, a CLPC sublinhou expressamente o seu entendimento relativamente a prolongamento natural, prolongamento submerso e delineação do bordo exterior da margem continental, tendo por base a enunciação de um conjunto de princípios⁷³⁰. Entre estes destacam-se os relativos à neutralidade crustal, onde é afirmada a natureza neutra do artigo 76.º relativamente ao tipo de crosta da massa terrestre do Estado costeiro⁷³¹ e realçada a importância do artigo 121.º, n.º 2, ao referir que as zonas marítimas das ilhas são determinadas em conformidade com as disposições da CNUDM aplicáveis a outras formações terrestres⁷³².

As recomendações da CLPC relativamente a esta proposta de extensão do Reino Unido acabaram por ir no sentido de o limite exterior da plataforma continental não ser estabelecido com base na documentação científica e técnica contida na proposta de extensão apresentada em 9 de maio de 2008⁷³³. Contudo, as razões que estiveram na base das recomendações não tiveram a ver com questões relativas à neutralidade crustal.

⁷²⁹ Manual Técnico, p. V-22. Versão original: «*the term “deep ocean floor” should be understood in the sense of paragraph 3 of article 76— i.e. the deep ocean floor starts where the continental margin (in the sense of paragraphs 3 and 4) ends. (...) This implies, for instance, that any island State on oceanic crust will have the opportunity to be treated equal to any coastal State on continental crust. In such cases, a practical criterion would be to use the zone of change in crustal thickness from thickened crust under the island landmass to oceanic crust of normal thickness (i.e. 15 km as quoted in the Guidelines, 6.3.11)*».

⁷³⁰ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland in Respect of Ascension Island on 9 May 2008*. 2010, parágrafo 22, pp. 5 e 6.

⁷³¹ *Ibidem*, parágrafo 22, alínea (iv), p. 5.

⁷³² *Ibidem*, parágrafo 22, alínea (v), p. 5.

⁷³³ *Ibidem*, parágrafo 54, p. 15.

10.3. Apreciação crítica

O texto dos artigos 76.º e 121.º, n.º 2, da CNUDM, o disposto no parágrafo 7.2.9 das Diretrizes Científicas e Técnicas, bem como o entendimento expresso pela CLPC nas recomendações à proposta de extensão do Reino Unido relativamente à ilha da Ascensão, anteriormente mencionado, levam a crer que a questão da neutralidade crustal não suscita dúvidas de maior que possam fundamentar algum tipo de receios aos Estados que têm propostas de extensão sobre ilhas oceânicas, em particular aquelas que se situam em formações que os geocientistas denominam como “cristas oceânicas”, como é o caso de Portugal, na região dos Açores, e da Islândia, na região do *Reykjanes Ridge*.

Contudo, uma leitura mais cuidada da citação do Manual Técnico anteriormente apresentada leva a crer que a importância do n.º 2 do artigo 122.º na interpretação do artigo 76.º da CNUDM pode ainda não ter sido completamente assimilada. O texto traduzido *supra*⁷³⁴ relativamente à parte do Manual Técnico que se refere ao princípio da neutralidade crustal, sugere a espessura como critério prático alternativo para distinguir a crosta da massa terrestre pertencente à formação insular da crosta da planície abissal que, potencialmente, poderá vir a constituir os grandes fundos marinhos. Esta hipótese prática para resolver a questão da transição entre as duas crostas, que são da mesma natureza, deve ser entendida com prudência, uma vez que ela própria poderá ser violadora do princípio da neutralidade crustal. Ao afastar uma distinção qualitativa, *i.e.*, crosta continental *versus* crosta oceânica, o Manual Técnico vem alternativamente propor uma distinção quantitativa, *i.e.*, crosta mais espessa para a parte correspondente ao território emerso *versus* crosta mais fina para a parte correspondente, tendencialmente, aos grandes fundos marinhos. Nada na CNUDM, designadamente nos artigos 76.º, 121.º ou Anexo II, sustenta este novo critério quantitativo avançado pelo Manual Técnico, que vai para além do texto e finalidade do próprio artigo 76.º.

Somos de opinião que esta sugestão avançada pelo Manual Técnico poderá violar também o princípio da neutralidade crustal, uma vez que esta regra da espessura da crosta não tem correspondência em situações equivalentes em que estejamos na presença apenas de crosta continental. A aplicação rigorosa do princípio da neutralidade crustal impõe que às ilhas oceânicas sejam aplicadas apenas, e só, as mesmas regras que são aplicáveis às restantes

⁷³⁴ *Vide* nota 729.

formações terrestres, afastando a hipótese de criação de regras específicas aplicáveis apenas às formações insulares oceânicas, como é o caso da regra sugerida pelo Manual Técnico. Não pode haver distinção no que respeita ao título jurídico sobre a plataforma continental no sentido de excluir liminarmente a extensão em determinadas áreas dos fundos marinhos só porque estas são de natureza oceânica. Isto não significa que não possam existir fatores relativos à natureza crustal que possa contribuir para a definição de outros elementos, como é o caso de outras características geofísicas ou geoquímicas, v.g., para verificar se determinado relevo submarino é crista ou elevação submarina⁷³⁵.

11. PRINCÍPIO DA NÃO INFLUÊNCIA DA APLICAÇÃO DO ARTIGO 76.º E DAS RECOMENDAÇÕES DA CLPC NA DELIMITAÇÃO FUTURA

11.1. Elementos normativos

O princípio da não influência da aplicação do artigo 76.º e das recomendações da CLPC na delimitação futura vem estabelecido no n.º 10 do artigo 76.º⁷³⁶ e no n.º 9 do Anexo II⁷³⁷, ambos da CNUDM. Estes preceitos são desenvolvidos nas *Rules of Procedure of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*⁷³⁸ (Regras de Procedimento) através de normas⁷³⁹ que constituem o entendimento da CLPC relativamente às disposições convencionais anteriormente mencionadas.

No primeiro parágrafo da Regra 46 é mencionado que «*caso exista uma controvérsia na delimitação da plataforma continental entre Estados com costas adjacentes ou opostas ou em*

⁷³⁵ Vide 7 *infra*.

⁷³⁶ «As decisões do presente artigo não prejudicam a questão da delimitação da plataforma continental entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente».

⁷³⁷ «As decisões da Comissão não devem prejudicar os assuntos relacionados com a delimitação entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente».

⁷³⁸ CLCS/40/Rev. 1.

⁷³⁹ CLCS/40/Rev.1: Regra 46; Anexo I.

*outros casos de controvérsias de fronteiras marítimas não resolvidas, poderão ser feitas propostas de extensão e serão consideradas nos termos do Anexo I a estas regras*⁷⁴⁰. O Anexo I das Regras de Procedimento⁷⁴¹, estabelece que «*nos casos em que exista uma controvérsia terrestre ou marítima, a Comissão não deverá considerar e qualificar uma submissão apresentada por qualquer dos Estados envolvidos na controvérsia. Contudo, a Comissão pode considerar uma ou mais submissões nas áreas em disputa com o consentimento prévio dado por todos os Estados que são partes nessa controvérsia*»⁷⁴². Adianta ainda que «*as propostas apresentadas à Comissão e as recomendações posteriormente aprovadas pela Comissão não devem prejudicar a posição dos Estados que são partes na disputa terrestre ou marítima*»⁷⁴³.

Um dos processos pelos quais os Estados que não chegaram a acordo com os vizinhos relativamente a controvérsias, atuais ou potenciais, referentes às respetivas zonas marítimas, podem minimizar os riscos de uma eventual oposição consiste na apresentação de uma proposta conjunta, nos termos do parágrafo 4, do Anexo I das Regras de Procedimento. Este procedimento foi seguido até à presente data em sete propostas de extensão⁷⁴⁴. Uma proposta

⁷⁴⁰ Versão original: «*In case there is a dispute in the delimitation of the continental shelf between opposite or adjacent States or in other cases of unresolved land or maritime disputes, submissions may be made and shall be considered in accordance with Annex I to these Rules*». A Regra 46 contém um segundo parágrafo que repete o propósito estabelecido nos n.º 10 do artigo 76.º e n.º 9 do Anexo II da CNUDM: «*The actions of the Commission shall not prejudice matters relating to the delimitation of boundaries between States*».

⁷⁴¹ CLCS/40/Rev. 1, Anexo I «*Submissions in case of a dispute between States with opposite or adjacent coasts or in other cases of unresolved land or maritime disputes*».

⁷⁴² CLCS/40/Rev.1, Anexo I, n.º 5, alínea a).

⁷⁴³ *Ibidem*, alínea b). Versão original: «*The submissions made before the Commission and the recommendations approved by the Commission thereon shall not prejudice the position of States which are parties to a land or maritime dispute*».

⁷⁴⁴ Vide as propostas conjuntas apresentadas em DIVISION FOR OCEAN AFFAIR AND THE LAW OF THE SEA - **SUBMISSIONS TO THE CLCS**. [Em linha] [Consultado em 26 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_submissions.htm>

Sobre propostas conjuntas *vide*, entre outros, BUSCH, S. V. - **Establishing Continental Shelf Limits Beyond 200 Nautical Miles by the Coastal State: A Right of Involvement for Other States?**. 2016, pp. 118-120; ELFERINK, A. G. O., JOHNSON, C. - Outer Limits of the Continental Shelf and «Disputed Areas»: State Practice concerning Article 76(10) of the LOS Convention. 2006; KWIATKOWSKA, B. - Submissions to the UN Commission on the Limits of the Continental Shelf: The Practice of Developing States in Cases of Disputed and Unresolved Maritime Boundary Delimitations or Other Land or Maritime

conjunta constitui uma única proposta desenvolvida em cooperação por dois ou mais Estados, sendo normalmente preparada por uma equipa científica e técnica conjunta, que partilhou dados e informação relevante para a proposta abertamente entre os dois Estados. A consideração da proposta pela CLPC é efetuada perante os Estados envolvidos nessa proposta, pelo que é necessário acordo político-diplomático prévio e, por regra, boas relações de vizinhança entre os Estados. Tem-se verificado na prática que as propostas conjuntas constituem, normalmente, propostas parciais de acordo com o parágrafo 3 do Anexo I das Regras de Procedimento, cuja área corresponde ao espaço geográfico relativamente ao qual não existe um acordo prévio de delimitação.

As propostas conjuntas apresentam a vantagem de serem apreciadas por uma única subcomissão, o que conduz a uma apreciação uniforme e consistente relativamente a todos os dados e informações respeitantes àquela área⁷⁴⁵. Em determinadas circunstâncias, em virtude de decisão política ou diplomática, não ser considerado conveniente ou não ser possível realizar propostas conjuntas, as propostas coordenadas podem ser uma alternativa igualmente válida. Nestas circunstâncias os Estados comprometem-se mutuamente a não impedir a CLPC de avaliar a proposta do outro Estado, partilham dados e informações relativos à área em causa e procuram uma solução única para o respetivo limite exterior da plataforma continental. Este modelo de cooperação tem a desvantagem de as propostas serem apreciadas por duas subcomissões diferentes, com o risco de poderem ter entendimentos divergentes quando à consideração dos dados e informação apresentados e virem a decidir de modo diverso, cujo resultado mais provável será um limite exterior da plataforma continental também diferente.

Disputes. Part One. 2013; NELSON, L. D. M. - The Settlement of Disputes Arising From Conflicting Outer Continental Shelf Claims. 2009; THAO, N. H., AMER, R. - Coastal States in the South China Sea and Submissions on the Outer Limits of the Continental Shelf. 2011; UNEP/GRID-ARENDAL - **Continental Shelf the Last Maritime Zone**. 2009.

⁷⁴⁵ De notar que, nas propostas conjuntas, a CLPC entende que a área total resultante do limite exterior da plataforma continental resultante da proposta conjunta não pode ser superior à soma individual da área abrangida pelo limite exterior de cada um dos Estados, considerados individualmente.

Vide COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - 20th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission [CLCS/56], 4 outubro 2007, [Em linha] [Consultado em 21 out. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=clcs%2F56&Submit=Search&Lang=E>., parágrafo 28.

Encontra-se nesta última situação o caso da proposta de extensão de Portugal na Região do Banco da Galiza.

11.2. Doutrina internacional

O teor das regras estabelecidas pela CLPC que visam assegurar a necessidade de não prejudicar na questão da delimitação da plataforma continental entre Estados tem sido referido eufemisticamente na doutrina como um direito de veto⁷⁴⁶ conferido a outros Estados tendo em vista, apenas com uma simples nota verbal, impedir que a Comissão considere e qualifique determinada proposta de extensão. De facto, esta interpretação dos preceitos supracitados da CNUDM por parte da Comissão não é isenta de críticas. Enquanto a CNUDM refere apenas que a aplicação do artigo 76.º não prejudica uma futura delimitação entre Estados relativamente aos quais existam sobreposição de títulos, as Regras de Procedimento vão mais longe ao estabelecer que a Comissão não apreciará as propostas de extensão relativamente às quais existam controvérsias marítimas e terrestres. Esta regra tal como definida pela CLPC, não está, efetivamente, prevista na CNUDM. Pelo contrário, em conformidade com o artigo 76.º, n.º 8 «a Comissão fará recomendações aos Estados costeiros sobre questões relacionadas com o estabelecimento dos limites exteriores da sua plataforma continental». Segundo Andrew SERDY, este preceito tem natureza injuntiva⁷⁴⁷ e impõe à Comissão o dever de emitir as recomendações nos termos estabelecidos nas suas funções, tal como se encontram definidas no Anexo II da CNUDM⁷⁴⁸. Nada na Convenção impõe expressamente a necessidade de anuência prévia por parte de outros Estados para que a Comissão cumpra as funções que lhe estão definidas na Convenção.

⁷⁴⁶ SERDY, A. - Some Views Are More Equal Than Others: Submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf and the Strange Loss of Confidence in Article IV of the Antarctic Treaty. 2009, SERDY, A. - The Commission on the Limits of the Continental Shelf and its disturbing propensity to legislate. 2011 JENSEN, Ø. - **The Commission on the Limits of the Continental Shelf**. 2014.

⁷⁴⁷ SERDY, A. - The Commission on the Limits of the Continental Shelf and its disturbing propensity to legislate. 2011. P. 366.

⁷⁴⁸ CNUDM, Anexo II, artigoº 3.º, n.º 1, alínea a), onde é definido que são funções da Comissão: «Examinar os dados e outros elementos de informação (...) e formular recomendações de conformidade com o artigo 76.º (...)».

Esta situação tem-se verificado na prática em muitas ocasiões, o que revela bem a importância do tema, com inúmeras notas verbais enviadas ao SGNU. Para efeitos da presente análise importa primeiro determinar o que em Direito Internacional deve ser entendido como uma “controvérsia”. Depois, face à natureza própria dos conflitos de interesses em causa e ao teor das notas verbais já apresentadas, importa saber se todas as situações de alegada controvérsia deveriam, em teoria, ter o mesmo tratamento por parte da CLPC.

Para ABASS, “controvérsia” em Direito Internacional tem um significado próprio que o afasta do conceito equivalente em Direito civil⁷⁴⁹. As controvérsias entre Estados podem relacionar-se com a determinação de direitos, interesses, obrigações, com a interpretação de tratados ou com a definição de fronteiras. Contudo, por vezes, os Estados não estão de acordo quando existe de facto uma controvérsia entre eles, pelo que, por vezes os tribunais internacionais são chamados a confirmar a sua existência. O conceito de controvérsia em Direito Internacional é, assim, mais abrangente que o correspondente conceito em Direito civil⁷⁵⁰.

Uma definição genérica de controvérsia em Direito Internacional foi dada pelo Tribunal Permanente Internacional de Justiça no Caso *Mavrommatis* ao referir que uma controvérsia «*consiste num desacordo de facto ou de direito, num conflito de interpretações jurídicas ou de interesses entre duas pessoas*»⁷⁵¹. Esta definição tem sido citada inúmeras vezes desde então noutras decisões do Tribunal Internacional de Justiça⁷⁵². Destas decisões, tendo em conta o contexto em que foram proferidas, WALLACE-BRUCE retira quatro corolários⁷⁵³:

⁷⁴⁹ ABASS, A. - **Complete International Law: Text, Cases, and Materials**. 2014 p. 490.

⁷⁵⁰ WALLACE-BRUCE, N. L. - **The Settlement of International Disputes: The Contribution of Australia and New Zealand**. 1998

⁷⁵¹ PERMANENT COURT OF INTERNATIONAL JUSTICE - *The Mavrommatis Palestine Concessions*. 1924, I, p.11. Versão original: «*A dispute is a disagreement on a point of law, fact, a conflict of legal views or of interests between two persons*».

⁷⁵² Vide, entre outros, INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Case Concerning East Timor*. 1995, p. 99; INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *South West Africa Cases-Preliminary Objections*. 1962, p. 328; INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Case Concerning Application of the International Convention on the Elimination of all Forms of Racial Discrimination*. 2011, p. 18; INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Case Concerning Right of Passage over Indian Territory*. 1960, p. 34

⁷⁵³ WALLACE-BRUCE, N. L. - **The Settlement of International Disputes: The Contribution of Australia**

1. A existência de uma controvérsia é uma matéria de determinação objetiva (*matter for objective determination*);

Este elemento foi sublinhado pela primeira vez pelo TIJ na interpretação dos Tratados de Paz com a Bulgária, a Hungria e a Roménia. Os governos da Bulgária, da Hungria e da Roménia defenderam que não existia uma controvérsia visto que cumpriram com as obrigações sobre os direitos humanos e direitos fundamentais. Contudo, o Tribunal afirmou que de facto existia uma controvérsia internacional relativamente à interpretação dos tratados uma vez que os Aliados e as Potências Associadas tinham claramente uma interpretação diferente no que respeita ao cumprimento das obrigações decorrentes dos tratados⁷⁵⁴.

2. A mera afirmação por uma das partes que existe uma controvérsia não é suficiente para determinar esse facto;

No Caso Relativo ao Pessoal Consular dos Estados Unidos da América, em Teerão, o TIJ efetuou a determinação objetiva baseado não apenas nas afirmações dos Estados Unidos, mas «*num conjunto significativo de informação relativa aos factos e circunstâncias do Caso proveniente de várias fontes, incluindo numerosas declarações oficiais das autoridades, tanto iranianas como dos Estados Unidos*»⁷⁵⁵.

3. A negação da existência de uma controvérsia por uma das partes, só por si, não prova que essa controvérsia não exista;

Este ponto consiste no inverso do anterior. No Caso Respeitante ao Norte dos Camarões, o Reino Unido alegou que não existia qualquer controvérsia com a República dos Camarões e

and New Zealand. 1998. Idênticos alcance, sentido e fundamentação para o conceito de controvérsia constam em SCHREUER, C. - What Is a Legal Dispute? 2008; KWIATKOWSKA, B. - Submissions to the UN Commission on the Limits of the Continental Shelf: The Practice of Developing States in Cases of Disputed and Unresolved Maritime Boundary Delimitations or Other Land or Maritime Disputes. Part Two. 2013, pp. 248-254.

⁷⁵⁴ INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Interpretation of Peace Treaties with Bulgaria, Hungary and Romania*. 1950.

⁷⁵⁵ INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Case Concerning United States Diplomatic and Consular Staff in Tehran*. 1980. Parágrafo 13, p. 10. Versão original: «(...) massive body of information from various sources concerning the facts and circumstances of the present case, including numerous official statements of both Iranian and United States authorities».

que, existindo essa controvérsia, seria entre a República dos Camarões e as Nações Unidas. O Tribunal veio a decidir com base nos factos que existiu, efetivamente, uma controvérsia entre a República dos Camarões e o Reino Unido⁷⁵⁶.

4. As reivindicações das partes têm que estar em manifesta oposição (*positively opposed*).

Apesar de a decisão supracitada o Tribunal Permanente de Justiça Internacional ter referido que um “conflito de interpretações jurídicas ou de interesses” bastaria para se poder qualificar determinada situação como um conflito, o Tribunal Internacional de Justiça veio posteriormente estabelecer que apenas aquele elemento não é suficiente. Deve ser demonstrado que os interesses em causa devem estar efetivamente em manifesta oposição⁷⁵⁷.

11.3. Prática dos Estados

Considerando o conceito de controvérsia internacional tal como tem sido interpretado e aplicado pelos tribunais internacionais, tendo em conta a situação factual ocorrida desde a apresentação da primeira proposta de extensão pela Rússia, em 2001, importa analisar se a interpretação adotada pela CLPC é a mais adequada tendo em conta a finalidade das normas e princípios da CNUDM. Para este fim importa distinguir três situações diferentes que as notas verbais se reportam e que resultam de:

a) Não delimitação prévia de zonas marítimas. Nestes casos os Estados afirmam não existir uma controvérsia no sentido jurídico-internacional do termo e/ou relegam para momento posterior a delimitação com outros Estados com costas adjacentes ou opostas⁷⁵⁸.

b) Controvérsias marítimas, entendidas como controvérsias relativas a sobreposição de

⁷⁵⁶ INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Case Concerning the Northern Cameroons, Preliminary Objections*. 1963, *Preliminary Objections*, p. 16 (27).

⁷⁵⁷ INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *South West Africa Cases (Ethiopia v. South Africa; Liberia v. South Africa)*. 1962, *Preliminary Objections*, p. 13 (327).

⁷⁵⁸ Esta alínea corresponde a terceiro género não incluído expressamente no Anexo I das Regras de Procedimento, mas que tem merecido cuidado por parte dos Estados que apresentam propostas de extensão no sentido de negociar previamente com os Estados vizinhos a apresentação de notas verbais que declarem que não apresentam objeções a que a CLPC considere a proposta de extensão, sem prejuízo de delimitação futura.

títulos jurídicos sobre zonas marítimas⁷⁵⁹;

c) Controvérsias territoriais, entendidas como controvérsias sobre território emerso⁷⁶⁰.

A primeira situação indicada na alínea a) *supra* é a mais comum entre as propostas de extensão apresentadas. Mesmo não existindo delimitação prévia entre as zonas marítimas, os Estados preferem primeiro obter por parte da CLPC decisão relativamente ao limite exterior da plataforma continental e deixar para momento posterior a delimitação entre eles⁷⁶¹. Esta é a situação que se passa entre Portugal e a Espanha que, apesar de não existir delimitação com validade internacional entre as respetivas zonas marítimas, optaram por não levantar objeções a que a CLPC considere e qualifique as propostas de cada um deles⁷⁶².

As controvérsias marítimas mencionadas na alínea b) *supra* fundamentam o maior grupo de notas verbais que solicitam à CLPC que não aprecie determinadas propostas de extensão. Do teor das notas verbais apresentadas verifica-se que a maioria sujeita a condição a autorização

⁷⁵⁹ Entendidas nas Regras de Procedimento como *maritime disputes* (cfr Anexo I).

⁷⁶⁰ Entendidas nas Regras de Procedimento como *land disputes* (cfr Anexo I).

⁷⁶¹ Não é efetuada a enumeração das situações indicadas por ser muito extensa, mas pode ser consultada na página correspondente do sítio da DOALOS
http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_submissions.htm

⁷⁶² Portugal apresentou a proposta de extensão da plataforma continental em 11 de maio de 2009, tendo Espanha inicialmente informado a CLPC que não levantava objeções relativamente à Região da Madeira *Note Verbale N° 381 AV/ot, Spain*, [Note Verbale Spain] 2009 e à Região do Banco da Galiza *Note Verbale 607.10, Spain*, [Note verbale Spain] 2010, sublinhando que a delimitação lateral seria efetuada em momento posterior. Espanha apresentou a proposta de extensão relativamente à Região do Banco da Galiza na mesma data e às Ilhas Canárias em 17 de dezembro de 2014, tendo Portugal, reciprocamente, efetuado comunicação equivalente à CLPC *Note Verbale ONU/2009/134, Portugal*, [Note Verbale Portugal] 2009 e *Note Verbale ONU/2015/59, Portugal*, [Note Verbale Portugal] 2015. Em 2013 Espanha de modo contraditório relativamente ao que houvera anteriormente afirmado veio comunicar à DOALOS que não reconhecia às Ilhas Selvagens a capacidade para gerar zona económica exclusiva *Note Verbale N° 186 FP/ot, Spain*, [Note Verbale Spain] 2013. Portugal respondeu afirmando que a plataforma continental portuguesa para lá das 200 milhas a oeste do Arquipélago da Madeira constituía o prolongamento natural da ilha da Madeira, não existindo qualquer relação com as Ilhas Selvagens *Note Verbale ONU/2013, 153, Portugal*, [Note Verbale Portugal] 2013. Posteriormente, Espanha retirou as objeções anteriormente suscitadas, reiterou o inicialmente afirmado relativamente à plataforma continental a oeste da Ilha da Madeira *Note Verbale N° 064 MPbcm, Spain*, [Note Verbale Spain] 2015.

a conceder à CLPC para aquele fim. Cabem neste grupo⁷⁶³:

- Os Estados que têm sobreposição de interesses na área de *Hatton-Rockhall*, Reino Unido, Irlanda, Islândia e Dinamarca, sendo que os dois últimos exigem relativamente às propostas de extensão de cada um dos restantes a realização de acordo prévio de delimitação;

⁷⁶³ As situações de controvérsias marítimas comunicadas formalmente à CLPC tendo em vista a não apreciação de propostas de extensão ocorreram em maior número relativamente a situações de controvérsia territorial. Apresentaram notas verbais a solicitar à CLPC que não aprecie as propostas de extensão devido a controvérsias marítimas: a Dinamarca relativamente à propostas da Irlanda *Note Verbale N° 119.N.8, Denmark*, [Note Verbale Denmark] 2009, *Note Verbale N° 119.N.8, Denmark*, [Note verbale Denmark] 2010 e do Reino Unido *Note Verbale N° 119.N.8, Denmark*, [Note Verbale Denmark] 2009 e *Note Verbale N° 119.N.8, Denmark*, [Note verbale Denmark] 2010; o Bangladesh relativamente à proposta de Myanmar *Note Verbale N° PMBNY-UNCLOS/2009, Bangladesh*, [Note Verbale Bangladesh] 2009; as Filipinas relativamente à proposta do Palau *Note Verbale N° 000820, Philippines*, [Note Verbale Phillipines] 2009, a Guiné Equatorial relativamente à informação preliminar dos Camarões *Note Verbale 090/C-1/10, Equatorial Guinea*, [Note Verbale Equatorial Guinea] 2009; a Islândia relativamente às propostas parciais da Irlanda *Note Verbale FNY09050023/97.B.512, Iceland*, [Note Verbale Iceland] 2009, do Reino Unido *Note Verbale FNY09050022/97.B.512, Iceland*, [Note Verbale Iceland] 2009 e da Dinamarca *Note Verbale UTN11040015/97.B.512, Iceland*, [Note Verbale Iceland] 2011; Angola relativamente à informação preliminar da República Democrática do Congo *Note Verbale N° 7/003, Angola*, [Note Verbale Angola] 2009; a China relativamente à proposta do Japão (Oki-no-Tori-Shima) *Note Verbale CMI/2/2009, China*, [Note Verbale China] 2009; o Japão relativamente à proposta da República da Coreia *Note Verbale SC/09/248, Japan*, [Note Verbale Japan] 2009 e *Note Verbale SC/13/019, Japan*, [Note Verbale Japan] 2013; a República da Coreia relativamente ao Japão *Note Verbale MUN/046/09, Republic of Korea*, [Note Verbale Korea] 2009 e *Note Verbale MUN/230/11, Republic of Korea*, [Note Verbale Korea] 2011; Angola relativamente à proposta do Gabão *Note Verbale, s/n Angola*, [Note Verbale Angola] 2012; o Japão relativamente à proposta da China *Note Verbale SC/12/372, Japan*, [Note Verbale Japan] 2012; a República Democrática do Congo relativamente à proposta de Angola *Note Verbale 130/093/2014, Democratic Republic of Congo*, [Note Verbale Democratic Republic of Congo] 2014; o Gabão relativamente à proposta de Angola *Note Verbale 00402/MPRG/NY-14, Gabon*, [Note Verbale Gabon] 2014; o Canadá relativamente à proposta da França *Note Verbale 0666, Canada*, [Note Verbale Canada] 2009 e *Note Verbale N° 894, Canada*, [Note Verbale Canada] 2014; o Iémen relativamente à proposta da Somália *Note Verbale ROY/096/SANAA/12.14, Yemen*, [Note Verbale Yemen] 2014; o Quénia relativamente à proposta da Somália *Note Verbale N° 141/15, Kenya*, [Note Verbale Kenya] 2014; e a República do Congo relativamente a Angola *Note Verbale 132.61/RDCONU/AI/597/2015, Republic of Congo*, [Note Verbale Republic of Congo] 2015.

- Os Estados cujas plataformas continentais além das 200 milhas se situam na região a oeste da foz do rio Zaire, Angola, República Democrática do Congo, República do Congo (RC) e Gabão. Angola não reconhece direitos à plataforma continental para lá das 200 milhas ao Gabão e à República Democrática do Congo. O Gabão, a República Democrática do Congo e a República do Congo rejeitam delimitação unilateral por parte de Angola, sugerindo acordo prévio de delimitação das zonas marítimas;
- O Iémen e o Quênia relativamente à Somália, as Filipinas relativamente a Palau e a Guiné Equatorial relativamente aos Camarões exigem acordo prévio de delimitação de delimitação das zonas marítimas. Omã apresentou pedido equivalente à CLPC, tendo-o posteriormente retirado⁷⁶⁴.

Um outro grupo de Estados⁷⁶⁵ que invoca controvérsias marítimas não reconhece a outros o direito à plataforma continental nos termos em que consta nos respetivos sumários executivos. É o caso do Japão relativamente às propostas da RPC e da República da Coreia e do Canadá relativamente à França (*S. Pierre et Miquelon*). A RPC⁷⁶⁶ e a República da Coreia⁷⁶⁷ pediram à CLPC que não considerasse a proposta do Japão na região *Southern Kyushu-Palau Ridge* por entenderem que a formação insular *Okino-Tori-Shima* não é suscetível de gerar plataforma continental, nos termos do artigo 121.º, n.º 3, da CNUDM. A Comissão atendeu a este pedido considerando que não estava em posição de emitir recomendações naquela região até que as questões descritas nas notas verbais da RPC e República da Coreia estivessem resolvidas⁷⁶⁸.

O último grupo compreende os Estados que invocam perante a CLPC controvérsias terrestres como fundamento para que a Comissão não aprecie as propostas de extensão dos

⁷⁶⁴ *Note Verbale 5223/25220/221/686 Sultanate of Oman*, [Note Verbale Oman] 2009 e *Note Verbale 5223/25220/2212/290 Sultanate of Oman*, [Note Verbale Oman] 2014.

⁷⁶⁵ *Vide* Nota 763.

⁷⁶⁶ *Note Verbale CMI/2/2009, China*, [Note Verbale China] 2009 e *Note Verbale CML/59/2011, China*, [Note Verbale China] 2011.

⁷⁶⁷ *Note Verbale MUN/046/09, Republic of Korea*, [Note Verbale Korea] 2009 e *Note Verbale MUN/230/11, Republic of Korea*, [Note Verbale Korea] 2011.

⁷⁶⁸ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission Made by Japan on 12 November 2008*. 2012

Estados relativamente essa controvérsia⁷⁶⁹.

11.4. Apreciação crítica

A doutrina não tem sido consistente relativamente a esta questão. SERDY refere-se à possibilidade de os terceiros Estados “vetarem” a proposta de extensão de outros Estados como uma prática contrária ao disposto na CNUDM, designadamente aos artigos 76.º, n.º 10, e 9.º do Anexo II⁷⁷⁰. JENSEN defende que as regras adotadas pela CLPC relativamente ao “veto” podem dificultar a aplicação das regras contidas na CNUDM prejudicando o seu objetivo e finalidade⁷⁷¹. Com perspetiva diferente, MAGNÚSSON defende que as Regras de Procedimento foram aceites pelos Estados Partes podendo, por esse facto, ser considerado como uma alteração à CNUDM, nos termos estabelecidos na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (CVDT)⁷⁷². Adianta ainda que a CLPC não é o fórum adequado para se resolver controvérsias terrestres e marítimas sensíveis uma vez que se trata de um órgão técnico e

⁷⁶⁹ Apresentaram notas verbais a solicitar à CLPC que não aprecie as propostas de extensão devido a controvérsias territoriais o Japão relativamente à proposta Russa *Note Verbale SC/02/084, Japan*, [Note Verbale Japan] 2002, a China relativamente à proposta do Vietname *Note Verbale CML/18/2009, China*, [Note Verbale China] 2009 e à proposta conjunta do Vietname com a Malásia *Note Verbale CML/17/2009, China*, [Note Verbale China] 2009, o Reino Unido relativamente à proposta da Argentina *Note Verbale N.º 84/09, United Kingdom*, [Note Verbale United Kingdom] 2009 e *Note Verbale N.º 273/12, United Kingdom*, [Note Verbale United Kingdom] 2009, A Argentina relativamente à proposta do Reino Unido *Note Verbale N.U. N.º 290/09/600, Argentina*, [Note Verbale Argentina] 2009, e a Venezuela relativamente à proposta da Guiana *Note Verbale 1384.12, Venezuela*, [Note Verbale Venezuela] 2012.

Um outro grupo numeroso de Estados enviou notas verbais no sentido de demonstrar preocupação relativamente ao artigo 4.º do Tratado da Antártida. O tratado da Antártida pode ser consultado em http://www.ats.aq/documents/keydocs/vol_1/vol1_2_AT_Antarctic_Treaty_e.pdf

⁷⁷⁰ SERDY, A. - Towards Certainty of Seabed Jurisdiction Beyond 200 Nautical Miles from the Territorial Sea Baseline: Australia’s Submission to the Commission on the Limits of the Continental Shelf. 2005, p. 193, SERDY, A. - The Commission on the Limits of the Continental Shelf and its disturbing propensity to legislate. 2011, p. 362 e 379.

⁷⁷¹ JENSEN, Ø. - **The Commission on the Limits of the Continental Shelf**. 2014, p. 71.

⁷⁷² MAGNÚSSON, B. M. - **The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles - Delineation, Delimitation and Dispute Settlement**. 2015, p. 104.

científico, não de um tribunal⁷⁷³.

A posição adotada no âmbito da presente tese é crítica relativamente a qualquer das duas visões anteriormente apresentadas. A possibilidade de a CLPC considerar e qualificar as propostas de extensão relativamente às quais existiam controvérsias terrestres ou marítimas chegou a constar na versão inicial das Regras de Procedimento⁷⁷⁴, mas que veio a ser posteriormente rejeitada. Sendo a posição constante nas Regras de Procedimento a mais segura (e cómoda) para a CLPC, não parece de facto a que melhor serve os objetivos consagrados na CNUDM, nomeadamente os estabelecidos no preâmbulo, como o fortalecimento da paz, segurança e amizade entre as Nações, a fixação definitiva da Área, que constitui o património comum da humanidade, bem como a segurança e certeza jurídicas que constituem valores intemporais da civilização.

Na apreciação das propostas de extensão a CLPC deveria dar tratamento diferente consoante se tratassem de controvérsias terrestres ou controvérsias marítimas. De acordo com princípio “*the land commands the sea*”⁷⁷⁵, é o título jurídico sobre determinada parcela terrestre que justifica o correspondente título jurídico sobre o mar adjacente, em conformidade com as regras do Direito Internacional⁷⁷⁶. Sendo determinado território emerso gerador de plataforma continental para lá das 200 milhas disputado por dois ou mais Estados, para além de a CLPC não poder dirimir a controvérsia, uma vez que se trata de matéria que se situa fora do âmbito das suas funções, também não lhe será possível determinar qual o Estado cuja parcela de território gera determinada área de plataforma continental. Na mesma linha, a necessidade de definir previamente a soberania sobre determinadas partes do território constitui um

⁷⁷³ Idem, p. 104.

⁷⁷⁴ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Modus Operandi of the Commission*. [CLCS/L.3] 1997

⁷⁷⁵ Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, parágrafo 96, p. 52.

⁷⁷⁶ *Ibidem*, parágrafo 96: «(...) *the land is the legal source of the power which a State may exercise over territorial extensions to seaward, it must first be clearly established what features do in fact constitute such extensions*». Sobre este princípio vide FIETTA, S., CLEVERLY, R. - **Practitioner’s Guide to Maritime Boundary Delimitation**. 2015, pp. 27-29; FREESTONE, D., SCHOFIELD, C. - *The Caribbean Sea and Gulf of Mexico*. 2015, pp. 69-70; COTTIER, T. - **Equitable Principles of Maritime Boundary Delimitation: The Quest for Distributive Justice in International Law**. 2015, p. 528; STOUTENBURG, J. G. - **Disappearing Island States in International Law**. 2015, p. 189-190.

pressuposto essencial também para a delimitação marítima⁷⁷⁷. Trata-se de uma situação em que existe uma controvérsia terrestre constitui para a CLPC um problema que não pode de todo resolver, uma vez que não existe maneira de associar a área reclamada à titularidade sobre a parte emersa do território que a gera.

Esta situação não acontece nas controvérsias marítimas, mesmo naquelas que possam parecer menos fundamentadas, uma vez que se consegue sempre estabelecer um vínculo entre as áreas reivindicadas e o Estado cuja parcela de território as gera. Os casos em que existem controvérsias marítimas é diferente, uma vez que pressupõem, por regra, direitos sobre zonas marítimas. Mesmo que determinado Estado venha a obter recomendações favoráveis relativamente a áreas reivindicadas por outros Estados, a controvérsia pode sempre ser resolvida nos termos da Parte XV da CNUDM. O facto de a CLPC não apreciar o processo de extensão porque existe uma notificação de controvérsia pode levar a situações de impasse absoluto que podem comprometer de forma séria os princípios e finalidade da CNUDM, bem como os interesses dos Estados.

Um potencial exemplo desta situação pode ocorrer na costa africana, a Oeste da foz do rio Zaire. Conforme se pode verificar na Figura 24 existe uma zona em que se sobrepõem as áreas correspondentes aos 4 Estados daquela região. A República Democrática do Congo, cuja linha de costa se situa entre as províncias angolanas de Cabinda e do Soyo, pediu à CLPC que não considerasse a proposta de Angola alegando que a *«a submissão foi feita unilateralmente, ignorando os direitos da República Democrática do Congo (...) tendo em vista exercer o controlo sobre o seu mar territorial, zona contígua, zona económica exclusiva e margem continental no seu todo»*⁷⁷⁸. Tendo em conta a representação constante na Figura 25 pode verificar-se que existe uma distância significativa entre o limite exterior da plataforma continental da República Democrática do Congo, tal como consta na respetiva Informação Preliminar⁷⁷⁹, a linha das 200 milhas e a linha equidistante entre este Estado e Angola e a

⁷⁷⁷ FIETTA, S., CLEVERLY, R. - **Practitioner's Guide to Maritime Boundary Delimitation**. 2015, p. 28, referindo-se aos casos Eritreia v. Yemen (1999), Qatar v. Bahrain (2001), Cameroon v. Nigeria (2002) e Nicaragua v. Colombia (2012).

⁷⁷⁸ *Note Verbale 132.61/RDCONU/AI/597/2015, Republic of Congo*, [Note Verbale Republic of Congo] 2015.

⁷⁷⁹ RÉPUBLIQUE DÉMOCRATIQUE DU CONGO, *Information préliminaire à la Commission des Limites du Plateau Continental Conformément à l'article 76, paragraphe 8 de la Convention des Nations Unies sur le Droit de la Mer, 1982, concernant la région du Golfe de Guinée*. 2009

República Democrática do Congo. Não sendo o propósito deste texto um estudo aprofundado sobre delimitação marítima, pode afirmar-se que o traçado da linha equidistante poderá ter um papel importante no traçado que poderá vir a constituir uma solução equitativa nos termos dos artigos 74.º, n.º 1 e 83.º, n.º 1, da CNUDM. Nestes termos, parece difícil considerar que a República Democrática do Congo poderá vir a ter direito a plataforma continental para lá das 200 milhas⁷⁸⁰. Este é um assunto que, na ausência de acordo entre os Estados, deverá ser resolvido nos termos estabelecidos na Parte XV da CNUDM. No entanto, em conformidade com as Regras de Procedimento a República Democrática do Congo tem o poder de obstar a que CLPC considere e qualifique a proposta de extensão angolana.

Sob a perspetiva da fixação dos limites da Área naquela região poderia ser vantajoso que a CLPC considerasse e qualificasse as propostas de extensão dos Estados naquela zona mesmo existindo sobreposição de áreas de plataforma continental, do que permitir que o processo pare logo no início para efeitos de delimitação prévia. Sublinhe-se a este propósito que a CNUDM refere apenas que a aplicação do artigo 76.º e as recomendações da CLPC não devem prejudicar os assuntos relacionados com a delimitação entre Estados com costa adjacentes ou situadas frente a frente⁷⁸¹. Note-se ainda que neste caso a situação entre Estados poderá entrar num impasse caso qualquer dos Estados presente na controvérsia marítima tenha declarado não aceitar a jurisdição estabelecida na Seção 2 da Parte X da CNUDM, nos termos do artigo 298.º, n.º 1, alínea a), subalínea i), facto que poderá constituir uma dificuldade adicional. Como referido em 11.1 *supra*, o facto de um Estado afirmar que existe determinada controvérsia não significa necessariamente que essa controvérsia na realidade exista. O mesmo se verifica numa situação inversa. Assim, parar um procedimento por via de uma notícia unilateral de controvérsia, a CLPC está a tomar por conta própria uma qualificação diferente da que tem vindo a ser seguida pelos tribunais internacionais, sem que essa função e competência lhes estejam atribuídas pela CNUDM.

⁷⁸⁰ Numa situação geográfica bastante mais favorável que a República Democrática do Congo, a linha equidistante entre Trindade e Tobago e Barbados aproxima-se até muito perto da linha das 200 milhas. Ainda assim, Trindade e Tobago não obteve decisão que conseguisse alcançar área de plataforma continental para lá das 200 milhas na controvérsia com Barbados. *Vide* ARBITRAL AWARD - *In the Matter of an Arbitration Between Barbados and The Republic of Trinidad and Tobago*. 2006, parágrafo 382, p. 113, mapa 1 (Decisão Arbitral entre Barbados e Trindade e Tobago).

⁷⁸¹ CNUDM, artigo 76.º, n.º 10, e Anexo II, artigo 9.º.

12. TESTE DE PERTENÇA

12.1. Origem do conceito

À semelhança do que sucede com os princípios descritos nos números anteriores, também o teste de pertença (*appurtenance test*) não consta expressamente na CNUDM, nem na CGPC. Encontra-se presentemente definido nas Diretrizes Científicas e Técnicas, sendo referido diversas vezes neste documento, no Manual Técnico, na doutrina e na jurisprudência. Contudo, mesmo passando em revista todas estas referências, não se nos afigura possível tirar uma conclusão clara sobre o respetivo significado, sentido e alcance. Constituindo, na atual moldura jurídico-internacional, um tema relativamente pouco desenvolvido na doutrina e na jurisprudência internacionais, mas frequentemente citado pela CLPC, está diretamente associado aos processos de extensão da plataforma continental. Entendemos, assim, que o presente texto e contexto constituem uma oportunidade para oferecer um modesto contributo relativamente a esta matéria.

A primeira referência ao termo “pertença” (*appurtenance*) num contexto inerente aos direitos sobre os recursos do leito e subsolo surge com a Proclamação de Truman⁷⁸², mas foi o TIJ, no Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, que a relação de pertença entre a parte emersa de determinado território com os fundos marinhos adjacentes conheceu o seu primeiro desenvolvimento dogmático significativo. Assim, contrariamente à metodologia seguida na análise doutros temas, considera-se que fará mais sentido começar a análise pela fonte jurisprudencial, pioneira na análise e desenvolvimento deste conceito.

12.2. Decisões dos tribunais internacionais

No Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte foi referido que a noção de pertença constitui o elemento de ligação dos direitos soberanos dos Estados costeiros à respetiva

⁷⁸² «(...) the Government of the United States regards the natural resources of the subsoil and sea bed of the continental shelf beneath the high seas but contiguous to the coasts of the United States as appertaining to the United States, subject to its jurisdiction and control». Vide nota 68.

plataforma continental, como parte do prolongamento natural do respetivo território emerso⁷⁸³. Partindo desta noção, o TIJ considerou que «*os direitos do Estado costeiro existem ipso facto e ab initio sem que exista qualquer dúvida sobre a necessidade de reclamar as áreas em causa, ou de qualquer partilha da plataforma continental entre Estados*»⁷⁸⁴.

Rejeitando o entendimento apresentado pela Dinamarca e Holanda no sentido que a verificação do teste de pertença deva ser efetuada pela proximidade (*proximity*), ou maior proximidade (*closer proximity*), o TIJ entendeu que, apesar de proximidade e adjacência constituírem elementos fundamentais que terão de se verificar para a constituição de direitos sobre a plataforma continental dos Estados costeiros, não são os únicos. O Tribunal adiantou ainda que «*a questão sobre que partes da plataforma continental “adjacentes” à linha de costa de mais de um Estado constitui pertença de cada um deles continua em aberto, não devendo ser determinada exclusivamente com base na proximidade (...) [uma vez que] sempre que uma determinada área submarina não constitua o prolongamento natural — ou o mais natural — do território terrestre de um Estado costeiro, mesmo que essa área possa estar mais próxima do território de qualquer outro Estado, não pode ser considerado como pertencente a esse Estado*»⁷⁸⁵. Do anteriormente mencionado parece poder retirar-se do entendimento do TIJ no caso em apreço a necessidade de uma ligação entre pertença, ou teste de pertença, não apenas às noções de proximidade/adjacência, conceitos que o TIJ considerou de algum modo ambíguos, mas necessários⁷⁸⁶, com o conceito de prolongamento natural, sendo este último o elemento determinante para a constituição de direitos sobre a plataforma continental.

Nos Casos da Plataforma Continental Tunísia/Líbia e Líbia/Malta o TIJ voltou a reforçar a ligação entre o prolongamento natural e pertença relativamente aos direitos do Estado costeiro

⁷⁸³ Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, parágrafo 39, p. 30.

⁷⁸⁴ *Ibidem*. Versão original: «*the coastal State's rights exist ipso facto and ab initio without there being any question of having to make good a claim to the areas concerned, or of any apportionment of the continental shelf between different States*».

⁷⁸⁵ *Ibidem*, parágrafos 42 e 43, pp. 31-32. Versões originais, respetivamente: «*the question of which parts of the continental shelf “adjacent to” a coastline bordering more than one State fall within the appurtenance of which of them, remains to this extent an open one, not to be determined on a basis exclusively of proximity*», «*whenever a given submarine area does not constitute a natural-or the most natural-extension of the land territory of a coastal State, even though that area may be closer to it than it is to the territory of any other State, it cannot be regarded as appertaining to that State*». Sublinhado adicionado.

⁷⁸⁶ *Ibidem*, parágrafo 41, p. 31.

aos fundos marinhos adjacentes, através de múltiplas citações ao Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte mas, no fundo, pouco acrescentando aos entendimentos desenvolvidos naquele Caso.

Na Decisão Arbitral entre Barbados e Trindade e Tobago a ligação entre o prolongamento natural e os direitos soberanos inerentes ao Estado costeiro voltou a ser reafirmada, agora num contexto normativo diferente. Neste Caso, o Tribunal referiu que o conceito de distância, como base para a constituição de direitos sobre a plataforma continental, tornou-se cada vez mais interligado com o conceito de prolongamento natural. Esta ligação, afirma o Tribunal, foi fundamental para a definição de plataforma continental, nos termos do artigo 76.º da CNUDM, no qual ambos os conceitos desempenham funções complementares⁷⁸⁷, em especial nas áreas de plataforma continental até às 200 milhas.

Conforme anteriormente descrito no Caso da Fronteira Marítima entre o Bangladesh e Myanmar⁷⁸⁸, na fundamentação da decisão o TIDM regressou ao conceito de teste de pertença anteriormente desenvolvido pelo TIJ, partindo da definição avançada pela CLPC nas Diretrizes Científicas e Técnicas, associando-o ao conceito de prolongamento natural⁷⁸⁹.

12.3. Diretrizes Científicas e Técnicas

Possivelmente por inspiração na fundamentação da decisão do TIJ no Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte e também nos Casos da Plataforma Continental Tunísia/Líbia e Líbia/Malta, a CLPC repescou o conceito de teste de pertença, adaptando-o à nova definição de plataforma continental contida do artigo 76.º da CNUDM. Assim, as Diretrizes Científicas e Técnicas começam por referir que o n.º 4, al. a) do artigo 76.º sugere a formulação de um teste de pertença tendo em vista aferir os direitos do Estado costeiro a estender a plataforma continental para lá das 200 milhas. Este documento refere também que *«este teste consiste na demonstração do facto de o prolongamento natural do seu território terrestre até ao bordo exterior da margem continental se estende além de uma linha delineada a uma distância de 200 milhas náuticas das linhas de base a partir das quais a largura do mar territorial é*

⁷⁸⁷ Decisão Arbitral entre Barbados e Trindade e Tobago, parágrafo 225, p. 69.

⁷⁸⁸ Vide Parte I, Capítulo 2, 3.2.2 *supra*.

⁷⁸⁹ Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, parágrafos 436-437, pp. 127-128.

*medida»*⁷⁹⁰.

Neste pressuposto, as Diretrizes Científicas e Técnicas definem teste de pertença como *«o processo pelo qual a disposição acima [artigo 76.º, n.º 4, al. a)] é examinada. O teste de pertença destina-se a determinar o título jurídico de um Estado costeiro para delinear os limites exteriores da plataforma continental ao longo do prolongamento natural do seu território terrestre até ao bordo exterior da margem continental, ou a uma distância de 200 milhas náuticas das linhas de base a partir das quais a largura do mar territorial é medida nos locais onde o bordo exterior da margem continental não atinge aquela distância»*⁷⁹¹.

Em complemento à definição de teste de pertença apresentada, as Diretrizes Científicas e Técnicas indicam um modo de a formular: *«Se a linha delineada a uma distância de 60 milhas náuticas a partir do pé do talude continental, ou a linha delineada a uma distância onde a espessura das rochas sedimentares é pelo menos 1 por cento da distância mais curta desse ponto ao pé do talude, ou ambas, se estenderem para além de 200 milhas náuticas das linhas de base a partir das quais se mede a amplitude do mar territorial, então um Estado costeiro tem o direito de delinear os limites exteriores da plataforma continental conforme prescrito nas disposições contidas no artigo 76.º, parágrafos 4 a 10»*⁷⁹². Por outro lado, confrontando as figuras jurídicas “direitos sobre a plataforma continental” com “delineação dos limites

⁷⁹⁰ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 2.12. Versão original: *«This test consists in the demonstration of the fact that the natural prolongation of its land territory to the outer edge of the continental margin extends beyond a line delineated at a distance of 200 nautical miles from the baselines from which the breadth of the territorial sea is measured»*.

⁷⁹¹ Diretrizes Científicas e Técnicas, 2.2.2. Versão original: *«the process by means of which the above provision is examined. The test of appurtenance is designed to determine the legal entitlement of a coastal State to delineate the outer limits of the continental shelf throughout the natural prolongation of its land territory to the outer edge of the continental margin, or to a distance of 200 nautical miles from the baselines from which the breadth of the territorial sea is measured where the outer edge of the continental margin does not extend up to that distance»*.

⁷⁹² Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 2.2.8. Versão original: *«If either the line delineated at a distance of 60 nautical miles from the foot of the continental slope, or the line delineated at a distance where the thickness of sedimentary rocks is at least 1 per cent of the shortest distance from such point to the foot of the slope, or both, extend beyond 200 nautical miles from the baselines from which the breadth of the territorial sea is measured, then a coastal State is entitled to delineate the outer limits of the continental shelf as prescribed by the provisions contained in article 76, paragraphs 4 to 10»*.

exteriores da plataforma continental”, as Diretrizes Científicas e Técnicas referem que «*a prova dos direitos sobre a plataforma continental e o método para a delinação dos limites exteriores da plataforma continental são duas questões distintas, mas complementares. A base para a delinação não pode ser outra que não os próprios direitos*»⁷⁹³.

A Figura 26 representa a fase em que, segundo as Diretrizes Científicas e Técnicas, o teste de pertença tem lugar (2. *Appurtenance test*) tendo em conta todo o processo de extensão da plataforma continental. Nos termos do disposto no Anexo III, III, 5, al. (a) das Regras de Procedimento [avaliação preliminar da proposta], o teste de pertença constitui o primeiro passo na consideração de uma proposta de extensão por parte da subcomissão que terá em mãos a respetiva avaliação. A não verificação do teste de pertença relativamente a uma parte, ou à totalidade de uma proposta de extensão, poderá determinar a sua não consideração pela CLPC⁷⁹⁴.

12.4. Manual Técnico

Tal como nas restantes matérias descritas nas Diretrizes Científicas e Técnicas, também o conceito de teste de pertença é desenvolvido no Manual Técnico. A primeira referência ao teste de pertença neste documento surge no âmbito da descrição do processo de delinação do limite exterior da plataforma continental, a ser seguido em quatro passos, que resumidamente, se transcrevem⁷⁹⁵:

- 1.º O Estado costeiro deve delinear o bordo exterior da margem continental aplicando as regras do artigo 76.º, n.º 4 (fórmulas positivas).
- 2.º Deve demonstrar que a plataforma continental se estende através do prolongamento natural do seu território emerso até ao bordo exterior da margem continental (teste

⁷⁹³ *Ibidem*, parágrafo 2.2.5. Versão original: «*The Commission finds that the proof of entitlement over the continental shelf and the method of delineation of the outer limits of the continental shelf are two distinct but complementary questions. The basis for delineation cannot be other than pertinent to that of entitlement itself*».

⁷⁹⁴ O Manual Técnico refere expressamente a necessidade de verificação do teste de pertença com sucesso como condição para a continuação da consideração da proposta de extensão. *Vide* Manual Técnico, p. I-43.

⁷⁹⁵ *Ibidem*, p. 1-26.

de pertença).

3.º Uma vez demonstrado positivamente o teste de pertença, deve ser verificado se as fórmulas positivas não ultrapassam os limites definidos no artigo 76.º, n.ºs 5 e 6 (fórmulas restritivas).

4.º Finalmente, deve delinear os limites exteriores da plataforma continental através da utilização das fórmulas positivas e negativas.

No que respeita aos resultados, o Manual Técnico refere que se devem esperar dois resultados do teste de pertença que são, resumidamente, os seguintes⁷⁹⁶:

- Se um Estado costeiro demonstrar que o bordo exterior da margem continental, determinada com base nas fórmulas positivas, se estende além de 200 milhas, tem o direito de delinear o limite exterior da sua plataforma continental nos termos do artigo 76.º, n.ºs 4 a 10;
- Se um Estado costeiro não conseguir demonstrar o referido no ponto anterior, o limite exterior da plataforma continental é delimitado automaticamente⁷⁹⁷ até 200 milhas, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º. Neste caso, o Estado costeiro não tem

⁷⁹⁶ *Ibidem*, p. I-36.

⁷⁹⁷ Excerto da versão original: «(...) *the outer limits of its continental shelf are automatically delineated up to 200 M (...)*». Embora o Manual Técnico constitua uma ferramenta elaborada pela DOALOS tendo em vista apoiar o “*Training course for delineation of the outer limits of the continental shelf beyond 200 nautical miles and for preparation of a submission of a coastal State to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*”, destinado maioritariamente a técnicos de geociências, mas que conta frequentemente com a participação de juristas, consideramos o uso do termo “automaticamente” como desadequado. Compreendendo que poderá tratar-se de uma expressão que relacione situações de causa/efeito de modo claro no âmbito das ciências positivas, no âmbito jurídico a pertinência do seu uso é menos clara. O “automatismo” não é de todo uma característica do direito internacional em geral, tão pouco o é no que respeita à delinação do limite exterior da plataforma continental. Se o Estado costeiro não conseguir demonstrar que cumpre o teste de pertença e receber, por esse facto recomendações que não sejam favoráveis às suas petensões, tem à sua mercê várias hipóteses, nomeadamente, apresentar uma proposta revista ou uma nova proposta, nos termos do artigo 8.º do Anexo II da CNUDM. Mesmo que se conforme com o resultado, até que o limite exterior da plataforma continental fique definitivamente fixado nas 200 milhas existe um percurso a percorrer no âmbito do direito interno e a necessária publicidade desses limites nos termos do artigo 84.º da CNUDM.

a obrigação de enviar informações sobre os limites da plataforma continental à CLPC.

Por último, o Manual Técnico clarifica a distinção a fazer entre teste de pertença e a delineação completa dos limites exteriores da plataforma continental. Assim, para o teste de pertença o Estado costeiro tem simplesmente que delinear o bordo exterior de sua margem continental, determinado com base nas fórmulas positivas (fórmula da espessura de sedimentos ou fórmula da distância) e demonstrar que esta se situa além das 200 milhas. Para a delineação dos limites exteriores da plataforma continental o Estado costeiro deve delinear o bordo exterior da margem continental, determinada com base nas fórmulas positivas, comparando estas linhas com as linhas resultantes das fórmulas restritivas (determinadas tendo também em conta o relevo submarino, caso exista) de modo a garantir que em nenhum lugar o limite exterior da plataforma continental ultrapasse estas últimas linhas⁷⁹⁸.

12.5. Sumários das recomendações e recomendações da CLPC

Quase todos os sumários das recomendações e as recomendações da CLPC publicados ate à presente data contêm referências à simples satisfação ou não do teste de pertença relativamente às propostas consideradas, sem notas adicionais ou fundamentação de relevo que permitam ir mais além que o constante nas Diretrizes Científicas e Técnicas.

12.6. Doutrina

Não obstante tenham existido algumas referências esporádicas relativamente ao conceito de pertença⁷⁹⁹ como elemento de ligação dos direitos dos Estados costeiros aos fundos marinhos adjacentes, a evolução da doutrina relativamente àquele conceito e ao de teste de pertença desenvolveu-se sobretudo a partir do Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte. Logo em 1969, tendo por base a decisão do TIJ no Caso anteriormente mencionado, Robert JENNINGS analisou o princípio da pertença (*principle of appurtenance*) com base em duas

⁷⁹⁸ *Ibidem*, p. I-44.

⁷⁹⁹ *Vide* INTERNATIONAL LAW COMMISSION, *Yearbook of the International Law Commission*. 1956. 2 vol., p. 298.

características inerentes ao artigo 2.º da CGPC: a pertença e a ausência de necessidade de qualquer ato de aquisição⁸⁰⁰. Referindo-se à pertença como um facto físico, este autor associa o conceito de pertença ao prolongamento natural como conceito não quantificável⁸⁰¹. Esta situação criava, à época, dificuldades acrescidas relativamente a outros conceitos de natureza mais objetiva, como era o caso que proximidade relativamente às linhas de costa, a partir das quais seria possível traçar linhas equidistantes. Partindo da conclusão apresentada pelo Tribunal no sentido que «*não é necessário, e certamente nenhuma identidade completa existe, entre as noções de adjacência e proximidade*»⁸⁰², JENNINGS infere que adjacência compreende a ideia de pertença como o prolongamento natural do domínio terrestre⁸⁰³.

Suzette SUAREZ associa, igualmente, o teste de pertença ao conceito de prolongamento natural. Defende, assim, a imprescindibilidade do teste de pertença referindo como indispensável para a sua verificação a necessidade de o Estado costeiro demonstrar que a plataforma continental reclamada faz parte do seu prolongamento natural. Para este efeito, será necessário não só que o prolongamento ultrapasse as 200 milhas, devendo também ser morfologicamente contínuo ou geologicamente ligado à respetiva massa terrestre. Verificadas estas condições, o Estado costeiro passa o teste de pertença e encontra-se em condições de efetuar a delinação nos termos estabelecidos no artigo 76.⁸⁰⁴, sendo inevitável que a CLPC exija ao Estado costeiro a prova da existência de prolongamento natural⁸⁰⁵. Outro aspeto de grande relevância suscitado por esta autora tem a ver com a competência da CLPC, que considera claramente que existe, para definir como deve o prolongamento natural ser provado, de modo a que o Estado costeiro possa passar com sucesso no teste de pertença⁸⁰⁶.

Referindo-se às Diretrizes Científicas e Técnicas, Betsy BAKER aponta os conceitos de

⁸⁰⁰ JENNINGS, R. Y. - The Limits of Continental Shelf Jurisdiction: Some Possible Implications of the North Sea Case Judgment. 1969, pp. 822-823.

⁸⁰¹ *Ibidem*, p. 823.

⁸⁰² Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, parágrafo 42, p. 31.

⁸⁰³ JENNINGS, R. Y. - The Limits of Continental Shelf Jurisdiction: Some Possible Implications of the North Sea Case Judgment. 1969, p. 825.

⁸⁰⁴ SUAREZ, S. V. - **The Outer Limits of the Continental Shelf - Legal Aspects of Their Establishment**. 2008, p. 149.

⁸⁰⁵ *Ibidem*, p. 152.

⁸⁰⁶ *Ibidem*, p. 151.

prolongamento natural e teste de pertença como dois conceitos essencialmente jurídicos contidos na CNUDM, que os cientistas não têm aplicado às plataformas continentais e fundos marinhos dos oceanos⁸⁰⁷. Para efetuar o teste de pertença, BAKER baseia-se na metodologia contida no Manual Técnico⁸⁰⁸. Outros autores têm mencionado o teste de pertença nos respetivos textos apenas no sentido de sustentar as opiniões defendidas, aparentemente sem questionar de modo mais aprofundado a relação entre os vários elementos da trilogia “prolongamento natural/teste de pertença/delineação do bordo exterior da margem continental”, face à jurisprudência, à CNUDM e às Diretrizes Científicas e Técnicas⁸⁰⁹.

12.7. Apreciação crítica

A partir da decisão no Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, o aparecimento do conceito de pertença fica de modo ainda mais claro associado ao conceito de prolongamento natural, sendo uma consequência deste. Segundo o TIJ, a ligação dos direitos soberanos dos Estados costeiros inerentes aos fundos marinhos que constituem o prolongamento natural do território emerso era tal que se sobrepunha à noção distância, enquanto elemento constitutivo de direitos. Estar mais próximo não significava ter direitos de maior intensidade relativamente aos fundos marinhos face a outros Estados que, embora deles mais distantes, esses fundos marinhos constituíssem o seu prolongamento natural. Ou seja, os direitos aos fundos marinhos tendencialmente pertenceriam ao Estado do qual constituíssem o seu prolongamento natural. Como foi referido à época por JENNINGS, embora constituísse um conceito fundamental não existia modo de traçar o prolongamento natural numa carta, por mais útil que essa circunstância pudesse ser⁸¹⁰.

⁸⁰⁷ BAKER, B. - Law, Science, and the Continental Shelf: The Russian Federation and the Promise of Arctic Cooperation. 2010, p. 266.

⁸⁰⁸ *Ibidem*, p. 264.

⁸⁰⁹ Entre outros, *vide* ANTUNES, N. M., PIMENTEL, F. M. - Reflecting on the legal-technical interface of article 76 of the LOSC: tentative thoughts on practical implementation. 2003, pp. 4, 10 e 21; CURIEL, R. - **Overlapping Claims for an Extended Continental Shelf in the Northeastern Part of South America Facing the Atlantic Ocean**. 2010, pp. 4, 50, 84, 97-98, 117-118; HUANG, W. - *Reflecion on the Determination of the Entitlement to the Continental Shelf Beyond 200 NM in the Bangladesh/Myanmar Case*. 2012, pp. 3-6.

⁸¹⁰ *Vide* nota 803 *supra*.

Seguindo o entendimento defendido por SUAREZ, passar o teste de pertença implica necessariamente considerar como provada a existência de prolongamento natural. Este elemento está refletido na definição de teste de pertença, tal como consta no parágrafo 2.2.2 das Diretrizes Científicas e Técnicas⁸¹¹. Decifrando esta definição por palavras nossas, o teste de pertença consiste, tendo em conta os n.ºs 1 e 4 do artigo 76.º, no processo que conduz à determinação do bordo exterior da margem continental em conformidade com as fórmulas estabelecidas no n.º 4 do artigo 76.º, tendo em conta os pressupostos contidos no n.º 1 do mesmo artigo, designadamente, a existência de prolongamento natural até ao bordo exterior da margem continental.

Somos de opinião que a definição de teste de pertença tal como descrito no parágrafo 2.2.2 das Diretrizes Científicas e Técnicas se conforma com o desenvolvimento jurisprudencial anteriormente citado e com o disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 76.º⁸¹². O teste de pertença verifica-se, assim, com a determinação do bordo exterior da margem continental ao longo do prolongamento natural do território emerso do Estado costeiro. Arriscamos mesmo uma definição através de uma frase simples, dizendo que o teste de pertença é o prolongamento natural delimitado.

Sobre esta matéria reafirmamos a convicção que o pecado capital das Diretrizes Científicas e Técnicas, relativamente à descrição e caracterização do teste de pertença, reside na discrepância a respetiva definição⁸¹³ e a formulação do problema⁸¹⁴. Ao ignorar o prolongamento natural na formulação do teste, todo o processo de materialização do conceito fica irremediavelmente desarticulado e inconsistente. Seguimos nesta matéria o entendimento expresso por SUAREZ no sentido da imprescindibilidade da demonstração da existência de um prolongamento natural por parte do Estado costeiro.

Entendemos, assim, que a exigência imposta pelas Diretrizes Científicas e Técnicas, embora de modo pouco claro, ao Estado costeiro da necessidade de demonstrar o teste de

⁸¹¹ Vide nota 791 *supra*.

⁸¹² No diagrama da Figura 26, se no passo 2 constasse antes a “verificação do prolongamento natural” o teste de pertença estaria correto, e conforme com a definição das Diretrizes Científicas e Técnicas, no fim do passo 7.

⁸¹³ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 2.2.2.

⁸¹⁴ *Ibidem*, parágrafo 2.2.8.

pertença numa fase inicial da apreciação da proposta de extensão é pertinente. Destina-se, tão só, a que o Estado costeiro demonstre à CLPC que as áreas da margem continental que se situam para lá das 200 milhas constituem o prolongamento natural do seu território emerso, percorrendo uma área de fundo marinho relativamente à qual a CLPC não tem competência para analisar, que corresponde às áreas que se situam aquém das 200 milhas. Para este fim, as regras deveriam ter sido definidas previamente pela CLPC, de modo simples e claro aquando da elaboração das Diretrizes Científicas e Técnicas.

Embora formalmente o Manual Técnico tenha sido desenvolvido em resposta a uma solicitação da CLPC à DOALOS, constituindo uma publicação desta Divisão, a sua elaboração contou com a participação de membros da Comissão⁸¹⁵, facto que sugere que os entendimentos nele expressos constituem uma extensão informal da visão (de alguns dos membros) da CLPC relativamente às matérias relacionadas com a delineação do limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas. Nesta matéria, como em tantas outras analisadas ao longo do presente texto, importa rever como o Manual Técnico aborda a questão do teste de pertença. Antecipamo-nos desde já ao texto que se segue para adiantar que ficou aquém do que seria de esperar, pese embora a circunstância, de grande relevo, que consiste no facto de as Diretrizes Científicas e Técnicas serem obrigatórias para a CLPC⁸¹⁶ e à conveniência em o Manual Técnico não contrariar expressa e frontalmente os entendimentos contidos nas Diretrizes Científicas e Técnicas. A doutrina contida no Manual Técnico fica assim, à partida, inevitavelmente condicionada por estes factos. No que toca à matéria em apreço, realçamos desde já alguns aspetos que resultam de uma comparação entre a definição e metodologia respeitante ao teste de pertença entre as Diretrizes Científicas e Técnicas e o Manual Técnico:

- Enquanto nas Diretrizes Científicas e Técnicas a definição de teste de pertença está associada ao prolongamento natural e à aplicação das fórmulas positivas contidas no artigo 76.º, n.º 4, o Manual Técnico associa o teste de pertença de uma maneira mais direta à verificação do prolongamento natural do território emerso;
- No Manual Técnico o teste de pertença é efetuado depois de aplicadas as fórmulas positivas. As Diretrizes Científicas e Técnicas contradizem-se relativamente ao

⁸¹⁵ Manual Técnico, p. xviii.

⁸¹⁶ Regras de Procedimento, Annex III, III, parágrafo 5, n.º 1; Annex III, IV, parágrafo 9, n.º 1 e Annex III, V, parágrafo 11, n.º 1.

momento em que o teste de pertença deve ser efetuado: o diagrama da constante no fluxograma principal para a determinação do limite exterior da plataforma continental (documento CLCS/11/Add.1/Corr.1, representado na Figura 26) refere que é efetuado antes da aplicação das fórmulas do artigo 76.º, n.º 4, al, a), enquanto os parágrafos 2.2.8 e 2.2.9 das Diretrizes Científicas e Técnicas sugerem que esse teste é efetuado após a aplicação das referidas fórmulas.

Importa realçar, nesta fase, a desarticulação substancial entre os conceitos de pertença e teste de pertença tal como foi desenvolvido na jurisprudência com as definições das Diretrizes Científicas e Técnicas e, posteriormente, do Manual Técnico. Outro aspeto que importa relevar relativamente ao Manual Técnico tem a ver com a clarificação nele descrita entre teste de pertença e delineação do limite exterior da plataforma continental ao referir que, para o primeiro, o Estado costeiro tem simplesmente que delinear o bordo exterior da margem continental, nada referindo relativamente ao pressuposto exigido pelo n.º 1 do artigo 76.º que consiste na existência de prolongamento natural. Também nesta clarificação o Manual Técnico deixa de fora qualquer referência ao prolongamento natural.

Uma formulação adequada das condições que têm que se verificar para que se possa considerar que determinada área dos fundos cumpre o teste de pertença passa, necessariamente, pela densificação do conceito de prolongamento natural e pela tipificação das condições que têm que existir para a seu cumprimento. Antes de aplicar as fórmulas do artigo 76.º, n.º 4, os Estados, na preparação das respetivas propostas, e a CLPC na correspondente avaliação, devem ter previamente em consideração um conjunto de regras que permitem validar a existência do prolongamento natural tendo em vista avaliar o cumprimento do teste de pertença, tal como as Diretrizes Científicas e Técnicas o definem. Entre estas circunstâncias podem indicar-se as seguintes, respeitantes ao prolongamento natural:

- O modo como o prolongamento natural pode ser determinado: por continuidade morfológica, geológica, ou através de ambas. Esta dúvida esteve na base questão anteriormente referida respeitante ao Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar;
- Que circunstâncias interrompem o prolongamento natural, nomeadamente quando estejam em causa falhas submarinas perto da costa, questão igualmente relevante no Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, ou que características

deve ter o relevo submarino, designadamente no que respeita às “selas” e à respetiva continuidade morfológica⁸¹⁷;

- O modo como deve ser traçado o bordo exterior da margem continental quando existe sobreposição de margens com origens distintas. Esta situação verifica-se na proposta portuguesa, onde existe sobreposição de margens continentais distintas, uma com origem nos Açores, outra no continente;
- As regras a aplicar quando o prolongamento natural de território emerso se desenvolve atravessando parcial ou totalmente áreas submarinas de outros Estados. Um potencial exemplo desta circunstância pode ser observado na Figura 1 do Sumário Executivo da proposta parcial da Dinamarca respeitante *Greenland*⁸¹⁸ e a proposta de extensão da Costa do Marfim⁸¹⁹.

A avaliação das situações acima referidas, bem como a existência de uma definição clara de prolongamento natural, deveria constar expressamente e de modo claro nas Diretrizes Científicas e Técnicas, de modo a evitar dúvidas, discrepâncias e incongruências na avaliação das propostas de extensão. A decisão do TIDM no Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, anteriormente analisado, constitui, na nossa opinião, um exemplo claro das consequências que podem resultar da inexistência de uma definição clara de prolongamento natural⁸²⁰.

⁸¹⁷ Vide Figura 13.

⁸¹⁸ Vide KINGDOM OF DENMARK, *Partial Submission of the Government of the Kingdom of Denmark together with the Government of Greenland to the Commission on the Limits of the Continental Shelf - The Northern Continental Shelf of Greenland*. 2014

⁸¹⁹ Vide REPUBLIC OF CÔTE D’IVOIRE - *Submission by Government of the Republic of Côte d’Ivoire for the Establishment of the Outer Limits of the Continental Shelf of Côte d’Ivoire pursuant to Article 76, paragraph 8 of the United Nations Convention on the Law of the Sea - Executive Summary*. 2009.

⁸²⁰ Vide Parte I, Capítulo 2, 3.6.3, *supra*.

CAPÍTULO 3

FECHO DO PERCURSO REFLEXIVO: NATUREZA DOS CONCEITOS DO ARTIGO 76.º E RESPECTIVA APLICAÇÃO

Tem sido amplamente referido na doutrina a natureza dualista, científica e jurídica, da maioria dos conceitos contidos no artigo 76.º da CNUDM, uma vez que incorpora na sua terminologia conceitos que são comumente usados no âmbito das geociências⁸²¹. Este facto consta expressamente nas Diretrizes Científicas e Técnicas ao referir que «*é necessário esclarecer em particular que a Convenção usa termos científicos num contexto jurídico o qual algumas vezes se afasta significativamente das definições e terminologia científica aceites*»⁸²².

Uma análise mais profunda sobre a natureza dos conceitos do artigo 76.º poderá suscitar algumas questões, como as seguintes:

1. Na aplicação do artigo 76.º os conceitos são aplicados em conformidade com o entendimento que lhes é atribuído pelas geociências ou, antes, conforme o sentido que lhe é atribuído pelas regras e princípios de interpretação jurídica?
2. Sendo esta última a via a seguir, poderão esses conceitos do artigo 76.º ainda ser qualificados como geocientíficos ou passarão a ser conceitos jurídicos, cujo significado se afasta substancialmente do seu significado geocientífico original?

⁸²¹ Sobre a relação ciência/direito na interpretação e aplicação do artigo 76.º *vide* ANTUNES, N. M., PIMENTEL, F. M. - Reflecting on the legal-technical interface of article 76 of the LOSC: tentative thoughts on practical implementation. 2003, pp. 6-13; SUAREZ, S. V. - **The Outer Limits of the Continental Shelf - Legal Aspects of Their Establishment**. 2008, p. 5; FERRÃO, M. C. - **A delimitação da Plataforma Continental além das 200 Milhas Náuticas**. 2009, pp. 96-105; BASTOS, F. L. - **A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos**. 2005, p. 305; COOK, P. J., CARLETON, C. M. - **Continental Shelf Limits: The Scientific and Legal Interface**. 2000, obra dedicada à relação entre as vertentes científica e jurídica da extensão da plataforma continental.

⁸²² Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 1.3. Versão original: «*Clarification is required in particular because the Convention makes use of scientific terms in a legal context which at times departs significantly from accepted scientific definitions and terminology*»

3. Entre os conceitos contidos no artigo 76.º, qual a natureza de cada um deles? São todos geocientíficos, ou jurídicos, ou existem ainda uns que são geocientíficos e outros que são jurídicos?
4. Sendo a maioria conceitos jurídicos, a vertente geocientífica perde a sua importância na aplicação do artigo 76.º, sendo esta uma tarefa exclusivamente jurídica?

O objetivo do texto que se segue é analisar os conceitos mais relevantes do artigo 76.º, qualificá-los quanto à sua natureza e justificar o modo como se devem articular e aplicar, tendo em vista o objeto e finalidade do artigo 76.º e da CNUDM.

1. BREVE REFERÊNCIA TERMINOLÓGICA

Apresentadas as questões de base, importa, a título prévio, efetuar uma brevíssima referência sobre a terminologia a seguir e a respetiva justificação. Apontando como exemplo o nome composto “plataforma continental”, independentemente da área do conhecimento que esteja em análise, trata-se de um termo, uma designação ou um conceito? No caso concreto, estando em causa a comparação entre realidades com significado próprio em domínios dogmáticos específicos, a escolha deverá ter sentido e significado em ambos. Qualquer daqueles vocábulos – termo, designação e conceito - tem, no âmbito jurídico, um significado próprio que se poderá tornar difícil aferir a respetiva adequabilidade numa situação como a presente. Trata-se de nomes que na maioria das vezes são usados de forma alternativa, como sinónimos, sendo pouco frequente a apresentação de justificação que fundamente a escolha e adoção.

O dicionário de língua portuguesa Porto Editora⁸²³ define, no contexto do presente parágrafo, termo como «*disposição; vocábulo; palavra*», designação como «*denominação, nome*» e conceito como «*Filosofia: representação mental, abstrata e geral, de um objeto; noção abstrata; ideia geral / Linguística: representação simbólica com um significado geral que abarca toda uma série de objetos que possuem propriedades comuns*». O dicionário online

⁸²³ Dicionário Porto Editora, aplicativo informático para Windows, instalado e consultado em 08/11/2016.

Priberam⁸²⁴ apresenta definições muito próximas às indicadas pelo dicionário Porto Editora para termo e designação. Relativamente a conceito, o dicionário Priberam define-o como «conceção compreendida numa palavra que designa características e qualidades de uma classe de objetos, abstratos ou concretos». Procurando nos dicionários clássicos, vemos em CÂNDIDO DE FIGUEIREDO⁸²⁵ a definição de termo [têrmo] como «*expressão peculiar de uma arte ou ciência*», designação como «*significação*» e conceito como «*aquilo que o espírito concebe*». O dicionário de Moraes define termo como «*palavra ou expressão peculiar a uma arte ou a uma ciência*»⁸²⁶, designação como «*indicação, denominação*»⁸²⁷ e conceito como «*tudo o que o espírito ou a alma concebe*»⁸²⁸.

Uma vez que a análise deste tema implica o estudo de textos em língua estrangeira, maioritariamente em língua inglesa, importa igualmente saber qual o significado atribuído aos termos correspondentes no *Oxford Living Dictionaries*⁸²⁹, na versão *online*⁸³⁰. Do mesmo modo, *term*, é definido como «*a word or phrase used to describe a thing or to express a concept, especially in a particular kind of language or branch of study*», *designation* como «*an official name, description, or title*» e *concept* como «*Philosophy: An idea or mental image which corresponds to some distinct entity or class of entities, or to its essential features, or determines the application of a term (especially a predicate), and thus plays a part in the use of reason or language*».

⁸²⁴ Definições consultadas em www.priberam.pt em 08/11/2016.

⁸²⁵ FIGUEIRDO, C. - **Dicionário Aberto**. 1913. As definições para cada um dos verbetes são mais extensas que as indicadas, que contêm apenas a parte aplicável ao desenvolvimento do texto.

⁸²⁶ SILVA, A. DE M. - **Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa**. 1988, 5 vol., p. 278. As definições para cada um dos verbetes são mais extensas que as indicadas, que contêm apenas a parte aplicável ao desenvolvimento do texto.

⁸²⁷ SILVA, A. DE M. - **Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa**. 1988, 2 vol., p. 274.

⁸²⁸ *Ibidem*, p. 96.

⁸²⁹ As Regras para a Estrutura e Escrita dos Padrões Internacionais indicam como referência de trabalho para a língua inglesa os *The Shorter Oxford English Dictionary*, *The Concise Oxford Dictionary*, *The Collins Concise English Dictionary*, *Webster's New World College Dictionary* ou o *Chambers Concise Dictionary*. INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION - Rules for the Structure and Drafting of International Standards ISO/IEC Directives, Part 2. 2011 parágrafo 6.6.2, p. 27.

⁸³⁰ Definições consultadas em en.oxforddictionaries.com em 08/11/2016.

A Norma Internacional ISO 1087-1^{831,832} pode oferecer referências complementares sobre a opção a seguir⁸³³. Este documento apresenta as três definições nos seguintes termos⁸³⁴. “Conceito” significa uma unidade de conhecimento criada por uma combinação única de características⁸³⁵. “Designação” é apresentada como a representação de um conceito por um sinal que o representa⁸³⁶.

Por último, “termo” é definido como uma designação verbal de um conceito genérico num campo temático específico (*specific subject field*)⁸³⁷. “Campo temático específico”, por sua vez é definido como campo, ou domínio, especial do conhecimento⁸³⁸. Tendo em conta as definições da norma ISO 1087-1, a que melhor parece adequar-se ao pretendido no presente capítulo é “termo”.

No âmbito do Direito Internacional as referências a determinadas realidades qualificando-as como conceitos jurídicos ou termos jurídicos parece acontecer de modo relativamente aleatório, não tendo sido encontradas referências em concreto sobre o significado a atribuir a cada uma destas expressões. Como exemplo desta situação pode apontar-se o caso de plataforma continental e prolongamento natural, que aparecem qualificados como conceito

⁸³¹ INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - International Standard ISO 1087-1 Terminology Work-Vocabulary-Part 1 Theory and Application. 2000, adiante citada abreviadamente por ISO 1087-1.

⁸³² O documento ISO/IEC Directives, Part 2 indica indiretamente que as línguas de trabalho são o inglês, o francês e o russo. *Vide* ISO/IEC Directives, Part 2, parágrafo 6.6.2, p. 27, e Anexo D, parágrafo D.3, p. 55.

⁸³³ As normas regulatórias não têm *per se* natureza vinculativa. Tomando como exemplo as normas técnicas emitidas por entidades como a Organização Internacional de Normalização, Colin SCOTT refere que estas se situam do outro lado da escala, relativamente aos tratados, em termos de vinculação jurídica. Refere este autor que mais importante que a suscetibilidade de aplicação coerciva das normas regulatórias é a capacidade destas para serem seguidas. *Vide* SCOTT, C. - Regulating in Global Regimes. 2011, p. 568.

⁸³⁴ Referidos no documento, na versão em língua, respetivamente como *concept*, *designation* e *term*.

⁸³⁵ ISO 1087-1, parágrafo 3.2.1, p. 2.

⁸³⁶ *Ibidem*, parágrafo 3.4.1, p. 6.

⁸³⁷ *Ibidem*, parágrafo 3.4.3, p. 6.

⁸³⁸ *Ibidem*, parágrafo 3.1.2, p. 2.

jurídico⁸³⁹ e como termo jurídico⁸⁴⁰. No caso de plataforma continental, complementarmente ao conceito jurídico, o Tribunal referiu-se a “fenómeno natural”⁸⁴¹, “espécie de plataforma”⁸⁴², não tendo sido utilizada a designação “conceito geológico” ou outra designação genérica equivalente para representar esta realidade natural. Para além de plataforma continental, foi feita referência a outras realidades jurídicas no âmbito dos tribunais internacionais a vocábulos como equidade⁸⁴³, prolongamento natural, zona económica exclusiva⁸⁴⁴, área relevante⁸⁴⁵ (no âmbito da delimitação marítima), qualificando-as como conceitos jurídicos.

Peter SANDRINI define os conceitos jurídicos como abstrações de características gerais resultantes de variadas circunstâncias. Tendo por base o Direito privado, este autor caracteriza os conceitos jurídicos por⁸⁴⁶: primeiro, derivarem de um sistema moral de valores; segundo, referirem-se a situações da vida real dentro de determinada sociedade; e, terceiro, conterem disposições sobre como lidar com essas situações.

Tendo em conta o anteriormente exposto, tanto “termo”, como “conceito”, poderiam ser utilizados para caracterizar a natureza dos vários elementos do artigo 76.º. No entanto, a opção escolhida é “conceito” por, na linguagem comum, ser aquele que mais vezes é usado para

⁸³⁹ *Vide inter alia* INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Aegean Sea Continental Shelf Case*. 1978, parágrafo 86, p. 37; Caso da Plataforma Continental Tunísia/Líbia, parágrafos 42, 47 e 73, respetivamente pp. 32, 34 e 47;

⁸⁴⁰ Para plataforma continental *vide inter alia* Caso Respeitante à Delimitação da Plataforma Continental entre o Reino Unido e a República Francesa, parágrafo 13, p. 21.

Para prolongamento natural *vide* Opinião Discordante do juiz Lucky no Caso Bangladesh/Myanmar, p. 41. https://www.itlos.org/fileadmin/itlos/documents/cases/case_no_16/C16.diss_op.Lucky.rev.E.pdf consultado em 10/11/2016.

Para *terra nullius* *vide* Caso Respeitante à Delimitação da Plataforma Continental entre o Reino Unido e a República Francesa, parágrafo 79, p. 39.

⁸⁴¹ Caso da Plataforma Continental Tunísia/Líbia, parágrafo 42, p. 32.

⁸⁴² Caso da Plataforma Continental Tunísia/Líbia, parágrafo 47, p. 34.

⁸⁴³ *Ibidem*, parágrafo 71, p. 46.

⁸⁴⁴ INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Land, Island and Maritime Frontier Dispute (El Salvador/Honduras)*, Judgment, I.C.J. Reports 1992, p. 351. 1992, parágrafo 230, p. 73;

⁸⁴⁵ Caso da Delimitação da Fronteira Marítima no Golfo de Maine, parágrafo 41, p. 30; INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *International Delimitation in the Black Sea*. 2009, parágrafo 110, p. 42; INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Territorial and Maritime Dispute*. 2012, parágrafo 157, p. 62.

⁸⁴⁶ SANDRINI, P. - Comparative analysis of legal terms: Equivalence revisited. 1996, pp. 1-10.

expressir um significado específico, numa determinada área temática. Assim, no âmbito da presente dissertação, para efeitos da aplicação do artigo 76.º, considera-se que determinado conceito é jurídico quando da sua interpretação no âmbito do artigo 76.º, em conformidade com as regras de interpretação jurídica, nomeadamente as contidas nos artigos 31.º a 33.º da CVDT⁸⁴⁷, resultar um alcance e sentido que se afasta do sentido e alcance que lhe são atribuídos no âmbito das geociências e o resultado obtido esteja em conformidade com o objeto e espírito da CNUDM⁸⁴⁸. Por oposição ao conceito jurídico, um conceito é geocientífico quando na sua definição ou aplicação no âmbito do artigo 76.º, o sentido e alcance que lhe é atribuído corresponder ao entendimento que lhe é conferido pela doutrina geocientífica.

O processo metodológico adotado para avaliar se determinado conceito é geocientífico ou jurídico começa por conhecer a respetiva definição no âmbito do artigo 76.º. Se essa definição corresponder ao entendimento da doutrina geocientífica, o conceito é geocientífico. Se, por outro lado, a definição corresponder a uma artificialidade que, pela definição ou pelo resultado obtido na sua aplicação em conformidade com as regras de interpretação jurídica, não tem correspondência na doutrina geocientífica, o conceito é jurídico.

2. PLATAFORMA CONTINENTAL

No início dos anos cinquenta, no decurso dos trabalhos preparatórios da Comissão de Direito Internacional (CDI) que vieram dar origem à Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental, de 1958, foi tema de debate a designação a atribuir à área de leito e subsolo marinho que constitui o prolongamento natural do território emerso do Estado costeiro. Conforme anteriormente referido ⁸⁴⁹, a designação “plataforma continental” era considerada por muitos dos elementos da CDI como não sendo a mais adequada pela confusão que criava

⁸⁴⁷ Para maior desenvolvimento sobre este tema *vide* VILLIGER, M. E. - **Commentary on the 1969 Vienna Convention on the Law of Treaties**. 2009, pp. 415-464;

⁸⁴⁸ Mahdi ZAHRAA considera prolongamento natural como conceito jurídico porque a sua definição legal se afasta do correspondente conceito físico. *Vide* ZAHRAA, M. - *Natural Prolongation and Delimitation of Maritime Boundaries*. 1997, p. 387.

⁸⁴⁹ Nota 112 *supra*.

devido à semelhança com o termo equivalente usado nas geociências⁸⁵⁰. Alternativamente, esteve em discussão a adoção de outros termos, como “áreas submarinas” (*submarine areas*)⁸⁵¹ e “plataforma submarina” (*submarine shelf*)⁸⁵². A decisão de adotar a designação “plataforma continental” foi fundamentada pelo facto de se tratar de uma expressão já em uso e porque o termo “áreas submarinas” não daria indicação sobre a natureza das áreas submarinas em questão⁸⁵³. Esta justificação foi complementada com a ideia expressa que a palavra “continental” no termo “plataforma continental” aqui usada não se refere exclusivamente a continentes, podendo ser aplicada a ilhas relativamente às quais essas áreas submarinas são adjacentes⁸⁵⁴.

Nos comentários ao artigo 67.º contidos no Relatório à Assembleia Geral⁸⁵⁵, a CDI refere que o termo “plataforma continental” é usado num sentido que se afasta de algum modo do conceito geológico do termo, sendo que o seu uso de modo variado pelos geocientistas constitui, por si só, um obstáculo à adoção deste conceito geológico como base para a regulação deste problema⁸⁵⁶. Adianta ainda a CDI que existe uma outra razão pela qual decidiu não aderir ao conceito geológico estrito de plataforma continental. A não existência de uma plataforma continental em sentido geológico poderia ser questionada relativamente às áreas submarinas onde a profundidade do mar permite a exploração do subsolo da mesma maneira que nos locais onde existisse uma plataforma continental (geológica), não devendo esta situação justificar a aplicação de um regime jurídico discriminatório a estas regiões⁸⁵⁷.

Relativamente à natureza do conceito de plataforma continental, as Diretrizes Científicas e Técnicas referem que *«embora o artigo 76 se refira à plataforma continental no sentido jurídico, define o seu limite exterior por referência ao bordo exterior da margem continental*

⁸⁵⁰ INTERNATIONAL LAW COMMISSION, *Yearbook of the International Law Commission*. 1951. 1 vol., p. 272.

⁸⁵¹ *Ibidem*, p. 275; INTERNATIONAL LAW COMMISSION, *Yearbook of the International Law Commission*, 1951. 2 vol., p. 141.

⁸⁵² YBILC, Vol I-1951, p. 272.

⁸⁵³ YBILC, Vol II, p. 141.

⁸⁵⁴ *Ibidem*.

⁸⁵⁵ A/CN.4/104.

⁸⁵⁶ *Ibidem*, (5), p. 297.

⁸⁵⁷ *Ibidem*, (6), p. 297.

com os seus componentes naturais tais como a plataforma continental⁸⁵⁸, o talude e a elevação continental como características geológicas e geomorfológicas»⁸⁵⁹. Adiantam ainda que «o artigo 76.º parágrafo 1, define a largura da plataforma continental por referência ao bordo exterior da margem continental geológica (...)»⁸⁶⁰.

Tanto a doutrina jurídica⁸⁶¹ como a jurisprudência internacionais⁸⁶² são unânimes em referir que o conceito de plataforma continental é um conceito jurídico. A diferença entre os

⁸⁵⁸ A versão em língua portuguesa não parece ter sido feliz em traduzir o termo *shelf*, *plateau*, e *plataforma*, como consta nas versões oficiais nas línguas inglesa, francesa e espanhola, mencionado no artigo 76.º, n.º 3, por “plataforma continental”. *Shelf*, *plateau*, e *plataforma* referem-se à plataforma continental em sentido geológico, enquanto que *continental shelf*, *plateau continental* e *plataforma continental* constitui um conceito diferente, o conceito jurídico de plataforma continental, tendo havido no texto convencional o cuidado de lhes atribuir designação diferente. Embora na versão em língua portuguesa possa ser facilmente concluído, por uma interpretação sistemática daquele termo nos n.ºs 1 e 3 do artigo 76.º, que no n.º 3 “plataforma continental” significa aquele conceito em sentido geocientífico, a clareza teria sido maior se tivesse sido adotado, como aconteceu nas versões em inglês, francês e espanhol, um termo diferente para designar uma realidade diferente.

⁸⁵⁹ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 6.1.7. Versão original: «*Although article 76 refers to the continental shelf as a juridical term, it defines its outer limit with a reference to the outer edge of the continental margin with its natural components such as the shelf, the slope and the rise as geological and geomorphological features*».

⁸⁶⁰ *Ibidem*, parágrafo 6.3.5. Versão original: «*Article 76, paragraph 1, defines the breadth of the continental shelf with a reference to the edge of the geological continental margin (...)*».

⁸⁶¹ *Vide inter alia* DIVISION FOR OCEAN AFFAIRS AND THE LAW OF THE SEA - **The Law of the Sea- Definition of the Continental Shelf : An Examination of the Relevant Provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea**. 1993, p. 2; KUNOY, B. - *The Rise of the Sun: Legal Arguments in Outer Continental Margin Delimitations*. 2006, p. 252; KUNOY, B. - *The Terms of Reference of the Commission on the Limits of the Continental Shelf: A Creeping Legal Mandate*. 2012, pp. 110 e 128; SUAREZ, S. V. - **The Outer Limits of the Continental Shelf - Legal Aspects of Their Establishment**. 2008, p. 167; VERHOEF, J., MOSHER, D., FORBES, S. - *Defining Canada’s Extended Continental Shelves*. 2011, p. 87; NORDQUIST, M. H. editor - **United Nations Convention on the Law of the Sea, 1982: A Commentary**, vol. 2. 1993, p. 825; O’CONNELL, D. P. - **The International Law of the Sea**. 1983, p. 491 e COTTIER, T. - **Equitable Principles of Maritime Boundary Delimitation: The Quest for Distributive Justice in International Law**. 2015, v.g. pp. 11, 45, 74, 77, 102, 355.

⁸⁶² *Vide inter alia* Caso Grécia/Turquia, 1978, parágrafo 86, p. 36; Caso da Plataforma Continental Tunísia/Líbia, 1982, parágrafo 42, p. 46; Caso da Plataforma Continental Líbia/Malta, 1985, parágrafo 48, p.40; Decisão Arbitral entre Barbados e Trindade e Tobago, 2005, parágrafo 156, p. 86.

conceitos jurídico e geocientífico de plataforma continental anteriormente descritos⁸⁶³, poderá ser melhor entendida pela observação das Figuras 21 a 23. A relação estabelecida entre a plataforma continental e a margem continental pelo artigo 76.º, n.º 1, da CNUDM, cria uma diferença assinalável entre os conceitos jurídico e científico de plataforma continental. Como diferença de relevo entre o conceito jurídico e o conceito geocientífico pode apontar-se as áreas de leito e subsolo marinho que se situam na vizinhança imediata das linhas de base até às 12 milhas. Nesta zona, pelas características geomorfológicas dos fundos marinhos imediatamente adjacentes ao seu território emerso, a grande maioria dos Estados tem plataforma continental em sentido geocientífico, que poderá ser mais ou menos extensa tendo em conta o tipo de margem continental (em sentido geocientífico). No entanto, neste caso nunca haverá coincidência com a plataforma continental jurídica devido ao facto dessa porção de leito e subsolo corresponder ao mar territorial^{864,865}. No que respeita ao limite exterior da plataforma continental as diferenças são, igualmente, de relevo como se poderá verificar nas referidas Figuras. Para lá do facto de, sob o ponto de vista geocientífico, não fazer sentido referir que o limite exterior da plataforma continental é o bordo exterior da margem continental, uma vez que, geocientificamente, a plataforma continental faz parte da margem continental. Este facto consta na doutrina científica e no próprio artigo 76.º, n.º 3, da CNUDM, independentemente do tipo de margem que se considerar, sendo as diferenças entre os dois conceitos assinaláveis. Outra diferença marcante consiste na artificialidade criada pelo artigo 76.º ao estabelecer que o limite exterior da plataforma continental se situa às 200 milhas nos casos em que a margem continental não atinge aquela distância.

⁸⁶³ *Vide* Parte I, Capítulo 2 *supra*.

⁸⁶⁴ CNUDM, artigo 2.º, n.º 2.

⁸⁶⁵ Existem 137 Estados Partes da CNUDM que definiram o respetivo mar territorial com a largura de 12 milhas, aproximadamente 10 Estados com uma largura total ou parcial de inferior a 12 milhas. 9 Estados, dos quais 4 são parte da CNUDM, definiram mar territorial com uma largura superior a 12 milhas. *Vide* TANAKA, Y. - **The International Law of the Sea**. 2015, pp. 83-84.

Tendo por base a decisão do Tribunal Permanente de Arbitragem no Caso Grisbådarna (1909), no facto de tanto na CGMTZC, como na CNUDM, estar estabelecido que a soberania do Estado costeiro se estende para lá do território emerso até ao mar territorial, como ainda no facto de os artigos 15.º, n.º 2, da CGMTZC, e 24.º, n.º 2, da CNUDM, para além dos direitos, imporem deveres aos Estados costeiros, Robin CHURCHILL sugere a hipótese de o mar territorial constituir uma zona marítima de aquisição automática, sem necessidade de declaração expressa. *Vide* CHURCHILL, R., LOWE, V. - **The Law of the Sea**. 1999, pp. 80-81.

Face ao anteriormente exposto parece não existirem dúvidas de que o conceito de plataforma continental definido no artigo 76.º da CNUDM é um conceito jurídico.

3. PROLONGAMENTO NATURAL

O conceito de prolongamento natural tem sido qualificado como um conceito geológico *stricto sensu*, no sentido que, para que possa existir, tem que se verificar uma continuidade geológica relativamente à natureza intrínseca dos fundos marinhos, nomeadamente no que respeita à sua origem e composição⁸⁶⁶. Noutras situações é referido que essa continuidade, para além de geológica, pode ser também geomorfológica⁸⁶⁷. No que respeita à natureza do conceito, a maioria da doutrina tende a afirmar tratar-se de um conceito essencialmente geocientífico, em especial até à decisão do Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar.

Harald BREKKE e Philip SYMONDS afirmam de modo perentório que o termo prolongamento natural usado no n.º 1 do artigo 76.º constitui «*estritamente um conceito jurídico que pertence ao “território terrestre” do Estado costeiro, que é a área de jurisdição terrestre do Estado*»⁸⁶⁸. Mahdi ZAHRAA defende uma natureza dualista do conceito de prolongamento natural. Do ponto de vista jurídico, o conceito de prolongamento natural não está isento de uma ligação geofísica⁸⁶⁹, o que faz com que desempenhe uma função auxiliar, contando como uma circunstância relevante em certos casos⁸⁷⁰. Como refere Keith HIGHET, a ideia de prolongamento natural tal como usada pelo TIJ em 1969 tinha uma natureza descritiva,

⁸⁶⁶ Caso da Continental Shelf (Tunisia/Libya), parágrafo 60, p. 39, onde se refere que “*Thus the Court is in effect invited to choose between two interpretations of “natural prolongation” as a geological concept which in fact highlight two aspects of geology as a science*”.

⁸⁶⁷ SYMONDS, *et al.* consideram que o artigo 76.º compreende uma visão geológica do conceito de prolongamento natural. Contudo, como o bordo exterior do prolongamento geológico é muito difícil de localizar com rigor, é necessário adotar uma aproximação geomorfológica para que se possa obter um limite jurídico. SYMONDS, P. A. et al. - Characteristics of Continental Margins. 2000, p. 29.

⁸⁶⁸ BREKKE, H., SYMONDS, P. A. - The Ridge Provisions of Article 76 of the UN Convention on the Law of the Sea. 2004, p. 171.

⁸⁶⁹ ZAHRAA, M. - Natural Prolongation and Delimitation of Maritime Boundaries. 1997, p. 387.

⁸⁷⁰ *Ibidem*, p. 389.

construída para elaborar e descrever os elementos básicos considerados pelas partes tendo em vista alcançar o processo de delimitação⁸⁷¹. Acrescenta, ainda, que não constitui um atributo funcional no sentido de estar apto a providenciar um fundamento para encontrar uma fronteira. Ainda assim foi, deste modo, usado em casos subsequentes⁸⁷². Este entendimento de HIGHET acabou mais tarde por ser confirmado pelo TIDM, ao referir que o conceito de prolongamento natural nunca foi definido⁸⁷³ e que o direito do Estado costeiro à plataforma continental para lá das 200 milhas deve ser determinado por referência ao bordo exterior da margem continental, determinado em conformidade com o artigo 76.º, n.º 4, da CNUDM⁸⁷⁴.

Tendo em conta o referido no presente subcapítulo e no subcapítulo 1 *supra*, somos de opinião que o conceito de prolongamento natural é um conceito jurídico, embora de natureza não operativa. O primeiro ponto que nos leva a esta conclusão consiste no facto de não se encontrar um conceito geocientífico com o mesmo nome⁸⁷⁵.

Muitos autores, nomeadamente alguns dos já citados, atribuem ao conceito de prolongamento natural uma ligação geológica e/ou geomorfológica. Somos de opinião que este facto, por si só, não é suficiente para que este conceito possa ser considerado um conceito geocientífico. Como já referido, a ligação do conceito de prolongamento natural às geociências vem da Proclamação de Truman, através do conceito afim de adjacência, passando pela decisão no Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, onde efetivamente nasceu, até ao texto do artigo 76.º, n.º 1, da CNUDM. Afigura-se, assim, natural que o conceito de prolongamento

⁸⁷¹ HIGHET, K. - The Use of Geophysical Factors in the Determination of Maritime Boundaries. 1991, p. 171.

⁸⁷² *Ibidem*.

⁸⁷³ Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, parágrafo 432, p. 127

⁸⁷⁴ *Ibidem*, parágrafo 437, p. 128.

⁸⁷⁵ A *Encyclopedia of Geology* não tem qualquer referência a “prolongamento natural”. Vide COCKS, L. R. M., SELLEY, R. C., PLIMER, I. R. editores - **Encyclopedia of Geology**. 2005. A enciclopedia *Solid Earth Geophysics*, não tem, igualmente, qualquer referência ao termo “prolongamento natural” (*natural prolongation*). Existem, contudo várias referências ao termo “prolongamento” (*prolongation*) subordinado à entrada “plataforma continental jurídica” (*legal continental shelf*), nomeadamente, associadas a prolongamento submerso (*submerged prolongation*), prolongamento da massa terrestre (*prolongation of land mass*), prolongamento tectónico (*tectonic prolongation*), entre outras. Vide Ray WOOD *et al.*, *op cit.* pp. 669-670. Do mesmo modo, o TALOS não tem entradas autónomas para “prolongamento natural”, estando este termo apenas designado nas entradas “plataforma continental” e “teste de pertença”. Vide TALOS, appendix 1-10 e 1-27.

natural esteja associado a elementos que lhe possam dar significado, tanto pela forma como pela natureza dos fundos marinhos, relativamente à massa terrestre emersa do Estado costeiro da qual os direitos emanam. Nestas situações poderá dizer-se que os fundos marinhos imediatamente adjacentes ao território emerso do Estado costeiro constituem o prolongamento natural do Estado costeiro quando, através de dados e informação geológica e geomorfológica, se verifique que esses fundos marinhos constituem uma continuidade submersa do território emerso. Esta continuidade será interrompida quando exista uma característica que quebre a referida continuidade tanto do ponto de vista geológico, como geomorfológico. Do mesmo modo, também tem sido referido que existe prolongamento natural quando a natureza do fundo, *i.e.*, o material que o constitui, ou os processos que lhe deram origem, são idênticos ao da massa terrestre emersa, ou tem a mesma origem que esta. Neste caso, o prolongamento verifica-se até que o material dos fundos marinhos seja de natureza diferente do material que constitui a parte emersa do território ou que a ligação quanto à origem seja diferente. No primeiro caso a hidrografia é a ciência mais adequada para avaliar e confirmar a continuidade geomorfológica dos fundos marinhos, enquanto que o segundo caso é aferido pela geologia e geofísica.

Aqui chegados, não constituindo um conceito geocientífico autónomo, parece-nos legítimo questionar se apenas uma ligação do conceito de prolongamento natural às geociências, nomeadamente, à hidrografia, à geologia e à geofísica, fará dele um conceito geocientífico. Somos de opinião que não. O facto de ser necessário o recurso a elementos das geociências para que se possa aferir se determinadas áreas submarinas fazem parte do prolongamento natural do Estado costeiro, esse facto por si só não parece suficiente para que se qualifique este conceito como geocientífico. Existem vários factos da natureza, ou da vida, que por si só não têm relevância jurídica, mas que, ao verificarem-se, vão contribuir para que se constituam outras situações que consistem em conceitos jurídicos autónomos. Por outro lado, prolongamento natural é um conceito jurídico autónomo, hoje subsumido pelo TIDM no conceito de margem continental⁸⁷⁶, que durante muito tempo foi entendido como constitutivo do direitos e deveres do Estado costeiro inerentes à plataforma continental. O facto de nunca ter sido definida a noção de prolongamento natural⁸⁷⁷ contribuiu de modo importante para uma

⁸⁷⁶ Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, parágrafos 437 a 437, pp. 127-128. JENSEN refere que após a decisão do TIDM neste caso, ficou assente que prolongamento natural é um conceito jurídico, *vide* JENSEN, L. C., HØNNELAND, G. - **Handbook of the Politics of the Arctic**. 2015, p. 232.

⁸⁷⁷ *Vide* 873 *supra*.

diminuição da sua operacionalidade formal na delimitação marítima e, posteriormente, na definição do limite exterior da plataforma continental. Contudo, como referido anteriormente⁸⁷⁸, o prolongamento natural continuará a ser um elemento a ter em conta para a determinação do bordo exterior da margem continental, apesar de o TIDM não lhe ter reconhecido a importância que, efetivamente, tem.

4. MARGEM CONTINENTAL E BORDO EXTERIOR DA MARGEM CONTINENTAL

O conceito de margem continental é o conceito mais importante do artigo 76.º, uma vez que constitui o elemento operativo que contribui para a definição do limite exterior da plataforma continental. As Diretrizes Científicas e Técnicas não qualificam expressamente o conceito de margem continental como um conceito geocientífico, como acontece com o conceito de prolongamento natural, embora essa qualificação se possa considerar como implícita. Neste documento é referido que *«embora o artigo 76.º se refira a plataforma continental como um termo jurídico, define o seu limite exterior por referência ao bordo exterior da margem continental com as suas componentes naturais tais como a plataforma, o talude e a elevação como características geológicas e geomorfológicas»*⁸⁷⁹. Aquele documento complementa o entendimento afirmando que os n.ºs 1 e 3 do artigo 76.º *«ajudam a clarificar conceitos como prolongamento natural do território terrestre até ao bordo exterior da margem continental no sentido geológico destes termos (...)»*⁸⁸⁰.

O Manual Técnico é mais claro e objetivo no que respeita à qualificação do conceito de

⁸⁷⁸ Vide parágrafo 3.6 *supra*.

⁸⁷⁹ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 6.1.7. Versão original: *«Although article 76 refers to the continental shelf as a juridical term, it defines its outer limit with a reference to the outer edge of the continental margin with its natural components such as the shelf, the slope and the rise as geological and geomorphological features»*.

⁸⁸⁰ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 6.1.9. Versão original: *«help clarify concepts such as natural prolongation of the land territory to the outer edge of the continental margin in the geological sense of these terms (...)»*.

margem continental, que entende tratar-se de um conceito geocientífico. Pela importância que tem a qualificação jurídica do conceito de margem continental na aplicação do artigo 76.º da CNUDM, bem como pelo relevo que deve ser atribuído ao Manual Técnico como elemento orientador auxiliar relativamente às Diretrizes Científicas e Técnicas, importa efetuar uma análise mais detalhada do modo como este conceito é aqui entendido. São várias as referências no Manual Técnico no sentido de considerar o conceito de margem continental no sentido geocientífico. No módulo respeitante ao enquadramento legal (*legal framework*), no final da parte relativa ao conceito científico de plataforma continental, é referido em caixa que «é importante chamar a atenção para a diferença entre os conceitos científicos de “plataforma continental” e “margem continental” (...) porque a CNUDM define a plataforma continental jurídica em relação à margem continental científica (não em relação à plataforma continental científica). Do ponto de vista científico (...) a plataforma continental é uma das seções do leito do mar que constitui a margem continental»⁸⁸¹.

Na explicação da diferença entre “margem continental” e “plataforma continental”, o Manual Técnico refere que «tal como consta no artigo 76 “massa terrestre” e “margem continental” são conceitos científicos (geomorfológicos), enquanto que “território terrestre” e “plataforma continental” são conceitos jurídicos»⁸⁸². Esta ideia é seguidamente complementada ao esclarecer que «os conceitos jurídicos de território e plataforma continental, contudo, são definidos com referência aos conceitos científicos de massa terrestre e margem continental»⁸⁸³. Estas ideias são posteriormente resumidas afirmando «as páginas anteriores dão uma visão geral do conceito jurídico de plataforma continental previsto na CNUDM e a sua relação com os conceitos científicos de plataforma continental e margem

⁸⁸¹ Manual Técnico, p. I-12. Versão original. «At this point, it is important to draw attention to the difference between the scientific concepts of “continental shelf” and “continental margin,” as described above, because UNCLOS defines the legal continental shelf in relation to the scientific continental margin (not to the scientific continental shelf). From a scientific point of view, as seen above, the continental shelf is one of the sections of seabed that constitute the continental margin».

⁸⁸² *Ibidem*, p. I-18. Versão original: «As used in article 76, “land mass” and “continental margin” are scientific (geomorphological) concepts, whereas “land territory” and “continental shelf” are legal concepts».

⁸⁸³ *Ibidem*, p. I-18. Versão original: «The legal concepts of territory and continental shelf, however, are defined with reference to the scientific concepts of land mass and continental margin».

continental»⁸⁸⁴. A parte respeitante à aplicação operacional do artigo 76.º, começa «*depois de definir os conceitos de margem continental e plataforma continental nos parágrafos 1-3 do artigo 76.º, o artigo 76.º trata dos aspetos operacionais da delinação do limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas nos parágrafos 4-7*»⁸⁸⁵.

O entendimento expresso no Manual Técnico, descrito no final do parágrafo anterior, parece consubstanciar o corolário do entendimento que a DOALOS (e, pelo menos, uma parte significativa da CLPC) tem sobre a natureza do conceito de margem continental. Analisada esta conclusão parece claro que no espírito dos redatores do Manual Técnico existem dois conceitos de margem continental, o primeiro, científico, descrito nos n.ºs 1 a 3 do artigo 76.º, o segundo, de natureza operacional, contido no n.º 4 do artigo 76.º. De acordo com este entendimento, o n.º 4 do artigo 76.º ao referir que «*para os fins da presente convenção, o Estado costeiro deve estabelecer o bordo exterior da margem continental (...)*», contém um conceito de margem continental diferente do conceito de margem continental contido nos n.ºs 1 e 3 daquele artigo.

O TIDM, na decisão do Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, seguiu um entendimento diferente do desenvolvido no Manual Técnico, em parte já referido no subcapítulo respeitante ao prolongamento natural⁸⁸⁶. Como ponto de partida prévio o Tribunal sublinhou o facto de a determinação dos direitos dos Estados costeiros sobre as áreas de plataforma continental para lá das 200 milhas suscitarem questões que são de natureza essencialmente jurídica⁸⁸⁷. Centrando-se no conceito de bordo exterior da margem continental, o Tribunal refere que este conceito deriva dos n.ºs 3 e 4 do artigo 76.⁸⁸⁸, facto que só é possível considerando a natureza do conceito de margem continental como única nos n.ºs 1, 3 e 4, do artigo 76.º.

Para além da CLPC e da DOALOS, também a maioria da doutrina considera o termo

⁸⁸⁴ *Ibidem*, p. I-24. Versão original: «*The pages above provided an overview of the legal concept of the continental shelf within the context of the other maritime zones envisaged by UNCLOS and in relation to the scientific concepts of continental shelf and continental margin*».

⁸⁸⁵ *Ibidem*, p. I-25. Versão original: «*After defining the concepts of continental margin and continental shelf in paragraphs 1-3, article 76 deals with the operational aspects of the delineation of the continental shelf's outer limits beyond 200 M in paragraphs 4-7*».

⁸⁸⁶ Vide Parte ICapítulo 23 *supra*.

⁸⁸⁷ Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, parágrafo 413, p. 121.

⁸⁸⁸ *Ibidem*, parágrafo 430, p. 126.

margem continental constante no artigo 76.º como um conceito geocientífico⁸⁸⁹, embora existam referências que o qualifiquem como conceito jurídico, por regra, sem explicações ou justificações complementares⁸⁹⁰. Em 1993, referindo-se à definição de plataforma continental contida no artigo 76.º, n.º 1, a DOALOS considera que esta disposição convencional reafirma o conceito jurídico de plataforma continental, que contém uma ligação ao facto físico que constitui a margem continental enquanto conceito geomorfológico⁸⁹¹. Mark ALCOCK, James COLWELL e Howard STAGG referem que é necessário efetuar uma distinção entre margem continental jurídica e plataforma continental jurídica. Defendem que a margem continental jurídica é a área definida pela aplicação do artigo 76.º, n.º 4, como prolongamento submerso da massa terrestre do Estado, enquanto que a plataforma continental jurídica é a área de jurisdição que um Estado obtém depois da aplicação das regras definidas no artigo 76.º, n.º 5, à margem continental⁸⁹². Para Steinar GUDLAUGSSON é muito claro que a definição de margem continental no artigo 76.º é jurídica e que se afasta significativamente da respetiva definição geocientífica⁸⁹³.

⁸⁸⁹ Entre outros, *vide* SMITH, R. W., TAFT, G. - Legal Aspects of the Continental Shelf. 2000, pp. 17-19; DIVISION FOR OCEAN AFFAIRS AND THE LAW OF THE SEA - **The Law of the Sea-Definition of the Continental Shelf : An Examination of the Relevant Provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea**. 1993, p. 10; TANAKA, Y. - **The International Law of the Sea**. 2015, p. 134.

⁸⁹⁰ Entre outros, LANGERAAR refere-se à margem continental jurídica por associação à plataforma continental jurídica, *vide* LANGERAAR, W. - **Surveying and Charting of the Seas**. 1984, p. 503; Sun KIM refere-se à Falha de Okinawa questionando se pertence à margem continental jurídica, *vide* KIM, S. P. - **Maritime Delimitation and Interim Arrangements in North East Asia**. 2004, p. 221; Philip SYMONDS *et al.* refere-se à possibilidade de parte de uma crista oceânica fazer parte da margem continental jurídica, *vide* SYMONDS, P. A. et al. - Ridges Issues. 2000, p. 300; Andrew SERDI faz, também, referência à margem continental jurídica, *vide* SERDY, A. - Interpretation of UNCLOS Article 76 and the Negative Recommendation of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on Ascension Island: Is the United Kingdom Stuck with It? 2013, p. 600.

⁸⁹¹ DIVISION FOR OCEAN AFFAIRS AND THE LAW OF THE SEA - **The Law of the Sea-Definition of the Continental Shelf : An Examination of the Relevant Provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea**. 1993, p. 2.

⁸⁹² ALCOCK, M. B., COLWELL, J. B., STAGG, H. M. J. - *A Systematic Approach to the Identification of the Foot of the Continental Slope - Article 76, UNCLOS*. 2003, p. 2.

⁸⁹³ GUDLAUGSSON, S. T. - Natural Prolongation and the Concept of the Continental Margin for the Purposes of Article 76. 2004, p. 65. Na mesma linha de entendimento, Paulo COELHO defende que o conceito de margem continental no âmbito do artigo 76.º da CNUDM é um jurídico, *vide* COELHO, P. N. - How Legal

Face ao anteriormente exposto, em particular ao mencionado nas Diretrizes Científicas e Técnicas e no Manual Técnico, não conseguimos acompanhar o entendimento expresso no Manual Técnico, que parece não se conformar com as regras elementares de interpretação jurídica, essencialmente, pelos seguintes motivos:

- 1.º *Ubi lex non distinguit nec nos distinguere debemus*: onde a lei não distingue, o intérprete não deve distinguir, exceto se a interpretação conduzir ao absurdo. Nada no texto do artigo 76.º leva a crer que tivesse existido intenção em distinguir os conceitos de margem continental entre os n.ºs 1 a 3 e o n.º 4.º do artigo 76.º. Pelo contrário, na descrição dos componentes da margem continental, contida no n.º 3 do artigo 76.º, *shelf*⁸⁹⁴, *slope*, *rise*, o termo *shelf* refere-se à plataforma continental em sentido científico, cuja expressão é diferente de *continental shelf*, que se refere à plataforma continental em sentido jurídico. Esta situação não acontece relativamente à margem continental, o que reforça o entendimento que naquelas disposições o sentido a dar àquele conceito deve ser o mesmo em todo o artigo 76.º.
- 2.º Definir o limite exterior da plataforma continental jurídica por referência ao bordo exterior da margem continental científica, nos termos previstos no artigo 76.º, n.º 1, como sustenta o Manual Técnico, afigura-se como um exercício de execução difícil, senão mesmo impossível. Só por coincidência o bordo exterior da margem continental resultante da aplicação das regras contidas no artigo 76.º, n.º 4, coincidirá com o definido pelo artigo 76.º, n.º 3, se este for entendido no sentido geofísico⁸⁹⁵. Nas situações em que a elevação continental não se desenvolveu⁸⁹⁶, a

is Article 76's Continental Margin? 2011.

⁸⁹⁴ Preferimos apresentar os termos na versão oficial em língua inglesa, uma vez que a versão em língua portuguesa não lhe corresponde pelas razões indicadas na nota 858 *supra*.

⁸⁹⁵ Nesse sentido Nuno ANTUNES. *Vide* ANTUNES, N. M., PIMENTEL, F. M. - Reflecting on the legal-technical interface of article 76 of the LOSC: tentative thoughts on practical implementation. 2003, p. 5. Adianta Nuno ANTUNES no mesmo texto que para reconciliar o duplo significado de margem continental na mesma disposição legal é necessário distinguir claramente entre conceitos geocientíficos e conceitos jurídicos.

⁸⁹⁶ As Diretrizes Científicas e Técnicas prevêm situações em que a elevação continental não se desenvolveu, *vide* parágrafos 5.4.4 e 5.4.5, pp. 40 e 41. Esta situação verifica-se, entre outras, no *South Tasman Rise*, *vide* COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) in Regard to the Submission made by Australia*

diferença entre as duas situações anteriormente referidas é ainda maior.

A Figura 20 representa com maior clareza estas duas situações. Como se pode verificar nas representações, tanto na situação em que existe elevação continental, como no caso em que esta não se desenvolveu, é muito pouco provável, senão mesmo impossível, que o bordo exterior da margem continental determinado em conformidade com as fórmulas contidas no n.º 4 do artigo 76.º, possa coincidir com a margem continental geológica.

3.º Tradicionalmente os conceitos de plataforma continental⁸⁹⁷ e margem continental⁸⁹⁸ estão associados aos continentes, pelo que não fará sentido associar aqueles conceitos a ilhas, em especial às ilhas oceânicas⁸⁹⁹. Conforme descrito no princípio da neutralidade crustal, uma interpretação correta do artigo 76.º da CNUDM não poderá distinguir as formações insulares que são oceânicas pela sua natureza, das formações insulares de origem continental.

Somos, assim, de opinião que o termo margem continental referido ao longo do artigo 76.º é único e transversal a todos os números deste artigo, constituindo um conceito jurídico, cuja representação geográfica é diferente do correspondente conceito geomorfológico. Margem continental e bordo exterior da margem continental são, assim, elementos da mesma realidade enquanto conceitos jurídicos.

Esta interpretação, que se defende, parece ser a que melhor se conforma com o artigo 31.º, n.ºs 1 a 3, da CVDT69. Como refere Oliver DÖRR, o processo de interpretação de um tratado não constitui um mero exercício gramatical. As disposições de um tratado devem ser interpretadas no seu contexto, o que significa que a interpretação de cada frase deverá ter

on 15 November 2004. 2008, p. 48.

⁸⁹⁷ O *Dictionary of Earth Sciences*, que constitui uma das referências à época da Terceira Conferência, começava por descrever plataforma continental como «*a parte de um continente que submerge no mar a baixa profundidade (...)*». Vide STIEGELER, S. - **A Dictionary of Earth Sciences**. 1976, p. 66.

⁸⁹⁸ A definição de margem continental vem associada à definição de plataforma continental. *Ibidem*, p. 66.

⁸⁹⁹ Por vezes as zonas de leito e subsolo marinho imediatamente adjacentes às ilhas são designadas por plataforma insular, vide STIEGELER, S. - **A Dictionary of Earth Sciences**. 1976, p. 149; RAMALHO, R. A. S. - **Building the Cape Verde Islands**. 2011, pp. 63 e 72.

necessariamente em conta todo o texto do tratado⁹⁰⁰. A totalidade do texto do tratado deve ser tido em consideração quando o intérprete compara o uso do mesmo termo em diferentes partes do tratado ou frases diferentes do mesmo tratado relacionadas com assuntos diferentes⁹⁰¹. Não existe no artigo 76.º qualquer indicação no sentido de considerar a designação de margem continental definida no n.º 3 de modo diferente da designação que consta de margem continental, cujo bordo exterior é determinado pelas fórmulas constantes no n.º 4. Nem essa qualificação deve ser afetada por se tratar de um elemento operativo, artificial, que faz com que algumas zonas do leito e subsolo marinho que são abrangidas pela margem continental entendida como um conceito jurídico, não sejam consideradas como fazendo parte da margem continental entendida como conceito geocientífico.

5. TALUDE CONTINENTAL, BASE DO TALUDE E PÉ DO TALUDE CONTINENTAL

A relação entre talude continental, base do talude continental e PdT é, de algum modo, semelhante à descrita no capítulo anterior entre margem continental e bordo exterior da margem continental. Hollis HEDBERG definiu o talude continental como a característica geomorfológica única e mais expressiva da superfície da Terra, com uma extensão linear de 300.000 km no fundo do mar, com vários quilómetros de altura⁹⁰². É definido na literatura geocientífica, genericamente, como a superfície relativamente íngreme que se estende do bordo

⁹⁰⁰ DÖRR, O., SCHMALENBACH, K. editores - **Vienna Convention on the Law of Treaties: A Commentary**. 2012, p. 543.

⁹⁰¹ *Ibidem*, p. 543. Nesse sentido LINDERFALK, U. - **On the interpretation of treaties: the modern international law as expressed in the 1969 Vienna Convention on the Law of Treaties**. 2007, pp. 111-115. Referindo-se à interpretação literal, Peter MALANCZUK afirma que o documento [tratado, convenção internacional] deve ser lido como um todo, devendo ser presumido que a mesma palavra usada em diferentes partes do texto deve ter o mesmo significado. Complementa afirmando que, se possível, numa determinada disposição não deve ser interpretada de modo a entra em conflito com outra disposição, torna-la redundante ou absurda. *Vide* MALANCZUK, P. - **Akehurst's Modern Introduction to International Law**. 1997, p. 365.

⁹⁰² HEDBERG, H. D. - *Ocean Boundaries and Petroleum Resources*. 1976, p. 1011; HEDBERG, H. D. - *Geomorphic Basis for National-International Boundaries on the Ocean Floor*. 1981, p. 445.

exterior da plataforma continental até à elevação continental⁹⁰³, não existindo, quanto à sua extensão e inclinação, valores únicos de referência de aceitação geral⁹⁰⁴.

As Diretrizes Científicas e Técnicas, o Manual Técnico e as recomendações já publicadas não lhe atribuem menção digna de relevo enquanto característica física autónoma dos fundos marinhos. Nestes documentos, o talude continental aparece sempre associado à base do talude e ao PdT, em particular a este último, uma vez que constitui o elemento operativo que permite determinar o bordo exterior da margem continental, através das fórmulas de Gardiner e de Hedberg.

A base do talude continental é, igualmente, um conceito amplamente referido na literatura geocientífica, não existindo, contudo, uma definição autónoma. Por regra surge enquadrado nas definições de margem continental, talude continental e elevação continental⁹⁰⁵. Ray WOOD *et al.* referem que a base do talude tem, tipicamente, uma largura de 4 a 10 km, podendo este valor variar em função do tipo de margem continental⁹⁰⁶. As Diretrizes Científicas e Técnicas contêm uma definição de base do talude continental que se enquadra, naturalmente, na definição geofísica desta característica natural⁹⁰⁷.

O PdT, à semelhança do talude continental e base do talude continental, constitui também um conceito muito referido no âmbito das geociências⁹⁰⁸. As Diretrizes Científicas e Técnicas, o Manual Técnico e as recomendações já publicadas descrevem o modo de calcular o PdT em

⁹⁰³ ALLABY, M. - **A Dictionary of Geology and Earth Sciences**. 2013, p. 131.

⁹⁰⁴ O *Dictionary of Geology and Earth Sciences*, indica como valores para a extensão e inclinação do talude continental, respetivamente 1 a 10 km e 1º a 15º, sendo a média 4º. *Ibidem*, p. 131. O *Dictionary of Earth Sciences* refere que a inclinação do talude continental é cerca 1:40 (1,43º) e que cobre cerca de 8,5% de todo o leito submarino imerso. *Vide* STIEGELER, S. - **A Dictionary of Earth Sciences**. 1976, p. 66. Idêntica definição é seguida por Jacqueline SMITH, em SMITH, J. - **The Facts on File Dictionary of Earth Science**. 2014, p. 81. Bruce HEEZEN aponta como valores para a inclinação do talude continental entre 1:5 (11º) e 1:25 (2,29º). *Vide* HEEZEN, B. C. - *Atlantic-Type Continental Margins*. 1974, p. 13.

⁹⁰⁵ *A Dictionary of Geology and Earth Sciences*, p. 130.

⁹⁰⁶ WOOD, R. et al. - *Legal Continental Shelf*. 2011, p. 673.

⁹⁰⁷ *Vide* Parte ICapítulo 24.1 *supra*.

⁹⁰⁸ Em obras contemporâneas da Terceira Conferência este termo é referido repetidas vezes, v.g. STIEGELER, S. - **A Dictionary of Earth Sciences**. 1976; HEDBERG, H. D. - *Ocean Boundaries for the Law of the Sea*. 1976; HEDBERG, H. D. - *Geomorphic Basis for National-International Boundaries on the Ocean Floor*. 1981.

conformidade com o artigo 76.º, n.º 4, alínea b). Para que se possa avaliar se o PdT é um conceito exclusivamente geocientífico ou também é um conceito jurídico importa saber até que ponto a definição que consta no artigo 76.º da CNUDM corresponde a uma definição utilizada no âmbito das geociências. Mesmo que a definição do ponto de PdT como a máxima variação do gradiente na base do talude não seja uma definição comumente usada no âmbito das geociências⁹⁰⁹, importa ainda saber se a localização dos pontos de PdT pela aplicação da regra da máxima variação do gradiente corresponde a uma localização adequada para a parte final do talude segundo critérios geocientíficos. Usando a terminologia das Diretrizes Científicas e Técnicas, é preciso saber se o PdT se situa na parte em que o talude se funde com a elevação continental, ou na parte superior dos grandes fundos marinhos, nos casos em que não exista elevação continental⁹¹⁰. Apresentando a questão de modo diferente, sendo a definição do ponto de PdT uma artificialidade criada pela CNUDM, importa saber até que ponto essa artificialidade aplicada à natureza corresponde a uma diferença significativa relativamente ao correspondente conceito geocientífico, à semelhança do que sucede com os conceitos jurídico e geocientífico de margem continental e plataforma continental.

O modelo de margem continental que serviu de referência aos trabalhos da Terceira Conferência e que veio a ser adotado no artigo 76.º é o correspondente a uma margem continental geomorfológica passiva do tipo Atlântico⁹¹¹. Neste tipo de margens, a plataforma, o talude e a elevação continentais estão bem diferenciados e são relativamente fáceis de distinguir entre si. Assim, a localização dos pontos de PdT calculados pelo método da máxima variação do gradiente na base do talude poderá situar-se relativamente perto, ou mesmo dentro da zona restrita de transição entre o talude continental e a elevação continental. Numa situação destas podemos dizer que o artigo 76.º define um método para a determinação dos pontos de PdT, cujo resultado prático corresponde a pontos que se situam numa zona que, no âmbito das geociências, pode ser classificada como o PdT. O método é geocientífico⁹¹² e o resultado corresponde, neste caso particular, ao definido pelas geociências⁹¹³. A verificação destes dois

⁹⁰⁹ Na pesquisa efetuada na preparação da presente dissertação não foi encontrada, exclusivamente no âmbito das geociências, uma definição para a localização precisa do ponto de PdT idêntica à constante no artigo 76.º, n.º 4, alínea b).

⁹¹⁰ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 6.2.2, p. 45, *in fine*.

⁹¹¹ Vide nota 322 *supra*.

⁹¹² Vide nota 556 *supra*.

⁹¹³ Nas propostas de extensão até agora apresentadas à CLPC os Estados definiram o bordo exterior da margem

factos faz com que o conceito possa ser qualificado como geocientífico? Para responder a esta questão é necessário analisar outros elementos.

Como é referido na doutrina geocientífica, a margem continental passiva do tipo Atlântico, sendo a que apresenta um perfil mais simples, não é a mais comum na Terra⁹¹⁴. Ao determinar a localização dos pontos de PdT pelo método da máxima variação do gradiente em margens continentais cuja configuração não permita uma identificação fácil dos seus componentes, parece relativamente fácil de aceitar que o resultado final se possa afastar do previsto nas geociências. Como exemplo desta situação pode indicar-se, entre outras, a localização dos pontos de PdT, que foram aceites pela CLPC, determinados pela máxima variação do gradiente nas propostas da Nova Zelândia, nas cristas *Colville* e *Kermadec*⁹¹⁵, e do Japão, na região do planalto de *Ogasawara*⁹¹⁶. Em qualquer destes exemplos dificilmente se poderá referir que os pontos de PdT calculados pelo método da máxima variação do gradiente corresponde à parte exterior do talude continental, tal como entendidos no âmbito das geociências.

Nos casos em que os pontos de PdT são determinados pelo método da prova em contrário,

continental e o limite exterior da margem continental por coordenadas geográficas definidas em sistemas de informação geográfica com grande rigor geodésico, que tem ido, como é o caso do Brasil, até às oito casas décimas de grau de latitude decimal (corresponde a cerca de 1 milímetro). Para lá das situações correspondentes à aplicação do artigo 76.º a nível global, no âmbito das geociências nunca foram publicados documentos ou doutrina na qual as margens continentais tivessem sido representadas com este tipo de rigor. Apesar de se tratar de uma característica bem definida na natureza, como referiu HEDBERG (*vide* HEDBERG, H. D. - *Ocean Boundaries and Petroleum Resources*. 1976, p. 1011), representar as margens continentais com a precisões verificadas nos projetos de extensão, que variam entre as centésimas de segundo e centésimas (aproximadamente 3 centímetros) milionésimas de grau decimal (aproximadamente 1 milímetro) constitui uma ficção que provavelmente não faz sentido no âmbito do conceito geocientífico de talude continental e PdT.

⁹¹⁴ RAJPUT, S., THAKUR, N. K. - **Geological Controls for Gas Hydrates and Unconventionals**. 2016, p. 4.

⁹¹⁵ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) in Regard to the Submission made by New Zealand on 19 April 2006*. 2008, Figura A.1., p. 41.

⁹¹⁶ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission Made by Japan on 12 November 2008*. 2012, Figura 13, p. 46.

a diferença entre a localização entre o PdT físico e o PdT determinado com base noutros métodos ou critérios geocientíficos é ainda maior. Referindo-se a morfologia do leito na foz do rio *La Plata*, no sumário das recomendações da proposta da Argentina, a CLPC menciona que a morfologia da margem “*é muito complexa (...) inclui um talude com curvatura constante (que torna extremamente difícil definir o ponto de máxima variação do gradiente) (...) por isso o maximum maximorum nem sempre é indicativo do Pé do Talude na sua base*»⁹¹⁷. No caso da proposta da Argentina, a CLPC refere ainda que «*os pontos de pé do talude calculados com base na morfologia estão localizados mais próximo do bordo terrestre da sequência dipping reflector*». A sequência [*seaward-*] *dipping reflector* (SDR) foi identificada pela Argentina, e aceite pela CLPC⁹¹⁸, como uma zona de transição continente/oceano, equivalente ao PdT, em conformidade com o parágrafo 6.3.11. das Diretrizes Científicas e Técnicas⁹¹⁹. Esta zona de transição continente/oceano é avaliada com recurso a técnicas de geofísica que identificam a região em que a natureza qualitativa do fundo marinho passa de crusta continental a crusta oceânica. No caso concreto da Argentina, o local onde a crusta muda é substancialmente diferente da base do talude geomorfológico, determinado com base na forma dos fundos marinhos naquela região.

Tendo em conta o anteriormente descrito, somos de opinião que o conceito de PdT é um conceito jurídico que, apesar de determinado com base em métodos e técnicas geocientíficas, constitui uma artificialidade que se afasta na maioria das vezes do correspondente conceito geocientífico de PdT. Esta artificialidade resulta da necessidade de aplicar as fórmulas de Gardiner e de Hedberg no âmbito do artigo 76.º, o que levou à necessidade de encontrar uma referência, o de PdT, que, em muitas situações, não corresponde à definição que lhe é dada tradicionalmente no âmbito das geociências. A construção dogmática que está na base do racional que justifica a aceitação dos pontos de PdT calculados pelo método da prova em contrário na proposta da Argentina pretende justificar uma continuidade da margem continental, não pela geomorfologia, como tem acontecido na maioria das propostas de

⁹¹⁷ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF/COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by Argentina on 21 April 2009*. 2016, parágrafo 42, p. 8.

⁹¹⁸ *Ibidem*, parágrafo 45, p. 9.

⁹¹⁹ *Ibidem*, parágrafo 43, p. 8.

extensão cujo sumário foi publicado até à presente data, mas pela sua natureza geológica equivalente ao território emerso. A justificação apresentada pela CLPC na apreciação da proposta argentina e o facto de as Diretrizes Científicas e Técnicas referirem o bordo interior da zona de transição continente/oceano como uma zona equivalente ao PdT⁹²⁰, revela bem a natureza artificial deste elemento.

Considerando o PdT como um conceito jurídico criado e definido pela CNUDM, mantemos a opinião relativamente aos outros dois elementos que lhe estão associados, o talude continental e a base do talude continente, uma vez que, tal como acontece na natureza onde estas características geomorfológicas existem, constituem parte de uma mesma realidade, que é o talude continental.

6. ELEVAÇÃO CONTINENTAL

À semelhança dos termos do artigo 76.º anteriormente descritos, a elevação continental também faz parte da terminologia geocientífica, constituindo, neste âmbito, um conceito autónomo. As Diretrizes Científicas e Técnicas definem elevação continental como «*o corpo sedimentar em forma de cunha que apresenta um gradiente mais pequeno que o talude continental*»⁹²¹. O Manual Técnico define-o como «*uma característica de muitos Estados costeiros, é uma área de inclinação muito suave entre o pé do talude continental e os grandes fundos marinhos. A elevação continental típica é uma camada sedimentar em forma de cunha proveniente das áreas da plataforma e acumuladas junto à base do talude – em muitos locais progredindo parcialmente sobre a crosta oceânica*»⁹²².

Na descrição de uma margem continental do tipo Atlântico, Bruce HEEZEN refere que a elevação continental constitui uma característica de gradiente suave e bem delineada, em

⁹²⁰ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 6.3.11, p. 48.

⁹²¹ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 5.4.4. Versão original: «*is the wedge-shaped sedimentary body having a smaller gradient than the continental slope*».

⁹²² Manual Técnico, pp. I-11 a I-12.

comparação com as planícies abissais⁹²³. Definições idênticas podem ser encontradas relativamente a outros autores⁹²⁴. No que respeita à extensão, embora a ordem de grandeza dos valores apresentados pela doutrina geocientífica seja equivalente, não existe coincidência nas opiniões. Como exemplo podem apontar-se as opiniões de STIEGELER ao referir que a largura da elevação continental pode ir de uma situação praticamente inexistente até mais de 600 km⁹²⁵, HEEZEN que indica 500 km como valor máximo da elevação continental⁹²⁶ e ainda Victor PRESCOTT mencionando que a elevação continental pode nalguns casos atingir vários milhares de quilómetros, como é o caso da Baía de Bengala, com 2200 km, e a costa oeste do Senegal, com 1400 km⁹²⁷.

O artigo 76.º da CNUDM não refere expressamente a largura da elevação continental, pelo que para se chegar a uma conclusão é necessário interpretar conjuntamente os n.ºs 3 e 4 daquela disposição convencional. Sabendo que a margem continental é composta pela plataforma, pelo talude e elevação continental, uma vez conhecido o PdT, a área do leito e subsolo que se situa entre os pontos de PdT e o bordo exterior da margem continental correspondem à elevação continental. Assim, nos casos em que o bordo exterior da margem continental é determinada pela fórmula de Hedberg, a largura da elevação continental é 60 milhas. Quando o bordo exterior da margem continental é determinada pela fórmula de Gardiner a largura da elevação continental será superior a 60 milhas, até um valor máximo correspondente a 100 vezes o valor da espessura de sedimentos do ponto que define o bordo exterior da margem continental. Estes valores resultantes da interpretação jurídica da alínea a) do n.º 4 do artigo 76.º são válidos mesmo nas situações em que não exista uma elevação continental, tal como é entendida na literatura geofísica.

Face ao acima referido, somos de opinião que a elevação continental tal como definida no artigo 76.º da CNUDM é um conceito jurídico, cuja extensão é artificialmente definida e

⁹²³ HEEZEN, B. C. - Atlantic-Type Continental Margins. 1974, p. 13.

⁹²⁴ Vide ALLABY, M. - **A Dictionary of Geology and Earth Sciences**. 2013, p. 130; MONROE, J., WICANDER, R. - **The Changing Earth: Exploring Geology and Evolution**. 2008, p. 288; SEIBOLD, E., BERGER, W. H. - **The Sea Floor: An Introduction to Marine Geology**. 1996, pp. 57-66; STIEGELER, S. - **A Dictionary of Earth Sciences**. 1976, pp. 66-67.

⁹²⁵ STIEGELER, S. - **A Dictionary of Earth Sciences**. 1976, p. 66

⁹²⁶ HEEZEN, B. C. - Atlantic-Type Continental Margins. 1974, p. 13.

⁹²⁷ PRESCOTT, V. - Resources of the Continental Margin and International Law. 2000, p. 66.

cujos valores se podem afastar significativamente dos verificados na natureza para a realidade física corresponde ao conceito geocientífico. Tal como sucede nos outros conceitos jurídicos acima identificados, apenas por mera coincidência a elevação continental jurídica coincidirá com a sua correspondente geológica. Mesmo nas margens continentais onde a elevação continental física não se desenvolveu, existe uma elevação continental jurídica de, pelo menos, 60 milhas.

7. GRANDES FUNDOS MARINHOS

As grandes porções planas do fundo do mar situados para lá das margens continentais⁹²⁸ são designadas pela literatura geocientífica por planícies abissais⁹²⁹. Conforme anteriormente referido⁹³⁰, sob o prisma dos n.ºs 3 e 4 do artigo 76.º, independentemente das zonas marítimas que lhe possam corresponder, todo o leito e subsolo marinhos podem ter uma e só uma das seguintes classificações jurídicas: margem continental ou grandes fundos marinhos.

Embora frequentemente referido na literatura geocientífica, em especial associado ao conceito de planícies abissais⁹³¹, o conceito de grandes fundos marinhos não tem, por regra, entradas autónomas nas enciclopédias do âmbito das geociências. A *Encyclopedia of Solid Earth* constitui uma exceção ao anteriormente referido ao incluir o conceito em apreço na entrada respeitante à “plataforma continental jurídica”⁹³². Ao referir que «os grandes fundos marinhos começam onde a margem continental (no sentido nos parágrafos 3 e 4) acaba [sendo]

⁹²⁸ No sentido geocientífico.

⁹²⁹ ALLABY, M. - **A Dictionary of Geology and Earth Sciences**. 2013, p. 2; HEEZEN, B. C. - Atlantic-Type Continental Margins. 1974, Figura 9, p. 8; GABLER, R., PETERSEN, J., TRAPASSO, L. - **Essentials of Physical Geography**. 2006, p.575; NICHOLS, C. R., WILLIAMS, R. G. - **Encyclopedia of marine science**. 2009, p. 2.

⁹³⁰ Parágrafo 6.4 *supra*.

⁹³¹ Como é o caso, entre outros, ALLABY, M. - **A Dictionary of Geology and Earth Sciences**. 2013, p. 2; NICHOLS, C. R., WILLIAMS, R. G. - **Encyclopedia of marine science**. 2009, pp. 2-3. Hollis HEDBERG refere que os grandes fundos marinhos são vulgarmente designados por planícies abissais. *Vide* HEDBERG, H. D. - Ocean Floor Jurisdictional Boundaries for the Bering Sea. [s.d.], p. 50.

⁹³² *Vide* GUPTA, H. K., JAMES, D. E. editores - **Encyclopedia of solid earth geophysics**. 2011, p. 669.

esta transição uma criação da CNUDM que parece mais importante que a transição crustal definida pela geologia»⁹³³, o Manual Técnico está implicitamente a reconhecer a natureza jurídica tanto do conceito de margem continental⁹³⁴, como dos grandes fundos marinhos. Na mesma linha de pensamento, Nuno ANTUNES e Fernando PIMENTEL referem que o termo “grandes fundos marinhos” mencionado no n.º 3 do artigo 76.º, não pode ser visto como um conceito geocientífico⁹³⁵.

Numa breve passagem pela literatura geocientífica Michael ALLABY define planície abissal como a área quase horizontal, plana, dos fundos marinhos, cujo gradiente é inferior a 1:10.000⁹³⁶. O mesmo autor define montes abissais (*abyssal hills*) como características topográficas existentes num domínio relativamente plano dos fundos marinhos, normalmente com uma altura entre 50 e 350 metros, existentes tipicamente no Oceano Pacífico a profundidades entre os 3.000 e os 6.000 metros⁹³⁷. GABLER descreve as planícies abissais como grandes planícies submarinas de muito baixo relevo, situando-se abaixo dos 3.000-6.000 metros, que cobrem cerca de 40% do fundo marinho⁹³⁸. Na mesma linha, Stella STIEGLER apresenta as planícies abissais como uma porção extremamente suave do oceano profundo, com gradientes que variam entre 1:1.000 a 1:10.000⁹³⁹. A descrição de planícies abissais agora feita pelos autores anteriormente indicados, cujo entendimento parece seguir uma linha relativamente uniforme da doutrina geocientífica, é vaga e dela não resultam outras consequências para além do interesse que elas próprias representam no âmbito das geociências⁹⁴⁰. Estas definições só por si, e pela sua natureza, não contêm informação suficiente que permitam distinguir planícies abissais de grandes fundos marinhos. A diferença de maior

⁹³³ Manual Técnico, p. V-22, citado *supra*, vide nota 576 *supra*.

⁹³⁴ De certa maneira, em contradição com o entendimento defendido noutra parte de Manual Técnico, vide notas 883 e 884.

⁹³⁵ Nuno ANTUNES, Fernando PIMENTEL - Reflecting on the legal-technical interface of article 76 of the LOSC: tentative thoughts on practical implementation, p. 5.

⁹³⁶ ALLABY, M. - **A Dictionary of Geology and Earth Sciences**. 2013, p. 2.

⁹³⁷ *Ibidem*.

⁹³⁸ GABLER, R., PETERSEN, J., TRAPASSO, L. - **Essentials of Physical Geography**. 2006, p. 577.

⁹³⁹ STIEGLER, S. - **A Dictionary of Earth Sciences**. 1976, p. 1.

⁹⁴⁰ Sobre esta matéria vide ainda NICHOLS, C. R., WILLIAMS, R. G. - **Encyclopedia of marine science**. 2009, pp. 1 e 2 para as definições de *abyssal plain* e *abyssal hill*, que nada de novo traz às definições já apresentadas.

relevo tem a ver com a natureza residual que as áreas correspondentes aos grandes fundos marinhos têm relativamente à margem continental jurídica. Sendo a margem continental tal como definida no artigo 76.º um conceito jurídico, as partes do fundo do mar que não lhe correspondem, *i.e.*, os fundos marinhos, são necessariamente também, para efeitos da aplicação do artigo 76.º, um conceito jurídico.

8. CRISTAS OCEÂNICAS, CRISTAS SUBMARINAS E ELEVAÇÕES SUBMARINAS

À semelhança do que sucede com o termo “grandes fundos marinhos”, também os três tipos de relevo submarino referido no artigo 76.º são frequentemente referidos na literatura geocientífica, em especial os dois primeiros, sem que lhes seja atribuído um significado rigoroso que os distinga entre si. Como prova da pouca importância que a caracterização que estes conceitos têm no âmbito das geociências, no que respeita às respetivas características geomorfológicas e geológicas, leva o TALOS a apresentar a mesma definição para crista oceânica e para crista submarina, como «*uma elevação alongada do fundo do mar, com, alternativamente, topografia irregular ou relativamente suave e flancos íngremes*»⁹⁴¹. Também não apresenta uma definição autónoma para elevação submarina, aparecendo esta última em contexto noutras definições deste manual, como é o caso das definições de “banco”⁹⁴² e “esporão”⁹⁴³. As Diretrizes Científicas e Técnicas reconhecem expressamente que os conceitos “cristas submarinas” e “elevações submarinas” contidos no artigo 76.º são conceitos jurídicos⁹⁴⁴, não lhes atribuindo qualquer significado no âmbito das geociências.

Face ao anteriormente exposto subscrevemos o entendimento expresso pelas Diretrizes Científicas e Técnicas no sentido de considerar os conceitos de “cristas submarinas” e

⁹⁴¹ TALOS, Appendix 1–22, para crista oceânica, e Appendix 1–29, para crista submarina. Versão original: «*An elongated elevation of the sea floor, with either irregular or relatively smooth topography and steep sides*».

⁹⁴² *Ibidem*, Appendix 1–6.

⁹⁴³ *Ibidem*, Appendix 1–27.

⁹⁴⁴ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 7.1.6.

“elevações submarinas” contidos no artigo 76.º como conceitos jurídicos. Tanto as cristas como as elevações submarinas constituem relevo que faz parte da margem continental. Cristas oceânicas, por outro lado, são características submarinas que fazem parte dos grandes fundos marinhos por terem sido excluídas do processo que conduz à determinação do bordo exterior da margem continental. Deste modo, consideramos que “cristas oceânicas” constitui, igualmente, um conceito jurídico.

9. APLICAÇÃO DO ARTIGO 76.º

Apresentados os conceitos operativos de maior relevo contidos no artigo 76.º e aceite a sua natureza tal como é proposta no presente capítulo, importa agora dar o passo seguinte no que respeita à respetiva aplicação, tendo em vista determinar o bordo exterior da margem continental e, a partir deste, o limite exterior da plataforma continental. Para cada um dos conceitos apresentados temos um significado próprio pelo qual esse conceito é conhecido no âmbito das geociências e temos, paralelamente, um significado resultante da interpretação dos vários números do artigo 76.º, cujo resultado prático é, na maioria das situações, substancialmente diferente do anterior. Resta agora saber que tipo de conceitos deve ser utilizado para a determinação do bordo exterior da margem continental: os geocientíficos, os jurídicos, ou ambos?

As Figuras 21 a 23 ilustram, de um modo que se pretende simples, as diferenças entre os principais conceitos do artigo 76.º sob a perspetiva geocientífica e a resultante da interpretação jurídica. Nas três figuras é possível verificar que as diferenças entre os conceitos geocientíficos e os conceitos jurídicos é significativa. Essa diferença verifica-se tanto para cada conceito, como pela articulação entre os vários conceitos entre si. Voltando a referir os dois mais importantes, a plataforma continental geocientífica e a plataforma continental jurídica nunca abrangem a mesma área dos fundos marinhos. De modo idêntico, aos conceitos geocientíficos e jurídicos de margem continental só por mero acaso lhes poderá corresponder a mesma área de fundo marinho.

Na Figura 21 é possível verificar que numa margem continental curta o bordo exterior da

margem continental jurídica se situa aquém do limite exterior da plataforma continental jurídica. A plataforma continental jurídica abrange áreas que fazem parte dos grandes fundos marinhos e, ainda em maior extensão, também ocupa áreas que fazem parte da planície abissal. A margem continental geológica é inferior à margem continental jurídica. Na Figura 22 verifica-se que numa margem continental normal o bordo exterior da margem continental jurídica coincide com o limite exterior da plataforma continental jurídica. Em consequência, a plataforma continental jurídica não abrange áreas que fazem parte dos grandes fundos marinhos, mas muito provavelmente poderá abranger áreas que fazem parte da planície abissal. A margem continental geológica muito provavelmente será inferior à margem continental jurídica. Na Figura 23 é possível constatar que numa margem continental longa o bordo exterior da margem continental jurídica se situa para lá do limite exterior da plataforma continental jurídica por efeito da aplicação das fórmulas restritivas contidas nos n.ºs 5 e 6 do artigo 76.º. A margem continental jurídica abrange espaços que fazem parte da Área e muito provavelmente de outros espaços que fazem parte da planície abissal. A margem continental geológica é inferior à margem continental jurídica.

Como se pode verificar nas três figuras cada um dos conceitos articula bem dentro do mesmo tipo, *i.e.*, os conceitos geológicos articulam-se bem entre si e os conceitos jurídicos articulam-se, igualmente, bem entre si. Nas figuras verifica-se também que para a determinação do bordo exterior da margem continental e do limite exterior da plataforma continental não é possível considerar uns conceitos no seu sentido geocientífico para obter os conceitos jurídicos correspondentes. Por exemplo, não é possível considerar a margem continental no seu sentido geocientífico para a partir dela retirar o limite exterior da plataforma continental jurídica. Na realidade, até pode ser efetuado este exercício, mas o resultado final não será, seguramente, o limite exterior da plataforma continental que resultaria da aplicação do conceito de margem continental jurídica. O mesmo exercício e conclusão resultará da aplicação dos conceitos de talude e elevação continental geocientíficos relativamente à margem continental, cujo resultado será diferente do que resultará da aplicação das regras contidas no n.º 4 do artigo 76.º. Verifica-se, assim, que a determinação do bordo exterior da margem continental e, conseqüentemente, do limite exterior da plataforma continental é efetuada aplicando os conceitos jurídicos operativos do artigo 76.º, sem prejuízo dessa aplicação ter por base dados, informação e doutrina geocientífica. Como exemplo desta situação pode apontar-se o caso do relevo submarino, cujo critério distintivo resulta exclusivamente da interpretação jurídica de

vários preceitos do artigo 76.º, mas cuja aplicação tem por base, dados, informação e doutrina geocientífica que permite definir os critérios que devem ser observados para que se possa considerar que determinada região do fundo do mar tem a mesma origem, morfologia ou composição que o território emerso do Estado costeiro.

As comparações anteriormente indicadas não passariam de um exercício relativamente óbvio se as Diretrizes Científicas e Técnicas e o Manual Técnico não defendessem a natureza geocientífica de alguns dos conceitos operativos do artigo 76.º, conforme descrito ao longo da Parte I, Capítulo 2. Neste contexto, somos levados a refletir se a CLPC ao interpretar o artigo 76.º estará efetivamente a fazê-lo em conformidade com as regras da interpretação jurídica que, necessariamente, deverão ser seguidas. As Diretrizes Científicas e Técnicas, que constituem o documento que reflete a interpretação da CLPC relativamente à aplicação do artigo 76.º, foram publicadas em 1999. Nesta época a interpretação e aplicação prática do artigo 76.º dava os primeiros passos, versando sobre uma matéria nova a nível global, com especificidades que só a prática na apreciação das várias propostas de extensão tem vindo a revelar. Não é, assim, de estranhar que o pendor interpretativo das Diretrizes Científicas e Técnicas seja tendencialmente geocientífico, uma vez que foi redigido por geocientistas. Apesar de a CLPC se ter auto vinculado às regras contidas nas Diretrizes Científicas e Técnicas⁹⁴⁵, a prática que vem sendo seguida leva a crer que as recomendações que vêm chegando ao conhecimento público incorporam uma interpretação do artigo 76.º que cada vez mais se aproxima de uma interpretação jurídica dos conceitos contidos naquele artigo⁹⁴⁶. No entanto, existem ainda recomendações recentes da CLPC que suscitam dúvidas sobre o facto de a Comissão ter já assimilado na íntegra os conceitos e princípios jurídicos para a aplicação do artigo 76.º.

Um exemplo da situação mencionada são as recomendações da CLPC relativamente à proposta de extensão parcial da Islândia relativamente às partes oeste e sul de *Reykjanes*

⁹⁴⁵ Regras de Procedimento, Regra 44/bis, n.º 4, Regra 51, n.º 4, Regra 53, n.º 2. No Anexo III, parágrafo 7, parágrafo 10, n.º 2 e parágrafo 14.

⁹⁴⁶ Os então membros da CLPC Harald BREKKE e Philip SYMONDS publicaram em 2011 um artigo científico no qual é descrito o entendimento da CLPC relativamente à qualificação do relevo submarino. Este documento, apesar de não ter uma natureza vinculativa para a CLPC, visto de se trata apenas de uma opinião de dois dos seus elementos, traz luz relativamente à confusão que é o parágrafo 7 das Diretrizes Científicas e Técnicas, que são estéreis no que respeita a regras claras para a aplicação dos n.ºs 5 e 6 do artigo 76.º.

*Ridge*⁹⁴⁷. Na proposta parcial a Islândia qualificou o *Reykjanes Ridge* como elevação submarina, definindo o bordo exterior da margem continental muito além das 350 milhas e estabelecendo o bordo exterior da plataforma continental pela fórmula restritiva da profundidade, resultante da aplicação do n.º 5 do artigo 76.º. No parágrafo 78 do sumário das recomendações a CLPC referiu que «a Comissão não conseguiu chegar à conclusão que a fórmula restritiva da profundidade seria aplicável, e considerou que os dados e informação contidos na proposta de extensão eram inconclusivos para suportar as partes oeste e sul de *Reykjanes Ridge* como uma componente natural da margem continental da Islândia». O sumário das recomendações nada refere quanto ao tipo e quantidade de dados que a Islândia apresentou, nem que tipo e quantidade de dados deveria ter apresentado para *Reykjanes Ridge* pudesse ter sido considerado como uma elevação submarina, ou, na linguagem usada pela CLPC, como uma componente natural da margem continental da Islândia.

É conhecido na literatura geocientífica que o *Reykjanes Ridge* constitui uma característica geomorfológica evidente, que faz parte da Crista Médio-Atlântica, conforme é ilustrado na Figura 10 da proposta parcial islandesa. A literatura geocientífica qualifica a Crista Médio-Atlântica como uma crista oceânica⁹⁴⁸, facto que, associado à parte final do texto do n.º 3 do artigo 76.º, parece continuar a induzir nalguns membros da CLPC com maior afinidade a uma interpretação geocientífica daquele preceito e a ignorar o princípio da neutralidade crustal.

⁹⁴⁷ Vide nota 644 *supra*.

⁹⁴⁸ Michael ALLABY define Crista Médio-Atlântica como «*The oceanic ridge which separates the North and South American Plates from the African and Eurasian Plates (...)*», ALLABY, M. - **A Dictionary of Geology and Earth Sciences**. 2013, p. 374. Qualificações da Crista Médio-Atlântica podem ser encontradas igualmente em FRISCH, W., MESCHÉDE, M., BLAKEY, R. C. - **Plate Tectonics: Continental Drift and Mountain Building**. 2010, p. 11; NICHOLS, C. R., WILLIAMS, R. G. - **Encyclopedia of marine science**. 2009, p. 41, entre outros.

**PARTE II COMISSÃO DE LIMITES DA PLATAFORMA
CONTINENTAL: QUESTÕES DE
LEGITIMIDADE**

CAPÍTULO 1

FUNÇÕES E COMPETÊNCIAS DA CLPC

1. JUSTIFICAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO TÉCNICA

Um dos aspetos diferenciadores da CNUDM relativamente à CGPC consiste na definição de regras para a fixação de limites finitos para o limite exterior da plataforma continental. Estes limites resultam da aplicação de critérios técnicos e científicos que têm a ver com a forma e a natureza dos fundos marinhos adjacentes aos Estados costeiros. Decorre, assim, com naturalidade que desde os primeiros trabalhos da Terceira Conferência tivessem surgido propostas para a criação de uma comissão técnica com a função de avaliar se as propostas de extensão dos Estados costeiros cumprem os critérios definidos na CNUDM.

O processo negocial que levou à criação da CLPC foi relativamente pacífico pela percepção existente nas delegações presentes na Conferência que a definição do limite exterior da plataforma continental consistia num processo técnico e científico que deveria ser controlado por um órgão independente. O equilíbrio consistiu, essencialmente, em contrabalançar um poder inerente aos Estados costeiros para fixar as suas fronteiras, já consolidado no Direito Internacional⁹⁴⁹, com a defesa dos recursos da área, que constituem o património comum da humanidade. Um elemento chave para este equilíbrio foi conseguido pela natureza dos atos da CLPC, recomendações em vez de decisões, e pela maneira como este vincula o Estado costeiro para que possa conseguir eficácia *erga omnes* para o limite da plataforma continental para lá das 200 milhas.

⁹⁴⁹ No Caso das Pescas Anglo-Norueguês, de 1951 (Caso das Pescas) pode ler-se “*the delimitation of sea areas has always an international aspect; it cannot be dependent merely upon the will of the coastal State as expressed in its municipal law. Although it is true that the act of delimitation is necessarily a unilateral act because only the coastal State is competent to undertake it, the validity of the delimitation with regard to other States depends upon international law*». Vide INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - Fisheries Case (United Kingdom v. Norway), Judgment, I.C.J. Reports 1951, p. 116. 1951, p. 132.

2. FUNÇÕES DA CLPC: REFLEXÃO SOBRE A NECESSIDADE DE JURISTAS COMO MEMBROS DA CLPC

As funções da CLPC vêm definidas no artigo 3.º do Anexo II da CNUDM, estando repetida a alínea a) do preceito anterior da Convenção no parágrafo 9.1.2 das Diretrizes Científicas e Técnicas. De acordo com a CNUDM, a CLPC tem como funções «*examinar os dados e outros elementos de informação apresentados pelos Estados costeiros sobre os limites exteriores da plataforma continental que se situam para lá das 200 milhas e formular recomendações de conformidade com o artigo 76.º e com a declaração de entendimento adotada em 29 de agosto de 1980 pela Terceira Conferência (...)»*⁹⁵⁰, e «*prestar assessoria científica e técnica, se o Estado costeiro a solicitar, durante a preparação dos dados sobre os limites exteriores da plataforma continental»*⁹⁵¹. Ao longo do presente texto tem sido sublinhado que grande parte da atividade da CLPC consiste na apreciação de dados técnicos e científicos e, com base neles, formular recomendações aos Estados costeiros que apresentaram proposta de extensão.

A questão da importância de a CLPC incluir juristas na sua composição tem sido referida por diversas vezes na doutrina⁹⁵². Ainda antes da entrada em vigor da CNUDM, Edward BROWN considerou infeliz o facto de a CLPC não incluir juristas ou outro modo de obter perícia jurídica, uma vez que tem que emitir recomendações com base num instrumento jurídico complexo⁹⁵³. Sobre este assunto, o CLIOCS referiu que o modo como a ausência de perícia jurídica na CLPC tem que ser avaliada depende das suas funções e até que ponto o procedimento da CLPC está excluído da aplicação da Parte XV da CNUDM⁹⁵⁴. Se o artigo 76.º estiver completamente excluído dos procedimentos da Parte XV da Convenção, a ausência de perícia jurídica na CLPC parece ser problemática, uma vez que dificilmente existirá possibilidade de

⁹⁵⁰ CNUDM, Anexo II, artigo 3.º, al. a).

⁹⁵¹ *Ibidem*, Anexo II, artigo 3.º, al. b).

⁹⁵² O n.º 1 do artigo 2.º do Anexo II da CNUDM dispõe que a CLPC é composta por 21 membros, peritos em geologia, geofísica e hidrografia.

⁹⁵³ BROWN, E. D. - **Sea-bed Energy and Minerals: The continental shelf**. 1992, p. 31.

⁹⁵⁴ COMMITTEE ON THE LEGAL ISSUES OF THE OUTER CONTINENTAL SHELF OF THE INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION, *Legal Issues of the Outer Continental Shelf*. [CLIOCS 2004] 2004, p. 4; *vide* também BAKER, B. - States Parties and the Commissions on the Limits of the Continental Shelf. 2007, pp. 680-686.

submeter a apreciação questões de interpretação suscitadas numa proposta de extensão⁹⁵⁵. Oude ELFERINK vê a ausência de juristas na CLPC como uma falsa “fraqueza”, uma vez que, deste modo, torna possível isolar a Comissão da resolução de controvérsias jurídicas, concentrando-se essencialmente nas funções que lhe são atribuídas pela CNUDM, *i.e.*, a apreciação de dados científicos e técnicos⁹⁵⁶.

Sem negar a natureza eminentemente científica e técnica do trabalho da CLPC, Øystein JENSEN defende que a CLPC deveria ter uma maior variedade de perícias em termos de experiência profissional, uma vez que existe uma interação entre a ciência e o Direito. Apresentando várias possibilidades sobre o modo como a perícia jurídica poderia chegar à CLPC, nomeadamente recorrendo a perícia externa à própria Comissão, ou integrando juristas na sua composição, JENSEN opta por esta última solução⁹⁵⁷. Anna CAVNAR sugere a participação de juristas especialistas em Direito do Mar na dependência de um gabinete do *Legal Counsel*, que deveria rever as propostas de extensão no sentido de alertar a CLPC e os Estados que apresentaram as propostas em matérias que suscitem questões científicas e técnicas. Complementarmente, este gabinete deveria providenciar à CLPC interpretação jurídica relativamente a assuntos jurídicos, procurando assistência exterior, se necessário. Ainda na opinião de CAVNAR os membros da CLPC deveriam ser responsáveis por integrar as opiniões jurídicas nas recomendações, devendo o gabinete do *Legal Counsel* rever as referidas recomendações tendo em vista assegurar a respetiva conformidade legal⁹⁵⁸. Nuno ANTUNES e Fernando PIMENTEL consideram surpreendente o facto de a CNUDM não prever a perícia jurídica na CLPC, nem nenhum mecanismo para mitigar esta situação⁹⁵⁹.

Vários autores apontaram já a existência de uma interação entre a ciência e o Direito na interpretação e aplicação do artigo 76.º, mas não adiantaram a que nível e em que circunstâncias essa interação, de facto, se verifica. Na nossa opinião, a necessidade de perícia jurídica por parte

⁹⁵⁵ *Ibidem.*

⁹⁵⁶ ELFERINK, A. G. O. - The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles: The Relationship Between the CLCS and Third Party Dispute Settlement. 2004, p. 123.

⁹⁵⁷ JENSEN, Ø. - **The Commission on the Limits of the Continental Shelf**. 2014, pp. 176-177.

⁹⁵⁸ CAVNAR, A. - Accountability and the Commission on the Limits of the Continental Shelf: deciding who owns the ocean floor. 2009, p. 36.

⁹⁵⁹ ANTUNES, N. M., PIMENTEL, F. M. - Reflecting on the legal-technical interface of article 76 of the LOSC: tentative thoughts on practical implementation. 2003, p. 9.

da CLPC pode ter a ver com os diferentes níveis em que a interação ciência/Direito ocorrer. Distinguímos, assim, dois níveis que importa abordar: o primeiro, respeitante essencialmente à definição das regras de autorregulação substantiva da CLPC para a apreciação das propostas de extensão, *i.e.*, as Diretrizes Científicas e Técnicas; o segundo, relacionado com a atividade normal da CLPC na consideração das propostas de extensão que lhe são submetidas para consideração.

No que respeita ao primeiro nível, importa referir que na Parte I, Capítulo 3 *supra*, foi defendido o entendimento que os conceitos operativos do artigo 76.º são conceitos jurídicos, cujo significado se afasta substancialmente, quanto à interpretação e resultado, dos correspondentes conceitos geocientíficos. Foi apontado ainda o facto de, para a aplicação do artigo 76.º, não ser possível interpretar uns conceitos sob a perspetiva geocientífica e outros sob perspetiva jurídica, uma vez que o resultado a obter não seria coerente. Neste contexto, aceitando a natureza jurídica dos conceitos operativos do artigo 76.º, afigura-se como fundamental que a definição destes conceitos numa diretivas tivesse sido acompanhada por juristas.

As Diretrizes Científicas e Técnicas foram elaboradas pela CLPC⁹⁶⁰, embora possa ter existido apoio por parte da DOALOS⁹⁶¹. Na fase de preparação das Diretrizes Científicas e Técnicas a participação de juristas teria sido fundamental no sentido de permitir uma melhor separação dos conceitos jurídicos relativamente aos conceitos científicos, no que respeita à definição do quadro interpretativo do artigo 76.º. Para além das definições e procedimentos científicos e técnicos que necessariamente têm de existir num documento daquela natureza, considera-se que teria sido igualmente importante uma definição dos conceitos do artigo 76.º a aplicar em resultado de uma interpretação jurídica adequada e correta dos mesmos. A

⁹⁶⁰ Vide COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *3rd Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the Progress of Work in the Commission*. [CLCS/7] 1998, parágrafo 11, p. 3; COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Provisional Scientific and Technical Guidelines of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. [CLCS/L.6] 1998. As Diretrizes Científicas e Técnicas adotadas pela CLPC a 13 de maio de 1999, vide SPLOS/72.

⁹⁶¹ Vide MEETING OF THE STATES PARTIES, *Commission on the Limits of the Continental Shelf: Its Functions and Scientific and Technical Needs in Assessing the Submission of a Coastal State*. [SPLOS/CLCS/INF/1] 1996, parágrafo I.1., p. 3.

participação de perícia jurídica não teria necessariamente de ser assegurada por juristas que fizessem parte da própria CLPC, podendo pertencer a outros órgãos das Nações Unidas onde a perícia jurídica existe, nomeadamente no *Legal Counsel*. O recurso a gabinetes de advogados exteriores poderia ter sido, igualmente, uma hipótese a considerar. Assim, mesmo tendo em conta este nível de definição dos quadros conceituais, somos de opinião que não se considera como imprescindível que a CLPC tivesse na sua composição juristas.

Ainda que a presença jurídica na preparação das Diretrizes Científicas e Técnicas tivesse sido mais pronunciada, nada leva a supor que o resultado final pudesse ter sido substancialmente diferente do que efetivamente nelas veio a constar. Uma vez que o estado do conhecimento e da doutrina jurídica, à época, continuaria a perspetivar uma dimensão para os conceitos jurídicos contidos no artigo 76.º substancialmente diferente da existente hoje, conforme se pode aferir pelo entendimento publicamente defendido por alguns então membros da CLPC⁹⁶², as Diretrizes Científicas e Técnicas muito provavelmente teriam mantido um pendor interpretativo com grande afinidade geocientífica. As Diretrizes Científicas e Técnicas são, assim, um produto normal do conhecimento técnico, científico e jurídico relativo à interpretação do artigo 76.º existente dos últimos anos do século XX.

Relativamente ao segundo nível de análise, relacionado com a atividade normal da CLPC na consideração das propostas de extensão que lhe são submetidas para consideração, somos de opinião que a CLPC não deve incluir juristas. Para além das opiniões de ELFERINK e de CAVNAR apresentadas *supra* neste ponto, que acompanhamos em larga medida, importa também ter em conta a função principal da CLPC definida na alínea a), do n.º 1 do artigo 3.º do Anexo II da CNUDM. Definido o quadro concetual, que é essencialmente jurídico, a aplicação desse quadro é científica e técnica. Numa situação ideal em que as Diretrizes Científicas e Técnicas tivessem definições corretas dos conceitos e quadro legal aplicável, questões como a identificação do relevo submarino, a identificação da isóbata dos 2.500 m aplicável, o traçado do limite exterior da plataforma continental na proximidade da linha das 200 milhas, a identificação da base do talude, o que se entende por prolongamento natural e as condições em que este pode ser considerado como verificado, entre outras descritas na Parte I, Capítulo 3, seriam de aplicação muito mais simples, uma vez que, muitas das dúvidas jurídicas que agora se suscitam poderiam estar à partida resolvidas. Por outro lado, verificar se os dados e

⁹⁶² V.g. artigo científico mencionado na nota 496.

informação contidos nas propostas de extensão são suficientes em quantidade e qualidade, bem como a verificação dos parâmetros científicos e técnicos existentes nas Diretrizes Científicas e Técnicas, são tarefas de natureza científica e técnica relativamente às quais os juristas pouco poderão contribuir. Nestas condições, com o volume de trabalho existente, a existência de um ou mais juristas como membros da CLPC constituiria um encargo adicional de trabalho para os restantes, com consequências nos prazos para apreciação das propostas de extensão.

O anteriormente mencionado não significa que a CLPC não deva ter apoio jurídico. Deve tê-lo e com capacidade de resposta adequada em tempo e qualidade. Tal como anteriormente referido relativamente à preparação das Diretrizes Científicas e Técnicas, o apoio pelo *Legal Counsel*, ou através de serviços externos às Nações Unidas poderiam ser opções a ser consideradas, em função das conveniências organizacionais e financeiras das Nações Unidas. A opção que, efetivamente, veio a ser adotada tendo em vista proporcionar à CLPC o necessário apoio jurídico consistiu na alocação de um jurista da DOALOS/*Legal Counsel* em cada subcomissão constituída. As funções destes juristas nas subcomissões têm natureza meramente consultiva, cujas opiniões ou pareceres não são vinculativos para a subcomissão⁹⁶³.

3. COMPETÊNCIA DE AUTORREGULAÇÃO

As regras estabelecidas no artigo 76.º e no Anexo II relativamente ao modo de

⁹⁶³ A presença de juristas nas subcomissões não está definida nas Diretivas Científicas e Técnicas, nem nas Regras de Procedimento, o que sugere que foi uma solução seguida após a publicação destes documentos, constando apenas num documento da CLPC e noutro dos EEP.

Vide MEETING OF THE STATES PARTIES - *Issues related to the workload of the Commission on the Limits of the Continental Shelf* [SPLOS/157], 30 abril 2007, [Em linha] [Consultado em 22 out. 2017].

Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/325/78/PDF/N0732578.pdf?OpenElement>>, p. 11.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *28th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/72], 11 setembro 2011, [Em linha] [Consultado em 13 jun. 2016]. Disponível em

WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/501/39/PDF/N1150139.pdf?OpenElement>>, p. 14.

funcionamento da CLPC⁹⁶⁴ são claramente insuficientes para que a Comissão possa cumprir as funções que lhe estão atribuídas. Para esse efeito, a própria Comissão criou dois documentos, as Regras de Procedimento⁹⁶⁵ e as Diretrizes Científicas e Técnicas. Embora nada exista na CNUDM que permita expressamente que a Comissão possa estabelecer regras processuais ou orientações científicas e técnicas, a criação de tais instrumentos pode ser justificada com o fundamento que as instituições internacionais têm o poder de adotar regras para as suas funções internas.

A competência para definir regras de autorregulação foi mencionada pelo Tribunal Permanente de Justiça Internacional no Parecer respeitante à Competência da Organização Internacional do Trabalho para Regular, Incidentalmente, o Trabalho do Empregador⁹⁶⁶. Referindo-se ao texto que as altas partes contratantes elaboraram para a criação da Organização Internacional do Trabalho, o Tribunal referiu que «*não é concebível que [as regras] pretendessem impedir a Organização de criar e propor medidas essenciais para esse fim*»⁹⁶⁷. Adiantou ainda que «*se tal limitação de poderes da Organização Internacional do Trabalho, claramente incompatíveis com o objeto e finalidade da Parte XIII, tivesse sido intencional, teria constado expressamente no próprio Tratado*»⁹⁶⁸. Na mesma linha, no parecer respeitante à Interpretação do Acordo Greco-Turco de 1 de dezembro, de 1926, o Tribunal Permanente Internacional de Justiça seguiu linha semelhante. O acordo Greco-Turco criou uma comissão

⁹⁶⁴ A maioria da doutrina internacional tem seguido um entendimento no sentido de a qualificar a CLPC como um órgão de natureza operativa criado por um tratado, que tem realizado um papel importante no processo de implementação da CNUDM. Vide, SUAREZ, S. V. - **The Outer Limits of the Continental Shelf - Legal Aspects of Their Establishment**. 2008, pp. 81-83; JENSEN, Ø. - **The Commission on the Limits of the Continental Shelf**. 2014, p. 45.

⁹⁶⁵ As Regras de Procedimento da Comissão de Limites da Plataforma Continental foram criadas inicialmente pelo documento CLCS/L.3 – *Modus Operandi of the Commission*, em 12 de setembro de 1997. Uma descrição mais completa da evolução das Regras de Procedimento da CLPC pode ser consultada em http://www.un.org/depts/los/clcs_new/commission_rules.htm

⁹⁶⁶ PERMANENT COURT OF INTERNATIONAL JUSTICE - *Competence of the International Labour Organization to Regulate, Incidentally, the Personal Work of the Employer*. 1926.

⁹⁶⁷ *Ibidem*, p. 18. Versão original: «*It is not conceivable that they intended to prevent the Organization from drawing up and proposing measures essential to the accomplishment of that end*».

⁹⁶⁸ *Ibidem*, p. 18. Texto original: «*If such a limitation of powers of the International Labour Organization, clearly inconsistent with the aim and scope of Part XIII, had been intended, it would have been expressed in the Treaty itself*».

mista e estabeleceu que, nos casos em que essa comissão não chegasse a acordo, a controvérsia poderia ser sujeita a arbitragem. Não estabelecia, no entanto, que parte ou partes poderiam submeter o assunto a arbitragem. O tribunal decidiu que «*do silêncio do artigo sobre esta matéria, é possível e natural deduzir que o poder para submeter um assunto a arbitragem é da Comissão Mista quando essa entidade se encontra confrontada com questões da natureza indicada*»⁹⁶⁹. Também neste caso o tribunal decidiu que o poder não explícito derivava do poder conferido à Comissão Mista pelo próprio Acordo.

O Tribunal Internacional de Justiça num parecer respeitante à lacuna existente na Carta das Nações Unidas⁹⁷⁰ para, expressamente, conferir à Organização a competência para compensar danos causados a vítimas ou pessoas por ela nomeadas referiu que «*a Organização deve ser entendida como estando investida em tais poderes os quais, embora não expressamente constantes na Carta, são-lhe conferidos pela necessidade de serem essenciais para o cumprimento das suas funções*»⁹⁷¹. De acordo com os pareceres supracitados, uma instituição internacional deve, em conformidade com a Direito Internacional, ser considerada como estando investida com os poderes essenciais para o desempenho das funções que lhe são atribuídas, mesmo que não estejam expressos no respetivo tratado constitutivo.

Relativamente aos poderes de autorregulação da CLPC, o documento SPLOS/72⁹⁷² constitui um marco importante. Este facto resulta, não só da decisão que nele consta relativamente ao período de 10 anos que os Estados têm para preparar a apresentar as propostas de extensão, mas também porque os Estados Partes implicitamente reconhecem à CLPC o poder de autorregulação substantiva ao definir as Diretrizes Científicas e Técnicas da CLPC. Este documento constitui a ferramenta segundo a qual vão ser analisadas as propostas de extensão,

⁹⁶⁹ PERMANENT COURT OF INTERNATIONAL JUSTICE - *Interpretation of the Greco-Turkish Agreement of December 1st, 1926*. 1928. Texto original: «*from the very silence of the article on this point, it is possible and natural to deduce that the power to refer a matter to the arbitrator rests with the Mixed Commission when that body finds itself confronted with questions of the nature indicated*». Pode ser consultado em http://www.icj-cij.org/pcij/serie_B/B_16/01_Interpretation_de_l_Accord_greco-turc_Avis_consultatif.pdf

⁹⁷⁰ Pode ser consultada em <http://www.un.org/en charter-united-nations/>

⁹⁷¹ INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Reparations for Injuries Suffered in the Service of the United Nations - Advisory opinion*. 1949, p. 12. Texto original: «*the Organization must be deemed to have those powers which, though not expressly provided in the Charter, are conferred upon it by necessary implication as being essential to the performance of its duties*».

⁹⁷² SPLOS/72.

constituindo, igualmente, um guia a seguir pelos Estados. A competência para autorregulação da CLPC voltou a ser objeto de atenção no parecer em anexo à Carta de 25 de agosto de 2005 do Subsecretário-Geral das Nações Unidas para os Assuntos Jurídicos dirigida ao Presidente da Comissão de Limites da Plataforma Continental⁹⁷³. Refere-se neste parecer que a CLPC «(...) *tem determinados poderes implícitos que são essenciais para o cumprimento das suas funções em conformidade com a Convenção*⁹⁷⁴». Referindo-se aos poderes implícitos acrescentou ainda que estes constituem «(...) *o poder para aprovar regras de procedimento e outros documentos relevantes tendo em vista facilitar o cumprimento das funções da Comissão de modo correto e efetivo*⁹⁷⁵».

Parece, assim, que a CLPC tem poderes de autorregulação, tanto substantiva, como processual. Importa agora saber em que medida esses poderes de autorregulação são vinculativos para a própria CLPC, como para os Estados. As Diretrizes Científicas e Técnicas não referem expressamente que a CLPC lhes está vinculada. No entanto, o vínculo da Comissão e das subcomissões está contido em diversos preceitos das Regras de Procedimento, tanto no que respeita a estas⁹⁷⁶, como relativamente às Diretrizes Científicas e Técnicas⁹⁷⁷.

Questão diferente é saber se Regras de Procedimento e as Diretrizes Científicas e Técnicas obrigam também os Estados que apresentam propostas de extensão da plataforma

⁹⁷³ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Legal opinion on whether it is permissible, under the United Nations Convention on the Law of the Sea and the rules of procedure of the Commission, for a coastal State, which has made a submission to the Commission in accordance with article 76 of the Convention, to provide to the Commission in the course of the examination by it of the submission, additional material and information relating to the limits of its continental shelf or substantial part thereof, which constitute a significant departure from the original limits and formulae lines that were given due publicity by the Secretary-General of the United Nations in accordance with rule 50 of the rules of procedure of the Commission*. [CLCS/46] 2005

⁹⁷⁴ *Ibidem*, p. 7. Versão original: «(...) *has certain implied powers that are essential for the fulfilment of its responsibilities under the Convention*».

⁹⁷⁵ *Ibidem*, p. 7. Versão original: «(...) *the power to adopt rules of procedure and other relevant documents with a view to facilitating the discharge of the functions of the Commission in an orderly and effective manner*».

⁹⁷⁶ Vide nota 678 *supra*.

⁹⁷⁷ *Ibidem*, Anexo III, parágrafos 5, n.º 1, 9, n.º 1 e 11, n.º 1.

continental⁹⁷⁸. O CLIOCS referiu que a Comissão é competente para estabelecer as regras aplicáveis aos seus próprios procedimentos internos⁹⁷⁹. Adiantou, ainda, que os Estados devem respeitar as referidas regras nas suas relações com a CLCS. A aplicação destas regras só pode ser recusada pelos Estados baseada no facto de a CLCS ter ultrapassado os limites da sua competência ou que estas regras não sejam válidas por outros motivos⁹⁸⁰. Em suma, as regras de procedimento e as orientações científicas e técnicas são vinculativas para a Comissão, para os seus membros e para os Estados, desde que as disposições pertinentes não sejam inválidas por violação da CNUDM ou de outras normas ou princípios de Direito Internacional.

Como último apontamento sobre a competência de autorregulação da CLPC, constante nas Regras de Procedimento, é apresentado um brevíssimo comentário a um conjunto de regras que, aparentemente, impõem deveres ao SGNU. As Regras 3, 5, 16 18, 49, 50, 51, os parágrafos 1 e 5, n.º 3, do Anexo II e o parágrafo 11, n.º 3, do Anexo III, usam a expressão “*the Secretary-General shall...*”^{981,982} para indicar, por regra, ações a seguir pelo SGNU no âmbito da atividade da CLPC. A Regra 16 (*Duties of the Secretary-General*) é a mais expressiva neste âmbito, uma vez que estabelece expressamente um conjunto de ações e incumbências a ser prosseguido pelo SGNU. A questão que, naturalmente, se coloca é saber se a CLPC, através

978

979 *International Law Association - Legal Issues of the Outer Continental Shelf* 2006.

980 *Ibidem*. p.13.

981 A Regra 1 esclarece que por *Secretary-General* deve entender-se *Secretary-General of the United Nations*.

982 Ao termo “*shall*” é, por regra, conferido natureza obrigatória. *Vide*, entre outros, os casos JUSTIA US LAW - **Austin v. Department of Motor Vehicles (1988)**. [Em linha], atual. 1988. [Consultado em 24 jul. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://law.justia.com/cases/california/court-of-appeal/3d/203/305.html>, onde é referido «*The word 'shall' is ordinarily used in laws, regulations, or directives to express what is mandatory*»; e JUSTIA US LAW - **People v. Municipal Court**. [Em linha], atual. 1956. [Consultado em 24 jul. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://law.justia.com/cases/california/court-of-appeal/2d/145/767.html, onde consta que «*'Shall' is mandatory (Gov. Code, § 14), and certainly 'must' is also*». O termo “*shall*” está presente no texto de inúmeros tratados e convenções associado as normas de natureza peremptória. Referindo-se ao artigo 1.º da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (*African Charter on the Human and Peoples Rights*), Sabelo GUMEDZE refere que o termo *shall* tem natureza peremptória, *vide* GUMEDZE, S. - *Bringing communications before the African Commission on Human and Peoples' Rights*. 2003, p. 144. Na mesma linha, tendo por base o texto do artigo 31º, n.º 3, da CVDT, Hugh ADSETT defende que o termo *shall* indica a natureza peremptória da norma, *vide* ADSETT, H. - *At Global Affairs Canada in 2015 / Aux Affaires mondiales Canada en 2015*. 2016, p. 452.

das Regras de Procedimento, pode impor deveres ao SGNU.

O artigo 319.º da CNUDM, respeitante às funções de depositário da Convenção, contém um conjunto de regras que impõem deveres ao SGNU, nomeadamente e de modo genérico, as próprias funções de depositário, o envio de notificações, convocações, relatórios, convites e outros elementos aos Estados Partes, à AIFM e a outras organizações internacionais. No texto do artigo 319º nada consta relativamente a deveres que impendam sobre o SGNU relativamente à CLPC. Por outro lado, as funções do Secretariado das Nações Unidas, no qual se inclui o SGNU, vêm definidas no capítulo XV da Carta das Nações Unidas, nomeadamente, no artigo 98. Dispõe este artigo que «*o Secretário-Geral actuará nesta qualidade em todas as reuniões da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, do Conselho Económico e Social e do Conselho de Tutela e desempenhará outras funções que lhe forem atribuídas por estes órgãos (...)*». Não existe norma convencional ou resolução da AGNU⁹⁸³ ou de outro órgão com poderes para tal, conferidos pela Carta das Nações Unidas, que habilite a CLPC a impor deveres ao SGNU.

Neste contexto as regras e preceitos das Regras de Procedimento acima descritos são inválidos por falta de norma habilitante, devendo, no contexto em que se inserem, ser consideradas como inexistentes. Desconhece-se se, em termos meramente teóricos, a validade daquelas normas alguma vez veio a ser posta em causa, uma vez que a doutrina até agora publicada nada refere sobre este assunto. Pode acontecer, porém, que alguns dos procedimentos prescritos naquelas normas possam estar a ser cumpridos nos termos em que nelas consta. Contudo, tal facto, seguramente, dever-se-á ao reconhecimento por parte dos órgãos do Secretariado das Nações Unidas na conveniência do respetivo cumprimento, não pela obrigatoriedade legal delas resultante.

⁹⁸³ Existem inúmeras resoluções da AGNU, nomeadamente, as relativas aos Oceanos e Direito do Mar, nas quais são feitos pedidos ao SGNU, por regra, usando os termos “*requests*” ou “*urges*”. V.g., a título de exemplo, UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, *Oceans and the Law of the Sea*. [A/RES/71/257] 2017.

CAPÍTULO 2

RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS RELATIVAS À DEFINIÇÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL PARA LÁ DAS 200 MILHAS

Tal como a maioria das matérias relacionadas com a delimitação ou delineação de zonas marítimas, também a definição do limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas por um Estado costeiro pode estar sujeita a várias circunstâncias que originem a necessidade de recorrer a procedimentos tendo em vista a resolução de controvérsias. Como adiante se verá, nem todas as circunstâncias respeitantes à plataforma continental para lá das 200 milhas, relativamente às quais poderá ocorrer a necessidade de recorrer aos meios previstos na CNUDM para a resolução de controvérsias, resultam de, ou têm a ver com, recomendações da CLPC. No entanto, estas situações poderão abranger boa parte dos casos. Consideramos, por isso, que este facto justifica a inserção desta matéria no presente texto, na parte respeitante à CLPC.

Uma das pedras basilares da CNUDM consiste no dever de solucionar as controvérsias por meios pacíficos⁹⁸⁴, estando à disposição dos Estados e outros atores internacionais o recurso aos meios previstos na Convenção, ou quaisquer outros meios pacíficos à sua escolha⁹⁸⁵. Contudo, apesar desta aparente amplitude de processos e meios para a resolução de divergências, quando se trata do limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas as restrições são significativas, estando a respetiva consideração pelos tribunais limitada a situações especiais. Nem todos os meios de resolução de controvérsias são permitidos para todas as circunstâncias. Do cruzamento dos vários meios de resolução de controvérsias previstos no Direito Internacional com as várias circunstâncias que podem resultar de potenciais comportamentos por parte dos Estados ou outros atores internacionais, como é o caso da AIFM, poderão resultar algumas das hipóteses que seguidamente se apresentam. Salvo indicação expressa em contrário, as situações que seguidamente se descrevem respeitam exclusivamente

⁹⁸⁴ CNUDM, artigo 279.º.

⁹⁸⁵ *Ibidem*, artigo 280.º. NELSON qualifica este mecanismo como “*user friendly and flexible*”, vide NELSON, L. D. M. - *The Settlement of Disputes Arising From Conflicting Outer Continental Shelf Claims*. 2009, p. 410.

à delimitação da plataforma continental para lá das 200 milhas.

Um aspeto importante relativamente à presente matéria tem a ver com as limitações e exceções de jurisdição contidas nos artigos 297.º e 298.º, da Parte XV da CNUDM. A Secção 3 da Parte XV da CNUDM estabelece algumas limitações relativamente à aplicação de procedimentos obrigatórios para resolução de controvérsias. Estas limitações podem estar relacionadas com a aplicação dos artigos 15.º, 74.º e 83.º da CNUDM, respeitantes à delimitação entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente respeitantes à delimitação do mar territorial, zona económica exclusiva e plataforma continental. Contudo, essas limitações não abrangem o artigo 76.º no que respeita à definição do limite exterior da plataforma continental⁹⁸⁶.

1. CONTROVÉRSIAS QUE ENVOLVAM ENTIDADES QUE NÃO SEJAM ESTADOS.

A CNUDM prevê o acesso aos procedimentos de resolução de controvérsias aos Estados Partes^{987, 988} estando estes procedimentos abertos a outras entidades apenas nos casos estabelecidos na Convenção⁹⁸⁹. Nesta última situação encontram-se as entidades privadas, a AIFM e a CLPC.

1.1. Entidades privadas

No que respeita a entidades privadas, não é possível, nem fará sentido, este tipo de

⁹⁸⁶ CNUDM, artigo 298.º, n.º 1, al. a), subal. i); Anexo VI, artigo 20.º, n.º 1. Nesse sentido, RANGEL, V. M. - Settlement of Disputes Relating to the Delimitation of the Outer Continental Shelf: The Role of International Courts and Arbitral tribunals. 2006, p. 362; WOLFRUM, R. - The Role of International Dispute Settlement Institutions in the Delimitation of the Outer Continental Shelf. 2006, p. 21.

⁹⁸⁷ *Ibidem*, artigo 291.º, n.º 1.

⁹⁸⁸ NELSON, L. D. M. - The Settlement of Disputes Arising From Conflicting Outer Continental Shelf Claims. 2009, p. 417.

⁹⁸⁹ *Ibidem*, artigo 291.º, n.º 2.

entidades poderem demandar um Estado costeiro por os limites por ele estabelecidos poderem vir a pôr em causa potenciais interesses relativos à prospeção e exploração do leito e subsolo marinho. Contudo, nos termos da CNUDM as entidades privadas poderão participar nalguns tipos de procedimentos que envolvam a prospeção e exploração mineira na Área. Estes procedimentos poderão ter lugar junto da Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos (CCFM) do TIDM, nalguns casos que envolvam contratos de mineração na Área⁹⁹⁰. O Estatuto do TIDM dispõe ainda sobre a possibilidade de, através de acordos, lhe serem submetidas controvérsias relativas a entidades distintas dos Estados costeiros⁹⁹¹.

1.2. Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos

Embora exista uma relação direta entre a porção do leito e subsolo que faz parte das plataformas continentais para lá das 200 milhas e a Área que, com os seus recursos, constitui o património comum da humanidade⁹⁹², a CNUDM não prevê quaisquer poderes relativamente à AIFM para iniciar procedimentos contra os Estados Partes em matérias respeitantes à delimitação da plataforma continental para lá das 200 milhas. A Convenção restringe os poderes da CCFM a controvérsias que tenham a ver com “atividades na Área”. Dificilmente se poderá enquadrar qualquer controvérsia respeitante ao limite exterior da plataforma continental no conceito de “atividades da Área”⁹⁹³, pelo que essa hipótese fica, por essa via, expressamente afastado dos poderes da AIFM^{994,995}. Mesmo que as limitações formais impostas pela CNUDM pudessem ser ultrapassadas, seria politicamente pouco provável que os Estados Partes que fazem parte da AIFM autorizassem que esta organização suscitasse questões relativamente a esta matéria junto do TIDM relativamente ao limite exterior da plataforma continental de um

⁹⁹⁰ *Ibidem*, artigo 287.º, al. c), d) e e).

⁹⁹¹ *Ibidem*, Anexo VI, artigo 20.º, n.º 2.

⁹⁹² *Ibidem*, artigo 136.º.

⁹⁹³ NELSON atribui à expressão “atividades na área” um sentido restrito cujo significado é “todas as atividades de prospeção e exploração dos recursos da Área”, *vide* NELSON, L. D. M. - Claims to the Continental Shelf Beyond the 200-Mile Limit. 1999, p. 576.

⁹⁹⁴ *Ibidem*, pp. 576-577; CAFLISH, L. - The Settlement of Disputes Relating to Activities in the International Seabed Area. 1983, pp. 324-325.

⁹⁹⁵ CNUDM, artigo 134.º, n.º 4.

Estado costeiro. Para esse efeito, o Conselho teria que aprovar essa autorização por votação⁹⁹⁶.

1.3. Comissão de Limites da Plataforma Continental

A relação entre a CLPC e os procedimentos para a resolução de controvérsias não foram definidos na CNUDM⁹⁹⁷. Uma nota de uma das propostas do grupo Evensen referia que é «*assumido que a Comissão de Fronteira da Plataforma Continental é um órgão independente, e que a sua composição deve assegurar a perícia científica e técnica necessária. O âmbito dos poderes da Comissão, as questões sobre os procedimentos de recurso, a participação de perícia jurídica na Comissão e a relação com o procedimento de resolução de controvérsias proposto na nova Convenção ficam ainda por discutir*»⁹⁹⁸. Esta referência reforça a ideia de que, no decurso da Terceira Conferência, a inclusão da CLPC nos procedimentos de resolução de controvérsias chegou a constituir uma hipótese efetiva de vir a acontecer, facto que não chegou a concretizar-se.

1.3.1. Efeito jurídico das recomendações da Comissão de Limites da Plataforma Continental

A parte final do n.º 8 do artigo 76.º da CNUDM dispõe que os limites da plataforma continental estabelecidos pelo Estado costeiro com base nas recomendações da CLPC são definitivos e obrigatórios. Desta regra pode retirar-se que o efeito “definitivo e obrigatório” para o limite exterior da plataforma continental depende de duas condições, *i.e.*, que esses limites sejam estabelecidos pelo Estado costeiros e que estejam em conformidade com as recomendações da CLPC. A definição dos limites por parte do Estado costeiro implica, para além dos procedimentos necessários em conformidade com o Direito interno, a sua publicação nos termos do n.º 9 do artigo 76.º.

⁹⁹⁶ *Ibidem*, artigo 262.º, n.º 2, al. n) e u).

⁹⁹⁷ NELSON, L. D. M. - The Settlement of Disputes Arising From Conflicting Outer Continental Shelf Claims. 2009, p. 417. WOLFRUM refere o facto de a CLPC não poder iniciar procedimentos contra um Estado, nos termos da Parte XV da CNUDM, como uma falha do processo. WOLFRUM, R. - Legitimacy of International Law from a Legal Perspective: Some Introductory Considerations. 2008, p. 25.

⁹⁹⁸ NORDQUIST, M. H. editor - **United Nations Convention on the Law of the Sea, 1982: A Commentary**, vol. 2. 1993, p. 850.

Alguns autores têm atribuído efeito *erga omnes* aos limites estabelecidos nesta conformidade⁹⁹⁹. Ted MCDORMAN refere que o Estado costeiro ao delinear um limite exterior da plataforma continental que não seja contestado por outros Estados não poderá subsequentemente modificar a localização desse limite. Apenas neste contexto, refere este autor, o limite será definitivo e obrigatório, tornando-se uma obrigação *erga omnes*¹⁰⁰⁰. Adianta ainda este autor que o facto de existir entendimento sobre determinados limites para a plataforma continental entre a CLPC e um Estado não significa necessariamente que os restantes Estados tenham que aceitar esses limites tal como definidos pelo Estado e aceites pela CLPC. Conclui referindo que uma vez que a CLPC não representa os Estados, e não pode falar por estes, os restantes Estados não podem ser privados do direito de discordar com os limites estabelecidos com base nas recomendações¹⁰⁰¹. O entendimento de MCDORMAN sugere que o efeito *erga omnes* relativamente aos limites fixados por determinado Estado em conformidade com as recomendações da CLPC deve ser entendido como um dever absoluto que impende sobre esse Estado em não os alterar, e não como um dever que incide sobre os outros Estados no sentido de não os pôr em causa, nomeadamente, através dos procedimentos da Parte XV da CNUDM.

Bjørn KUNOY entende as recomendações emitidas pela CLPC com uma “presunção de validade”, admitindo que os limites publicados pelo Estado costeiro podem sempre ser questionados por outros Estados, mesmo nas situações em que esses limites se conformem na íntegra com as recomendações da CLPC¹⁰⁰². KUNOY complementa esta ideia com base numa

⁹⁹⁹ Gudmundur EIRIKSSON afasta uma qualificação *erga omnes* ao limite exterior da plataforma continental traçado em conformidade com as recomendações da CLPC, uma vez que não vinculam os Estados que não são partes na CNUDM. *Vide* EIRIKSSON, G. - The Case of Disagreement Between a Coastal State and the Commission. 2004, p. 256. Na mesma linha de entendimento COMMITTEE ON THE LEGAL ISSUES OF THE OUTER CONTINENTAL SHELF OF THE INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION, *Legal Issues of the Outer Continental Shelf*. [CLIOCS 2004] 2004, n.º 13 p. 804.

¹⁰⁰⁰ MCDORMAN, T. L. - The Role of the Commission on the Limits of the Continental Shelf: A Technical Body in a Political World. 2002, p. 315; MCDORMAN, T. L. - The Outer Continental Shelf In The Arctic Ocean: Legal Framework And Recent Developments. 2010, p. 510.

¹⁰⁰¹ MCDORMAN, T. L. - The Role of the Commission on the Limits of the Continental Shelf: A Technical Body in a Political World. 2002, p. 315.

¹⁰⁰² KUNOY, B. - Legal Problems Relating To Differences Arising Between Recommendations Of The CLCS And The Submission Of A Particular State. 2011, p. 309;

presunção de validade das recomendações relativamente ao texto do artigo 76.º da CNUDM¹⁰⁰³.

No Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, o TIDM referiu que a oponibilidade relativamente a outros Estados dos limites estabelecidos depende da satisfação dos requisitos estabelecidos no artigo 76.º, em particular a apresentação à CLPC de informação sobre os limites para lá das 200 milhas e a emissão de recomendações por parte desta¹⁰⁰⁴. O TIDM parece entender, assim, os limites publicados pelo Estado costeiro com base nas recomendações como inalteráveis. Nada refere, contudo, relativamente ao modo como esses limites vinculam os outros Estados, sejam eles partes ou não da CNUDM.

1.3.2. Resolução de controvérsias no âmbito da Parte XV da CNUDM entre o Estado costeiro e a CLPC relativos a recomendações

O artigo 8.º do Anexo II da CNUDM dispõe que «*no caso de um Estado costeiro discordar das recomendações da Comissão, deve apresentar à Comissão dentro de um prazo razoável uma proposta revista ou uma nova proposta*». Complementarmente a esta disposição, importa saber quais as consequências que poderão resultar do facto de determinado Estado não considerar aceitáveis as recomendações da CLPC e publicar o limite exterior da plataforma continental sem ter observado, no todo ou em parte, as recomendações da CLPC, ou mesmo publicar o limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas sem ter apresentado a respetiva proposta à CLPC¹⁰⁰⁵. Numa interpretação *a contrario* do n.º 8 do artigo 76.º poderá concluir-se que o limite exterior publicado nessas circunstâncias será inválido.

Por outro lado, tendo em conta a natureza da CLPC e o disposto no artigo 279.º da CNUDM, existindo uma divergência de entendimento do Estado costeiro relativamente às recomendações, o diferendo não poderá ser submetido para decisão com base no mecanismo de solução de controvérsia disposto na Parte XV da Convenção, uma vez que este apenas poderá ser utilizado entre Estados Partes¹⁰⁰⁶. Tudo leva a crer que esta conclusão possa ser válida nos

¹⁰⁰³ KUNOY, B. - The Terms of Reference of the Commission on the Limits of the Continental Shelf: A Creeping Legal Mandate. 2012, p. 114;

¹⁰⁰⁴ Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, parágrafo 407, pp. 119-120.

¹⁰⁰⁵ Chile e Equador

¹⁰⁰⁶ COMMITTEE ON THE LEGAL ISSUES OF THE OUTER CONTINENTAL SHELF OF THE INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION, *Legal Issues of the Outer Continental Shelf*. [CLIOCS 2006] 2006, p. 44; MCDORMAN, T. L. - The Role of the Commission on the Limits of the Continental Shelf: A

casos em que a divergência entre o Estado e CLPC respeite a um aspeto material, científico ou técnico na avaliação dos dados ou informação, numa situação em que a CLPC decida com base num erro de interpretação jurídica da CNUDM, ou ainda por incumprimento de uma outra formalidade legal que, caso fosse submetida a juízo, pudesse vir a ser considerada como procedente. Esta questão não é meramente teórica, podendo ser chamada à colação relativamente a exemplos reais, como poderá ser o caso da proposta parcial da Islândia, na região da *Ægir Basin* e nas partes oeste e sul de *Reykjanes Ridge*. Conforme anteriormente referido¹⁰⁰⁷, tendo em conta as características geológicas e geomorfológicas do *Reykjanes Ridge*, nomeadamente o processo de formação e a continuidade morfológica, as razões apontadas pela CLPC para não aplicar a fórmula restritiva da profundidade, por entender que aquela formação geológica não constitui uma elevação submarina, parece ficar aquém do desejável, sugerindo mesmo que se trata de uma interpretação menos correta do princípio jurídico da neutralidade crustal.

Numa situação como a indicada, mesmo e tendo em conta a exceção prevista no n.º 2 do artigo 20.º do Estatuto do TIDM, dificilmente se poderá aceitar que o TIDM possa vir a ter jurisdição numa situação daquelas. Contra esta possibilidade parecem jogar dois argumentos. Em primeiro lugar, o mecanismo expressamente previsto na CNUDM para ultrapassar divergências de entendimento relativamente a recomendações que não sejam favoráveis consiste, nos termos do artigo 8.º do Anexo II da CNUDM, em apresentar de novo à CLPC, dentro de um prazo razoável, uma proposta revista ou uma proposta nova. Em segundo lugar, mesmo que pudesse existir vontade política no seio da CLPC para subscrever um acordo que conferisse jurisdição ao TIDM, seria muito difícil encontrar base legal que o permitisse, porque essa não foi a solução prevista tanto na Parte XV, como no artigo 76.º e no Anexo II, todos da CNUDM.

Face ao exposto poderá dizer-se que à CLPC é-lhe vedada a possibilidade de demandar ou ser demandada, uma vez que não está expressamente prevista essa possibilidade na

Technical Body in a Political World. 2002, pp. 317-319.

Existe, contudo, uma exceção a esta regra. O n.º 2 do artigo 20.º do Estatuto do TIDM (Anexo VI da CNUDM) dispõe que: «as entidades distintas dos Estados Partes terão acesso ao Tribunal, em qualquer dos casos expressamente previstos na parte XI ou em qualquer questão submetida nos termos de qualquer outro acordo que confira ao Tribunal jurisdição que seja aceite por todas as partes na questão».

¹⁰⁰⁷ Vide Parte I, Capítulo 3, 9 *supra*.

CNUDM¹⁰⁰⁸, não lhe sendo possível o *locus standi* perante os tribunais internacionais¹⁰⁰⁹. Um Estado costeiro não poderá, assim, agir contra a CLPC caso não concorde com as recomendações por ela emitidas, mesmo ainda antes de estas se tornarem definitivas e obrigatórias, nos termos do artigo 76.º, n.º 8. Nestas circunstâncias, resta-lhe apenas apresentar à CLPC, num prazo razoável, uma proposta revista ou uma nova proposta¹⁰¹⁰.

2. CONTROVÉRSIAS ENTRE ESTADOS

As controvérsias entre Estados relativas aos limites exteriores da plataforma continental estão abrangidas pelas disposições da Parte XV da Convenção que regem os procedimentos obrigatórios conducentes a decisões vinculativas. Como já referido, este tipo de controvérsias, não fazem parte das categorias de controvérsias que a Convenção sujeita a limitações ou exceções opcionais. Esta situação não colhe uniformidade de entendimento na doutrina, em especial a que entende que os limites definidos por base nas recomendações da CLPC são definitivos e obrigatórios, nos termos do n.º 8 do artigo 76.º¹⁰¹¹. No entanto, este entendimento afigura-se como muito restritivo, desde logo porque no texto do artigo 76.º e do Anexo II, é referido que os limites estabelecidos nos termos deste artigo não prejudicam a delimitação da plataforma continental entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente¹⁰¹², situação que deve, igualmente, ser respeitada nas recomendações da CLPC¹⁰¹³. Uma vez que os limites entre Estados poderão, na maioria das situações, vir a ser fixados em momento

¹⁰⁰⁸ CNUDM, artigo 291.º, n.º 2.

¹⁰⁰⁹ RANGEL, V. M. - Settlement of Disputes Relating to the Delimitation of the Outer Continental Shelf: The Role of International Courts and Arbitral tribunals. 2006, pp. 361-362; WOLFRUM, R. - The Role of International Dispute Settlement Institutions in the Delimitation of the Outer Continental Shelf. 2006, p. 21.

¹⁰¹⁰ CNUDM, Anexo II, artigo 8.º.

¹⁰¹¹ NELSON, L. D. M. - The Settlement of Disputes Arising From Conflicting Outer Continental Shelf Claims. 2009, p. 419; RANGEL, V. M. - Settlement of Disputes Relating to the Delimitation of the Outer Continental Shelf: The Role of International Courts and Arbitral tribunals. 2006, p. 359; SMITH, R. W., TAFT, G. - Legal Aspects of the Continental Shelf. 2000, p. 20.

¹⁰¹² CNUDM, artigo 76.º, n.º 10.

¹⁰¹³ CNUDM, Anexo II, artigo 9.º.

posterior à definição dos limites exteriores da plataforma continental, nada existe na CNUDM que impeça os Estados, por negociação, de estabelecerem entre si limites exteriores diferentes dos que poderão resultar das recomendações, desde que não ocupem espaço adicional à Área para além do que cada um dos limites individualmente considerados já ocuparia, conforme o exige o n.º 2 do artigo 76.º. Caso não haja entendimentos entre os referidos Estados também não parece que possam existir obstáculos legais adicionais que impeçam esses Estados de submeterem a solução da controvérsia a uma terceira parte, nos termos da Parte XV da CNUDM. Embora a situação descrita possa não questionar diretamente as recomendações em si, o efeito poderá refletir-se nos limites fundamentados por essas recomendações.

Referindo-se à hipótese de o sentido a atribuir à expressão “definitivo e obrigatório” vincular todos os Estados Partes da CNUDM, Rudiger WOLFRUM adianta que, em consequência, deveria estar excluída a possibilidade de recorrer judicialmente dessa delimitação. Embora este autor aceite que esta possa ser a única interpretação que resulte da parte final do texto do n.º 8 do artigo 76.º, adianta que não poderá ser excluída a hipótese de acesso ao mecanismo de resolução de controvérsias previsto na Convenção¹⁰¹⁴. Para além do cenário anteriormente exposto, que apenas pretende ilustrar o facto de os limites definidos nos termos do artigo 76.º poderem não ser absolutamente definitivos, existem outras circunstâncias que merecem referência adicional.

2.1. Limites definidos com base em recomendações

John NOYE aponta como possível o recurso a meios contenciosos para resolução de controvérsias relativamente ao limite exterior da plataforma continental de um Estado, publicado com base nas recomendações. Esta situação poderá ter lugar quando exista uma interpretação errada dos conceitos do artigo 76.º, ou quando a CLPC decida considerar a proposta do Estado costeiro com base em elementos que constituem matéria que se situa para lá da sua competência¹⁰¹⁵. Este autor aponta como exemplo uma recomendação da CLPC baseada em linhas de base reta de um Estado costeiro que possam ser consideradas como

¹⁰¹⁴ WOLFRUM, R. - The Role of International Dispute Settlement Institutions in the Delimitation of the Outer Continental Shelf. 2006, pp. 24-25.

¹⁰¹⁵ NOYES, J. E. - Judicial and Arbitral Proceedings and the Outer Limits of the Continental Shelf. 2009, pp. 1245-1246.

inválidas, das quais resultou um limite exterior da plataforma continental mais favorável do que resultaria se a linha de base considerada tivesse sido a linha de baixa-mar ao longo da costa, nos termos do n.º 1, do artigo 5.º da CNUDM. Esta situação poderia, pelo menos no plano teórico, originar uma linha de 350 milhas mais vantajosa ao ser aplicada a uma crista submarina. Outra situação passível de objeção poderia resultar da qualificação, nos termos do artigo 121.º da CNUDM, de determinada formação insular como ilha, em vez de rochedo, que apenas pode gerar mar territorial¹⁰¹⁶.

Rudiger WOLFRUM defende que, tendo em conta a natureza recomendatória das recomendações da CLPC dirigidas exclusivamente a um Estado costeiro, essas recomendações não podem ser objeto de controvérsia iniciada por outro Estado que não o Estado em causa, que, por sua vez, também não pode agir contra as recomendações da CLPC nos termos da Parte XV da CNUDM¹⁰¹⁷. Daqui, conclui este autor, apenas o limite exterior da plataforma continental definido pelo Estado costeiro poderá ser objeto de procedimentos, uma vez que seria prudente por parte da jurisprudência não duplicar a avaliação do trabalho da CLPC¹⁰¹⁸. O entendimento de WOLFRUM parece não tocar no fulcro da questão e refugiar-se em situações colaterais para o caso em apreço como analisar apenas casos em que o limite exterior é traçado em desrespeito das recomendações. Fica por saber o que o Estado em causa, bem como os restantes Estados que tenham interesse direto na questão, podem fazer se as recomendações da CLPC se basearem em interpretações erradas do artigo 76.º, ou se violarem as suas próprias regras de autorregulação substantiva e processual, *i.e.*, as Diretrizes Científicas e Técnicas e as Regras de Procedimento, às quais se encontra vinculada. NOYES, ELFERINK e MAGNÚSSON apoiam de modo claro o entendimento manifestado pelo CLIOCS a este respeito ao afirmar que «*um tribunal é competente para decidir que a Comissão ultrapassou os limites da sua competência tal como definida na Convenção, por aplicação de um teste de razoabilidade [reasonableness]. Este teste pode levar à conclusão de que a Comissão atuou dentro dos limites da sua competência ou ultra vires, ou que a decisão é inválida por outras*

¹⁰¹⁶ *Ibidem*.

¹⁰¹⁷ WOLFRUM, R. - The Role of International Dispute Settlement Institutions in the Delimitation of the Outer Continental Shelf. 2006, pp. 26.

¹⁰¹⁸ *Ibidem*, p. 27.

razões»^{1019,1020}.

Um aspeto que, estranhamente na nossa opinião, não tem sido mencionado pela doutrina como potencial causa de invalidade das recomendações consiste na não observância por parte da CLPC das Diretrizes Científicas e Técnicas e das Regras de Procedimento, às quais se encontra formalmente vinculada¹⁰²¹. Se, a título de exemplo, determinada regra das Diretrizes Científicas e Técnicas que contém uma interpretação válida relativamente a um preceito do artigo 76.º da CNUDM, for violada pela própria CLPC, poderia constituir, por si só, motivo para impugnação judicial por parte de outro Estado costeiro que entendesse que o limite exterior da plataforma continental baseado nessas recomendações violava os seus direitos?

A doutrina tem sublinhado a potencial dificuldade que os tribunais internacionais poderão encontrar para interpretar dados científicos que lhes poderão ser submetidos para avaliação. NOYES aponta como causas de preocupação nesta situação a adequabilidade de um tribunal entender e interpretar dados científicos existentes, ou novos, ou ainda a competência dos tribunais para aceder a esses dados, em especial quando esteja em causa matéria que um dos Estados entenda estar sujeita a confidencialidade¹⁰²². Este autor defende que as recomendações da CLPC devem ser revistas por um tribunal apenas e só numa situação de *ultra vires* ou de erro material baseado numa manifesta má interpretação da CNUDM¹⁰²³. Acrescenta NOYES que, na prática, as dificuldades em interpretar dados científicos e técnicos pode limitar os processos judiciais relativamente ao limite exterior da plataforma continental. Nos casos em

¹⁰¹⁹ COMMITTEE ON THE LEGAL ISSUES OF THE OUTER CONTINENTAL SHELF OF THE INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION, *Legal Issues of the Outer Continental Shelf*. [CLIOCS 2004] 2004, p. 10. Importa sublinhar o facto de, à época, Noyer e Elferink serem membros do CLIOCS.

¹⁰²⁰ NOYES, J. E. - Judicial and Arbitral Proceedings and the Outer Limits of the Continental Shelf. 2009, pp. 1249-1252; ELFERINK, A. G. O. - The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles: The Relationship Between the CLCS and Third Party Dispute Settlement. 2004, pp. 121-122; MAGNÚSSON, B. M. - **The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles - Delineation, Delimitation and Dispute Settlement**. 2015, pp. 271-273.

¹⁰²¹ *Vide* nota 678 *supra*.

¹⁰²² Regras de Procedimento, Anexo II.

¹⁰²³ NOYES, J. E. - Judicial and Arbitral Proceedings and the Outer Limits of the Continental Shelf. 2009, p. 1250. Também nesse sentido ELFERINK, A. G. O. - The Establishment of Outer Limits of the Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles by the Coastal State: The Possibilities of Other States to Have an Impact on the Process. 2009, pp. 121-123.

que as controvérsias impliquem uma interpretação mais simples de dados científicos, poderão ser mais facilmente trazidos a procedimentos de resolução de controvérsias¹⁰²⁴.

Não acompanhamos na íntegra as preocupações anteriormente apontadas pela doutrina relativamente à dificuldade em os tribunais internacionais interpretarem dados científicos e técnicos que podem fundamentar as recomendações da CLPC e, naturalmente, os limites exteriores da plataforma continental para lá das 200 milhas. Não queremos com isto dizer que caso esse tipo de dados e informação fosse submetido a tribunal para decisão, não existissem dificuldades na sua interpretação. Existiriam certamente. Tendo em conta as decisões dos tribunais já publicadas, bem como as questões mais polémicas relativas às recomendações da CLPC já conhecidas, as dificuldades que lhe estão associadas poderão antes estar situadas, essencialmente, num patamar diferente, normativo e não científico e técnico. Propomo-nos, assim, justificar esta afirmação a dois níveis diferentes: ao nível das decisões já tomadas pelos tribunais internacionais ao decidirem sobre a questão da plataforma continental para lá das 200 milhas, em particular no Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar¹⁰²⁵, e num segundo nível com base na análise de recomendações da CLPC anteriormente analisadas no presente texto.

No Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar a questão de base relativamente à avaliação pelo Tribunal dos direitos de Myanmar a estabelecer o limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas estava em saber qual a relevância, para esse efeito, de uma descontinuidade geológica que acompanha no mar o desenho da costa de Myanmar, e que efeitos teria essa descontinuidade relativamente ao prolongamento natural, conforme ilustrado nas Figuras 9 e 10. Naturalmente, a demonstração científica da existência de uma zona de subdução que quebre a continuidade geológica implica a consideração de dados científicos e técnicos. Neste caso não existiu divergência entre as partes sobre as conclusões que poderiam resultar da análise dos dados científicos, trata-se de uma evidência incontestável, que é absolutamente pacífica no seio da comunidade científica. A dúvida residia, apenas e tão

¹⁰²⁴ *Ibidem*, p. 1252.

¹⁰²⁵ Embora na Decisão Arbitral na Baía de Bengala entre Bangladesh e Índia (Decisão Arbitral entre Bangladesh e Índia) elementos técnicos e científicos possam não ter o mesmo peso que no caso Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, a argumentação apresentada relativamente ao último caso poderá ser válida para o primeiro, salvaguardadas as devidas diferenças. *Vide* ARBITRAL AWARD - *Bay of Bengal Maritime Boundary Arbitration*. 2014.

só, nas consequências legais que essa evidência científica teria nos direitos de Myanmar para definir o limite exterior da plataforma continental para lá da falha de Sunda, ou seja, segundo o entendimento de Bangladesh, para lá do que seria o prolongamento natural de Myanmar. O Tribunal decidiu que esta questão era essencialmente jurídica¹⁰²⁶ e não científica. Na parte científica tudo leva a crer que havia acordo entre as partes, na parte jurídica esse acordo não existia, defendendo cada uma das partes um efeito diferente para a mesma evidência científica.

O que deve ser entendido sobre prolongamento natural, e como é que este deve ser aferido pela CLPC, são elementos básicos com que todos os Estados têm que lidar na preparação das respetivas propostas de extensão, mas que não estão definidos de modo claro nas Diretrizes Científicas e Técnicas. Sendo uma questão jurídica, este documento deveria conter uma definição normativa clara sobre esta matéria, independentemente da complexidade científica que possa estar subjacente aos fundos marinhos nas várias regiões do globo. Foi necessária uma definição jurídica de um tribunal¹⁰²⁷ para pôr alguma ordem no emaranhado científico constante nas Diretrizes Científicas e Técnicas relativamente à definição do conceito de prolongamento natural, bem como o que é necessário para comprovar a sua existência e quais os seus efeitos relativamente à definição do bordo exterior da margem continental.

Contudo, a decisão do TIDM suscita-nos uma outra dúvida a um nível diferente. Se a CLPC tivesse apreciado o processo de extensão de Myanmar e tivesse concluído, usando a fórmula que lhe é habitual¹⁰²⁸, poderia Myanmar iniciar, com sucesso, procedimentos nos termos da Parte XV da CNUDM? Tudo leva a crer que a resposta seja negativa. Numa situação inversa, isto é, obtendo Myanmar recomendações favoráveis por parte da CLPC, poderia o Bangladesh iniciar procedimentos contra Myanmar no sentido de impugnar o limite exterior da plataforma continental definido com base nas recomendações, alegando erro grave na interpretação do artigo 76.º por parte da CLPC? Acreditando que vários autores pudessem mesmo considerar que se trataria de um erro grave, do mesmo modo que consideram a decisão do Tribunal um erro grave de interpretação do artigo 76.º, somos levados a crer que, nesta situação, o procedimento poderia vir a ser aceite pelo Tribunal, com uma decisão muito

¹⁰²⁶ Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, parágrafo 413, p. 121.

¹⁰²⁷ Cuja decisão não subscrevemos, *vide* Parte I, Capítulo 2, 3.2.2 *supra*.

¹⁰²⁸ No sentido que, face aos dados e informação apresentados por Myanmar, não recomenda que este Estado defina o limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas

provavelmente no mesmo sentido da que efetivamente aconteceu.

Tendo agora por base uma análise das recomendações da CLPC menos consensuais, propomo-nos demonstrar que as questões de base a analisar por terceiros em sede de resolução de controvérsias têm sido, também, essencialmente interpretação normativa dos preceitos da CNUDM e das Diretrizes Científicas e Técnicas, e não técnico-científicas. Já existiram divergências de entendimentos entre a CLPC e Estados sobre a interpretação a dar relativamente a determinados factos da natureza, cuja interpretação é exclusivamente geocientífica. É possível que divergências de entendimentos desta natureza possam vir a ser decididos noutros *fora* que não seja a CLPC¹⁰²⁹. Contudo, considerando as diversas críticas às recomendações da CLPC apresentados na Parte I, Capítulo 2, verificamos que as dúvidas em todas elas respeitam a diferentes entendimentos relativamente ao artigo 76.º e, ou, às Diretrizes Científicas e Técnicas. Mesmo na proposta apresentada pela Islândia na região da *Ægir Basin* e nas partes oeste e sul de *Reykjanes Ridge*, a crítica que se apresenta relativamente às recomendações que consideraram os dados insuficientes para que o *Reykjanes Ridge* possa ser qualificado como elevação submarina, consiste no facto de a CLPC não dizer que tipo de dados é que são suficientes. A CLPC diz que os dados não são suficientes, mas não refere que dados é que têm que existir para que sejam suficientes, tanto em qualidade, como em quantidade. Em boa verdade, não deveria ser a CLPC a indicar em cada caso que quantidade e tipo de dados são necessários, dando essa informação constar, de forma clara, nas Diretrizes Científicas e Técnicas?

Outro exemplo, porventura mais claro, para ilustrar uma situação em que uma decisão da CLPC, proferida em violação das regras que ela própria definiu, poderia ser facilmente analisada por uma terceira parte é o caso das isóbatas dos 2.500 m, ilustrado na Figura 16¹⁰³⁰.

¹⁰²⁹ MACNAB defende, mesmo aceitando que se trata de entendimento passível de crítica, que a CLPC poderia ter uma função de árbitro entre escolas de entendimento geocientífico relativamente à interpretação a adotar sobre determinadas matérias, *vide* MACNAB, R. - The case for transparency in the delimitation of the outer Continental Shelf in accordance with UNCLOS Article 76. 2004, p. 11.

¹⁰³⁰ A aplicação que a CLPC vem fazendo, de facto, das regras que definiu nas Diretrizes Científicas e Técnicas são mais favoráveis para o Estado costeiro que apresentou a proposta de extensão, pelo que sobre esta matéria não existirá controvérsia entre este Estado e a CLPC. Realisticamente, uma possível apreciação por uma terceira parte relativamente a uma questão desta natureza poderá ser suscitada por um outro Estado que pudesse sentir os seus direitos beliscados por uma decisão daquela natureza por parte da CLPC.

Relembrando o anteriormente mencionado¹⁰³¹ relativamente à determinação da isóbata dos 2.500 m aplicável, sublinhamos a diferença em área entre o que resulta da aplicação do parágrafo 4.4.2 das Diretrizes Científicas e Técnicas e o que tem sido a prática da CLPC logo a partir da apreciação da proposta de extensão da Austrália. A linha a verde na Figura 16 representa a área a mais, favorável ao Estado costeiro, resultante da diferença entre o que determinam as Diretrizes Científicas e Técnicas e a prática da CLPC. Caso esse acréscimo de área violasse os direitos de outros Estados, somos de opinião que estes poderiam recorrer aos procedimentos da Parte XV da CNUDM, mesmo que o limite exterior do Estado em causa tenha sido traçado em conformidade com as recomendações da CLPC. Seria este caso de análise complexa por terceiros para dirimir a controvérsia? Não cremos que a análise científica e técnica dos dados fossem um problema que obstassem à solução do caso. Perante uma situação deste género, os dados de batimetria são de natureza objetiva, sendo muito difícil a qualquer das partes, de boa fé, negar a realidade.

Tal como na situação do Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, o que está em causa é uma questão de Direito e não uma questão científica ou técnica. Não nos parece de todo aceitável que, numa situação como a indicada, um Estado terceiro pudesse ficar prejudicado pelo resultado de recomendações proferidas contra as regras que a própria CLPC definiu e se auto vinculou, e nada pudesse fazer. O exemplo mencionado poderá constituir um dos exemplos mais evidentes em que negar a terceiros Estados a possibilidade de reagir numa situação de manifesta ilegalidade constituiria uma violação do objeto e finalidade da própria CNUDM.

Tendo em conta os exemplos anteriormente indicados, sendo válidos os entendimentos apresentados no sentido de:

- Restringir ao Estado costeiro a possibilidade de agir contra a CLPC por não concordar com as recomendações;
- Aceitar como possíveis os procedimentos tomados por terceiro Estado contra os limites exteriores da plataforma continental fundados em recomendações da CLPC que sejam desconformes com o artigo 76.º, com as Diretrizes Científicas e Técnicas

¹⁰³¹ Vide Parte I, Capítulo 2, 8.

ou com as Regras de Procedimento.

Verifica-se que as situações indicadas são claramente mais penalizadoras para os Estados costeiros que possam vir a receber recomendações potencialmente inválidas por parte da CLPC quando comparadas com Estados terceiros relativamente aos quais esses limites possam ser prejudiciais.

2.2. Limites definidos sem ter em conta as recomendações da CLPC

2.2.1. O Estado costeiro não apresentou proposta de extensão à CLPC

Pela Declaração oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 15 de setembro de 1985, o governo do Chile declarou que a sua soberania sobre a plataforma continental se estende até às 350 milhas, medidas a partir das linhas de base a partir das quais o respetivo mar territorial é medido¹⁰³². Na mesma linha, o Presidente do Equador declarou, em 19 de setembro de 1985, que, «*em complemento à plataforma continental e insular dentro do seu mar territorial de 200 milhas, o leito e subsolo situado entre o mar territorial continental e o seu mar territorial insular à volta das Ilhas Galápagos, até uma distância de 100 milhas medidas a partir da isóbata dos 2.500 m, também fazem parte da plataforma continental do Equador*»¹⁰³³. Estas duas declarações, publicadas quando a CNUDM ainda não se encontrava em vigor, mas baseadas num resultado que pressupõe a utilização das fórmulas contidas no artigo 76.º, n.º 5, da CNUDM, foram protestadas pelos EUA¹⁰³⁴. Numa situação deste género, existe uma violação do n.º 8 do artigo 76.º, que determina a apresentação de informações sobre os limites da plataforma continental além das 200 milhas à CLPC. O não cumprimento deste preceito muito provavelmente determinará que um tribunal considere a situação como uma violação da CNUDM, e concluir que o Estado costeiro faltoso deve fazer apresentar uma proposta de

¹⁰³² DIVISION FOR OCEAN AFFAIRS AND THE LAW OF THE SEA, *Law of the Sea Bulletin* - Nº 7. 1986, pp. 107-108. O Chile apresentou Informação Preliminar em 8 de maio de 2009.

¹⁰³³ *Ibidem*, p. 109.

¹⁰³⁴ UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE, *Maritime Claims Reference Manual*. [DoD 2005.1-M] 1997, p. 2-82, relativamente ao Chile; p. 2-147, relativamente ao Equador. Sobre este assunto *vide*, igualmente, ROACH, J. A., SMITH, R. W. - **Excessive Maritime Claims: Third Edition**. 2012, pp. 194-196.

extensão à CLPC¹⁰³⁵.

2.2.2. O Estado costeiro apresentou proposta de extensão, mas definiu o limite exterior da plataforma continental sem ter em conta as recomendações

Numa situação em que um Estado costeiro defina o limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas sem ter em conta as recomendações da CLPC, tal facto poderá implicar, por parte do Tribunal, uma avaliação da medida em que esse limite se afasta das correspondentes recomendações. NOYES aponta como fundamental uma avaliação do significado da expressão “com base nessas recomendações”, contida no n.º 8 do artigo 76.º. Este autor aponta como exemplo o caso de um Estado que defina o limite exterior da plataforma continental numa circunstância em que a CLPC recomende a apresentação de dados ou informação adicional, esse limite dificilmente poderá ser considerado como tendo sido traçado com base nas recomendações¹⁰³⁶. Uma situação menos evidente poderia resultar das representadas nas Figuras 17 e 18, nas partes correspondentes ao traçado do bordo exterior da margem continental para a linha das 200 milhas. Nas recomendações à proposta de extensão australiana, a CLPC recomendou que os pontos NAT-ECS-1 e NAT-ECS-R1-138 (Figura 18) e as respetivas linhas que os ligam sejam substituídos por pontos e linhas que se conformem com o bordo exterior da margem continental. Tendo em conta as áreas em jogo potencialmente subtraídas à Área, em especial o traçado a partir do ponto NAT-ECS-R1-138, quando comparadas com a superfície total de plataforma continental para lá das 200 milhas, e partindo do princípio que a interpretação da CLPC é a correta¹⁰³⁷, ficaria em aberto a eventualidade de um tribunal poder considerar que os limites não foram traçados com base nas recomendações. Neste caso, havendo uma recomendação específica para aquele traçado, o não cumprimento

¹⁰³⁵ Existem, contudo, situações em que os Estados tomaram unilateral medidas especiais de jurisdição, nomeadamente, em situações de proteção ambiental, como foi, no caso Português, as medidas tomadas relativamente às áreas marinhas protegidas situadas na plataforma continental para lá das 200 milhas. Sobre esta matéria *vide*, entre outros, RIBEIRO, M. C. - The «Rainbow»: The First National Marine Protected Area Proposed Under the High Seas. 2010; RIBEIRO, M. C. - **A Protecção da Biodiversidade Marinha Através de Áreas Protegidas nos Espaços Marítimos sob Soberania ou Jurisdição do Estado: Discussões e Soluções Jurídicas Contemporâneas - O Caso Português**. 2013.

¹⁰³⁶ NOYES, J. E. - Judicial and Arbitral Proceedings and the Outer Limits of the Continental Shelf. 2009, pp. 1243-1244.

¹⁰³⁷ *Vide* Parte I, Capítulo 2, 9 *supra*.

poderia ser interpretado como a linha não ter sido traçada com base naquela recomendação específica.

Numa situação em que o Estado costeiro desconsidere uma recomendação da CLPC, o limite exterior então traçado não poderá ser considerado como definitivo e obrigatório. Nestas circunstâncias, WOLFRUM defende que o SGNU na sua qualidade de depositário relativamente às cartas que contenham os limites exteriores da plataforma continental não deveria poder aceitá-las e dar-lhes a devida publicidade, tal como determinado no n.º 9 do artigo 76.º. Adianta este autor que este poderia ser o único remédio contra os Estados que pretendessem estabelecer os limites exteriores da plataforma continental contra as respetivas recomendações. O facto de o SGNU recusar-se a publicar as cartas e outra informação sobre os limites exteriores de uma determinada proposta realçaria perante a comunidade internacional que tais limites foram definidos de modo contrário à CNUDM¹⁰³⁸.

Temos dificuldade em acompanhar o entendimento de WOLFRUM. Revistos o teor dos artigos 16.º, 74.º, 83.º e 319.º não parece possível encontrar norma que habilite o SGNU a recusar o depósito de cartas por as linhas nela traçadas não se conformarem com os preceitos da CNUDM. Importa relembrar que a questão dos traçados excessivos não é exclusiva da plataforma continental no caso em que os limites são traçados sem atender às respetivas recomendações, sendo várias as obras e documentos que se referem a reivindicações excessivas das zonas marítimas e das linhas de base reta¹⁰³⁹. Por outro lado, as resoluções da AGNU relativas aos Oceanos e Direito do Mar têm incentivado os Estados Partes a depositarem as cartas com as listas de coordenadas relativas às respetivas zonas marítimas¹⁰⁴⁰, pelo que, para

¹⁰³⁸ WOLFRUM, R. - The Role of International Dispute Settlement Institutions in the Delimitation of the Outer Continental Shelf. 2006, p. 25. Este entendimento é subscrito também por KUNOY, B. - Appraisal of Applicable Depth Constraint for the Purpose of Establishing the Outer Limits of the Continental Shelf. 2010, p. 361; STOUTENBURG, J. G. - **Disappearing Island States in International Law**. 2015, p. 117.

¹⁰³⁹ Como alguns exemplos podem ser apontados ROACH, J. A., SMITH, R. W. - **Excessive Maritime Claims: Third Edition**. 2012; ROACH, J. A., SMITH, R. W. - **United States Responses to Excessive Maritime Claims**. 1996; SCHOFIELD, C. H., LEE, S., KWON, M.-S. - **The Limits of Maritime Jurisdiction**. 2013 e BORTON, J. - **Islands and Rocks in the South China Sea: Post-Hague Ruling**. 2017. Também a série *Limits in the Seas*, publicada pelo Departamento de Estado norte americano, contém referências relativamente a reações já tomadas pelos EUA relativamente a reclamações que consideram excessivas, vide UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE - **Limits in the Seas**. [s.d.].

¹⁰⁴⁰ Vide, UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, *Oceans and the Law of the Sea*. [A/RES/63/111]

lá do já referido, uma filtragem das cartas e listas de coordenadas pelo SGNU constituiria um desincentivo relativamente à promoção desta iniciativa. A recusa de depósito não tem, igualmente, eco na Parte VII da CVDI, em especial, no artigo 77º, respeitante às funções dos depositários, nem na Carta das Nações Unidas, em particular, no Capítulo XV, referente ao Secretariado.

A sugestão de WOLFRUM iria conferir ao SGNU um papel de árbitro, que de facto não tem, com a agravante de também não possuir uma estrutura de apoio especializado que o assessorasse neste tipo de tomada de decisão. Numa situação como agora analisada, em que determinado Estado publicite os limites exteriores da plataforma continental sem ter por base as correspondentes recomendações da CLPC, não vemos outra solução que não seja a resultante de reações por parte de outros Estados relativamente aos limites publicados, nos termos da Parte XV da CNUDM.

2009, parágrafo I-6, p. 5; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, *Oceans and Law of the Sea*. [A/RES/71/123] 2017, parágrafo 4.

CAPÍTULO 3

LEGITIMIDADE DA CLPC E FATORES LEGITIMADORES

1. QUESTÕES DE LEGITIMIDADE RELATIVAS À CLPC

Analizadas as particularidades inerentes à interpretação e aplicação do artigo 76.º da CNUDM, a natureza dos poderes conferidos à CLPC e a importância que as recomendações da Comissão têm para os Estados costeiros que apresentaram propostas de extensão, importa agora efetuar uma breve passagem sobre um conjunto de fatores inerentes à CLPC, cuja avaliação permitirá aferir a forma como este órgão cumpre as suas funções, e como esse desempenho pode ser apreciado pela comunidade internacional.

O modo como os poderes da CLPC se exercem relativamente aos Estados, cujas propostas de extensão são por ela consideradas, em especial a natureza *quasi* definitiva das recomendações, bem como a impossibilidade de recurso aos mecanismos estabelecidos na Parte XV da CNUDM, conferem à Comissão um poder assinalável¹⁰⁴¹, no qual o Estado costeiro é claramente o elo mais fraco. Neste contexto, é assumido que os Estados costeiros que se relacionam com a CLPC esperem deste órgão um desempenho ao mais alto nível que lhes garanta que a proposta de extensão vai ser considerada de modo competente, justo e em conformidade com o objeto e finalidade da CNUDM. A não verificação destas condições, para além de poder ser profundamente penalizador para os Estados cujas recomendações não correspondam às suas expectativas, poderá pôr em causa seriamente a credibilidade da CLPC.

Esta problemática conduz-nos de um modo quase natural à questão da legitimidade. O conceito de legitimidade é, porventura, um dos conceitos mais transversais aos vários ramos do Direito, bem como à ciência política e às relações internacionais. Embora esteja definido no

¹⁰⁴¹ D'ASPREMONT e BRABANDERE sublinham o facto de, na ordem internacional, quanto mais poder e influência os atores adquirem, mais controversa se poderá revelar a sua legitimidade, *vide* ASPREMONT, J. D', DE BRABANDERE, E. - The Complementary Faces of Legitimacy in International Law: The Legitimacy of Origin and the Legitimacy of Exercise In Celebration of Professor Roger J. Goebel's Seventy-Fifth Birthday. 2010, p. 190.

Direito interno em vários códigos de um modo essencialmente funcional¹⁰⁴², por regra não aparece definido doutrinariamente, de forma isolada, no Direito Internacional, na ciência política e nas relações internacionais. Nestes últimos casos a definição surge, normalmente, associada a adjetivos de âmbito tão variado quantas as várias áreas com as quais o tema se relaciona¹⁰⁴³. Trata-se, por isso, um tema tão vasto cuja análise em detalhe excede o objeto do presente texto.

O tema da legitimidade em Direito Internacional e nas relações internacionais constitui um assunto relativamente novo, estando na ordem do dia nos últimos trinta anos¹⁰⁴⁴, com numerosas perspetivas de entendimento¹⁰⁴⁵. O exercício de poder nas sociedades modernas trás consigo o conceito de legitimidade, por regra, com a finalidade de o justificar e avaliar face aos resultados obtidos, que se desejam como adequados e justos¹⁰⁴⁶. Em consequência disso, seguindo o entendimento de Daniel BODANSKY, a essência da legitimidade, pode ser assumida com base na transparência, representatividade e responsabilidade (*accountability*) por parte das instituições internacionais, facto que aumenta as respetivas bases de apoio e aceitação¹⁰⁴⁷. Referindo-se expressamente à CLPC, Ted MCDORMAN refere que «*legitimação*

¹⁰⁴² Como é o caso de vários artigos dos Código Civil, Código de Processo Civil. Código de Processo Penal, entre muitos outros.

¹⁰⁴³ Elsie BONTHUYS aponta a natureza controversa e ambíguo do termo “legitimidade”, relativamente ao qual existem muitas definições. Contudo, refere, é usado normalmente para definir atributos de manifestações de poder, tais como sistemas políticos, atos do governo, liderança e exercício de facto da autoridade. *Vide* BONTHUYS, E., PLESSIS, L. M. DU - *Observations on the Conceptualisation and Definition of Legitimacy in a Legal Context*. 1996, pp. 218-219.

Existem inúmeras obras que tratam o tema da legitimidade no âmbito da ciência política, do direito internacional e das relações internacionais, nomeadamente, MIRANDA, J. - **Ciência Política. Formas de Governo**. 1996; KILKER, E. E. - **Max Weber: Capitalism, Legitimacy, Democracy, and Crisis**. 1982; WOLFRUM, R., RÖBEN, V., BODANSKY, D. - **Legitimacy in International Law**. 2008; WHEATLEY, S. - **The Democratic Legitimacy of International Law**. 2010; CLARK, I. - **International Legitimacy and World Society**. 2007; BRUNNÉE, J., TOOPE, S. J. - **Legitimacy and Legality in International Law - An International Account**. 2010; DOGAN, M. - *Conceptions of legitimacy*. 1992; QINGJIANG, K. - *Construction of the Discourse on Legitimacy if International Institutions*. 2010; ROCHELEAU, J. - *International Institutional Legitimacy*. 2011.

¹⁰⁴⁴ BODANSKY, D. - *legitimacy in International Law and International Relations*. 2012, p. 321.

¹⁰⁴⁵ QINGJIANG, K. - *Construction of the Discourse on Legitimacy if International Institutions*. 2010, p. 370.

¹⁰⁴⁶ WOLFRUM, R., RÖBEN, V., BODANSKY, D. - **Legitimacy in International Law**. 2008, p. 6.

¹⁰⁴⁷ BODANSKY, D. - *legitimacy in International Law and International Relations*. 2012, p. 332.

*não é a mesma coisa que aprovação política ou jurídica. (...) deve ser entendida não em termos de preto ou branco (legítimo ou ilegítimo) mas como um espectro entre maior legitimidade ou menor legitimidade»*¹⁰⁴⁸. Com base nestas premissas, o texto que se segue pretende analisar, de modo breve, um conjunto de características próprias da CLPC, aqui designados por fatores legitimadores, que, a verificarem-se, poderão garantir as referidas bases de apoio e aceitação por parte da comunidade internacional.

A escolha dos fatores legitimadores que seguidamente se descrevem tem a ver com um conjunto de características que, porventura, mais poderá afetar a avaliação do resultado do trabalho da CLPC e a sua imagem. Assim, o primeiro fator tem a ver com a nomeação dos membros da CLPC e os respetivos constrangimentos, em particular face um elemento importante do sistema das NU, a representatividade regional. O segundo fator aborda as qualidades científicas e técnicas dos membros da CLPC, elemento fundamental para garantir que as decisões tomadas são as mais corretas do ponto de vista científico e técnico. O terceiro fator respeita aos mecanismos previstos nas Regras de Procedimento e restante quadro normativo aplicado aos membros da CLPC tendo em vista assegurar o cumprimento dos deveres de integridade, independência e imparcialidade. O quarto fator está relacionado com as Diretrizes Científicas e Técnicas, em especial com a adequabilidade que este documento vem revelando face à respetiva finalidade, mas tendo em conta a prática seguida pela CLPC e a evolução da doutrina relativamente a alguns dos conceitos nelas desenvolvidos. O quinto fator tem a ver com o processo decisório, em particular com a transparência dos procedimentos relativamente ao Estado, à fundamentação das recomendações e à impossibilidade de participação de Estados terceiros. Por último, mas não menos importante, é efetuada uma breve referência à fiscalização e responsabilização (no sentido do termo anglo-saxónico de *accountability*) da atividade da CLPC, bem como ao modo como esta poderia ser melhorada.

¹⁰⁴⁸ MCDORMAN, T. L. - A Note on the Commission on the Limits of the Continental Shelf and the Submission of the Russian Federation. 2004, p. 472.

2. FATORES LEGITIMADORES

2.1. Nomeação dos membros da CLPC

2.1.1. Representação geográfica

A CLPC é constituída por 21 membros, eleitos pelos Estados Partes da CNUDM entre os seus nacionais, os quais prestarão serviço a título pessoal (*personal capacity*)¹⁰⁴⁹. A eleição dos membros da CLPC deve realizar-se num EEP convocado pelo Secretário-Geral na sede das Nações Unidas. Os membros da CLPC são os candidatos que obtiverem a maioria de dois terços dos votos dos representantes dos Estados Partes, presentes e votantes¹⁰⁵⁰.

A questão da representação geográfica constitui um critério fundamental desde o início do funcionamento da ONU. Logo em 1947 a Resolução da Assembleia Geral 153 (II) veio estabelecer que, tendo em «*vista a o seu carácter internacional e de forma a evitar que o Secretariado reflita uma predominância indevida de práticas nacionais, políticas e métodos administrativos, e que possa beneficiar na mais alta forma dos bens das várias culturas e da competência técnica de todas as nações que são membros [da Carta das Nações Unidas]*»¹⁰⁵¹, é reafirmado «*o princípio de assegurar o mais alto padrão de eficiência, competência e integridade do pessoal do Secretariado, bem como a importância do recrutamento do pessoal numa base geográfica tão vasta quanto possível(...)*»¹⁰⁵².

Este princípio genérico de participação com uma representação tão vasta quanto possível, mas sem indicação de quotas para cada uma das regiões geográficas funcionou, nestes termos, até 1963. Em virtude do aumento considerável de novos membros da ONU, devido ao facto de muitos Estados terem alcançado entretanto a independência, a Assembleia Geral das Nações Unidas, pela Resolução 33/138, decidiu que os 21 vice-presidentes da Assembleia Geral fossem

¹⁰⁴⁹ CNUDM, Anexo II, artigo 2.º, n.º 1.

¹⁰⁵⁰ *Ibidem*, artigo 2.º, n.º 3.

¹⁰⁵¹ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, *Composition of the Secretariat and the Principle of the Geographical distribution*. [A/RES/153(II)] 1947, p. 62. Sobre este assunto *vide* também BOSCH, M. M. - **Votes in the UN General Assembly**. 1998, p. 16.

¹⁰⁵² A/RES/153(II), p. 62.

eleitos observando-se o seguinte modelo de vagas¹⁰⁵³:

- Seis representantes dos Estados africanos;
- Cinco representantes dos Estados asiáticos;
- Um representante dos Estados da Europa de leste;
- Três representantes dos Estados latino americanos; e
- Dois representantes dos Estados da Europa ocidental e outros.

Ao dispor que os membros da Comissão eleitos pelos Estados Partes devem assegurar uma representação geográfica equitativa, a CNUDM¹⁰⁵⁴ incorporou o espírito do princípio da distribuição geográfica prescrito nas Resoluções da Assembleia Geral anteriormente mencionadas. Contudo, contrariamente a estas, não indica qual a distribuição exata por cada um dos grupos regionais, estabelecendo antes que devem ser eleitos pelo menos três membros da Comissão por cada região geográfica¹⁰⁵⁵.

Na primeira eleição para a CLPC, que decorreu durante o EEP que teve lugar de 10 a 14 de março de 1997, foi decidido pelos Estados Partes que, apenas para a primeira eleição, o grupo dos Estados de Leste não preencheria a terceira vaga, ficando os restantes lugares distribuídos do seguinte modo¹⁰⁵⁶:

- Cinco membros para o Grupo dos Estados Africanos;
- Cinco membros para o Grupo de Estados Asiáticos;

¹⁰⁵³ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, *Question of the Composition of the Relevant Organs of the United Nations: Amendments to Rules 31 and 38 of the Rules of Procedure of the General Assembly*. [A/RES/33/138] 1978. De notar que a soma dos lugares indicados é inferior a 21, constituindo as cotas indicadas um mínimo de representatividade regional neste órgão.

Os lugares correspondentes aos sete membros da presidência dos principais comités foram distribuídos em proporção equivalente. Esta distribuição dos lugares do secretariado teve alterações posteriores, como é o caso do indicado na Resolução da Assembleia Geral 33/138, de 19 de Dezembro de 1978.

¹⁰⁵⁴ CNUDM, Anexo II, artigo 2.º.

¹⁰⁵⁵ *Ibidem*, Anexo II, artigo 3.º *in fine*.

¹⁰⁵⁶ MEETING OF THE STATES PARTIES, *Report of the Sixth Meeting of States Parties*. [SPLOS/20] 1997.

- Dois membros para o grupo de Estados da Europa de Leste;
- Quatro membros para o grupo dos Estados Latino Americanos e das Caraíbas; e
- Cinco membros para o Grupo de Estados da Europa Ocidental e Outros.

Na segunda eleição dos membros da CLPC, que teve lugar de 16 a 26 de abril de 2002, mantiveram-se as proporções da 1.^a eleição em conformidade com as quotas regionais anteriormente decididas pelos Estados Partes, à exceção de uma vaga que passou do Grupo dos Estados Africanos para o Grupo dos Estados da Europa de Leste¹⁰⁵⁷ que, assim, recuperaram os três lugares em conformidade com o estabelecido na CNUDM.

As quotas referentes à distribuição geográfica seguidas nas duas primeiras eleições da CLPC foram posteriormente questionadas pelos grupos de Estados africanos e asiáticos, que pretenderam ver refletido de uma maneira mais justa o número de Estados de cada um daqueles grupos. Para esse efeito apresentaram uma proposta de alteração de quotas e respetivo estudo de apoio tendo em vista futura decisão no decurso do 18.º EEP¹⁰⁵⁸. No 18.º EEP ficaram decididas novas quotas, nos seguintes termos:

- Cinco membros do Grupo dos Estados Africanos;
- Cinco membros do Grupo dos Estados Asiáticos;
- Três membros do Grupo da Europa de Leste;
- Quatro membros do Grupo de Estados Latino Americanos e Caraíbas; e
- Três membros do Grupo de Estados da Europa Ocidental e Outros.

O lugar remanescente será atribuído, por rotação, entre o Grupo de Estados Africanos, o Grupo de Estados Asiático e o Grupo de Estados da Europa Ocidental e Outros. O mecanismo de rotação começaria pelo Grupo de Estados Asiáticos, nas eleições seguintes, depois pelo Grupo de Estados Africanos e seguidamente pelo Grupo de Estados da Europa Ocidental e

¹⁰⁵⁷ MEETING OF THE STATES PARTIES, *Report of the Sixteenth Meeting of States Parties*. [SPLOS/148] 2006, parágrafo 97.

¹⁰⁵⁸ MEETING OF THE STATES PARTIES, *Decision on the Allocation of Seats on the Commission and the Tribunal*. [SPLOS/163] 2007, anexo I.

Outros¹⁰⁵⁹. Logo no ano seguinte os Estados Partes voltaram a alterar as regras das quotas, mas desta vez apenas no sentido de, para o lugar rotativo, retirar a obrigatoriedade expressa de circulação por determinada ordem (Ásia, África e Europa Ocidental)¹⁰⁶⁰, sendo esta a situação atualmente em vigor.

Para além dos constrangimentos inerentes ao princípio da representação geográfica anteriormente descrita, para que seja possível a nomeação como membro da CLPC os candidatos devem ter a nacionalidade de um Estado que seja Parte na CNUDM e ser perito em geologia, geofísica ou hidrografia¹⁰⁶¹. Isto significa que peritos que não sejam nacionais de Estados Partes não podem ser eleitos como membros da CLPC. Contudo, os Estados Partes não têm que nomear apenas peritos da sua nacionalidade, podendo fazê-lo também relativamente a peritos que sejam nacionais de outros Estados Partes¹⁰⁶². Cada perito candidato pode igualmente ser nomeado por mais que um Estado Parte¹⁰⁶³.

2.1.2. Eleição dos membros e liberdade de escolha

Os membros da CLPC são eleitos para um mandato de cinco anos, podendo ser reeleitos¹⁰⁶⁴. A CNUDM nada adianta relativamente à reeleição, não estando definido se o termo “reeleição” significa apenas que determinado membro da CLPC pode voltar a ser eleito mais que uma vez ou se, pelo contrário, fica aberta a possibilidade de um membro da CLPC poder ser eleito duas ou mais vezes. A prática que tem vindo a ser seguida aponta no sentido da segunda hipótese. Efetivamente, até à presente data dez membros da CLPC foram eleitos mais

¹⁰⁵⁹ MEETING OF THE STATES PARTIES, *Decision on the Allocation of Seats on the Commission on the Limits of the Continental Shelf and the International Tribunal for the Law of the Sea*. [SPLOS/182] 2008, parágrafo 2.

¹⁰⁶⁰ MEETING OF THE STATES PARTIES, *Arrangement for the Allocation of Seats on the International Tribunal for the Law of the Sea and the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. [SPLOS/201] 2009, parágrafo 2. (f).

¹⁰⁶¹ CNUDM, Anexo II, artigo 2.º.

¹⁰⁶² Esta situação verifica-se relativamente a Walter R. Roest, de nacionalidade holandesa, mas nomeado pela França para o mandato de 2012 a 2017.

¹⁰⁶³ Como exemplo pode apontar-se o caso de Richard Thomas Haworth, com nacionalidade canadiana e do Reino Unido, foi nomeado pela Austrália, Canadá e Nova Zelândia, e Martin Vang Heinesen, de nacionalidade dinamarquesa, foi nomeado pela Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia.

¹⁰⁶⁴ CNUDM, Anexo II, artigo 2.º, n.º 4.

que duas vezes¹⁰⁶⁵. Situação idêntica verifica-se relativamente aos membros do TIDM, no qual, até à presente data, quatro elementos foram eleitos mais que duas vezes¹⁰⁶⁶.

As eleições para a CLPC e para o TIDM constituem um processo político diplomático complexo que, potencialmente, poderá condicionar a liberdade de escolha dos Estados Partes a vários níveis. Num primeiro plano poderá mencionar-se a troca de votos que os Estados preparam e executam numa fase preparatória, anterior às eleições. O sucesso de um Estado para conseguir eleger um elemento para determinado órgão das Nações Unidas depende do número de votos que consiga previamente angariar de outros Estados para essa eleição. O resultado desta operação depende da capacidade de que disponha para, em alternativa, comprometer o seu voto ou em tomar determinada posição noutras eleições ou, noutros *fora*, a favor dos Estados com os quais trocou os votos. A questão da troca de votos será mais importante quanto maior for a quantidade de candidatos do mesmo grupo regional para essas eleições. Se cada Estado cumprir os compromissos assumidos nas trocas de votos, o que nem sempre acontece, significa que, muitas vezes, poderão não ser votados os candidatos que apresentem melhor *curriculum vitae* para cumprir as suas funções em determinado órgão, mas outros cujo voto foi trocado em função de interesses a acomodar relativamente a outros Estados.

Um outro aspeto que potencialmente limita a capacidade de escolha dos Estados Partes consiste na inexistência de candidatos a mais relativamente ao número de vagas a preencher.

¹⁰⁶⁵ Os membros da CLPC eleitos mais que duas vezes foram os seguintes: Alexandre Albuquerque (Brasil), 3; Pedro Astiz (Argentina), 3; Lawrence Awosika (Nigéria), 5; Harald Brekke (Noruega), 3; Galo Carrera (México), 4; Bakar Jaafar (Malásia), 3; Emanuel Kalngui (Camarões), 3; Yuri Kasmin (Rússia), 3; Wenzheng Lu (China), 4; e Yong-Ahn Park (República da Coreia), 4.

¹⁰⁶⁶ Os membros do TIDM eleitos três vezes consecutivas: Joseph Akl (Líbano), P. Chandrasekhara Rao (Índia), Vicente Marotta Rangel (Brasil) e Rüdiger Wolfrum (Alemanha). Importa realçar que nas eleições onde se verificou a terceira eleição destes membros do Tribunal, só existia um candidato do Grupo da Europa Ocidental e Outros, e do Grupo de Estados Latino Americanos e Caraíbas, para a vaga que seria deixada respetivamente por cada um deles, não deixando aos Estados Partes a opção de escolher um outro candidato para além dos indicados. Relativamente ao Grupo de Estados Asiáticos, os Estados Partes optaram por eleger dois candidatos para um terceiro mandato, preterindo o único candidato para além destes, Satya N. Nandan (Fiji), nunca eleito anteriormente para o TIDM, *vide* MEETING OF THE STATES PARTIES, *Curricula vitae of candidates nominated by States parties for election to the International Tribunal for the Law of the Sea*. [SPLOS/173] 2008, seção II. A lista dos antigos e atuais membros do TIDM pode ser consultada em <https://www.itlos.org/en/the-tribunal/members/>

Exemplos desta última situação ocorreram em todas as eleições para a CLPC realizadas até à presente data. Nas eleições de 1997 e 2012, para as três vagas pertencentes ao Grupo de Estados da Europa de Leste, apenas um candidato se submeteu a eleições^{1067,1068}. Nas eleições de 2002, 2007, 2012 e 2017 no Grupo de Estados da América Latina e Caraíbas o número de candidatos foi sempre quatro, que corresponde ao número de vagas a preencher¹⁰⁶⁹. De 2002 a 2017 existiram sempre grupos com candidatos a um número igual ou inferior ao número de vagas.

Face à grande quantidade de trabalho com que a CLPC se defronta¹⁰⁷⁰, não existindo candidatos passíveis de serem escolhidos, não existe alternativa para os Estados Partes que não seja confirmar pelo voto os elementos que se candidatam, mesmo que o *curriculum vitae* não seja do inteiro agrado dos votantes. Em rigor, tendo em conta o disposto no artigo 3.º do Anexo II da CNUDM, desenvolvido pela Regra 66¹⁰⁷¹ (*Restricted balloting for two or more*

¹⁰⁶⁷ Vide DIVISION FOR OCEAN AFFAIR AND THE LAW OF THE SEA - **Trust fund for the purpose of facilitating the preparation of submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf for developing States, in particular the least developed countries and small island developing States, and compliance with article 76 of the United Nations Convention on the Law of the Sea.** [Em linha] [Consultado em 24 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/trust_fund_article76.htm>, p. 2.

¹⁰⁶⁸ No Grupo de Estados da Europa de Leste apenas a Rússia apresentou proposta de extensão da plataforma continental para lá das 200 milhas, facto que parece sugerir um menor interesse na participação dos outros Estados deste grupo regional na atividade da CLPC.

¹⁰⁶⁹ Vide MEETING OF THE STATES PARTIES, *List of candidates nominated by States Parties for election to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. [SPLOS/80] 2002, p. 2; MEETING OF THE STATES PARTIES, *List of candidates nominated by States parties for election to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. [SPLOS/150] 2007, p. 2; SPLOS/239, p. 2; MEETING OF THE STATES PARTIES, *List of candidates nominated by States parties for election to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. [SPLOS/312] 2017, p. 2.

¹⁰⁷⁰ Vide documentos relativos à carga de trabalho da CLPC, que podem ser consultados em http://www.un.org/Depts/los/meeting_states_parties/SPLOS_documents.htm#Documents%20of%20the%20Meetings%20relating%20to%20the%20Commission%20on%20the%20Limits%20of%20the%20Continental%20Shelf%20and%20its%20functions

¹⁰⁷¹ Primeiro parágrafo: «quando dois ou mais lugares eletivos estão por preencher de uma só vez nas mesmas condições, esses candidatos, não excedendo o número de lugares, que obtenham na primeira votação a maioria requerida são eleitos.» Vide MEETING OF THE STATES PARTIES, *Rules of Procedure for Meetings of States Parties*. [SPLOS/2/Rev. 4] 2005. Versão original: «When two or more elective places are to be filled at one time under the same conditions, those candidates, not exceeding the number of such places, obtaining in the first ballot the required majority shall be elected.».

elective places) das Regras de Procedimento para os Encontros dos Estados Partes¹⁰⁷² (RPEEP), será de se questionar se seria possível aos Estados Partes não eleger determinado candidato, mesmo que o número de candidatos seja igual ou inferior ao número de vagas. A resposta a esta questão não será simples, uma vez que as Regras de Procedimento não prevêem os passos a seguir nestas circunstâncias, nomeadamente, quantas votações existirão até ser atingida a maioria de dois terços requerida na CNUDM.

Tendo em conta o modo como têm vindo a ser realizadas as eleições para a CLPC, não poderá dizer-se que o EEP escolhe, pelo voto, os membros da CLPC. Escolher pressupõe a possibilidade de escolher entre vários candidatos, facto que não se tem verificado nas últimas eleições de membros para a CLPC. O que se tem verificado consiste, antes, numa confirmação, através de voto, dos candidatos que os Estados patrocinam, sem alternativa de escolha.

2.2. Competência científica e técnica dos membros da CLPC

2.2.1. Áreas técnicas de competência

Para além dos requisitos anteriormente indicados no que respeita à distribuição geográfica, nacionalidade e Estado nomeante, os candidatos a membros da CLPC devem ser peritos em geologia, geofísica ou hidrografia¹⁰⁷³. JENSEN refere que o termo “perito” é amplo e não fornece orientação adicional sobre se determinada pessoa possui qualificações adicionais relativamente a cursos de geologia, geofísica ou hidrografia¹⁰⁷⁴. Consultando os dicionários de referência relativamente a três das línguas oficiais da ONU, aquele termo parece ter um sentido mais restrito que o avançado por JENSEN. Assim, no *Oxford Dictionary* de língua inglesa pode ler-se que um perito é «*uma pessoa que é muito conhecedora ou hábil numa área particular*»¹⁰⁷⁵. O dicionário em linha da Real Academia Espanhola define perito como «*1. Dito de uma pessoa: Prática ou experimentada em algo; 2. Dito de uma pessoa: Especializada ou*

¹⁰⁷² SPLOS/2/Rev. 4.

¹⁰⁷³ CNUDM, Anexo II, artigo 2.º.

¹⁰⁷⁴ JENSEN, Ø. - *The Commission on the Limits of the Continental Shelf*. 2014, p. 178.

¹⁰⁷⁵ OXFORD LIVING DICTIONARIES - **expert - definition of expert in English | Oxford Dictionaries**.
[s.d.]. Versão original: «*A person who is very knowledgeable about or skilful in a particular area*».

com grandes conhecimentos na matéria»¹⁰⁷⁶. Na mesma linha, o dicionário de língua francesa *Petit Larousse – Grand Format* define perito como alguém «1. *Que tem um perfeito conhecimento sobre uma coisa, devido a uma longa prática.* 2. *Que manifesta um grande conhecimento*»¹⁰⁷⁷. A mera habilitação de títulos académicos, mesmo os mais elevados, como é o caso de doutoramento (PhD), parece ficar aquém das definições normais do termo “perito” nestas três línguas oficiais da ONU, uma vez que a especialização em determinada área do conhecimento não depende apenas do nível dos graus académicos obtidos, sendo igualmente necessária uma atividade prática prolongada em determinada área científica ou técnica.

Numa comparação mais direta com outro órgão criado pela III Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o TIDM, no que respeita à composição do Tribunal o artigo 2.º do Anexo VI da CNUDM - Estatuto do TIDM, refere que o Tribunal «*é composto por 21 membros independentes, eleitos das pessoas que gozem da mais alta reputação pela sua imparcialidade, e integridade e que sejam de reconhecida competência em matéria de Direito do Mar*». Efetivamente, a solução para o TIDM parece ser mais exigente que a seguida para a CLPC em dois planos. Primeiro, quanto à competência, os juízes não só devem ser competentes em matéria de Direito do Mar, mas essa competência deve ser reconhecida. Depois, como qualidades pessoais, é exigido que os juízes sejam eleitos, para além da reconhecida competência, entre as pessoas que gozem da mais alta reputação pela sua imparcialidade e integridade¹⁰⁷⁸. Parece que no decurso da Terceira Conferência os Estados foram mais rigorosos

¹⁰⁷⁶ ASALE, Rae - **Diccionario de la lengua española - Edición del Tricentenario**. [Em linha] [Consultado em 24 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://dle.rae.es/?id=HJ0IOYQ>. Versão original: «1. *Dicho de una persona: Práctica o experimentada en algo.* 2. *Dicho de una persona: Especializada o con grandes conocimientos en una materia*».

¹⁰⁷⁷ LEGRAIN, M., GARNIER, Y., VINCIGUERRA, M. - **Le Petit Larousse grand format 2003. Edition Noël**. 2006, p. 411. Versão original: «1. *Qui a une parfaite connaissance d'une chose, due a une longue pratique.* 2. *Qui témoigne d'une telle connaissance*».

¹⁰⁷⁸ A solução seguida na Terceira Conferência segue com alguma proximidade a vigente para o Tribunal Internacional de Justiça. Dispõe o artigo 2.º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça que o Tribunal é composto por um corpo de juízes independentes, eleitos independentemente da sua nacionalidade entre as pessoas do mais alto carácter moral, que possuam as qualificações necessárias requeridas nos respetivos países para o exercício dos mais altos cargos judiciais, ou sejam jurisconsultos de reconhecida competência em direito internacional. *Vide* INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - **Statute of the Court | International Court of Justice**. [Em linha] [Consultado em 24 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.icj-cij.org/documents/index.php?p1=4&p2=2&p3=0>

na definição das qualidades exigidas aos juízes, relativamente aos membros da CLPC, em especial no que se refere às qualidades pessoais de imparcialidade e integridade, matéria que será analisada *infra*.

Importa agora efetuar uma breve passagem sobre o tipo de competências das pessoas eleitas como membros da CLPC ao longo dos vários mandatos. A CLPC teve até à presente data 58 membros diferentes de 41 nacionalidades¹⁰⁷⁹. No que respeita às especialidades técnicas, a maioria dos membros possui qualificações em geologia, seguindo-se geofísica que, nalguns membros, surge associada à geologia. A hidrografia, a outra das três especialidades previstas no Anexo II da CNUDM, é a que, de entre estas, teve menos membros, apesar de constituir a perícia base, fundamental, para identificar a morfologia dos fundos marinhos. Relativamente a membros da CLPC que referem possuir competências na área da hidrografia, apenas os portugueses Fernando Maia Pimentel¹⁰⁸⁰ e Aldino dos Santos de Campos¹⁰⁸¹ indicaram claramente no *curriculum vitae* que eram possuidores de formação certificada como Categoria A, a mais elevada estabelecida pela *International Federation of Surveyors*, *International Hydrographic Organization* e *International Cartographic Association*¹⁰⁸². Esta certificação internacional constitui um elemento fundamental nesta especialidade técnica. Dificilmente poderá ser entendida uma perícia técnica avançada em hidrografia que não tenha por base um curso certificado como Categoria A em conformidade com a Publicação S-5 da IFS/IHO/ICA.

Existem ainda membros da CLPC cujas especialidades de qualificação se afastam das

¹⁰⁷⁹ Vide sítios da internet da DOALOS: DIVISION FOR OCEAN AFFAIR AND THE LAW OF THE SEA - **Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) Membership of the Commission from 1997 to 2007**. [Em linha] [Consultado em 24 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_members_1997_2012.htm>; DIVISION FOR OCEAN AFFAIR AND THE LAW OF THE SEA - **Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) Members of the Commission**. [Em linha] [Consultado em 24 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_members.htm#Members>

¹⁰⁸⁰ Membro da CLPC nos mandatos 2002/2007 e 2007/2012.

¹⁰⁸¹ Membro da CLPC para o mandato 2017/2022.

¹⁰⁸² INTERNATIONAL HYDROGRAPHIC ORGANIZATION, INTERNATIONAL FEDERATION OF SURVEYORS, INTERNATIONAL CARTOGRAPHIC ASSOCIATION - **Standards of Competence for Hydrographic Surveyors/Publication S-5**. 2011, p. V.

estabelecidas no Anexo II, artigo 2.º, n.º 1, da CNUDM. Como exemplo desta última situação podem apontar-se alguns exemplos. Alexandre Albuquerque, candidato nomeado pelo Brasil, cujo *curriculum vitae* de candidatura ao mandato 1997-2002 indicava ser possuidor de dois graus (*degree*), possivelmente licenciaturas, em ciências mecânicas no curso de engenharia de máquinas da Marinha brasileira e de literatura portuguesa na universidade de *Notre Dame*, do Rio de Janeiro¹⁰⁸³. Importa sublinhar o facto de a descrição do *curriculum vitae* de Albuquerque, para candidatura ao mandato de 2002-2007, constar um conjunto de atividades anteriores a 1997 relevantes para o exercício de funções como membro da CLPC que não constavam no *curriculum vitae* apresentado na primeira candidatura¹⁰⁸⁴. Foram também eleitos outros membros da CLPC que não eram geólogos, geofísicos ou hidrografos. Bakar Jaafar¹⁰⁸⁵, Iain Lamont¹⁰⁸⁶, Daniel Rio¹⁰⁸⁷ e Indurlall Fagoonee¹⁰⁸⁸, nomeados, respetivamente, pela Malásia, Nova Zelândia, França e Ilhas Maurícias, tinham como qualificação, o primeiro, engenharia mecânica (B.E.), ciências ambientais (M.En.) e geografia (Phd)¹⁰⁸⁹, o segundo navegação¹⁰⁹⁰, e o terceiro, engenharia (na escola politécnica), posteriormente engenharia geográfica¹⁰⁹¹. O *curriculum vitae* do quarto membro da CLPC não refere as habilitações nem as áreas técnicas que lhe correspondem, mencionando apenas que as áreas de especialidade são as ciências marinhas/ambientais, impacto ambiental, desenvolvimento sustentável, entre outras de âmbito equivalente¹⁰⁹². Para o mandato de 2017-2022, o membro da CLPC Adan Al-Azri, patrocinado por Omã, possui como habilitações académicas licenciatura em ciências marítimas e pescas, o mestrado em oceanografia e o doutoramento em bioquímica, cujas áreas do conhecimento também não são as exigidas pela CNUDM.

¹⁰⁸³ Vide MEETING OF THE STATES PARTIES, *Curricula Vitae of Candidates Nominated by States Parties for Election to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. [SPLOS/17] 1997, p. 10.

¹⁰⁸⁴ Vide MEETING OF THE STATES PARTIES, *Curricula Vitae of Candidates Nominated by States Parties for Election to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. [SPLOS/81] 2002, p. 6.

¹⁰⁸⁵ Cumpriu três mandatos como membro da CLPC: 1997-2002, 2002-2007 e 2007-2012.

¹⁰⁸⁶ Cumpriu um mandato como membro da CLPC: 1997-2002.

¹⁰⁸⁷ Cumpriu um mandato como membro da CLPC: 1997-2002.

¹⁰⁸⁸ Cumpriu dois mandatos como membro da CLPC: 2002 2007 e 2007 2012

¹⁰⁸⁹ Vide SPLOS/17, p. 75.

¹⁰⁹⁰ *Ibidem*, p. 108.

¹⁰⁹¹ *Ibidem*, p. 125.

¹⁰⁹² Vide SPLOS/81, p. 47.

2.2.2. Nível da formação de base

Embora o nível de estudos possa constituir uma primeira referência para avaliar a competência técnica de um perito, não constitui necessariamente um elemento a ter exclusivamente em conta. A maior parte dos membros que estão, ou já estiveram, na CLPC menciona nos respetivos *curricula vitae* a habilitação com um nível de estudos correspondente, ou equivalente, a doutoramento (PhD). Existem, no entanto, membros de reconhecida competência técnica com um nível de estudos correspondente ao primeiro nível de estudos superiores (B.Sc.)¹⁰⁹³. À semelhança do que sucede com a área de perícia, também no nível de conhecimentos alguns *curricula vitae* são pouco claros, e mesmo contraditórios, no que respeita ao nível académico. Entre estes releva o caso do membro da CLPC Galo Carrera Hurtado, nomeado pelo México, eleito desde o primeiro mandato até 2017. Nos *curricula vitae* apresentados por Carrera Hurtado para as candidaturas aos mandatos de 1997 a 2012¹⁰⁹⁴ é referido que possui estudos para licenciatura em engenharia geofísica (1971-1976), estudos para o diploma em filosofia (1977-1978), estudos para o grau de mestre em engenharia (*engineering sciences*) (1980-1982) e estudos para doutoramento em geofísica (1982-1985), não estando claro quais, de entre estes estudos, resultaram efetivamente no grau a que se destinavam. Contrariamente ao seguido nas candidaturas anteriores, no último mandato (2012-2017) o *curriculum vitae* de Carrera Hurtado contém uma lista extensa de distinções, participações, pesquisas e experiência profissional, tanto fora, como dentro da CLPC¹⁰⁹⁵, nada referindo quando aos estudos ou graus académicos obtidos. Esta situação deixa algumas dúvidas sobre o nível da formação académica que, efetivamente, este membro da CLPC possuía.

¹⁰⁹³ É o caso de Philip Symonds, nomeado pela Austrália para os mandatos de 2002-2007 e 2007-2012, com obra de relevo publicada no âmbito da definição do limite exterior da plataforma continental.

¹⁰⁹⁴ Respetivamente, SPLOS/17, p. 39; SPLOS/151, p. 31

¹⁰⁹⁵ MEETING OF THE STATES PARTIES, *Curricula Vitae of Candidates Nominated by States Parties for Election to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. [SPLOS/240] 2012, pp. 31-43.

2.3. Deveres de independência, imparcialidade e integridade

2.3.1. Elementos normativos

Os deveres de integridade, independência e imparcialidade constituem um conjunto de valores, dos mais importantes a preservar^{1096,1097}. Independentemente de os referidos deveres constituírem realidades que poderão estar interligadas, no sentido que a violação de um deles poderá implicar a violação simultânea de outro(s), a análise global destes é seguidamente apresentada segundo duas perspetivas: uma primeira com especial incidência no dever de independência, com natureza essencialmente institucional; a outra abrangendo os deveres de integridade e imparcialidade, com carácter predominantemente pessoal e ético.

O artigo 2.º, n.º 1, do Anexo II da CNUDM, refere que a CLPC será composta por nacionais dos Estados Partes da Convenção, os quais prestarão serviços a título pessoal. Nestas circunstâncias, cada membro da CLPC deve atuar de modo independente relativamente aos Estados que os nomeiam, ou de outras entidades públicas ou privadas às quais os membros da CLPC possam possuir vínculos laborais ou outros¹⁰⁹⁸. Este dever vem desenvolvido na Regra 11 das Regras de Procedimento, ao referir que *«no cumprimento dos seus deveres, os membros da Comissão não devem pedir ou receber instruções de nenhum governo ou de qualquer outra autoridade externa à Comissão. Devem abster-se de qualquer ação que se possa refletir negativamente na sua posição como membros da Comissão»*¹⁰⁹⁹. Este dever

¹⁰⁹⁶ Os deveres de integridade, independência e imparcialidade constam no Código de Conduta dos Membros da Comissão de Limites da Plataforma Continental, constante no documento CLCS/47 (*vide* COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Internal code of conduct for members of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. [CLCS/47] 2005).

¹⁰⁹⁷ *Vide* Parte II, Capítulo 3, 2.3 *infra*.

¹⁰⁹⁸ A este propósito na primeira reunião da CLPC o Subsecretário-Geral para os Assuntos Jurídicos sublinhou o facto de *«a CLPC não ser constituída, ou representada, por Estados, mas por membros eleitos a título pessoal em reconhecimento pela sua excecional perícia em campos específicos da ciência»*. *Vide* CLCS/34, parágrafo 6, p. 2. Versão original: *«the Commission did not consist of States or representatives of States, but members who had been elected in their personal capacity in recognition of their outstanding expertise in specific fields of science»*.

Este é, também, o sentido atribuído por SIDERI, K. - **The European Commission and the Construction of Information Society: Regulatory Law from a Processual Perspective**. 2003, p. 278.

¹⁰⁹⁹ Texto original: *«In the performance of their duties, members of the Commission shall not seek or receive*

consta, igualmente, no parágrafo 5 do Código de Conduta Interno dos Membros da Comissão de Limites da Plataforma Continental (Código de Conduta)¹¹⁰⁰.

A independência dos membros da CLPC ao atuar a título pessoal relativamente à própria Comissão pode ainda ser entendida sob três perspetivas diferentes. A primeira tem a ver com o facto de os membros da CLPC não representarem os Estados que os patrocinam. Isto significa que o trabalho dos membros da CLPC, bem como as decisões que tomam nos diversos *fora* em que participam no âmbito da atividade da Comissão, assenta nas convicções pessoais de cada membro, em função dos seus conhecimentos científicos e técnicos. As decisões tomadas por cada um dos membros não podem, assim, ser imputadas aos Estados que os patrocinam, nem a quaisquer outras organizações a que pertençam, sejam elas públicas ou privadas.

A segunda perspetiva tem a ver com a relação institucional entre cada membro e a própria CLPC. As opiniões manifestadas oralmente, ou por escrito, por cada membro da CLPC, nomeadamente em atividades fora do âmbito da Comissão, tais como conferências, artigos científicos ou livros, não representam o entendimento institucional da Comissão ou de qualquer subcomissão de que esse membro faça parte, mas antes a visão pessoal desse membro sobre as matérias relativamente às quais manifesta opinião. Para além dos preceitos constantes na CNUDM e nas Regras de Procedimento anteriormente mencionados, esta reserva de entendimento a título pessoal foi sublinhada por diversas vezes em documentos da CLPC¹¹⁰¹, bem como no parágrafo 6 do Código de Conduta¹¹⁰².

A terceira perspetiva tem a ver com um dever de independência intelectual dos membros

instructions from any Government or from any other authority external to the Commission. They shall refrain from any action which might reflect negatively on their position as members of the Commission».

¹¹⁰⁰ Vide Parte II, Capítulo 3, 2.3.2 *infra*.

¹¹⁰¹ Vide entre outros CLCS/34, parágrafo 26, p. 6; COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, 14th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission. [CLCS/42] 2004, parágrafo 29, p. 6; COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, 15th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission. [CLCS/44] 2005, parágrafo 40, p. 8, e; COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, 16th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission. [CLCS/48] 2005, parágrafo 55, p. 12.

¹¹⁰² Vide CLCS/47, parágrafo 6.

da CLPC relativamente à própria Comissão. Esta vertente, apresentada como meramente teórica, devido à inexistência de referências normativas ou doutrinárias sobre esta matéria, poderá ter origem em formas de influência psicológica sobre um ou mais membros da CLPC por outros membros também da CLPC, tendo em vista a tomada de determinada decisão relativamente à consideração de proposta(s) de extensão ou tomada de posição noutra matéria técnica ou científica, ou ainda em determinada área de atividade da CLPC. À semelhança do referido nas perspetivas anteriores, também nesta perspetiva os membros da CLPC não se devem deixar influenciar por fatores intrínsecos ao funcionamento da Comissão, por correntes de opinião ou por outras formas de coação psicológica, mesmo indireta, que porventura possam existir, devendo tomar as suas decisões apenas com base no seu conhecimento e nas suas convicções pessoais.

As garantias relativamente ao dever de imparcialidade estão contidas no texto da CNUDM e nas Regras de Procedimento. O artigo 5.º do Anexo II da CNUDM determina que *«os membros da Comissão que forem nacionais do Estado costeiro interessado ou que tiverem auxiliado o Estado costeiro prestando-lhe assessoria científica e técnica a respeito da delimitação não serão membros da subcomissão que trate do caso, mas terão o direito a participar, na qualidade de membros, nos trabalhos da Comissão relativos ao caso»*. Ainda sobre este aspeto, a Regra 42, n.º 1, alínea a), das Regras de Procedimento dispõe que *«se (...) a Comissão decidir estabelecer uma subcomissão para considerar uma proposta, deverá: (a) Identificar os membros da Comissão definidos como inelegíveis (...), i.e. nacionais do Estado costeiro que apresenta a proposta e membros da Comissão que assistiram o Estado costeiro providenciando assessoria científica e técnica relativamente à delineação»*¹¹⁰³.

À exceção de alguns Estados do Grupo de Estados da Europa de Leste, onde apenas a Federação Russa apresentou propostas de extensão, na grande maioria dos casos os Estados que patrocinaram membros da CLPC submeteram propostas de extensão. Mesmo os Estados que não patrocinam membros da CLPC recorrem, frequentemente, a assessoria de membros da CLPC. É, assim, natural a exclusão dos membros da CLPC que colaboraram na elaboração

¹¹⁰³ Texto original: *«If (...) the Commission decides to establish a subcommission for the consideration of a submission, it shall: (a) Identify any members of the Commission who are defined as ineligible, (...), i.e. nationals of the coastal State making the submission and members who have assisted the coastal State by providing scientific and technical advice with respect to the delineation»*.

dessas propostas na constituição das subcomissões que as apreciam. No entanto, estes membros da CLPC podem participar, com direito a voto, nas reuniões da Comissão. Como bem refere RIDDEL-DIXON, embora se espere que os membros da Comissão atuem de modo independente e imparcial, existem vantagens para os Estados costeiros em ter um nacional seu na CLPC. Essa pessoa poderá revelar aspetos importantes sobre a consideração das propostas, orientando de modo conveniente o seu governo¹¹⁰⁴.

A conduta dos membros da CLPC não deve ser analisada apenas sobre a perspectiva apresentada no número anterior, baseada no cumprimento do dever de independência. Para que os Estados vejam a Comissão e os seus membros como independentes, imparciais e íntegros é necessária existência de regras de procedimento interno da Comissão claras nesse sentido, bem como uma conduta insuspeita parte dos membros de CLPC. Esta necessidade foi abordada formalmente no seio da CLPC em abril de 2002¹¹⁰⁵. Nesta ocasião, na abertura da 10.^a sessão da CLPC, o Subsecretário-Geral para os Assuntos Jurídicos sublinhou o facto de, com a primeira consideração de uma proposta de extensão, a CLPC entrar numa nova fase no que respeita à aplicação da CNUDM, com as oportunidades e desafios que envolvem a aplicação do artigo 76.º da CNUDM. Adiantou ainda que o trabalho deve ser executado em absoluta confidencialidade e com a maior integridade, acreditando que os resultados do exame das propostas de extensão estariam sujeitos a escrutínio global¹¹⁰⁶.

Importa recordar que nesta data já vigorava a Regra 11 nos termos em que se encontra presentemente redigida, embora num documento anterior aos /40 e CLCS/40/Rev.1¹¹⁰⁷. Mais tarde, na 15.^a sessão o Subsecretário-Geral para os Assuntos Jurídicos voltou a sublinhar a importância da execução das funções por parte da CLPC com a maior integridade, referindo que o modo como as recomendações serão aceites pela comunidade internacional depende da

¹¹⁰⁴ RIDDELL-DIXON, E. - Canada and the Arctic Politics: The Continental Shelf Extension. 2008, p. 346.

¹¹⁰⁵ A preocupação com a ética na atividade dos membros da CLPC consta expressamente em três relatórios do presidente da CLPC. *Vide* CLCS/48, parágrafos 8 e 11, p. 3; CLCS/44, parágrafo 40, p. 8.

¹¹⁰⁶ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *10th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*. [CLCS/32] 2002, parágrafo 6, p. 2.

¹¹⁰⁷ *Vide* COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Rules of Procedure of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. [CLCS/3/Rev. 1/Corr.1] 2001, p. 5.

imagem e postura da Comissão¹¹⁰⁸. Adiantou ainda que o aumento do interesse político, científico e acadêmico relativamente ao trabalho da CLPC será proporcional à sua carga de trabalho. Como a lista de propostas de extensão que são esperadas aumenta e os membros da Comissão podem ser convidados a participar em vários *fora*, sugeriu que a Comissão considerasse um texto com diretrizes internas para os seus membros. Tal ferramenta asseguraria, no entender do Subsecretário-Geral para os Assuntos Jurídicos, a imparcialidade da Comissão aos olhos da comunidade internacional e ajudaria os membros da CLPC quando confrontados com situações que poderiam induzir conotações políticas, que iriam para lá de tarefas técnicas¹¹⁰⁹. Com esta observação o Subsecretário-Geral para os Assuntos Jurídicos passou à CLPC uma mensagem clara no sentido que a Regra 11 das Regras de Procedimento da CLPC poderia não ser suficiente para passar à comunidade internacional uma ideia, ou imagem, de absoluta independência, imparcialidade e integridade.

2.3.2. Referências doutriniais aos deveres de independência, imparcialidade e integridade

Embora constitua uma matéria de grande importância, facto sublinhado pelas diversas intervenções dos Subsecretário-Geral para os Assuntos Jurídicos e por membros da CLPC em funções no Grupo de Trabalho Relativo ao Treino e no Comité de Assessoria Científica e Técnica, a doutrina tem-se absterido de comentar alguns dos vários elementos que compõem estes deveres, bem como o modo como têm sido postos em prática tanto pela CLPC, como pelos respetivos membros.

Para Jean-François PULVENIS a «*competência, independência e imparcialidade dos membros da Comissão está garantida pelo facto de terem de ser ‘peritos em geologia, geofísica e hidrografia’ que devem ‘servir na Comissão a título pessoal’*»¹¹¹⁰. Adianta ainda este autor que «*a transparência da instituição está claramente demonstrada pela inclusão das seguintes disposições: - os peritos serem nacionais dos Estados Partes da Convenção; - existirem 21 membros da Comissão, escolhidos de modo a assegurar uma ‘distribuição geográfica equitativa’; - o Estado Parte que submeteu a nomeação de um membro deve pagar as despesas*

¹¹⁰⁸ CLCS/44, parágrafos 9-10, p. 2.

¹¹⁰⁹ *Ibidem*, parágrafos 9-10, p. 2.

¹¹¹⁰ PULVENIS, J.-F. - The Continental Shelf Definition and Rules Applicable to Resources. 1991, p. 358.

desses membros; - o mandato dos membros da Comissão, originalmente fixados em 10 anos na proposta informal ... foram reduzidos para 5 anos (de notar em comparação que os membros do Tribunal Internacional do Direito do Mar são eleitos para 9 anos; houve uma preferência pela representatividade através de uma rotação relativamente rápida, em lugar da estabilidade o que, em teoria, assegura a independência)»¹¹¹¹.

Em sentido contrário, MCDORMAN, centra as críticas no facto de os elementos da CLCS dependerem financeiramente do Estado que os nomeia o que, potencialmente, pode pôr em causa a independência e imparcialidade, realçando a diferença entre os regimes constitutivos da CLPC e do TIDM¹¹¹². A possibilidade de os membros da CLPC poderem atuar como assessores e consultores dos Estados constitui, para MCDORMAN, outro fator que pode, igualmente, distorcer as perceções sobre a imparcialidade da CLPC¹¹¹³. Este entendimento é partilhado por MACNAB ao referir que não existem dúvidas de que um Estado que apresente uma proposta de extensão e que patrocine um membro da Comissão fica com uma vantagem significativa relativamente a outro Estado que não o faça. Este autor acrescenta ainda que o membro da CLPC nomeado pode ajudar a desenvolver a estratégia da apresentação e ter influência na formulação das recomendações finais, comparando esta situação à de um tribunal em que um elemento da defesa participe nas deliberações do júri¹¹¹⁴.

EIRIKSSON suscita dois aspetos no que respeita à imparcialidade. O primeiro tem a ver com o facto de as despesas dos membros da Comissão serem pagas pelos Estados Partes que os nomeiam. O segundo tem a ver com o facto de o membro da CLPC que seja nacional do Estado que apresenta uma proposta de extensão, ou que lhe tenha prestado assessoria científica e técnica, poder participar nas decisões finais no que respeita à delimitação¹¹¹⁵. Adianta também que os assuntos respeitantes à imparcialidade poderão originar discordâncias entre o Estado costeiro e a CLPC¹¹¹⁶. Numa apreciação efetuada em 2004 sobre a transparência na delimitação do limite exterior da plataforma continental, MACNAB refere-se à opacidade do processo, no

¹¹¹¹ *Ibidem.*

¹¹¹² MCDORMAN, T. L. - The Role of the Commission on the Limits of the Continental Shelf: A Technical Body in a Political World. 2002, pp. 312-312.

¹¹¹³ *Ibidem*, p. 312.

¹¹¹⁴ MACNAB, R., PARSON, L. - Continental Shelf Submissions: The Record to Date. 2006, p. 320.

¹¹¹⁵ EIRIKSSON, G. - The Case of Disagreement Between a Coastal State and the Commission. 2004, p. 254.

¹¹¹⁶ *Ibidem*, p. 254.

qual os outros Estados não têm a possibilidade de efetuar uma avaliação independente da resposta dada pela CLPC relativamente a determinada proposta de extensão, o que poderia causar preocupações sobre a integridade e imparcialidade do processo¹¹¹⁷. Este autor reforça o entendimento anteriormente apresentado, sublinhando a vantagem que os Estados têm ao ter na CLPC um membro por eles nomeado, ou na contratação de um membro da Comissão, uma vez que têm acesso privilegiado a informação e procedimentos que poderão ser relevantes para o caso que esse Estado está a preparar¹¹¹⁸. A este respeito, SCHOFIELD refere que esta situação «*cria a preocupante percepção de que os Comissários podem estar “disponíveis para contratar” [available for hire], coisa que tenderá a minar a imparcialidade e integridade da CLPC*»¹¹¹⁹.

Referindo-se à atividade extraprofissional (relativamente à CLPC) dos membros da Comissão, JENSEN refere que nada existe que a proíba, mencionando a CNUDM apenas que estes devem servir a título pessoal¹¹²⁰. Este autor adianta ainda que os «*vagos requisitos de imparcialidade e independência das Regras de Procedimento da Comissão e do Código de Conduta interno não preveniram ligações ‘suspeitas’ a governos e empresas por parte de membros da Comissão*»¹¹²¹. Uma das consequências desta situação, acrescenta ainda, consiste nos problemas criados no ritmo e eficiência do trabalho da Comissão¹¹²².

2.3.3. Código de conduta interno para os membros da Comissão de Limites da Plataforma Continental

No seguimento do discurso do Subsecretário-Geral para os Assuntos Jurídicos proferido na 15.^a sessão da CLPC, foi publicado pelo documento CLCS/47, o Código de Conduta Interno para os Membros da Comissão de Limites da Plataforma Continental. O Código de Conduta repete, na introdução, o texto da declaração solene constante na Regra 10 das Regras de

¹¹¹⁷ MACNAB, R. - The case for transparency in the delimitation of the outer Continental Shelf in accordance with UNCLOS Article 76. 2004, p. 12.

¹¹¹⁸ *Ibidem*, pp. 13-14.

¹¹¹⁹ SCHOFIELD, C., ARSANA, I. M. A. - Beyond the Limits?: Outer Continental Shelf Opportunities and Challenges in East and Southeast Asia. 2009, p. 38.

¹¹²⁰ JENSEN, Ø. - **The Commission on the Limits of the Continental Shelf**. 2014, p. 206.

¹¹²¹ *Ibidem*, p. 206. Este autor aponta do exemplo de dois membros da CLPC, um norueguês, outro russo, que no decurso dos seus mandatos na Comissão continuaram a prestar serviço em órgãos governamentais e empresas. Afasta, contudo, a suspeita sobre quaisquer irregularidades.

¹¹²² *Ibidem*, p. 206.

Procedimento¹¹²³, acrescentando que o documento pretende definir os padrões éticos esperados aos membros da CLPC, sem modificar ou afetar os direitos, deveres e obrigações dos membros da Comissão definidos na CNUDM¹¹²⁴.

O parágrafo 2 do documento CLCS/47 descreve o dever de preservar a integridade, independência e imparcialidade, dispondo que *«enquanto as opiniões pessoais e convicções dos membros da CLPC, incluindo as convicções religiosas e políticas, se mantêm invioláveis, devem garantir que essas opiniões e convicções não afetam negativamente as suas funções oficiais. Os membros da Comissão devem ter permanentemente uma conduta que dignifique o seu estatuto. Não devem comprometer-se em qualquer atividade que seja incompatível com um cumprimento adequado das suas funções. Devem evitar qualquer ação e, em particular, qualquer tipo de intervenção pública que possa refletir-se negativamente no seu estatuto, ou na sua integridade, independência e imparcialidade que são exigidas por esse estatuto»*¹¹²⁵.

O dever de evitar conflitos de interesses vem descrito no parágrafo 4 do documento CLCS/47 e refere que *«os membros da Comissão não devem usar o seu conhecimento ou funções oficiais para ganhos privados, financeiros ou outros, ou para ganhos de terceiros, incluindo família, amigos e outros da sua preferência. Não devem usar a sua posição por motivos pessoais para prejudicar as posições dos que não favorece»*¹¹²⁶. O modo como este dever se encontra redigido sugere que aos membros da CLPC está vedado o exercício de

¹¹²³ Vigorando na altura a versão constante no documento COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Rules of Procedure of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. [CLCS/40] 2004.

¹¹²⁴ CLCS/47, parágrafo 1, p. 1.

¹¹²⁵ *Ibidem*, parágrafo 2, p. 1. Versão original: «While the personal views and convictions of the members of the Commission, including their political and religious convictions, remain inviolable, they shall ensure that those views and convictions do not adversely affect their official duties. Members of the Commission shall conduct themselves at all times in a manner befitting their status. They shall not engage in any activity that is incompatible with the proper discharge of their duties. They shall avoid any action and, in particular, any kind of public pronouncement that may adversely reflect on their status, or on the integrity, independence and impartiality that are required by that status».

¹¹²⁶ *Ibidem*, parágrafo 4, p. 2. Versão original: «Members of the Commission shall not use their knowledge or official functions for private gain, financial or otherwise, or for the gain of any third party, including family, friends and those they favour. Nor shall they use their office for personal reasons to prejudice the positions of those they do not favour».

funções de assessoria privada, isto é, aconselhamento técnico ou científico, por conta própria fora do contexto da CLPC, recebendo por esses serviços pagamento ou outros benefícios para si ou para terceiros.

O dever de atuar independentemente consta no parágrafo 5 do documento CLCS/47, prescrevendo que *«em conformidade com a regra 11 das Regras de Procedimento, os membros da Comissão não devem receber instruções de nenhum Governo ou de nenhuma autoridade externa à Comissão. Devem proceder com a maior descrição relativamente a todos os assuntos relativos às suas funções oficiais. Não devem comunicar a nenhum governo, entidade, pessoa ou outra fonte de informação deles conhecida em razão da sua posição oficial que conheçam ou deviam ter conhecido não tenha sido tornado público, exceto se for apropriado na prossecução das suas funções ou com autorização da Comissão. Estas obrigações não terminam com a cessação das suas funções oficiais»*¹¹²⁷.

2.3.4. Assessoria prestada pelos membros da CLPC

2.3.4.1. Comité de Assessoria Científica e Técnica da CLPC

Uma das duas funções da CLPC consiste em prestar assessoria científica e técnica aos Estados costeiros que a solicitem durante a preparação dos dados sobre o limite exterior da plataforma continental. A necessidade e possibilidade de vir a ser prestada assessoria técnica e científica aos Estados costeiros foi assunto debatido logo na primeira sessão da CLPC, que teve lugar de 16 a 20 de junho de 1997 tendo, nesse âmbito e para esse efeito, sido criado um comité de cinco membros¹¹²⁸, designado por Comité de Assessoria Científica e Técnica (*Scientific and Technical Advice Committee*). A preocupação sobre aspetos éticos foi também referida pelo

¹¹²⁷ *Ibidem*, parágrafo 5, p. 2. Versão original: «In accordance with rule 11 of the Rules of Procedure, members of the Commission shall not seek or receive instructions from any Government or from any other authority external to the Commission. They shall exercise the utmost discretion in regard to all matters of official business. They shall not communicate to any Government, entity, person or any other source any information known to them by reason of their official position that they know or ought to have known has not been made public, except as appropriate in the normal course of their duties or by the authorization of the Commission. These obligations do not cease upon the cessation of their official functions».

¹¹²⁸ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, 11th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the Progress of Work in the Commission. [CLCS/34] 2002, parágrafos 10, 13 e 14, pp. 2-3.

presidente do Grupo de Trabalho Relativo ao Treino (*Working Group on Training*) na 8.^a sessão, ao referir que o Grupo de Trabalho «concluiu que não faz parte do mandato da Comissão organizar treino. Contudo, isso não deve impedir os membros da Comissão de tomar parte em atividades de treino a título pessoal, desde que essa participação não corresponda à prestação de aconselhamento científico e técnico a determinado Estado e que seja dada a devida atenção a aspetos éticos»¹¹²⁹.

O presidente do Grupo de Trabalho Relativo ao Treino parece, assim, distinguir duas atividades diferentes no que respeita ao envolvimento a ter pelos membros da CLPC. Uma consiste no treino nos aspetos científicos e técnicos relativos à aplicação do artigo 76.º, a outra na atividade de assessoria científica e técnica, cuja atividade sugere que esteja afastada a prestação de assessoria a determinado Estado. Mesmo para atividades de treino a título pessoal, os membros da CLPC devem ter em especial consideração os aspetos éticos. Este aspeto foi também reforçado pelo diretor da DOALOS quando referiu que «espera a participação contínua dos membros da Comissão como peritos nos cursos de treino da Divisão, em conformidade com as conclusões da Comissão que tais participações seriam efetuadas a título pessoal, com a devida atenção aos aspetos éticos. Entende-se que as opiniões por eles apresentadas não vinculam a Comissão ou as suas subcomissões e que a sua participação não deve chegar a prestar assessoria científica e técnica a determinado Estado»¹¹³⁰.

Apesar de existir um comité especificamente criado no âmbito da CLPC para a assessoria científica e técnica, até à presente data apenas foram formulados dois pedidos formais de assessoria científica e técnica à CLPC por parte de Estados costeiros, pedidos esses efetuados

¹¹²⁹ CLCS/29, parágrafo 11, p. 3. Sublinhado adicionado. Versão original: «concluded that it was not in the mandate of the Commission to organize training. However, that should not preclude the members of the Commission from taking part in training activities in their personal capacity, provided that such participation did not amount to providing scientific and technical advice to a particular State and that due regard was paid to ethical considerations».

¹¹³⁰ CLCS/44, parágrafo 40, p. 8. Versão original: «looking forward to the continued participation of the members of the Commission as experts in the Division's training courses, consistent with the conclusions of the Commission that such participation would be in their personal capacity, with due regard to ethical considerations. It was understood that the views expressed by them would not be binding on the Commission or its subcommissions and their participation in training should not amount to providing scientific and technical advice to a particular State».

pela Indonésia¹¹³¹ e por Oman¹¹³². No relatório da 17.^a sessão da CLPC o presidente do Comité da Assessoria Científica e Técnica referiu que, embora muitos Estados estejam envolvidos nos processos de preparação das respetivas propostas de extensão, até àquela data não foi recebido nenhum pedido formal de assistência científica e técnica, sublinhando a disponibilidade da CLPC para esse efeito¹¹³³. Este apelo relativo à disponibilidade da CLPC para prestar assessoria científica e técnica foi repetido, igualmente, noutras sessões, nomeadamente, nas 18.^a, 19.^a, 21.^a, 25.^a, 26.^a, 27.^a, 28.^a, 29.^a, 30.^a e 31.^a sessões¹¹³⁴.

¹¹³¹ CLCS/44, parágrafos 53-54, p. 10. A Malásia, através do Instituto Marítimo, solicitou ajuda para a realização de um *workshop* sobre assuntos técnicos relacionados com a preparação da proposta de extensão (*vide* CLCS/42, parágrafo 31, p. 6). Na 16.^a sessão embora o presidente do Comité de Assessoria Científica e Técnica tenha referido que não recebeu nenhum pedido formal para assessoria científica e técnica, referiu que Cuba formulou um pedido genérico sobre o tipo de assessoria disponível pela CLPC (*vide* CLCS/48, parágrafo 61, p. 14).

¹¹³² COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *29th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*. [CLCS/74] 2012, parágrafos 49-50, p. 10.

¹¹³³ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *17th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*. [CLCS/50] 2006, parágrafo 50, p. 10.

¹¹³⁴ *Vide*, respetivamente, COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *18th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*. [CLCS/52] 2006, parágrafo 44, p. 9; COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *19th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*. [CLCS/54] 2007, parágrafo 61, p. 13; COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *21st Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*. [CLCS/58] 2008, parágrafo 44, p. 9; COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *25th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*. [CLCS/66] 2010, parágrafo 94, pp. 17-18; COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *26th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*. [CLCS/68] 2010, parágrafo 46, p. 11; COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *27th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*. [CLCS/70] 2011, parágrafo 37, p. 10; COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *28th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the*

Na 22.^a sessão o presidente do Comité da Confidencialidade considerou conveniente reunir o comité para discutir uma proposta relativa à criação de um registo de membros da CLPC que prestem assessoria científica e técnica aos Estados costeiros, a título pessoal. O Comité concluiu, por unanimidade, que esse assunto deveria ser colocado à consideração da CLPC¹¹³⁵, o que aconteceu no decurso da 23.^a sessão. Nesta sessão, o presidente do Comité de Assessoria Técnica e Científica afirmou que o registo «*conteria informação, a ser providenciada pelos membros da Comissão e mantida com o apoio do secretariado, relativa à assessoria prestada por eles aos Estados costeiros, tanto no exercício das suas funções de assessoria da Comissão em conformidade com o artigo 3.º, parágrafo 1 (b), do anexo II da Convenção, ou noutra capacidade.*»¹¹³⁶. Na sessão seguinte, o presidente do Comité de Assessoria Técnica e Científica reiterou o apelo aos membros da CLPC para que providenciem a informação relativa aos Estados costeiros que deram assessoria, uma vez que essa informação permitirá, entre outros, a constituição das subcomissões, tal como estabelecido no Capítulo X das Regras de Procedimento¹¹³⁷. Este apelo foi repetido pelo presidente do Comité de Assessoria Científica e Técnica nas 26.^a, 27.^a, 28.^a sessões¹¹³⁸.

Commission. [CLCS/72] 2011, parágrafo 33, p. 9; CLCS/74; parágrafo 49, p. 10; COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *30th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*. [CLCS/76] 2012, parágrafo 51, p. 11, e; COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *31st Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*. [CLCS/78] 2013, parágrafo 43, p. 11.

¹¹³⁵ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *22nd Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*. [CLCS/60] 2008, parágrafo 36, pp. 8-9.

¹¹³⁶ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *23rd Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*. [CLCS/62] 2009, parágrafo 75, p. 14. Sublinhado adicionado.

¹¹³⁷ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *24th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*. [CLCS/64] 2009, parágrafo 130, p. 27.

¹¹³⁸ Vide respetivamente CLCS/68, parágrafo 47, p. 11, relativo à 26.^a sessão; CLCS/70, parágrafo 38, p. 10. Nesta sessão foi referido pelo presidente do Comité de Assessoria Técnica e Científica que 10 membros da CLPC prestaram a informação solicitada, mantendo-se o pedido para os restantes membros, respeitante à 27.^a sessão, e; CLCS/72, parágrafo 34, p. 9. Nesta sessão o presidente do Comité de Assessoria Técnica e Científica sublinhou a importância no desenvolvimento de uma prática no sentido de todos os membros

2.3.4.2. Assessoria efetivamente prestada pelos membros da CLPC

Tendo em conta o disposto na regra 11 das Regras de Procedimento e nos vários parágrafos do Código de Conduta importa saber se os membros da CLPC podem prestar assessoria científica e técnica aos Estados a título pessoal. Essa possibilidade foi, de facto, abordada em documentos da CLPC. O presidente do Comité da Confidencialidade propôs, na 22.^a sessão, para discussão um registo de membros que prestem, a título pessoal, assessoria científica e técnica aos Estados costeiros¹¹³⁹. Posteriormente, na 23.^a sessão, o presidente do Comité de Assessoria Científica e Técnica voltou a propor a criação da lista anteriormente referida, referindo que esta deverá conter informação a disponibilizar pelos membros da CLPC, sendo mantida com o apoio do secretariado, respeitante à assessoria por eles prestada no cumprimento das suas funções, em conformidade com o artigo 3.º, n.º 1, do Anexo II, da CNUDM, ou em “qualquer outra capacidade”¹¹⁴⁰. “Qualquer outra capacidade” neste contexto pode significar que a atividade não se enquadra no âmbito das funções da CLPC, nos termos do preceito convencional anteriormente mencionado.

Um dos elementos que deve constar no sumário executivo da proposta de extensão a apresentar pelos Estados costeiros é o nome dos membros da Comissão que prestaram assessoria na preparação da proposta de extensão¹¹⁴¹. Consultando os sumários executivos das 77 propostas de extensão apresentadas até à presente data, verificamos que se contam por dezenas as ações de assessoria efetuada por membros da CLPC que os Estados declararam relativamente à preparação das respetivas propostas de extensão, mesmo excluindo as ações de assessoria prestada pelos membros de CLPC na preparação das propostas relativas aos Estados que os patrocinam¹¹⁴². Tendo em conta o referido anteriormente¹¹⁴³, verifica-se que existe uma diferença substancial, por um lado, entre os pedidos formalmente efetuados à CLPC pelos Estados e as ações de assessoria declaradas por esses Estados nos respetivos sumários

informarem, de modo rotineiro, a CLPC sobre a assessoria que vem prestando aos Estados costeiros, respeitante à 29.^a sessão.

¹¹³⁹ Vide nota 1135.

¹¹⁴⁰ Vide nota 1136.

¹¹⁴¹ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 9.1.4., alínea (c).

¹¹⁴² Informação disponível existente no sítio da internet da DOALOS, consultado em 21/06/2016
http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_submissions.htm

¹¹⁴³ Vide Parte II, Capítulo 3, 2.3.4.1 *supra*.

executivos¹¹⁴⁴, por outro lado, entre estas últimas e as ações de assessoria declaradas pelos membros da CLPC, junto desta, conforme foi repetidas vezes solicitado pelo presidente do Comité de Assessoria Científica e Técnica.

Face ao anteriormente exposto, tudo leva a crer que tem sido prática corrente dos Estados costeiros que pretendem assessoria científica e técnica contactarem diretamente os membros da CLPC cujas valências preferam, sendo que na grande maioria das vezes estes também não declaram essa atividade internamente na Comissão.

2.3.5. Financiamento da CLPC

O financiamento da CLPC constitui um dos aspetos relevantes no que respeita à independência e transparência nas relações entre os membros da CLPC e os Estados que os nomeiam. O Artigo 2.º, n.º 5, do Anexo II da CNUDM determina que compete ao Estado que apresentou a candidatura de um membro da CLPC o custeio das respetivas despesas enquanto este se encontra no desempenho de funções na Comissão.

A opção seguida para o financiamento da CLPC é diferente da adotada tanto para o TIDM, como para outros tribunais e instituições internacionais. O artigo 19.º do Anexo VI da CNUDM prevê que as despesas do TIDM sejam suportadas pelos Estados Partes e pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, nos termos e condições a determinar nos EEP. Assim, relativamente aos juízes do TIDM não existe uma relação direta entre o financiamento das suas atividades e o Estado que o nomeia. A mesma situação se verifica relativamente ao Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) e ao Tribunal Penal Internacional (TPI). Em conformidade com os artigos 33.º do Estatuto do TIJ e 49.º do Estatuto do TPI, os juízes recebem os vencimentos, subsídios e reembolso de despesas em conformidade com o decidido, respetivamente, pela AGNU e pelo EEP.

Esta situação constitui uma dupla vantagem: os Estados ficam aliviados no que respeita a suportar diretamente as despesas relativas aos membros que nomearam, e os juízes libertos

¹¹⁴⁴ Entre os membros e ex-membros da CLPC que realizaram mais ações de assessoria científica e técnica podem indicar-se Harald Brekke (Noruega), membro de 1997 a 2012, Galo Carrera (México), membro desde 1997, Philip Symonds (Austrália), membro de 2002 a 2012, Karl Hinz (Alemanha), membro de 1997 a 2002. De referir que as propostas de extensão relativamente às quais Hinz prestou assessoria foram apresentadas fora do seu mandato na CLPC.

de uma ligação mais direta com o Estado que os nomeiam. A independência dos tribunais e o respetivo financiamento foi objeto da Opinião nº 2 (2001)¹¹⁴⁵ do Conselho Consultivo de Juízes Europeus (CCJE). Refere este documento, no parágrafo 2, que «*o financiamento dos tribunais está intimamente ligado à questão da independência dos juízes na medida em que determina as condições em que os tribunais desempenham a sua função*».

No que respeita a outras instituições internacionais, podemos encontrar soluções equivalentes. No artigo 42.º, parágrafo 9, do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos¹¹⁴⁶ refere que os Estados-Membros dividem igualmente todas as despesas dos membros da comissão de conciliação *ad hoc*, constituída nos termos do mesmo artigo, de acordo com estimativas fornecidas pelo SGNU. No artigo 17, parágrafo 7, da Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes¹¹⁴⁷ determina que os Estados Partes custeiam as despesas dos membros do Comité contra a Tortura. Os membros do Comité para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e das Suas Famílias, criado no âmbito da Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e das Suas Famílias¹¹⁴⁸, têm, em conformidade com o artigo 72.º, parágrafo 8, os seus emolumentos pagos pelas Nações Unidas, nos termos e condições decididos pela Assembleia Geral.

No que respeita ao financiamento dos membros da CLPC nomeados por Estados em vias de desenvolvimento a AGNU, por recomendação dos Estados Partes¹¹⁴⁹, solicitou ao Secretário-Geral a criação de um Fundo Voluntário com a finalidade de pagar os custos de participação dos membros da Comissão, nomeados por Estados em vias de desenvolvimento,

¹¹⁴⁵ Pode ser consultada em
http://www.coe.int/t/dghl/cooperation/ccje/textes/Avis_en.asp

¹¹⁴⁶ Pode ser consultado em
<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh-direitos-civis.html>

¹¹⁴⁷ Pode ser consultada em
<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CAT.aspx>

¹¹⁴⁸ Pode ser consultado em
<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CMW.aspx>

¹¹⁴⁹ MEETING OF THE STATES PARTIES, *Decision regarding the establishment of a voluntary trust fund for the purpose of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. [SPLOS/58] 2000.

nas reuniões da Comissão¹¹⁵⁰.

Tendo em vista obviar os inconvenientes resultantes do modo como se encontra estabelecido na CNUDM o financiamento da participação dos membros da CLPC nas atividades e trabalho, a própria Comissão propôs alterações ao modo de financiamento anteriormente descrito. Na sua décima sétima sessão, a Comissão adotou um projeto de decisão para consideração no encontro seguinte dos Estados, tendo em vista a adoção de uma resolução no sentido de os membros da CLPC receberem emolumentos e reembolso de despesas no cumprimento de funções na Comissão a serem suportados pelo orçamento regular das Nações Unidas¹¹⁵¹. Este assunto não mereceu consenso no EEP, que teve lugar de 19 a 23 de junho de 2006, porquanto várias delegações defenderam o entendimento de que os Estados Partes não tinham competência para discutir aspetos substantivos relativos à implementação da Comissão¹¹⁵². A resolução da Assembleia Geral seguinte limitou-se a manifestar a preocupação pela escassez de recursos do Fundo Voluntário criado pela Resolução 55/7, de 30 de outubro de 2000, encorajando os Estados a realizarem contribuições adicionais¹¹⁵³.

2.3.6. Apreciação crítica aos deveres de integridade, independência e imparcialidade

A questão da salvaguarda da imagem institucional da CLPC relativamente aos deveres de integridade, independência e imparcialidade, parece não ter estado na primeira linha das suas

¹¹⁵⁰ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, *Oceans and the Law of the Sea*. [A/RES/61/222] 2007, parágrafo 20.

¹¹⁵¹ CLCS/50, anexo.

¹¹⁵² SPLOS/148, parágrafos 94 a 96. Relativamente aos *Trust Funds* em vigor no âmbito da DOALOS, na parte respeitante à extensão da plataforma continental, *vide* DIVISION FOR OCEAN AFFAIR AND THE LAW OF THE SEA - **Trust fund for the purpose of facilitating the preparation of submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf for developing States, in particular the least developed countries and small island developing States, and compliance with article 76 of the United Nations Convention on the Law of the Sea**. [Em linha] [Consultado em 24 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/trust_fund_article76.htm> e DIVISION FOR OCEAN AFFAIR AND THE LAW OF THE SEA - **Voluntary fund to enable the participation of the members of the Commission from developing countries in the work of the Commission by meeting their costs of participation (travel expenses and daily subsistence allowance)**. [Em linha] [Consultado em 24 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/voluntary_fund_membersCLCS.htm>.

¹¹⁵³ A/RES/61/222, parágrafo 44.

preocupações aquando da preparação das respetivas Regras de Procedimento. Foi necessária intervenção externa à Comissão para que fosse criado um outro documento que viesse aprofundar e detalhar a Regra 11 das Regras de Procedimento, cujo conteúdo foi entendido pelo Subsecretário-Geral das Nações Unidas para os Assuntos Jurídicos como insuficiente para a preservação da imagem de independência, imparcialidade e integridade da CLPC. No âmbito formal, é de sublinhar o modo como foi elaborado e aprovado o Código de Conduta pela importância que este tem relativamente à imagem institucional e transparência do funcionamento da CLPC e dos seus membros. Nesta conformidade, não seria despidendo que tivesse sido submetido a apreciação no âmbito dos Estados Partes da CNUDM, à semelhança do que sucedeu com outros documentos estruturantes da CLPC. Não foi este o entendimento da CLPC parecendo, inclusive, que a preparação das Regras de Conduta foi objeto do trabalho de um membro da Comissão¹¹⁵⁴. Fica, assim, por saber com clareza a profundidade com que o documento foi discutido internamente no seio da CLPC¹¹⁵⁵.

No que respeita à avaliação dos deveres de independência, imparcialidade e integridade, apresentamos dois níveis diferentes. No primeiro é feita referência ao cumprimento destes deveres na relação entre os membros da CLPC e os governos que os nomeiam e/ou as empresas nas quais muitos trabalham. Este aspeto é, conforme constatado no parágrafo anterior, o mais mencionado na doutrina. No segundo nível é abordada a atividade de assessoria efetuada por parte dos membros da CLPC a Estados que não sejam os que os nomearam, bem como o enquadramento desta atividade face aos documentos que regulam os deveres de integridade, independência e imparcialidade.

2.3.6.1. Relação Entre os Membros da Comissão e os Estados que os Nomeiam

No seguimento do afirmado *supra* por MACNAB e SCHOFIELD¹¹⁵⁶, um Estado que esteja a preparar uma proposta de extensão pode ter uma vantagem clara em ter um membro nomeado na CLPC. À exceção da proposta de extensão da Austrália, a primeira analisada com sucesso e relativamente à qual não existiam ainda propostas consideradas com êxito, a primeira

¹¹⁵⁴ Vide CLCS/50, parágrafo 48, p. 9.

¹¹⁵⁵ Vide CLCS/48, parágrafo 60, p. 14. Confrontando o teor deste parágrafo com o referido na nota anterior, fica por saber em rigor quais os procedimentos que tiveram por base a elaboração do Código de Conduta, ficando apenas claro que foi o texto foi elaborado por um membro da Comissão.

¹¹⁵⁶ Vide notas 1118 e 1119.

vantagem tem a ver com o facto de saber como devem ser estruturados os documentos que constituem as propostas de extensão, bem como a informação que estes devem conter, auxiliando a interpretação dos preceitos pertinentes das Diretrizes Científicas e Técnicas. Depois, esse membro da CLPC conhece a sensibilidade dos restantes membros da CLPC no que respeita à valorização dos diversos tipos de dados e à metodologia a usar em cada uma das situações, tendo em conta os diversos elementos que pretendem ser demonstrados na proposta de extensão. Este tipo de informação pode ser disponibilizado ao Estado costeiro na sua totalidade, ou apenas na justa medida, de modo a orientar a preparação da proposta de extensão no “bom caminho”. O nível de informação a passar depende do modo como cada membro possa interpretar e se auto vincular ao cumprimento dos deveres a que se encontra sujeito.

Um cumprimento absoluto dos deveres de independência, imparcialidade e integridade por parte dos membros da CLPC relativamente aos Estados que os nomeiam implicaria, em nossa opinião, a impossibilidade de esses membros poderem ter qualquer participação ou influência na preparação da proposta de extensão do Estado que o nomeia. No entanto, não parece ser essa a intenção das normas da CNUDM, por diversas razões. A primeira consiste no facto de serem os Estados a financiar as atividades dos membros da CLPC, suscitando-se, naturalmente, a questão de se saber porque razão haverá um Estado de nomear e pagar as despesas de um membro da CLPC sem tirar disso qualquer vantagem. Depois, se os membros da CLPC não são pagos pelas Nações Unidas, serão necessariamente pagos por quaisquer outras entidades, nomeadamente, Estados, entidades públicas ou empresas. A questão do interesse e vantagens a tirar pela entidade patrocinadora volta de novo a estar em cima da mesa. Por último, o artigo 5.º do Anexo II da CNUDM prevê que os membros que sejam naturais do Estado costeiro possam participar nos trabalhos de preparação da proposta de extensão, não devendo, por isso, fazer parte da subcomissão que a analisa. Se a intenção tivesse sido afastar completamente os membros da CLPC dos Estados que os nomeiam, as fórmulas das disposições pertinentes da CNUDM teriam sido diferentes, à semelhança do que sucede com os membros do TIDM¹¹⁵⁷. Afigura-se, assim, que a CNUDM parece permitir que, nas situações acima indicadas, existam fatores que possam influenciar, ou condicionar, o cumprimento dos deveres de independência, imparcialidade e integridade por parte dos membros da CLPC. Em consequência disso, determina a impossibilidade de os membros participarem nos trabalhos da subcomissão que considere a proposta do Estado patrocinador. A própria Convenção parece

¹¹⁵⁷ Vide Artigos 7.º e 8.º do Estatuto do TIDM.

admitir um enfraquecimento da garantia relativamente àqueles deveres, daí o membro da CLPC ser afastado da fase, porventura, mais importante do processo que é a apreciação da proposta ao nível de subcomissão.

A maioria da doutrina enfatiza o facto de a independência e imparcialidade da CLPC poder estar em causa pelo facto de os seus membros terem participado nos trabalhos de preparação da proposta de extensão, sendo ou não naturais desse Estado. Não acompanhamos nesta matéria as preocupações doutrinárias anteriormente citadas. A primeira razão tem a ver com o próprio texto da Convenção. Como já referido, uma das funções da Comissão é prestar assessoria científica e técnica aos Estados que preparam as respetivas propostas de extensão, pelo que alguns dos seus membros, sejam ou não naturais desse Estado, têm que prestar essa assessoria. Poderá levantar-se a questão de a assessoria prestada por um membro da CLPC que seja natural desse Estado ter uma profundidade maior, ou mesmo disponibilizar mais informação, em quantidade e qualidade, que outro membro da Comissão não disponibilizaria. Mas estas parecem ser circunstâncias da solução, que a CNUDM prevê. Outra razão tem ainda a ver com o texto convencional quando refere que esses membros não participam nos trabalhos da subcomissão que apreciará essa proposta de extensão. Sendo o trabalho de base relativo à consideração da proposta de extensão, bem como a preparação das recomendações, efetuado ao nível de subcomissão¹¹⁵⁸, a participação do membro da CLPC que ajudou determinado Estado dá-se a um nível em que o processo decisório se encontra numa fase próxima do final. Importa realçar que as Regras de Procedimento promovem as decisões por consenso, tanto ao nível da Comissão¹¹⁵⁹, como das subcomissões¹¹⁶⁰. Por último, importa relembrar que a CLPC é constituída por 21 membros pelo que, mesmo que determinado membro pretenda intervir a favor do Estado que prestou assessoria, a sua posição terá pouco relevo face a uma corrente de entendimento da restante Comissão que, porventura, fosse contrária à que promove. Considera-se que este entendimento poderá ser válido quer o membro da CLPC aja por vontade própria, como nas situações em que exista eventual coação por parte do Estado que o nomeia.

¹¹⁵⁸ Regras de Procedimento, regra 51, n.º 5.

¹¹⁵⁹ *Ibidem*, regra 35.

¹¹⁶⁰ *Ibidem*, Anexo III, parágrafo 13.

2.3.6.2. Assessoria Efetuada por Membros da Comissão a Estados que não os nomearam

Um dos factos notórios anteriormente apresentados relativamente à assessoria efetuada por membros da CLPC a Estados que não sejam os que os nomearam, consiste na grande diferença existente entre os pedidos formais efetuados pelos Estados ao Comité de Assessoria Científica e Técnica da CLPC e o declarado pelos Estados nos respetivos sumários executivos. Este facto parece constituir um indício forte que existiram muitas ações de assessoria por parte de membros da CLPC à revelia do Comité de Assessoria Científica e Técnica.

O nosso entendimento vai exclusivamente no sentido de que os membros da CLPC podem, e devem, prestar assessoria científica e técnica aos Estados interessados, mas no âmbito e em articulação com o Comité de Assessoria Científica e Técnica da CLPC, e na estrita observação dos deveres estabelecidos no Código de Conduta. São várias as situações e os documentos que apresentaram preocupações e reservas sobre a possibilidade de os membros da CLPC poderem efetuar assessoria privada aos Estados¹¹⁶¹. O Código de Conduta¹¹⁶² é claro ao referir:

- 1.º No parágrafo 2, que os membros da CLPC não devem envolver-se em atividades que sejam incompatíveis com um cumprimento adequado das suas funções;
- 2.º No parágrafo 4, que não devem usar o seu conhecimento ou funções oficiais para ganhos privados; e
- 3.º No parágrafo 5, que os membros da CLPC não devem comunicar com nenhum governo, entidade, pessoa deles conhecida exceto quando adequado no cumprimento das suas funções ou com autorização da Comissão.

Das inúmeras ações de assessoria por parte dos membros da CLPC que foram efetuadas fora do âmbito da CLPC, desconhecem-se eventuais ganhos privados, mas seguramente não foram efetuados no âmbito das suas funções como membros da CLPC, nem com autorização ou conhecimento formal por parte da CLPC. Relativamente ao modo de funcionamento da CLPC, existem outros aspetos que não são totalmente claros. Um deles tem a ver com o facto

¹¹⁶¹ Vide notas 1108, 1129 *supra*.

¹¹⁶² CLCS/47.

de a lista de ações de assessoria efetuada pelos elementos da CLPC, conforme solicitada pelo presidente do Comité de Assessoria Científica e Técnica da CLPC¹¹⁶³ não ser pública, permitindo uma maior transparência neste processo. Outro aspeto respeita ao entendimento que a CLPC tem sobre o significado de “título pessoal”. Nalgumas circunstâncias, como as anteriormente descritas relativamente à assessoria fora do contexto da CLPC, “título pessoal” parece significar como que uma “carta branca” para atuar independentemente dos Estados que os nomeiam e da própria CLPC. Importa, por último referir, que as ações de assessoria por parte dos membros da CLPC ao Estado que os nomeia deviam ser efetuadas no âmbito e com pedido formal à Comissão, mesmo que o Estado costeiro pretenda que a assessoria seja efetuada por determinado membro da CLPC.

Subescrevendo o mencionado por SCHOFIELD e ARSANA *supra*¹¹⁶⁴, consideramos as muitas ações de assessoria efetuadas fora do âmbito da CLPC como um dos elementos que mais pode contribuir para o obscurecimento dos princípios da integridade e imparcialidade. A doutrina tem entendido até agora a expressão “título pessoal” como uma desvinculação das opiniões e trabalho do membro da Comissão relativamente a esta. Por regra, têm ficado de fora outras interpretações menos transparentes que possam estar associadas àquela expressão. Um exemplo das dúvidas quanto ao comportamento de alguns membros da CLPC foi o comentário efetuado no âmbito do 25.º EEP, no qual alguns Estados realçaram a grande importância da integridade e profissionalismo dos membros da CLPC, bem como a esperança que a Comissão considere, de modo adequado, a conduta individual de alguns dos seus membros que poderá prejudicar a consideração das atuais e futuras propostas¹¹⁶⁵.

2.3.6.3. Financiamento da CLPC

A solução definida pela CNUDM para o financiamento dos membros das CLPC suscita dificuldades a três níveis diferentes. No primeiro nível, pode apontar-se a já aludida dependência entre o Estado que nomeia e o membro da CLPC por ele nomeado. Num segundo nível, é indicada a dificuldade que os países em vias de desenvolvimento podem ter para financiar os membros da CLPC que nomeiem. Potencialmente, esta dificuldade poderia pôr em

¹¹⁶³ Vide notas 1137 e 1138.

¹¹⁶⁴ Vide nota 1119.

¹¹⁶⁵ MEETING OF THE STATES PARTIES, *Report of the twenty-fifth Meeting of States Parties*. [SPLOS/287] 2015, parágrafo 58.

causa a representatividade regional determinada no artigo 2.º, n.º 5, do Anexo II da CNUDM. Por último, ligado aos anteriores, está o facto de os membros da CLPC não receberem remunerações, subsídios ou compensações, iguais pelo desempenho das mesmas funções. Só por mera coincidência os Estados que nomeiam os membros da CLPC atribuem idêntica remuneração aos membros por si nomeados para o desempenho de funções na Comissão que, também só por coincidência, será igual à remuneração estabelecida pelo Fundo Voluntário, adiante referido, para os membros originários de Estados em vias de desenvolvimento. Poderá considerar-se que esta situação vai contra um princípio universalmente estabelecido da Declaração Universal dos Direitos do Homem “*equal pay for equal work*”¹¹⁶⁶, uma vez que, muito provavelmente, todos os membros da CLPC pelo mesmo serviço que prestam no âmbito da Comissão, recebem compensações diferentes. Embora o pagamento efetuado pelo Fundo Voluntário e pelos Estados que nomeiam os membros da CLPC possa não ser – no caso do Fundo Voluntário, não é¹¹⁶⁷ – um salário no sentido jurídico do termo, mas antes uma compensação por despesas realizadas. Esta desigualdade tende a acentuar-se quanto maior for a permanência em funções dos membros da CLPC, em resultado do aumento da carga de trabalho da Comissão, independentemente da designação jurídica que essa compensação venha a conhecer.

Embora possa ser defendida a importância do Fundo Voluntário ao assegurar a independência e imparcialidade da CLPC¹¹⁶⁸, somos de opinião que o Fundo Voluntário assegura, antes, a participação dos membros nomeados por países em vias de desenvolvimento, possibilitando uma representação geográfica equitativa na Comissão. Sublinhamos, igualmente, que um financiamento para a CLPC idêntico ao existente no TIDM seria uma solução mais equilibrada, libertando os Estados das despesas de participação dos membros que nomearam, assegurando, por outro lado, uma maior igualdade e justiça no pagamento das despesas de participação.

O Subsecretário-Geral para os Assuntos Jurídicos já tinha defendido que a inclusão de

¹¹⁶⁶ Convenção Universal dos Direitos do Homem, artigo 23.º, parágrafo 2. Citação na versão original em língua inglesa. Pode ser consultada em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh.html>

¹¹⁶⁷ O Fundo Voluntário destina-se a compensar os custos de participação nas reuniões da Comissão. Crf. A/RES/55/7, parágrafo 20.

¹¹⁶⁸ Vide JENSEN, Ø. - **The Commission on the Limits of the Continental Shelf**. 2014, p. 202;

despesas por parte de um órgão criado por um tratado deve ser considerada à luz do tratado que cria o órgão em questão¹¹⁶⁹. A aceitação da solução proposta para o financiamento da CLPC também não mereceu acolhimento em sede de EEP, tendo alguns Estados considerado que se tratava de uma alteração substantiva da CNUDM, pelo que deveriam ser seguidos os procedimentos convencionalmente estabelecidos para a sua alteração. Tudo leva a crer que no caso em apreço se tratou mais da falta de vontade política de alguns Estados do que um obstáculo jurídico, que de facto existe, mas que em situações anteriores, porventura mais complexas, foi facilmente ultrapassado. Basta relembrar as decisões promovidas em sede de EEP, com aprovação por unanimidade, vertidas nos documentos SPLOS/72 e SPLOS/183, que alteraram aspetos substantivos do regime da plataforma continental, tal como é o caso do prazo estabelecido no artigo 4.º do Anexo II da CNUDM (10 anos) que um Estado tem para apresentar à CLPC a sua proposta de extensão.

2.4. Adequabilidade das Diretrizes Científicas e Técnicas face às funções da CLPC

Ao longo do texto da presente dissertação, em especial na Parte II, foram apontadas diversas situações que relevam o facto de determinadas matérias das Diretrizes Científicas e Técnicas poderem não estar ajustadas à finalidade a que se destinam, *i.e.*, clarificar a interpretação da CLPC relativamente aos termos científicos, técnicos e jurídicos contidos na CNUDM¹¹⁷⁰, bem como assegurar uma prática uniforme e alargada dos Estados costeiros durante a preparação da prova científica e técnica¹¹⁷¹ a apresentar nas propostas de extensão. Esta situação é agravada pelo facto de a CLPC estar formalmente vinculada às Diretrizes Científicas e Técnicas¹¹⁷². Como exemplos podemos apontar a questão do prolongamento natural e da formulação do teste de pertença, a qualificação e classificação do relevo submarino, a escolha da isóbata dos 2.500 m e a formulação da regra contida na Declaração de Entendimento.

A não definição de critérios práticos relativamente ao conceito de prolongamento natural prejudicou, igualmente, uma formulação correta do teste de pertença. Considerámos neste

¹¹⁶⁹ *Ibidem*, pp. 202-203, citando o *Repertory of Practice of United Nations*, Vol. I, 1970-1978, parágrafo 9.

¹¹⁷⁰ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 1.3.

¹¹⁷¹ *Ibidem*, parágrafo 1.4.

¹¹⁷² Vide nota 678 *supra*.

estudo que a definição de teste de pertença tal como descrito no parágrafo 2.2.2 das Diretrizes Científicas e Técnicas se conforma com o desenvolvimento jurisprudencial anteriormente citado e com o disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 76. A aplicação do teste de pertença e a verificação do prolongamento natural constituem, conforme definido nas Diretrizes Científicas e Técnicas e nas Regras de Procedimento, matéria de verificação obrigatória em todas as propostas de extensão¹¹⁷³. Contudo, a formulação prática para a sua aplicação tal como consta nas Diretrizes Científicas e Técnicas está amputada relativamente à respetiva definição de um pressuposto essencial, o prolongamento natural¹¹⁷⁴.

Apesar de existir um número importante de propostas de extensão nas quais o prolongamento natural do território emerso se efetua através de relevo submarino, a definição e qualificação desta matéria é outro assunto relativamente ao qual as Diretrizes Científicas e Técnicas são claramente insuficientes. No que respeita a esta matéria, aquele documento reconhece expressamente que as cristas submarinas e as elevações submarinas são conceitos jurídicos¹¹⁷⁵, nada adiantando no que respeita a critérios práticos para os distinguir entre si, bem como ao conceito de cristas oceânicas. As Diretrizes Científicas e Técnicas consideram difícil a criação de critérios para aquele efeito, estabelecendo que o melhor processo será decidir sobre as regras a aplicar perante cada caso que lhe for apresentado¹¹⁷⁶. Somos de opinião que a criação das regras perante o caso concreto poderá criar espaço para situações de suspeição relativamente à observância dos princípios de independência e imparcialidade, prejudicando a certeza e segurança jurídicas nesta matéria. Uma regra desta natureza não serve de modo adequado o objeto e finalidade das Diretrizes Científicas e Técnicas e da própria CNUDM¹¹⁷⁷. Tendo por base a prática da CLPC até 2011, Harald BREKKE e Philip SYMONDS, dois antigos membros da CLPC, vêm demonstrar que, afinal, a definição de uma regra que permita a distinção entre os conceitos correspondentes ao relevo submarino não é assim tão complexa,

¹¹⁷³ Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 2.2 e Figura II.1; Regras de Procedimento, Anexo III, parágrafo III, 5., 1., (a).

¹¹⁷⁴ *Ibidem*, parágrafo 2.2.8.

¹¹⁷⁵ *Ibidem*, parágrafo 7.1.6.

¹¹⁷⁶ *Vide*, nota 595 *supra*.

¹¹⁷⁷ Sobre esta matéria, Jianjun GAO considera que a CLPC salvaguardou para si uma ampla margem de discricionariedade, estando por verificar se esta formulação serve de modo adequado o direito internacional. *Vide* GAO, J. - The Seafloor High Issue in Article 76 of the LOS Convention: Some Views from the Perspective of Legal Interpretation. 2012, p. 120.

facto demonstrado pela apresentação de critérios relativamente simples aplicados até então pela CLPC¹¹⁷⁸.

A questão da escolha da isóbata dos 2.500 m constitui outro assunto relativamente ao qual a CLPC se afasta do estabelecido nas Diretrizes Científicas e Técnicas, uma vez que pode existir uma diferença substancial entre a regra constante neste documento e a prática que tem sido seguida pela CLPC após a consideração da proposta de extensão australiana¹¹⁷⁹.

No que respeita à Declaração de Entendimento, a intervenção das Diretrizes Científicas e Técnicas é curta e modesta, mas ainda assim contém um erro significativo ao confundir plataforma continental com margem continental. Tal como anteriormente descrito¹¹⁸⁰, a Declaração de Entendimento contém uma fórmula para determinar o bordo exterior da margem continental substancialmente diferente da constante no artigo 76.º, n.º 4 da CNUDM. A formulação que na Declaração de Entendimento se refere à margem continental é substituída, nas Diretrizes Científicas e Técnicas, pela própria definição do limite exterior da plataforma continental, sugerindo a não aplicação do n.º 5 do artigo 76.º, ou seja, a não aplicação das fórmulas restritivas. A diferença entre a aplicação conjugada das regras contidas na Declaração de Entendimento e na CNUDM e a aplicação das correspondentes regras das Diretrizes Científicas e Técnicas pode ser verificada na proposta de extensão apresentada pelo Sri Lanka, representada na Figura 4. Considerando verificados os pressupostos contidos na Declaração de Entendimento¹¹⁸¹, pela aplicação das disposições nela contidas, o limite exterior da plataforma continental do Sri Lanka é definido pela linha das 350 milhas, uma vez que neste caso esta é a melhor das fórmulas restritivas. Pela aplicação da regra estabelecida nas Diretrizes Científicas e Técnicas o limite exterior da plataforma continental será o apresentado pelo Sri Lanka na proposta de extensão, sendo a área de plataforma continental para lá das 200 milhas superior ao dobro da área resultante da aplicação conjugada das regras contidas na Declaração de Entendimento e na CNUDM.

¹¹⁷⁸ BREKKE, H., SYMONDS, P. - Submarine Ridges and Elevations of Article 76 in Light of Published Summaries of Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf. 2011, pp. 303-304.

¹¹⁷⁹ Vide Parte I, Capítulo 2, 8.3 *supra* e, em especial, a Figura 16.

¹¹⁸⁰ Vide Parte I, Capítulo 2, 2.2.2, *supra*.

¹¹⁸¹ Vide Parte I, Capítulo 2, 2.2.2 *supra*.

Somos de opinião que as deficiências anteriormente apontadas às Diretrizes Científicas e Técnicas são graves pelo modo como desvirtuam a aplicação da CNUDM relativamente à definição do limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas. Consideramos, contudo, que o texto das Diretrizes Científicas e Técnicas constitui o produto possível face ao conhecimento existente em 1999, nas várias áreas do conhecimento respeitantes a esta matéria. O que, porventura, será muito menos aceitável é que passados quase vinte anos após a respetiva entrada em vigor nunca tenha existido uma revisão profunda dos conceitos e métodos nelas contidos, que se encontram claramente desatualizados. É compreensível que uma revisão das Diretrizes Científicas e Técnicas possa ter como consequência o eventual ressuscitar de situações já decididas com base em interpretações desatualizadas ou mesmo incorretas das regras da CNUDM, pondo em causa a natureza definitiva e obrigatória dos limites já publicados, traçados com base nas recomendações. Resta saber se esta hipótese não seria preferível a prosseguir no erro de modo contínuo, distorcendo o modo como são aplicadas as regras contidas na CNUDM respeitantes à definição do limite exterior da plataforma continental e desprestigiando a CLPC no exercício das suas funções.

2.5. Transparência do processo decisório da CLPC

Embora a parte processual respeitante à consideração das propostas de extensão pela CLPC não faça parte do estudo desenvolvido no presente texto, é efetuada uma breve passagem por alguns aspetos que, potencialmente, possam ter a ver com a respetiva transparência, uma vez que esta é uma das matérias mais mencionadas na doutrina internacional como enfraquecedora da imagem da CLPC. Ron MACNAB considera que as regras de confidencialidade contidas nas Diretrizes Científicas e Técnicas se destinam a proteger direitos de propriedade e, nalguns casos, dados sensíveis. Aponta, igualmente, que o reverso desta faceta consiste no efeito de ocultar aquele tipo de informação de outros Estados que possam ter preocupações legítimas sobre a respetiva adequabilidade para a delineação da plataforma continental para lá das 200 milhas¹¹⁸². Este autor complementa este raciocínio ao mencionar que, sem acesso a informação específica respeitante à sustentação da proposta de extensão de determinado Estado, os outros Estados poderão, nalgumas situações, demonstrar relutância em

¹¹⁸² MACNAB, R. - The case for transparency in the delimitation of the outer Continental Shelf in accordance with UNCLOS Article 76. 2004, p. 12.

aceitar a autoridade ou a competência da CLPC para avaliar aquele tipo de informação *in camera* e, eventualmente, reagir com base em suspeição ou ceticismo¹¹⁸³. Como remédio para obstar ao aludido déficit de transparência, MACNAB propõe a adoção de uma política de abertura e cedência de informação que fundamenta os limites recomendados¹¹⁸⁴, tornar as deliberações internas da CLPC mais acessíveis a Estados que possam estar nelas interessados e, uma terceira via, caso as anteriores falhem, estabelecer um modo de consulta junto da CLPC sobre aspetos mais polémicos relativo a propostas ou recomendações, a ser utilizado por Estados com interesses comuns¹¹⁸⁵. Reconhecendo que se trata de um processo jurídico, MACNAB refere que uma vez que não existe uma linha no fundo do mar que marque «fim do prolongamento natural do território terrestre», o problema reside noutra instância: o secretismo nas relações entre o Estado que apresenta a proposta e a CLPC¹¹⁸⁶.

Clive SCHOFIELD qualifica como problemático o aspeto relativo aos requisitos de confidencialidade que rodeiam o processo decisório da CLPC. Este secretismo, sublinha este autor, significa que os Estados costeiros que preparam as propostas de extensão ficam largamente às escuras no que respeita, por exemplo, às razões pelas quais determinados aspetos da proposta foram aceites ou rejeitados¹¹⁸⁷. Consequentemente, o Estado poderá cometer os mesmos erros relativamente à avaliação de alguns conceitos, como é o caso do relevo submarino, forçando-o, possivelmente, a um processo oneroso em recursos humanos e financeiros resultantes de uma eventual nova proposta de extensão. Outro aspeto apontado por SCHOFIELD poderá residir num clima de suspeição e ceticismo por parte dos Estados a quem

¹¹⁸³ *Ibidem.*

¹¹⁸⁴ À data da publicação do artigo científico de MACNAB anteriormente citado (nota 1182) a primeira versão das Regras de Procedimento da CLPC ainda não tinha entrado em vigor, estando o *modus operandi* da CLPC regulado no documento CLCS/L.3. Mesmo após a entrada em vigor das Regras de Procedimento, na versão atual, verifica-se que a fundamentação de várias recomendações da CLPC deveria ter uma profundidade substancialmente superior que permita alcançar com maior clareza o racional das decisões tomadas. Embora existam diversos exemplos em que a fundamentação da CLPC foi parca quanto aos argumentos oferecidos, podem ser apresentados duas situações que demonstram esta debilidade, *vide* Parte I, Capítulo 2, 4.4, relativamente á localização da base do talude continental, e Parte I, Capítulo 3, 9, na parte que respeita ao *Reykjanes Ridge*, na proposta parcial da Islândia.

¹¹⁸⁵ *Ibidem*, pp. 14-15.

¹¹⁸⁶ MACNAB, R. - Establishing rights over the Arctic Ocean. 2007, p. 1123.

¹¹⁸⁷ SCHOFIELD, C., ARSANA, I. M. A. - Beyond the Limits?: Outer Continental Shelf Opportunities and Challenges in East and Southeast Asia. 2009, p. 40.

lhes é negado o acesso a informação com base na confidencialidade relativamente aos dados utilizados para sustentar determinada proposta e à correspondente justificação por parte da CLPC, levantando dúvidas sobre a imparcialidade e integridade do processo¹¹⁸⁸. Uma possível sugestão para lidar com esta questão problemática seria, segundo SCHOFIELD, pela partilha dos dados e informação relativa à proposta e às respetivas recomendações por parte dos Estados que finalizaram o processo¹¹⁸⁹. Raciocínio idêntico é apresentado por Tavis POTTS, realçando, no que respeita ao Ártico, que o grande valor do que está em jogo relativamente à qualificação do relevo submarino depende não só do valor dos argumentos dos *players*, mas também do *dealer* (CLPC)¹¹⁹⁰. Anna CAVNAR é autora de um dos artigos científicos que, de maneira mais dura, critica o modo de atuação da CLPC no que respeita à falta de transparência e secretismo do processo decisório. CAVNAR sublinha o facto de os membros da CLPC serem geocientistas, que facilmente poderão fazer uma leitura errada da lei. Segundo esta autora, o excesso de secretismo torna mais difícil convencer os Estados a confiarem no processo decisório e a aceitar as recomendações¹¹⁹¹.

Andrew HIGDON apresenta a questão da transparência e secretismo da CLPC num plano diferente, dividindo-o em dois níveis. No primeiro, os membros da CLPC assumem um dever de confidencialidade, podendo apenas deliberar sobre as propostas em privado e, uma vez que deixem de exercer funções na CLPC, não poderão revelar qualquer informação confidencial que tenham tido conhecimento no decurso do exercício de funções. No segundo, os Estados podem classificar qualquer material, que não seja público, por eles apresentado. Este material é tratado separadamente, não pode ser reproduzido, e deve ser devolvido ao Estado caso este o solicite¹¹⁹². Referindo-se à complexidade das propostas de extensão no Ártico, HIGDON aponta o secretismo dos procedimentos da CLPC como um obstáculo à aprendizagem, com recomendações já emitidas no sentido de saber que tipo de prova é, de facto, necessária para a

¹¹⁸⁸ *Ibidem.*

¹¹⁸⁹ *Ibidem.*

¹¹⁹⁰ POTTS, T., SCHOFIELD, C. - Current legal developments the Arctic. 2008, p. 166.

¹¹⁹¹ CAVNAR, A. - Accountability and the Commission on the Limits of the Continental Shelf: deciding who owns the ocean floor. 2009, p. 31.

¹¹⁹² HIGDON, A. - The Canadian submission to the United Nations Commission on the limits of the continental shelf. 2014, p. 58.

qualificação de relevo submarino como as cristas *Alpha-Mendeleev* e o *Lomonosov*¹¹⁹³.

Øystein JENSEN aborda esta temática numa perspectiva distinta. Considera que a CLPC impõe aos Estados Partes algumas exigências, tendo em vista a transparência, que não estão prescritas na CNUDM. Considerando que o aumento de transparência seria preferível, numa perspectiva de legitimidade normativa, na fase da criação da norma (*lex ferenda*), podem surgir dúvidas quanto à legalidade das regras criadas pela CLPC a este respeito. Uma vez que a CNUDM não contém nenhuma proibição expressa relativamente à publicitação das propostas e recomendações, não poderá ser dito que as referidas regras contrariem a CNUDM. Adianta ainda JENSEN que as referidas regras visam complementar o artigo 76.º e o Anexo II numa matéria que pode ser sensível e controversa relativamente a Estados que prefiram o secretismo ao longo do processo¹¹⁹⁴. Numa primeira fase do processo de apreciação das propostas, JENSEN considera que a prática da CLPC deve ser louvada em certos aspetos. Como exemplos indica a publicação no sítio da internet da DOALOS de vários elementos relativos às propostas de extensão. Conclui a este respeito referindo que, embora a CNUDM não contenha disposições que visem salvaguardar a transparência sobre estas matérias, está longe de se poder dizer que a CLPC opere em secretismo nesta fase do processo¹¹⁹⁵. Relativamente às fases mais adiantadas do processo, JENSEN considera que a CLPC alcançou avanços importantes no que respeita à transparência da fase final do processo, designadamente, no que respeita à publicitação das recomendações. Realça o facto de, apesar das iniciativas da CLPC para aumentar a transparência, as regras das Diretrizes Científicas e Técnicas não são suficientes para garantir a publicitação integral das recomendações relativamente a um Estado que tenha requerido secretismo parcial ou total do processo¹¹⁹⁶. Como consideração final, JENSEN refere que a transparência dos procedimentos da CLPC é relativamente baixa em todas as fases e a CNUDM não estabelece mecanismos que permitam a entidades exteriores escrutinar e fiscalizar a CLPC relativamente ao exercício das suas funções¹¹⁹⁷.

A questão da transparência dos procedimentos da CLPC foi tema, igualmente, no âmbito das reuniões periódicas da própria CLPC, bem como nos EEP. No início da 37.ª sessão da CLPC

¹¹⁹³ *Ibidem*, p. 59.

¹¹⁹⁴ JENSEN, Ø. - **The Commission on the Limits of the Continental Shelf**. 2014, p. 46.

¹¹⁹⁵ *Ibidem*, p. 278.

¹¹⁹⁶ *Ibidem*, pp. 256-257.

¹¹⁹⁷ *Ibidem*, 257-258.

o Subsecretário-Geral das Nações Unidas para os Assuntos Jurídicos apresentou uma intervenção no sentido de sublinhar a importância que os Estados conferem ao trabalho da CLPC, bem como a crescente atenção sobre o seu trabalho por parte dos *media* e do público. Nesse sentido, encorajou a CLPC e as respetivas subcomissões a manter a sua relação com os Estados que apresentaram propostas, de um modo completo, substantivo e transparente, providenciando-lhes orientação técnica e científica clara¹¹⁹⁸.

A crítica mais forte ao modo de funcionamento da CLPC no âmbito do EEP até à presente data aconteceu em 2017, no decurso da 27.^a sessão. Relativamente à consideração das propostas de extensão feitas pelos respetivos governos, algumas delegações comentaram sobre situações em que a CLPC se afastou de modo substancial do projeto de recomendações preparadas pelas respetivas subcomissões, sublinhando o facto de as recomendações terem sido aprovadas pela CLPC sem transparência ou explicações relativamente ao racional científico subjacente a tais alterações, minando, assim, a legitimidade da CLPC¹¹⁹⁹. Algumas delegações sublinharam ainda o facto de a aprovação de recomendações sem voto violar o disposto das Regras de Procedimento¹²⁰⁰. Em resposta à questão da inexistência de votação, o Presidente não negou os factos, referindo que as alterações e revisões ao projeto de recomendações preparadas pelas subcomissões não foram efetuadas de modo ligeiro e foram o resultado de revisão profunda e deliberações sobre dados relevantes e informação, tendo em vista chegar a consenso ao nível de CLPC em plenário e, conseqüentemente, permitindo a sua aprovação sem voto¹²⁰¹.

Perante uma matéria desta natureza, importa efetuar uma curta passagem sobre o texto das Regras de Procedimento no que respeita à votação por acordo geral. Dispõe o n.º 1 da Regra 35 que «*a Comissão, as suas subcomissões e os órgãos subsidiários devem fazer todos os esforços no sentido de assegurar que o seu trabalho seja finalizado por acordo geral*». O n.º 2 da mesma Regra refere que «*nesta conformidade, a Comissão, as suas subcomissões e órgãos subsidiários devem fazer todos os esforços para chegar a acordo em aspetos substantivos pela*

¹¹⁹⁸ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *37th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*. [CLCS/88] 2015, parágrafo 5.

¹¹⁹⁹ MEETING OF THE STATES PARTIES, *Report of the twenty-seventh Meeting of States Parties*. [SPLOS/316] 2017, parágrafo 58.

¹²⁰⁰ *Ibidem*.

¹²⁰¹ *Ibidem*, parágrafo 62.

via do consenso e não haverá votação sobre essas matérias até que se tenham esgotado todos os esforços para alcançar o consenso»¹²⁰².

Do texto dos preceitos *supra* descritos não se descortina qualquer circunstância que possa sugerir a dispensa de votação. O esforço para chegar a consenso em aspetos substantivos parece constituir um pressuposto para a votação, nada levando a crer que, uma vez atingido o consenso, este dispense a votação. Por outro lado, existe um contexto pouco claro entre a denúncia dos Estados costeiros e a justificação do presidente da CLPC. Existindo uma diferença substancial de entendimento entre as subcomissões e a CLPC relativamente a alguns aspetos das propostas em causa, fica por explicar e conhecer como foram estas divergências ultrapassadas de modo a ter sido alcançado o aludido consenso. O anteriormente referido constitui um episódio que pode deixar muitas dúvidas quanto à perfeição dos procedimentos internos da CLPC.

2.6. Fiscalização e responsabilização da CLPC

Para aferir sobre a possibilidade de fiscalização e responsabilização da CLPC relativamente à respetiva atividade, incluindo as recomendações resultantes da consideração das propostas de extensão apresentadas pelos Estados costeiros, importa deixar uma brevíssima nota relativamente à natureza funcional deste órgão. À semelhança do que sucede com muitos outros aspetos relacionados com a CLPC, também não existe consenso absoluto por parte da doutrina relativamente a esta matéria, embora as opiniões não sejam profundamente divergentes. Ted MCDORMAN defende a natureza procedimental das funções da CLPC relativamente à delineação do limite exterior da plataforma continental, referindo que a natureza legitimadora das suas funções deve ter precedência sobre a procura de precisão através da aplicação de padrões rigorosos de prova científica¹²⁰³. John NOYES refere que a CLPC não estabelece ou certifica limites, prossegue uma função procedimental publicando

¹²⁰² Versão original: «1. *The Commission, its subcommissions and subsidiary bodies shall make their best endeavours to ensure that their work is accomplished by general agreement. 2. Accordingly, the Commission, its subcommissions and subsidiary bodies shall make every effort to reach agreement on substantive matters by way of consensus and there shall be no voting on such matters until all efforts to achieve consensus have been exhausted*».

¹²⁰³ MCDORMAN, T. L. - A Note on the Commission on the Limits of the Continental Shelf and the Submission of the Russian Federation. 2004, p. 472.

recomendações que ajudam a legitimar os limites que os Estados costeiros definem¹²⁰⁴. Surya SUBEDI é mais objetivo ao afirmar que a CLPC não é um órgão judicial nem um órgão puramente administrativo, sendo a sua natureza melhor descrita como um órgão técnico-científico composto por membros com perícia técnica e científica¹²⁰⁵. Seguindo uma linha semelhante, JENSEN é de opinião que a CLPC pode ser caracterizada como um órgão híbrido científico e administrativo, realçando como particularidade especial o facto de se tratar de uma instituição administrativa internacional cuja tarefa consiste em interpretar e aplicar um tratado¹²⁰⁶. Nuno ANTUNES e Fernando PIMENTEL caracterizam as recomendações da CLPC como um ato com uma natureza idêntica a homologação técnica que legitima o ato unilateral do Estado costeiro de fixação do limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas¹²⁰⁷.

Aceitando a linha de entendimento sustentada pela doutrina apontada no sentido de considerar a CLPC como uma entidade internacional de natureza mista científica e administrativa, poderá suscitar-se a questão de se saber, nestas circunstâncias, a CLPC não deveria estar sujeita a fiscalização e responsabilização perante os Estados Partes. Trata-se, até à presente data, de um tema pouco desenvolvido doutrinariamente, sendo Anna CAVNAR autora do texto conhecido que mais extensamente o analisou. O entendimento de CAVNAR sugere que a resposta seja afirmativa ao referir que, antes da existência da CLPC, os Estados tinham soberania completa relativamente à definição das suas fronteiras marítimas. Com o aparecimento da CLPC parte da soberania dos Estados foi cedida a este órgão, de modo que o estabelecimento de um limite exterior da plataforma continental definitivo e obrigatório não pode existir sem a aprovação da CLPC¹²⁰⁸. Isto significa que, enquanto órgão independente, a

¹²⁰⁴ NOYES, J. E. - Judicial and Arbitral Proceedings and the Outer Limits of the Continental Shelf. 2009, p. 1232.

¹²⁰⁵ SUBEDI, S. P. - Problems and Prospects for the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Dealing with Submissions by Coastal States in Relation to the Ocean Territory Beyond 200 Nautical Miles. 2011, p. 430.

¹²⁰⁶ JENSEN, Ø. - The Commission on the Limits of the Continental Shelf: An Administrative, Scientific, or Judicial Institution? 2014, p. 182.

¹²⁰⁷ Vide ANTUNES, N. M., PIMENTEL, F. M. - Reflecting on the legal-technical interface of article 76 of the LOSC: tentative thoughts on practical implementation. 2003, p. 8.

¹²⁰⁸ CAVNAR, A. - Accountability and the Commission on the Limits of the Continental Shelf: deciding who owns the ocean floor. 2009, p. 29. Ver também LANCEIRO, R. - The Legal Arctic Gold Rush - The

CLPC atua em nome dos Estados através de uma transmissão de poderes que resulta, em parte, dos direitos soberanos desses Estados¹²⁰⁹. Ainda no entendimento de CAVNAR, a responsabilização perante os Estados Partes impende não só à CLPC, mas também aos próprios membros da CLPC, uma vez que foram por aqueles eleitos¹²¹⁰.

Apesar de os argumentos apresentados por CAVNAR parecerem interessantes, pertinentes, e porventura justos, temos dificuldade em encontrar base legal na CNUDM que os possam sustentar. Nada na CNUDM sugere a possibilidade de a CLPC poder vir a prestar contas aos Estados Partes, nem existe indicação nesse sentido, no decurso da Terceira Conferência, que tivesse sido essa a intenção por parte dos Estados que nela participaram.

Não obstante o silêncio da CNUDM sobre esta matéria, e das dificuldades daí decorrentes, caso viesse a existir vontade firme dos Estados Partes, as RPEEP parece poderem acomodar uma eventual porta de saída para a proposta de CAVNAR. As RPEEP prevêm a possibilidade de o EEP criar os órgãos subsidiários que se afigurem necessários para a prossecução das suas funções, sendo a respetiva composição e competência determinada pelo EEP¹²¹¹. Salvo determinação em contrário pelo EEP, os órgãos subsidiários criados ficam sujeitos, *mutatis mutandis*, às RPEEP¹²¹². A grande dificuldade nesta fase seria a obtenção de vontade e consenso políticos alargados no seio dos Estados Partes, necessários para dar execução a esta via¹²¹³. Igualmente complexo parece ser a definição dos termos em que a fiscalização se poderia efetuar, tanto por parte da CLPC enquanto órgão, como por parte dos seus membros.

Procedure of the Extension of the Continental Shelf of the Russian Federation's Continental Shelf Analised Through Global Administrative Law. [s.d.], pp. 32-33.

¹²⁰⁹ *Ibidem*.

¹²¹⁰ *Ibidem*, p. 26. Num sentido diferente do apresentado por CAVNAR alguns anos depois, o presidente da CLPC sublinhou, do decurso do 11.º Encontro dos Estados Partes, que a Comissão é um órgão autónomo criado pela CNUDM sem responsabilização formal (*no formal accountability*) perante o Encontro dos Estados Partes. MEETING OF THE STATES PARTIES, *Report of the Eleventh Meeting of States Parties*. [SPLOS/73] 2001, parágrafo 61

¹²¹¹ RPEEP, Regra 68.

¹²¹² *Ibidem*, Regra 69.

¹²¹³ No 25.º Encontro dos Estados Partes uma delegação sugeriu, caso necessário, a adoção de medidas tendo em vista resolver as preocupações relativas à gestão da CLPC, incluindo as matérias de eficiência e transparência. *Vide* SPLOS/287, parágrafo 58.

No que respeita aos membros da CLPC, apesar das limitações anteriormente indicadas¹²¹⁴, efetivamente existentes, estes são eleitos de cinco em cinco anos pelos Estados Partes¹²¹⁵. Do ponto de vista teórico, os Estados Partes poderiam não reeleger determinado membro da CLPC que se apresentasse a votação se viesse a existir fundamento da sua inaptidão para prosseguir funções. O facto de, frequentemente, o número de candidatos corresponder ao número de vagas em cada grupo regional, torna esta hipótese remota e, potencialmente, inaplicável, pelo que este mecanismo de escrutínio se revela como tendo efeitos práticos nulos.

3. UM GIGANTE COM PÉS DE BARRO

Aqui chegados no presente estudo, estamos em condições de sonhar com o que poderia constituir uma situação idílica para os Estados costeiros que têm em mãos a tarefa de preparar e apresentar uma proposta de extensão junto da CLPC. Nessa situação ideal todos os dados e informação que os Estados costeiros apresentam à CLPC, relativos às respetivas propostas de extensão, seriam do conhecimento público, assim como as diferentes interações entre os Estados e a CLPC ao longo do processo. As recomendações, também públicas, teriam uma fundamentação detalhada, baseada em diretrizes científicas e técnicas e regras de procedimento claras, definidas em conformidade com a CNUDM e a Declaração de Entendimento. A CLPC poderia pedir parecer ao TIDM nas situações em que tivesse dúvidas sobre a interpretação a seguir no que respeita a determinadas normas ou princípios de Direito Internacional¹²¹⁶, ou sobre as regras a aplicar relativamente a determinados factos científicos, factos esses cuja interpretação seja unânime na comunidade científica. Caso o Estado costeiro discordasse das recomendações poderia apresentar uma proposta revista ou uma proposta nova, que seria considerada por uma nova subcomissão. Se a divergência entre o Estado costeiro e a CLPC ainda assim se mantivesse, haveria a hipótese de o Estado costeiro recorrer aos procedimentos previstos na Parte XV da CNUDM.

¹²¹⁴ Vide Parte II, Capítulo 3, 2.1, *supra*.

¹²¹⁵ CNUDM, Anexo II, artigo 3.º, n.º 4.

¹²¹⁶ V.g., sobre o princípio da neutralidade crustal e respetiva aplicabilidade às cristas oceânicas, cujo entendimento no seio da CLPC não é ainda unânime.

Tentámos demonstrar ao longo do presente capítulo que estamos longe desta situação ideal. Alguns dos aspetos atrás referidos, como seja o caso de a CLPC poder pedir parecer ao TIDM ou o Estado costeiro recorrer aos procedimentos da Parte XV para reagir a decisões desfavoráveis da CLPC, não são possíveis porque não foi essa a opção escolhida no decurso da Terceira Conferência para a CNUDM. Para as restantes situações as responsabilidades estão repartidas pelos Estados e pela CLPC. Alguns Estados preferem tornar confidencial parte da informação disponibilizada à CLPC, não autorizando a sua divulgação¹²¹⁷. À CLPC toca a responsabilidade pelo aperfeiçoamento da maioria das falhas apontadas na descrição e avaliação dos fatores legitimadores.

A insindicabilidade das recomendações por parte do Estado costeiro que as recebe, confere à CLPC um poder enorme. Sendo a CLPC constituída por geocientistas, tendo em conta a natureza dos conceitos do artigo 76.º, e apresentando as Diretrizes Científicas e Técnicas as fraquezas anteriormente apontadas¹²¹⁸, não se afigura difícil vislumbrar como possível uma divergência de interpretação jurídica relativamente a determinado conceito ou princípio jurídicos contidos no artigo 76.º. O entendimento da CLPC poderá prevalecer sempre, independentemente das novas propostas de extensão que o Estado costeiro venha a apresentar. Como agravante a esta situação, as novas propostas são, formalmente, sempre apreciadas pela mesma subcomissão¹²¹⁹, embora a composição desta possa variar ao longo do tempo, em virtude do resultado das eleições para a CLPC.

É neste desequilíbrio de posições entre os Estados costeiros e a CLPC que a questão da legitimidade se apresenta como especialmente relevante. A avaliação do modo de constituição e funcionamento da CLPC pela ótica dos fatores legitimadores permitirá, recuperando as ideias

¹²¹⁷ Vide, COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in regard to the submission made by Mexico in respect of the Western Polygon in the Gulf of Mexico on 13 December 2007*. 2009, figuras 2, 4, 5, 7, 9, 10 e Anexos II a V, não apresentados por solicitação expressa do Estado costeiro.

¹²¹⁸ Vide Parte II, Capítulo 3, 2.4 *supra*.

¹²¹⁹ A Regra 42, parágrafo 2, das Regras de Procedimento, estabelece o prazo da subcomissão estende-se da sua constituição até à ocasião do depósito das cartas e informação relevante pelo Estado costeiro, nos termos do artigo 76.º, n.º 9, da CNUDM. Um Estado costeiro que pretenda escapar a um entendimento desfavorável, inultrapassável por parte da subcomissão que apreciou a proposta de extensão, apenas poderá contar com o decurso do tempo e esperar que futuras eleições da CLPC tragam alteração à composição das subcomissões, fazendo fé que a visão do novo elenco sobre os pontos em discórdia seja mais favorável.

de BODANSKY anteriormente citadas, aferir a respetiva legitimidade, que se traduzirá no apoio e aceitação do seu trabalho pela comunidade de Estados, face ao mandato que lhe é conferido pela CNUDM. Na apreciação dos fatores legitimadores seguimos o modelo clássico de BARTOLO¹²²⁰, correspondente à legitimidade de título, derivada do modo de nomeação da CLPC, e legitimidade de exercício, entendida sob a perspetiva como são exercidas as funções pela CLPC enquanto órgão, e também pelos seus membros.

No que respeita à legitimidade de título, as dúvidas surgem na própria composição da CLPC, em particular, no modo como têm vindo a ser designados os membros da CLPC. A parte inicial do n.º 1, do artigo 2.º do Anexo II da CNUDM, ao dispor que a CLPC é composta por 21 elementos, peritos em geologia, geofísica ou hidrografia, eleitos pelos Estados Partes da Convenção, indica a eleição como a via pela qual são escolhidos os membros da CLPC. Uma eleição pressupõe a possibilidade de haver uma escolha entre várias opções, facto que nem sempre se tem verificado nas eleições para a CLPC¹²²¹. Nestas circunstâncias, as eleições constituem, essencialmente, não a possibilidade de escolha pelos Estados Partes dos candidatos com melhor currículo e mais aptos para o desempenho de funções na CLPC, mas antes uma mera formalidade de confirmação dos candidatos que se apresentam a votos.

A inexistência de candidatos a mais nos diversos grupos regionais está na base da segunda circunstância que potencialmente pode minar a legitimidade de título da CLPC. Ao longo das várias eleições para a CLPC têm-se apresentado a votos candidatos que não são peritos nas áreas de conhecimento exigidas pela CNUDM para o desempenho de funções naquele órgão. Naturalmente, cada Estado é soberano para apresentar o candidato que entende como mais adequado ou conveniente para o desempenho de funções na CLPC, independentemente das respetivas qualificações académicas e profissionais. Não existindo liberdade de escolha, por falta de alternativas, a opção de cada Estado que se apresenta como patrocinador de um membro a CLPC, acaba por ser imposta aos restantes Estados. A rejeição de um candidato à CLPC em sede Encontro de Estados Partes constitui uma possibilidade que, a existir, será meramente teórica¹²²². Neste contexto, tem acontecido a nomeação de candidatos cujas perícias técnicas

¹²²⁰ MIRANDA, J. - **Ciência Política. Formas de Governo**. 1996, p. 45.

¹²²¹ *Vide* Parte II, Capítulo 3, 2.1.2 *supra*.

¹²²² Rosa FREEDMAN refere que nunca nenhum órgão da ONU alguma vez rejeitou um candidato nomeado por um grupo regional, *vide* FREEDMAN, R. - **The United Nations Human Rights Council: A Critique and Early Assessment**. 2013, p. 24. A situação reportada por esta autora tem por base as nomeações para

pouco ou nada têm a ver com as requeridas pela CNUDM, facto que, seguramente, enfraquece a capacidade deste órgão para apreciar os processos de extensão que lhe são apresentados.

No que respeita à legitimidade de exercício, a situação também não está isenta de falhas. Entre os elementos que prejudicam a legitimidade de exercício distinguimos dois grupos. O primeiro corresponde às Diretrizes Científicas e Técnicas, que se tem vindo a revelar como um documento cristalizado no tempo, sem perspectivas anunciadas de mudança. Sem prejuízo da informação válida que contêm, apresenta deficiências graves, como as descritas ao longo do presente texto e resumidas no presente capítulo¹²²³, com a agravante de a CLPC lhes estar formalmente vinculada. Ao segundo grupo, de natureza mais conjuntural, corresponde um conjunto de elementos que resulta do modo de funcionamento da CLPC e dos seus membros. Neste grupo constam a falta de transparência de alguns dos procedimentos da CLPC tanto ao nível interno, nomeadamente no modo como são aprovadas as recomendações, como no detalhe com que estas são publicadas. No que toca aos membros da CLPC, merece especial destaque o exercício de assessoria não reportada à Comissão, facto que levanta suspeitas relativamente a eventuais violações das regras de conduta.

Tendo por base o anteriormente descrito, tudo leva a crer que existe um défice de legitimidade relativamente à CLPC, tanto no modo como esta é constituída, como também pelo modo com tem vindo a desempenhar as respetivas funções. As reações que têm vindo a ser tomadas pelos Estados Partes nas reuniões mais recentes demonstram uma preocupação crescente relativamente ao modo como a CLPC tem vindo funcionar, tendo sido inclusivamente mencionado que, em determinadas circunstâncias, a legitimidade da CLPC pode ficar em causa¹²²⁴.

Ao gigante em poderes deverá necessariamente corresponder uma base de legitimidade intocável. Só assim a comunidade de Estados que se relaciona com a CLPC, quer diretamente

comités de grande sensibilidade, como é o caso da Comissão de Direitos Humanos e o Conselho Económico e Social, em especial quando estão em causa candidatos oriundos de Estados indiciados como pouco respeitadores dos direitos humanos. Numa matéria politicamente pacífica como é a correspondente às funções da CLPC, somos de opinião que a hipótese de rejeitar formalmente, em plenário, um candidato por falta de habilitações ou qualificações, é muito remota.

¹²²³ Vide Parte II, Capítulo 3, 2.4 *supra*.

¹²²⁴

através das propostas de extensão, quer indiretamente pela apreciação dos resultados do exercício das funções, reconhece e aceita o resultado das suas decisões. É urgente, por isso, a revisão de procedimentos e comportamentos, sob pena de os Estados cada vez menos se reverem nas decisões tomadas pela CLPC e reagirem de modo crescente nos EEP.

PARTE III O PROJETO DE EXTENSÃO DE PORTUGAL

CAPÍTULO 1

FASES DO PROCESSO DE EXTENSÃO DE PORTUGAL

1. DA RATIFICAÇÃO DA CNUDM À CRIAÇÃO DA ESTRUTURA DE MISSÃO PARA A EXTENSÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL

O processo de extensão da plataforma continental de Portugal teve formalmente o seu início em 3 de novembro de 1997, data em que foi depositado, junto das Nações Unidas, o instrumento de ratificação relativo à CNUDM¹²²⁵. Nessa data ficaram reunidas as condições para que Portugal, como Estado Parte da CNUDM, pudesse formalmente dar início às ações necessárias à elaboração da proposta de extensão.

A primeira ação para a prossecução desta tarefa, teve lugar em 1998 com a criação da Comissão Interministerial para a Delimitação da Plataforma Continental (CIDPC)¹²²⁶ com o objetivo de investigar e apresentar uma proposta de delimitação da plataforma continental de Portugal. A CIDPC, sob a presidência do Diretor-Geral do Instituto Hidrográfico, iniciou os seus trabalhos em 27 de outubro de 1998, tendo produzido um Relatório Intercalar em março de 1999, no qual era proposto *«definir a vontade de execução do projeto, identificando a opção de utilizar navios de aluguer ou equipar tecnologicamente navios nacionais; definir a estrutura supraministerial para a execução do projeto e constituir uma equipa para a execução do projeto»*¹²²⁷. O Relatório Intercalar obteve parecer favorável do Conselho Consultivo da CIDPC, tendo, em 31 de agosto de 1999, o Ministro da Defesa Nacional exarado um despacho sobre o documento, no qual determinava a elaboração de *«um programa faseado que contemplasse a identificação de áreas de investigação com interesse simultâneo para o Projeto*

¹²²⁵ Aviso n.º 81/98, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, publicado no Diário da República I Série-A, N.º 93, de 21-4-1998.

¹²²⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/98, de 10 de julho, publicada no Diário da República Série I-B, de 10 julho de 1998. Pode ser consultada em <https://dre.pt/application/file/a/484972>

¹²²⁷ ABREU, M. P. DE et al. - **Extensão da Plataforma Continental - Um Projeto de Portugal - Seis Anos de Missão (2004-2010)**. 2012, p. 181.

e para a comunidade científica nacional e a preparação de um estudo de viabilidade»¹²²⁸.

No final de 2002, na sequência do referido Relatório e do correspondente despacho ministerial, também de 1999, foi entendido que a melhor forma de prosseguir com os trabalhos seria a realização de um Estudo Inicial, que envolveria duas fases distintas¹²²⁹:

- Uma primeira fase dedicada à compilação de dados; e
- Uma segunda fase centrada na análise da situação, tendo presente o artigo 76.º da CNUDM.

Para o cumprimento da primeira fase do Estudo Inicial foi criado o Grupo de Trabalho da Base de Dados da Plataforma Continental (GTBDPC), o qual tinha como missão identificar até 31 de março de 2003, os dados relevantes para a extensão da plataforma continental disponíveis, quer a nível nacional, quer a nível internacional, providenciar a respetiva aquisição, construir uma base de dados da plataforma continental capaz de integrar todos os dados identificados, efetuar o controlo de qualidade dos dados adquiridos e proceder à respetiva validação, e carregar os dados validados na base de dados da plataforma continental (BDPC). O segundo grupo de trabalho, criado a 22 de abril de 2003, por ocasião da cessação dos trabalhos do GTBDPC, tinha como incumbência a elaboração de um relatório sobre os dados disponíveis, relevantes para o estudo da possibilidade de extensão da plataforma continental portuguesa para além do limite das 200 milhas, o qual deveria pronunciar-se, fundamentadamente, tendo em conta tanto aspetos técnico-científicos, como aspetos jurídico-políticos.

A CIDPC, após a análise dos relatórios dos dois grupos de trabalho, concluiu e recomendou que a preparação e apresentação de uma proposta de extensão da plataforma continental deveria ser entregue a uma estrutura organizacional autónoma, com capacidade de promoção, coordenação, condução e acompanhamento dos trabalhos necessários. No seguimento da recomendação da CIDPC, foi criada a EMEPC com a missão de preparar uma proposta de extensão da plataforma continental de Portugal para além das 200 milhas para apresentação à CLPC, bem como o acompanhamento do processo de avaliação de propostas

¹²²⁸ *Ibidem.*

¹²²⁹ *Ibidem.*

por esta Comissão¹²³⁰.

2. A DATA LIMITE DE 13 DE MAIO DE 2009

O artigo 4.º do Anexo II da CNUDM refere que os Estados que tiverem intenção de estabelecer o limite exterior da sua plataforma continental além das 200 milhas devem fazê-lo logo que possível, mas em qualquer caso dentro dos 10 anos seguintes à entrada em vigor da Convenção para esse Estado. A primeira condicionante temporal para o Estado costeiro cumprir este dever tem a ver com a expressão “logo que possível”. Quer isto dizer que, se for possível o Estado costeiro realizar os trabalhos necessários à preparação e apresentação da proposta de extensão à CLPC em 5 anos, este seria, em teoria, o seu limite temporal. O prazo de 10 anos referido na CNUDM não prejudica, teoricamente, o primeiro limite materializado pela expressão “logo que possível”. O certo é que, em termos práticos, apenas cada um dos Estados conhece quais são efetivamente as suas capacidades para apresentar a sua proposta de extensão. O prazo de 10 anos constituía o limite material de controlo pela comunidade internacional, bem como uma referência importante para a delimitação da Área que, à época da Terceira Conferência se considerava como adequado para concluir o processo de extensão.

Estando em vigor a CNUDM relativamente a Portugal, a partir de 2 de dezembro de 1997¹²³¹, a proposta de extensão deveria ser entregue à DOALOS logo que possível, mas em

¹²³⁰ Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2005, de 17 de janeiro, publicada no Diário da República N.º 11/2005, Série I-B, de 17 de janeiro de 2005 (RCM 9/2005). Pode ser consultada em <https://dre.pt/application/file/a/626140>

A RCM 9/2005 foi sucessivamente prorrogada pelas:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2006, de 16 de fevereiro de 2006, pode ser consultada em <https://dre.pt/application/file/a/667575>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2007, de 8 de março de 2007 pode ser consultada em <https://dre.pt/application/file/a/520162>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2009, de 11 de março de 2009. pode ser consultada em <https://dre.pt/application/file/a/603798>

¹²³¹ CNUDM, artigo 308.º, n.º 2. A CNUDM entra em vigor no trigésimo dia após o depósito do respetivo instrumento de ratificação.

qualquer caso até ao final de 2007, dentro dos 10 anos seguintes à entrada em vigor da Convenção para Portugal. Com a publicação das Diretrizes Científicas e Técnicas, em 1999, no 11.º EEP, realizado em de 14 a 18 de maio de 2001, foi decidido que para os Estados Partes relativamente aos quais a CNUDM tenha entrado em vigor antes de 13 de maio de 1999, deveria ser entendido que o período de 10 anos referido no artigo 4.º do Anexo II da CNUDM passaria a ser contado a partir daquela data¹²³². No caso de Portugal, a data limite passava, assim, de 2 de dezembro de 2007, para 13 de maio de 2009.

Em 2008, dando seguimento às dificuldades que foram manifestadas ao longo dos diversos EEP por muitos Estados costeiros, em particular os Estados em vias de desenvolvimento, manifestou-se na comunidade internacional a convicção que se vinha criando de que, mesmo a data fixada pelo documento SPLOS/72, não seria suficiente para que os Estados que pretendessem levar a cabo os trabalhos necessários ao estabelecimento dos limites da plataforma continental para lá das 200 milhas e cumprir os prazos a que estavam adstritos. Este sentimento deu origem a nova ação no sentido de voltar a reconsiderar a data limite para entrega das propostas de extensão, protelando-a uma vez mais.

Neste sentido, a alínea a) do n.º 1 do documento SPLOS/183 veio referir que *«é entendido que o período referido no artigo 4.º do Anexo II à Convenção e a decisão contida no documento SPLOS/72, parágrafo (a), podem ser satisfeitos pela submissão ao Secretário-Geral de uma informação preliminar indicativa dos limites exteriores da plataforma continental para além das 200 milhas náuticas e uma descrição do estado da preparação e data prevista para a realização da submissão em conformidade com o requerido no artigo 76.º da Convenção e com as Regras de Procedimento e as Normas Técnicas e Científicas da Comissão de Limites da Plataforma Continental»*¹²³³.

Tem sido debatido na doutrina se esta alteração relativamente ao prazo dos 10 anos

¹²³² Vide nota 600, al. (a).

⁽¹²³³⁾ Versão original: *“It is understood that the time period referred to in article 4 of annex II to the Convention and the decision contained in SPLOS/72, paragraph (a), may be satisfied by submitting to the Secretary-General preliminary information indicative of the outer limits of the continental shelf beyond 200 nautical M and a description of the status of preparation and intended date of making a submission in accordance with the requirements of article 76 of the Convention and with the Rules of Procedure and the Scientific and Technical Guidelines of the Commission on the Limits of the Continental Shelf”*.

constitui uma alteração substancial da CNUDM¹²³⁴. Algumas decisões tomadas no âmbito dos EEP merecem, igualmente, uma breve referência pela sua natureza e importância. A CNUDM prevê nos artigos 312.º a 314.º a possibilidade de serem efetuadas emendas ao texto convencional segundo um procedimento cuja complexidade formal está relacionada com o objeto em concreto da alteração em causa. Assim, as emendas podem seguir um procedimento simplificado quando estejam em causa alterações que não se relacionem com atividades na Área. Tendo já decorrido 10 anos sobre a entrada em vigor da Convenção⁽¹²³⁵⁾, qualquer Estado Parte pode propor, mediante comunicação escrita ao Secretário-Geral da Autoridade ou ao SGNU conforme respeitem ou não a atividades na Área, incluindo a Secção 4 do Anexo VI, emendas concretas à CNUDM.

Em princípio, a existência destes procedimentos afastaria a possibilidade de a Convenção ser alterada por outros meios que não fossem os anteriormente referidos. Independentemente da intenção que possa ter subjazido à produção das normas convencionais suprarreferidas, as decisões tomadas nos 11.º⁽¹²³⁶⁾ e 18.º⁽¹²³⁷⁾ EEP constituem de facto, materialmente, emendas ao texto convencional. É unanimemente aceite que todos estes documentos, que foram aprovados por unanimidade⁽¹²³⁸⁾, constituem instrumentos indispensáveis à aplicação da CNUDM nas partes a que dizem respeito. Os documentos SPLOS/72 e SPLOS/183 configuram-se como emendas ao artigo 4.º do Anexo II da CNUDM na parte que se refere ao prazo de 10 anos conferido aos Estados costeiros para que entreguem à CLPC a respetiva proposta de extensão onde constem os limites da plataforma continental para lá das 200 milhas.

Apesar de a partir de junho de 2008, com a publicação do documento SPLOS/183, Portugal não ter, necessariamente, que apresentar a proposta de extensão até 13 de maio de

¹²³⁴ Relativamente a esta questão vide KUNOY, B. - The 10 Year Time Frame to Disputed Areas. 2009; KUNOY, B. - Disputed Areas and the 10-Year Time Frame: A Legal Lacuna? 2010.

⁽¹²³⁵⁾ Facto que, segundo o artigo 312.º, n.º 1 *ab initio*, constituem um pressuposto essencial para a realização de emendas.

⁽¹²³⁶⁾ Vide documento SPLOS/72, de 29 de maio de 2001.

⁽¹²³⁷⁾ Vide documento SPLOS/183, de 20 de junho de 2008.

⁽¹²³⁸⁾ A propósito do consenso D'Amato refere “[C]onsensus in a sense is a replacement for custom. For it is clear that if there is an international “consensus” that an alleged rule is in fact a rule of international law, then that’s the end of the matter! What we mean by a rule of international law is a rule that has achieved an international consensus as to its validity.” D’AMATO, A. 2004. *International Law Sources*. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, p.185.

2009, foi mantido e cumprido o prazo inicialmente previsto. A proposta portuguesa foi, assim, entregue na DOALOS no dia 11 de maio de 2009, ocupando a posição 44 na lista de Estados que entregaram propostas de extensão parciais ou totais. Importa realçar o facto de, tendo em conta o disposto na Regra 51, parágrafo 4 *ter*, das Regras de Procedimento, as propostas de extensão serem consideradas pela ordem em que são recebidas. Seguindo a ordem estabelecida, os trabalhos relativos à proposta de extensão portuguesa tiveram início em 14 de agosto de 2017.

3. CONSIDERAÇÃO DA PROPOSTA DE PORTUGAL PELA CLPC

As principais fases do procedimento relativo à consideração pela CLPC das propostas de extensão são as sumariamente representadas Figura 27. No caso português, o processo junto da CLPC começou com a entrega da proposta de extensão em 11 de maio de 2009, tendo o Sumário Executivo sido publicitado no sítio da internet da DOALOS¹²³⁹ com a finalidade de permitir à comunidade internacional pronunciar-se sobre os limites apresentados e sobre outros aspetos relativos extensão, designadamente, as questões sobre delimitação das zonas marítimas ainda não resolvidas com Espanha e Marrocos. Como regra, a avaliação da proposta de extensão deve ser agendada pela Comissão para a sessão ordinária seguinte à da apresentação, desde que esta não ocorra antes de decorridos, pelo menos, 3 meses a contar da data da publicitação do Sumário Executivo¹²⁴⁰. Nesta fase processual os Estados devem apresentar as cartas com os limites propostos, as disposições do artigo 76.º aplicados, bem como a localização dos pontos de PdT, o nome dos membros da CLPC que prestaram assessoria científica e técnica, a existência de eventuais controvérsias e, por último, uma apreciação sobre os comentários efetuados pelos outros Estados através de notas verbais¹²⁴¹. Qualquer Estado, seja ou não parte da CNUDM, pode objetar ou comentar a proposta de extensão apresentado por outro Estado. Por regra, se o fizer até ao agendamento da primeira reunião ordinária da CLPC, esses comentários ou objeções

¹²³⁹ PORTUGAL, *Continental Shelf Submission of Portugal Pursuant to Article 76 Paragraph 8 of the United Nations Convention on the Law of the Sea - Executive Summary*. 2009.

¹²⁴⁰ Regras de Procedimento, Anexo III, II, parágrafo 2.

¹²⁴¹ *Ibidem*.

são esclarecidos, nessa mesma reunião, pelo Estado que apresenta a proposta de extensão.

O grande número de propostas de extensão apresentadas em maio de 2009, deu origem a uma adaptação à regra anteriormente referida. A CLPC considerou não ser viável a apresentação por parte de todos os Estados que entregaram proposta de extensão próximo da data de 11 de maio de 2009, entre os quais se encontra Portugal, na 2ª reunião de 2009. Nesta situação, foram apresentadas como hipóteses o diferimento da apresentação da proposta portuguesa para a 1ª reunião de 2010 ou, caso fosse considerado mais conveniente, para depois de 2012, após as eleições da nova CLPC. A opção escolhida foi a primeira, tendo a apresentação formal da proposta de extensão portuguesa perante a CLPC tido lugar no dia 13 de abril de 2010.

Chegada a fase do exame da proposta de extensão pela CLPC, após uma análise preliminar pelo plenário, a proposta é examinada por uma subcomissão constituída por 7 elementos¹²⁴² escolhidos entre os 21 que compõem a CLPC respeitando, igualmente, a distribuição geográfica e as valências técnicas dos membros da CLPC¹²⁴³.

É no âmbito das subcomissões que se efetua a avaliação técnica da proposta e são efetuadas as principais consultas com o Estado que a apresenta, sendo a evolução da avaliação reportada periodicamente pela subcomissão ao plenário da CLPC. Após estas etapas, a subcomissão apresenta a sua avaliação final global ao plenário da CLPC, já sob a forma de recomendações, as quais têm que ser aprovadas por maioria de dois terços dos seus membros presentes e votantes¹²⁴⁴. A prática até ao momento tem ido no sentido de procurar que as questões em análise sejam decididas por consenso. O sentido das recomendações é fundamental para os procedimentos seguintes. Se as recomendações considerarem que os dados e informação apresentados justificam os limites propostos pelo Estado costeiro, este está em condições de

¹²⁴² COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Progress of work in the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. [CLCS/98]. 2017, parágrafo 88. À data da conclusão do presente texto não eram conhecidos, formalmente, os nomes dos membros da CLPC que vão considerar a proposta portuguesa.

¹²⁴³ Nos termos do disposto no artigo 5.º do Anexo II, da CNUDM, e do parágrafo 1 da Regra 42 das Regras de Procedimento, os membros da CLPC que forem nacionais do Estado costeiro interessado não serão membros da subcomissão que trate do caso. No caso da proposta portuguesa, o Prof. Doutor Aldino Campos não faz parte dos membros da subcomissão que apreciará a proposta de extensão portuguesa.

¹²⁴⁴ Regras de Procedimento, Regra 35.

estabelecer os limites da plataforma continental além das 200 milhas, em conformidade com o seu Direito interno. Se as recomendações emitidas pela CLPC forem no sentido contrário, o Estado tem a oportunidade, dentro de um período de tempo razoável, de rever o projeto de extensão apresentado ou então apresentar nova proposta que incorpore um projeto de extensão diferente do anteriormente apresentado, à luz das recomendações propostas pela CLPC¹²⁴⁵.

Tal como referido anteriormente¹²⁴⁶, a base do talude continental e os pontos de PdT são os elementos chave na definição do limite exterior da plataforma continental, merecendo, por isso, análise cuidada por parte da CLPC. A natureza unilateral do processo de extensão faz com que os Estados utilizem os melhores argumentos jurídicos e científicos para justificar o limite exterior apresentado. É, por isso, pouco provável que numa proposta de extensão sejam aprovados ou rejeitados todos os pontos de PdT¹²⁴⁷, pelo que o resultado final dificilmente terá o desenho inicial da proposta de extensão. A aquisição posterior de dados que melhorem os já contidos na proposta de extensão, as consultas entre a CLPC e o Estado e/ou uma eventual reformulação da estratégia e argumentação ao longo do processo são outros dos fatores que podem originar uma alteração do desenho inicial do limite exterior da plataforma continental. O processo termina com a publicação de um diploma legal que contenha o limite exterior da plataforma continental, o qual deverá ser depositado junto do SGNU e publicitado. A proposta de extensão da plataforma continental portuguesa é complexa, uma vez que compreende contexto geológicos, geofísicos e geomorfológicos distintos, distribuídos por três placa tectónicas diferentes¹²⁴⁸.

O modo como as três regiões se associam e o contexto particular de parte importante da extensão na região dos Açores se situar sobre a Crista Médio-Atlântica, pode levar a possíveis divergências de entendimentos entre Portugal e a CLPC sobre as localizações dos pontos de

¹²⁴⁵ Em conformidade com o artigo 8.º, do Anexo II da CNUDM.

¹²⁴⁶ Parte I, Capítulo 2, 4 e 5, *supra*.

¹²⁴⁷ No caso da proposta de extensão parcial do Reino Unido, relativo à ilha da Ascensão, a CLPC considerou que os pontos de PdT apresentados não satisfazem os requisitos do artigo 76.º e dos capítulos 5 e 7 das Regras de Procedimento. *Vide* COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland in Respect of Ascension Island on 9 May 2008*. 2010, parágrafo 53, p. 15.

¹²⁴⁸ Norte americana, euro asiática e núbica (africana).

PdT e, eventualmente, sobre a sua qualificação jurídica. Consideramos, assim, como possível uma eventual reconsideração por Portugal de alguns dos pontos de PdT, bem como uma possível necessidade de apresentar uma nova proposta, nos termos do artigo 8.º do Anexo II da CNUDM. Contudo, é fundamental que estejam definidos, a nível interno na delegação portuguesa, os limites mínimos a partir dos quais não deverá existir recuo, em particular nas situações em que as recomendações da CLPC se baseiem em interpretações incorretas dos princípios e conceitos da CNUDM.

CAPÍTULO 2

DETERMINAÇÃO DO LIMITE EXTERIOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL DE PORTUGAL

1. LINHAS DE AÇÃO ESTRATÉGICA

O projeto de extensão da plataforma continental é, para todos os Estados que estão nele envolvidos, de importância fundamental. Na atual moldura jurídico-internacional relativa ao mar, trata-se da última oportunidade para os Estados costeiros estabelecerem os limites territoriais de soberania relativamente aos recursos vivos e não vivos do leito e subsolo. Este projeto permite a Portugal estender a área de soberania e jurisdição relativamente ao mar, dos atuais 1.700.000 km², para um valor que poderá ir até aos 3.900.000 km², dependendo do resultado das recomendações da CLPC. Embora a prospeção e exploração dos recursos vivos e não vivos, correspondentes à plataforma continental para lá das 200 milhas, possa não representar uma vantagem económica imediata, os anos que agora atravessamos constituem a oportunidade para realizar o projeto e conseguir os novos limites de soberania e jurisdição relativamente à plataforma continental para lá das 200 milhas. Um dia em que os recursos escasseiem em terra e que a tecnologia e os custos das matérias primas permitam a exploração no mar, o potencial de riqueza em recursos naturais dos Estados estará em quem maiores áreas tiver no mar.

Um projeto desta natureza requer uma definição clara no que respeita aos princípios estratégicos que lhe estão subjacentes e que devem orientar a ação do Estado no sentido de conseguir os resultados a que se propõe, *i.e.*, obter a maior área possível dentro do quadro normativo da CNUDM e do Direito Internacional, atentos, naturalmente, as regras diretamente respeitantes à definição do limite exterior da plataforma continental, às funções e funcionamento da CLPC e o princípio da boa-fé¹²⁴⁹ e da convivência pacífica entre os Estados e os povos, tal como estabelecido na Carta das Nações Unidas. O respeito pelos princípios agora enunciados, que devem caracterizar a ação de todos os Estados, não deve afastar a determinação

¹²⁴⁹ CNUDM, artigo 300.º.

em seguir um rumo claro naquilo que são os objetivos e interesses nacionais. Um projeto desta dimensão e natureza tem, igualmente, uma componente política e diplomática fundamental. No fundo, trata-se de “traçado de fronteiras” com relevância direta nos direitos soberanos a exercer por Portugal no mar.

1.1. Linhas de ação estratégica internacional

A primeira linha de ação a ser observada na elaboração da proposta de extensão foi, assim, conseguir a maior área possível de plataforma continental para lá das 200 milhas. Neste contexto de *realpolitik*, a proposta de extensão não deve ser entendida como um trabalho académico no qual a aclamação e louvor sejam fundamentais e por si só bastem para a prossecução dos objetivos. É, igualmente, fundamental que a proposta seja ambiciosa, bem estruturada jurídica e cientificamente, que esteja solidamente fundamentada, com os melhores dados e informação científicos que seja possível obter, em quantidade e qualidade, e que seja bem defendida junto da CLPC. Só existirá a certeza que foi alcançado o melhor resultado possível se os cerca de 160 pontos de PdT que contribuem para o limite exterior da plataforma continental portuguesa forem defendidos afincadamente junto da CLPC, com uma estratégia adequada, e que o resultado obtido de cada um deles represente o que de melhor seria possível alcançar face aos dados, informação e argumentação apresentados. A prossecução deste objetivo estratégico pode implicar que a consideração da proposta portuguesa pela CLPC seja demorada e que requeira a apresentação de novos dados e fundamentação adicional. Pode, igualmente, ser necessário apresentar uma proposta revista para alguma das áreas, facto que poderá implicar uma demora de meses, ou mesmo anos, no processo até à obtenção de recomendações favoráveis.

A segunda linha de ação estratégica consistiu em conseguir a nomeação de um elemento português como membro da CLPC. Esse objetivo estratégico foi conseguido por três vezes, para os mandatos de 2002/2007, 2007/2012 com a eleição de Maia Pimentel¹²⁵⁰, e para o mandato de 2017/2022, com a eleição de Aldino Campos¹²⁵¹. Apesar de existirem deveres de

¹²⁵⁰ Engenheiro hidrógrafo, capitão-de-mar-e-guerra da Marinha portuguesa.

¹²⁵¹ Engenheiro hidrógrafo, PhD em engenharia do território, capitão de fragata da Marinha portuguesa.

independência e imparcialidade a que os membros da CLPC estão sujeitos¹²⁵², a presença de um elemento português como membro da CLPC é importante a vários níveis. Primeiro, porque conhece o *modus operandi* e as sensibilidades dos outros membros da CLPC relativamente aos vários pormenores científicos e técnicos da proposta de extensão, bem como a sensibilidade relativamente a alguns dos conceitos do artigo 76.º que são de aceitação mais complexa para alguns dos membros mais conservadores. Depois, sendo os membros portugueses da CLPC pessoas de elevada competência técnica, reconhecida pela generalidade dos outros membros da CLPC, têm a hipótese de influenciar as linhas de pensamento da própria CLPC, num sentido que seja mais favorável aos conceitos e metodologias da proposta de extensão portuguesa. Finalmente, sendo uma das funções da CLPC a assessoria científica e técnica aos Estados que dela necessitem para a preparação das respetivas propostas de extensão, é normal a participação de membros da CLPC em ações de formação e conferências em vários Estados, pelo que as ideias e linhas de pensamento anteriormente referidas podem, igualmente, ser disseminadas não só dentro da CLPC como fora desta, nas ações referidas.

A terceira linha de ação consistiu em assumir os deveres de proteção ambiental definidos na CNUDM relativamente às áreas de plataforma continental para lá das 200 milhas. O dever de os Estados protegerem o ambiente marinho está previsto na CNUDM, em especial na sua Parte XII, nos artigos 192.º, 193.º e 194.º. Conforme refere Marta Chantal RIBEIRO, embora os dilemas da biodiversidade não estivessem no elenco de prioridades dos negociadores da Convenção, o texto final dá suporte incontestado à inclusão da proteção da biodiversidade no dever geral cometido aos Estados (destaca-se o artigo 145.º, alínea b), e o artigo 194.º, n.º 5). A Parte XII da CNUDM é de aplicação transversal, pelo que o dever dos Estados se estende a todos os espaços marítimos¹²⁵³, incluindo, naturalmente, a plataforma continental para lá das 200 milhas.

A decisão em avançar para a criação de áreas marinhas protegidas (AMPs) resultou de uma nomeação formal apresentada pelo World Wide Fund for Nature¹²⁵⁴ (WWF) junto da Comissão OSPAR¹²⁵⁵, tendo em vista a nomeação da fonte hidrotermal *Rainbow* como AMP

¹²⁵² Vide Parte II, Capítulo 3, 2.3.1 *supra*.

¹²⁵³ RIBEIRO, M. C. - A criação de AMPs nas zonas da plataforma continental para lá das 200 mn: Direito do Mar, CLPC e experiência pós-«Rainbow». 2010, p. 24.

¹²⁵⁴ Nos EUA e Canadá mantém o nome original World Wildlife Foundation, *vide*

¹²⁵⁵ Portugal é parte da Convenção OSPAR desde 25 de março de 1998, *vide* Aviso n.º 122/98, de 30 de junho

no alto mar, para lá das jurisdições nacionais¹²⁵⁶. Uma vez que por essa altura os dados e informação relativos à proposta de extensão portuguesa indicavam, com grau de certeza razoável, que a zona em que se situa o campo hidrotermal *Rainbow* fará parte da plataforma continental de Portugal para lá das 200 milhas, a qualificação daquela área do fundo marinho como sendo “para lá da jurisdição nacional” (*beyond national jurisdiction*) não seria aceitável para Portugal. Nessa conformidade, no decurso de reunião do Grupo de Trabalho sobre Áreas Marinhas Protegidas Espécies e Habitats (*Working Group on Marine Protected Areas, Species and Habitats* – MASH), que teve lugar na cidade da Horta, de 2 a 4 de outubro de 2006, Portugal apresentou uma declaração onde foi referida a necessidade de proteger o campo hidrotermal *Rainbow* enquanto ecossistema especialmente vulnerável. Para além do exposto nos artigos 76.º e 77.º da CNUDM, a argumentação para a declaração do *Rainbow* como AMP sob jurisdição portuguesa assentou, igualmente, na necessidade de aplicar medidas preventivas, com base no princípio da precaução, devido ao muito tempo que ainda faltava para a obtenção de recomendações favoráveis para aquela área, por parte da CLPC. Outro aspeto importante da declaração consistiu na menção expressa que os poderes de Portugal relativamente àquela área se circunscreviam estritamente à proteção ambiental, em nada beliscando as restantes liberdades de alto mar. Com esta posição, Portugal pretendeu sublinhar a rejeição no que respeita à qualificação de AMPs que se situem sobre a plataforma continental portuguesa para lá das 200 milhas como áreas marinhas para lá da jurisdição nacional. Por outro lado, encontrando-se à época ainda numa fase de preparação da proposta de extensão, com a proposta de nomeação do *Rainbow* como uma AMP sob jurisdição nacional, Portugal pretendeu, igualmente, assumir os deveres de proteção ambiental ainda antes da obtenção de recomendações da CLPC, e de futura exploração daquelas áreas¹²⁵⁷.

de 1998, publicado no Diário da República n.º 148/1998, Série I-A de 30-06-1998. O anexo V e apêndice n.º 3 da Convenção entraram em vigor relativamente a Portugal em 25 de março de 2006, *vide* Aviso n.º 578/2006, de 5 de maio de 2006, publicado no Diário da República n.º 87/2006, Série I-A de 05-05-2006.

¹²⁵⁶ Para informação detalhada sobre esta matéria, *vide* RIBEIRO, M. C. - The «Rainbow»: The First National Marine Protected Area Proposed Under the High Seas. 2010; RIBEIRO, M. C. - A criação de AMPs nas zonas da plataforma continental para lá das 200 mn: Direito do Mar, CLPC e experiência pós-«Rainbow». 2010.

¹²⁵⁷ Marta Chantal RIBEIRO refere que, sobre esta matéria, é sugerido que os direitos conferidos pelo artigo 77.º da CNUDM, *i.e.*, direitos com vista à prospeção da plataforma continental e à exploração dos respetivos

1.2. Linhas de ação estratégica interna

Em 1994, na altura em que a CNUDM entrou em vigor, a interpretação e aplicação do artigo 76.º constituía uma novidade absoluta a nível global. Tratava-se de uma matéria que não se ensina nas faculdades de ciências e de Direito, que compreende uma terminologia que é familiar para as geociências, mas que a respetivamente aplicação nos termos em que lhes é conhecida, apresenta resultados que não são coerentes, não fazendo sentido muitas das vezes, tendo em conta a dogmática geocientífica. Por outro lado, nas faculdades de Direito, o recurso a princípios interpretativos conduz a resultados que são, face aos cânones geocientíficos, de difícil aceitação¹²⁵⁸.

Para o cumprimento da missão foi estabelecido, a nível interno, um conjunto de linhas de ação estratégica, que se considerou indispensável para o sucesso de um projeto desta natureza, com aprovação e acompanhamento constante por parte dos membros do governo competentes e com conhecimento da Comissão de Defesa da Assembleia da República. Essas linhas de ação estratégica assentaram nos seguintes objetivos¹²⁵⁹:

1. Acompanhamento, a nível internacional, de todos os seminários e conferências relativos, direta ou indiretamente, aos projetos de extensão da plataforma continental;
2. Intervenção nos diversos *fora* internacionais defendendo o processo de extensão como essencialmente jurídico no que respeita à definição dos conceitos contidos no artigo 76.º;

recursos, são acompanhados pelo dever de proteger o ambiente marinho. *Vide* RIBEIRO, M. C. - The «Rainbow»: The First National Marine Protected Area Proposed Under the High Seas. 2010, p. 190.

Para lá do *Rainbow*, até à presente data foram constituídas outras AMPs na plataforma continental além das 200 milhas. À exceção exceção da AMP *Josephine*, as AMPs portuguesas relativas à plataforma continental além das 200 milhas (*Altair*, *Antialtair*, *Mid-Atlantic Ridge North of Azores*, *Rainbow* e Grande Meteor) estão incluídas, no Parque Marinho dos Açores, aprovadas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2016/A.

¹²⁵⁸ Como exemplo desta situação pode apontar-se o facto de a Crista Médio-Atlântica, que cientificamente é qualificada como uma crista oceânica, juridicamente poder fazer parte da margem continental do Estado costeiro e da plataforma continental para lá das 200 milhas, aparentemente (sublinhe-se) em contradição com o n.º 3 do artigo 76.º da CNUDM.

¹²⁵⁹ Parcialmente descritos em ABREU, M. P. DE et al. - **Extensão da Plataforma Continental - Um Projeto de Portugal - Seis Anos de Missão (2004-2010)**. 2012, pp. 188-191.

3. Ação continuada em conferências internacionais e em contactos informais com os membros da CLPC no sentido de ser dado cumprimento à Regra 11.3 do Anexo III, Parte V, das Regras de Procedimento da CLPC respeitante à publicação do sumário das recomendações;
4. Procura constante da solução técnica e juridicamente defensável mais vantajosa para Portugal.

Desde os primeiros momentos de funcionamento da EMEPC que existiu a consciência de que para o sucesso da missão e objetivos atribuídos, seria necessária a definição de uma linha de ação estratégica que passasse necessariamente por uma forte componente internacional. A natureza própria dos processos de extensão, o modo como são avaliados pela CLPC, e o facto de se basearem em matérias aplicadas que constituem o “estado da arte” no que respeita à hidrografia, geologia, geofísica e Direito Internacional, impõem o conhecimento atualizado sobre o que de melhor se faz e discute relativamente àquelas disciplinas. A presença em todos os *fora* internacionais que versem sobre este tema é indispensável até ao final do projeto.

2. REFERÊNCIAS SEGUIDAS NA PREPARAÇÃO DA PROPOSTA DE EXTENSÃO PORTUGUESA

A CNUDM foi a principal fonte de Direito seguida para a definição do limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas. No entanto, como foi referido nas Partes anteriores, as regras e os procedimentos contidos na CNUDM são claramente insuficientes para permitir que os Estados costeiros que têm em curso a preparação das respetivas propostas de extensão obtenham uma orientação clara, consistente e uniforme para a definição do limite exterior da plataforma continental. Tendo isto presente, e assumindo que as Diretrizes Científicas e Técnicas e as Regras de Procedimento são o conjunto de regras e procedimentos mais desenvolvidos a serem seguidos para a preparação da proposta de extensão, Portugal adotou-os na medida em que não entram em conflito com a CNUDM, ou com os princípios do Direito Internacional. A este respeito sublinha-se o entendimento manifestado pela doutrina no sentido que as Diretrizes Científicas e Técnicas e as Regras de Procedimento não são juridicamente vinculativas para os Estados costeiros, uma vez que não fazem parte integrante

da Convenção¹²⁶⁰.

Por outro lado, existem algumas matérias importantes nas Diretrizes Científicas e Técnicas que também não são suficientes para orientar o Estado costeiro sobre os procedimentos necessários para realizar o trabalho, tendo em vista a preparação da sua proposta de extensão¹²⁶¹. Esta situação é expressamente reconhecida pela Comissão ao referir que «*está ciente de que podem existir outras metodologias científicas e técnicas utilizadas pelos Estados para implementar o disposto no artigo 76.º*»¹²⁶². Contudo, isto parece igualmente significar que, além do reconhecimento de outras metodologias científicas e técnicas possíveis e igualmente válidas, a CLPC não reconhece expressamente a existência potencial de outras interpretações jurídicas além da sua.

Para além das Diretrizes Científicas e Técnicas a proposta portuguesa seguiu os entendimentos e orientações científicas e técnicas constantes noutros documentos. Assim, foram tidos em consideração os resumos das recomendações então publicados pela CLPC, em conformidade com as Regras de Procedimento¹²⁶³. As decisões e considerações anteriores da CLPC relativas a aspetos científicos, técnicos e jurídicos específicos contidos nas propostas já apresentadas foram consideradas por Portugal como um meio de interpretação complementar. Foi entendido que as referidas decisões e consideração constituem a prova da prática subsequente seguida pela CLPC quanto à sua interpretação e aplicação das regras contidas no artigo 76.º da CNUDM, no Anexo II, e no Anexo II ao Ato Final. A solução já seguida e adotada pela Comissão numa situação particular pode, assim, ser particularmente importante em situações em que a solução técnica ou jurídica contida nas Diretrizes Científicas e Técnicas possa ser considerada insuficiente ou pouco clara.

¹²⁶⁰ ANTUNES, N. M., PIMENTEL, F. M. - Reflecting on the legal-technical interface of article 76 of the LOSC: tentative thoughts on practical implementation. 2003, p. 6, nota 21.; COMMITTEE ON THE LEGAL ISSUES OF THE OUTER CONTINENTAL SHELF OF THE INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION, *Legal Issues of the Outer Continental Shelf*. [CLIOCS 2004] 2004, p. 10; SUAREZ, S. V. - **The Outer Limits of the Continental Shelf - Legal Aspects of Their Establishment**. 2008, p. 129;

¹²⁶¹ Como exemplo desta situação, pode-se destacar, entre outros, a qualificação do relevo submarino.

¹²⁶² Diretrizes Científicas e Técnicas, parágrafo 1.4, p. 7. Versão original: «*the Commission is aware that there might be other scientific and technical methodologies used by States to implement the provisions of article 76*».

¹²⁶³ Regras de Procedimento, Regra 54, parágrafo 3, e Anexo III, V.11.3.

Para além dos documentos já mencionados que serviram de orientação à proposta de extensão de Portugal, revestiram-se de igual importância outras contribuições e a doutrina oferecidas por organizações científicas e técnicas, governamentais e não governamentais, divulgadas em monografias, revistas científicas, conferências ou outro tipo de publicações. Entre estes mereceu especial importância a informação científica e técnica contida nos documentos emitidos pelas Organizações indicadas no n.º 2 do artigo 3.º do Anexo II da CNUDM e no Anexo das Diretrizes Científicas e Técnicas¹²⁶⁴, nomeadamente, a UNESCO e a OHI. Estas contribuições foram consideradas igualmente válidas como uma fonte importante para a aplicação do artigo 76.º, uma vez que as regras ou os procedimentos nele contidos estão em conformidade com o quadro legal da CNUDM, os princípios de Direito Internacional e as metodologias contidas nas Diretrizes Científicas e Técnicas, e que não são contraditórias de forma consistente por uma parte substancial da doutrina científica. Entre estes documentos merecem especial destaque o Manual de Treino e o TALOS.

3. AVALIAÇÃO GLOBAL DAS CARACTERÍSTICAS GEOLÓGICAS E GEOMORFOLÓGICAS E DO PROLONGAMENTO NATURAL

A preparação de uma proposta de extensão da plataforma continental constitui uma tarefa que requer uma quantidade significativa de recursos, financeiros, humanos e tecnológicos. São necessários muitos dias de navio no mar¹²⁶⁵, com custos importantes de operação, bem como técnicos qualificados aptos a processar os dados adquiridos pelos navios e a convertê-los em informação que irá permitir o cálculo dos diversos parâmetros necessários para a preparação da proposta de extensão.

A primeira fase da preparação de uma proposta de extensão consiste em avaliar se as características geológicas e geomorfológicas do Estado costeiro permitem estender a plataforma continental para lá das 200 milhas. Presentemente, graças ao acesso livre a bases de

¹²⁶⁴ Vide pp. 88-91.

¹²⁶⁵ A grande maioria dos levantamentos hidrográficos foram efetuados pelos navios hidrográficos da Marinha, os N.R.P. “D. Carlos I” e “Almirante Gago Coutinho”.

dados internacionais que contêm dados de geologia e geomorfologia é possível, com alguma facilidade, prever com grau de aproximação relativamente grande se os Estados estão em condições de estender a plataforma continental para lá das 200 milhas. Para esse efeito é utilizado o *software* adequado, parte dele construído propositadamente para a preparação de projetos de extensão, juntamente com sistemas de informação geográfica que, em conjunto, permitem calcular os diversos parâmetros científicos necessários à preparação da proposta de extensão. No caso português essa avaliação inicial foi efetuada através de um Estudo Preliminar efetuada pela CIDPC.

A Figura 28 constitui uma simplificação, adaptada à proposta portuguesa, do diagrama de blocos representado nas Diretrizes Científicas e Técnicas¹²⁶⁶, com as principais fases de preparação da proposta de extensão portuguesa. Enquanto o diagrama das Diretrizes Científicas e Técnicas junta as componentes científicas e processuais genéricas de um projeto de extensão em abstrato, o diagrama da Figura 28 centra-se apenas ao nível das diversas etapas científicas.

A Figura 29 representa as estruturas geomorfológicas geradas a partir do território emerso de Portugal continental e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira¹²⁶⁷. Um processo que poderá ajudar a interpretar esta Figura consiste em imaginar que o Oceano Atlântico é completamente escoado, ficando a descoberto o relevo submarino. Numa primeira análise poderá considerar-se que farão parte do prolongamento natural do território emerso o relevo submarino que se desenvolve a partir deste em direção à bacia oceânica.

Na avaliação das partes do leito e subsolo que poderá fazer parte do prolongamento natural do território emerso, duas questões poderão surgir à partida. A primeira questão tem a ver com a determinação do local onde o prolongamento natural acaba. Na Figura 29, poderá pensar-se que um dos locais onde esse prolongamento natural poderá terminar será nas áreas representadas numa zona de transição das cores verde para azul, correspondendo a esta última cor as zonas de maior profundidade da bacia oceânica. Por outro lado, ao longo da crista Médio-Atlântica as cores sugerem que o prolongamento natural gerado a partir do território emerso português poderá continuar para norte em direção ao *Reykjanes Ridge*, Islândia, e para

¹²⁶⁶ Diretrizes Científicas e Técnicas, CLCS/11/Add. 1/Corr. 1, pp. 3-4.

¹²⁶⁷ A proposta portuguesa está dividida em 3 regiões: região oeste, região leste e região do Banco da Galiza. Vide PORTUGAL, *Continental Shelf Submission of Portugal Pursuant to Article 76 Paragraph 8 of the United Nations Convention on the Law of the Sea - Executive Summary*. 2009.

sul em direção ao Atlântico Sul. A segunda questão tem a ver com a avaliação da própria estrutura geomorfológica ao longo do seu comprimento, no sentido de saber a partir de que profundidade se deve considerar que existe uma interrupção que cause uma quebra no prolongamento natural.

Sobre esta matéria, a Figura 13 será, porventura, mais óbvia e esclarecedora que a Figura 29. Reformulando novamente a questão, tendo agora por base a Figura 13, poderá questionar-se relativamente aos relevos submarinos 1 e 2, que altura deve ter a “sela 1” e a “sela 2” acima da cota média dos fundos marinhos circundantes a azul, para que se possa considerar que não existiu uma interrupção no prolongamento natural? No caso português esta situação tem mais significado no relevo submarino que se desenvolve a partir da metade sul de Portugal continental. Conforme anteriormente referido, a CLPC tem considerado vários valores que vão de 700 a 3.000 metros acima do nível médio dos grandes fundos marinhos como não interrompendo o prolongamento natural¹²⁶⁸. Recorde-se uma vez mais que, contrariamente ao sugerido no Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, a análise do prolongamento natural constitui um processo prévio relativamente à determinação do bordo exterior da margem continental¹²⁶⁹.

Importa finalmente recordar que os exemplos anteriormente indicados referem uma análise ao prolongamento natural com base na morfologia. Contudo, existem circunstâncias expressamente reconhecidas pela CLPC nas quais o prolongamento natural foi determinado com base em elementos geológicos, como é o caso da espessura de sedimentos¹²⁷⁰. Esta última situação verifica-se na proposta portuguesa na região do Banco da Galiza e a oeste do arquipélago da Madeira, em especial nos locais em que as estruturas geológicas apresentam características especiais.

¹²⁶⁸ Vide Parte I, Capítulo 2, 3.5 *supra*.

¹²⁶⁹ Vide Parte I, Capítulo 2, 3.6.3 *supra*.

¹²⁷⁰ Vide Parte I, Capítulo 2, 3.5 *supra*, *in fine*.

4. DETERMINAÇÃO DA BASE DO TALUDE CONTINENTAL E DOS PONTOS DE PÉ DO TALUDE CONTINENTAL

Conhecidas as estruturas submarinas que constituem o prolongamento natural do território emerso, importa agora referir a localização da base do talude continental. Conforme anteriormente mencionado¹²⁷¹, as Diretrizes Científicas e Técnicas não são completamente esclarecedoras no que respeita ao modo como deve ser calculada a base do talude continental. Observando a Figura 29, que respeita ao leito e subsolo marinho adjacente ao território emerso português, tanto da parte continental, como das regiões insulares, parece relativamente fácil identificar as partes que, grosso modo, poderão pertencer aos grandes fundos marinhos, representados a azul. Seguindo a sugestão cromática dos fundos representados na figura, poderemos ser induzidos a pensar que a zona da base do talude continental poderá estar, nessas figuras, numa zona cromática entre o amarelo mais claro, o esverdeado e o início do azul.

Conforme já referido e representado na Figura 14, a apreciação cromática dos fundos por si só, além de não ser permitida pelas Diretrizes Científicas e Técnicas¹²⁷², não constitui um método rigoroso para a localização da base do talude continental, uma vez que as diversas profundidades e respetiva variação podem ser evidenciadas ou ocultadas em função das conveniências de quem personaliza a paleta de cores usada no SIG que gera a imagem.

Nesta conformidade, a localização da base do talude continental foi, em muitas partes da proposta portuguesa, obtida a partir de orientações mencionadas nas Diretrizes Científicas e Técnicas e confirmada pela prática da CLPC, nos sumários das recomendações que continham indicações sobre o modo como foi calculada a base do talude continental. O elemento objetivo utilizado para a determinação da base do talude foi, em vários locais, obtido a partir do TALOS, que define quantitativamente os valores do gradiente a que, tipicamente, se situam o talude continental e a elevação continental¹²⁷³. Tendo por base as definições do TALOS, se o talude continental apresenta de modo consistente valores médios de gradiente superiores a 1,5° e a elevação continental valores médios de gradientes inferior 0,5°, conforme representado na Figura 30, então à base do talude continental corresponderá, por regra, a região na qual os valores médios de gradiente se situaram entre 0,5° e 1,5°. Contudo, em determinados contextos

¹²⁷¹ Vide Parte I, Capítulo 2, 4.1.

¹²⁷² Vide nota 523 *supra*.

¹²⁷³ TALOS, Apêndice 1-10.

geológicos têm vindo a ser considerados pela CLPC valores para a elevação continental com gradientes substancialmente abaixo dos indicados no TALOS¹²⁷⁴.

Resolvida em abstrato a referência quantitativa, importava de seguida saber em que parte do perfil deve ser procurado aquele intervalo angular, uma vez que poderão existir diversas zonas em que este se pode verificar. Esta indeterminação foi resolvida com recurso ao parágrafo 5.4.5 das Diretrizes Científicas e Técnicas, ao referir que a procura da base do talude deve ter início do lado da bacia oceânica. Seguidamente deve ser procurado a partir do lado de terra, conforme representado na Figura 30. A procura inicial a partir do lado da bacia oceânica corresponde à região em que os conceitos jurídicos (grandes fundos marinhos) e geocientíficos (planície abissal) coincidem, conforme se pode verificar nas Figuras 21 a 23. Assim, de acordo com esta metodologia, a base do talude continental seria a região em que, de um modo consistente, a partir do centro da bacia oceânica, o valor médio dos gradientes se situava entre 0,5° e 1,5°. Por ocasião da preparação da proposta portuguesa, esta metodologia correspondia à aplicada pela CLPC na Irlanda na Região de *Porcupine*, que à época constituía o sumário de recomendações com uma descrição mais detalhada e com vários exemplos como a base do talude tinha sido determinada naquela região¹²⁷⁵. Uma vez identificada a base do talude continental, os pontos de PdT foram determinados pelo método da máxima variação do gradiente¹²⁷⁶.

¹²⁷⁴ Como é o caso ilustrado em várias imagens no Sumário das Recomendações da Proposta Parcial da Irlanda, na Região de *Porcupine*. Vide COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Partial Submission Made by Ireland on 25 May 2005*. 2007.

¹²⁷⁵ COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Partial Submission Made by Ireland on 25 May 2005*. 2007, vide figuras do documento.

¹²⁷⁶ Vide nota 556 *supra*.

5. TRAÇADO DO BORDO EXTERIOR DA MARGEM CONTINENTAL E DO LIMITE EXTERIOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL

A localização geográfica do bordo exterior da margem continental depende da localização dos pontos de PdT¹²⁷⁷. Na proposta portuguesa a localização dos pontos de PdT não consta no Sumário Executivo, não sendo, por isso, de conhecimento público. Contudo, o Sumário Executivo, em particular o seu Anexo 1, contém informação, representada na Figura 31, que permite conhecer:

- A localização geográfica aproximada dos pontos de PdT relativamente ao limite exterior da plataforma continental, embora estes não estejam representados na Figura;
- A parte do limite exterior da plataforma continental que coincide com o bordo exterior da margem continental¹²⁷⁸; e
- Os locais onde o bordo exterior da margem continental se estende para lá do limite exterior da plataforma continental¹²⁷⁹.

A localização geográfica aproximada dos pontos de PdT que contribuem para a delineação do bordo exterior da margem continental pode ser retirada a partir da representação dos pontos do limite exterior da plataforma continental, associados ao preceito do artigo 76.º que lhes deu origem. Assim, na Figura 31 os pontos representados a lilás distam 60 milhas dos pontos de PdT, uma vez que, conforme consta na legenda, foram construídos a partir da fórmula de Hedberg. Isto significa que os pontos de PdT se situam a 60 milhas daqueles pontos, no sentido do território emerso que lhes deu origem. Estes pontos representam a parte da margem continental que coincide com o limite exterior da plataforma continental.

Os pontos representados a azul claro representam a parte do limite exterior da plataforma continental que é limitada pela forma restritiva da distância por esta ser a mais favorável ou, por a fórmula restritiva da profundidade não ser aplicável caso se trate de relevo submarino que não é classificado como elevação submarina. No caso dos pontos a azul claro situados a oeste e a nordeste do arquipélago dos Açores, verifica-se que estes se situam a uma distância

¹²⁷⁷ Vide Parte I, Capítulo 2, 2.2.1 *supra*.

¹²⁷⁸ Que corresponde a uma margem continental normal, tal como definida em Parte I, Capítulo 2, 2.3.2 *supra*.

¹²⁷⁹ Que corresponde a uma margem continental longa, tal como definida em Parte I Capítulo 2.3.3 *supra*.

significativa da isóbata dos 2.500 m aplicável, claramente superior a 100 milhas. Daqui retira-se facilmente que:

- Independentemente do tipo de relevo submarino em causa, a fórmula restritiva mais favorável é a da distância;
- Se trata de uma margem continental longa, uma vez que o bordo exterior da margem continental se situa para lá do limite exterior da plataforma continental;
- Os pontos de PdT situam-se a menos de 60 milhas dos pontos a azul claro, contadas no sentido do território emerso, ou para lá dos referidos pontos, no sentido da parte central da bacia oceânica.

Os pontos a azul mais escuro representam a parte do limite exterior da plataforma continental que é limitada pela forma restritiva da profundidade por esta ser a mais favorável e, tratando-se de relevo submarino, por essa parte do relevo submarino ser qualificada como elevação submarina. No que respeita à localização dos pontos de PdT, a situação é idêntica à que se verifica quando está em causa a aplicação da fórmula restritiva da distância, representada pelos pontos a azul claro. Neste caso os pontos a azul mais escuro situam-se a uma distância de 100 milhas da isóbata dos 2.500 m aplicável¹²⁸⁰ podendo, igualmente, concluir-se que:

- A fórmula restritiva mais favorável é a da profundidade;
- Se trata de uma margem continental longa, uma vez que o bordo exterior da margem continental se situa para lá do limite exterior da plataforma continental;
- Os pontos de PdT situam-se a menos de 60 milhas dos pontos a azul mais escuro, contadas no sentido do território emerso, ou para lá dos referidos pontos, no sentido da parte central da bacia oceânica.

¹²⁸⁰ Importa lembrar que na Figura 31 a isóbata dos 2.500 m foi traçada a partir de dados de batimetria que são públicos. Na proposta portuguesa foram utilizados dados de batimetria adquiridos por sondadores multifeixe, que têm um rigor superior aos dados públicos. Deste modo, embora na Figura se possa verificar que os dados públicos constituem uma boa aproximação e um auxiliar válido para interpretar a realidade geomorfológica dos fundos marinhos, podem existir, naturalmente, diferenças relativamente aos dados adquiridos usados na proposta portuguesa.

Recordando o diagrama representado na Figura 15, para que determinado relevo submarino possa ser qualificado como elevação submarina terá que ser demonstrado que constitui uma componente natural da margem continental¹²⁸¹. Para esse efeito, é necessário que para além da continuidade geomorfológica, exista também continuidade geológica¹²⁸². O traçado correspondente à área representada a bege na Figura 31 é possível se o relevo submarino que lhe estiver associado for qualificado como elevação submarina. Para esse efeito, na proposta portuguesa essas áreas a bege, juntamente com a parte da Crista Médio-Atlântica situada entre elas, constituem uma unidade geomorfológica e geológica que permite a referida qualificação. Nas referidas áreas, para além da identidade no que respeita aos processos que levaram à respetiva génese, é também apresentada prova geoquímica¹²⁸³ que demonstra que a diferença entre unidade geomorfológica e geológica mencionada se distingue dos fundos marinhos circundantes, facto que pode permitir a qualificação da referida unidade geológica como uma componente natural da margem continental e, consequentemente, como uma elevação submarina.

¹²⁸¹ CNUDM, artigo 76.º, n.º 6, *in fine*.

¹²⁸² Vide nota 611 *supra*.

¹²⁸³ A prova geoquímica foi considerada pela CLPC nas propostas da:

- Austrália, vide COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) in Regard to the Submission made by Australia on 15 November 2004*. 2008, parágrafo 81, p. 22;

- Japão, vide COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission Made by Japan on 12 November 2008*. 2012, parágrafos 140, 170 e 174, respetivamente, pp. 22 e 26;

- França, vide COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF, *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Partial Submission Made the Republic of France in Respect of the Areas of the French Antilles and the Kerguelen Islands on February 2009*. 2012, parágrafos 86 e 87, p. 13.

CAPÍTULO 3

ÁREAS DE POTENCIAL SOBREPOSIÇÃO COM ESTADOS VIZINHOS

1. ESPANHA

1.1. Breve referência à delimitação marítima entre Portugal e Espanha

Na ordem jurídica portuguesa, a extensão das zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional encontra-se presentemente definida pela Lei 34/2006. No que respeita à delimitação das fronteiras marítimas, o artigo 10.º desta Lei dispõe que *«salvo se de outro modo for estabelecido por convenção internacional ou outra prática for adoptada a título provisório, a fronteira marítima do Estado Português com os Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente é constituída pela linha equidistante»*.

Esta disposição contém um texto semelhante aos artigos 4.º da Ley n.º 10/77, de 8 de janeiro de 1977 (Ley 10/77)¹²⁸⁴, relativo ao mar territorial, e ao artigo 2.º, n.º 1, da Ley n.º 15/78, de 23 de fevereiro de 1978¹²⁸⁵, sobre a zona económica, ambas de Espanha¹²⁸⁶, ao estabelecer, sob reserva do que venha a ser disposto em tratados internacionais, a linha

¹²⁸⁴ BOLETÍN OFICIAL DEL ESTADO. Ley 10/1977, de 4 de enero - **Mar territorial**. [Em linha]
[Consultado em 4 dez. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:https://www.boe.es/boe/dias/1977/01/08/pdfs/A00373-00374.pdf>

¹²⁸⁵ BOLETÍN OFICIAL DEL ESTADO. Ley 15/1978, de 20 de febrero - **Zona económica**. [Em linha]
[Consultado em 4 dez. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:https://www.boe.es/boe/dias/1978/02/23/pdfs/A04395-04396.pdf>

¹²⁸⁶ Espanha é Estado Parte da CNUDM desde 15 de janeiro de 1997. *Vide*
DIVISION FOR OCEAN AFFAIR AND THE LAW OF THE SEA - **Chronological lists of ratifications of, accessions and successions to the Convention and the related Agreements**. [Em linha] [Consultado em 25 nov. 2015]. Disponível em
WWW:<URL:www.un.org/Depts/los/reference_files/chronological_lists_of_ratifications.htm#The United Nations Convention on the Law of the Sea>

equidistante como referência para a delimitação. Na legislação dos dois Estados está implicitamente reconhecida a possibilidade de virem a existir tratados relativos à delimitação das zonas marítimas. Este pormenor é, porventura, mais claro na legislação portuguesa visto que Portugal terá que efetuar delimitação marítima apenas com Espanha e Marrocos. No caso português, se já existisse delimitação marítima com estes Estados à data de publicação da Lei 34/2006, porventura o texto do referido artigo 10.º seria diferente, no sentido de referir que a delimitação das fronteiras marítimas seria a constante nos tratados celebrados. Outro pormenor na legislação portuguesa indicativo da natureza transitória dos preceitos em vigor e da necessidade de elaboração dos tratados de delimitação em falta, consiste na revogação expressa do Decreto-Lei n.º 119/78 (DL 119/78)^{1287,1288}, mantendo-se, no entanto, transitoriamente em vigor os artigos 3.º a 6.º e anexos, até à publicação do diploma com as listas de coordenadas geográficas referentes aos limites exteriores do mar territorial, zona contígua, ZEE e plataforma continental¹²⁸⁹.

Este é o estado atual da legislação portuguesa, uma manta de retalhos de articulação complexa, de soluções aparentemente menos óbvias, em particular nas fozes do Minho e Guadiana, com zonas de sobreposição a norte e “zonas de ninguém” a sul, resultado de uma mistura parcial do definido nos Acordos da Guarda de 1976^{1290,1291}, nas fozes dos rios, e de

¹²⁸⁷ Lei 34/2006, artigo 21.º, alínea d).

¹²⁸⁸ DIÁRIO DA REPÚBLICA. Decreto-Lei n.º 119/78, de 1 de junho - **Define zona económica e fixa os seus limites geográficos**. [Em linha] [Consultado em 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://dre.pt/application/file/294650

O DL 119/78 foi objeto de protesto por parte de Espanha, pela Nota Verbal n.º 165, de 18 de agosto de 1978, do Ministério de Asuntos Exteriores, onde foi reafirmada estranheza pela disparidade de critérios usados na delimitação do mar territorial e zona contígua, que seguem os critérios fixados nos Acordos da Guarda, de 12 de fevereiro de 1976, enquanto que a delimitação da ZEE naquele diploma seguiu a linha equidistante, em contradição com o estabelecido naqueles Acordos para a delimitação da plataforma continental. A Nota Verbal sublinhava ainda que a sobreposição de direitos nas ZEE das ilhas da Madeira e Canárias leva à necessidade que a delimitação seja realizada por acordo entre os Estados, para o qual Espanha se mostrava disponibilidade para iniciar negociações.

¹²⁸⁹ *Ibidem*, artigo 12.º, n.º 1.

¹²⁹⁰ Publicado no *Buletin Oficial de las Cortes Españolas*, N.º 1512, de 15 de junho de 1976, pp. 36553-36556.

¹²⁹¹ Relativamente aos aspetos históricos dos Acordos da Guarda *vide* entre outros: FARIA, D. L. DE - **A Jurisdição e a Delimitação dos Espaços Marítimos em Portugal - Do Rio Minho às Selvagens**. 1997, pp. 274-279; CASTILLO, V. - *La Delimitación de los Espacios Marinos entre España y Portugal*. 2014,

linha equidistante generalizada para as restantes áreas, cujos efeitos seguidamente se indicam ainda que de modo muito breve. Para que se possa ter uma melhor compreensão sobre a situação atual relativamente às fozes dos rios Minho e Guadiana, importa observar os traçados contidos nos Acordos da Guarda, de 1976, respeitantes, um, ao mar territorial e zona contígua, o outro referente à plataforma continental, representados na Figura 32. Como se pode verificar, na foz do Rio Minho o mar territorial, zona contígua e plataforma continental entre Portugal e Espanha seriam delimitados a partir do paralelo de base definido pela latitude 41° 51' 57" N, sendo o mar territorial e zona contígua delimitados entre os pontos A e B, com longitudes, respetivamente, de 8° 52' 21" W e 9° 08' 25" W. A plataforma continental seria delimitada pelos pontos B e C, sendo a longitude de C 13° 20' 01" W. Na foz do rio Guadiana a delimitação do mar territorial, zona contígua e plataforma continental tinha por base o meridiano com a longitude 7° 23' 48" W, sendo o mar territorial e zona contígua definidos pelos pontos M e N, com latitudes, respetivamente, de 37° 09' 55" N e 36° 50' 55" N. A plataforma continental seria delimitada pelos pontos N e P, sendo a latitude de P, 35° 50' 00" N. Em qualquer dos casos, a largura do mar territorial e zona contígua eram de 12 milhas (entre pontos A - B, e M - N), enquanto que o limite exterior da plataforma continental se situava a norte a uma distância de 200 milhas do ponto de base (entre pontos A - C), sendo a correspondente distância a sul de 79,7 milhas (entre pontos M - P).

Importa, igualmente, recordar que na foz do Rio Minho existe um tratado de delimitação que vários autores¹²⁹² consideram como o único tratado válido entre Portugal e Espanha, resultante do Tratado de Comércio e Navegação, assinados entre Portugal e Espanha a 27 de março de 1893¹²⁹³. De acordo com o artigo 2.º do Regulamento de Polícia Costeira, em apenso ao Tratado «*o Direito geral de pesca ficava reservado exclusivamente a pescadores sujeitos às*

p. 163–179, pp. 171-173; QUARTIN GRAÇA, P. - A Fronteira Marítima a Sul: Génese e Problemática do Caso das Ilhas Selvagens. 2014, p. 181–200, pp. 188-189; LACLETA MUÑOZ, J., REAL INSTITUTO ELCANO - Las Fronteras de España en el Mar. 2004, pp. 15-17.

¹²⁹² Entre outros, FARIA, D. L. DE - **A Jurisdição e a Delimitação dos Espaços Marítimos em Portugal - Do Rio Minho às Selvagens**. 1997, p. 255; CASTILLO, V. - La Delimitación de los Espacios Marinos entre España y Portugal. 2014, p. 173.

¹²⁹³ CASTILLO, V. - La Evolución de la Anchura del Mar Territorial. Perspectiva Internacional y Española. 2003, p.87–93; CASTILLO, V. - La Delimitación de los Espacios Marinos entre España y Portugal. 2014, p. 170. Relativamente ao Tratado de 1893 na desembocadura do rio Guadiana, *vide* esta última obra, pp. 170-171.

*jurisdições respectivas (...) fixadas em 6 milhas marítimas contadas para fora da linha de baixa mar de maiores marcas»*¹²⁹⁴. Neste Tratado, a referência em terra é a correspondente ao paralelo com latitude 41° 51' 57" N, traçado a partir da mediana do canal da embocadura do rio¹²⁹⁵, situando-se o limite exterior 6 milhas a oeste.

O mar territorial espanhol é delimitado a sul pela linha equidistante, salvo acordo mútuo em contrário, conforme dispõe o artigo 4.º da Ley 10/77. Do lado português, embora a Lei 34/2006 disponha que a referência para a delimitação é a linha equidistante, salvo o disposto em convenção internacional, continua provisoriamente em vigor a linha definida pelos pontos A e B, cujas coordenadas constam no Anexo I-A do DL 119/78 que, por sua vez, são iguais aos pontos A e B dos Acordos da Guarda que Portugal não ratificou. Existe, assim, uma área significativa de sobreposição de soberania entre Portugal e Espanha ao largo da foz do rio Minho¹²⁹⁶. Na foz do Rio Guadiana a situação quanto à delimitação é diferente da que se verifica na foz do rio Minho. Estando o mar territorial espanhol limitado a oeste à linha equidistante e seguindo o limite português a linha definida pelos pontos M e N do DL 119/78 que, por sua vez também são iguais aos definidos nos Acordos da Guarda, resta uma área de mar que não está sob a soberania de nenhum dos Estados¹²⁹⁷.

No que respeita ao limite sul do Arquipélago da Madeira, na região das Ilhas Selvagens, a controvérsia resultante do traçado definido no DL 119/78 assenta, por parte do governo espanhol, no argumento que aquelas ilhas são, em conformidade com o artigo 121.º, n.º 3, da CNUDM, “rochedos”, pelo que não podem gerar ZEE, nem plataforma continental¹²⁹⁸. Esta posição tem sido amplamente sustentada pela doutrina espanhola com base na inabitabilidade da ilha e na ausência de atividade económica¹²⁹⁹. Os argumentos apresentados pela doutrina

¹²⁹⁴ *Ibidem*, p. 89.

¹²⁹⁵ *Vide* MARTÍNEZ-CARO, S. - *Mar Territorial: Naturaleza, Anchura y Delimitación*. 1975, p. 281.

¹²⁹⁶ *Vide* CAMPOS, A. S. DE, COELHO, P. N. - *A Delimitação dos Espaços Marítimos das Ilhas e dos Rochedos*. 2016 p. 65–89, pp. 78-80.

¹²⁹⁷ *Ibidem*.

¹²⁹⁸ *Vide Note Verbale N.º 186 FP/ot, Spain*, [Note Verbale Spain] 2013.

¹²⁹⁹ *Vide* entre outros, CASTILLO, V. - *La Delimitación de los Espacios Marinos entre España y Portugal*. 2014, pp. 175-177; LACLETA MUÑOZ, J., REAL INSTITUTO ELCANO - *Las Fronteras de España en el Mar*. 2004, p. 16-17; CALATAYUD, E. - *España y la Delimitación de sus espacios marinos*. 1989, pp. 203-204; PERY, J. - *El derecho del Mar: Evolución, Contenido, Perspectivas de las Bulas Papales al Convenio de Jamaica*. 1992, p. 153.

espanhola têm sido rebatidos por parte da doutrina portuguesa que tem desenvolvido o tema, com especial realce para os apresentados por Pedro QUARTIN GRAÇA¹³⁰⁰.

Relativamente a esta matéria existe, porém, um outro elemento que deve ser tomado em conta relativamente à qualificação das formações insulares como “ilhas” ou “rochedos”, com as consequências legais que daí advêm. A recente decisão do Tribunal Permanente de Arbitragem no Caso *The South China Sea Arbitration*¹³⁰¹ (Caso Mar Sul da China) veio trazer novas luzes sobre a questão da qualificação das formações insulares à luz do artigo 121.º, n.º 3, da CNUDM. O Tribunal teve a complexa tarefa de analisar com profundidade aquela disposição convencional, indicando os pressupostos que devem ser verificados para a qualificação jurídica de determinada formação insular como “ilha”. Apesar de a decisão do Tribunal ter sido tomada à “revelia” da RPC, que não se fez representar no processo e não contribuindo, deste modo, com a sua visão sobre a matéria, nada leva a crer que mesmo que a RPC tivesse estado presente e acompanhado os trâmites processuais, os considerandos do Tribunal sobre o artigo 121.º, n.º 3, tivessem sido muito diferentes dos que foram apresentados.

Num contexto completamente diferente do verificado no eixo Madeira/Canárias, em que os governos têm laços fortes de amizade e cooperação, o Mar Sul da China é frequentemente apontado como a zona da Ásia (e, possivelmente, do mundo) de maior complexidade no que respeita a conflitualidade em matérias de soberania e jurisdição nos oceanos¹³⁰². Igualmente complexo tem sido o posicionamento geoestratégico expansionista da RPC relativamente ao Mar Sul da China¹³⁰³. Apesar de ainda não existir literatura científica sobre esta matéria, visto

¹³⁰⁰ Com especial realce para QUARTIN GRAÇA, P. - **A Importância das Ilhas no Quadro das Políticas e do Direito do Mar - o Caso das Selvagens**. 2013; QUARTIN GRAÇA, P. - A Fronteira Marítima a Sul: Génese e Problemática do Caso das Ilhas Selvagens. 2014, p. 181–200. *Vide* também CÂNDIDO, A. M. C. - A Convenção de Montego Bay e Portugal - Delimitação das Zonas Marítimas da Madeira. 2012; COELHO, P. N. - Ilhas Selvagens: do Equívoco à Realidade. 2013, p. 44–46.

¹³⁰¹ ARBITRAL AWARD - *The South China Sea Arbitration*. 2016.

¹³⁰² Conforme refere HONG, «*The South China Sea dispute is regarded as the most complex and challenging ocean-related conflict in East Asia*», HONG, N. - **UNCLOS and Ocean Dispute Settlement: Law and Politics in the South China Sea**. 2012, p. 1. Nesse sentido, entre outros, STOREY, I. - *Beyond Territorial and Maritime Disputes - The South China Sea as a Center of Global Rivalry or Platform for Prosperity*. 2015, p. 349–361, p. 354.

¹³⁰³ Sobre esta matéria *vide*, entre outros, CASTRO, R. C. DE - *The Impact of Strategic Balance in East Asia on a Small Power's Defense Policy - The Case of the Philippines in the Face of the South China Sea Dispute*.

que a decisão do Tribunal Arbitral é muito recente, não é ainda possível relacionar o rigor imposto pelo Tribunal com uma tendência para contrariar as tendências hegemónicas da RPC na região. Mesmo tendo em conta os rigorosíssimos critérios estabelecidos pelo Tribunal para que as formações insulares possam ultrapassar a qualificação de “rochedos”, a hipótese de qualificação das Selvagens como “ilhas” poderá manter-se tendo em vista a especificidade das ilhas que, apesar de os critérios apontados pelo Tribunal, deverem ser sempre objeto de apreciação caso a caso¹³⁰⁴. Seguindo Amparo SERENO «*no resulta inatacable que las Salvajes tengan estatuto de “islas” para efectos de la delimitación de la ZEE, como defiende Portugal. Pero tampoco que sean “rocas”, como defiende España*»¹³⁰⁵, tudo leva a crer que, neste novo contexto, apesar dos melhores argumentos que vem a ser apresentados por cada uma das partes a dúvida poderá, potencialmente, manter-se e o resultado ser inconclusivo.

Contudo, a qualificação das ilhas Selvagens como “ilhas” ou como “rochedos” à luz do artigo 121.º da CNUDM pode revelar-se apenas como parte do problema relativamente à questão da delimitação. Para uma análise completa sobre a problemática relativa à delimitação do flanco sul da ZEE da Madeira, a questão que se levanta será também saber se a delimitação atualmente existente é defensável mesmo que as ilhas Selvagens sejam juridicamente qualificadas como “ilhas”. Para esse efeito importa analisar as decisões dos tribunais internacionais que decidiram sobre casos equivalentes. Apesar de constituir matéria de muito interesse, situa-se fora do âmbito do presente texto.

1.2. Região do Banco da Galiza

Independentemente da não existência de tratado de delimitação válido relativo à ZEE e plataforma continental e da divergência de entendimentos entre Portugal e Espanha relativamente à qualificação jurídica das Ilhas Selvagens, ambos os Estados reiteraram nos sumários executivos das respetivas propostas de extensão a não existência de controvérsias e

2015, p. 1–23; ELLEMAN, B., KOTKIN, S., SCHOFIELD, C. - **Beijing’s Power and China’s Borders: Twenty Neighbors in Asia**. 2015.

¹³⁰⁴ Como é o caso da capacidade para se prestar à habitação humana ou à vida económica. *Vide* Caso Mar Sul da China, parágrafo 546.

¹³⁰⁵ Amparo SERENO - El nuevo mapa marítimo de Portugal y el caso de las Islas Salvajes, *Revista Electrónica de Estudios Internacionales*. ISSN 16975197, n.º 28 (2014), p. 26.

que o limite exterior da plataforma continental que vier a ser recomendado pela CLPC será objeto de negociação bilateral tendo em vista a futura delimitação¹³⁰⁶. A declaração de existência de uma controvérsia por qualquer um dos Estados originaria por parte da CLPC a recusa em apreciar as propostas com ela relacionadas¹³⁰⁷, facto que não é do interesse tanto de Portugal, como de Espanha.

Para além da necessidade em articular uma reação diplomática concertada por ocasião da apresentação das respetivas propostas de extensão, pelos motivos anteriormente descritos, à data da entrega da proposta de extensão portuguesa existiam ainda outros fatores que requeriam concertação e coordenação entre Portugal e Espanha. Entre estes assuntos tinham especial relevância a já mencionada inexistência de tratado de delimitação válido para a plataforma continental e, pelo facto de se tratar de uma situação de Estados com costas adjacentes, a necessidade alcançar soluções técnicas e jurídicas articuladas de modo a defender em conjunto, junto da CLPC, uma solução única para o limite exterior da plataforma continental que seja o mais vantajoso para Portugal e Espanha. Constituindo o Banco da Galiza uma realidade física específica cuja estrutura geomorfológica influencia os dois Estados, não faria sentido, nem seria conveniente, que não existisse uma continuidade na transição dos limites exteriores das plataformas continentais de Portugal e Espanha.

Tendo em vista alcançar uma solução comum para as questões anteriormente indicadas, a partir de 2005 as delegações de cada um dos Estados que tinham a seu cargo a preparação das respetivas propostas de extensão passaram a ter encontros regulares. Pelo lado português essa missão estava a cargo da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) e, pelo lado espanhol, a Comissão de Limites com França e Portugal, do Ministério dos Assuntos Exteriores e Cooperação.

¹³⁰⁶ Vide PORTUGAL, *Continental Shelf Submission of Portugal Pursuant to Article 76 Paragraph 8 of the United Nations Convention on the Law of the Sea - Executive Summary*. 2009, pp. 5-6; ESPAÑA, *Plataforma Continental de España - Presentación parcial relativa a los límites de la Plataforma Continental de España en el área de Galicia, de conformidad con el artículo 76 y el anexo II de la Convención de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar - Parte I Resumen Ejecutivo*. 2009, pp. 6-7; ESPAÑA, *Part I. Executive - Summary Partial Submission of Data and Information on the Limits of the Continental Shelf of Spain to the West of the Canary Islands, pursuant to Part VI and Annex II of United Nations Convention on the Law of the Sea*. 2014, p. 10.

¹³⁰⁷ Vide Parte I, Capítulo 2, 11 *supra*.

No que respeita à questão da inexistência de delimitação das zonas marítimas, foi acordada a elaboração de notas verbais em que cada um dos Estados anunciaria, relativamente ao outro, a inexistência de controvérsias, bem como o compromisso futuro de realização de negociações¹³⁰⁸ para delimitação dos limites laterais comuns correspondentes às plataformas continentais de Portugal e Espanha.

Relativamente à questão técnica correspondente à necessidade e conveniência na existência de um limite comum a oeste da foz do Rio Minho, foi decidido conjuntamente a criação de uma área, denominada Área de Interesse Comum (AIC), definida pelos paralelos 41° 52' 00" N e 40° 34' 13" N. Estes limites correspondem aproximadamente, a norte e a sul, à variação em latitude da linha equidistante, desde as linhas de base até uma distância de 350 milhas, contadas a partir dessas linhas de base. Dentro da AIC cada uma das delegações comprometeu-se a realizar as missões de aquisição de dados que fossem de interesse comum, tanto por navios portugueses, como espanhóis, a partilhar os dados e informação existentes relativamente à AIC, e a elaborar a proposta de extensão coordenada, tendo por base uma argumentação técnico-científica e jurídica comum.

No decurso da preparação da proposta de extensão portuguesa na região do Banco da Galiza chegou-se à conclusão que o limite exterior da plataforma continental portuguesa vinda de sudoeste, assente na estrutura geomorfológica do Esporão da Estremadura, não coincidia com o limite exterior da plataforma continental espanhola, baseada na estrutura geomorfológica do Banco da Galiza. Numa situação normal, sem AIC, contando apenas com as estruturas geomorfológicas situadas a sul da linha equidistante, o limite exterior da plataforma continental portuguesa situar-se-ia mais próximo de terra que o limite exterior da plataforma continental espanhola. Nestas circunstâncias, foi combinado entre as delegações descer o limite sul da AIC¹³⁰⁹ de modo que o ponto mais a sul da proposta espanhola pudesse ficar ligado a um ponto de PdT situado no Esporão da Estremadura e o ponto mais a norte da proposta portuguesa

¹³⁰⁸ Do lado português essas negociações estarão a cargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A intervenção da EMEPC está limitada, no âmbito da sua missão, à preparação da proposta de extensão da plataforma continental para lá das 200 milhas e ao acompanhamento do processo de avaliação da proposta junto da CLPC.

¹³⁰⁹ Vide Sumário Executivo da proposta portuguesa, p. 4. Para um maior desenvolvimento sobre este tema *vide* ABREU, M. P. DE et al. - **Extensão da Plataforma Continental - Um Projeto de Portugal - Seis Anos de Missão (2004-2010)**. 2012, pp. 128-135.

ficasse ligado a um ponto de PdT situado no Banco da Galiza.

Esta situação pode ser conferida na Figura 33. Considerando a proposta portuguesa sem a AIC, o limite exterior da plataforma continental seguiria pelo lado esquerdo da Figura no sentido de terra pelos pontos PT-Gard 1 e PT-Gard 2. Para que fosse possível a solução que veio a ser adotada houve a necessidade de fazer com o limite exterior da plataforma continental espanhola, que se desenvolve por fora do limite português numa situação claramente mais favorável, pudesse ficar ancorado no ponto ESP-Hed 1. Esta situação só é possível fixando o limite sul da AIC a cerca de 60 milhas da formação geológica que permite o posicionamento do ponto de Hedberg espanhol ESP-Hed 1 na posição indicada.

Verifica-se assim que, na ausência de delimitação válida entre Portugal e Espanha relativamente à plataforma continental, a inexistência da AIC originaria um limite exterior da plataforma continental mais desfavorável para Portugal. A argumentação para a solução adotada para o Banco da Galiza assenta, essencialmente, nos seguintes argumentos:

- Não existência de delimitação válida entre Portugal e Espanha para a plataforma continental, abrangendo a AIC uma área onde a futura linha de delimitação entre Portugal e Espanha pode vir a situar-se;
- A AIC permite que à mesma realidade geomorfológica corresponda um único limite exterior de plataforma continental, independentemente do modo como esse limite venha no futuro a ser delimitado.

A questão do traçado do limite exterior da plataforma continental de Portugal e Espanha, juntamente com a definição de uma AIC, pode convidar-nos a uma reflexão algo colateral relativamente ao presente texto, mas que, simultaneamente, não deixa de estar com ela relacionada. Que vantagens poderia ter Portugal nesta matéria se tivesse ratificado os Acordos da Guarda? As Figuras 32 e 33 podem ajudar-nos nesta matéria. A Figura 32 revela-nos que a área que Portugal perde a norte por adotar a linha equidistante é significativamente superior à que ganha a sul seguindo aquele método¹³¹⁰. Embora seja invocada a suspeição sobre eventual

¹³¹⁰ O recurso a aplicativos SIG e a bases de dados públicas, permite verificar que Portugal perde a norte cerca de 6.900 km², enquanto que a sul ganha apenas cerca de 1.270 km², ou seja, perde cerca de 5 vezes mais em termos de área.

existência de hidrocarbonetos na Bacia de Cádiz¹³¹¹ como um fator que tenha contribuído para um interesse acrescido por as áreas a sul, fica por saber se as estruturas geológicas a norte, no Banco da Galiza, não poderão também conter reservas importantes de recursos minerais.

Por outro lado, tendo em conta que a linha AC dos Acordos da Guarda corresponde, com uma diferença mínima¹³¹², ao limite norte da AIC, se Portugal tivesse ratificado os Acordos da Guarda as estruturas geológicas importantes do Banco da Galiza para efeitos da proposta de extensão ficariam do lado português, como se pode verificar na Figura 33. Esta situação tornaria a proposta portuguesa mais sólida naquela região, independentemente da solução que viesse a ser adotada por Espanha para o limite exterior da plataforma continental. Dispensaria a própria AIC, uma vez que deixariam de existir os pressupostos que levaram à sua criação: ausência de delimitação válida entre os dois Estados e limites exteriores das plataformas continentais diferentes, com prejuízo claro para o traçado português. Recorde-se que, mesmo que Portugal tivesse ratificado, ou venha a ratificar, os Acordos da Guarda, a questão da delimitação das zonas marítimas geradas a partir das ilhas Selvagens manter-se-ia em aberto, uma vez que constitui matéria não contemplada nos referidos Acordos.

1.3. Zona oeste do arquipélago da Madeira

Entre o final de 2004 e princípio de 2005, no início dos trabalhos relativos à preparação do projeto de extensão da plataforma continental portuguesa, ainda não existia em concreto a noção sobre o modo como seria delineado o limite exterior da proposta portuguesa na parte oeste do Arquipélago da Madeira. Nos anos de 2005 a 2008, à medida que foram realizadas campanhas hidrográficas, de sísmica multicanal e de recolha de dados na zona a oeste da ilha da Madeira, foram construídos os modelos geofísicos que suportaram a proposta portuguesa, chegando-se à conclusão que o limite exterior naquela zona ultrapassava claramente as

¹³¹¹ Vide, entre outros, CASTILLO, V. - La Delimitación de los Espacios Marinos entre España y Portugal. 2014, pp. 172-173 MAUREL, J. B., VALENTÍ, J. V. - **Geografía de España: Andalucía, Canarias**. 1991, p 222; ERCILLA, G., BARAZA, J. - Evidencias de gas en sedimentos del talud del Golfo de Cádiz. 1996, pp. 180-181; PINHEIRO, L. M., MAGALHAES, V. H., MONTEIRO, J. H. - Vulcanismo de Lama, Hidratos de Metano e Potenciais Ocorrências de Hidrocarbonetos na Margem Sul Portuguesa Profunda. 2004, p. 150.

¹³¹² 2” de arco, ou seja, cerca de 60 metros.

200 milhas. À medida que os trabalhos avançaram, começou igualmente a ganhar consistência a hipótese de o limite exterior da proposta portuguesa chegar a passar para sul da linha equidistante traçada a partir das ilhas da Madeira e de La Palma, do Arquipélago das Canárias. Este último facto foi comunicado à delegação espanhola no início de 2009, alguns meses antes da data limite, 11 de maio de 2009, que os Estados tinham fixado para a entrega das respetivas propostas de extensão junto da CLPC.

Nas reuniões entre as delegações portuguesa e espanhola ocorridas até à entrega das respetivas propostas, nunca houve troca de informações em concreto relativamente à hipótese de Espanha vir a apresentar uma proposta de extensão para a área das Canárias, pelo que a definição de uma AIC para esta região nunca esteve em cima da mesa. O conhecimento público desta intenção por parte de Espanha teve lugar com a apresentação de uma Informação Preliminar para a área a Oeste das Ilhas Canárias¹³¹³, em 11 de maio de 2009. A proposta de extensão correspondente a esta área foi, posteriormente, entregue à CLPC em 17 de dezembro de 2014¹³¹⁴.

Conforme se pode verificar na Figura 34, o limite exterior da plataforma continental portuguesa no flanco sudoeste da ilha da Madeira tem origem na estrutura geomorfológica que se desenvolve para sudoeste a partir desta ilha, passando para sul da linha mediana Madeira/La Palma. Este facto foi apresentado à delegação espanhola nas últimas reuniões com a delegação portuguesa, tendo sido explicado em detalhe os pormenores de natureza geomorfológica e geológica que sustentam o limite exterior da plataforma continental naquela região, bem como o facto, notório na Figura 34, que para esse limite não existe qualquer contributo geomorfológico ou geológico que tenha origem nas Ilhas Selvagens. Dito de outro modo, se as Ilhas Selvagens não existissem e no lugar delas o fundo tivesse a profundidade circundante a norte, representada a azul na referida Figura, o limite exterior da plataforma continental portuguesa seria rigorosamente o mesmo.

Outro pormenor que também merece realce relativamente a esta matéria tem a ver com o facto de a controvérsia sobre a delimitação se reportar ao traçado da ZEE entre as Ilhas

¹³¹³ Pode ser consultada em

http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/preliminary/esp_can_2009_preliminaryinfo.pdf

¹³¹⁴ O Sumário Executivo pode ser consultado em

http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/esp77_14/esp_2014_es.pdf

Selvagens e as Ilhas Canárias, ou seja, a menos de 200 milhas da linha equidistante entre estas ilhas. Recordando uma vez mais as funções da CLPC¹³¹⁵, as Ilhas Selvagens poderiam ter influência relevante para a CLPC na apreciação da proposta de extensão portuguesa caso se verificasse pelo menos uma das seguintes circunstâncias:

- A área de plataforma continental estendida constituir o prolongamento natural daquelas ilhas; ou
- A linha equidistante na plataforma continental para lá das 200 milhas ser gerada a partir das Ilhas Selvagens.

Verificando-se qualquer uma destas condições, e no pressuposto que as ilhas são juridicamente “rochedos”¹³¹⁶, que não geram ZEE, nem plataforma continental, como é defendido por Espanha, estaríamos perante uma situação passível de ser considerada pela CLPC. Conforme anteriormente referido, e representado na Figura 34, a área de plataforma continental estendida de Portugal a oeste da Ilha da Madeira constitui o prolongamento natural desta ilha, o que afasta a primeira hipótese. Na Figura 35 é possível verificar que as Ilhas Selvagens não contribuem para a linha equidistante a partir do ponto P₁ para oeste, que se situa a uma distância de cerca de 120 milhas daquelas ilhas. As ilhas Selvagens não têm, por isso, qualquer influência na linha equidistante situada para lá das 200 milhas, ponto P₂, cujo traçado resulta da posição geográfica relativa entre as ilhas da Madeira e de La Palma.

Por ocasião da apresentação da proposta portuguesa, à semelhança do ocorrido relativamente ao Banco da Galiza, Espanha apresentou uma nota verbal¹³¹⁷ onde referia na parte inicial do 3.º parágrafo que *«el Gobierno de España no plantea ninguna objeción a la solicitud realizada por Portugal para que la Comisión considere la documentación de su Presentación relativa al Área de las Islas de Madeira y haga sus recomendaciones en base a dicha documentación, sin que ello prejuzgue los derechos de España en relación con la ampliación*

¹³¹⁵ CNUDM, Anexo II, artigo 3.º, n.º 1, alínea a): «(...) Examinar os dados e outros elementos de informação apresentados pelos Estados costeiros (...) nas zonas em que tais limites se estenderem além das 200 milhas marítimas e formular recomendações de conformidade com o artigo 76º (...)». Sublinhado adicionado.

¹³¹⁶ *Ibidem*, artigo 121.º, n.º 3.

¹³¹⁷ *Vide Note Verbale N.º 381 AV/ot, Spain*, [Note Verbale Spain] 2009. Pode ser consultada em http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/prt44_09/esp_re_prt2009_2.pdf

de su Plataforma Continental al Oeste de Canarias (...)».

Neste contexto, e à semelhança do ocorrido na Região do Banco da Galiza, uma vez obtidas as recomendações para cada uma das propostas de extensão, Portugal e Espanha estarão em condições negociar a delimitação da plataforma continental nas áreas de sobreposição, não se antevendo, a esta distância, dificuldades de maior. Contudo, entre julho de 2013 e abril de 2015 houve uma troca de notas verbais iniciada por Espanha¹³¹⁸, que apresentou junto da DOALOS um protesto onde referia não reconhecer, relativamente às Ilhas Selvagens, o direito a gerar ZEE e plataforma continental. Receando tratar-se de uma objeção junto da DOALOS para que a CLPC não apreciasse a proposta de extensão portuguesa, o governo português reagiu¹³¹⁹ recordando que Espanha anteriormente tinha afirmado não se opor a que a CLPC apreciasse a proposta portuguesa, sem prejuízo de delimitação posterior entre os dois Estados. Esta situação ficou definitivamente resolvida com a apresentação de uma nova nota verbal por parte de Espanha¹³²⁰ que reiterava a posição inicialmente assumida pela nota verbal de 2009¹³²¹.

As Figuras 34 e 35 parecem suficiente claras e permitem entender que a plataforma continental para lá das 200 milhas a oeste do arquipélago do Madeira não constitui o prolongamento natural das ilhas Selvagens, nem a linha equidistante naquela área é gerada a partir destas ilhas. Pareceria, à primeira vista, um erro relativamente óbvio para Espanha concluir noutro sentido que não este. Parece, antes, que Espanha aproveitou a ocasião para uma vez mais manifestar oposição à delimitação contida no DL 119/79 na região das ilhas Selvagens.

Efetivamente, conforme referiu o Secretariado da Divisão de Codificação do *Office of Legal Affairs*, a avaliação da existência de um título histórico relativamente a determinadas águas de um Estado costeiro, pressupõe a apreciação cumulativa de um conjunto de elementos, designadamente, o exercício de facto da autoridade do Estado costeiro sobre as águas reclamadas como históricas, o exercício continuado desses poderes e a atitude dos restantes Estados⁽¹³²²⁾. Relativamente ao primeiro elemento, para que possa ser considerada válida a

¹³¹⁸ *Note Verbale N° 186 FP/ot, Spain*, [Note Verbale Spain] 2013.

¹³¹⁹ *Note Verbale ONU/2013, 153, Portugal*, [Note Verbale Portugal] 2013.

¹³²⁰ *Note Verbale N° 064 MPbcm, Spain*, [Note Verbale Spain] 2015.

¹³²¹ *Vide nota 1317*.

⁽¹³²²⁾ CODIFICATION DIVISION OF THE OFFICE OF LEGAL AFFAIRS - Juridical Regime of Historic

reclamação de um Estado costeiro sobre determinadas águas que considera “históricas” o exercício da autoridade desse Estado deve ser efetivo, sendo a respetiva notoriedade um requisito essencial⁽¹³²³⁾. Não bastam, para esse efeito, a emissão de proclamações ou intenções por parte do Estado em causa⁽¹³²⁴⁾. No que respeita ao segundo elemento, não existe um padrão temporal que possa servir de base à respetiva verificação. É comum na doutrina e jurisprudência internacionais a utilização de vocábulos como *immemorial* ou *long usage*, cuja quantificação e avaliação dependerá duma apreciação casuística⁽¹³²⁵⁾. A atitude dos restantes Estados afigura-se como o elemento mais importante para a avaliação do título histórico. No Caso das Pescas¹³²⁶ foi mencionada pelo Tribunal a expressão “tolerância”⁽¹³²⁷⁾ (*toleration*) para referir a ausência de reação por parte da comunidade internacional relativamente às reivindicações norueguesas.

Neste estudo, dentro do terceiro elemento, o Secretariado releva três aspetos que são importantes para a respetiva avaliação, que se podem resumir nas seguintes questões⁽¹³²⁸⁾: que tipo de oposição impedirá a emergência de um título histórico? Qual o número de Estados necessário para que a oposição seja válida? E quando deverá ocorrer essa oposição? Como resposta às questões apontadas é referido que o protesto (*protest*) constitui forma de oposição bastante para impedir a emergência de direitos históricos. Adianta ainda que a existência de um único protesto não é, por si só, facto que obste à constituição do direito. Uma vez mais, são as circunstâncias do caso concreto que ditarão a respetiva procedência. Há, pois, que avaliar outras circunstâncias, designadamente, os interesses vitais do Estado costeiro relativamente às áreas reclamadas e os interesses lesados do Estado protestante. Não existe, igualmente, um limite temporal preciso que permita a constituição de um direito histórico, como também não existe uma medida que possa quantificar a oposição de modo a excluir a tolerância.

Este parece ser o ponto que Espanha pretende evitar, ao aproveitar o contexto geográfico e de oportunidade político-diplomática para, uma vez mais, reiterar a discordância

Waters, Including Bays - Study Prepared by the Secretariat. 1962, p. 25.

⁽¹³²³⁾ Caso das Pescas, p. 139: «(...) the notoriety essential to provide the basis of an historic title (...)».

⁽¹³²⁴⁾ A/CN.4/143, p. 15.

⁽¹³²⁵⁾ *Ibidem.*, p. 15. A expressão *long usage* foi utilizada no Caso das Pescas, pp. 133 e 142.

¹³²⁶ Vide nota 949.

⁽¹³²⁷⁾ Caso das Pescas, p. 138: [t]he general tolerance of foreign States with regard to the Norwegian practice is an unchallenged fact (...).

⁽¹³²⁸⁾ A/CN.4/143, pp. 17 e ss

relativamente ao traçado de delimitação constante na lei portuguesa para a região das ilhas Selvagens. Independentemente de a Espanha ter regressado à posição inicialmente assumida pela Nota Verbal de 2009, acabou por vincar uma vez mais a posição assumida, no nosso entendimento, no sentido de obstar à eventual argumentação futura por parte de Portugal baseada na formação de direitos históricos originados pelo traçado estabelecido para a área das ilhas Selvagens pelo DL 119/78. Importa sublinhar que o retrocesso formal da posição espanhola deu-se no final de 2014, por ocasião da apresentação da sua proposta parcial para a região das ilhas Canárias, tendo em vista evitar uma eventual reação menos favorável por Portugal face à existência de uma área de sobreposição comum entre os dois Estados, a oeste dos arquipélagos da Madeira e das Canárias.

2. MARROCOS

À semelhança do que sucede com Espanha, também não existe qualquer tratado de delimitação de zonas marítimas entre Portugal e Marrocos¹³²⁹. Portugal e Marrocos partilham uma linha equidistante relativamente à ZEE ao longo de mais de 400 milhas, existindo uma área de potencial sobreposição de plataforma continental para lá das 200 milhas numa faixa com cerca de 40 milhas, entre Portugal continental e o arquipélago da Madeira.

Por altura da entrega da proposta de extensão portuguesa à DOALOS, Marrocos enviou uma nota verbal¹³³⁰ ao SGNU na qual anunciava a sua posição sobre o assunto em futura ocasião. Nesta nota verbal rejeitava a definição unilateral de limites da plataforma continental, fazendo apelo à aplicação das regras relevantes de Direito Internacional, à prática internacional e à jurisprudência aplicável, declarando igualmente que Marrocos se encontra firmemente vinculado à regra da equidade, nos termos do artigo 83.º da CNUDM. Em 2015, poucos dias antes de apresentar a Informação Preliminar, nos termos do documento SPLOS/183, Marrocos

¹³²⁹ Marrocos é Estado Parte da CNUDM desde 31 de maio de 2007. *Vide* [http://www.un.org/Depts/los/reference_files/chronological_lists_of_ratifications.htm#The United Nations Convention on the Law of the Sea](http://www.un.org/Depts/los/reference_files/chronological_lists_of_ratifications.htm#The%20United%20Nations%20Convention%20on%20the%20Law%20of%20the%20Sea)

¹³³⁰ *Note Verbale No/NV/188/09*, [Note verbale Morocco] 2009.

apresentou nova nota verbal¹³³¹ onde recordava a inexistência de acordos de delimitação com vários Estados vizinhos, entre os quais Portugal, solicitando ao SGNU que convidasse a CLPC a ter esta situação em devida conta.

A Informação Preliminar apresentada por Marrocos em julho de 2015, sugere que o limite exterior da plataforma continental marroquina para lá das 200 milhas poderá vir a sobrepor-se à plataforma continental portuguesa, numa área entre as 200 milhas, contadas a partir da parte sul de Portugal continental e do arquipélago da Madeira. Caso Marrocos e Portugal venham a obter recomendações favoráveis nesta área, será necessário efetuar a respetiva delimitação nos termos do artigo 83.º da CNUDM

¹³³¹ *Note Verbale 1513044E*, [Note Verbale Morocco] 2015.

CONCLUSÕES

Tendo por base o texto até aqui exposto, cujo *terminus* se aproxima, retirámos e apresentamos de seguida as conclusões que nos pareceram de maior relevo. Estas estão descritas pela ordem cronológica da respetiva apresentação, enquadradas pelos títulos das partes, dos capítulos e de alguns dos subcapítulos, no sentido de poder contribuir para uma melhor sistematização e leitura:

O ARTIGO 76.º DA CNUDM

Breve referência à evolução do limite exterior da plataforma continental

1. A primeira referência ao termo plataforma continental foi feita por Hugh Robert MILL numa obra publicada em 1892. Neste tempo, as referências a plataforma continental situavam-se no âmbito geocientífico, nos primórdios da oceanografia como ciência, cujo conceito se afastava substancialmente do que hoje é entendido como plataforma continental no sentido jurídico.
2. O primeiro tratado celebrado com a finalidade de delimitar a prospeção e exploração dos recursos do subsolo marinho foi celebrado em 1942 pelo Reino Unido, potência administrante de Trindade e Tobago, e a Venezuela. Este tratado constituiu um instrumento jurídico-internacional original na época, uma vez que, pela primeira vez, foi celebrado um tratado cujo objeto versava sobre o leito e subsolo marinhos, designados no tratado por “áreas submarinas”, que constituem o espaço físico que veio a corresponder posteriormente ao conceito de plataforma continental.

Proclamação de Truman

3. Do ponto de vista jurídico, é comumente aceite que a Proclamação de Truman sobre os recursos naturais do solo e subsolo da plataforma continental constitui o ponto de partida para a doutrina da plataforma continental. No que respeita ao limite, ou distância, até à qual os direitos soberanos poderiam ser exercidos, a nota de imprensa da Casa Branca, publicada em complemento à Proclamação, definia a isóbata das 100 braças (aproximadamente 180 m) como referência genérica.
4. A Proclamação de Truman foi seguida de uma série de iniciativas unilaterais por parte de outros Estados, algumas das quais com um sentido e conteúdo claramente mais extenso

CONCLUSÕES

que aquela. Destacam-se, entre estas, as correspondentes a alguns dos países latino-americanos, nomeadamente, a Argentina, o México, o Chile, o Perú, a Costa Rica, El Salvador e o Brasil. Para além das declarações unilaterais individuais por parte dos Estados, o Chile, o Perú e o Equador assinaram, em agosto de 1952, a Declaração de Santiago, complementada, em dezembro de 1954, pela Declaração de Lima, através da qual é reclamada, por aqueles Estados, a soberania e a jurisdição exclusiva de cada um deles sobre as águas adjacentes às respetivas costas, até a uma distância de 200 milhas.

5. Os dez anos que se seguiram à Proclamação de Truman romperam em definitivo com a ordem até então estabelecida, baseada numa ampla liberdade dos mares, dando-se início ao processo de apropriação da plataforma continental e, seguidamente, dos recursos da coluna de água que lhe está suprajacente. Os limites até aos quais os Estados reclamaram o exercício de poderes soberanos passou de valores que, na maioria dos casos, se situavam entre as 3 e as 6 milhas, para limites que chegavam às 200 milhas. Esta situação levou a que nos meados da década de 50 do século passado existisse, a nível global, uma enorme disparidade entre os regimes em vigor para a generalidade dos Estados costeiros.

Convenção de Genebra de 1958 sobre a Plataforma Continental

6. Face ao contexto de indefinição e incerteza existente nos meados do século passado relativamente ao regime jurídico do mar, a AGNU criou a CDI, com a finalidade de promover o desenvolvimento progressivo do Direito Internacional, e respetiva codificação, cujo trabalho contribuiu para a versão final do projeto de trabalho para a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.
7. No que respeita à definição de plataforma continental, durante a Primeira Conferência houve largo debate sobre a relação existente entre os critérios de profundidade e de explorabilidade. A alínea a) do artigo 1.º da CGPC acabou por ser aprovada na Conferência de Genebra de 1958, não por conter uma fórmula para definir o limite exterior da plataforma continental que satisfizesse uma maioria de dois terços dos Estados presentes, mas antes porque não chegou a existir consenso suficiente que permitisse obter uma maioria que aprovasse uma solução alternativa. O facto de o projeto apresentado pela CDI definir a plataforma continental com base expressa num duplo critério (profundidade até 200 metros e explorabilidade) suscitou dúvidas pelas consequências que poderiam resultar da aplicação prática.

CONCLUSÕES

8. A definição para o limite exterior da plataforma continental constante na CGPC foi rapidamente considerada como não satisfatória face ao rápido desenvolvimento económico e político, em particular com o surgimento de um largo número de novos Estados saídos de vários processos de descolonização. A ambiguidade grave na definição dos limites exteriores da plataforma continental, tal como constam no artigo 1.º da CGPC, promovia a tendência de os países ribeirinhos com capacidade tecnológica avançada se apropriarem da totalidade dos fundos marinhos, colocando-os numa posição claramente vantajosa em relação aos Estados geograficamente desfavorecidos, uma vez que o rápido desenvolvimento tecnológico cedo demonstrou que a exploração dos recursos minerais passaria a poder efetuar-se para lá da isóbata dos 200 metros.

Declaração de Pardo

9. A preocupação crescente nos diversos *fora* internacionais sobre o caminho a seguir relativamente a estas matérias teve a expressão máxima em 1967, na declaração efetuada pelo embaixador Arvid PARDO na AGNU. Na sua declaração, PARDO propôs que o leito do mar e respetivo subsolo fossem considerados património comum da humanidade, devendo ser explorados e utilizados em benefício da humanidade como um todo, com preferência para os países mais carenciados. Propôs, igualmente, a criação de um órgão com a tarefa de estudar a criação de um regime internacional económico e de segurança, bem como redigir um projeto de tratado que salvaguardasse a natureza internacional do leito do mar e respetivo subsolo, promovendo a criação de uma agência internacional para a respetiva gestão.
10. Materializando as sugestões apresentadas por Pardo, a AGNU criou o Comité *Ad Hoc* para o Estudo do Uso Pacífico do Leito do Mar e Respetivo Subsolo para lá dos Limites das Jurisdições Nacionais com a finalidade de estudar a prática das Nações Unidas, das agências especializadas e órgãos internacionais em matérias respeitantes ao leito do mar e respetivo subsolo, designadamente quanto à existência de acordos internacionais existentes a este respeito e avaliar os respetivos âmbitos científico, técnico, económico e jurídico. Deveria também promover a cooperação internacional relativamente à exploração, conservação e uso do leito do mar e respetivo subsolo. Este Comité evoluiu posteriormente, tornando-se no órgão preparatório da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Os limites da plataforma continental no decurso da Terceira Conferência

11. A CNUDM foi negociada tanto por uma via consensual, como através de um mecanismo comumente referido como *package deal*, sendo estas vias complementares entre si. A negociação por consenso decorreu indiretamente do *Gentlemen's Agreement*, no qual ficou assente que, relativamente a matérias substantivas, deveriam ser efetuados todos os esforços no sentido de ser obtido um acordo quanto ao texto final por via do consenso. Não deveriam existir votações sem que todos os esforços para o consenso tivessem sido esgotados. A negociação por *package deal*, por sua vez, permitiu um efeito integrativo nas negociações, atuando como um efeito compensador nas diversas tendências que se foram formando nas negociações informais necessárias ao consenso. Foram precisas onze sessões, que tiveram lugar ao longo de 9 anos, de dezembro de 1973 a dezembro de 1982, para concluir o texto final da CNUDM.
12. No decurso da Terceira Conferência, a própria existência da plataforma continental enquanto conceito autónomo esteve ameaçada. Existiram delegações que propuseram abandonar completamente o conceito de plataforma continental para, em vez disso, concentrar a atenção no conceito emergente de ZEE, até 200 milhas. As principais razões apresentadas iam no sentido de defender que o conceito de plataforma continental era injusto e beneficiava apenas alguns.
13. No que respeita ao limite exterior da plataforma continental, a questão esteve, igualmente e de início, longe de recolher entendimentos convergentes. Muitas delegações manifestaram expressamente a preferência por dois tipos de limites, um baseado num critério de distância, até às 200 milhas, outro tendo como limite o bordo exterior da margem continental.
14. Os Estados com plataformas continentais amplas declararam que a aceitação da plataforma continental para lá das 200 milhas se tratava de uma das bases mais importantes do *package deal* e que uma solução de compromisso poderia estar num mecanismo de partilha de proveitos, cujos detalhes deveriam ser objeto de negociação.
15. Na 6.^a sessão foi apresentada uma proposta pelo representante da delegação colombiana no sentido de solicitar ao Secretariado um estudo que demonstrasse as implicações resultantes da utilização da fórmula das 200 milhas, da fórmula de profundidade pela

CONCLUSÕES

aplicação da isóbata dos 500 m e das fórmulas propostas pela Irlanda. A justificação para este pedido residiu no facto que tal estudo constituiria um grande auxílio para as várias delegações presentes na conferência, incluindo a sua, que não dispunham dos dados científicos e técnicos necessários para tomar uma decisão sobre a questão em apreço.

16. Quer o Estudo Preliminar quer o Estudo das Implicações na Preparação de Mapas, resultantes do pedido efetuado pela delegação colombiana, são ilustrativos das dificuldades sentidas na avaliação sobre o que estaria em causa relativamente à aplicação das fórmulas irlandesas, que se situavam tanto nos âmbitos técnico e científico como jurídico. O Secretariado procurou desde logo que as linhas solicitadas não implicassem questões controversas, como é o caso das questões de delimitação ou soberania territorial em áreas nas quais existissem controvérsias ainda resolvidas.
17. Outra questão de base, igualmente de relevo, foi a consideração de LBR como referência para o traçado da linha das 200 milhas. O Estudo Preliminar considerou impraticável a utilização das LBR uma vez que era desconhecido à época o traçado adotado pelos vários Estados costeiros. Este facto levou a que a linha das 200 milhas tivesse sido traçada a partir de todas as elevações permanentemente a descoberto relativamente ao nível da preia-mar. Uma consequência desta situação consiste no facto de, em muitos locais, as áreas representadas no estudo como correspondendo às 200 milhas poderem ser significativamente inferiores à realidade, tendo em conta o que poderia resultar do texto de negociação.

Texto final do artigo 76.º: um salto para o desconhecido?

18. Na segunda parte do período em que decorreu a Terceira Conferência, o traçado do limite exterior da plataforma continental era um processo demorado, financeiramente dispendioso, tecnologicamente exigente, com um resultado incerto. A incerteza poderia resultar da má qualidade e escassez dos dados a utilizar e, especialmente, da interpretação que poderia vir a ser conferida aos vários conceitos contidos no texto que veio a constituir o artigo 76.º da CNUDM.
19. A grande maioria das delegações presentes na Terceira Conferência aceitou o texto do artigo 76.º sem parecer ter uma ideia clara sobre o que estaria efetivamente em causa, quanto a vários fatores, nomeadamente, o número de Estados que viria a apresentar

propostas de extensão, as áreas finais situadas para lá das 200 milhas que ficariam sob jurisdição dos Estados costeiros, os recursos e o tempo necessários para preparação da proposta de extensão, bem como o tempo necessário para a CLPC poder considerar todas as propostas de extensão.

20. Tendo em conta as incertezas que ainda hoje se verificam, não só ao nível da conclusão anterior, mas também da interpretação dos conceitos do artigo 76.º, a dúvida ainda persistirá relativamente ao que será o resultado final da aplicação do artigo 76.º da CNUDM ao nível global. Mesmo estudos e projeções mais recentes parecem continuar a ficar muito aquém da realidade atual, o que tende a reforçar a ideia que a adoção do texto do artigo 76.º na Terceira Conferência foi efetivamente um salto para o desconhecido, evitável em larga medida pela adoção de critérios objetivos (profundidade e/ou distância) à semelhança do que sucede com as restantes zonas marítimas.

Principais conceitos e princípios contidos no artigo 76.º

Plataforma continental

21. Sob a perspetiva geocientífica, a plataforma continental faz parte integrante da margem continental, constituindo o elemento geomorfológico marinho mais próximo do território emerso do Estado costeiro. A doutrina geocientífica define-a como a parte submersa do continente relativamente lisa e pouco profunda, cujo bordo se situa, normalmente, entre os 1.200 e 3.500 m de profundidade. A plataforma continental estende-se desde a linha de costa até ao cimo do talude continental. De um modo genérico, apresenta um declive suave a partir da linha de costa, por regra inferior a 1:1000, até uma zona, a *shelf break*, a partir do qual esse declive aumenta.
22. A definição jurídica de plataforma continental consta no artigo 76.º, n.º 1, da CNUDM. No que respeita ao limite exterior, este preceito estabelece como regra geral que o limite exterior da plataforma continental é definido pelo bordo exterior da margem continental. São exceções a esta regra o caso em que a margem continental se situa aquém das 200 milhas das linhas de base, sendo esta a distância a que se situa o limite exterior da plataforma continental. A outra exceção verifica-se quando o bordo exterior da margem continental ultrapassa a melhor das fórmulas restritivas definidas no artigo 76.º, n.º 5, sendo então esta a fórmula a definir o limite exterior da plataforma continental.

CONCLUSÕES

23. Um outro elemento de relevo na definição de plataforma continental tem a ver com o conceito de “prolongamento natural”, na medida em que as áreas submarinas que fazem parte da plataforma continental constituem, segundo o texto do n.º 1 do artigo 76.º, o prolongamento natural do território terrestre do Estado costeiro.

Margem continental

24. Segundo a perspectiva geocientífica, à escala global, as margens continentais apresentam uma diversidade extrema, no que respeita à respetiva fisiografia, composição química e estrutura geológica, entre outras. Tal diversidade reflete a multiplicidade de processos geodinâmicos a que estiveram submetidas no passado geológico, alguns dos quais ainda permanecem ativos na atualidade. A largura das margens continentais pode ir das poucas dezenas às várias centenas de quilómetros.
25. Na perspectiva jurídica, o bordo exterior da margem continental é definido pelas fórmulas constantes na alínea a) do n.º 4 do artigo 76.º. Por sua vez, o n.º 3 do artigo 76.º dispõe que a margem continental compreende o prolongamento submerso da massa terrestre do Estado costeiro, sendo constituída pelo leito e subsolo da plataforma continental, pelo talude e pela elevação continental. A parte final do mesmo preceito afasta da definição de margem continental o leito e subsolo dos grandes fundos marinhos e as suas cristas oceânicas.
26. Conjugando as definições jurídicas de plataforma continental e de margem continental, o limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas é definido pela melhor das fórmulas positivas constantes na alínea a) do n.º 4 do artigo 76.º, limitado, caso ultrapasse, pela melhor das fórmulas restritivas definidas no n.º 5 daquele artigo.
27. A regra estabelecida pela Declaração de Entendimento constitui uma situação excecional relativamente à regra estabelecida nos preceitos do artigo 76.º mencionados no número anterior. O Anexo II ao Ato Final da Terceira Conferência surgiu em consequência de uma iniciativa da delegação do Sri Lanka e contém a Declaração de Entendimento que teve por finalidade estabelecer uma regra específica que tivesse em conta as particularidades geológicas e geomorfológicas da parte sul da Baía de Bengala, em especial a excecional espessura da camada sedimentar existente, de modo a que estas contribuíssem para a definição do bordo exterior da margem continental, desde que

estivessem observados determinados pressupostos.

Prolongamento natural

28. O conceito de prolongamento natural foi referido pela primeira vez na jurisprudência internacional em 1969, na decisão do Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, continuando presentemente como um dos temas de grande debate na doutrina e jurisprudência internacionais respeitantes ao Direito do Mar, na parte correspondente à definição do limite exterior da plataforma continental.
29. As Diretrizes Científicas e Técnicas referem-se ao conceito de prolongamento natural, essencialmente, em contexto com o conceito de margem continental e na definição do teste de pertença, não lhe adiantando significado especial, doutrinário ou operativo. Referem, no entanto, que pode ser avaliado com base em dados de natureza geomorfológica e geológica. Tradicionalmente, a doutrina jurídica tem considerado o prolongamento natural como um pressuposto, contido no n.º 1 do artigo 76.º, para a determinação do bordo exterior da margem continental. O TIDM desvalorizou-o no Caso da Fronteira Marítima entre o Bangladesh e Myanmar, ao concluir que os conceitos de prolongamento natural e de margem continental, tal como definidos nos artigos 76.º, n.ºs 1 e 4, se referem à mesma área.

Base do talude continental e pé do talude continental

30. A base do talude continental é a região onde a parte inferior do talude se funde com a parte superior da elevação continental, ou com os grandes fundos marinhos nos locais em que a elevação continental não existe. Trata-se de uma zona de transição entre o talude e a elevação continentais, relativamente aos quais não existem na doutrina geocientífica valores fixos genericamente aceites. O TALOS indica como valores típicos superiores 1,5º para o talude continental e inferiores a 0,5º para a elevação continental, podendo deduzir-se que, num contexto de valorização da componente geomorfológica, a base do talude continental se situará entre estes dois valores. Apesar da importância que a base do talude continental tem para a determinação dos pontos de PdT e, consequentemente, do bordo exterior da margem continental, nas recomendações e sumários das recomendações já publicados, a CLPC não tem explicado em detalhe a metodologia que tem usado para a sua determinação.

CONCLUSÕES

31. Por regra um ponto de PdT é determinado, nos termos do artigo 76.º, n.º 4, al. b), como o ponto da máxima variação do gradiente na base do talude continental. Este método é qualificado pelas Diretrizes Científicas e Técnicas como uma regra geral relativamente ao método da “prova em contrário”, a usar quando se verificam determinadas características físicas dos fundos marinhos. Parte da doutrina rejeita esta relação regra geral/exceção contida nas Diretrizes Científicas e Técnicas, defendendo antes a aplicação alternada de cada um dos métodos por opção do Estado costeiro.

Grandes Fundos Marinhos

32. Tanto o artigo 76.º, como as Diretrizes Científicas e Técnicas, não apresentam uma definição para o conceito de grandes fundos marinhos, referindo apenas que ocorrem do lado do mar, para fora do bordo exterior da margem continental, e incluem as características oceânicas do fundo marinho, tais como bacias oceânicas, planícies abissais, montes abissais, cristas médio-oceânicas, zonas de fratura, montes submarinos.
33. A doutrina jurídica considera que os grandes fundos marinhos têm uma natureza residual relativamente às margens continentais. Juridicamente todo o fundo do oceano só pode ser uma de duas coisas: margem continental ou grandes fundos marinhos. Uma vez determinada a nível global todas as margens continentais, a porção restante fará parte dos grandes fundos marinhos.

Relevo submarino

34. Os três tipos de relevo submarino mencionados no artigo 76.º, elevações submarinas, cristas submarinas e cristas oceânicas, não são objeto de caracterização específica na doutrina geocientífica. Como prova deste facto pode apontar-se as definições existentes no TALOS para cada um deles, onde se verifica a inexistência de elementos distintivos entre si.
35. Uma vez que se tratam de conceitos operativos importantes do artigo 76.º, correspondendo a cada qualificação um efeito jurídico diferente, nos termos do artigo 76.º, n.ºs 5 e 6, o entendimento a atribuir a cada um destes conceitos resulta necessariamente da aplicação dos princípios interpretativos estabelecidos nos artigos 31.º a 33.º da CVDT, em especial o princípio do efeito útil.

Princípios da CNUDM com relevância para a interpretação e aplicação do artigo 76.º

36. Um elemento importante na definição legal de plataforma continental é o conceito de neutralidade crustal. A caracterização da crosta como continental ou oceânica deve ser, sob o ponto de vista jurídico, irrelevante relativamente à constituição de direitos do Estado costeiro aos fundos marinhos que fazem parte do prolongamento natural da sua massa terrestre e, consequentemente, da sua margem continental. No artigo 76.º nada indica que o prolongamento natural da massa terrestre de origem continental deva ser tratado distintamente do prolongamento natural de uma outra massa terrestre de origem oceânica. Existe, assim, uma presunção de igualdade de tratamento que é reforçada pelo n.º 2 do artigo 121.º, ao dispor que, para além das exceções previstas no n.º 3 (rochedos), as zonas marítimas das ilhas devem ser determinadas em conformidade com as disposições da CNUDM aplicáveis a outras formações terrestres.
37. O princípio da não influência da aplicação do artigo 76.º, e das recomendações da CLPC, na delimitação futura, vem estabelecido no n.º 10 do artigo 76.º e no n.º 9 do Anexo II, ambos da CNUDM. Estes preceitos são desenvolvidos nas Regras de Procedimento através de normas que constituem o entendimento da CLPC relativamente às disposições convencionais anteriormente mencionadas. De acordo com as Regras de Procedimento, nos casos em que exista uma controvérsia marítima ou terrestre, a CLPC não considera as propostas de extensão com ela relacionada, sem autorização dos Estados envolvidos.
38. Estas regras têm sido referidas eufemisticamente na doutrina como um direito de veto conferido a outros Estados tendo em vista, apenas com uma simples nota verbal, impedir que a CLPC considere e qualifique determinada proposta de extensão.
39. Um dos processos pelos quais os Estados que não chegaram a acordo com os vizinhos relativamente a controvérsias, atuais ou potenciais, referentes às respetivas zonas marítimas, podendo minimizar os riscos de uma eventual oposição, consiste na apresentação de uma proposta conjunta, nos termos do parágrafo 4, do Anexo I das Regras de Procedimento, ou através de proposta coordenada.

Teste de pertença

40. Possivelmente inspiradas na fundamentação da decisão do TIJ no Caso da Plataforma

CONCLUSÕES

Continental do Mar do Norte e também nos Casos da Plataforma Continental Tunísia/Líbia e Líbia/Malta, as Diretrizes Científicas e Técnicas tentaram adaptar o conceito “teste de pertença” à nova definição de plataforma continental contida na CNUDM. A definição de teste de pertença, tal como descrito no parágrafo 2.2.2 das Diretrizes Científicas, conforma-se com o desenvolvimento jurisprudencial anteriormente mencionado e com o disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 76.º.

41. Embora corretamente definido, o teste de pertença encontra-se deficientemente formulado nas Diretrizes Científicas e Técnicas, uma vez que não contempla um pressuposto fundamental: o prolongamento natural. Não obstante, nos termos do disposto no Anexo III, III, 5, al. (a) das Regras de Procedimento [avaliação preliminar da proposta], o teste de pertença constitui o primeiro passo na avaliação das propostas de extensão, permitindo à CLPC verificar se a área de plataforma continental para lá das 200 milhas constitui o prolongamento natural do território emerso do Estado costeiro.

Natureza dos conceitos do artigo 76.º e respetiva aplicação

Metodologia

42. O processo metodológico adotado para avaliar se determinado conceito é geocientífico ou jurídico começa por conhecer a respetiva definição no âmbito do artigo 76.º. Se essa definição corresponder ao entendimento da doutrina geocientífica, o conceito é geocientífico. Se, por outro lado, a definição corresponder a uma artificialidade que, pela definição ou pelo resultado obtido na sua aplicação em conformidade com as regras de interpretação jurídica, não tem correspondência na doutrina geocientífica, o conceito é jurídico.

Plataforma continental

43. Tanto a doutrina jurídica como a jurisprudência internacional são unânimes em referir que o conceito de plataforma continental é um conceito jurídico.

Prolongamento natural

44. O conceito de prolongamento natural tem sido qualificado tanto como um conceito geológico como jurídico. À classificação do conceito de prolongamento natural como

CONCLUSÕES

conceito geológico tem sido apontada a necessidade de se verificar uma continuidade geológica e geomorfológica relativamente à natureza intrínseca dos fundos marinhos, nomeadamente no que respeita à sua origem e composição. Diferentemente, Harald BREKKE e Philip SYMONDS, antigos membros da CLPC, não têm dúvidas em afirmar que se trata de um conceito jurídico, ao associá-lo ao território terrestre do Estado costeiro e aos respetivos poderes de jurisdição. Defendemos no presente texto que o conceito de prolongamento natural é um conceito jurídico, que nunca foi definido, mas ao qual está tradicionalmente associado, relativamente aos fundos marinhos que dele fazem parte, a natureza constitutiva dos direitos do Estado costeiro relativamente à plataforma continental.

Margem continental e bordo exterior da margem continental

45. O conceito de margem continental tem sido, normalmente, entendido como um conceito geocientífico. É esta a opinião das Diretrizes Científicas e Técnicas e do Manual Técnico, bem como praticamente da generalidade da doutrina. Todavia, o TIDM, na decisão do Caso da Fronteira Marítima entre Bangladesh e Myanmar, sublinhou o facto de a determinação dos direitos dos Estados costeiros sobre as áreas de plataforma continental para lá das 200 milhas suscitar questões que são de natureza essencialmente jurídica, incluindo a parte respeitante à margem continental e determinação do respetivo bordo exterior.
46. Tendo por base o facto de as fórmulas do artigo 76.º, n.º 4, definirem o bordo exterior da margem continental, e, consequentemente, a própria margem continental, de um modo generalizado para todos os tipos de margem continental existentes na Terra, o que constitui uma artificialidade que só por acaso coincidirá com o correspondente conceito no âmbito geocientífico, defendemos que, nestas circunstâncias, os conceitos de margem continental e bordo exterior da margem continental são jurídicos.

Talude continental, base do talude continental e pé do talude continental

47. A base do talude continental e o PdT são dois conceitos amplamente referidos na literatura geocientífica, embora não exista, para estes, uma definição autónoma. O PdT constitui também um conceito muito referido no âmbito das geociências. Não obstante, o conceito de PdT é um conceito jurídico visto que, apesar de determinado com base em métodos e

CONCLUSÕES

técnicas geocientíficas, constitui uma artificialidade que se afasta algumas vezes do correspondente conceito geocientífico de PdT. Esta situação é mais evidente nos casos em que o PdT é calculado pelo método da prova em contrário, ou quando é determinado como o ponto de máxima variação do gradiente numa base do talude determinada com base na geologia ou geofísica.

48. O PdT constitui uma artificialidade resultante da necessidade de aplicar as fórmulas de Gardiner e de Hedberg no âmbito do artigo 76.º, o que levou à necessidade de encontrar uma referência espacial, o de PdT, que, em muitas situações, não corresponde à definição que lhe é dada tradicionalmente no âmbito das geociências.
49. Considerando o PdT como um conceito jurídico criado e definido pela CNUDM, mantemos a opinião relativamente aos outros dois elementos que lhe estão associados - o talude continental e a base do talude continental - uma vez que, tal como acontece na natureza onde estas características geomorfológicas existem, constituem parte de uma mesma realidade, que é o talude continental.

Elevação continental

50. À semelhança dos conceitos do artigo 76.º anteriormente descritos, a elevação continental também faz parte da terminologia geocientífica, constituindo, neste âmbito, um conceito autónomo. Pela aplicação do artigo 76.º da CNUDM, interpretando conjuntamente os n.ºs 3 e 4, obtemos valores que podem ir das 60 milhas a várias centenas de milhas, dependendo esta última situação da espessura da camada sedimentar existente na região. Somos, assim, de opinião que a elevação continental tal como definida no artigo 76.º da CNUDM é um conceito jurídico, cuja extensão é artificialmente definida e cujos valores se podem afastar significativamente dos verificados na natureza para a realidade física corresponde ao conceito geocientífico.
51. Tal como sucede nos outros conceitos jurídicos acima identificados, apenas por mera coincidência a elevação continental jurídica coincidirá com a sua correspondente geológica. Mesmo nas margens continentais onde a elevação continental física não se desenvolveu, existe uma elevação continental jurídica de, pelo menos, 60 milhas.

Grandes fundos marinhos

52. Embora frequentemente referido na literatura geocientífica, em especial associado ao conceito de planícies abissais, o conceito de grandes fundos marinhos não tem, por regra, definição própria nas geociências. Apesar disto, a maioria das referências no âmbito do artigo 76.º ao conceito de grandes fundos marinhos realça a natureza residual desta espaço relativamente ao correspondente à margem continental jurídica. Sendo a margem continental, tal como definida no artigo 76.º, um conceito jurídico, as partes do fundo do mar que não lhe correspondem, *i.e.*, os fundos marinhos, são necessariamente também, para efeitos da aplicação do artigo 76.º, um conceito jurídico.

Relevo submarino

53. O relevo submarino referido no artigo 76.º, n.ºs 3 e 6, não tem uma distinção própria no âmbito das geociências que permita a sua aplicação para determinar o limite exterior da plataforma continental. É necessário recorrer aos princípios da interpretação jurídica para conferir aos conceitos de elevação submarina, crista submarina e crista oceânica um efeito útil no âmbito de aplicação do artigo 76.º, o que indica que se tratam de conceitos jurídicos.

Resposta à questão 1 - Os conceitos do artigo 76.º que contribuem diretamente para a definição do limite exterior da plataforma continental são jurídicos ou geocientíficos? Sendo simultaneamente jurídicos e geocientíficos, qual a relação entre eles e qual deles é aplicado na definição do limite exterior da plataforma continental?

54. Os conceitos do artigo 76.º que contribuem diretamente para a definição do bordo exterior da margem continental e do limite exterior da plataforma continental são jurídicos. Verificámos, e podemos agora concluir, que cada um dos conceitos apresentados anteriormente articulam-se bem dentro do mesmo tipo, *i.e.*, os conceitos geológicos articulam-se bem entre si e os conceitos jurídicos articulam-se, igualmente, bem entre si. Na determinação do bordo exterior da margem continental e do limite exterior da plataforma continental, no âmbito do artigo 76.º, não é possível considerar os conceitos no seu sentido geocientífico para obter os conceitos jurídicos correspondentes.

A COMISSÃO DE LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL: QUESTÕES DE LEGITIMIDADE

Funções da CLPC

Funções da CLPC e a perícia jurídica

55. As funções da CLPC vêm definidas no artigo 3.º do Anexo II da CNUDM e são duas:
- Examinar os dados e outros elementos de informação apresentados pelos Estados costeiros sobre os limites exteriores da plataforma continental que se situam para lá das 200 milhas e formular recomendações de conformidade com o artigo 76.º e com a Declaração de Entendimento; e
 - Prestar assessoria científica e técnica, se o Estado costeiro a solicitar, durante a preparação dos dados sobre os limites exteriores da plataforma continental.
56. Todos os autores consideram fundamental a existência de perícia jurídica na CLPC. A divisão de opiniões revela-se sobre o modo como essa perícia deve chegar à CLPC. A maioria da doutrina defende que a CLPC deveria incluir juristas na sua composição, argumentando que a CNUDM constitui um instrumento jurídico complexo e que, sem juristas, dificilmente existirá possibilidade de submeter a apreciação questões de interpretação suscitadas numa proposta de extensão.
57. Poucos autores defendem que a perícia jurídica deve ser exterior à CLPC. Entre estes realça-se o entendimento de Oude ELFERINK, que vê a ausência de juristas na CLPC como uma falsa “fraqueza”, uma vez que torna possível isolar a Comissão da resolução de controvérsias jurídicas, concentrando-se essencialmente nas funções que lhe são atribuídas pela CNUDM, *i.e.*, a apreciação de dados científicos e técnicos. Outros autores sugerem a participação de juristas especialistas em Direito do Mar, perícia essa que tanto poderia ser privada, como prestada por órgãos da ONU. Efetivamente, as subcomissões são assessoradas por um jurista da DOALOS/*Legal Counsel*.
58. Defendemos, nesta matéria, que a CLPC não deveria incluir juristas. Deixando de lado a questão legal, que prevê que a CLPC seja composta por peritos em geologia, geofísica e hidrografia, definido o quadro concetual, que é essencialmente jurídico, a aplicação desse

CONCLUSÕES

quadro é científica e técnica. Verificar se os dados e informação contidos nas propostas de extensão são suficientes em quantidade e qualidade, bem como a verificação dos parâmetros científicos e técnicos existentes nas Diretrizes Científicas e Técnicas, são tarefas de natureza científica e técnica relativamente às quais os juristas pouco poderão contribuir.

Competência de autorregulação

59. As regras estabelecidas no artigo 76.º e no Anexo II, relativamente ao modo de funcionamento da CLPC, são claramente insuficientes para que a Comissão possa cumprir as funções que lhe estão atribuídas. Para esse efeito, a própria Comissão criou dois documentos: as Regras de Procedimento e as Diretrizes Científicas e Técnicas. Embora nada exista na CNUDM que permita expressamente que à Comissão possa estabelecer regras processuais ou orientações científicas e técnicas, a criação de tais instrumentos pode ser justificada com o fundamento de que os órgãos internacionais têm o poder de adotar regras para o seu funcionamento interno (teoria dos poderes implícitos).

Resolução de controvérsias relativas à definição da plataforma continental para lá das 200 milhas

Controvérsias que envolvam entidades que não sejam Estados

60. A Parte XV da CNUDM prevê o acesso aos procedimentos de resolução de controvérsias aos Estados Partes, estando estes abertos a outras entidades apenas nos casos estabelecidos na Convenção. No que respeita a entidades privadas, não é possível estas demandarem um Estado costeiro por os limites por ele estabelecidos poderem vir a pôr em causa potenciais interesses relativos à prospeção e exploração do leito e subsolo marinhos. Porém, a CNUDM prevê que as entidades privadas poderão participar nalguns tipos de procedimentos que envolvam a prospeção e exploração mineira na Área. Estes procedimentos poderão ter lugar junto da CCFM do TIDM, nalguns casos que envolvam contratos de mineração na Área. O Estatuto do TIDM dispõe ainda sobre a possibilidade de, através de acordos, lhe serem submetidas controvérsias relativas a entidades distintas dos Estados costeiros.

CONCLUSÕES

61. Embora exista uma relação direta entre a porção do leito e subsolo marinhos que faz parte das plataformas continentais para lá das 200 milhas e a Área, a CNUDM não prevê quaisquer poderes relativamente à AIFM para iniciar procedimentos contra os Estados Partes em matérias respeitantes à delimitação da plataforma continental para lá das 200 milhas. A Convenção restringe os poderes da CCFM a controvérsias que tenham a ver com “atividades na Área”, conceito que dificilmente poderá compreender qualquer controvérsia respeitante ao limite exterior da plataforma continental.
62. No caso de um Estado costeiro discordar das recomendações da CLPC, deve apresentar à Comissão, dentro de um prazo razoável, uma proposta revista ou uma nova proposta, nos termos do artigo 8.º do Anexo II da CNUDM. Por outro lado, tendo em conta a natureza da CLPC e o disposto no artigo 279.º da CNUDM, existindo uma divergência de entendimento do Estado costeiro relativamente às recomendações, o diferendo não poderá ser submetido para decisão com base no mecanismo de solução de controvérsias disposto na Parte XV da CNUDM.

Controvérsias entre Estados

63. É possível o recurso aos meios contenciosos estabelecidos na Parte XV da CNUDM por parte de Estados terceiros para resolução de controvérsias relativamente ao limite exterior da plataforma continental de um Estado, publicado com base nas recomendações. Esta situação poderá ter lugar quando exista uma interpretação errada dos conceitos do artigo 76.º ou quando a CLPC decida considerar a proposta do Estado costeiro com base em elementos que constituem matéria que se situa para lá da sua competência.

Legitimidade da CLPC e fatores legitimadores

Questões de legitimidade relativas à plataforma continental

64. O modo como os poderes da CLPC se exercem relativamente aos Estados cujas propostas de extensão são por ela consideradas - em especial, a natureza *quasi* definitiva das recomendações, bem como a impossibilidade de recurso aos mecanismos estabelecidos na Parte XV da CNUDM - conferem à Comissão um poder assinalável, ficando óbvio que em todo o processo o Estado costeiro que apresentou a proposta de extensão é o elo mais fraco.

CONCLUSÕES

65. Neste contexto, é assumido que os Estados costeiros que se relacionam com a CLPC esperam deste órgão um desempenho ao mais alto nível. Quer dizer, um desempenho que lhes garanta que a proposta de extensão vai ser considerada de modo competente, justo e em conformidade com o objeto e finalidade da CNUDM. A não verificação destas condições, para além de poder ser profundamente penalizador para os Estados cujas recomendações não correspondam às suas expectativas por deficiente avaliação, poderá colocar em causa seriamente a credibilidade da CLPC.
66. O tema da legitimidade em Direito Internacional e nas relações internacionais constitui um assunto relativamente novo, tendo entrado na ordem do dia nos últimos trinta anos, com numerosas perspectivas de entendimento. O exercício de poder nas sociedades modernas trás consigo o conceito de legitimidade, por regra, com a finalidade de o justificar e avaliar face aos resultados obtidos, que se desejam como adequados e justos, facto que aumenta a respetiva base de apoio e aceitação.
67. No caso concreto da CLPC, a legitimidade resultante do modo como é constituída e como prossegue as respetivas funções deve ser entendida não em termos de preto ou branco (legítimo ou ilegítimo), mas como um espectro entre maior legitimidade ou menor legitimidade, cuja medida garantirá as bases de apoio e aceitação por parte da comunidade internacional.

Fatores legitimadores

68. A escolha dos fatores legitimadores efetuou-se através de um conjunto de elementos que se considerou poderem afetar de modo mais significativo o trabalho da CLPC e a sua imagem institucional. Os fatores legitimadores escolhidos foram:
- A nomeação dos membros da CLPC e os respetivos constrangimentos, em particular a necessidade de representação regional e a liberdade de escolha;
 - As qualificações científicas e técnicas dos membros da CLPC, com incidência nas áreas de competência técnica e o nível de formação de base;
 - O cumprimento dos deveres de integridade, independência e imparcialidade;
 - A adequabilidade das Diretrizes Científicas e Técnicas face às funções da CLPC;

CONCLUSÕES

- A transparência dos procedimentos relativamente ao Estado, à fundamentação das recomendações e à impossibilidade de participação de Estados terceiros;
 - A fiscalização e responsabilização (*accountability*) da atividade da CLPC.
69. As eleições para a CLPC constituem um processo político diplomático complexo que, potencialmente, condiciona a liberdade de escolha dos Estados Partes, essencialmente, a dois níveis. Num primeiro nível, indica-se a troca de votos que os Estados preparam e executam numa fase preparatória, anterior às eleições. No outro nível, que potencialmente limita, ou anula, a capacidade de escolha dos Estados Partes, consiste no facto de, por regra, não existirem candidatos a mais relativamente ao número de vagas a preencher.
70. A maioria dos membros que até à presente data fizeram parte da CLPC possui, ou possuía, qualificações em geologia, seguindo-se geofísica que, nalguns membros, surge associada à geologia. A hidrografia, a outra das três especialidades previstas no Anexo II da CNUDM, é a que, de entre estas, teve menos membros, apesar de constituir a perícia base, fundamental, para identificar a morfologia dos fundos marinhos.
71. Têm existido membros da CLPC cujas especialidades de qualificação se afastam das estabelecidas na CNUDM, apontando-se, como exemplo, formação em ciências mecânicas, literatura portuguesa, engenharia mecânica, ciências ambientais, geografia, navegação, engenharia geográfica, ciências marinhas/ambientais, impacto ambiental, desenvolvimento sustentável, ciências marítimas e pescas e bioquímica.
72. A maior parte dos membros que estão, ou já estiveram, na CLPC menciona nos respetivos *curricula vitae* a habilitação com um nível de estudos correspondente, ou equivalente, a doutoramento (PhD). Têm prestado serviço na CLPC membros com graus académicos inferiores, embora alguns de reconhecida competência a nível internacional.
73. Tem-se verificado uma diferença substancial entre os pedidos de assessoria científica e técnica formalmente efetuados à CLPC pelos Estados e as ações de assessoria declaradas por esses Estados nos respetivos sumários executivos. Existe, igualmente, uma diferença significativa entre as referidas ações de assessoria declaradas por esses Estados nos respetivos sumários executivos e as ações de assessoria declaradas pelos membros da CLPC ao Comité de Assessoria Científica e Técnica da Comissão.

CONCLUSÕES

74. Estas situações levam a crer que tem sido prática corrente dos Estados costeiros que pretendem assessoria científica e técnica contactarem diretamente os membros da CLPC cujas valências preferam, sendo que, na grande maioria das vezes, estes também não declaram essa atividade internamente na Comissão.
75. As muitas ações de assessoria efetuadas fora do âmbito da CLPC constituem um dos elementos que mais pode contribuir para o obscurecimento dos princípios da integridade e imparcialidade. A doutrina tem entendido até agora a expressão “a título pessoal” como uma desvinculação das opiniões e trabalho do membro da Comissão relativamente a esta e ao Estado que o patrocina, ficando de fora outras interpretações menos transparentes que possam estar associadas àquela expressão, nomeadamente a possibilidade de efetuar assessoria privada no âmbito da elaboração dos projetos de extensão da plataforma continental.
76. Existem matérias das Diretrizes Científicas e Técnicas que não estão ajustadas à finalidade a que se destinam, *i.e.*, clarificar a interpretação da CLPC relativamente aos termos científicos, técnicos e jurídicos contidos na CNUDM, bem como assegurar uma prática uniforme e alargada dos Estados costeiros durante a preparação da prova científica e técnica a apresentar nas propostas de extensão.
77. As deficiências apontadas às Diretrizes Científicas e Técnicas ao longo do texto são graves pelo modo como desvirtuam a aplicação da CNUDM relativamente à definição do limite exterior da plataforma continental para lá das 200 milhas. O texto das Diretrizes Científicas e Técnicas constitui o produto possível face ao conhecimento existente em 1999, nas várias áreas do conhecimento respeitantes a esta matéria.
78. Não parece, contudo, aceitável que, passados quase vinte anos após a respetiva entrada em vigor, nunca tenha existido uma revisão profunda dos conceitos e métodos nelas contidos, que se encontram claramente desatualizados. Esta situação é agravada pelo facto de a CLPC estar formalmente vinculada às definições, regras e procedimentos contidos nas Diretrizes Científicas e Técnicas. Este facto poderá ser justificado pelo receio que essa alteração poderia acarretar relativamente às recomendações já publicadas.
79. Tem sido apontado pela doutrina, e mais recentemente por Estados em sede de EEP, falta de transparência nos procedimentos internos da CLPC, bem como fundamentação

CONCLUSÕES

- insuficiente nas recomendações e sumários de recomendações que publicita. Sem acesso a informação específica respeitante à sustentação da proposta de extensão de determinado Estado, os outros Estados poderão, nalgumas situações, demonstrar relutância em aceitar a autoridade ou a competência da CLPC para avaliar aquele tipo de informação em privado e, eventualmente, reagir com base em suspeição ou ceticismo.
80. A questão da fiscalização e responsabilização da CLPC (*accountability*) tem sido até à presente data pouco desenvolvida pela doutrina. Nada na CNUDM sugere a possibilidade de a CLPC poder vir a prestar contas aos Estados Partes, nem existe indicação, no decurso da Terceira Conferência, que tivesse sido essa a intenção por parte dos Estados que nela participaram.
81. As RPEEP poderão acomodar uma eventual porta de saída para este fim ao estabelecerem a possibilidade de o EEP criar os órgãos subsidiários que se afigurem necessários para a prossecução das suas funções. A dificuldade desta solução seria a obtenção de vontade e consenso políticos alargados no seio dos Estados Partes, necessários para dar execução a esta via.
82. A apreciação da legitimidade da CLPC seguiu o modelo clássico baseado na diferenciação em legitimidade de título e legitimidade de exercício. No que respeita à legitimidade de título, as dúvidas surgem na própria composição da CLPC por incluir, ou ter incluído, membros que não têm as perícias técnicas estabelecidas na CNUDM. A esta situação acresce o facto de a designação dos membros da CLPC não se basear numa eleição, como refere a CNUDM, com liberdade de escolha, mas antes na confirmação dos candidatos escolhidos pelos Estados, normalmente, em igual número às vagas existentes para cada grupo regional.
83. No que toca à legitimidade de exercício, a situação também não está isenta de falhas. As Diretrizes Científicas e Técnicas, tem vindo a revelar-se como um documento cristalizado no tempo, sem perspectivas anunciadas de mudança, que prejudicam o modo como a CLPC exerce as suas funções, muitas vezes em violação das regras que ela própria define. É apontada falta de transparência de alguns dos procedimentos da CLPC tanto ao nível interno, nomeadamente no modo como são aprovadas as recomendações, como no detalhe com que estas são publicadas. No que toca aos membros da CLPC, merece especial destaque o exercício de assessoria não reportada à Comissão, facto que levanta

CONCLUSÕES

suspeitas relativamente a eventuais violações das regras de conduta.

Resposta à questão 2 - Qual a legitimidade da CLPC, tendo por base o modo como tem vindo a ser constituída e como tem exercido as suas funções?

84. Face à apreciação dos fatores legitimadores, verifica-se que existe um défice de legitimidade relativamente à CLPC, tanto no modo como esta é constituída, como também pelo modo com tem vindo a desempenhar as respetivas funções.

O projeto de extensão de Portugal

Fases do processo

85. A CNUDM entrou em vigor relativamente a Portugal em 2 de dezembro de 1997, pelo que, inicialmente, a proposta de extensão deveria ser entregue à DOALOS até ao final de 2007, dentro dos 10 anos seguintes à entrada em vigor da Convenção para Portugal. Por decisão tomada no 11.º EEP, a data da publicação das Diretrizes Científicas e Técnicas passou a ser a referência para a contagem do período de 10 anos estabelecido na CNUDM, o que fez com que Portugal passasse a ter 13 de maio de 2009 como data limite para apresentação da proposta de extensão.
86. A consideração da proposta portuguesa pela CLPC, que ocupa o 44.º lugar na lista de propostas já entregues, teve início em 14 de agosto de 2017. O modo como as três regiões se associam e o contexto particular de parte importante da extensão na região dos Açores se situar sobre a Crista Médio-Atlântica, podem levar a possíveis divergências de entendimentos entre Portugal e a CLPC sobre as localizações dos pontos de PdT e, eventualmente, sobre a sua qualificação jurídica.
87. É fundamental que estejam definidos, a nível interno na delegação portuguesa, os limites mínimos a partir dos quais não deverá existir recuo, em particular nas situações em que as recomendações da CLPC se baseiem em interpretações incorretas dos princípios e conceitos da CNUDM.

Determinação do limite exterior da plataforma continental

88. A primeira linha de ação a ser observada na elaboração da proposta de extensão foi conseguir a maior área possível de plataforma continental para lá das 200 milhas, através

CONCLUSÕES

de uma proposta elaborada com a finalidade de ser ambiciosa, bem estruturada jurídica e cientificamente, e fundamentada com os melhores dados e informação científicos que seja possível obter, em quantidade e qualidade. A segunda linha de ação consistiu em conseguir a nomeação de um elemento português como membro da CLPC. Esse objetivo estratégico foi conseguido por três vezes, para os mandatos de 2002/2007, 2007/2012 com a eleição de Maia Pimentel, e para o mandato de 2017/2022, com a eleição de Aldino Campos. A terceira linha de ação consistiu em assumir os deveres de proteção ambiental definidos na CNUDM relativamente às áreas de plataforma continental para lá das 200 milhas.

89. O prolongamento natural do território emerso de Portugal estende-se para oeste e sul do território continental, para oeste na Região Autónoma da Madeira e ao longo da crista Médio-Atlântica na Região Autónoma dos Açores, onde também se desenvolve para sueste para o monte submarino do Grande Meteor e para nordeste e noroeste nos montes submarinos Altair e Antialtair.
90. A localização da base do talude continental foi, em muitas partes da proposta portuguesa, obtida a partir de orientações mencionadas nas Diretrizes Científicas e Técnicas e confirmada pela prática da CLPC, incorporadas nos sumários das recomendações que continham indicações sobre o modo como foi calculada a base do talude continental. O elemento objetivo utilizado para a determinação da base do talude foi, em vários locais, obtido a partir do TALOS, que define quantitativamente os valores do gradiente a que, tipicamente, se situam o talude continental e a elevação continental.

Áreas de potencial sobreposição com Estados vizinhos

91. Portugal não tem tratado de delimitação válido com os Estados vizinhos relativamente à grande maioria das áreas de sobreposição das suas zonas marítimas. Na foz do Rio Minho existe um tratado de delimitação que vários autores consideram como o único instrumento internacional válido entre Portugal e Espanha, resultante do Tratado de Comércio e Navegação, assinados entre Portugal e Espanha a 27 de março de 1893.

Existem duas áreas de potencial sobreposição entre Portugal e Espanha, que se situam ao largo da foz do rio Minho e a oeste do arquipélago da Madeira. Para além das diversas notas verbais trocadas entre Portugal e Espanha, onde é referido que cada um dos Estados não objeta a que a

CONCLUSÕES

CLPC aprecie as propostas de extensão do outro Estado relativamente às áreas de potencial sobreposição, foi criada uma Área de Interesse Comum entre Portugal e Espanha, que consta na proposta portuguesa como a Região do Banco da Galiza.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

MONOGRAFIAS

- ABASS, Ademola - **Complete International Law: Text, Cases, and Materials**. [S.l.]: Oxford University Press, 2014. ISBN 978-0-19-967907-2.
- ABREU, Manuel P. de *et al.* - **Extensão da Plataforma Continental - Um Projeto de Portugal - Seis Anos de Missão (2004-2010)**. Lisboa: Pentaedro, Lda, 2012. ISBN 978-989-95249-2-7.
- ANTUNES, Nuno Marques - **Towards the Conceptualisation of Maritime Delimitation - Legal and Technical Aspects of a Political Process**. Leiden; Boston: Brill Academic Publishers, 2003.
- BASTOS, Fernando Loureiro - **A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos**. Lisboa: AAFDL, 2005.
- BORTON, James - **Islands and Rocks in the South China Sea: Post-Hague Ruling**. [S.l.]: Xlibris Corporation, 17 abril 2017. ISBN 978-1-5245-8481-8.
- BOSCH, Miguel Marín - **Votes in the UN General Assembly**. [S.l.]: Martinus Nijhoff Publishers, 1998. ISBN 978-90-411-0564-6.
- BROWN, Edward Duncan - **Sea-bed Energy and Minerals: The continental shelf**. [S.l.]: M. Nijhoff Publishers, 1992. ISBN 978-0-7923-1561-2.
- BROWN, Edward Duncan - **The international law of the sea**. [S.l.]: Dartmouth, 1 dezembro 1994. ISBN 978-1-85521-306-7.
- BRUNNÉE, Jutta; TOOPE, Stephen J. - **Legitimacy and Legality in International Law - An International Account**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. ISBN 978-0-521-88065-7.
- BUCK, Susan J. - **The Global Commons: An Introduction**. [S.l.]: Island Press, 22 junho 2012. ISBN 978-1-59726-762-5.
- BUSCH, Signe Veierud - **Establishing Continental Shelf Limits Beyond 200 Nautical Miles by the Coastal State: A Right of Involvement for Other States?**. Lam edition ed. Leiden; Boston: Brill - Nijhoff, 2016. ISBN 978-90-04-32623-1.
- CALATAYUD, Esperanza - **España y la Delimitación de sus espacios marinos**. Murcia: Universidade de Murcia, 1989.
- CASSESE, Antonio - **International Law**. [S.l.]: OUP Oxford, 2005. ISBN 978-0-19-925939-7.
- CHANDRASEKHARA RAO, Patibandla; GAUTIER, Philippe (EDS.) - **The rules of the International Tribunal for the Law of the Sea: a commentary**. Leiden: Nijhoff, 2006. ISBN 978-90-04-15240-3.
- CHURCHILL, Robin; LOWE, Vaughan - **The Law of the Sea**. 3 rd ed. Manchester: Manchester University Press, 1999.
- CLARK, Ian - **International Legitimacy and World Society**. Oxford: Oxford University Press, 2007. ISBN 978-0-19-929700-9.
- COELHO, Paulo Neves - **O Traçado das Linhas de Base - O Caso Particular das Linhas de Fecho e de Base Reta Portuguesas**. Lisboa: ADFA, 2012. ISBN 9 789892 829593.
- COLLIARD, Claude-Albert *et al.* - **Le Fond des Mers - Aspects Juridiques, Biologiques et Géologiques**. Collection U. Paris: Librairie Armand Colin, 1971.
- COLOMBOS, Constantine John - **The Law of the Sea**. London: Longmans, 1967.
- COOK, Peter J.; CARLETON, Chris M. - **Continental Shelf Limits: The Scientific and Legal Interface**. New York: Oxford University Press, 19 outubro 2000. ISBN 978-0-19-802786-7.
- COTTIER, Thomas - **Equitable Principles of Maritime Boundary Delimitation: The Quest for Distributive Justice in International Law**. [S.l.]: Cambridge University Press, 2015. ISBN 978-1-316-29980-7.
- CURIEL, Raul - **Overlapping Claims for an Extended Continental Shelf in the Northeastern Part of South America Facing the Atlantic Ocean**. New York: Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea, Office of Legal Affairs, United Nations, 2010.

BIBLIOGRAFIA

MONOGRAFIAS

- DÖRR, Oliver; SCHMALENBACH, Kirsten (EDS.) - **Vienna Convention on the Law of Treaties: A Commentary**. Heidelberg; New York: Springer, 2012. ISBN 978-3-642-19290-6.
- DUPUY, Rene-Jean (ED.) - **A Handbook on the New Law of the Sea**. 1991 edition ed. Dordrecht; Boston: Springer, 1991. ISBN 978-0-7923-0924-6.
- ELLEMAN, Bruce; KOTKIN, Stephen; SCHOFIELD, Clive - **Beijing's Power and China's Borders: Twenty Neighbors in Asia**. London, New York: M.E. Sharpe, 2015. ISBN 978-0-7656-2766-7.
- EMEPC - **Aspectos Jurídicos e Científicos da Extensão da Plataforma Continental**. Lisboa: ADFA, 2006. ISBN 978-989-95249-0-3.
- EMERY, Kenneth O.; UCHUPI, Elazar - **The Geology of the Atlantic Ocean**. [S.l.]: Springer Science & Business Media, 2012. ISBN 978-1-4612-5278-8.
- ESPIL, Jorge Aja - **El derecho del mar: las nuevas cuestiones del derecho internacional marítimo**. [S.l.]: Editorial Temis, 1977.
- FARIA, Duarte Lynce de - **A Jurisdição e a Delimitação dos Espaços Marítimos em Portugal - Do Rio Minho às Selvagens**. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1997.
- FAUCHILLE, Paul - **Traité de Droit International Public**. Paris: Librairie Arthur Rousseau, 1925.
- FERRÃO, Marisa Caetano - **A delimitação da Plataforma Continental além das 200 Milhas Náuticas**. Lisboa: A.A.F.D.L., 2009. ISBN 978-0-00-006435-6.
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro - **Cours de droit public interne et externe: Du droit public externe, ou droit des gens**. [S.l.]: Aillaud, 1830.
- FIETTA, Stephen; CLEVERLY, Robin - **Practitioner's Guide to Maritime Boundary Delimitation**. [S.l.]: Oxford University Press, 7 abril 2015. ISBN 978-0-19-965747-6.
- FISCHER, Georges - **The non-proliferation of nuclear weapons**. [S.l.]: St. Martin's Press, 1972.
- FLOYD, P. A. - **Oceanic Basalts**. [S.l.]: Springer Science & Business Media, 6 dezembro 2012. ISBN 978-94-011-3042-4.
- FRANKLIN, Carl - **International Law Studies 1950-1960**. [S.l.]: Naval War College, 1961.
- FREEDMAN, Rosa - **The United Nations Human Rights Council: A Critique and Early Assessment**. London, New York: Routledge, 2013. ISBN 978-0-415-64032-9.
- FRIEDHEIM, Robert L. - **Negotiating the New Ocean Regime**. [S.l.]: Univ of South Carolina Press, 1993. ISBN 978-0-87249-838-9.
- FRISCH, Wolfgang; MESCHÉDE, Martin; BLAKEY, Ronald C. - **Plate Tectonics: Continental Drift and Mountain Building**. 2011 edition ed. Heidelberg Germany; New York: Springer, 24 novembro 2010. ISBN 978-3-540-76503-5.
- GABLER, Robert; PETERSEN, James; TRAPASSO, L. - **Essentials of Physical Geography**. [S.l.]: Cengage Learning, 2006. ISBN 978-0-495-01194-1.
- GAO, Zhiguo; ZHANG, Haiwen; LI, Jiabiao - **Technical and Legal Aspects of the Regimes of the Continental Shelf and the Area**. Beijing: China Democracy and Legal System Publishing House, 2013. ISBN 978-7-5162-0385-9.
- GARRISON, Tom - **Enhanced Essentials of Oceanography**. [S.l.]: Cengage Learning, 2006. ISBN 978-0-495-11372-0.
- GARRISON, Tom S. - **Oceanography: An Invitation to Marine Science**. [S.l.]: Cengage Learning, 2009. ISBN 978-1-111-78309-9.
- GIDEL, Gilbert - **Le Droit International Public de La Mer - La Haute Mer**. Chateauroux: Établissements Mellottée, 1932.
- GRAÇA, Pedro Quartin - **A Importância das Ilhas no Quadro das Políticas e do Direito do Mar - o Caso das Selvagens**. [S.l.]: ISCTE, 2013.

BIBLIOGRAFIA

MONOGRAFIAS

- GUEDES, Armando Marques - **Direito do Mar**. 2ª ed. [S.l.]: Coimbra Editora, 1998.
- HEEZEN, Bruce C.; THARP, Marie; EWING, Maurice - **The Floors of the Oceans**. New York: Lamont Geological Observatory (Columbia University), 1959.
- HEEZEN, Bruce C.; THARP, Marie; EWING, Maurice - **The Floors of the Oceans**. New York: Lamont Geological Observatory (Columbia University), 1959.
- HIGGINS, Alexander Pearce - **Higgins and Colombos on the International Law of the Sea**. 2ª ed. [S.l.]: London, 1951.
- HONG, Nong - **UNCLOS and Ocean Dispute Settlement: Law and Politics in the South China Sea**. [S.l.]: Routledge, 2012.
- JAECKEL, Aline L. - **The International Seabed Authority and the Precautionary Principle: Balancing Deep Seabed Mineral Mining and Marine Environmental Protection**. [S.l.]: BRILL, 10 janeiro 2017. ISBN 978-90-04-33228-7.
- JAGOTA, S. P. - **Maritime Boundary**. Dordrecht: Martins Nijhoff Publishers, 1985.
- JENSEN, Leif Christian; HØNNELAND, Geir - **Handbook of the Politics of the Arctic**. [S.l.]: Edward Elgar Publishing, 25 setembro 2015. ISBN 978-0-85793-474-1.
- JENSEN, Øystein - **The Commission on the Limits of the Continental Shelf**. Leiden; Boston: Martinus Nijhoff, 15 agosto 2014. ISBN 978-90-04-27415-0.
- JOUVENEL, Bertrand De - **Economics and the Good Life: Essays on Political Economy**. New Jersey: Transaction Publishers, 1999. ISBN 978-1-4128-2214-5.
- KENNETT, J. P. - **Marine Geology**. New Jersey: Englewood Cliffs, 1982.
- KENNISH, Michael J. - **Practical Handbook of Marine Science**. 3rdª ed. [S.l.]: CRC Press, 2000. ISBN 978-1-4200-3848-4.
- KILKER, Ernest Evans - **Max Weber: Capitalism, Legitimacy, Democracy, and Crisis**. [Em linha]. [S.l.]: New School for Social Research, 1982, Disponível em WWW:<URL:<https://books.google.pt/books?id=zkl4nQAACAAJ>>.
- KIM, Sun Pyo - **Maritime Delimitation and Interim Arrangements in North East Asia**. The Hague/London/New York: Martinus Nijhoff Publishers, 2004. ISBN 978-90-04-13669-4.
- KRUMMEL, Otto - **Handbuch der Ozeanographie**. [Em linha]. Stuttgart: Verlag von J. Engelhorn, 1907, [Consultado em 30 set. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://ia801406.us.archive.org/0/items/handbuchderozean01bogu/handbuchderozean01bogu.pdf>>.
- LAFFEBER, Walter - **The American Age - United States Foreign Policy at Home and Abroad**. 2ndª ed. New York: W. W. Norton & Company, 1994.
- LAMARCHE, Geoffroy *et al.* (EDS.) - **Submarine Mass Movements and their Consequences**. Advances in Natural and Technological Hazards Research. Cham: Springer International Publishing, 2015. ISBN 978-3-319-20978-4.
- LANGERAAR, W. - **Surveying and Charting of the Seas**. Amsterdam-Oxford-New York-Tokyo: Elsevier, 1984. ISBN 978-0-08-087075-5.
- LEGRAIN, Michel; GARNIER, Yves; VINCIGUERRA, Mady - **Le Petit Larousse grand format 2003. Edition Noël**. [S.l.]: Larousse, 31 dezembro 2006. ISBN 978-2-03-530817-7.
- LINDERFALK, Ulf - **On the interpretation of treaties: the modern international law as expressed in the 1969 Vienna Convention on the Law of Treaties**. Law and philosophy library. Dordrecht: Springer, 2007. ISBN 978-1-4020-6361-9.
- MAGNÚSSON, Bjarni Már - **The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles - Delineation, Delimitation and Dispute Settlement**. Leiden; Boston: Brill | Nijhoff, 7 maio 2015. ISBN 978-90-04-29683-1.

MONOGRAFIAS

- MALANCZUK, Peter - **Akehurst's Modern Introduction to International Law**. 7th^a ed. New York: Routledge, 1997. ISBN 978-1-134-83388-7.
- MANGONE, Gerard - **United States Admiralty Law**. [S.l.]: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 978-90-411-0417-5.
- MANSILLA, Hugo Llanos - **La creación del nuevo derecho del mar: el aporte de Chile: contiene un análisis de la Convención de las Naciones Unidas sobre el derecho del mar de 1982**. [S.l.]: Editorial Jurídica de Chile, 1991.
- MAUREL, Joaquín Bosque; VALENTÍ, Juan Vilà - **Geografía de España: Andalucía, Canarias**. [S.l.]: Planeta, 1991.
- MILES, Edward L. - **Global Ocean Politics: Decision Process at the Third United Nations Conference on the Law of the Sea, 1973-1982**. The Hague; Boston; Cambridge, MA: Brill, 10 dezembro 1997. ISBN 978-90-411-0448-9.
- MILL, Hugh Robert - **The Realm of Nature: An Outline of Physiography ...** London: John Murray, 1892.
- MILL, Hugh Robert - **The Realm of Nature: An Outline of Physiography ...** [S.l.]: Scribner, 1916.
- MIRANDA, Jorge - **Ciência Política. Formas de Governo**. Lisboa: Pedro Ferreira-Editor, 1996.
- MONROE, James; WICANDER, Reed - **The Changing Earth: Exploring Geology and Evolution**. 5th^a ed. Belmont CA: Cengage Learning, 2008. ISBN 978-0-495-55480-6.
- MOSSOP, Joanna - **The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles: Rights and Responsibilities**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2016. ISBN 978-0-19-876609-4.
- MOUTON, Martinus Willem - **The Continental Shelf**. The Hague: Springer-Science+Business Media, B.V., 1952. ISBN 978-94-017-5671-6.
- O'CONNELL, D. P. - **The International Law of the Sea**. Oxford: Oxford University Press, 31 janeiro 1983. 1 Vol. ISBN 978-0-19-825346-4.
- OWEN, Claudia; PIRIE, Diane; DRAPER, Grenville - **Earth Lab: Exploring the Earth Sciences**. [S.l.]: Cengage Learning, 21 junho 2010. ISBN 0-538-73700-X.
- PEASE, Kelly-Kate; PEASE, Professor Of International Relations Kelly-Kate - **International Organizations**. [S.l.]: Routledge, 22 julho 2015. ISBN 978-1-317-34754-5.
- PERY, José - **El derecho del Mar: Evolución, Contenido, Perspectivas de las Bulas Papales al Convenio de Jamaica**. [S.l.]: Editorial Naval, 1992.
- PINET, Paul R. - **Invitation to Oceanography, Seventh Edition with Navigate Advantage Access**. [S.l.]: Jones & Bartlett Publishers, 1 outubro 2014. ISBN 978-1-284-05708-9.
- PLATZÖDER, Renate (ED.) - **Third United Nations Conference on the Law of the Sea: Documents**. [S.l.]: Oceana Publications, 1982.
- RAJPUT, Sanjeev; THAKUR, Naresh Kumar - **Geological Controls for Gas Hydrates and Unconventionals**. [S.l.]: Elsevier, 2016. ISBN 978-0-12-802059-3.
- RAMALHO, Ricardo A. S. - **Building the Cape Verde Islands**. Dordrecht: Springer Science & Business Media, 2011. ISBN 978-3-642-19103-9.
- REBAGLIATI, Orlando Ruben - **La Plataforma Continental y su Limite Exterior**. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 1985.
- RIBEIRO, Marta Chantal - **A Protecção da Biodiversidade Marinha Através de Áreas Protegidas nos Espaços Marítimos sob Soberania ou Jurisdição do Estado: Discussões e Soluções Jurídicas Contemporâneas - O Caso Português**. Coimbra: Coimbra Editora, 2013. ISBN 978-972-32-2136-7.
- ROACH, J. Ashley; SMITH, Robert W. - **Excessive Maritime Claims: Third Edition**. 3rd ed. edition ed. Leiden; Boston: Brill - Nijhoff, 31 agosto 2012. ISBN 978-90-04-21773-7.

BIBLIOGRAFIA

MONOGRAFIAS

- ROACH, J.Ashley; SMITH, Robert W. - **United States Responses to Excessive Maritime Claims**. 2^a ed. The Hague; Boston; London: Martinus Nijhoff Publishers, 1996.
- SANDS, Philippe; KLEIN, Pierre - **Bowett's Law of International Institutions**. London: Sweet & Maxwell, 2001. ISBN 978-0-421-53690-6.
- SANGER, Clyde - **Ordering the oceans: the making of the law of the sea**. [S.l.]: University of Toronto Press, 1987. ISBN 978-0-8020-6635-0.
- SCHERMERS, Henry G.; BLOKKER, Niels M. - **International Institutional Law**. 5.^a ed. Leiden: Nijhoff, 2011. ISBN 978-90-04-18796-2.
- SCHOFIELD, Clive H.; LEE, Seokwoo; KWON, Moon-Sang - **The Limits of Maritime Jurisdiction**. [S.l.]: Martinus Nijhoff Publishers, 2 dezembro 2013. ISBN 978-90-04-26259-1.
- SEIBOLD, Eugen; BERGER, Wolfgang H. - **The Sea Floor: An Introduction to Marine Geology**. 3^a ed. New York: Springer Science & Business Media, 1996. ISBN 978-3-540-60191-3.
- SHAW, Malcolm N. - **International Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- SIDERI, Katerina - **The European Commission and the Construction of Information Society: Regulatory Law from a Processual Perspective**. [Em linha]. London: London School of Economics and Political Science, 2003, [Consultado em 7 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://etheses.lse.ac.uk/2895/1/U615846.pdf>>.
- SILVA, Alexandre Pereira da - **O Brasil e o Direito Internacional do Mar Contemporâneo - novas oportunidades e desafios**. [S.l.]: Leya, 27 agosto 2015. ISBN 978-85-8493-069-2.
- SINGH, G. - **Earth Science Today**. [S.l.]: Discovery Publishing House, 2009. ISBN 978-81-8356-438-0.
- SLOUKA, Zdenek - **International Custom and the Continental Shelf - A Study in the Dynamics of Customary Rules of International Law**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1968.
- STOUTENBURG, Jenny Grote - **Disappearing Island States in International Law**. [S.l.]: BRILL, 2015. ISBN 978-90-04-30301-0.
- SUAREZ, Suzette V. - **The Outer Limits of the Continental Shelf - Legal Aspects of Their Establishment**. Berlin: Springer, 2008. ISBN 978-3-540-79857-6.
- TANAKA, Yoshifumi - **The International Law of the Sea**. 2 edition ed. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 16 abril 2015. ISBN 978-1-107-43967-2.
- TASSIN, Virginie JM - **Les défis de l'extensions du plateau continental - La consécration d'un nouveau rapport de l'Etat à son territoire**. Paris: Pedone, 2011. ISBN 978-2-233-00681-3.
- TESTA, Carlos - **Princípios Gerais e Regras Práticas de Direito Internacional Marítimo**. 2^a ed. Lisboa: Typographia Universal, 1882.
- TURCOTTE, Donald; SCHUBERT, Gerald - **Geodynamics**. [S.l.]: Cambridge University Press, 2014. ISBN 978-1-139-91585-4.
- VALLÉE, Charles - **Le Plateau Continental dans le Droit Positif Actuel**. Paris: Éditions A. Pedone, 1971.
- VILLIGER, Mark E. - **Commentary on the 1969 Vienna Convention on the Law of Treaties**. Leiden; Boston: Brill, 2009. ISBN 978-90-04-16804-6.
- VILLIGER, Mark Eugen - **Customary International Law and Treaties: A Study of Their Interactions and Interrelations, with Special Consideration of the 1969 Vienna Convention on the Law of Treaties**. [S.l.]: BRILL, 1985. ISBN 978-90-247-2980-7.
- WALKER, Pam; WOOD, Elaine - **The Continental Shelf**. [S.l.]: Infobase Publishing, 2009. ISBN 978-1-4381-2232-8.
- WALLACE-BRUCE, Nii Lante - **The Settlement of International Disputes: The Contribution of Australia and New Zealand**. [S.l.]: Martinus Nijhoff Publishers, 18 fevereiro 1998. ISBN 978-90-411-0567-7.

BIBLIOGRAFIA

MONOGRAFIAS

- WATTS, Arthur - **The International Law Commission 1949-1998 Volume II: The Treaties**. New York: Clarendon Press, 16 março 2000. ISBN 978-0-19-829804-5.
- WEFER, Gerold *et al.* - **Ocean Margin Systems**. [S.l.]: Springer Science & Business Media, 2013. ISBN 978-3-662-05127-6.
- WERKSMAN, Jacob - **Greening International Institutions**. [S.l.]: Routledge, 8 abril 2014. ISBN 978-1-134-05462-6.
- WHEATLEY, Steven - **The Democratic Legitimacy of International Law**. Oxford: Hart Publishing, 2010. ISBN 978-1-84113-817-6.
- WOLFRUM, Rüdiger; RÖBEN, Volker; BODANSKY, Daniel - **Legitimacy in International Law**. ISBN 978-3-540-77763-2.

ARTIGOS E CAPÍTULOS DE OBRA

- ADSETT, Hugh - At Global Affairs Canada in 2015 / Aux Affaires mondiales Canada en 2015. Canadian Yearbook of international Law/Annuaire canadien de droit international. ISSN 0069-0058, 1925-0169. Vol. 53, (2016) p.435-467.
- ALAM, M. Shah; FARUQUE, Abdullah Al - The Problem of Delimitation of Bangladesh's Maritime Boundaries with India and Myanmar: Prospects for a Solution. International Journal of Marine & Coastal Law. ISSN 09273522. Vol. 25, (2010) p.405-423.
- ALCOCK, Mark B.; COLWELL, James B.; STAGG, Howard M. J. - *A Systematic Approach to the Identification of the Foot of the Continental Slope - Article 76, UNCLOS* Monaco, 2003.
- ANDERSON, D. H. - Some Recent Developments in the Law Relating to the Continental Shelf. Journal of Energy & Natural Resources Law. ISSN 0264-6811, 2376-4538. Vol. 6, n.º 2 (1988) p.95-102.
- ANTUNES, Nuno; PIMENTEL, Fernando - Reflecting on the Legal-Technical Interface of Article 76 of the LOSC: Tentative Thoughts on Practical Implementation. [Em linha]. ABLOS, Monaco: [s.n.] [Consultado em 23 fev. 2016]. 2003. Disponível em WWW:<URL:http://www.iho.int/mtg_docs/com_wg/ABLOS/ABLOS_Conf3/PAPER3-1.PDF>.
- APPADURAI, Arjun - Broken Promises. Foreign Policy. ISSN 00157228. n.º 132 (2002) p.42.
- ASPREMONT, Jean D'; DE BRABANDERE, Eric - The Complementary Faces of Legitimacy in International Law: The Legitimacy of Origin and the Legitimacy of Exercise In Celebration of Professor Roger J. Goebel's Seventy-Fifth Birthday. Fordham International Law Journal. Vol. 34, (2010) p.190-235.
- BAKER, Betsy - Law, Science, and the Continental Shelf: The Russian Federation and the Promise of Artic Cooperation. American University International Law Review. Vol. 25, (2010) p.251-281.
- BAKER, Betsy - States Parties and the Commissions on the Limits of the Continental Shelf. In Law of the Sea, Environmental Law and Settlement of Disputes - Liber Amicorum Judge Thomas A. Mensah. [S.l.]: Martinus Hijhoff Publishers, 2007. p. 669-686.
- BASTOS, Fernando Loureiro - A Soberania no Mar - Os Poderes do Estado Português no Mar. In Políticas Públicas do Mar. Lisboa: Esfera do Caos, 2010. p. 35-65.
- BLAKE, Gerald - Boundary Permeability in Perspective. In Holding the Line: Borders in a Global World. [S.l.]: UBC Press, 2005. ISBN 978-0-7748-0932-0. p. 15-25.
- BLOKKER, Niels M. - The Netherlands and the International Tribunal for the Law of the Sea. How a State May Find Itself Before the Tribunal «Against its Will». In The Netherlands in Court: Essays in Honour of Johan G. Lammers. [S.l.]: BRILL, 2006. ISBN 978-90-04-15705-7. p. 51-70.

ARTIGOS E CAPÍTULOS DE OBRA

- BODANSKY, Daniel - Legitimacy in International Law and International Relations. In DUNOFF, Jeffrey L.; POLLACK, Mark A. (Eds.) - Interdisciplinary Perspectives on International Law and International Relations: The State of the Art. [S.l.]: Cambridge University Press, 24 dezembro 2012. ISBN 978-1-139-61983-7. p. 321-344.
- BONTHUYS, Elsje; PLESSIS, Lourens M. DU - Observations on the Conceptualisation and Definition of Legitimacy in a Legal Context. Stellenbosch Law Review. Vol. 7, (1996) p.217-230.
- BREKKE, Harald; SYMONDS, Philip - Submarine Ridges and Elevations of Article 76 in Light of Published Summaries of Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf. Ocean Development & International Law. ISSN 00908320. Vol. 42, n.º 4 (2011) p.289-306.
- BREKKE, Harald; SYMONDS, Philip A. - The Ridge Provisions of Article 76 of the UN Convention on the Law of the Sea. In NORDQUIST, Myron H.; MOORE, John Norton; HEIDAR, Tomas H. (Eds.) - Legal and Scientific Aspects of Continental Shelf Limits. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2004. p. 169-200.
- CAFLISH, Lucius - The Settlement of Disputes Relating to Activities in the International Seabed Area. In The New Law of the Sea. North-Holland: Elsevier Science, 1983. p. 303-344.
- CAMINOS, Hugo; MAROTTA-RANGEL, Vicente - Sources of the Law of the Sea. In DUPUY, René-Jean; VIGNES, Daniel (Eds.) - A Handbook on the New Law of the Sea. Dordrecht/Boston/Lancaster: Martinus Nijhoff Publishers, 1991, v. 1. p. 29-139.
- CAMPOS, Aldino Santos de; COELHO, Paulo Neves - A Delimitação dos Espaços Marítimos das Ilhas e dos Rochedos. In Anuário de Direito Internacional 2014/2015. Lisboa: Instituto Diplomático-Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2016. ISBN 978-972-9245-93-0. p. 65-89.
- CÂNDIDO, António M. Coelho - A Convenção de Montego Bay e Portugal - Delimitação das Zonas Marítimas da Madeira. Boletim Ensino. CIDIUM-Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM. n.º 12 (2012) p.165-184.
- CASTILLO, Victor - La Delimitación de los Espacios Marinos entre España y Portugal. In COUTINHO, Francisco P.; KOWALSKI, Mateus (Eds.) - As Fronteiras Luso-Espanholas, das Questões de Soberania aos Factores de União. Lisboa: Instituto Diplomático, 2014. p. 163-179.
- CASTILLO, Victor - La Evolución de la Anchura del Mar Territorial. Perspectiva Internacional y Española. Revista de Estudios de Ciencias Sociales y Humanidades. n.º 9 (2003) p.87-93.
- CASTRO, Renato Cruz de - The Impact of Strategic Balance in East Asia on a Small Power's Defense Policy - The Case of the Philippines in the Face of the South China Sea Dispute. In HIEBERT, Murray (Ed.) - Examining the South China Sea Disputes: Papers from the Fifth Annual CSIS South China Sea Conference. [S.l.]: Rowman & Littlefield, 2015. ISBN 978-1-4422-5895-2. p. 1-23.
- CAVNAR, Anna - Accountability and the Commission on the Limits of the Continental Shelf: deciding who owns the ocean floor. Cornell Int'l LJ. Vol. 42, (2009) p.387.
- CHURCHILL, Robin - The 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea. In The Oxford Handbook of the Law of the Sea. [S.l.]: Oxford University Press, 2015. ISBN 978-0-19-871548-1. p. 24-45.
- CHURCHILL, Robin R. - The 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea. In ROTHWELL, Donald R. *et al.* (Eds.) - The Oxford Handbook of the Law of the Sea. Oxford, United Kingdom: OUP Oxford, 2015. ISBN 978-0-19-871548-1. p. 24-45.
- COELHO, Paulo Neves - How Legal is Article 76's Continental Margin? Maria Scientia, Universidade Católica. (2011) p.101-112.
- COELHO, Paulo Neves - Ilhas Selvagens: do Equívoco à Realidade. Revista de Marinha. (2013) p.44-46.
- COELHO, Paulo Neves - Qu'est-ce que la Commission des Limites du Plateau Continental?. [Em linha] [Consultado em 25 set. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.institut-ocean.org/rubriques.php?lang=fr&article=1374481253&categ=1265713871&sscategorie=1324551762>>.

ARTIGOS E CAPÍTULOS DE OBRA

- COLSON, David A. - The Delimitation of the Outer Continental Shelf Between Neighboring States. The American Journal of International Law. Vol. 97, (2003) p.91-107.
- CORELL, Hans - The United Nations - A Practitioner's Perspective. In ROTHWELL, Donald R. *et al.* (Eds.) - The Oxford Handbook of the Law of the Sea. Oxford, United Kingdom: OUP Oxford, 2015. ISBN 978-0-19-871548-1. p. 346-373.
- DANZIG, Aaron L. - A Funny Thing Happened to the Common Heritage on the Way to the Sea. San Diego Law Review. Vol. 12, (1974) p.655-664.
- DAVENPORT, Tara - The China-Japan Dispute over Entitlement in the East China Sea: Legal Issues and Prospects for Resolution. In The limits of maritime jurisdiction A Law of the Sea Institute publication. Leiden, Netherlands: Martinus Nijhoff Publishers, 2014. ISBN 978-90-04-26258-4. p. 297-324.
- DEAN, Arthur H. - The Geneva Convention on the Law of the Sea: What was Accomplished. The American Journal of International Law. Vol. 52, (1958) p.607-628.
- DOGAN, Mattei - Conceptions of legitimacy. In Encyclopedia of Government and Politics Routledge reference. London; New York: Routledge, 1992. ISBN 978-0-415-03092-2v. I. p. 116-128.
- EIRIKSSON, Gudmundur - The Case of Disagreement Between a Coastal State and the Commission. In Legal and Scientific Aspects of Continental Shelf Limits. Leiden; Boston: Brill, 2004. ISBN 978-90-04-13912-1
- ELFERINK, Alex G. Oude - Article 76 of the LOSC on the Definition of the Continental Shelf: Questions concerning its Interpretation from a Legal Perspective. The International Journal of Marine and Coastal Law. Vol. 21, n.º 3 (2006) p.269-285.
- ELFERINK, Alex G. Oude - The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles: The Relationship Between the CLCS and Third Party Dispute Settlement. In Oceans Management in the 21st Century: Institutional Frameworks and Responses. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2004. ISBN 90-04-13852-8. p. 107-124.
- ELFERINK, Alex G. Oude - The Establishment of Outer Limits of the Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles by the Coastal State: The Possibilities of Other States to Have an Impact on the Process. International Journal of Marine & Coastal Law. ISSN 09273522. Vol. 24, n.º 3 (2009) p.535-556.
- ELFERINK, Alex G. Oude; JOHNSON, Constance - Outer Limits of the Continental Shelf and «Disputed Areas»: State Practice concerning Article 76(10) of the LOS Convention. International Journal of Marine & Coastal Law. ISSN 09273522. Vol. 21, n.º 4 (2006) p.461-487.
- ELLIS, David C. - On the possibility of «international community». International Studies Review. Vol. 11, n.º 1 (2009) p.1-26.
- EMPOLI, Domenico Da - Public-Choice Analysis of a New International Organization: The International Sea-Bed Authority. Constitutional Political Economy. ISSN 1043-4062, 1572-9966. Vol. 11, n.º 1 (2000) p.59-67.
- ERCILLA, G.; BARAZA, J. - Evidencias de gas en sedimentos del talud del Golfo de Cádiz. GEOGACETA. Vol. 1, n.º 20 (1996) p.180-182.
- EVANS, Alan; CARLETON, Chris M.; PARSON, Lindsay - Article 76: The Ridge Issue. In [Em linha]. Monaco: [s.n.] [Consultado em 23 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://iho.int/mtg_docs/com_wg/ABLOS/ABLOS_Conf3/PAPER2-3.PDF>.
- EVENSEN, Jens - Three Procedural Cornerstones of the Law of the Sea Conference: The Consensus Principle, The Package Deal and the Gentleman's Agreement. In KAUFMANN, Johan (Ed.) - Effective Negotiation: Case Studies in Conference Diplomacy. [S.l.]: Martinus Nijhoff Publishers, 1989. ISBN 978-90-247-3717-8. p. 75-108.
- EVENSEN, Jens - Working Methods and Procedures in the Third United Nations Conference on the Law of the Sea. In Recueil Des Cours, 1986: Collected Courses of the Hague Academy of International Law. [S.l.]: Martinus Nijhoff Publishers, 1987. ISBN 978-90-247-3622-5. p. 415-520.

ARTIGOS E CAPÍTULOS DE OBRA

- FITZMAURICE, Gerald - The Law and Procedure of the International Court of Justice 1951-4: Treaty Interpretation and Other Treaty Points. British Year Book of International Law 1957. (1958) p.203-293.
- FLOOD, R. D.; DAMUTH, J. E. - Quantitative Characteristics of Sinuous Distributary Channels on the Amazon Deep-Sea Fan. Geological Society of America Bulletin. Vol. 98, (1987) p.728-738.
- FRANCKX, Erik - The International Seabed Authority and the Common Heritage of Mankind: The Need for States to Establish the Outer Limits of their Continental Shelf. The International Journal of Marine and Coastal Law. Vol. 25, (2010) p.543-567.
- FREESTONE, David; SCHOFIELD, Clive - The Caribbean Sea and Gulf of Mexico. In ROTHWELL, Donald R. *et al.* (Eds.) - The Oxford Handbook of the Law of the Sea. [S.l.]: OUP Oxford, 2015. ISBN 978-0-19-102464-1. p. 672-700.
- FRIEDMANN, Wolfgang - Selden Redivivus - Towards a Partititon of the Seas? The American Journal of International Law. Vol. 65, ([s.d.]) p.757-770.
- GAO, Jianjun - The Okinawa Trough Issue in the Continental Shelf Delimitation Disputes within the East China Sea. Chinese Journal of International Law. ISSN 1540-1650. n.º 1 (2010) p.143-177.
- GAO, Jianjun - The Seafloor High Issue in Article 76 of the LOS Convention: Some Views from the Perspective of Legal Interpretation. Ocean Development & International Law. ISSN 00908320. Vol. 43, n.º 2 (2012) p.119-145.
- GARDINER, Piers R. R. - Reasons and Methods for Fixing the Outer Limit of the Legal Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles. Iranian Review of International Relations. (1978) p.145-173.
- GAUTIER, Philippe - The International Tribunal for the Law of the Sea: Activities in 2003. Chinese Journal of International Law. Vol. 3, n.º 1 (2004) p.241-266.
- GORSKI, Tomasz - A Note on Submarine Ridge and Elevations with Special Reference to the Russian Federation and the Arctic Ridges. Ocean Development & International Law. Vol. 40, (2009) p.51-60.
- GOTLIEB, Allan E. - Recent Developments Concerning the Exploration and Exploitation of the Ocean Floor Legislation. McGill Law Journal. Vol. 15, (1969) p.260-278.
- GRAÇA, Pedro Quartin - A Fronteira Marítima a Sul: Génese e Problemática do Caso das Ilhas Selvagens. In COUTINHO, Francisco P.; KOWALSKI, Mateus (Eds.) - As Fronteiras Luso-Espanholas, das Questões de Soberania aos Factores de União. Lisboa: Instituto Diplomático, 2014. p. 181-200.
- GRANTZ, Arthur - Treatment of Ridges and Borderlands Under Article 76 of the United Nations Convention on the Law of the Sea. In NORDQUIST, Myron H.; MOORE, John Norton; HEIDAR, Tomas H. (Eds.) - Legal and Scientific Aspects of Continental Shelf Limits. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2001. p. 201-214.
- GUDLAUGSSON, Steinar Thor - Natural Prolongation and the Concept of the Continental Margin for the Purposes of Article 76. In NORDQUIST, Myron H.; MOORE, John Norton; HEIDAR, Tomas H. (Eds.) - Legal and Scientific Aspects of Continental Shelf Limits: N.º 8. Leiden; Boston: Brill, 1 maio 2004. ISBN 978-90-04-13912-1. p. 61-90.
- GUDLAUGSSON, Steinar Thor - Natural Prolongation and the Concept of the Continental Margin for the Purposes of Article 76. In NORDQUIST, Myron H.; MOORE, John Norton; HEIDAR, Tomas H. (Eds.) - Legal and Scientific Aspects of Continental Shelf Limits: N.º. 8. Leiden; Boston: Brill, 1 maio 2004. ISBN 978-90-04-13912-1. p. 61-90.
- GUMEDZE, Sabelo - Bringing communications before the African Commission on Human and Peoples' Rights. African Human Rights Law Journal. Vol. 3, n.º 1 (2003) p.118-148.
- GUTTERIDGE, J. A. C. - The 1958 Convention on the Continental Shelf. British Year Book of International Law 1959. (1960) p.102-123.
- HAAS, Peter M.; KEOHANE, Robert Owen; LEVY, Marc A. - The Effectiveness of International Environmental Institutions. In Institutions for the Earth: Sources of Effective International Environmental Protection. [S.l.]: MIT Press, 1993. ISBN 978-0-262-08218-1

ARTIGOS E CAPÍTULOS DE OBRA

- HANS-THOMAS, Rossby - Oceanography. In Impact of Technology on Geophysics. [S.l.]: National Academies, 1979. p. 40-49.
- HARRISON, James - The Law of the Sea Institutions. In ROTHWELL, Donald R. *et al.* (Eds.) - The Oxford Handbook of the Law of the Sea. Oxford, United Kingdom: OUP Oxford, 2015. ISBN 978-0-19-871548-1. p. 373-393.
- HEDBERG, Hollis D. - Geomorphic Basis for National-International Boundaries on the Ocean Floor. AAPG Studies in Geology n.º 2. Vol. 10, (1981) p.441-464.
- HEDBERG, Hollis D. - Ocean Boundaries and Petroleum Resources. Science. ISSN 00368075, 10959203. Vol. 191, n.º 4231 (1976) p.1009-1018.
- HEDBERG, Hollis D. - Ocean Boundaries for the Law of the Sea. MTS Journal. Vol. 10, (1976) p.6-11.
- HEDBERG, Hollis D. - Ocean Floor Boundaries. Science. Vol. 204, (1979) p.135-204.
- HEDBERG, Hollis D. - Ocean Floor Jurisdictional Boundaries for the Bering Sea. MTS Journal. Vol. 10, ([s.d.]) p.47-54.
- HEEZEN, Bruce C. - Atlantic-Type Continental Margins. In BURK, C. A.; DRAKE, C. L. (Eds.) - The Geology of Continental Margins. New York: Springer, 1974. ISBN 978-3-662-01141-6. p. 13-24.
- HEIDAR, Tomas H. - Legal Aspects of Continental Shelf Limits. In NORDQUIST, Myron H.; MOORE, JOHN NORTON; HEIDAR, TOMAS H. (Eds.) - Legal and Scientific Aspects of Continental Shelf Limits. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2001. p. 19-40.
- HIGDON, Andrew - The Canadian submission to the United Nations Commission on the limits of the continental shelf. (2014).
- HIGHET, Keith - The Use of Geophysical Factors in the Determination of Maritime Boundaries. In International Maritime Boundaries. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1991. ISBN 978-0-7923-1187-4v. 1. p. 163-201.
- HIRDMAN, Sven - Weapons in the Deep Sea. Environment: Science and Policy for Sustainable Development. ISSN 0013-9157, 1939-9154. Vol. 13, n.º 3 (1971) p.28-42.
- HUANG, Wei - *Reflecion on the Determination of the Entitlement to the Continental Shelf Beyond 200 NM in the Bangladesh/Myanmar Case*. Monaco. 2012.
- HURST, Cecil - Whose is the Bed of the Sea? In British Yearbook of International Law 1923-24v. 4. p. 34-43.
- JANIS, Mark W. - The Roles of Regional Law of the Sea. San Diego L. Rev. Vol. 12, (1974) p.553.
- JENNINGS, Robert Y. - The Limits of Continental Shelf Jurisdiction: Some Possible Implications of the North Sea Case Judgment. The International and Comparative Law Quarterly. Vol. 18, (1969) p.819-832.
- JENSEN, Øystein - The Commission on the Limits of the Continental Shelf: An Administrative, Scientific, or Judicial Institution? Ocean Development & International Law. ISSN 0090-8320, 1521-0642. Vol. 45, n.º 2 (2014) p.171-185.
- JESSUP, Philip C. - The United Nations Conference on the Law of the Sea. Columbia Law Revue. Vol. 59, (1959) p.234-268.
- JIA, Bing Bing - The Notion of Natural Prolongation in the Current Regime of the Continental Shelf: An Afterlife? Chinese Journal of International Law. ISSN 1540-1650. n.º 1 (2013) p.79-103.
- KENYA - Submission on the Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles to the Commission on the Limits of the Continental Shelf - Part 1 Executive Summary. (2009).
- KIM, Hyun Jung - Natural Prolongation: A Living Myth in the Regime of the Continental Shelf? Ocean Development & International Law. ISSN 00908320. Vol. 45, n.º 4 (2014) p.374-388.

ARTIGOS E CAPÍTULOS DE OBRA

- KIRCHNER, Andree - The Outer Continental Shelf: Background and Current Developments. In NDIAYE, Tafsir Malick; WOLFRUM, Rudiger (Eds.) - Law of the Sea, Environmental Law and Settlement of Disputes: Liber Amicorum Judge Thomas A. Mensah. Leiden; Boston: Brill, 2007. ISBN 978-90-04-16156-6. p. 593-612.
- KISS, Alexander - The Common Heritage of Mankind: Utopia or Reality? In CAMINOS, Hugo (Ed.) - Law of the Sea. Darmouth: Ashgate, 2001. p. 323-341.
- KOERS, Albert W. - The Third United Nations Conference on the Law of the Sea - Some Remarks on its Contribution Towards the Making of International Law. In International Law and Its Sources: Liber Amicorum Maarten Bos. [S.l.]: Brill Archive, 1989. ISBN 978-90-6544-392-2. p. 23-46.
- KUNOY, Bjorn - Appraisal of Applicable Depth Constraint for the Purpose of Establishing the Outer Limits of the Continental Shelf. Ocean Development & International Law. Vol. 41, (2010) p.357-379.
- KUNOY, Bjørn - Disputed Areas and the 10-Year Time Frame: A Legal Lacuna? Ocean Development & International Law. ISSN 00908320. Vol. 41, n.º 1 (2010) p.112-130.
- KUNOY, Bjørn - Legal Problems Relating To Differences Arising Between Recommendations Of The CLCS And The Submission Of A Particular State. In Selected Contemporary Issues in the Law of the Sea. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 9 junho 2011. ISBN 978-90-04-18402-2. p. 305-308.
- KUNOY, Bjørn - The 10 Year Time Frame to Disputed Areas. Ocean Development & International Law. ISSN 00908320. Vol. 40, n.º 2 (2009) p.131-145.
- KUNOY, Bjørn - The Rise of the Sun: Legal Arguments in Outer Continental Margin Delimitations. Netherlands International Law Review. ISSN 0165070X. Vol. 53, n.º 2 (2006) p.247.
- KUNOY, Bjørn - The Terms of Reference of the Commission on the Limits of the Continental Shelf: A Creeping Legal Mandate. Leiden Journal of International Law. ISSN 09221565. Vol. 25, n.º 1 (2012) p.109-130.
- KWIATKOWSKA, Barbara - Submissions to the UN Commission on the Limits of the Continental Shelf: The Practice of Developing States in Cases of Disputed and Unresolved Maritime Boundary Delimitations or Other Land or Maritime Disputes. Part One. The International Journal of Marine and Coastal Law. ISSN 0927-3522, 1571-8085. Vol. 28, n.º 2 (2013) p.219-341.
- KWIATKOWSKA, Barbara - Submissions to the UN Commission on the Limits of the Continental Shelf: The Practice of Developing States in Cases of Disputed and Unresolved Maritime Boundary Delimitations or Other Land or Maritime Disputes. Part Two. International Journal of Marine & Coastal Law. ISSN 09273522. Vol. 28, n.º 4 (2013) p.615-679.
- LANCEIRO, Rui - The Legal Arctic Gold Rush - The Procedure of the Extension of the Continental Shelf of the Russian Federation's Continental Shelf Analised Through Global Administrative Law. ([s.d.]).
- LANCEIRO, Rui - The Legal Arctic Gold Rush - The Procedure of the Extension of the Continental Shelf of the Russian Federation's Continental Shelf Analised Through Global Administrative Law. [Em linha] [Consultado em 21 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://www.academia.edu/2058781/THE_LEGAL_ARCTIC_GOLD_RUSH_-_THE_PROCEDURE_OF_THE_EXTENSION_OF_THE_RUSSIAN_FEDERATION_S_CONTINENTAL_SHELF_ANALISED_THROUGH_GLOBAL_ADMINISTRATIVE_LAW?auto=download>.
- LONG, Ronán - Irish State Practice on the Law of the Sea. In The Irish Yearbook of International Law. Oxford: Bloomsbury Publishing, 2015. ISBN 978-1-5099-0045-9v. 8. p. 161-182.
- MACNAB, Ron - Establishing rights over the Arctic Ocean. Science. Vol. 316, n.º 5828 (2007) p.1122-1123.
- MACNAB, Ron - Submarine Elevations and Ridges: Wild Cards in the Poker Game of UNCLOS Article 76. Ocean Development & International Law. Vol. 39, (2008) p.223-234.
- MACNAB, Ron - The case for transparency in the delimitation of the outer Continental Shelf in accordance with UNCLOS Article 76. Ocean Development and International Law. ISSN 0090-8320. n.º 1 (2004) p.1-17.

ARTIGOS E CAPÍTULOS DE OBRA

- MACNAB, Ron; PARSON, Lindsay - Continental Shelf Submissions: The Record to Date. International Journal of Marine & Coastal Law. ISSN 09273522. Vol. 21, n.º 3 (2006) p.309-322.
- MACNAB, Ron; PARSON, Lindsay - Continental Shelf Submissions: The Record to Date. International Journal of Marine & Coastal Law. ISSN 09273522. Vol. 21, n.º 3 (2006) p.309-322.
- MARTÍNEZ-CARO, Santiago - Mar Territorial: Naturaleza, Anchura y Delimitación. In La Actual Revisión del Derecho del Mar. Una Perspectiva Española. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1975, I vol. p. 233-283.
- MCDORMAN, Ted L. - A Note on the Commission on the Limits of the Continental Shelf and the Submission of the Russian Federation. In Bringing New Law to Ocean Waters. New title edition ed. Berkeley: Leiden; Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 15 outubro 2004. ISBN 978-90-04-14088-2. p. 467-482.
- MCDORMAN, Ted L. - The International Legal Framework and the State Activities Regarding the Continental Shelf Beyond 200-N. Miles in and Adjacent to the East and South China Seas. In VAN DYKE, JON M. *et al.* (Eds.) - Governing Ocean Resources: New Challenges and Emerging Regimes: A Tribute to Judge Choon-Ho Park. Leiden; Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2013. ISBN 978-90-04-25248-6. p. 163-193.
- MCDORMAN, Ted L. - The Outer Continental Shelf In The Arctic Ocean: Legal Framework And Recent Developments. In Law, Technology and Science for Oceans in Globalisation: IUU Fishing, Oil Pollution, Bioprospecting, Outer Continental Shelf. Leiden: Brill Academic Pub, 2010. ISBN 978-90-04-18040-6. p. 499-520.
- MCDORMAN, Ted L. - The Role of the Commission on the Limits of the Continental Shelf: A Technical Body in a Political World. The International Journal of Marine and Coastal Law. Vol. 17, (2002) p.301-324.
- MESTRAL, Armand L. C. - Le Régime Juridique du Fond des Mers: Inventaire et Solutions Possibles. Revue Générale de Droit International Public. (1970) p.1-28.
- MØRK, F. - Identification of the base of the continental slope on sedimentary fans. Ocean Development and International Law. ISSN 15210642. Vol. 47, n.º 2 (2016) p.131-140.
- MOSHER, David C.; LABERG, Jan S.; MURPHY, Alain - The Role of Submarine Landslides in the Law of the Sea. In LAMARCHE, Geoffroy *et al.* (Eds.) - Submarine Mass Movements and their Consequences: 7th International Symposium. New York: Springer, 2 outubro 2015. ISBN 978-3-319-20979-1. p. 15-26.
- MRIDHA, Abul Hasan; MACNAB, Ron; VARMA, Herman - The Juridical Continental Shelf in the Bay of Bengal, According to the Statement of Understanding. The International hydrographic review. Vol. 7, n.º 3 (2006).
- MUÑOZ, José Lacleta; REAL INSTITUTO ELCANO - Las Fronteras de España en el Mar. Vol. DT 34/2004, (2004).
- NELSON, L. D. M. - Claims to the Continental Shelf Beyond the 200-Mile Limit. In Liber amicorum Gunther Jaenicke - Zum 85. Geburtstag. Berlin: Springer, 1999. p. 573-588.
- NELSON, L. D. M. - The Continental Shelf: Interplay of Law and Science. Em Liber Amicorum Judge Shigeru Oda. The Hague/London/New York: Kluwer Law International, 2002.
- NELSON, L. D. M. - The Settlement of Disputes Arising From Conflicting Outer Continental Shelf Claims. The International Journal of Marine and Coastal Law. Vol. 24, (2009) p.409-422.
- NOYES, John E. - Judicial and Arbitral Proceedings and the Outer Limits of the Continental Shelf. Vanderbilt Journal of Transnational Law. ISSN 00902594. Vol. 42, n.º 4 (2009) p.1211-1264.
- NWEIHED, Kaldone G. - Venezuela's Contribution to the Contemporary Law of the Sea. San Diego Law Review. Vol. 11, (1973) p.[i]-632.

ARTIGOS E CAPÍTULOS DE OBRA

- OXMAN, Bernard H. - Law of the sea. In SCHACHTER, Oscar; JOYNER, Christopher C. (Eds.) - United Nations Legal Order. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. ISBN 978-0-521-46522-9. p. 671-714.
- OXMAN, Bernard H. - The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The 1977 New York Session. The American Journal of International Law. Vol. 72, (1978) p.57-83.
- OXMAN, Bernard H. - The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The 1976 New York Sessions. The American Journal of International Law. Vol. 71, (1977) p.247-269.
- OXMAN, Bernard H. - The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The Seventh Session (1978). The American Journal of International Law. Vol. 73, (1979) p.1-41.
- OXMAN, Bernard H. - The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The Eighth Session (1979). The American Journal of International Law. Vol. 74, (1980) p.1-47.
- PERSAND, Sharveen - A Practical Overview of Article 76 of the United Nations Convention on the Law of the Sea. Mauritius Oceanography Institute United Nations and the Nippon Foundation of Japan. (2005) p.1-37.
- PINHEIRO, Luís Menezes; MAGALHAES, Vitor Hugo; MONTEIRO, José Hipólito - Vulcanismo de Lama, Hidratos de Metano e Potenciais Ocorrências de Hidrocarbonetos na Margem Sul Portuguesa Profunda. Nação e Defesa. (2004).
- PINTO, Moragodage C. Walter - Article 76 of the UN Convention on the Law of the Sea and the Bay of Bengal Exception. Asian Journal of International Law. ISSN 2044-2513, 2044-2521. Vol. 3, n.º 02 (2013) p.215-235.
- PLATZÖDER, Renate (ED.) - Second Committee, Informal Working Paper N.º 3 - 5 August 1974. In Third United Nations Conference on the Law of the Sea: Documents v. 3.
- POTTER, Pitman B. - Origin of the term international organization. The American Journal of International Law. Vol. 39, n.º 4 (1945) p.803-806.
- POTTS, Tavis; SCHOFIELD, Clive - Current legal developments the Arctic. International Journal of Marine & Coastal Law. Vol. 23, (2008) p.151-176.
- PRESCOTT, Victor - Resources of the Continental Margin and International Law. In COOK, Peter J.; CARLETON, Chris M. (Eds.) - CONTINENTAL SHELF LIMITS - The Scientific and Legal Interface. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 64-82.
- PULVENIS, Jean-François - The Continental Shelf Definition and Rules Applicable to Resources. In DUPUY, René-Jean; VIGNES, Daniel (Eds.) - A Handbook on the New Law of the Sea. Dordrecht/Boston/Lancaster: Martinus Nijhoff Publishers, 1991, v. 1. p. 315-381.
- QINGJIANG, Kong - Construction of the Discourse on Legitimacy of International Institutions. In WOLFRUM, Rudiger; RÖBEN, Volker (Eds.) - Legitimacy in International Law. Softcover reprint of hardcover 1st ed. 2008 edition ed. [S.l.]: Springer, 30 novembro 2010. ISBN 978-3-642-09649-5. p. 369-xxx.
- RANGEL, V. Marotta - Settlement of Disputes Relating to the Delimitation of the Outer Continental Shelf: The Role of International Courts and Arbitral tribunals. The International Journal of Marine and Coastal Law. Vol. 21, (2006) p.347-362.
- RIBEIRO, Marta Chantal - A criação de AMPs nas zonas da plataforma continental para lá das 200 mn: Direito do Mar, CLPC e experiência pós-«Rainbow». RevCEDOUA. ISSN 2182-2387, 0874-1093. Vol. 13, n.º 25 (2010) p.23-39.
- RIBEIRO, Marta Chantal - The «Rainbow»: The First National Marine Protected Area Proposed Under the High Seas. The International Journal of Marine and Coastal Law. Vol. 25, (2010) p.183-207.
- RIDDELL-DIXON, Elizabeth - Canada and the Arctic Politics: The Continental Shelf Extension. Ocean Development & International Law. Vol. 39, (2008) p.343-359.
- ROY, Denis - The Legal Continental Shelf: The Surprising Canadian Practice Regarding Oil and Gas Development in the Atlantic Coast Continental Shelf. Alberta Law Review. Vol. 50, (2012) p.65-93.

ARTIGOS E CAPÍTULOS DE OBRA

- SANDRINI, Peter - Comparative analysis of legal terms: Equivalence revisited. In TKE '96- Terminology and Knowledge Engineering. Proceedings Fourth International Congress on Terminology and Knowledge Engineering [Em linha] [Consultado em 4 nov. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.academia.edu/download/31451252/tke96.pdf>.
- SCHERMERS, Henry G. - International Organizations. In BEDJAOUI, Mohammed (Ed.) - International Law: Achievements and Prospects. UNESCO - Paris: Martinus Nijhoff Publishers, 1991. p. 67-96.
- SCHOFIELD, Clive; ARSANA, I. Made Andi - Beyond the Limits?: Outer Continental Shelf Opportunities and Challenges in East and Southeast Asia. Contemporary Southeast Asia: A Journal of International & Strategic Affairs. ISSN 0129797X. Vol. 31, (2009) p.28-63.
- SCHREUER, Christoph - What Is a Legal Dispute? In International Law between Universalism and Fragmentation [Em linha]. [S.l.]: Brill, 2008, [Consultado em 26 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://booksandjournals.brillonline.com/content/books/10.1163/ej.9789004167278.v-1086.295>. p. 959-980.
- SCOTT, Colin - Regulating in Global Regimes. In Handbook on the politics of regulation. Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Edward Elgar, 2011. ISBN 978-1-84844-005-0. p. 563-575.
- SERDY, Andrew - Interpretation of UNCLOS Article 76 and the Negative Recommendation of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on Ascension Island: Is the United Kingdom Stuck with It? Cambridge Journal of International and Comparative Law. ISSN 2050-1706, 2050-1714. Vol. 2, n.º 3 (2013) p.591-611.
- SERDY, Andrew - Some Views Are More Equal Than Others: Submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf and the Strange Loss of Confidence in Article IV of the Antarctic Treaty. Australian Yearbook of International Law. Vol. 28, (2009) p.181-195.
- SERDY, Andrew - The Commission on the Limits of the Continental Shelf and its disturbing propensity to legislate. International Journal of Marine and Coastal Law. ISSN 0927-3522. Vol. 26, (2011) p.355-383.
- SERDY, Andrew - Towards Certainty of Seabed Jurisdiction Beyond 200 Nautical Miles from the Territorial Sea Baseline: Australia's Submission to the Commission on the Limits of the Continental Shelf. Ocean Development & International Law. Vol. 36, (2005) p.201-217.
- SERRA, Manuel Limpo - A Crise do Direito Internacional Marítimo. Colecção Scientia Iuridica - Braga. (1974) p.3-12.
- SHARMA, Surya P. - The Single Maritime Boundary Regime and the Relationship between the Continental Shelf and the Exclusive Economic Zone. International Journal of Estuarine and Coastal Law. Vol. 2, (1987) p.203-226.
- SMITH, Robert W.; TAFT, George - Legal Aspects of the Continental Shelf. In COOK, Peter J.; CARLETON, Chris M. (Eds.) - CONTINENTAL SHELF LIMITS - The Scientific and Legal Interface. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 17-24.
- SPIELMAN - An Evaluation of Russia's Impending Claim for Continental Shelf Expansion: Why Rule 5 Will Shelve Russia's Submission. Emory International Law Review. Vol. 23, (2009) p.309-350.
- STEVENSON, John R.; OXMAN, Bernard H. - The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The 1975 Geneva Session. The American Journal of International Law. Vol. 69, n.º 4 (1975) p.763-797.
- STOREY, Ian - Beyond Territorial and Maritime Disputes - The South China Sea as a Center of Global Rivalry or Platform for Prosperity. In THUY, Tran Truong; TRANG, Le Thuy (Eds.) - Power, Law, and Maritime Order in the South China Sea. [S.l.]: Lexington Books, 2015. ISBN 978-1-4985-1277-0. p. 349-361.
- SUBEDI, Surya P. - Problems and Prospects for the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Dealing with Submissions by Coastal States in Relation to the Ocean Territory Beyond 200 Nautical Miles. International Journal of Marine & Coastal Law. ISSN 09273522. Vol. 26, n.º 3 (2011) p.413-431.

ARTIGOS E CAPÍTULOS DE OBRA

- SYMONDS, Philip A. *et al.* - Characteristics of Continental Margins. In COOK, Peter J.; CARLETON, Chris M. (Eds.) - Continental Shelf Limits - The Scientific and Legal Interface. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 25-59.
- SYMONDS, Philip A. *et al.* - Ridges Issues. In COOK, P. J.; CARLETON, Chris M. (Eds.) - Continental Shelf Limits - The Scientific and Legal Interface. Oxford; New York: Oxford University Press, 2000. ISBN 0195117824. p. 285-307.
- SYMONDS, Philip A.; BREKKE, Harald - A Scientific Overview of Ridges Related to Article 76. In NORDQUIST, Myron H.; MOORE, John Norton; HEIDAR, Tomas H. (Eds.) - Legal and Scientific Aspects of Continental Shelf Limits. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2001. p. 141-168.
- TAFT, George - Solving the Ridge Enigma of Article 76 of the United Nations Convention on the Law of the Sea. In [Em linha]. Monaco: [s.n.] [Consultado em 23 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://www.iho.int/mtg_docs/com_wg/ABLOS/ABLOS_Conf2/TAFT.PDF>.
- TAFT, George - Solving the Ridge Enigma of Article 76 of the United Nations Convention on the Law of the Sea. [Em linha]. Monaco: [s.n.] [Consultado em 23 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://www.iho.int/mtg_docs/com_wg/ABLOS/ABLOS_Conf2/TAFT.PDF>.
- TAFT, George; HAQ, Bilal - Deep Sea Fan Issues. In COOK, Peter J.; CARLETON, Chris M. (Eds.) - Continental Shelf Limits - The Scientific and Legal Interface. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 308-310.
- THAO, Nguyen Hong; AMER, Ramses - Coastal States in the South China Sea and Submissions on the Outer Limits of the Continental Shelf. Ocean Development & International Law. ISSN 0090-8320. Vol. 42, (2011) p.245-263.
- TREVES, Tullio - 1958 Geneva Convention on the Law of the Sea. United Nations Audiovisual Library of International Law. (2008).
- VAN DYKE, Jon; YUEN, Christopher - Common Heritage v. Freedom of the High Seas: Which Governs the Seabed. San Diego L. Rev. Vol. 19, (1981) p.493.
- VERHOEF, Jacob; MOSHER, David; FORBES, Steve - Defining Canada's Extended Continental Shelves. Geoscience Canada. ISSN 03150941. Vol. 38, (2011) p.85-96.
- WALKER, Craig W. - Jurisdictional Problems Created by Artificial Islands Law Note. San Diego Law Review. Vol. 10, (1972) p.638-663.
- WATT, Donald Cameron - First steps in the enclosure of the oceans: The origins of Truman's proclamation on the resources of the continental shelf, 28 September 1945. Marine Policy. Vol. 3, n.º 3 (1979) p.211-224.
- WOLFRUM, Rüdiger - Legitimacy of International Law from a Legal Perspective: Some Introductory Considerations. In WOLFRUM, Rüdiger; RÖBEN, Volker (Eds.) - Legitimacy in International Law Beiträge zum ausländischen öffentlichen Recht und Völkerrecht. [S.l.]: Springer Berlin Heidelberg, 1 janeiro 2008. ISBN 978-3-540-77763-2v. 194. p. 1-24.
- WOLFRUM, Rudiger - The principle of the common heritage of mankind. HEIDLEBERG J. INT'LL. Vol. 43, (1983) p.312.
- WOLFRUM, Rudiger - The Role of International Dispute Settlement Institutions in the Delimitation of the Outer Continental Shelf. In LAGONI, Rainer; VIGNES, Daniel (Eds.) - Maritime Delimitation. Leiden: Martinus Nijhoff, 2006. p. 19-31.
- YOUNG, Richard - The Geneva Convention on the Continental Shelf: A First Impression. The American Journal of International Law. ISSN 00029300. Vol. 52, n.º 4 (1958) p.733.
- ZACKLIN, Ralph - México and the Law of the Sea. In The Changing Law of the Sea: Western Hemisphere Perspectives. Leiden: BRILL, 1974. ISBN 978-90-286-0084-3. p. 79-104.
- ZAHRAA, Mahdi - Natural Prolongation and Delimitation of Maritime Boundaries. In The Finnish Yearbook of International Law. [S.l.]: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 978-90-411-0469-4v. II (1996). p. 378-403.

BIBLIOGRAFIA

ARTIGOS E CAPÍTULOS DE OBRA

ZHANG, Xinjun - The ITLOS Judgment in the Bay of Bengal Case between Bangladesh and Myanmar. Chinese Journal of International Law. ISSN 15401650. Vol. 12, n.º 2 (2013) p.255-280.

JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

PERMANENT COURT OF INTERNATIONAL JUSTICE - The Mavrommatis Palestine Concessions, 24 agosto 1924. [Consultado em 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.icj-cij.org/pcij/serie_A/A_02/06_Mavrommatis_en_Palestine_Arret.pdf>.

PERMANENT COURT OF INTERNATIONAL JUSTICE - *Competence of the International Labour Organization to Regulate, Incidentally, the Personal Work of the Employer*, 23 julho 1926. [Consultado em 31 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.icj-cij.org/pcij/serie_B/B_13/01_Competence_OIT_travail_personnel_du_patron_Avis_consultatif.pdf>.

PERMANENT COURT OF INTERNATIONAL JUSTICE - Interpretation of the Greco-Turkish Agreement of December 1st, 1926, 28 agosto 1928. [Consultado em 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.icj-cij.org/pcij/serie_B/B_16/01_Interpretation_de_l_Accord_greco-turc_Avis_consultatif.pdf>.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Reparations for Injuries Suffered in the Service of the United Nations - Advisory opinion*, 11 abril 1949,. [Consultado em 31 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/docket/files/4/1835.pdf>>.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Interpretation of Peace Treaties with Bulgaria, Hungary and Romania*, 30 março 1950. [Consultado em 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/docket/files/8/1863.pdf>>.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Fisheries Case (United Kingdom v. Norway), Judgment, I.C.J. Reports 1951, p. 116*, 1951. [Consultado em 15 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/docket/files/5/1809.pdf>>.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Case Concerning Right of Passage over Indian Territory*, 12 abril 1960. [Consultado em 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/docket/files/32/4521.pdf>>.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *South West Africa Cases-Preliminary Objections*, 21 dezembro 1962. [Consultado em 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/docket/files/46/4887.pdf>>.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *South West Africa Cases (Ethiopia v. South Africa; Liberia v. South Africa)*, 21 dezembro 1962. [Consultado em 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/docket/files/46/4887.pdf>>.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Case Concerning the Northern Cameroons, Preliminary Objections*, 2 dezembro 1963. [Consultado em 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/docket/files/48/5207.pdf>>.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *North Sea Continental Shelf, Judgment, I.C.J. Reports 1969, p. 3.*, 1969. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/docket/files/52/5561.pdf>>.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Aegean Sea Continental Shelf Case*, 19 dezembro 1978. [Consultado em 11 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/docket/files/62/6245.pdf>>.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Case Concerning United States Diplomatic and Consular Staff in Tehran*, 24 maio 1980. [Consultado em 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/files/case-related/64/064-19800524-JUD-01-00-EN.pdf>>.

JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Continental Shelf (Tunisia/Libyan Arab Jamahiriya)*, Judgment, I.C.J. Reports 1982, p. 18, 24 fevereiro 1982. [Consultado em 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/docket/files/63/6267.pdf>>.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Case Concerning Delimitation of the Maritime Boundary in the Gulf of Maine Area*, 12 outubro 1984,. [Consultado em 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/docket/files/67/6369.pdf>>.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Continental Shelf (Libyan Arab Jamahiriya/Malta)*, Judgment, I.C.J. Reports 1985, p. 13, 1985. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/docket/files/68/6415.pdf>>.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Land, Island and Maritime Frontier Dispute (El Salvador/Honduras)*, Judgment, I.C.J. Reports 1992, p. 351, 1992,. [Consultado em 2 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/files/case-related/127/127-20031218-JUD-01-00-EN.pdf>>.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Maritime Delimitation in the Area between Greenland and Jan Mayen*, Judgment, I.C.J. Reports 1993, p. 38, 1993,. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/files/case-related/78/078-19930614-JUD-01-00-EN.pdf>>.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Case Concerning East Timor*, 30 junho 1995. [Consultado em 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/docket/files/67/6369.pdf>>.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Legality of Use of Force - Joint Declaration of Vice-President Ranjeva, Judges Guillaume, Higgins, Kooijmans, Al-Khasawneh, Buergenthal and Elaraby*, 15 dezembro 2004. [Consultado em 25 nov. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/docket/files/111/8526.pdf>>.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *International Delimitation in the Black Sea*, 3 fevereiro 2009. [Consultado em 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/docket/files/132/14987.pdf>>.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Case Concerning Application of the International Convention on the Elimination of all Forms of Racial Discrimination*, 1 abril 2011. [Consultado em 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/docket/files/140/16398.pdf>>.
- INTERNATIONAL TRIBUNAL FOR THE LAW OF THE SEA - *Dispute Concerning Delimitation of the Maritime Boundary Between Bangladesh and Myanmar in the Bay of Bengal*, 14 março 2012. Caso n.º 16. Disponível em WWW:<URL:https://www.itlos.org/fileadmin/itlos/documents/cases/case_no_16/published/C16_Judgment.pdf>.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - *Territorial and Maritime Dispute*, 19 novembro 2012. [Consultado em 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/docket/files/124/17164.pdf>>.
- ARBITRAL AWARD - *Case Concerning the Delimitation of Continental Shelf Between the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, and the French Republic*, 30 junho 1977. [Consultado em 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/docs/?path=../riaa/cases/vol_XVIII/3-413.pdf&lang=O>.
- ARBITRAL AWARD - *In the Matter of an Arbitration Between Barbados and The Republic of Trinidad and Tobago*, 11 abril 2006. [Consultado em 12 dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://pcacases.com/web/sendAttach/1116>>.
- ARBITRAL AWARD - *Bay of Bengal Maritime Boundary Arbitration*, 7 julho 2014,. [Consultado em 12 dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://pcacases.com/web/sendAttach/383>>.
- ARBITRAL AWARD - *The South China Sea Arbitration*, 12 julho 2016. [Consultado em 12 dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://pcacases.com/web/view/7>>.

BIBLIOGRAFIA

ANOTAÇÕES E DICIONÁRIOS

- ALLABY, Michael - **A Dictionary of Geology and Earth Sciences**. 4 edition ed. Oxford: OUP Oxford, 2013. ISBN 978-0-19-965306-5.
- AMADOR, Francisco V. García - **América Latina y el derecho del mar**. [Em linha]. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1976, [Consultado em 7 mar. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://repositorio.uchile.cl/handle/2250/124177>>.
- ASALE, Rae - **Diccionario de la lengua española - Edición del Tricentenario**. [Em linha] [Consultado em 24 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://dle.rae.es/?id=HJ0lOYQ>>.
- CHANG, Kang-Tsung - Geographic Information System. In RICHARDSON, Douglas *et al.* (Eds.) - International Encyclopedia of Geography: People, the Earth, Environment and Technology [Em linha]. Oxford, UK: John Wiley & Sons, Ltd, 6 março 2017, [Consultado em 2 ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://doi.wiley.com/10.1002/9781118786352.wbieg0152>>. ISBN 978-0-470-65963-2. p. 1-9.
- COCKS, L. Robin M.; SELLEY, Richard C.; PLIMER, Ian R. (EDS.) - **Encyclopedia of Geology**. Oxford: Elsevier, 2005. ISBN 978-0-12-636380-7.
- FIGUEIRDO, Cândido - **Dicionário Aberto**. [Em linha], atual. 1913. [Consultado em 22 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://dicionario-aberto.net>>.
- FOWLER, C. M. R. - **The Solid Earth: An Introduction to Global Geophysics**. [S.l.]: Cambridge University Press, 2005. ISBN 978-0-521-89307-7.
- GOUDIE, Andrew - **Encyclopedia of Geomorphology**. [S.l.]: Psychology Press, 2004. ISBN 978-0-415-32738-1.
- GUPTA, Harsh K.; JAMES, David E. (EDS.) - **Encyclopedia of solid earth geophysics**. Encyclopedia of earth sciences series. Revised and expanded edition. ed. Dordrecht: Springer, 2011. ISBN 978-90-481-8701-0.
- INTERNATIONAL LAW COMMISSION - **Analytical Guide to the Work of the International Law Commission**. [Em linha] [Consultado em 5 abr. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/ilc/guide/1_1.shtml>
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - International Standard ISO 1087-1 Terminology Work-Vocabulary-Part 1 Theory and Application. (2000).
- INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION - Rules for the Structure and Drafting of International Standards ISO/IEC Directives, Part 2. (2011).
- NICHOLS, C. Reid; WILLIAMS, Robert G. - **Encyclopedia of marine science**. Facts on File science library. New York, NY: Facts on File, 2009. ISBN 978-0-8160-5022-2.
- NORDQUIST, Myron H. (ED.) - **United Nations Convention on the Law of the Sea 1982: A Commentary**. Dordrecht; Boston: Hingham, MA, USA: Martinus Nijhoff Publishers, 1985. ISBN 978-90-247-3145-9, 1 vol.
- NORDQUIST, Myron H. (ED.) - **United Nations Convention on the Law of the Sea, 1982: A Commentary**. Dordrecht; Boston: Hingham, MA, USA: Martinus Nijhoff Publishers, 1993. ISBN 978-0-7923-2471-3, 2 vol.
- NORDQUIST, Myron H.; MOORE, John Norton; HEIDAR, Tomas H. - **Legal and Scientific Aspects of Continental Shelf Limits**. Leiden: BRILL, 2004. ISBN 978-90-04-13912-1.
- NORDQUIST, Myron H.; NANDAN, Satya N.; KRASKA, James - **UNCLOS 1982 Commentary: Supplementary Documents**. Dordrecht; Boston: Hingham, MA, USA: Martinus Nijhoff Publishers, 20 janeiro 2012. ISBN 978-90-04-21563-4.
- OXFORD LIVING DICTIONARIES - **expert - definition of expert in English | Oxford Dictionaries**. [Em linha] [Consultado em 18 ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://en.oxforddictionaries.com/definition/expert>>

BIBLIOGRAFIA

ANOTAÇÕES E DICIONÁRIOS

- ROCHELEAU, Jordy - International Institutional Legitimacy. In CHATTERJEE, Deen K. (Ed.) - Encyclopedia of Global Justice. 2011 edition ed. Dordrecht: Springer, 22 outubro 2011. ISBN 978-1-4020-9159-9. p. 562-564.
- SILVA, António De Moraes - **Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa**. 4ª ed. Mem Martins: Editorial Confluência, 1988. 2 vol.
- SILVA, António De Moraes - **Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa**. 4ª ed. Mem Martins: Editorial Confluência, 1988. 5 vol.
- SMITH, Jacqueline - **The Facts on File Dictionary of Earth Science**. New York: Infobase Publishing, 2014. ISBN 978-1-4381-0940-4.
- STIEGELER, Stella - **A Dictionary of Earth Sciences**. London: Springer, 1976. ISBN 978-1-349-02888-7.
- WOOD, Ray *et al.* - Legal Continental Shelf. In GUPTA, Harsh (Ed.) - Encyclopedia of Solid Earth Geophysics. Dordrecht: Springer Science & Business Media, 29 junho 2011. ISBN 978-90-481-8701-0. p. 667-675.

ESTUDOS, DOCUMENTOS E SÍNTESES NO ÂMBITO DE ORGANISMOS PÚBLICOS E GOVERNOS, NACIONAIS E ESTRANGEIROS

- AUSTRALIAN GOVERNMENT - **Third United Nations Conference on the Law of the Sea, Resumed Seventh Session**, New York, 21 August-15 September 1978: Report of the Australian Delegation. [S.l.]: Australian Government Publishing Service, 1979. ISBN 978-0-642-04208-8.
- CODIFICATION DIVISION OF THE OFFICE OF LEGAL AFFAIRS - Juridical Regime of Historic Waters, Including Bays - Study Prepared by the Secretariat. In YEARBOOK OF THE INTERNATIONAL LAW COMMISSION
- COMISIÓN DE DERECHO INTERNACIONAL - *Anuário de la Comisión de Derecho Internacional*, 1956, [Em linha]. New York: United Nations, 1956, [Consultado em 8 dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/ilc/publications/yearbooks/spanish/ilc_1956_v2.pdf>
- COMMISSION DU DROIT INTERNATIONAL - *Annuaire de la Commission du Droit International Vol II*, 1956, [Em linha]. New York: United Nations, 1956, [Consultado em 8 dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/ilc/publications/yearbooks/french/ilc_1956_v2.pdf>
- COMMITTEE ON THE LEGAL ISSUES OF THE OUTER CONTINENTAL SHELF OF THE INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION - *Legal Issues of the Outer Continental Shelf* [CLIOCS 2004], 2004, [Em linha]. Berlin: [s.n.] Disponível em WWW:<URL:<https://ila.vettoreweb.com/Storage/Download.aspx?DbStorageId=1221&StorageFileGuid=7534392b-da08-4477-aebc-646cb0167531>>.
- COMMITTEE ON THE LEGAL ISSUES OF THE OUTER CONTINENTAL SHELF OF THE INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION - *Legal Issues of the Outer Continental Shelf* [CLIOCS 2006], 2006, [Em linha] [Consultado em 3 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.ila-hq.org/download.cfm/docid/435A6BA1-4F85-47B3-9ED23A6F64924414>>.
- DIVISION FOR OCEAN AFFAIRS AND THE LAW OF THE SEA - *Law of the Sea Bulletin - Nº 7*, abril 1986, [Em linha]. New York: [s.n.] [Consultado em 1 dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/depts/los/doalos_publications/LOSBulletins/bulletinpdf/bule7.pdf>.
- DIVISION FOR OCEAN AFFAIRS AND THE LAW OF THE SEA - **The Law of the Sea-Definition of the Continental Shelf: An Examination of the Relevant Provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea**. New York: United Nations, 1993. ISBN 92-1-133454-3.

ESTUDOS, DOCUMENTOS E SÍNTESES NO ÂMBITO DE ORGANISMOS PÚBLICOS E GOVERNOS, NACIONAIS E ESTRANGEIROS

- DIVISION FOR OCEAN AFFAIRS AND THE LAW OF THE SEA - **Training Manual for Delineation of the Outer Limits of the Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles and for Preparation of Submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf**. New York: United Nations - Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea, 2006.
- INSTITUTO PORTUGUÊS DE QUALIDADE - **Norma Portuguesa NP 405-1 - Informação e documentação**. Monte da Caparica: IPQ, 1995.
- INSTITUTO PORTUGUÊS DE QUALIDADE - **Norma Portuguesa NP 405-2 - Informação e documentação. Referências bibliográficas - Parte 2: Materiais não livro**. Monte da Caparica: IPQ, 1998.
- INSTITUTO PORTUGUÊS DE QUALIDADE - **Norma Portuguesa NP 405-3 - Informação e documentação. Referências bibliográficas - Parte 3: Documentos não publicados**. Monte da Caparica: IPQ, 2002.
- INSTITUTO PORTUGUÊS DE QUALIDADE - **Norma Portuguesa NP 405-4 - Informação e documentação. Referências bibliográficas - Parte 4: Documentos electrónicos**. Monte da Caparica: IPQ, 2003.
- INTERNACIONAL OCEANOGRAPHIC COMMISSION; INTERNATIONAL ASSOCIATION OF GEODESY - **A Manual on the Technical Aspects of the United Nations Convention on the Law of the Sea-1982 (TALOS), Special Publication N.º 51**. [Em linha]. 5.0.0 ed. Monaco: International Hydrographic Bureau, junho 2014, Disponível em WWW:<URL:http://www.iho.int/iho_pubs/CB/C_51/C_51_Ed500_062014.pdf>.
- INTERNATIONAL HYDROGRAPHIC ORGANIZATION - **Hydrographic Dictionary**. [Em linha]. 5ª ed. Monaco: International Hydrographic Organization, 1994, [Consultado em 25 ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://www.iho.int/iho_pubs/standard/S-32/S-32-eng.pdf>
- INTERNATIONAL HYDROGRAPHIC ORGANIZATION; INTERNATIONAL FEDERATION OF SURVEYORS; INTERNATIONAL CARTOGRAPHIC ASSOCIATION - **Standards of Competence for Hydrographic Surveyors/Publication S-5**. [Em linha]. 11thª ed. Monaco: The International Hydrographic Bureau, maio 2011, [Consultado em 26 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://www.iho.int/iho_pubs/standard/S-5_Ed_11.0.1_06May2011_Standards-Hydro.pdf>.
- INTERNATIONAL LAW COMMISSION - *Report of the International Law Commission - General Assembly Official Records Supplement 10* [A/58/10], 2003, [Em linha] [Consultado em 11 nov. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/ilc/documentation/english/reports/a_58_10.pdf>.
- INTERNATIONAL LAW COMMISSION - *Report of the International Law Commission Covering the Work of its Fifth Session, 1 June - 14 August 1953, Official Records of the General Assembly, Eighth Session, Supplement No. 9 (A/2456) [A/CN.4/2456]*, 1953, [Em linha]. New York: United Nations, 1953, Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/docs/?path=../ilc/documentation/english/reports/a_cn4_76.pdf&lang=E>.
- INTERNATIONAL LAW COMMISSION - *Report of the International Law Commission on the Work of its Eighth Session, 4 July 1956, Official Records of the General Assembly, Eleventh Session, Supplement N.º 9 (A/3159) [A/CN.4/104]*, 1956, [Em linha]. New York: United Nations, 1956, Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/docs/?path=../ilc/documentation/english/reports/a_cn4_104.pdf&lang=EF>.
- INTERNATIONAL LAW COMMISSION - *Report of the International Law Commission on its Third Session, 16 May to 27 July Official Records of the General Assembly, Sixth Session, Supplement N.º 9 (A/1858) [A/CN.4/48 and Corr. 1 & 2]*, 1951, [Em linha]. New York: United Nations, 1951, Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/docs/?path=../ilc/documentation/english/reports/a_cn4_48.pdf&lang=E>.

BIBLIOGRAFIA

ESTUDOS, DOCUMENTOS E SÍNTESES NO ÂMBITO DE ORGANISMOS PÚBLICOS E GOVERNOS, NACIONAIS E ESTRANGEIROS

INTERNATIONAL LAW COMMISSION - Report of the International Law Commission on its Second Session, 5 June to 29 July 1950, Official Records of the General Assembly, Fifth session, Supplement N.º12 (A/1316) [A/CN.4/34], 1950, [Em linha]. New York: United Nations, 1950, Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/docs/?path=../ilc/documentation/english/reports/a_cn4_34.pdf&lang=E>.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION - *Yearbook of the International Law Commission*, 1951, 1 vol. [Em linha]. New York: United Nations, 1951, Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/docs/?path=../ilc/publications/yearbooks/english/ilc_1951_v1.pdf&lang=E>.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION - *Yearbook of the International Law Commission*, 1951. 2 vol. [Em linha]. New York: United Nations, 1951, Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/docs/?path=../ilc/publications/yearbooks/english/ilc_1951_v2.pdf&lang=E>.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION - *Yearbook of the International Law Commission*, 1956. 2 vol. [Em linha]. New York: United Nations, 1956, Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/docs/?path=../ilc/publications/yearbooks/english/ilc_1956_v2.pdf&lang=E>.

INTERNATIONAL OCEANOGRAPHIC COMMISSION; INTERNATIONAL HYDROGRAPHIC ORGANIZATION; INTERNATIONAL ASSOCIATION OF GEODESY - *A Manual on Technical Aspects of the United Nations Convention on the Law of the Sea-1982* [TALOS], março 2006, [Em linha]. Monaco: IHO, IAC, IOC Advisory Board on Law of the Sea, março 2006, Disponível em WWW:<URL:https://www.iho.int/iho_pubs/CB/C-51_Ed4-EN.pdf>.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar - Versão em Língua Portuguesa com Anexos e Acta Final da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**. Lisboa: Biblioteca Diplomática - Série C, 1985.

UNEP/GRID-ARENDAL - **Continental Shelf the Last Maritime Zone**. Norway: Birkeland Trykkeri AS, 2009. ISBN 978-82-7701-059-5.

UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE - *Maritime Claims Reference Manual* [DoD 2005.1-M], 1997. Washington: Defense Pentagon, 1997.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE - **Straight Baselines - Burma**. N.º 14. [Em linha]. [S.l.]: The Geographer, 1970, Disponível em WWW:<URL:<https://www.state.gov/documents/organization/61607.pdf>>

INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY - **Technical Study 4: Issues Associated with the Implementation of Article 82 of the UNCLOS**. [Em linha]. Kingston, Jamaica: [s.n.] [Consultado em 1 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.isa.org.jm/sites/default/files/files/documents/tstudy4.pdf>>.

DOCUMENTOS DAS CONFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR

OFFICIAL RECORDS OF THE FIRST UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *United Nations Conference on the Law of the Sea - Official Records - Volume I: Preparatory Documents* [A/CONF.13/37], 24 abril 1958, [Em linha]. Geneva: United Nations, 24 abril 1958, [Consultado em 16 mar. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1958/vol/english/PrepDocs_vol_I_e.pdf>.

DOCUMENTOS DAS CONFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR

OFFICIAL RECORDS OF THE FIRST UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *Official records Volume VI: Fourth Committee (Continental Shelf)* [A/CONF.13/42], 24 abril 1958, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 24 abril 1958, [Consultado em 16 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1958/vol/english/4th_Cttee_vol_VI_e.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE SECOND UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *Summary Records of Plenary Meetings and of Meetings of the Committee of the Whole* [A/CONF.19/8], 26 abril 1960, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 26 abril 1960, Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/docs/?path=../diplomaticconferences/1960_los/docs/english/vol_1.pdf&lang=E>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *Canada, Chile, Iceland, India, Indonesia, Mauritius, Mexico, New Zealand and Norway: Working Paper* [A/CONF.62/L.4], 19 maio 1974. [S.l.]: United Nations, 19 maio 1974,

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *Organization of the second session of the Conference and allocation of items: decisions taken by the Conference at its 15th meeting on 21 June 1974* [A/CONF.62/29], 2 julho 1974, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 2 julho 1974, Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_III/a_conf-62_29.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *Summary Records of 34th Plenary Meeting* [A/CONF.62/SR.34], 9 julho 1974. [S.l.]: United Nations, 9 julho 1974,

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *Summary records of meetings of the Second Committee 16th meeting* [A/CONF.62/C.2/SR.16], 12 julho 1974, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 12 julho 1974, [Consultado em 4 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_II/a_conf-62_c-1_sr-16.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *Summary records of meetings of the Second Committee 17th meeting* [A/CONF.62/C.2/SR.17], 12 julho 1974, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 12 julho 1974, [Consultado em 4 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_II/a_conf-62_c-1_sr-17.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *Summary records of meetings of the Second Committee 18th meeting* [A/CONF.62/C.2/SR.18], 12 julho 1974, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 12 julho 1974, [Consultado em 4 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_II/a_conf-62_c-2_sr-18.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *Summary records of meetings of the Second Committee 19th meeting* [A/CONF.62/C.2/SR.19], 12 julho 1974, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 12 julho 1974, [Consultado em 4 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_II/a_conf-62_c-2_sr-20.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *Summary records of meetings of the Second Committee 20th meeting* [A/CONF.62/C.2/SR.20], 12 julho 1974, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 12 julho 1974, [Consultado em 4 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_II/a_conf-62_c-2_sr-20.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *Summary Records of 39nd Plenary Meeting* [A/CONF.62/SR.39], 12 julho 1974. [S.l.]: United Nations, 12 julho 1974,

DOCUMENTOS DAS CONFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA
- *Summary records of meetings of the First Committee 7th meeting* [A/CONF.62/C.1/SR.7], 17 julho 1974, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 17 julho 1974, [Consultado em 4 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_II/a_conf-62_c-1_sr-7.pdf>.

Official Records Of The Third United Nations Conference On The Law Of The Sea - *Summary Records of 46nd Plenary Meeting* [A/CONF.62/SR.46], 29 julho 1974, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 29 julho 1974, Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_I/a_conf-62_sr-46.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA
- *Report by Mr. Andres Aguilar M., Chairman of the Second Committee, on the work of the Committee* [A/CONF.62/L.17], 16 setembro 1976, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 16 setembro 1976, Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_VI/a_conf-62_l-17.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA
- *50 th meeting of the Second Committee* [A/CONF.62/C.2/SR.50], 23 junho 1977, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 23 junho 1977, [Consultado em 4 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_VII/a_conf-62_c-2_sr-50.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA
- *Organization of work; Decisions taken by the Conference at its 90th meeting on the report of the General Committee* [A/CONF.62/62], 13 abril 1978, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 13 abril 1978, Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_IX/a_conf-62_62.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA
- *Preliminary study illustrating various formulae for the definition of the continental shelf* [A/CONF.62/C.2/L.98 and Add.1-3], 19 abril 1978, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 19 abril 1978, Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_IX/a_conf-62_c-2_l-98%20and%20add-1-3.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA
- *106 th Plenary meeting* [A/CONF.62/SR.106], 19 maio 1978. [S.l.]: United Nations, 19 maio 1978,

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA
- *Report of the Committee and Negotiating Groups on Negotiations* [A/CONF.62/RCNG/1], 19 maio 1978. [S.l.]: United Nations, 19 maio 1978,

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA
- *Study of the implications of preparing large-scale maps for the Third United Nations Conference on the Law of the Sea* [A/CONF.62/C.2/L.99], 9 abril 1979, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 9 abril 1979, [Consultado em 4 dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_XI/a_conf-62_c-2_l-99.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA
- *Informal Composite Negotiating Text, revision 2* [A/CONF.62/WP.10/Rev.2], 11 abril 1980, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 11 abril 1980, [Consultado em 4 dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_VIII/a_conf-62_wp-10_rev-2.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA
- *135 th Plenary meeting* [A/CONF.62/SR.135], 25 agosto 1980. [S.l.]: United Nations, 25 agosto 1980,

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS DAS CONFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *136 th Plenary meeting* [A/CONF.62/SR.136], 26 agosto 1980, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 26 agosto 1980, Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_XIV/a_conf-62_sr-136.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *138 th Plenary meeting* [A/CONF.62/SR.138], 26 agosto 1980, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 26 agosto 1980, [Consultado em 4 dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_XIV/a_conf-62_sr-138.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *139 th Plenary meeting* [A/CONF.62/SR.139], 27 agosto 1980, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 27 agosto 1980, [Consultado em 4 dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_XIV/a_conf-62_sr-138.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *148 th Plenary meeting* [A/CONF.62/SR.148], 15 abril 1981, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 15 abril 1981, [Consultado em 4 dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_XV/a_conf-62_sr-148.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *156 th Plenary meeting* [A/CONF.62/SR.156], 8 março 1982, [Em linha]. [S.l.]: United Nations, 8 março 1982, [Consultado em 4 dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_XVI/a_conf-62_sr-156.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *Reports of the Plenary Conference* [A/CONF.62/91], 10 dezembro 1982, [Em linha] Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_XII/a_conf-62_91.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *Revised single negotiating text (part II)* [A/CONF.62/WP.8/Rev.1/Part II][s.d.] [Em linha]. [S.l.]: United Nations, [s.d.] [Consultado em 4 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/diplomaticconferences/lawofthesea-1982/docs/vol_V/a_conf-62_wp-8_rev-1-part2.pdf>.

OFFICIAL RECORDS OF THE THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - *Summary records of meetings of the Second Committee 40th meeting* [A/CONF.62/C.2/SR.40], 14 agosto 1974, [Em linha] [Consultado em 9 set. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/docs/?path=../diplomaticconferences/1973_los/docs/english/vol_2/a_conf62_c2_sr40.pdf&lang=E>.

THIRD UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE LAW OF THE SEA - United Nations: Rules of Procedure for the Third U.N. Conference on the Law of the Sea. International Legal Materials. ISSN 0020-7829. Vol. 13, n.º 5 (1974) p.1199–1209.

ASSEMBLEIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY - *Composition of the Secretariat and the Principle of the Geographical distribution* [A/RES/153(II)], 15 novembro 1947, [Em linha] [Consultado em 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://research.un.org/en/docs/ga/quick/regular/2>>.

ASSEMBLEIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY - *Convening of a Second United Nations Conference on the Law of the Sea* [A/RES/1307(XIII)], 10 dezembro 1958, [Em linha] [Consultado em 8 out. 2016]. Disponível em WWW:<URL:[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1307\(XIII\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1307(XIII)>).
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY - *Resources of the Sea* [A/RES/2172(XXI)], 6 dezembro 1966, [Em linha] [Consultado em 8 out. 2016]. Disponível em WWW:<URL:[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2172\(XXI\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2172(XXI)>).
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY - *Examination of the question of the reservation exclusively for peaceful purposes of the sea-bed and the ocean floor, and the subsoil there-of, underlying the high seas beyond the limits of present national jurisdiction, and the use of their resources in the interests of mankind General debate* [A/C.1/PV.1515], 1 novembro 1967, Twenty-Second Session. New York: [s.n.] [Consultado em 8 out. 2016].
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY - *Examination of the question of the reservation exclusively for peaceful purposes of the sea-bed and the ocean floor, and the subsoil there-of, underlying the high seas beyond the limits of present national jurisdiction, and the use of their resources in the interests of mankind General debate* [A/C.1/PV.1516], 1 novembro 1967, Twenty-Second Session. [Em linha]. New York: [s.n.] [Consultado em 8 out. 2016]. Disponível em WWW:<URL:[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2340\(XXII\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2340(XXII)>).
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY - *Examination of the question of the reservation exclusively for peaceful purposes of the sea-bed and the ocean floor, and the subsoil thereof, underlying the high seas beyond the limits of present national jurisdiction, and the use of their resources in the interests of mankind* [A/RES/2340(XXII)], 18 dezembro 1967, [Em linha]. New York: [s.n.] [Consultado em 15 out. 2016]. Disponível em WWW:<URL:[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2340\(XXII\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2340(XXII)>).
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY - *Examination of the question of the reservation exclusively for peaceful purposes of the sea-bed and the ocean floor, and the subsoil there-of, underlying the high seas beyond the limits of present national jurisdiction, and the use of their resources in the interests of mankind General debate* [A/RES/2467(XXIII)], 21 dezembro 1968, [Em linha]. New York: [s.n.] [Consultado em 8 out. 2016]. Disponível em WWW:<URL:[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2467\(XXIII\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2467(XXIII)>).
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY - *Declaration of Principles Governing the Sea-Bed and the Ocean Floor, and the Subsoil Thereof, beyond the Limits of National Jurisdiction* [A/RES/2749(XXV)], 16 dezembro 1970, [Em linha]. New York: [s.n.] [Consultado em 9 out. 2016]. Disponível em WWW:<URL:[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2749\(XXV\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2749(XXV)>).
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY - *Reservation exclusively for peaceful purposes of the sea-bed and the ocean floor, and the subsoil thereof, underlying the high seas beyond the limits of present national jurisdiction and use of their resources in the interest of mankind, and convening of a conference on the law of the sea* [A/RES/2750(XXV)], 17 dezembro 1970, [Em linha]. New York: [s.n.] [Consultado em 8 out. 2016]. Disponível em WWW:<URL:[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2750\(XXV\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2750(XXV)>).
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY - *Question of the Composition of the Relevant Organs of the United Nations: Amendments to Rules 31 and 38 of the Rules of Procedure of the General Assembly* [A/RES/33/138], 19 dezembro 1978, [Em linha] [Consultado em 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/33/138>.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY - *Oceans and Law of the Sea* [A/RES/53/32], 6 janeiro 1999, [Em linha] [Consultado em 8 out. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/761/23/PDF/N9976123.pdf?OpenElement>>.

BIBLIOGRAFIA

ASSEMBLEIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY - *General Assembly Resolution 57/57, Ocean and Law of the Sea-Report of the Secretary-General* [A/57/57/Add. 1], 8 outubro 2002, [Em linha] Disponível em WWW:<URL:<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/629/28/PDF/N0262928.pdf?OpenElement>>.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY - *Oceans and the Law of the Sea* [A/RES/61/222], 16 março 2007, [Em linha] [Consultado em 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/55/7>.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY - *Oceans and the Law of the Sea* [A/RES/63/111], 12 fevereiro 2009, [Em linha] [Consultado em 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/477/45/PDF/N0847745.pdf?OpenElement>>.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY - *Scale of Assessments for the Apportionment of the Expenses of the United Nations* [A/RES/70/245], 8 fevereiro 2016, [Em linha] [Consultado em 8 out. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/70/245>.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY - *Oceans and the Law of the Sea* [A/RES/71/257], 20 fevereiro 2017, [Em linha] [Consultado em 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N16/466/62/PDF/N1646662.pdf?OpenElement>>.

DOCUMENTOS DOS ENCONTROS DOS ESTADOS PARTES

- MEETING OF THE STATES PARTIES - *Commission on the Limits of the Continental Shelf: Its Functions and Scientific and Technical Needs in Assessing the Submission of a Coastal State* [SPLOS/CLCS/INF/1], 10 junho 1996, [Em linha] [Consultado em 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=SPLOS%2FCLCS%2FINF%2F1&Submit=Search&Lang=E>.
- MEETING OF THE STATES PARTIES - *Curricula Vitae of Candidates Nominated by States Parties for Election to the Commission on the Limits of the Continental Shelf* [SPLOS/17], 18 fevereiro 1997, [Em linha] [Consultado em 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/013/17/IMG/N9701317.pdf?OpenElement>>.
- MEETING OF THE STATES PARTIES - *Report of the Sixth Meeting of States Parties* [SPLOS/20], 20 março 1997, [Em linha] [Consultado em 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/076/37/PDF/N9707637.pdf?OpenElement>>.
- MEETING OF THE STATES PARTIES - *Decision regarding the establishment of a voluntary trust fund for the purpose of the Commission on the Limits of the Continental Shelf* [SPLOS/58], 6 junho 2000, [Em linha] [Consultado em 2 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/465/00/PDF/N0046500.pdf?OpenElement>>.
- MEETING OF THE STATES PARTIES - *Decision regarding the date of commencement of the ten-year period for making submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf set out in article 4 of Annex II to the United Nations Convention on the Law of the Sea* [SPLOS/72], 29 maio 2001, [Em linha] [Consultado em 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/387/64/PDF/N0138764.pdf?OpenElement>>.
- MEETING OF THE STATES PARTIES - *Report of the Eleventh Meeting of States Parties* [SPLOS/73], 14 junho 2001, [Em linha] [Consultado em 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/411/52/PDF/N0141152.pdf?OpenElement>>.
- MEETING OF THE STATES PARTIES - *List of candidates nominated by States Parties for election to the Commission on the Limits of the Continental Shelf* [SPLOS/80], 13 março 2002, [Em linha] [Consultado em 2 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/284/28/PDF/N0228428.pdf?OpenElement>>.

DOCUMENTOS DOS ENCONTROS DOS ESTADOS PARTES

- MEETING OF THE STATES PARTIES - *Curricula Vitae of Candidates Nominated by States Parties for Election to the Commission on the Limits of the Continental Shelf* [SPLOS/81], 20 março 2002, [Em linha] [Consultado em 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/226/80/IMG/N0222680.pdf?OpenElement>>.
- MEETING OF THE STATES PARTIES - *Rules of Procedure for Meetings of States Parties* [SPLOS/2/Rev. 4], 24 janeiro 2005, [Em linha] [Consultado em 2 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/217/77/PDF/N0521777.pdf?OpenElement>>.
- MEETING OF THE STATES PARTIES - *Report of the Sixteenth Meeting of States Parties* [SPLOS/148], 28 julho 2006, [Em linha] [Consultado em 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/448/49/PDF/N0644849.pdf?OpenElement>>.
- MEETING OF THE STATES PARTIES - *List of candidates nominated by States parties for election to the Commission on the Limits of the Continental Shelf* [SPLOS/150], 15 março 2007, [Em linha] [Consultado em 2 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/271/79/PDF/N0727179.pdf?OpenElement>>.
- MEETING OF THE STATES PARTIES - *Issues related to the workload of the Commission on the Limits of the Continental Shelf* [SPLOS/157], 30 abril 2007, [Em linha] [Consultado em 22 out. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/325/78/PDF/N0732578.pdf?OpenElement>>.
- MEETING OF THE STATES PARTIES - *Decision on the Allocation of Seats on the Commission and the Tribunal* [SPLOS/163], 10 julho 2007, [Em linha] [Consultado em 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/423/12/PDF/N0742312.pdf?OpenElement>>.
- MEETING OF THE STATES PARTIES - *Curricula vitae of candidates nominated by States parties for election to the International Tribunal for the Law of the Sea* [SPLOS/173], 17 março 2008, [Em linha] [Consultado em 2 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/274/31/PDF/N0827431.pdf?OpenElement>>.
- MEETING OF THE STATES PARTIES - *Decision on the Allocation of Seats on the Commission on the Limits of the Continental Shelf and the International Tribunal for the Law of the Sea* [SPLOS/182], 8 julho 2008, [Em linha] [Consultado em 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/398/88/PDF/N0839888.pdf?OpenElement>>.
- MEETING OF THE STATES PARTIES - *Arrangement for the Allocation of Seats on the International Tribunal for the Law of the Sea and the Commission on the Limits of the Continental Shelf* [SPLOS/201], 26 junho 2009, [Em linha] [Consultado em 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/386/72/PDF/N0938672.pdf?OpenElement>>.
- MEETING OF THE STATES PARTIES - *List of candidates nominated by States parties for election to the Commission on the Limits of the Continental Shelf* [SPLOS/239], 8 março 2012, [Em linha] [Consultado em 2 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N12/255/95/PDF/N1225595.pdf?OpenElement>>.
- MEETING OF THE STATES PARTIES - *Curricula Vitae of Candidates Nominated by States Parties for Election to the Commission on the Limits of the Continental Shelf* [SPLOS/240], 12 março 2012, [Em linha] [Consultado em 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N12/261/37/PDF/N1226137.pdf?OpenElement>>.
- MEETING OF THE STATES PARTIES - *Report of the twenty-fifth Meeting of States Parties* [SPLOS/287], 13 julho 2015, [Em linha] [Consultado em 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N15/217/42/PDF/N1521742.pdf?OpenElement>>.

DOCUMENTOS DOS ENCONTROS DOS ESTADOS PARTES

MEETING OF THE STATES PARTIES - *List of candidates nominated by States parties for election to the Commission on the Limits of the Continental Shelf* [SPLOS/312], 10 março 2017, [Em linha] [Consultado em 2 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N17/064/56/PDF/N1706456.pdf?OpenElement>>.

MEETING OF THE STATES PARTIES - *Report of the twenty-seventh Meeting of States Parties* [SPLOS/316], 10 julho 2017, [Em linha] [Consultado em 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N17/209/81/PDF/N1720981.pdf?OpenElement>>.

PROPOSTAS DE EXTENSÃO / INFORMAÇÕES PRELIMINARES

CHINA - *Submission by the People's Republic of China Concerning the Outer Limits of the Continental Shelf beyond 200 Nautical Miles in Part of the East China Sea - Executive Summary*, 14 dezembro 2012, [Em linha] [Consultado em 10 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/chn63_12/executive%20summary_EN.pdf>.

ESPAÑA - *Part I. Executive - Summary Partial Submission of Data and Information on the Limits of the Continental Shelf of Spain to the West of the Canary Islands, pursuant to Part VI and Annex II of United Nations Convention on the Law of the Sea*, 17 dezembro 2014, [Em linha] [Consultado em 10 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/esp77_14/esp_2014_en.pdf>.

ESPAÑA - *Plataforma Continental de España - Presentación parcial relativa a los límites de la Plataforma Continental de España en el área de Galicia, de conformidad con el artículo 76 y el anexo II de la Convención de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar - Parte I Resumen Ejecutivo*, 12 maio 2009, [Em linha] [Consultado em 10 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/esp47_09/esp_2009_summary_esp.pdf>.

KINGDOM OF DENMARK - *Partial Submission of the Government of the Kingdom of Denmark together with the Government of Greenland to the Commission on the Limits of the Continental Shelf - The Northern Continental Shelf of Greenland*, 15 dezembro 2014, [Em linha] [Consultado em 10 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/dnk76_14/dnk2014_es.pdf>.

MYANMAR - *Continental Shelf Submission of Union of Myanmar - Executive Summary*, dezembro 2008, [Em linha] [Consultado em 10 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/mmr08/mmr_es.pdf>.

PORTUGAL - *Continental Shelf Submission of Portugal Pursuant to Article 76 Paragraph 8 of the United Nations Convention on the Law of the Sea - Executive Summary*, 12 maio 2009, [Em linha] [Consultado em 10 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/prt44_09/prt2009executivesummary.pdf>.

PORTUGAL - *Continental Shelf Submission of Portugal Pursuant to Article 76 Paragraph 8 of the United Nations Convention on the Law of the Sea - Executive Summary - 2017 Update*, 1 agosto 2017, [Em linha] [Consultado em 31 ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/prt44_09/prt2017executivesummary.pdf>.

PROPOSTAS DE EXTENSÃO / INFORMAÇÕES PRELIMINARES

- REPUBLIC OF CÔTE D'IVOIRE - *Submission by Government of the Republic of Côte d'Ivoire for the Establishment of the Outer Limits of the Continental Shelf of Côte d'Ivoire pursuant to Article 76, paragraph 8 of the United Nations Convention on the Law of the Sea - Executive Summary*, 28 julho 2009, [Em linha] [Consultado em 21 out. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/cvi42_09/civ2009executivesummary.pdf>.
- REPUBLIC OF KOREA - *Partial Submission to the Commission on the Limits of the Continental Shelf Pursuant to Article 76 Paragraph 8 of the United Nations Convention on the Law of the Sea - Executive Summary*, 26 dezembro 2013, [Em linha] [Consultado em 10 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/kor65_12/executive_summary.pdf>.
- RÉPUBLIQUE DÉMOCRATIQUE DU CONGO - *Information préliminaire à la Commission des Limites du Plateau Continental Conformément à l'article 76, paragraphe 8 de la Convention des Nations Unies sur le Droit de la Mer, 1982, concernant la région du Golfe de Guinée*, 7 maio 2009, [Em linha] [Consultado em 24 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/preliminary/cod2009informationpreliminaire1.pdf>.
- RUSSIAN FEDERATION - *Partial Revised Submission of the Russian Federation to the Commission on the Limits of the Continental Shelf of the Russian Federation in the Arctic Ocean-Executive Summary*, 2015, [Em linha] Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01_rev15/2015_08_03_Exec_Summary_English.pdf>.
- RUSSIAN FEDERATION - *Revision of the Partial Submission of the Russian Federation to the Commission on the Limits of the Continental Shelf of the Russian Federation in the Sea of Okhotsk-Part 1. Executive Summary*, 2013, [Em linha] Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01_rev13/part_1_Rezume_MID_engl.pdf>.
- SRI LANKA - *Continental Shelf Submission of Sri Lanka - Part 1 Executive Summary*, 8 maio 2009, [Em linha] [Consultado em 10 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/lka43_09/lka2009executivesummary.pdf>.
- UNITED KINGDOM - *Submission to the Commission on the Limits of the Continental Shelf pursuant to Article 76, paragraph 8 of the United Nations Convention on the Law of the Sea 1982 in respect of Ascension Island. Part 1: Executive Summary*, 9 maio 2008, [Em linha] [Consultado em 23 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/gbr08/ascension_executive_summary.pdf>.

DOCUMENTOS DA COMISSÃO DE LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL

- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Modus Operandi of the Commission* [CLCS/L.3], 12 setembro 1997, [Em linha] [Consultado em 29 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N97/277/06/IMG/N9727706.pdf?OpenElement>>.
- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *3rd Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the Progress of Work in the Commission* [CLCS/7], 15 maio 1998, [Em linha] [Consultado em 31 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=CLCS%2F7&Submit=Search&Lang=E>.

DOCUMENTOS DA COMISSÃO DE LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL

- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Provisional Scientific and Technical Guidelines of the Commission on the Limits of the Continental Shelf* [CLCS/L.6], 6 setembro 1998, [Em linha] [Consultado em 13 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=CLCS%2FL.6&Submit=Search&Lang=E>.
- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Scientific and Technical Guidelines of the Commission on the Limits of the Continental Shelf* [CLCS/11/Corr.2/Add.1/Corr.1], 1999, [Em linha] [Consultado em 22 nov. 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_documents.htm#Guidelines>.
- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Rules of Procedure of the Commission on the Limits of the Continental Shelf* [CLCS/3/Rev. 1/Corr.1], 6 fevereiro 2001, [Em linha] [Consultado em 31 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/309/23/PDF/N0830923.pdf?OpenElement>>.
- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *9th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the Progress of Work in the Commission* [CLCS/29], 25 maio 2001, [Em linha] [Consultado em 18 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=clcs%2F29&Submit=Search&Lang=E>.
- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *10th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/32], 12 abril 2002, [Em linha] [Consultado em 31 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/327/68/PDF/N0232768.pdf?OpenElement>>.
- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *11th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the Progress of Work in the Commission* [CLCS/34], 1 julho 2002, [Em linha] [Consultado em 31 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=clcs/34>.
- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Rules of Procedure of the Commission on the Limits of the Continental Shelf* [CLCS/40], 2 julho 2004, [Em linha] [Consultado em 6 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=clcs%2F40&Submit=Search&Lang=E>.
- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *14th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/42], 14 setembro 2004, [Em linha] [Consultado em 31 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/510/12/PDF/N0451012.pdf?OpenElement>>.
- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *15th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/44], 3 maio 2005, [Em linha] [Consultado em 31 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/330/62/PDF/N0533062.pdf?OpenElement>>.

DOCUMENTOS DA COMISSÃO DE LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL

- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Legal opinion on whether it is permissible, under the United Nations Convention on the Law of the Sea and the rules of procedure of the Commission, for a coastal State, which has made a submission to the Commission in accordance with article 76 of the Convention, to provide to the Commission in the course of the examination by it of the submission, additional material and information relating to the limits of its continental shelf or substantial part thereof, which constitute a significant departure from the original limits and formulae lines that were given due publicity by the Secretary-General of the United Nations in accordance with rule 50 of the rules of procedure of the Commission* [CLCS/46], 7 setembro 2005, [Em linha] [Consultado em 31 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/482/97/PDF/N0548297.pdf?OpenElement>>.
- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Internal code of conduct for members of the Commission on the Limits of the Continental Shelf* [CLCS/47], 8 setembro 2005, [Em linha] [Consultado em 31 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/483/23/PDF/N0548323.pdf?OpenElement>>.
- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *16th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/48], 7 outubro 2005, [Em linha] [Consultado em 31 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/540/75/PDF/N0554075.pdf?OpenElement>>.
- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *17th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/50], 10 maio 2006, [Em linha] [Consultado em 31 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/345/20/PDF/N0634520.pdf?OpenElement>>.
- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *18th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/52], 6 outubro 2006, [Em linha] [Consultado em 13 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/558/82/PDF/N0655882.pdf?OpenElement>>.
- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *19th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/54], 27 abril 2007, [Em linha] [Consultado em 13 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/322/77/PDF/N0732277.pdf?OpenElement>>.
- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Rules of Procedure of the Commission on the Limits of the Continental Shelf* [CLCS/40/Rev. 1], 17 abril 2008, [Em linha] [Consultado em 31 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/309/23/PDF/N0830923.pdf?OpenElement>>.
- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *20th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/56], 4 outubro 2007, [Em linha] [Consultado em 21 out. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=clcs%2F56&Submit=Search&Lang=E>.
- COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *21st Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/58], 25 abril 2008, [Em linha] [Consultado em 13 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/319/06/PDF/N0831906.pdf?OpenElement>>.

DOCUMENTOS DA COMISSÃO DE LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *22nd Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/60], 26 setembro 2008, [Em linha] [Consultado em 31 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/523/33/PDF/N0852333.pdf?OpenElement>>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *23rd Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/62], 20 abril 2009, [Em linha] [Consultado em 13 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/307/58/PDF/N0930758.pdf?OpenElement>>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *24th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/64], 1 outubro 2009, [Em linha] [Consultado em 13 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/536/21/PDF/N0953621.pdf?OpenElement>>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *25th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/66], 30 abril 2010, [Em linha] [Consultado em 13 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N10/337/97/PDF/N1033797.pdf?OpenElement>>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *26th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/68], 17 setembro 2010, [Em linha] [Consultado em 13 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N10/540/08/PDF/N1054008.pdf?OpenElement>>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *27th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/70], 11 maio 2011, [Em linha] [Consultado em 13 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/318/87/PDF/N1131887.pdf?OpenElement>>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *28th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/72], 11 setembro 2011, [Em linha] [Consultado em 13 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/501/39/PDF/N1150139.pdf?OpenElement>>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *29th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/74], 30 abril 2012, [Em linha] [Consultado em 13 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N12/326/32/PDF/N1232632.pdf?OpenElement>>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *30th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/76], 5 setembro 2012, [Em linha] [Consultado em 13 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N12/498/91/PDF/N1249891.pdf?OpenElement>>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *31st Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/78], 1 abril 2013, [Em linha] [Consultado em 13 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N13/275/74/PDF/N1327574.pdf?OpenElement>>.

DOCUMENTOS DA COMISSÃO DE LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *37th Session-Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission* [CLCS/88], 20 abril 2015, [Em linha] [Consultado em 13 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N15/112/55/PDF/N1511255.pdf?OpenElement>>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Progress of work in the Commission on the Limits of the Continental Shelf* [CLCS/98], 17 abril 2017, [Em linha] Disponível em WWW:<URL:<http://undocs.org/CLCS/98>>.

RECOMENDAÇÕES E SUMÁRIOS DAS RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Partial Submission Made by Ireland on 25 May 2005*, 5 abril 2007, [Em linha] [Consultado em 2 abr. 2007]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/irl05/irl_summary_of_recommendations.pdf>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) in Regard to the Submission made by Australia on 15 November 2004*, 9 abril 2008, [Em linha] [Consultado em 2 dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/Aus_Recommendations_FINAL.pdf>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) in Regard to the Submission made by New Zealand on 19 April 2006*, 22 agosto 2008, [Em linha] [Consultado em 2 dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nzl06/nzl_summary_of_recommendations.pdf>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Joint Submission Made by France, Ireland, Spain and the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland in Respect to the Area of the Celtic Sea and the Bay of Biscay on 19 May 2006*, 2 março 2009, [Em linha] [Consultado em 2 dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/frgbires06/fisu_clcs_recommendations_summary2009.pdf>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by Norway in Respect of Areas in the Arctic Ocean, the Barents Sea and the Norwegian Sea on 27 November 2006*, 27 março 2009, [Em linha] [Consultado em 2 dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor06/nor_rec_summ.pdf>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in regard to the submission made by Mexico in respect of the Western Polygon in the Gulf of Mexico on 13 December 2007*, 31 março 2009, [Em linha] Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/mex07/mex_rec.pdf>.

RECOMENDAÇÕES E SUMÁRIOS DAS RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by France in Respect to French Guyana and New Caledonia Regions on 22 May 2007*, 2 setembro 2009, [Em linha] [Consultado em 2 dez. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/fra07/COM_REC_FRA_02_09_2009_summary.pdf>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by Barbados on 8 May 2008*, 15 abril 2010, [Em linha] [Consultado em 2 dez. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/brb08/brb08_summary_recommendations.pdf>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland in Respect of Ascension Island on 9 May 2008*, 15 abril 2010, [Em linha] [Consultado em 2 dez. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/gbr08/gbr_asc_isl_rec_summary.pdf>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Joint Submission made by Mauritius and Seychelles Concerning the Mascarene Plateau on 1 December 2008*, 30 março 2011, [Em linha] [Consultado em 2 dez. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/musc08/sms08_summary_recommendations.pdf>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by Suriname on 5 December 2008*, 30 março 2011, [Em linha] [Consultado em 2 dez. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/sur08/sur08_summary_recommendations.pdf>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission Made by Japan on 12 November 2008*, 19 abril 2012, [Em linha] [Consultado em 30 jan. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/jpn08/com_sumrec_jpn_fin.pdf>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Partial Submission Made the Republic of France in Respect of the Areas of the French Antilles and the Kerguelen Islands on February 2009*, 19 abril 2012, [Em linha] [Consultado em 2 dez. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/fra09/SUMREC_FRA1_19_04_2012.pdf>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Partial Revised Submission Made by the Russian Federation in Respect of the Sea of Okhotsk on 28 February 2013*, 11 março 2013, [Em linha] [Consultado em 2 abr. 2007]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01_rev13/2014_03_13_COM_REC_RUS_Summary.pdf>.

RECOMENDAÇÕES E SUMÁRIOS DAS RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Summary Of Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission Made by Iceland in the Ægir Basin Area and in the Western and Southern Parts of Reykjanes Ridge on 29 April 2009*, 10 março 2016, [Em linha] [Consultado em 2 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/isl27_09/2016_03_10_sc_isl.pdf>.

COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF COMMISSION ON THE LIMITS OF THE CONTINENTAL SHELF - *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in Regard to the Submission made by Argentina on 21 April 2009*, 11 março 2016, [Em linha] [Consultado em 2 dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/arg25_09/2016_03_11_COM_SUMREC_ARG.pdf>.

NOTAS VERBAIS

Note Verbale SC/02/084, Japan - [Note Verbale Japan], 25 fevereiro 2002, [Em linha] [Consultado em 25 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01/CLCS_01_2001_LOS_JPNtext.pdf>.

Note Verbale CMI/2/2009, China - [Note Verbale China], 6 fevereiro 2009, [Em linha] [Consultado em 26 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/jpn08/chn_6feb09_e.pdf>.

Note Verbale MUN/046/09, Republic of Korea - [Note Verbale Korea], 27 fevereiro 2009, [Em linha] [Consultado em 30 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/jpn08/kor11aug11.pdf>.

Note Verbale CML/17/2009, China - [Note Verbale China], 7 maio 2009, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/mysvnm33_09/chn_2009re_mys_vnm_e.pdf>.

Note Verbale CML/18/2009, China - [Note Verbale China], 7 maio 2009, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/vnm37_09/chn_2009re_vnm.pdf>.

Note Verbale No/NV/188/09 - [Note verbale Morocco], 16 maio 2009, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/prt44_09/mar_re_prt2009e.pdf>.

Note Verbale FNY09050022/97.B.512, Iceland - [Note Verbale Iceland], 27 maio 2009, [Em linha] [Consultado em 26 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/gbr09/isl_re_gbr_clcs19_2009e.pdf>.

Note Verbale FNY09050023/97.B.512, Iceland - [Note Verbale Iceland], 27 maio 2009, [Em linha] [Consultado em 26 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/irl09/isl_re_irl_clcs20_2009e.pdf>.

NOTAS VERBAIS

- Note Verbale N° 119.N.8, Denmark* - [Note Verbale Denmark], 27 maio 2009, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/irl09/dnk_re_irl_clcs20_2009.pdf>.
- Note Verbale ONU/2009/134, Portugal* - [Note Verbale Portugal], 28 maio 2009, [Em linha] [Consultado em 26 jan. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/esp47_09/prt_re_esp2009.pdf>.
- Note Verbale N° 381 AV/ot, Spain* - [Note Verbale Spain], 10 junho 2009, [Em linha] [Consultado em 23 jan. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/prt44_09/esp_re_prt2009_2e.pdf>.
- Note Verbale SC/09/248, Japan* - [Note Verbale Japan], 23 julho 2009, [Em linha] [Consultado em 26 out. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/preliminary/jpn_re_kor2009e.pdf>.
- Note Verbale N° PMBNY-UNCLOS/2009, Bangladesh* - [Note Verbale Bangladesh], 23 julho 2009, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/mmr08/clcs16_2008_mmr_bgd_e.pdf>.
- Note Verbale N° 7/003, Angola* - [Note Verbale Angola], 31 julho 2009, [Em linha] [Consultado em 26 jan. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/preliminary/ago_re_cod_2009e.pdf>.
- Note Verbale N° 000820, Philippines* - [Note Verbale Phillipines], 4 agosto 2009, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/plw41_09/clcs_41_2009_los_phl.pdf>.
- Note Verbale N° 273/12, United Kingdom* - [Note Verbale United Kingdom], 6 agosto 2009, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/arg25_09/gbr_re_arg_2009_2.pdf>.
- Note Verbale N° 84/09, United Kingdom* - [Note Verbale United Kingdom], 6 agosto 2009, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/arg25_09/clcs_45_2009_los_gbr.pdf>.
- Note Verbale 5223/25220/221/686 Sultanate of Oman* - [Note Verbale Oman], 7 agosto 2009, [Em linha] [Consultado em 30 jan. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/pak29_09/omn_re_pak_2009.pdf>.
- Note Verbale N.U. N° 290/09/600, Argentina* - [Note Verbale Argentina], 20 agosto 2009, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/gbr45_09/arg_re_gbr_clcs_2009e.pdf>.
- Note Verbale 0666, Canada* - [Note Verbale Canada], 9 novembro 2009, [Em linha] [Consultado em 26 jan. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/preliminary/can_re_fra_2009_e.pdf>.

NOTAS VERBAIS

- Note Verbale 090/C-1/10, Equatorial Guinea* - [Note Verbale Equatorial Guinea], 22 dezembro 2009, [Em linha] [Consultado em 26 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/preliminary/gnq_re_cmr2009en.pdf>.
- Note Verbale 607.10, Spain* - [Note verbale Spain], 25 março 2010, [Em linha] [Consultado em 26 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/prt44_09/esp_re_prt2009e.pdf>.
- Note Verbale N° 119.N.8, Denmark* - [Note verbale Denmark], 2 dezembro 2010, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/irl09/dnk_re_irl_clcs20_2010.pdf>.
- Note Verbale CML/59/2011, China* - [Note Verbale China], 3 agosto 2011, [Em linha] [Consultado em 26 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/jpn08/chn_3aug11_e.pdf>.
- Note Verbale MUN/230/11, Republic of Korea* - [Note Verbale Korea], 11 agosto 2011, [Em linha] [Consultado em 30 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/jpn08/kor11aug11.pdf>.
- Note Verbale UTN11040015/97.B.512, Iceland* - [Note Verbale Iceland], 4 novembro 2011, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/dnk54_10/isl_5apr11.pdf>.
- Note Verbale 1384.12, Venezuela* - [Note Verbale Venezuela], 9 março 2012, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/guy57_11/clcs57_2011_ven_e.pdf>.
- Note Verbale, s/n Angola* - [Note Verbale Angola], 7 junho 2012, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/gab60_12/clcs60_2012_ang.pdf>.
- Note Verbale SC/12/372, Japan* - [Note Verbale Japan], 28 dezembro 2012, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/chn63_12/jpn_re_chn_28_12_2012.pdf>.
- Note Verbale SC/13/019, Japan* - [Note Verbale Japan], 11 janeiro 2013, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/kor65_12/jpn_re_kor_11_01_2013.pdf>.
- Note Verbale N° 186 FP/ot, Spain* - [Note Verbale Spain], 5 julho 2013, [Em linha] [Consultado em 26 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/prt44_09/esp_re_prt2013e.pdf>.
- Note Verbale ONU/2013, 153, Portugal* - [Note Verbale Portugal], 6 setembro 2013, [Em linha] [Consultado em 26 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/prt44_09/prt_re_esp_2013_09_06_13_14_21_886.pdf>.
- Note Verbale 00402/MPRG/NY-14, Gabon* - [Note Verbale Gabon], 30 maio 2014, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/ago69_2013/gab_re_ago_2014_05_30.pdf>.

NOTAS VERBAIS

- Note Verbale 130/093/2014, Democratic Republic of Congo* - [Note Verbale Democratic Republic of Congo], 11 abril 2014, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/ago69_2013/1430662E.pdf>.
- Note Verbale N° 141/15, Kenya* - [Note Verbale Kenya], 4 maio 2014, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/som74_14/2015_05_04_KEN_NV_UN_001_15-00356.pdf>.
- Note Verbale N° 894, Canada* - [Note Verbale Canada], 3 setembro 2014, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/fra72_14/2014_09_03_can_nv_un_001.pdf>.
- Note Verbale 5223/25220/2212/290 Sultanate of Oman* - [Note Verbale Oman], 10 novembro 2014, [Em linha] [Consultado em 30 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/pak29_09/2014_11_10_OMN_NV_UN_002.pdf>.
- Note Verbale ROY/096/SANAA/12.14, Yemen* - [Note Verbale Yemen], 10 dezembro 2014, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/som74_14/2014_12_10_YEM_NV_UN_001_14.pdf>.
- Note Verbale ONU/2015/59, Portugal* - [Note Verbale Portugal], 1 abril 2015, [Consultado em 26 jan. 2016].
- Note Verbale N° 064 MPbcm, Spain* - [Note Verbale Spain], 7 abril 2015, [Em linha] [Consultado em 26 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/esp77_14/prt_re_esp77_en.pdf>.
- Note Verbale 1513044E* - [Note Verbale Morocco], 29 julho 2015, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/prt44_09/1513044E.pdf>.
- Note Verbale 132.61/RDCONU/AI/597/2015, Republic of Congo* - [Note Verbale Republic of Congo], 7 outubro 2015, [Em linha] [Consultado em 24 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/ago69_2013/cod_re_ago_oct_2015e.pdf>.

LEGISLAÇÃO NACIONAL E ESTRANGEIRA E DOCUMENTOS PUBLICADOS NOS JORNAIS OFICIAIS

- ASAMBLEA LEGISLATIVA. Decreto-Ley N° 116 de 27 de julio de 1948 - **Reforma Soberanía en Zócalo Continental y Mar Epicontinental**. [Em linha] Disponível em WWW:<URL:Decreto-Ley N° 116 de 27 de julio de 1948>
- BOLETÍN OFICIAL DEL ESTADO. Ley 10/1977, de 4 de enero - **Mar territorial**. [Em linha] [Consultado em 4 dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.boe.es/boe/dias/1977/01/08/pdfs/A00373-00374.pdf>>
- BOLETÍN OFICIAL DEL ESTADO. Ley 15/1978, de 20 de febrero - **Zona económica**. [Em linha] [Consultado em 4 dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.boe.es/boe/dias/1978/02/23/pdfs/A04395-04396.pdf>>

LEGISLAÇÃO NACIONAL E ESTRANGEIRA E DOCUMENTOS PUBLICADOS NOS JORNAIS OFICIAIS

- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto n.º 28.840, de 8 de Novembro de 1950 - **Declara integrada ao território nacional a plataforma submarina, na parte correspondente a esse território e dá outras providências.** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-28840-8-novembro-1950-329258-publicacaooriginal-1-pe.html>>
- Decreto n.º 14.708/46, de 11 de outubro - **Soberanía de la Nación sobre el Mar Epicontinental y el Zócalo Continental.** - [Em linha] [Consultado em 25 fev. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://editguardacostaspna.org.ar/archivos/espacios-maritimos/DECRETO_138644_1470846.pdf>
- DIÁRIO DA REPÚBLICA. Decreto-Lei n.º 44490/63, de 3 de agosto - **Aprova, para ratificação, a Convenção sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua, a Convenção sobre o Alto Mar, a Convenção sobre a Pesca e a Conservação dos Recursos Biológicos do Alto Mar, a Convenção sobre a Plataforma Continental e o Protocolo de Assinatura Facultativa relativo à Regularização Obrigatória das Divergências.** [Em linha], atual. de agosto. 1963. [Consultado em 8 dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/163963>>
- DIÁRIO DA REPÚBLICA. Aviso 81/98 - **Depósito do instrumento de ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de Dezembro de 1982, e do Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da Convenção, adoptado em 28 de Julho de 1994.** [Em linha], atual. de abril de. 1998. [Consultado em 21 jun. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/175646>>.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA. Decreto Legislativo Regional n.º 13/2016/A, 19 de julho - **Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores.** [Em linha] [Consultado em 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/74966754>>
- DIÁRIO DA REPÚBLICA. Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro - **Estabelece a estrutura, órgãos, competências e objectivos do Parque Marinho dos Açores, que integra as seguintes reservas naturais e áreas marinhas protegidas: a Reserva Natural Marinha do Banco D.João de Castro, a Reserva Natural Marinha do Campo Hidrotermal Menz Gwen, a Reserva Natural Marinha do Campo Hidrotermal Lucky Strike e a Reserva Natural Marinha do Monte Submarino Sedlo; a Área Marinha Protegida Oceânica do Corvo, a Área Marinha Protegida Oceânica do Faial, a Área Marinha Protegida do Banco D. João de Castro, a Área Marinha Protegida do Campo Hidrotermal Rainbow, a Área Marinha Protegida do Monte Submarino Altair, a Área de Marinha Protegida do Monte Submarino Antialtair, e a Área Marinha Protegida do MARNA.** [Em linha] [Consultado em 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/146353>>
- DIÁRIO DA REPÚBLICA. Decreto n.º 773/74, de 31 de dezembro - **Aprova, para adesão, o Tratado Proibindo a Instalação das Armas Nucleares e de Outras Armas de Destruição Maciça no Fundo dos Mares e dos Oceanos assim como no Seu Subsolo.** [Em linha] [Consultado em 22 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/236176>>
- DIÁRIO DA REPÚBLICA. Decreto-Lei n.º 119/78, de 1 de junho - **Define zona económica e fixa os seus limites geográficos.** [Em linha] [Consultado em 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/294650>>
- DIÁRIO DA REPÚBLICA. Lei n.º 2080/56, de 21 de março - **Promulga as bases do regime jurídico do solo e subsolo dos planaltos continentais.** [Em linha] [Consultado em 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/306283>>
- DIÁRIO DA REPÚBLICA. Lei n.º 34/2006, de 28 de julho - **Determina a extensão das zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional e os poderes que o Estado Português nelas exerce, bem como os poderes exercidos no alto mar.** [Em linha] [Consultado em 25 jan. 2016] Disponível em WWW:<URL:dre.pt/application/file/a/539336>

BIBLIOGRAFIA

LEGISLAÇÃO NACIONAL E ESTRANGEIRA E DOCUMENTOS PUBLICADOS NOS JORNAIS OFICIAIS

- DIÁRIO DA REPÚBLICA. Lei nº 2130/66, de 22 de agosto - **Promulga as bases sobre jurisdição do mar territorial e a zona contígua**. [Em linha], atual. de agosto. 1966. [Consultado em 8 dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/469501>>
- DIÁRIO DA REPÚBLICA. Decreto-Lei nº 112/2002, de 17 de abril - **Aprova o Plano Nacional da Água**. [Em linha], atual. de abril de. 2002. [Consultado em 8 dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/291736>>
- DIÁRIO DA REPÚBLICA. Decreto-Lei nº 289/2003, de 14 de novembro - **Define os requisitos para a emissão do certificado de operador aéreo e regula os requisitos relativos à exploração de aeronaves civis utilizadas em transporte aéreo comercial**. [Em linha], atual. 14 nov. 2003. [Consultado em 8 dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/446018>>
- DIÁRIO DA REPÚBLICA. Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro - **Aprova a Lei da Água**. [Em linha], atual. de dezembro de. 2005. [Consultado em 8 dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/291736>>
- DIÁRIO DA REPÚBLICA. Resolução da Assembleia da República nº 60-B/97 - **Aprova, para ratificação, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da mesma Convenção**. [Em linha], atual. de outubro de. 1997. [Consultado em 8 dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/a/152861>>

SÍTIOS DA INTERNET

- COMISIÓN PERMANENTE DEL PACÍFICO SUR - **¿Por qué 200 Millas?**. [Em linha] [Consultado em 12 out. 2016]. Disponível em WWW:<URL:www.cpps.int.org/esp/porque200millas.html>
- CONGRESO DE REPÚBLICA - **Soberanía y jurisdicción sobre el mar y el zócalo continental adyacente a sus costas hasta una extensión de 200 millas marítimas**. [Em linha] [Consultado em 4 dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.duna.cl/media/2014/01/hola.pdf>>
- DIVISION FOR OCEAN AFFAIR AND THE LAW OF THE SEA - **Chronological lists of ratifications of, accessions and successions to the Convention and the related Agreements**. [Em linha] [Consultado em 25 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:www.un.org/Depts/los/reference_files/chronological_lists_of_ratifications.htm#The United Nations Convention on the Law of the Sea>
- DIVISION FOR OCEAN AFFAIR AND THE LAW OF THE SEA - **Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) Membership of the Commission from 1997 to 2007**. [Em linha] [Consultado em 24 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_members_1997_2012.htm>.
- DIVISION FOR OCEAN AFFAIR AND THE LAW OF THE SEA - **Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) Members of the Commission**. [Em linha] [Consultado em 24 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_members.htm#Members>.
- DIVISION FOR OCEAN AFFAIR AND THE LAW OF THE SEA - **SUBMISSIONS TO THE CLCS**. [Em linha] [Consultado em 26 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_submissions.htm>.
- DIVISION FOR OCEAN AFFAIR AND THE LAW OF THE SEA - **Trust fund for the purpose of facilitating the preparation of submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf for developing States, in particular the least developed countries and small island developing States, and compliance with article 76 of the United Nations Convention on the Law of the Sea**. [Em linha] [Consultado em 24 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/trust_fund_article76.htm>.

SÍTIOS DA INTERNET

- DIVISION FOR OCEAN AFFAIR AND THE LAW OF THE SEA - **Voluntary fund to enable the participation of the members of the Commission from developing countries in the work of the Commission by meeting their costs of participation (travel expenses and daily subsistence allowance)**. [Em linha] [Consultado em 24 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/voluntary_fund_membersCLCS.htm>.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE - **Statute of the Court | International Court of Justice**. [Em linha] [Consultado em 24 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icj-cij.org/documents/index.php?p1=4&p2=2&p3=0>>.
- INTERNATIONAL LAW COMMISSION - *Report of the International Law Commission - General Assembly Official Records Supplement 10* [A/71/10], 2016, [Em linha] [Consultado em 11 nov. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://legal.un.org/docs/?path=../ilc/reports/2016/english/a_71_10.pdf&lang=EFSRAC>.
- INTERNATIONAL TRIBUNAL FOR THE LAW OF THE SEA - **Agreement Between the International Tribunal for the Law of the Sea and the Federal Republic of Germany**. [Em linha], atual. 14 dez. 2004. [Consultado em 22 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://www.itlos.org/fileadmin/itlos/documents/basic_texts/headquarters_agreement_ofn_eng.pdf>.
- INTERNATIONAL TRIBUNAL FOR THE LAW OF THE SEA - **Agreement on the Privileges and Immunities of the International Tribunal for the Law of the Sea**. [Em linha], atual. 23 mai. 1997. [Consultado em 22 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://www.itlos.org/fileadmin/itlos/documents/basic_texts/agr_priv_imm_en.pdf>.
- JUSTIA US LAW - **Austin v. Department of Motor Vehicles (1988)**. [Em linha], atual. 1988. [Consultado em 24 jul. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://law.justia.com/cases/california/court-of-appeal/3d/203/305.html>>.
- JUSTIA US LAW - **People v. Municipal Court**. [Em linha], atual. 1956. [Consultado em 24 jul. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://law.justia.com/cases/california/court-of-appeal/2d/145/767.html>>.
- LEAGUE OF NATIONS TREATY SERIES - **Treaty relating to the Submarine Areas of the Gulf of Paria. Signed at Caracas, February 26th, 1942**. [Em linha] [Consultado em 3 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/LON/Volume%20205/v205.pdf>>
- NOAA - **ETOPO 1 Global Relief Model**. [Em linha] [Consultado em 8 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.ngdc.noaa.gov/mgg/global/global.html>>
- NOAA - **Total Sediment Thickness of the World's Oceans and Marginal Seas, Version 1**. [Em linha] [Consultado em 8 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.ngdc.noaa.gov/mgg/global/global.html>>
- OPEN STREET MAP - **OpenStreetMapData**. [Em linha] [Consultado em 25 ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://openstreetmapdata.com/info/contact>>.
- THE AMERICAN PRESIDENCY PROJECT - **Proclamation 2667—Policy of the United States With Respect to the Natural Resources of the Subsoil and Sea Bed of the Continental Shelf**. [Em linha] [Consultado em 25 jan. 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=12332>>
- THE AMERICAN PRESIDENCY PROJECT - **Proclamation 2668—Policy of the United States with Respect to Coastal Fisheries in Certain Areas of the High Seas**. [Em linha] [Consultado em 25 jan. 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=12333>>
- UNITED NATIONS TREATY SERIES - **Joint Declaration concerning fishing problems in the South Pacific. Signed at Santiago on 18 August 1952**. [Em linha] [Consultado em 3 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%201006/volume-1006-I-14757-English.pdf>>

ANEXO – FIGURAS

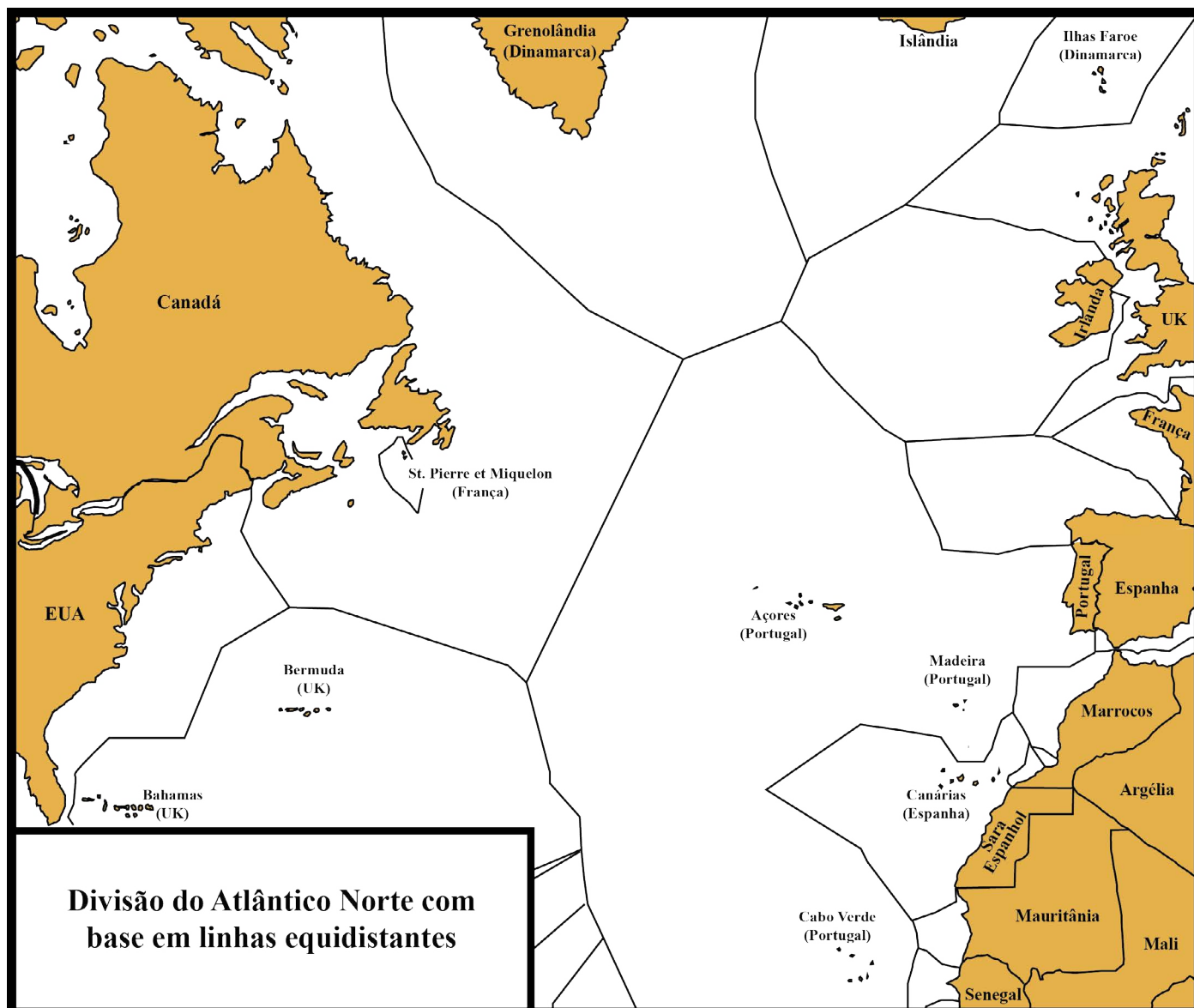


Figura 1 - Representação das linhas de equidistância no Atlântico Norte.
 (Adaptado de Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, petição inicial da República Federal Alemã, Vol. I, 1968, pp. 66-67).

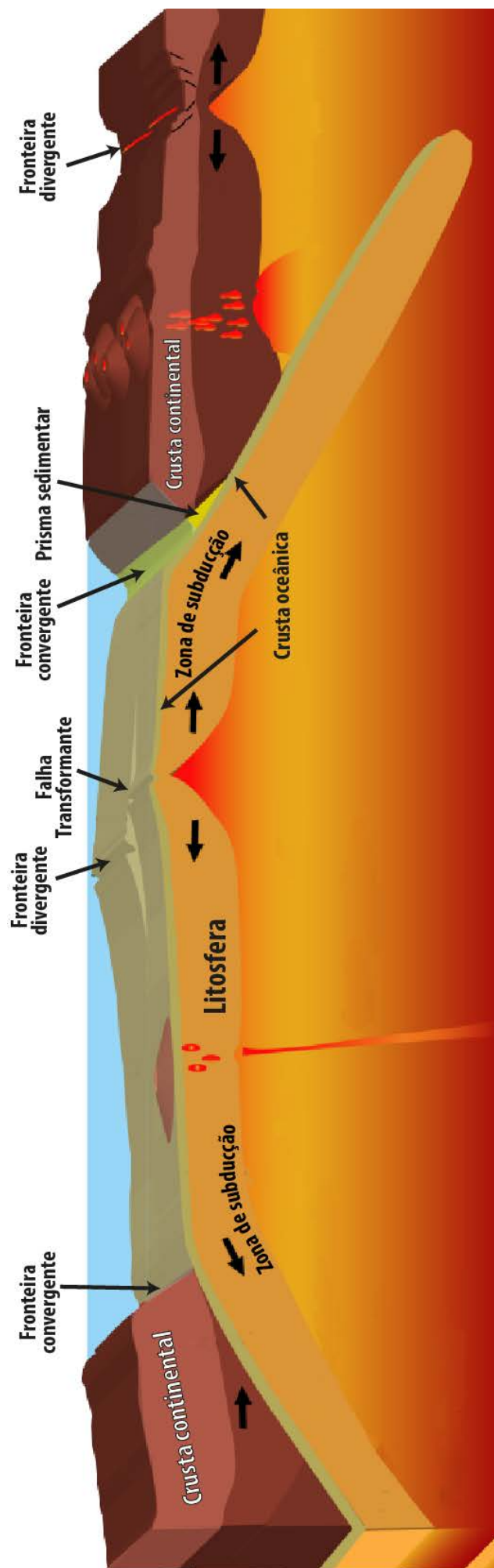


Figura 2 - Estruturas geológicas básicas que compõem a margem continental.

(Adaptado de Manuel P. Abreu et al. – Extensão da Plataforma Continental – Um Projeto de Portugal – Seis Anos de Missão, p. 42).

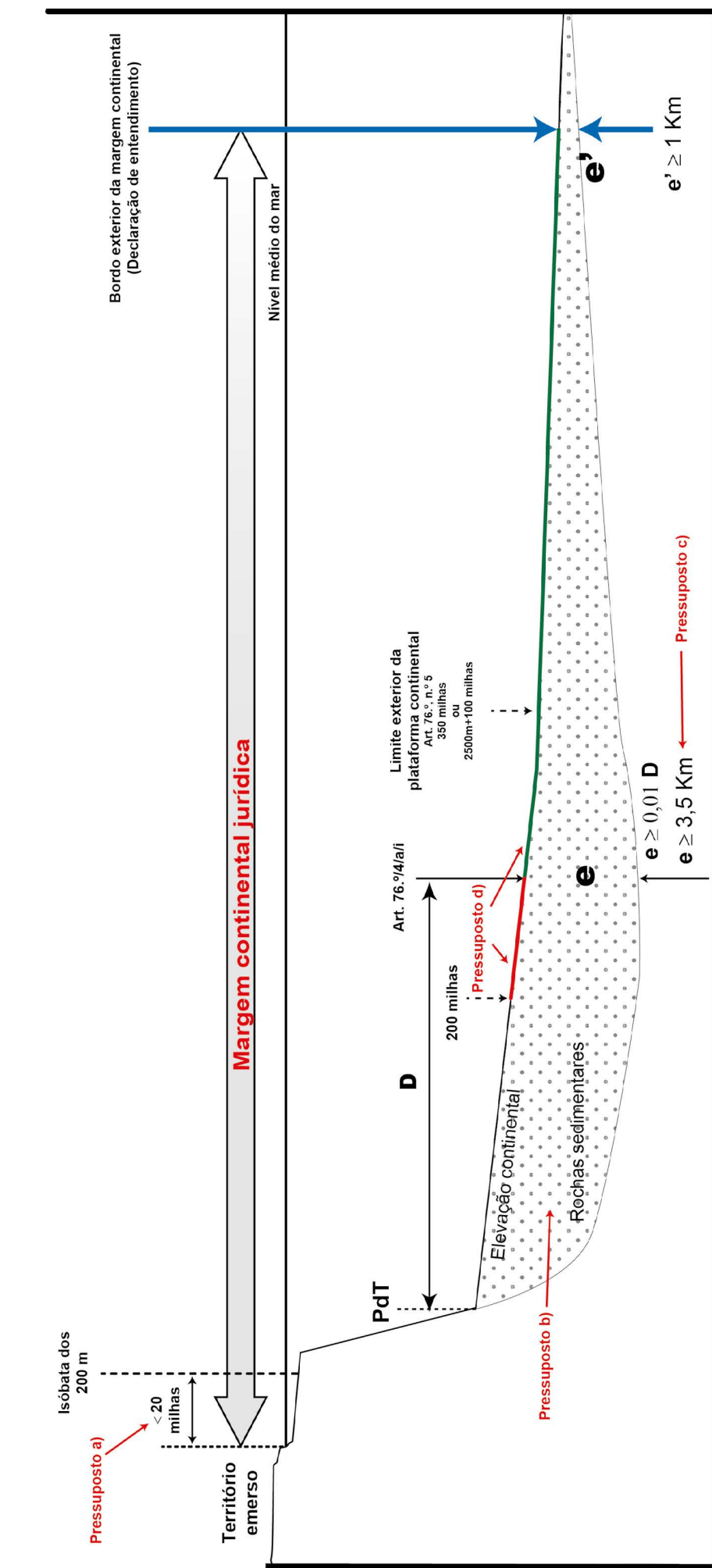


Figura 3 - Pressupostos geológicos para a aplicação da Declaração de Entendimento.

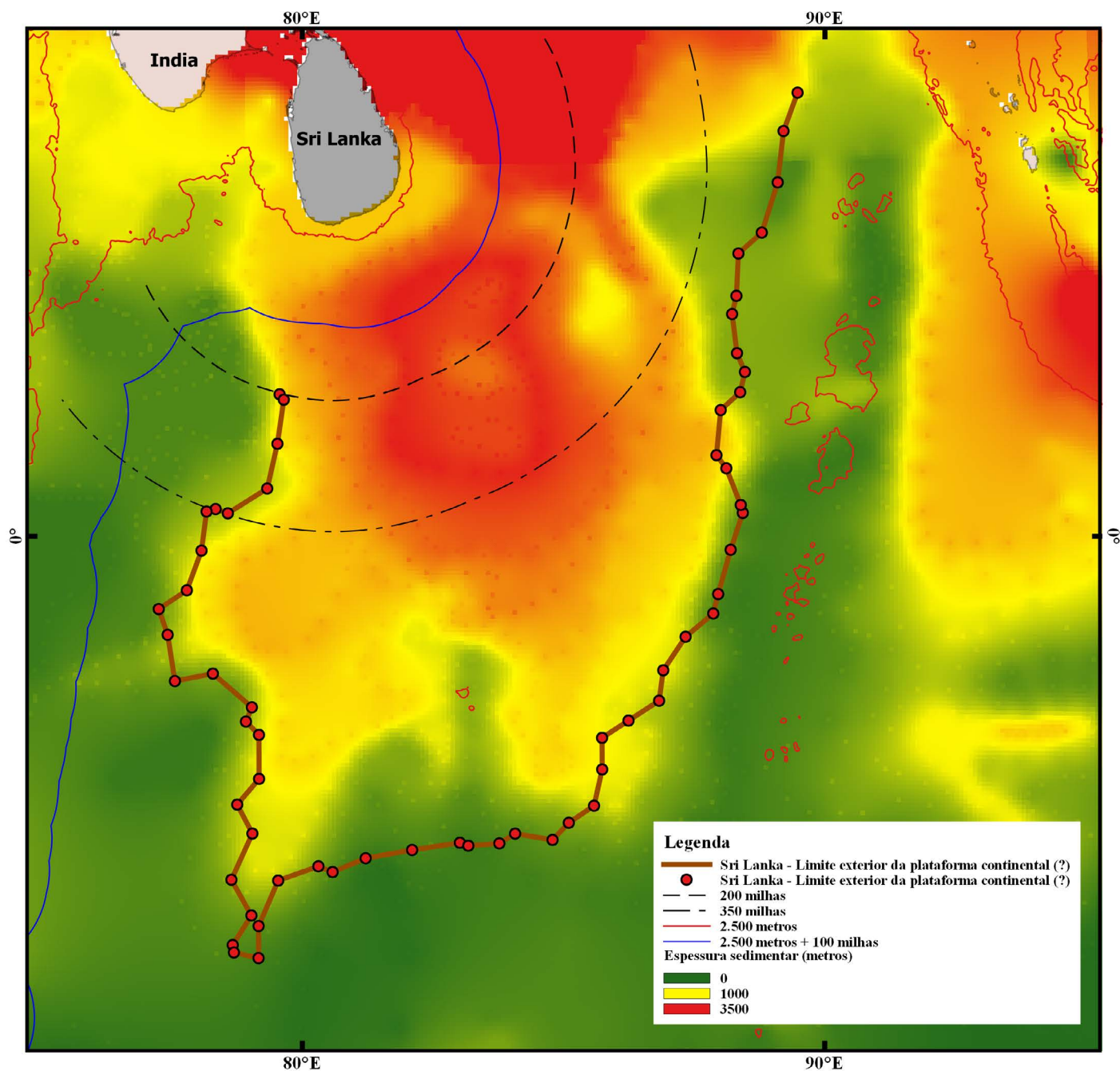


Figura 4 - Limite exterior da plataforma continental do Sri Lanka, assumido no Sumário Executivo deste Estado como sendo igual ao bordo exterior da margem continental, nos termos do Anexo II do Memorando de Entendimento.

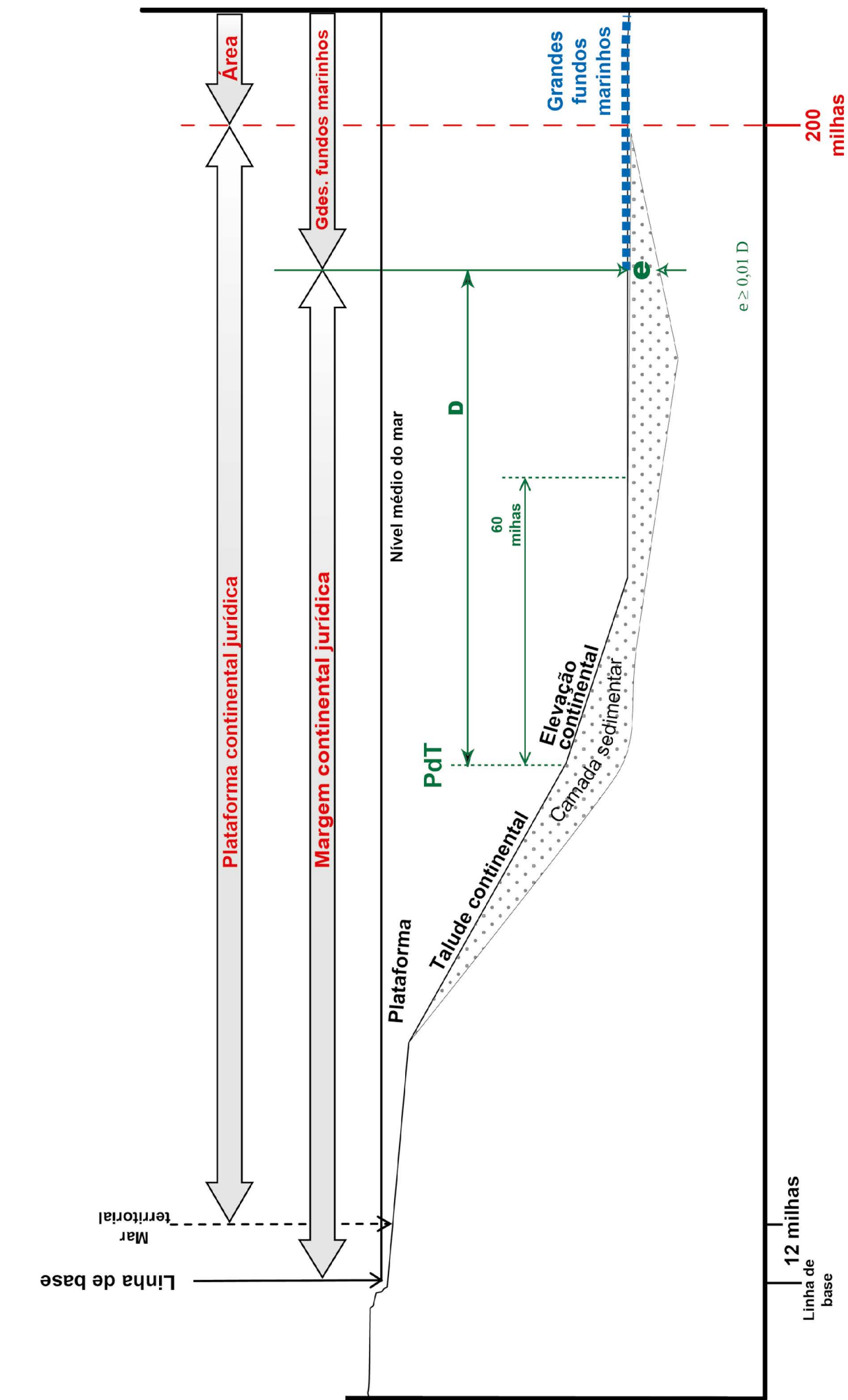


Figura 5 - Representação esquemática da relação entre a plataforma continental e a margem continental numa situação de margem continental curta.

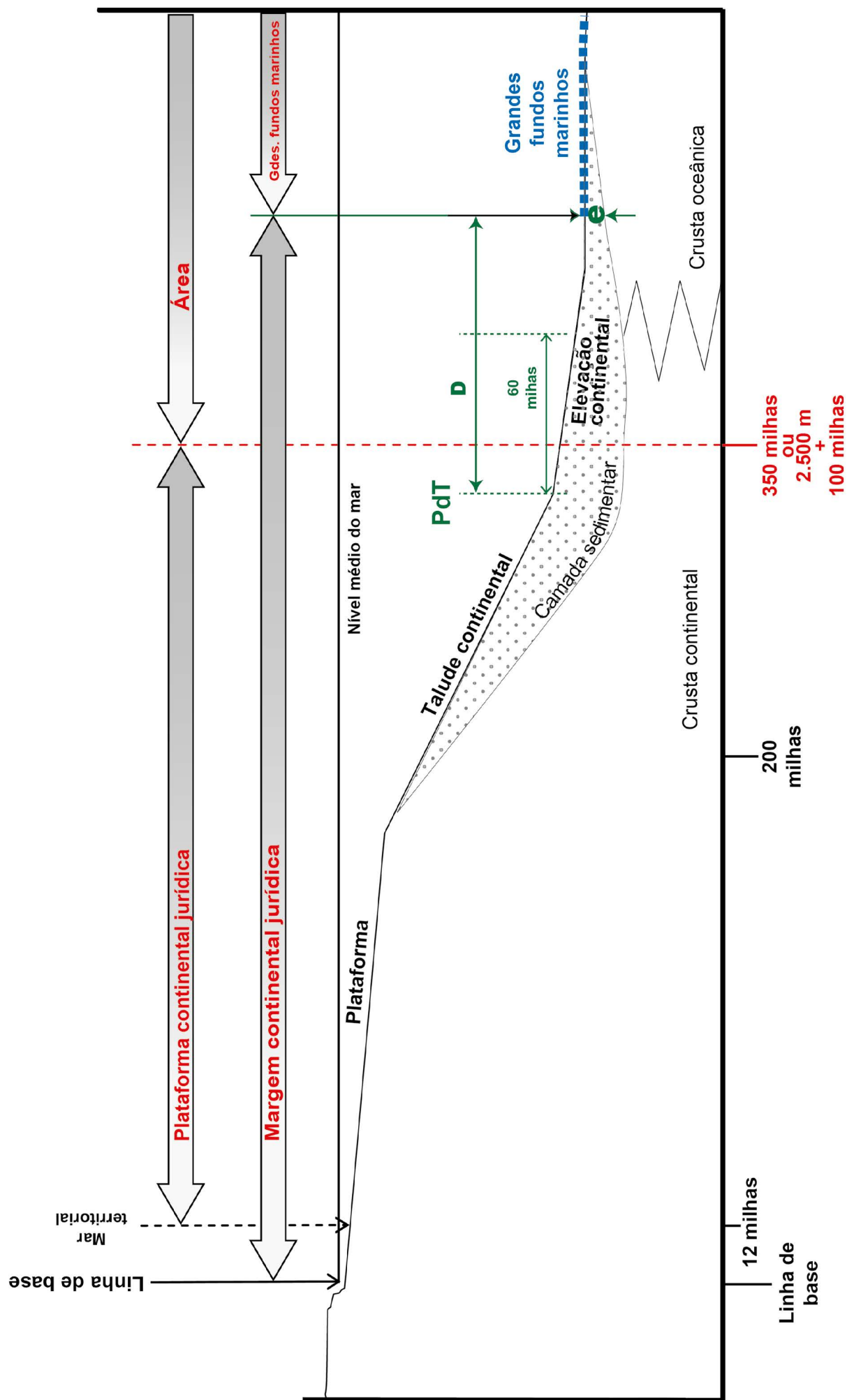
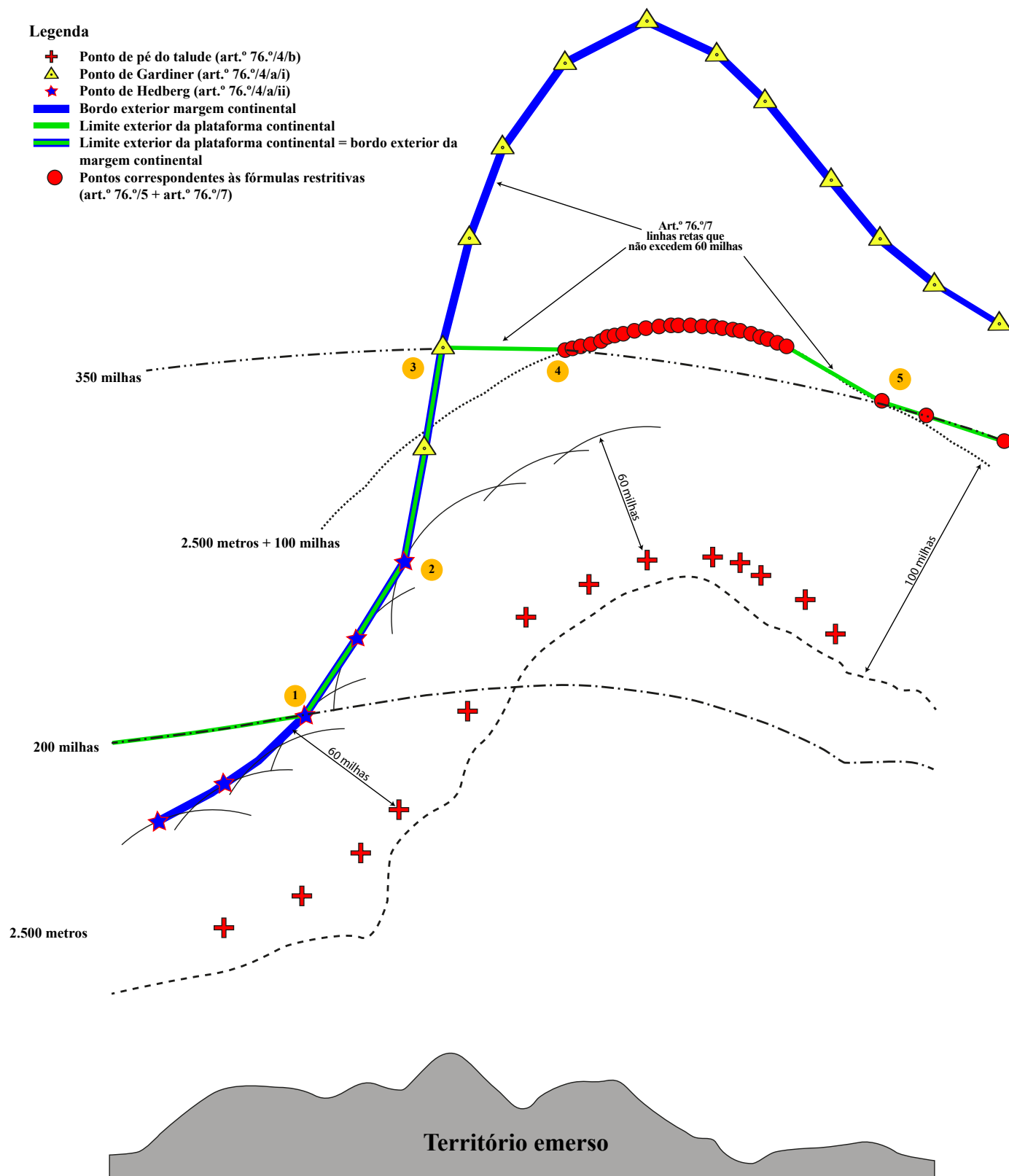


Figura 7 - Relação entre a plataforma continental e a margem continental numa situação de margem continental longa.



**Figura 8 - Exemplo abstrato a representar a combinação das várias fórmula positivas e restritivas.
(Adaptada a partir do TALOS, 2014, Figuras 5.9 a 5.11)**

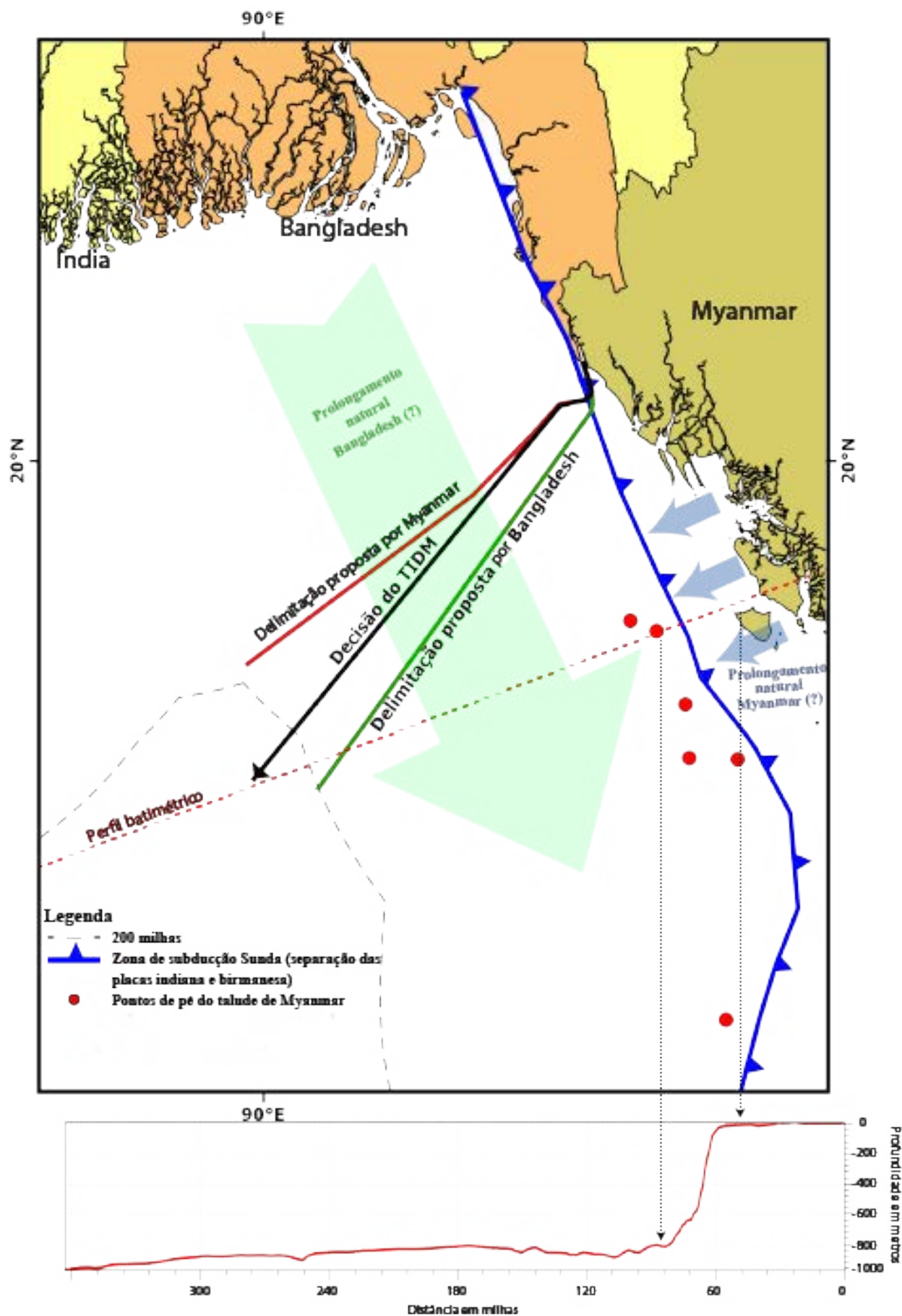


Figura 9 - Caso Bangladesh/Myanmar. Representação gráfica da zona de subducção Sunda e de um perfil batimétrico da região.

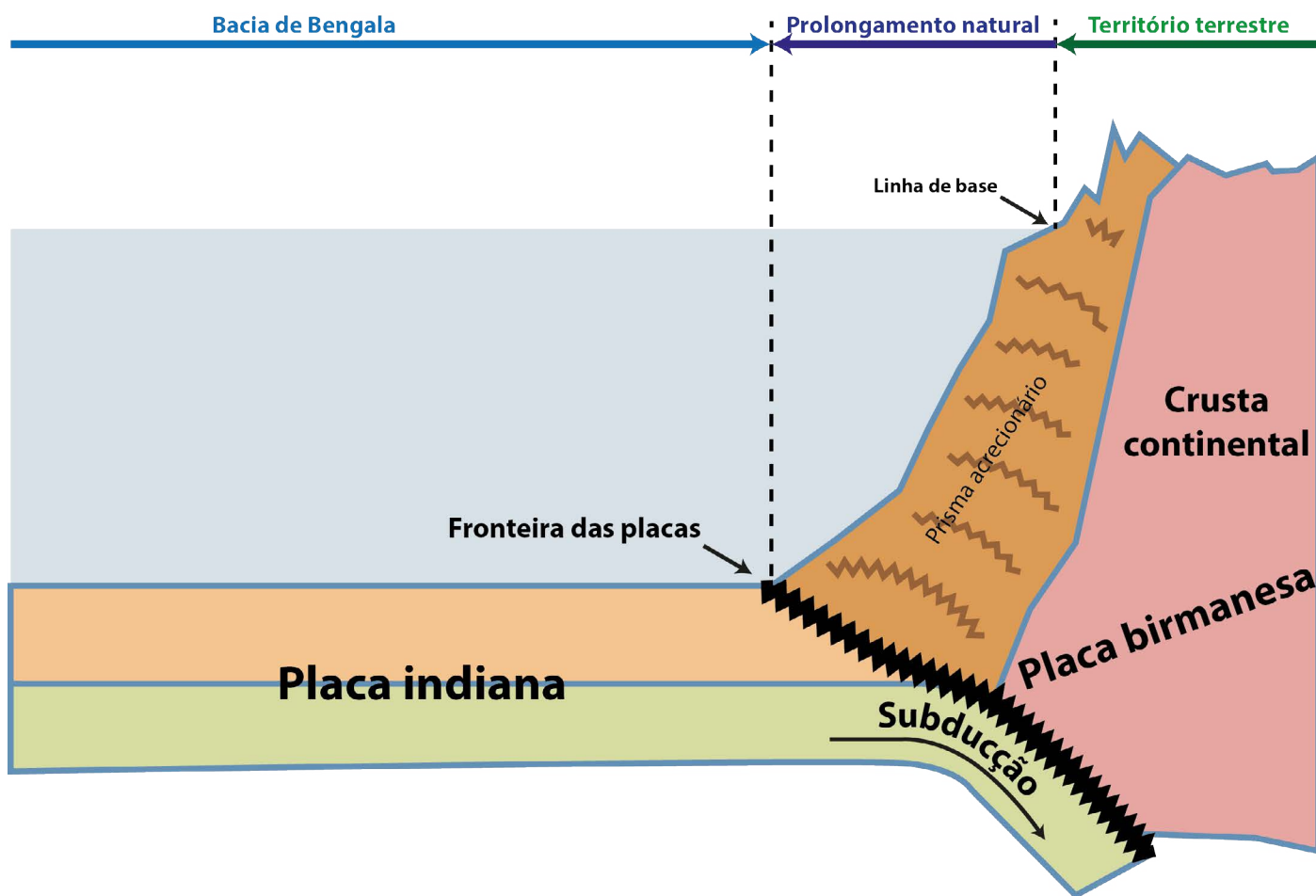


Figura 10 - Representação da zona de subdução de Sunda e das placas tectônicas indiana e birmanesa.
 (Imagem adaptada a partir do Caso Myanmar/Bangladesh, Figura R4.2C da tréplica de Bangladesh, p. 127).

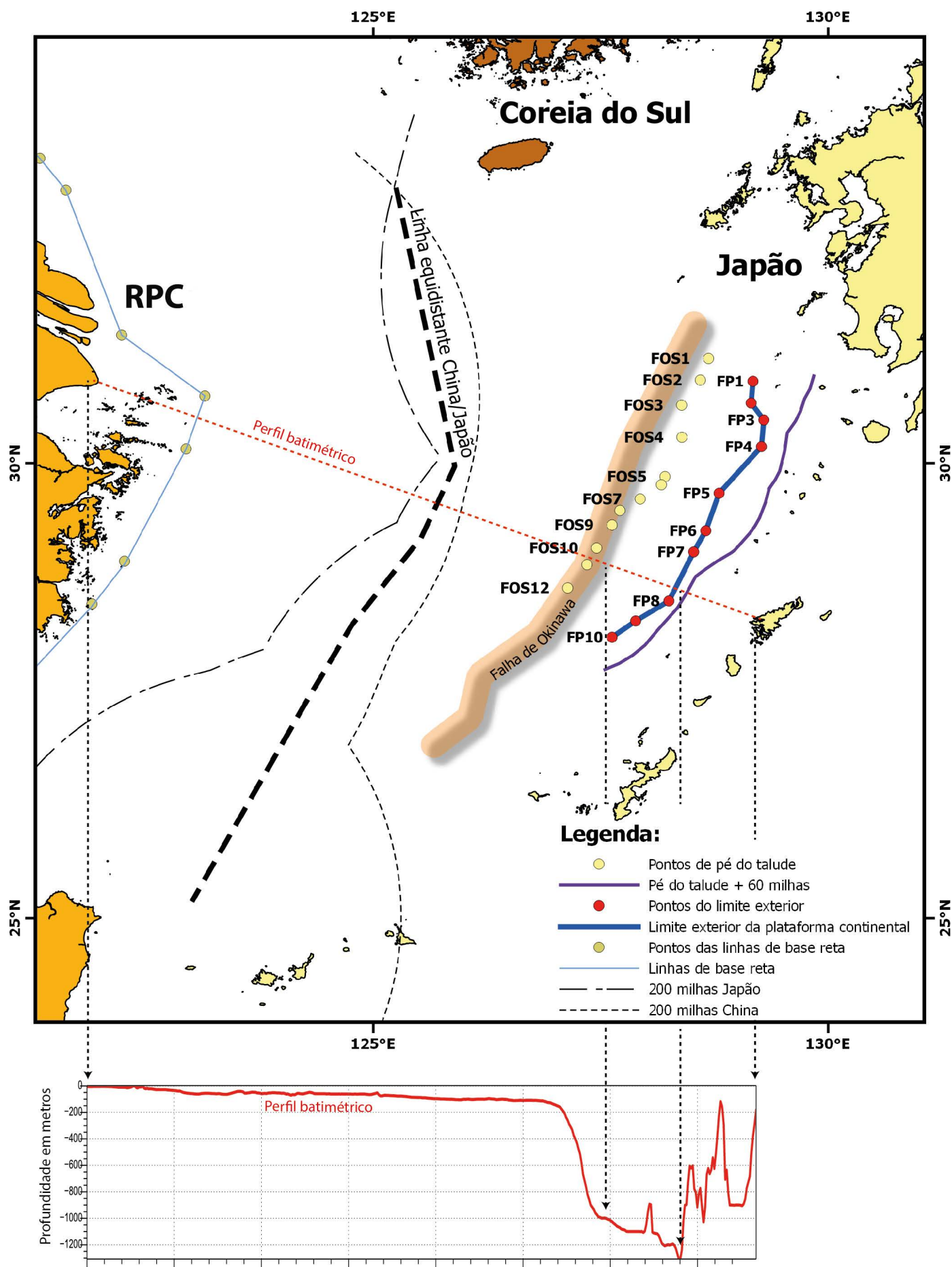


Figura 11 - Proposta de extensão da plataforma continental da RPC, na região do Mar Leste da China.

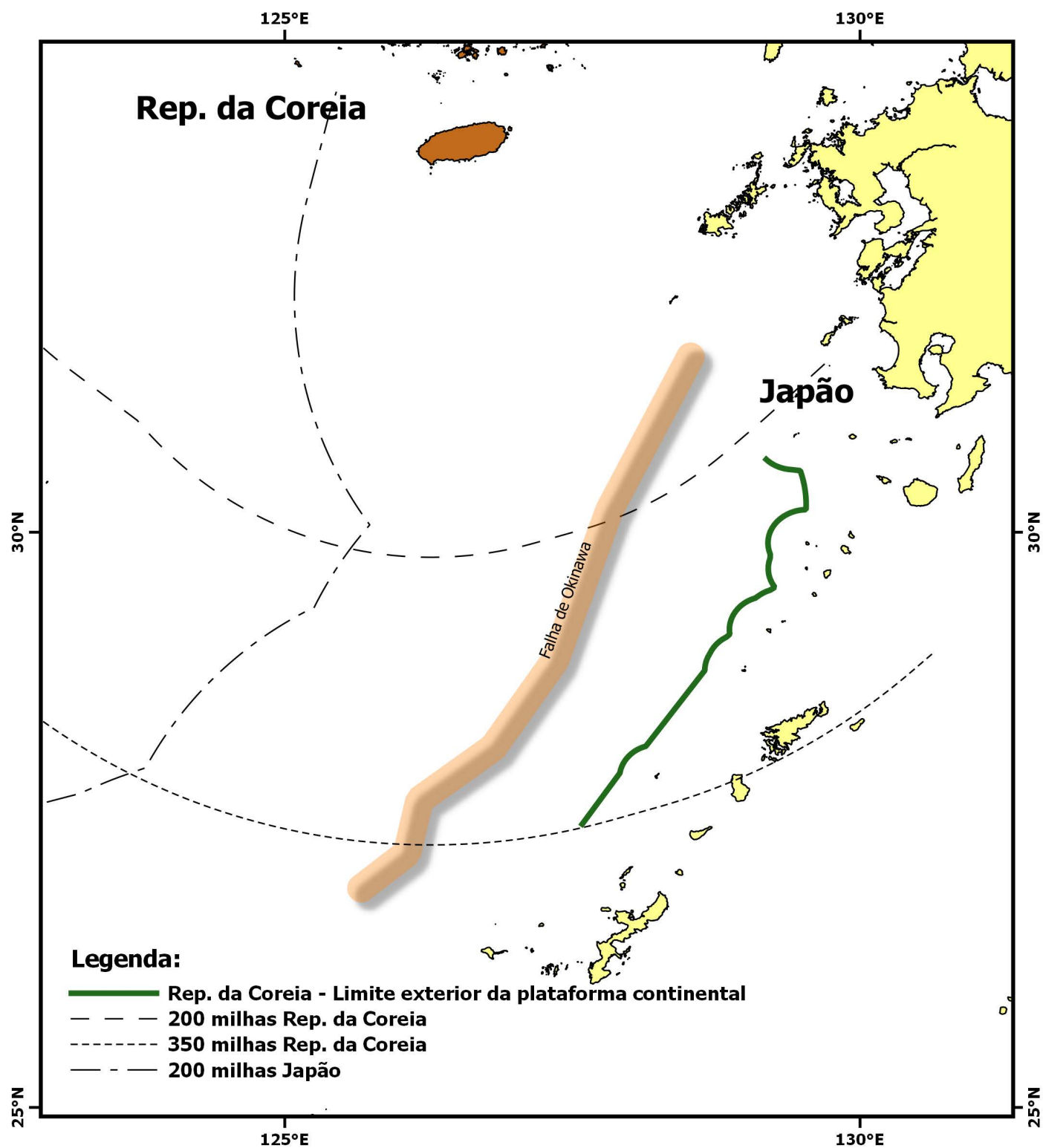


Figura 12 - Proposta de extensão da plataforma continental da República da Coreia, na região do Mar Leste da China.

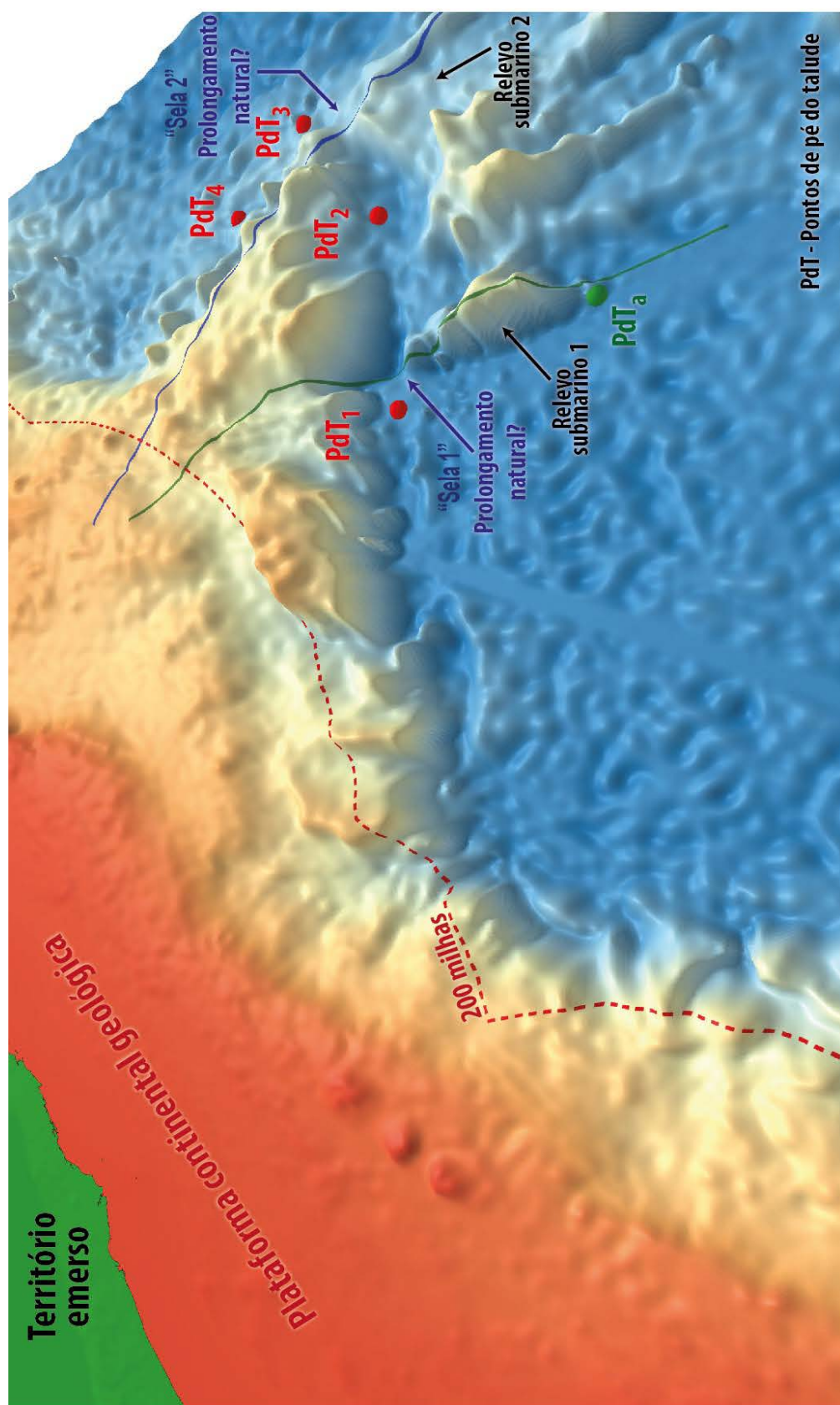


Figura 13 - Representação tridimensional da continuidade morfológica.

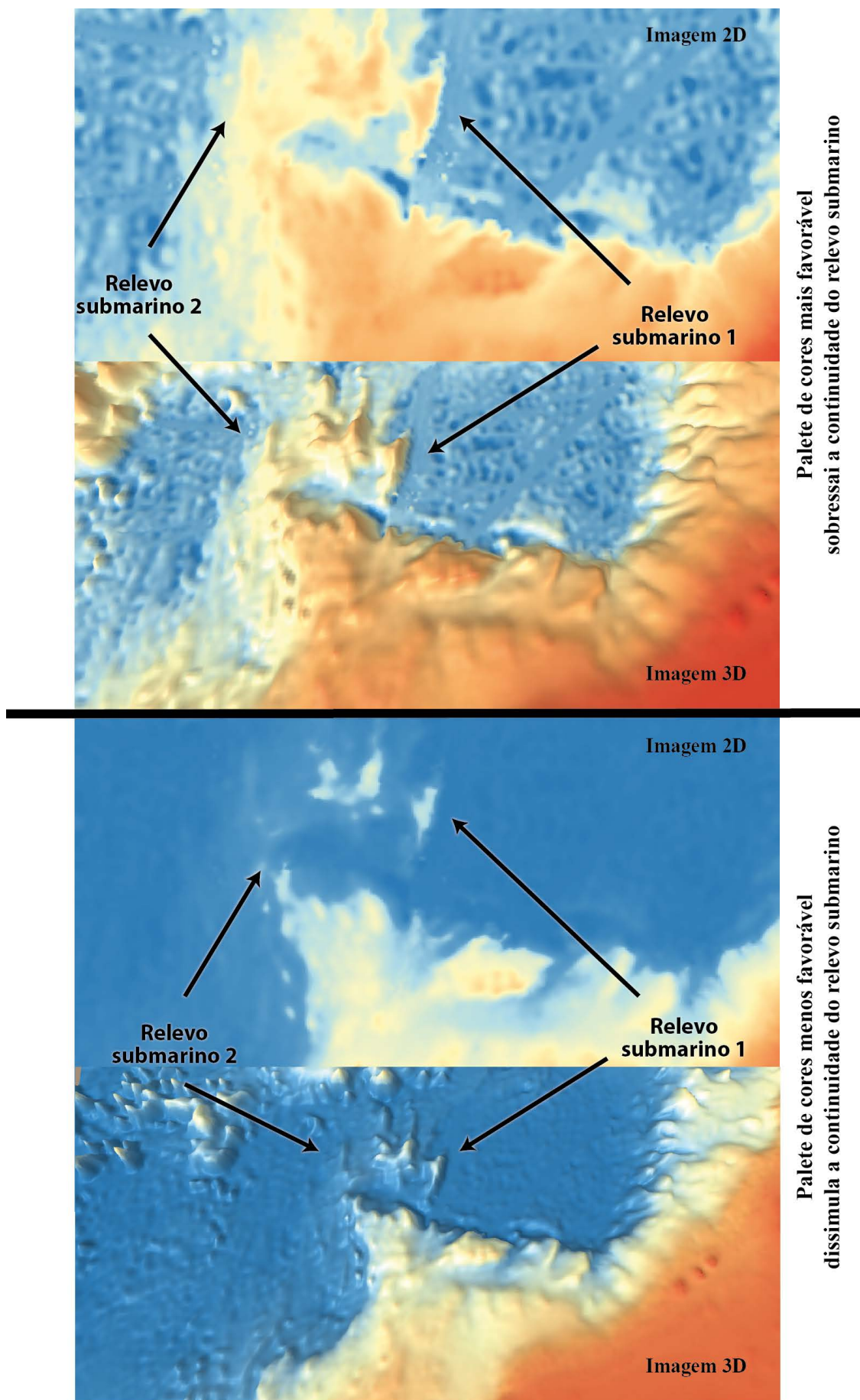


Figura 14 - Representação do mesmo relevo submarino em função da paleta de cores aplicada ao modelo do fundo marinho.

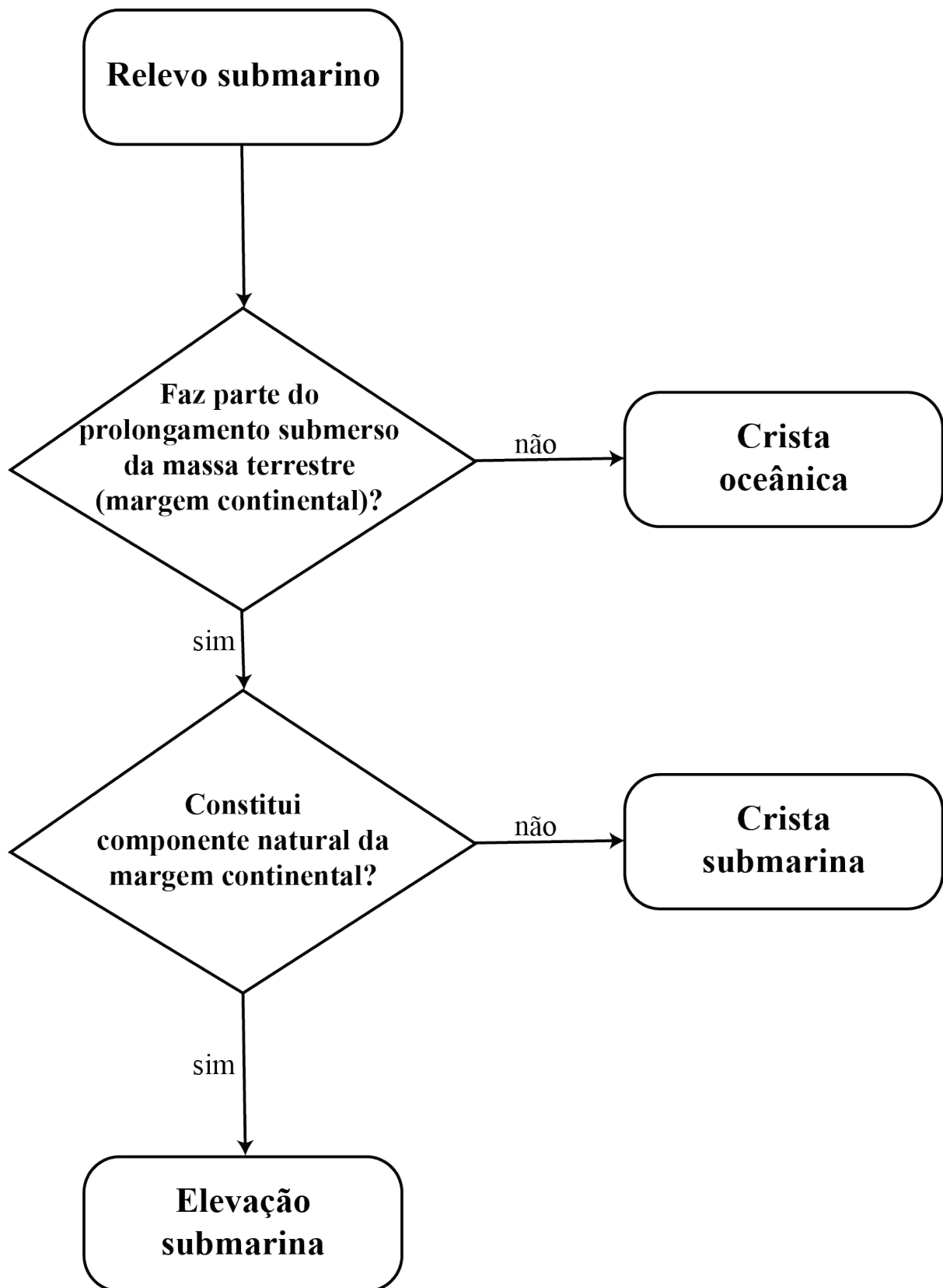


Figura 15 - Diagrama para a classificação do relevo submarino

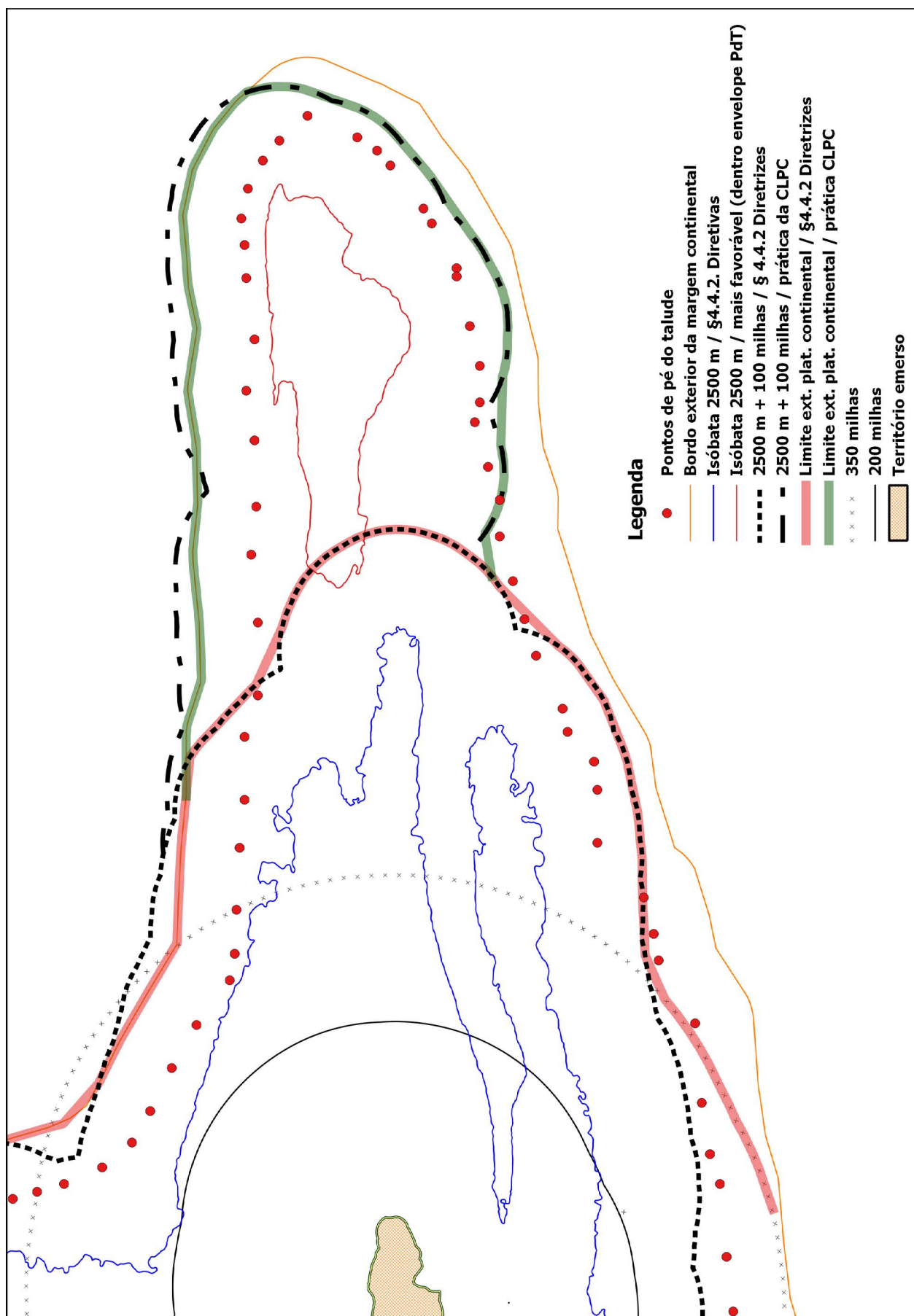


Figura 16 - Efeito da escolha da isóbata dos 2.500 m no limite exterior da plataforma continental.

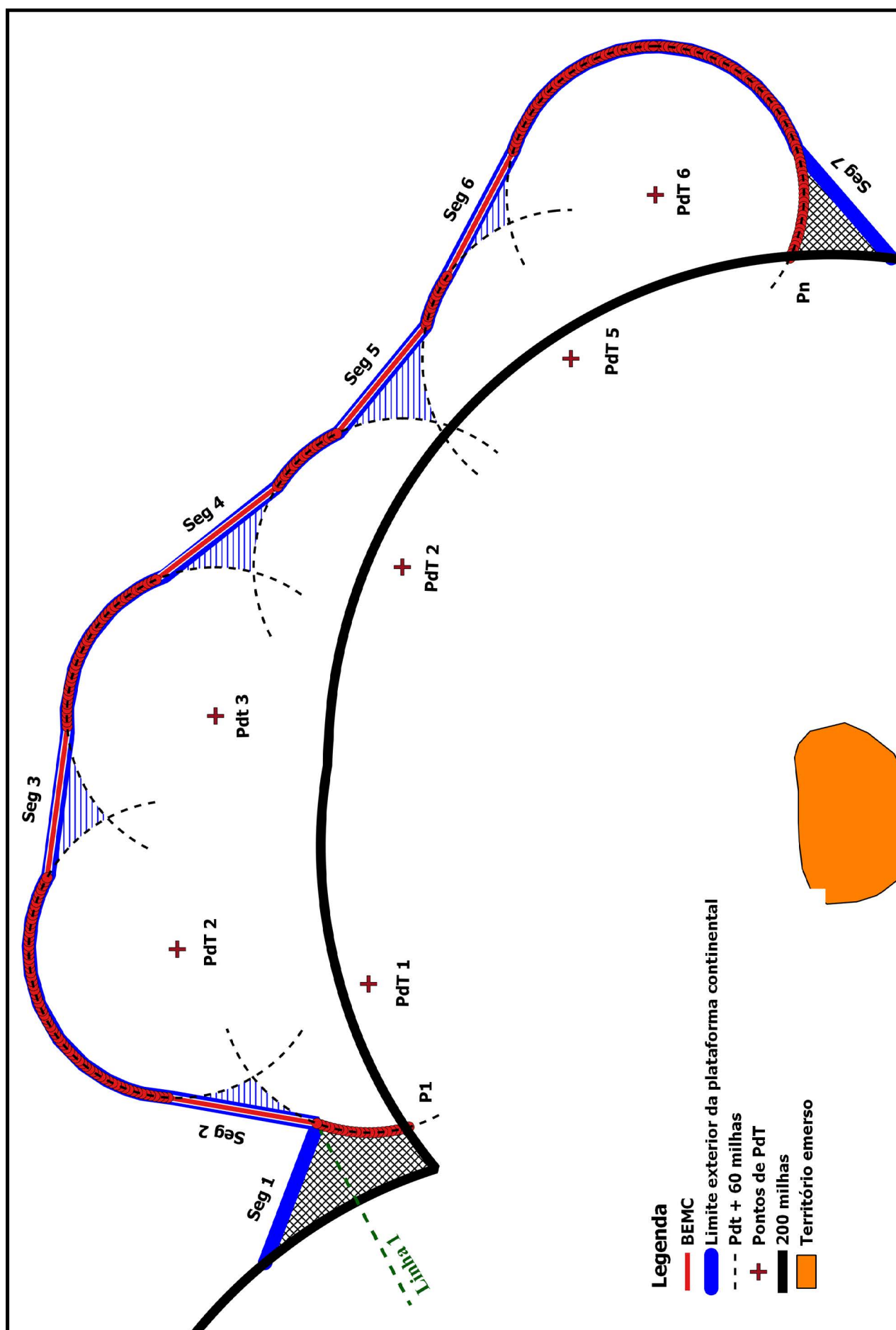


Figura 17 - Esquema ilustrativo das possíveis ligações do limite exterior da plataforma continental à linha das 200 milhas.

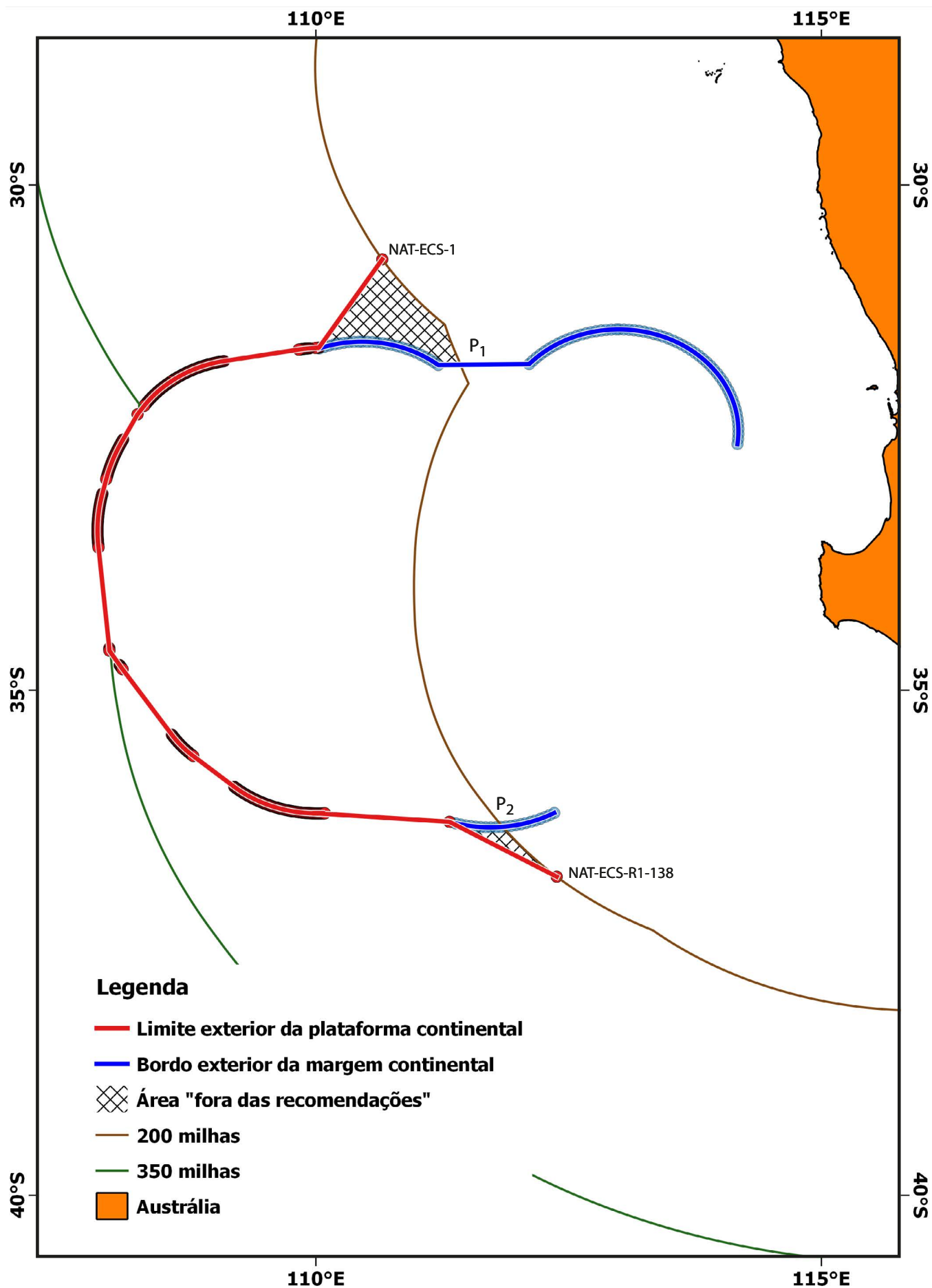


Figura 18 - Representação simplificada da ligação do limite exterior da plataforma continental à linha das 200 milhas na proposta australiana, na região do *Naturalist Plateau*.

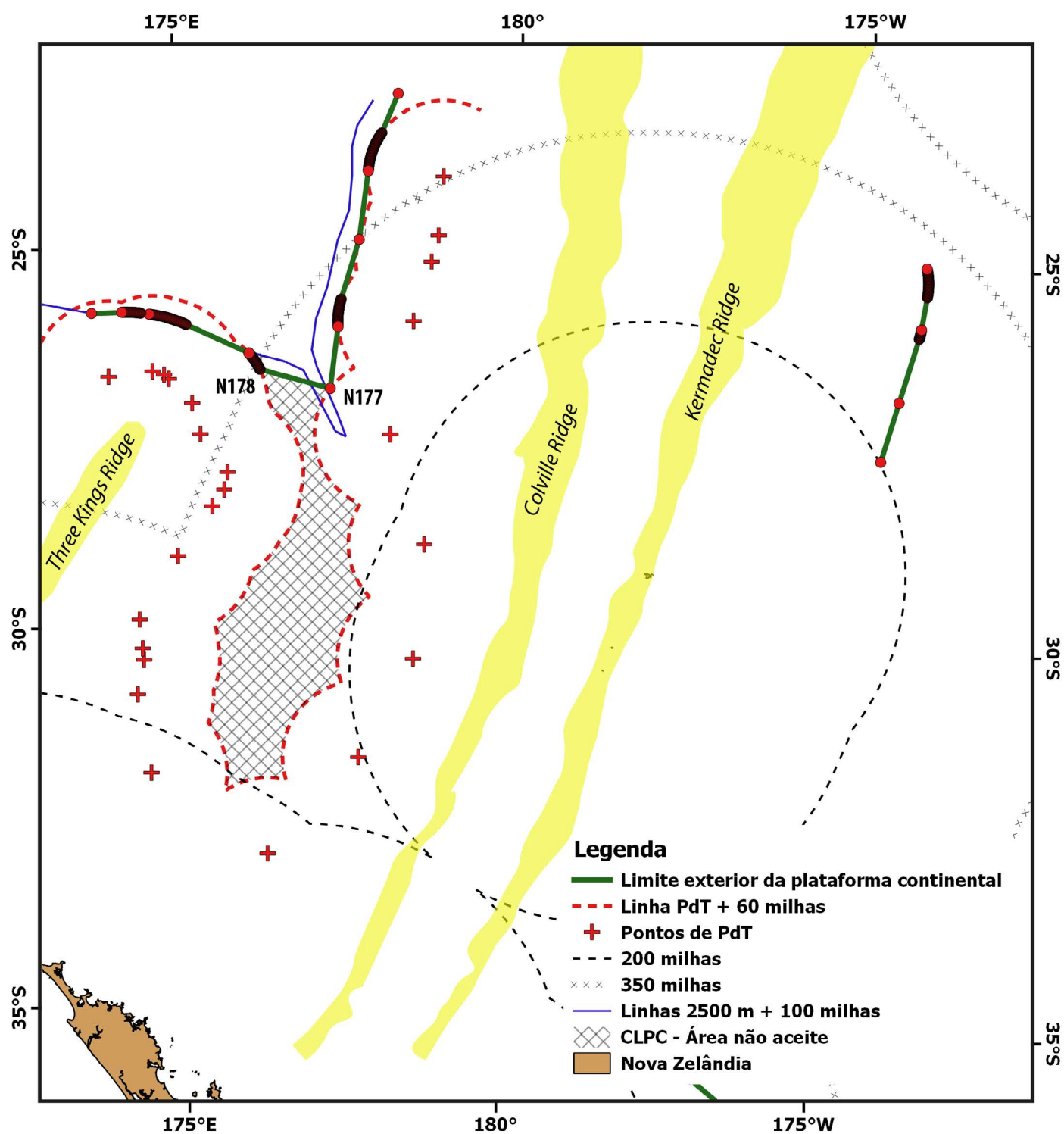


Figura 19 - Limite exterior da plataforma continental da Nova Zelândia, na zona norte entre *Three Kings Ridge* e *Colville Ridge*, com indicação da área “não aceite” pela CLPC.

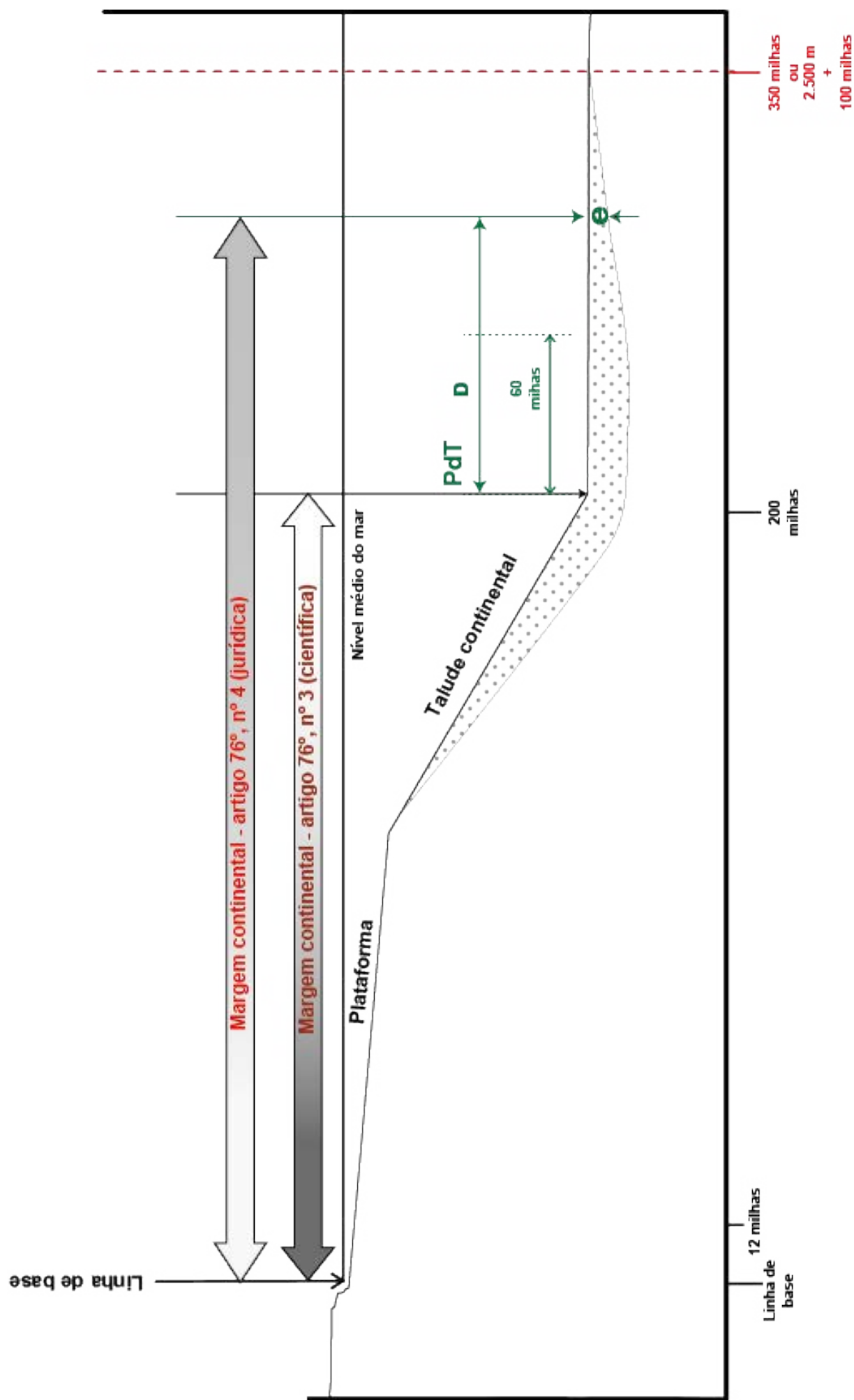


Figura 20 - Representação esquemática da diferença quanto à aplicação dos conceitos jurídico e científico de margem continental, numa situação em que não existe elevação continental.

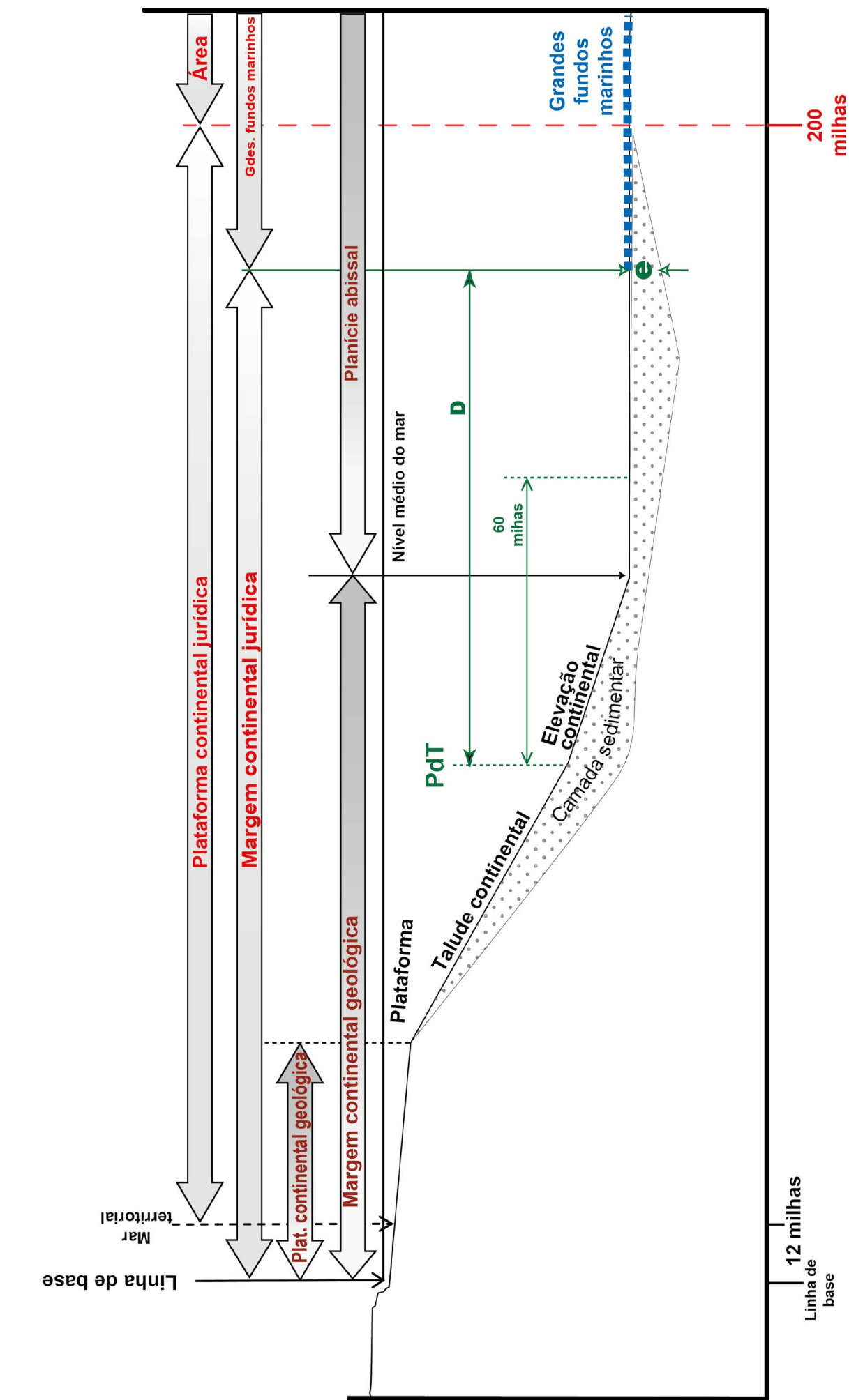


Figura 21 - Representação gráfica de alguns dos conceitos do artigo 76.º numa situação de margem continental curta, revelando as diferenças entre os conceitos jurídicos e geográficos.

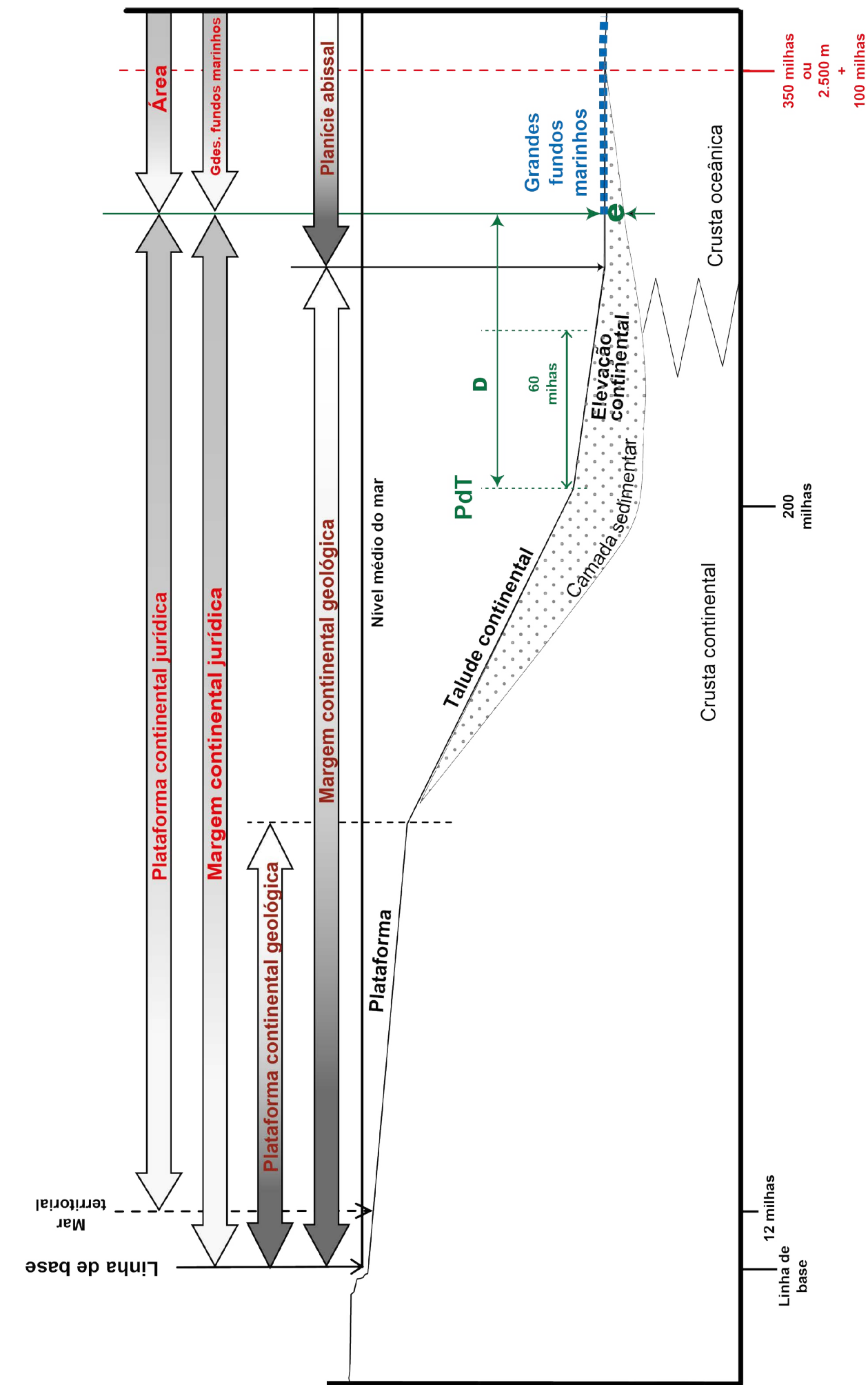


Figura 22 - Representação gráfica de alguns dos conceitos do artigo 76.º numa situação de margem continental normal, revelando as diferenças entre os conceitos jurídicos e geocientíficos.

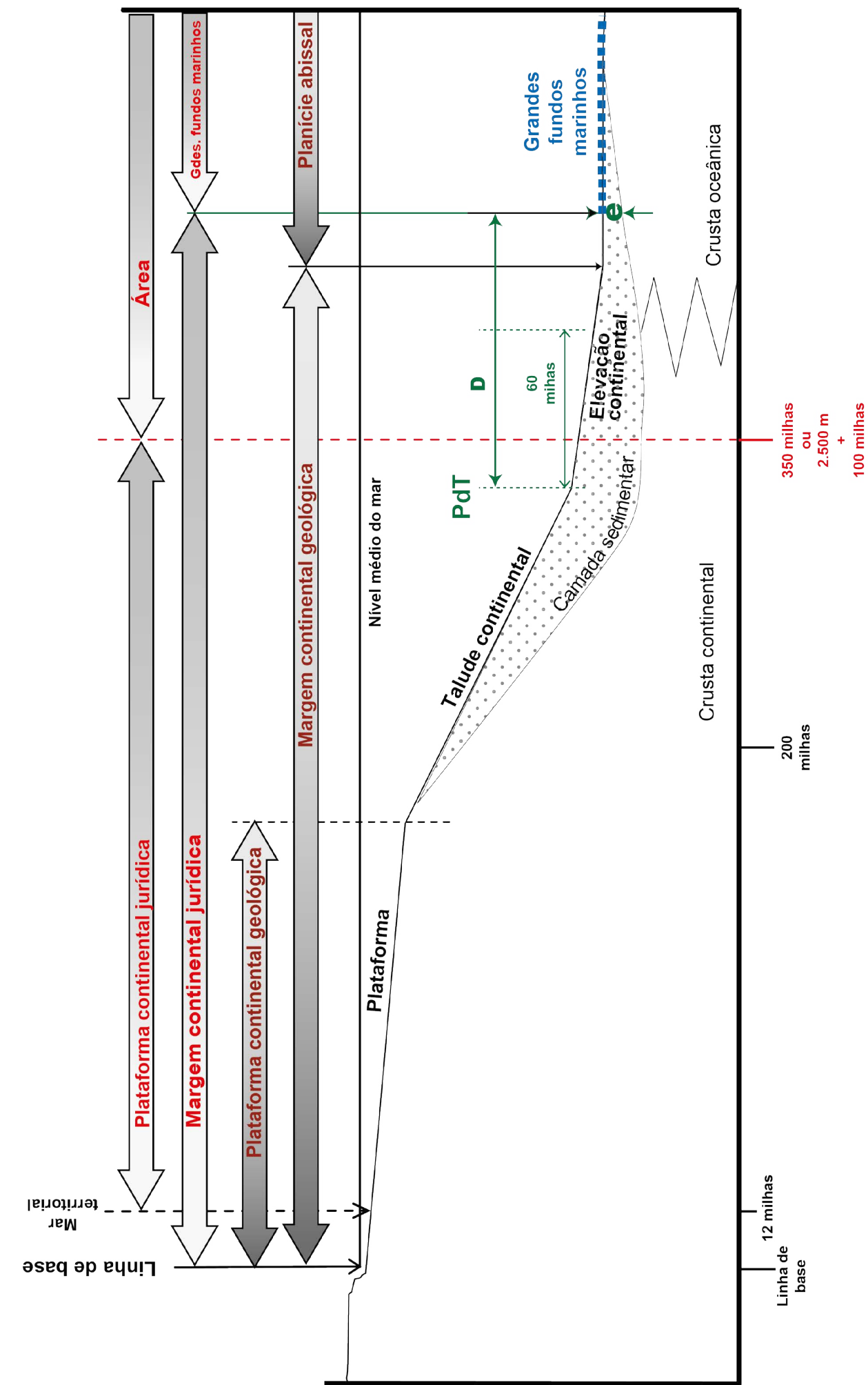


Figura 23 - Representação gráfica de alguns dos conceitos do artigo 76.º numa situação de margem continental longa, revelando as diferenças entre os conceitos jurídicos e geocientíficos.

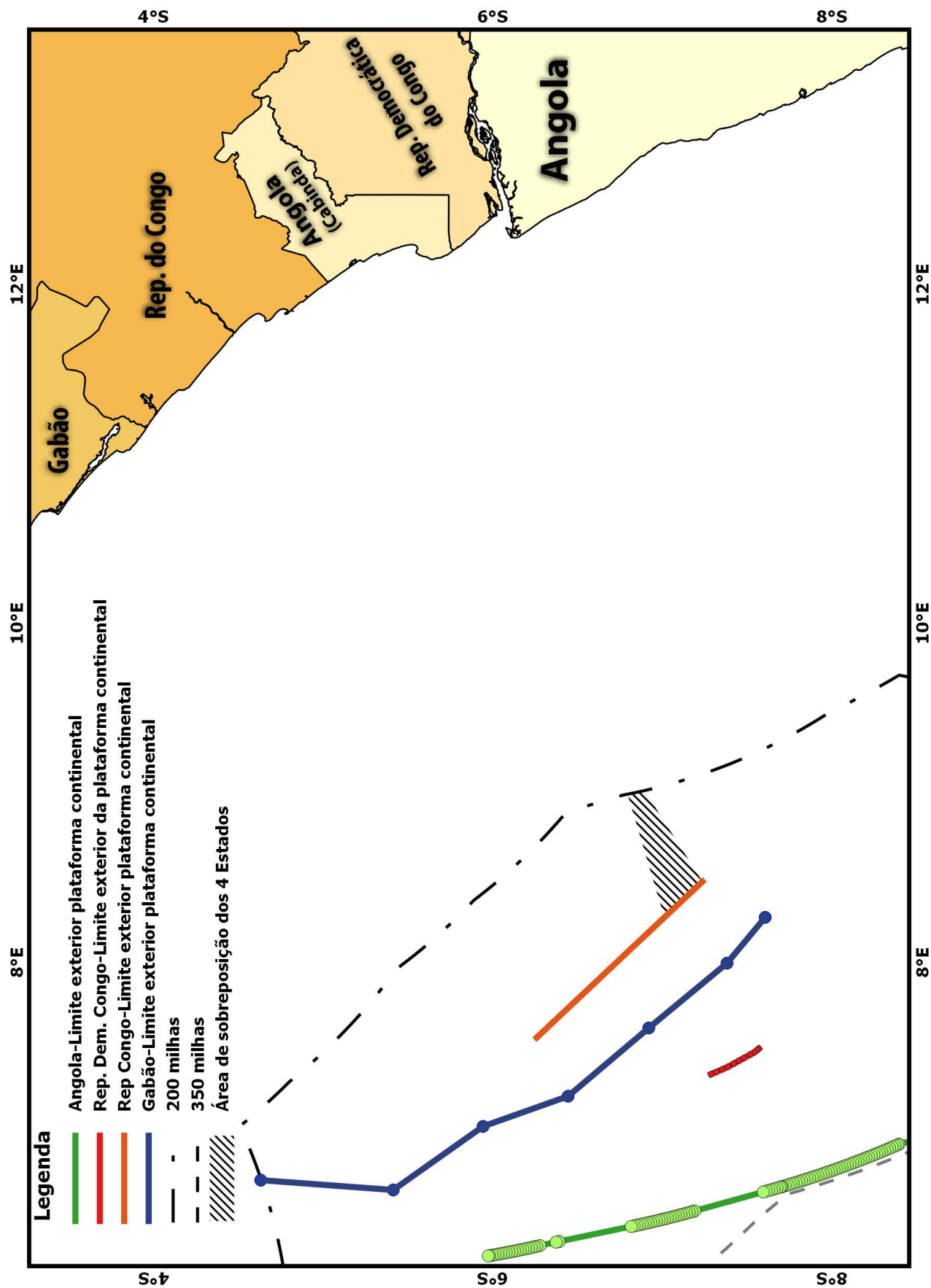


Figura 24 - Limites exteriores das plataformas continentais de Angola, República Democrática do Congo, República do Gabão, com a indicação da área de sobreposição das 4 propostas de extensão.

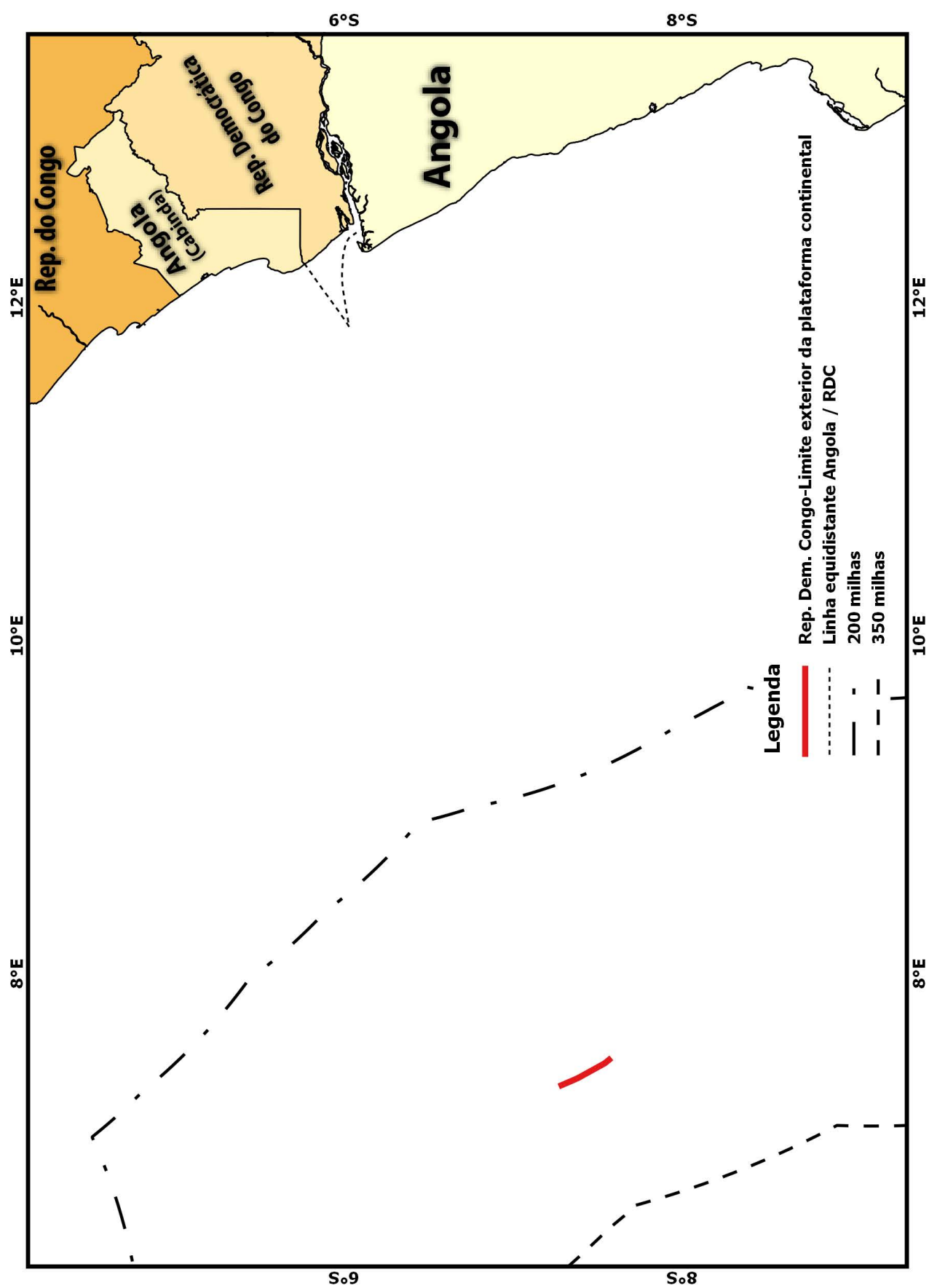


Figura 25 - Indicação da posição relativa entre o limite exterior da plataforma continental da República Democrática do Congo e a linha equidistante com Angola.

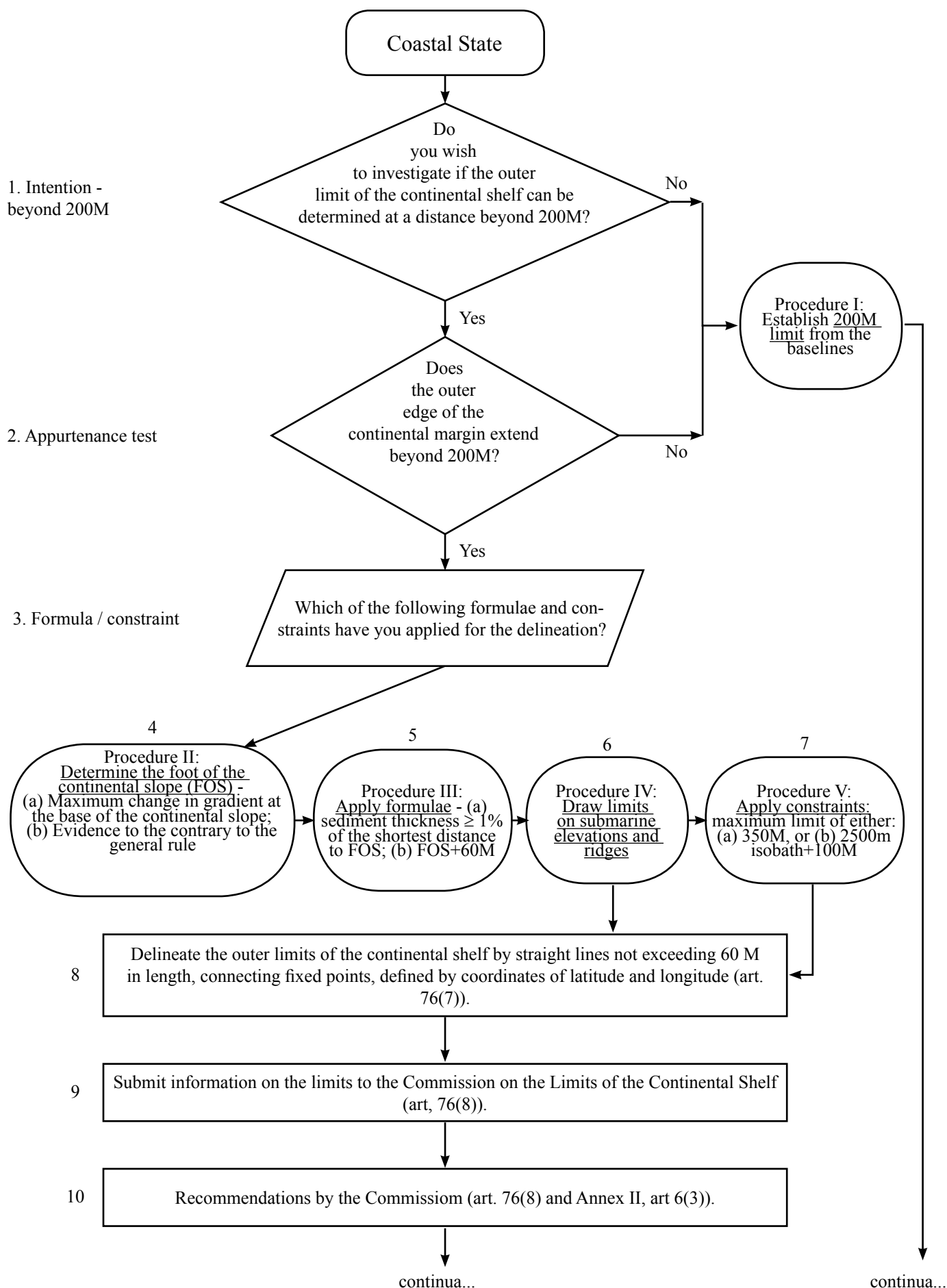


Figura 26 - Reprodução parcial do fluxograma para a definição do limite exterior da plataforma continental, tal como consta no documento CLCS/11/Add.1/Corr.1.

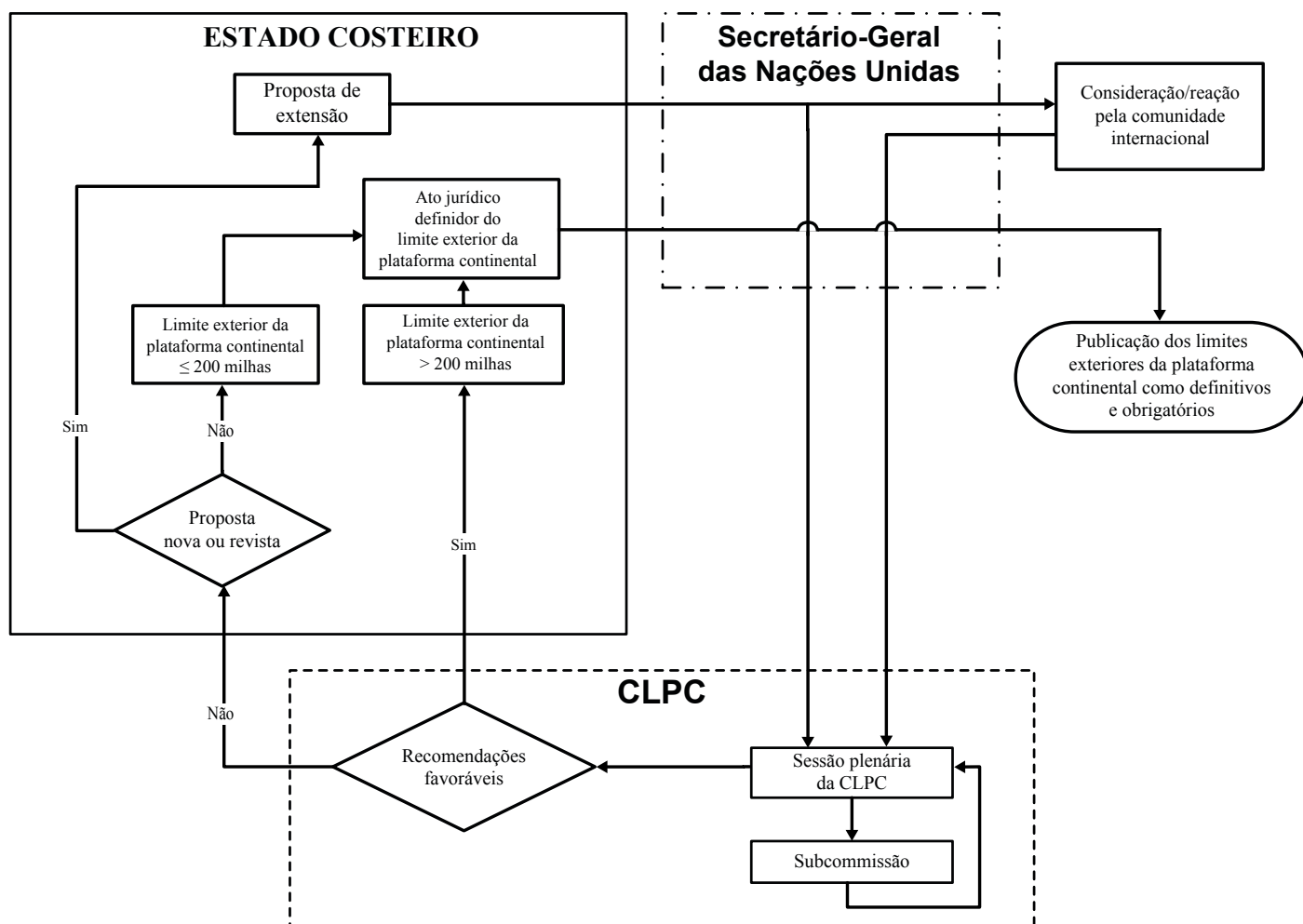


Figura 27 - Representação abreviada do procedimento perante a CLPC após a entrega da proposta de extensão.

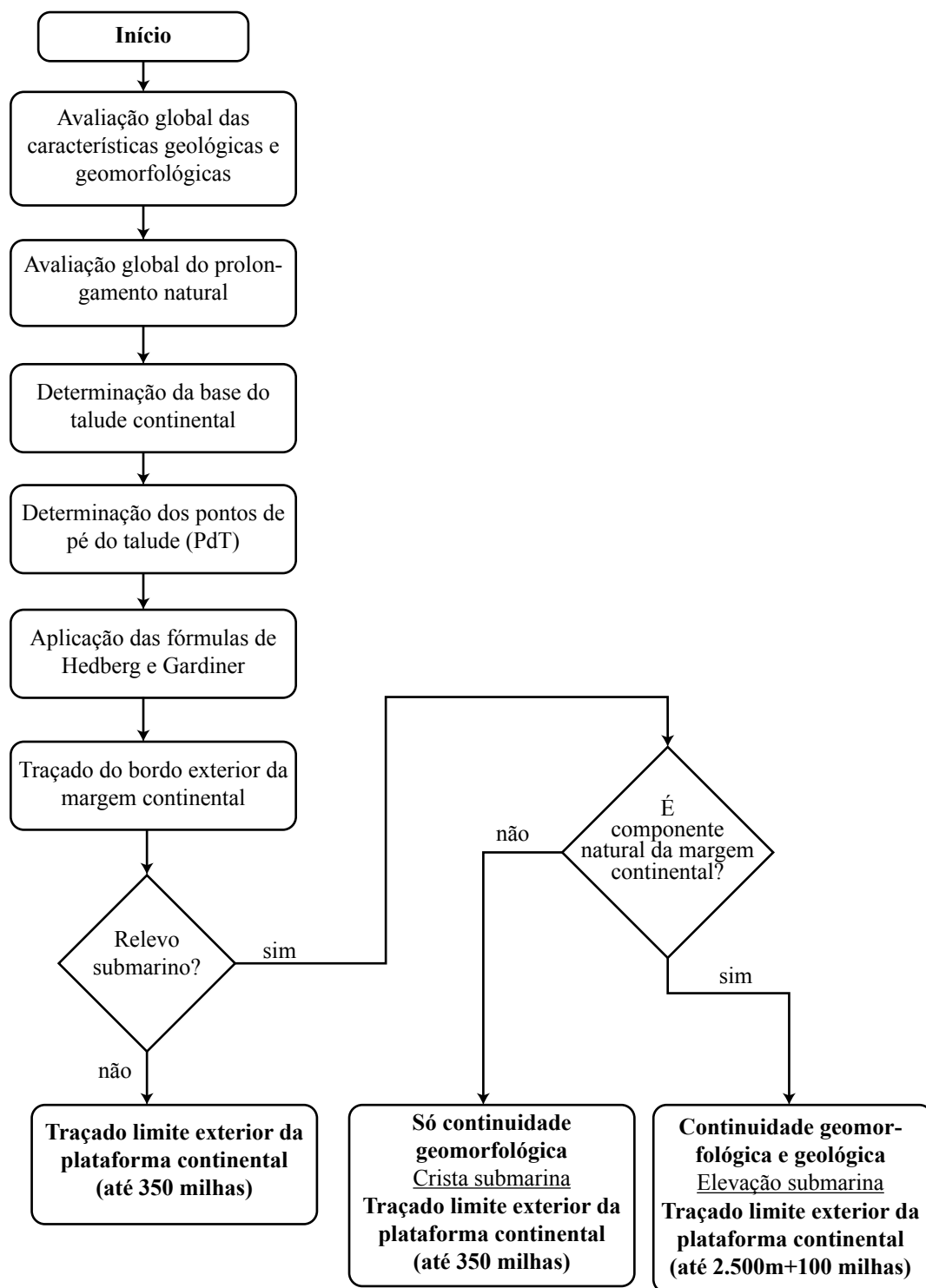


Figura 28 - Diagrama genérico com as diversas fases relativas à determinação do limite exterior da plataforma continental.

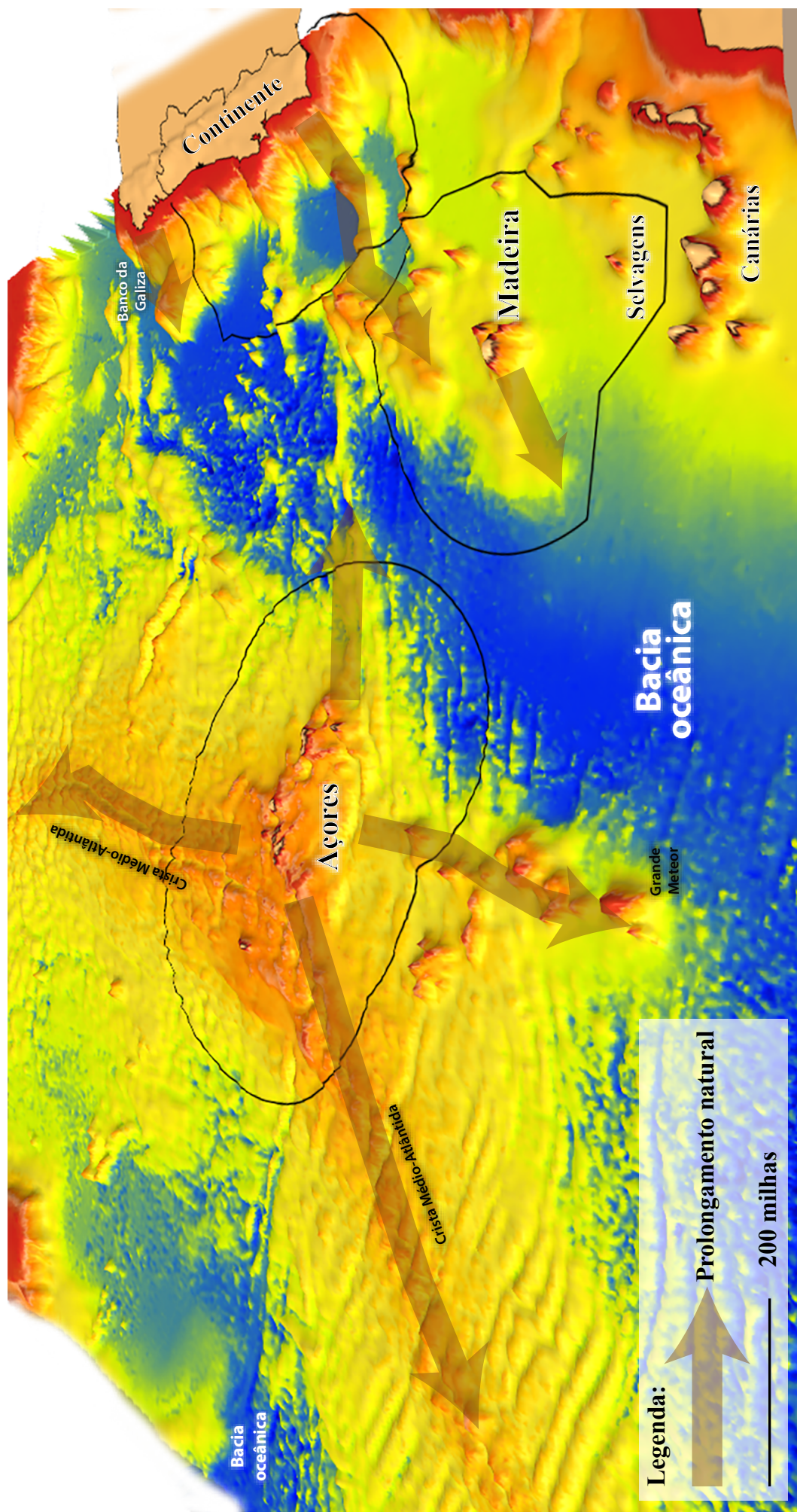


Figura 29 - Estruturas geomorfológicas geradas a partir do território emerso de Portugal

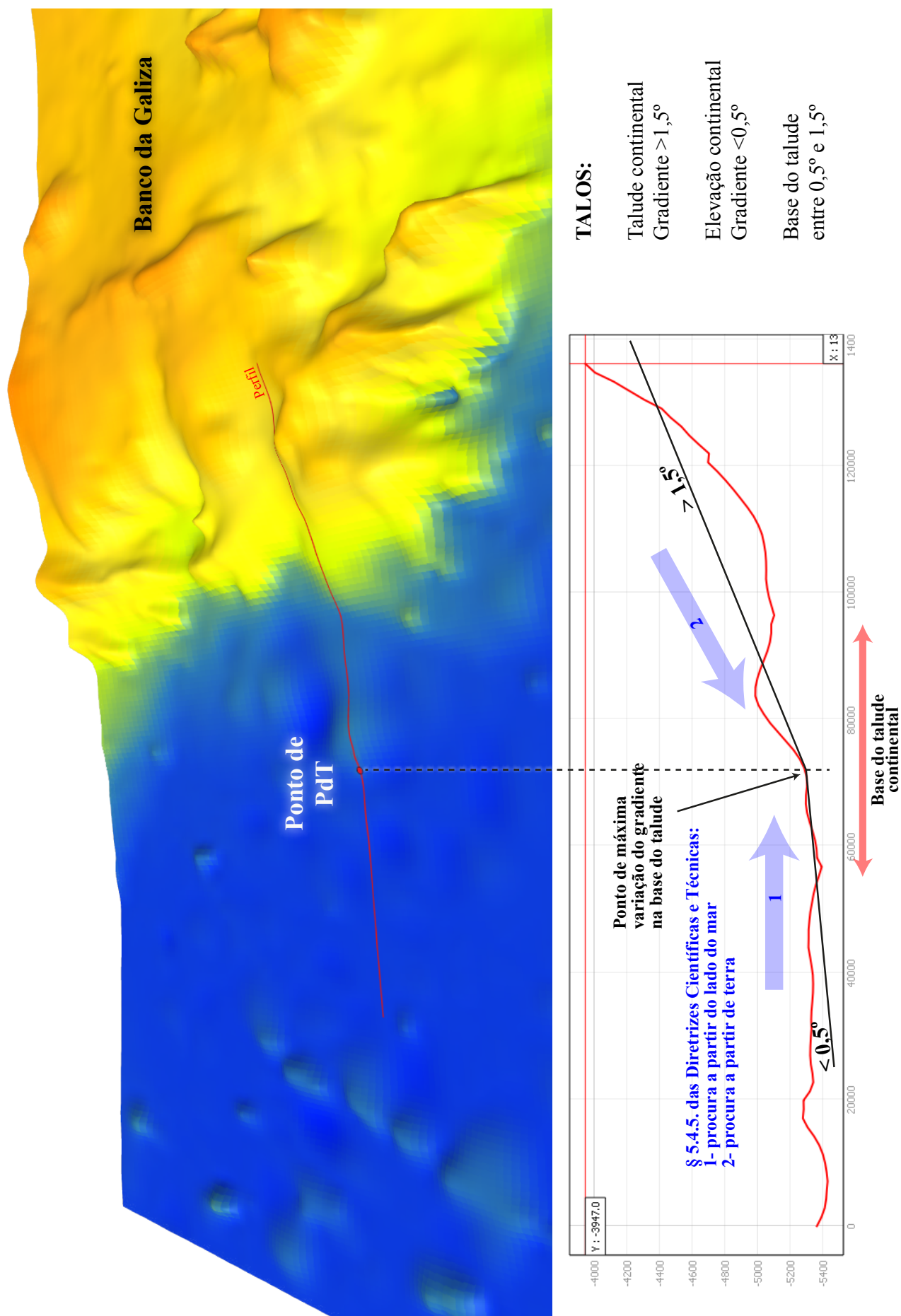


Figura 30 - Esquema teórico de um perfil utilizado para a localização da base do talude continental e do ponto de PdT.

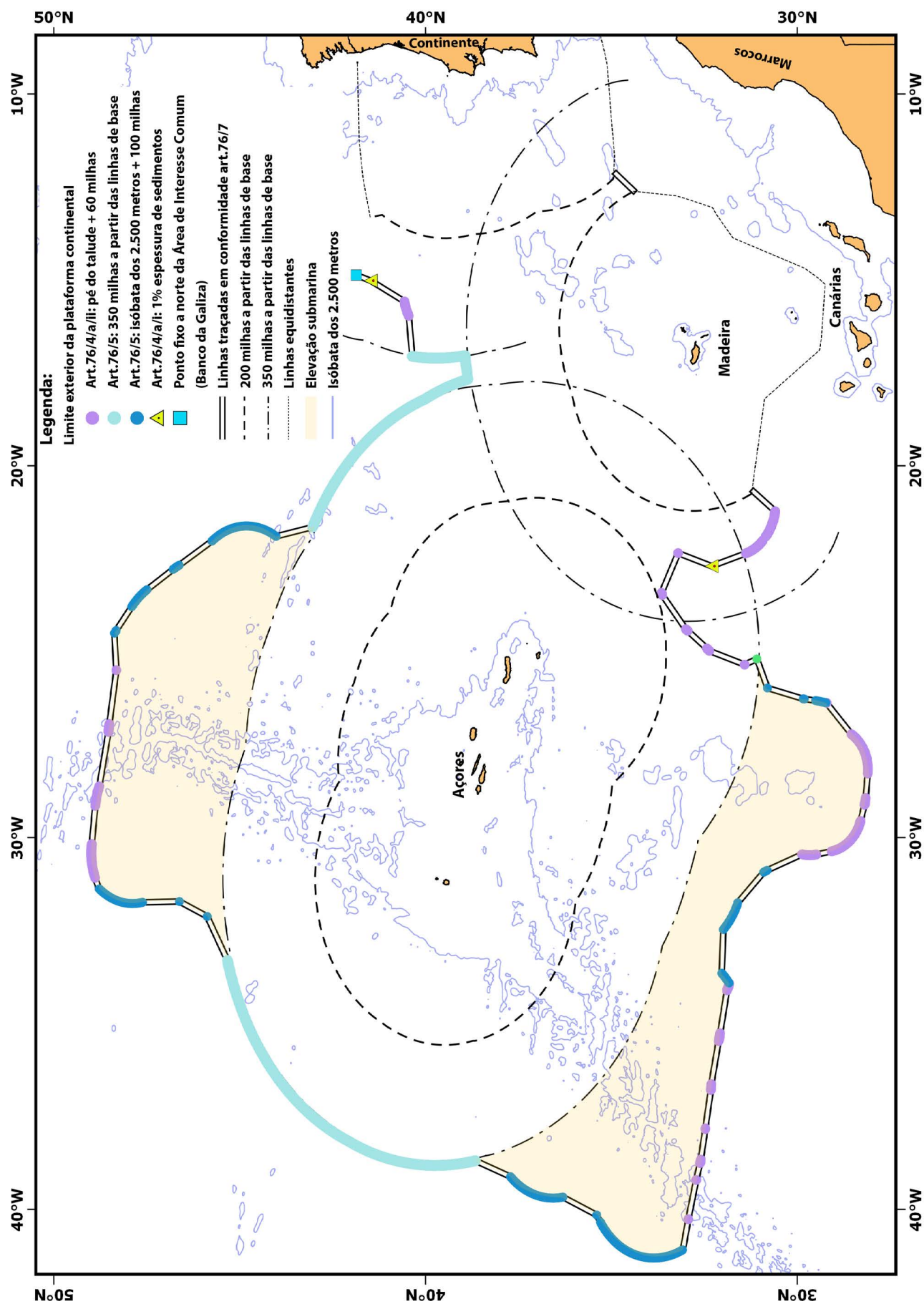


Figura 31 - Limite exterior da plataforma continental com indicação do n.º do artigo 76.º que o justifica.
(Mapa elaborado a partir da informação disponível no Anexo 1 do Sumário Executivo da proposta portuguesa).

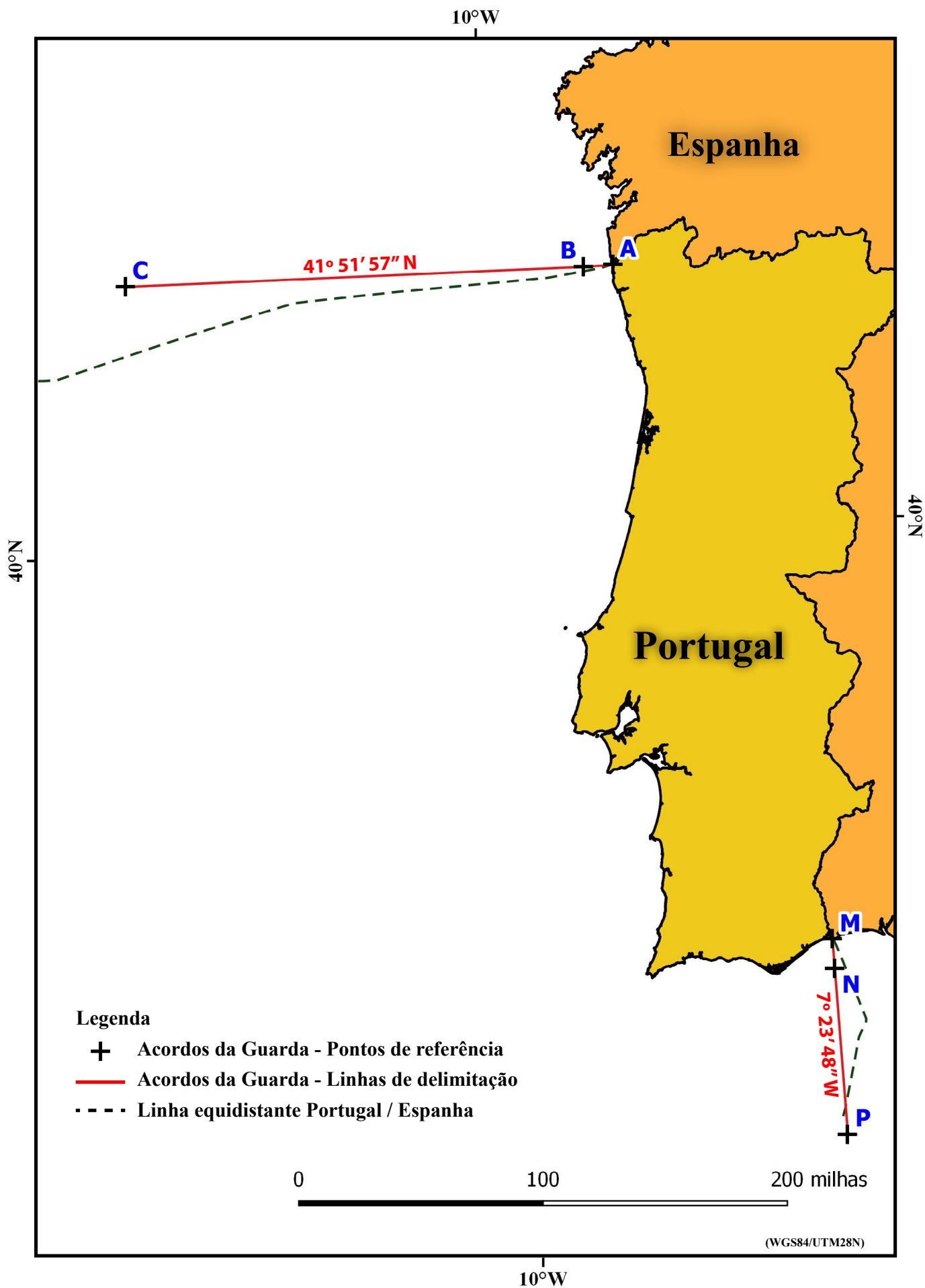


Figura 32 - Acordos da Guarda de 1975 - Linhas de delimitação entre Portugal e Espanha

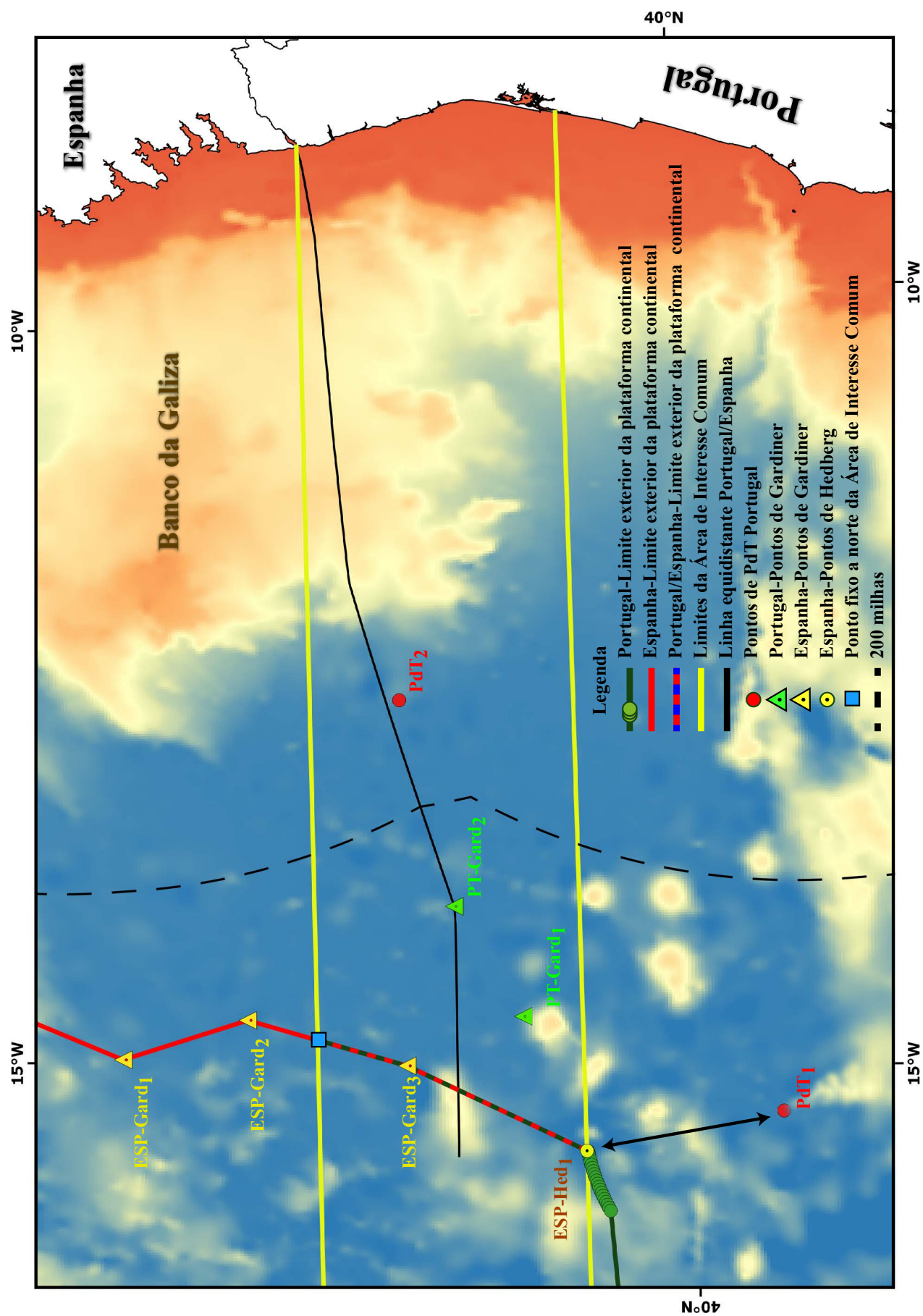


Figura 33 - Limite exterior da plataforma continental na área de interesse comum na região do Banco da Galiza.

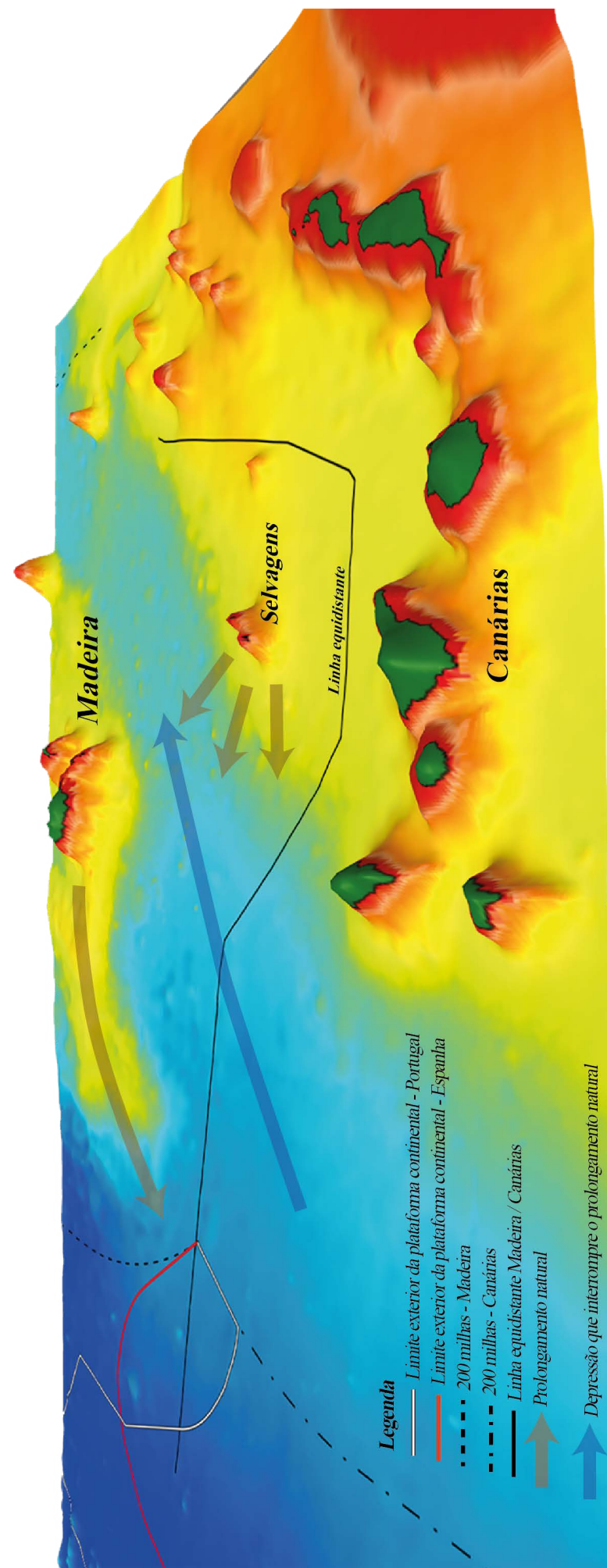


Figura 34 - Limite exterior da plataforma continental a oeste do arquipélago da Madeira.

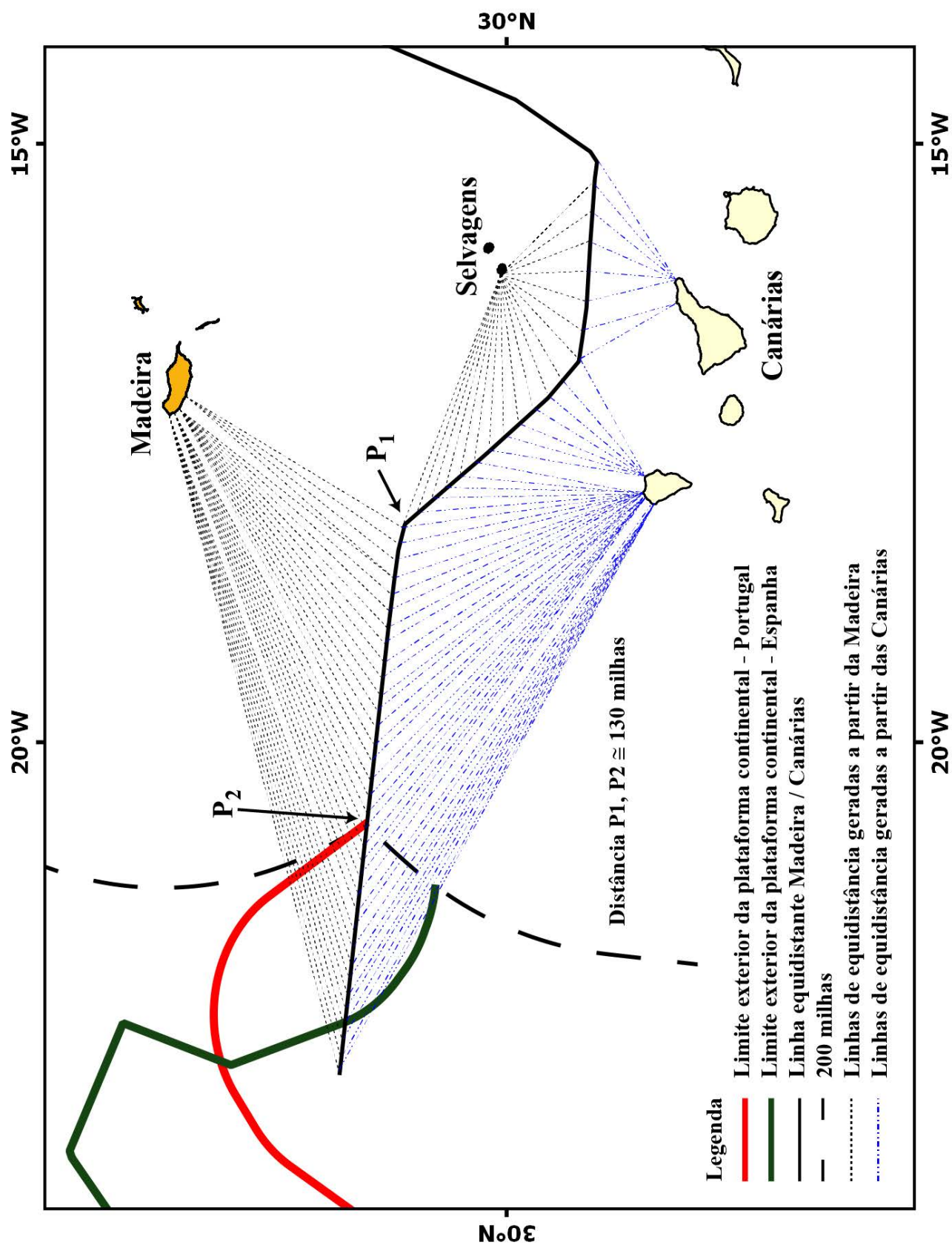


Figura 35 - Arquipélago da Madeira e Arquipélago das Canárias: Representação dos locais em cada uma das ilhas que contribui para a linha equidistante, tal como representada no DL 119/78.

